



COLEÇÃO CÁTEDRA DIGITAL

PUBLICAÇÃO DAS III JORNADAS DE ESTUDOS MEDIEVAIS

IDADE MÉDIA E HISTÓRIA GLOBAL

ORGANIZAÇÃO

Gabriel R. S. Cordeiro

Isabela Alves Silva

José Francisco Fonseca

Marina Duarte Sanchez



LABORATÓRIO DE ESTUDOS MEDIEVAIS





III JORNADAS DE ESTUDOS MEDIEVAIS

IDADE MÉDIA E HISTÓRIA GLOBAL



ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Isabela Alves Silva

José Francisco Fonseca

Gabriel R. Sanches Cordeiro

Marina Duarte Sanchez

dias 7, 8 e 9 de agosto 2019

REALIZAÇÃO



fflch



CÁTEDRA
Jaime Cortesão



LABORATÓRIO DE
ESTUDOS MEDIEVAIS
NÚCLEO USP

Cátedra Jaime Cortesão - USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 | Cidade Universitária
Cep. 05508-900 | São Paulo - SP
tel: +55 11 3091 2101 | + 55 11 3091 1511
email: cjc@usp.br

Comissão Gestora

Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini (Presidente)

Departamento de História (FFLCH-USP)

Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de História (FFLCH-USP)

Prof. Dr. Antônio Dimas

Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas (FFLCH-USP)

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho

Departamento de História (FFLCH-USP)

Profa. Dra. Iris Kantor

Departamento de História (FFLCH-USP)

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda

Departamento de História (FFLCH-USP)

Prof. Dr. José Nicolau Gregorin Filho

Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas (FFLCH-USP)

Prof. Dr. Marcelo Candido da Silva

Departamento de História (FFLCH-USP)

Profa. Dra. Raquel Glezer

Departamento de História (FFLCH-USP)

Prof. Dr. Rodrigo Ricupero

Departamento de História (FFLCH-USP)

Laboratório de Estudos Medievais

Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (USP) - Coordenador

Profa. Dra. Adriana Vidotte (UFG)

Prof. Dr. André Miatello (UFMG)

Prof. Dr. Bruno Salles (UFOP)

Profa. Dra. Claudia Bovo (UFTM)

Prof. Dr. Fabiano Fernandes (UNIFESP)

Prof. Dr. Felipe Augusto Ribeiro (UFPE)

Profa. Dra. Flavia Aparecida Amaral (UFVJM)

Profa. Dra. Flavia Galli Tatsch (UNIFESP)

Profa. Dra. Néri de Barros Almeida (UNICAMP)

Prof. Dr. Renato Viana Boy (UFFS)



Coleção Cátedra Digital

IDADE MÉDIA E HISTÓRIA GLOBAL

Gabriel R. S. Cordeiro
Isabela Alves Silva
José Francisco Fonseca
Marina Duarte Sanchez (Orgs.)

Edição: Pablo Oller Mont Serrath, Natalia Tammone, Marco Volpini Micheli

Projeto Gráfico: Gabriel Cordeiro

Diagramação: Gabriel Cordeiro

Preparação e revisão: Natalia Tammone

Revisão técnica: Isabela Alves, José Fonseca, Marina Sanchez

Capa: Gabriel Cordeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Idade Média e história global [livro eletrônico] :
publicação das III Jornadas de Estudos Medievais /
organização Gabriel R. S. Cordeiro... [et al.]. --
São Paulo : Pensante, 2021. -- (Coleção cátedra
digital)

PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Isabela Alves Silva, José
Francisco Fonseca, Marina Duarte Sanchez

ISBN 978-65-993127-1-7

1. Civilização medieval 2. Europa - História
medieval 3. Idade Média 4. Idade Média - História
I. Cordeiro, Gabriel R. S. II. Silva, Isabela Alves.
III. Fonseca, José Francisco. IV. Sanchez, Marina
Duarte.

21-64274

CDD-909.07

Índices para catálogo sistemático:

1. Idade Média : História 909.07

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Edições Pensante

Av. Paulista, 545, cj 1101

Bela Vista | São Paulo - SP

Cep. 01311-000

email: cjc@usp.br



As Jornadas de Estudos Medievais são encontros anuais dos membros do Laboratório de Estudos Medievais, cuja organização é a responsabilidade, de forma alternada, de cada um dos dez núcleos do LEME. O evento tem por objetivo reunir estudantes de graduação, pós-graduação e professores, proporcionando um ambiente para a apresentação dos resultados mais recentes de suas pesquisas e para a troca intelectual.

Este livro é fruto da terceira edição das Jornadas, ocorrida entre os dias 7 e 9 de agosto de 2019, na Universidade de São Paulo, com o tema *Idade Média e História Global*. A metodologia da História Global, escolhida como temática da edição, busca, através do vaivém incessante entre os diversos níveis (temporais e especiais), identificar analogias, paralelismos, bem como as conexões entre os fenômenos que não se poderiam identificar em uma abordagem mais fechada e estática. Além de se tratar de uma temática ainda pouco explorada no campo dos estudos medievais no Brasil, a metodologia da História Global permite aprofundar as conexões entre os trabalhos desenvolvidos nos diversos núcleos do LEME.

Esta coletânea conta com o selo "Coleção Cátedra Digital", projeto editorial da Cátedra Jaime Cortesão da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Seu objetivo é publicar obras que contribuam para as discussões historiográficas mais recentes e para o incremento da interlocução entre os pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa, nacionais ou estrangeiras. A metodologia da História Global e suas implicações teóricas são convergentes com o perfil desse centro de pesquisa dedicado à história de um dos primeiros impérios globais da época moderna. É com grande prazer que fazemos parte dessa estimulante iniciativa editorial.



Marcelo Cândido da Silva

Professor Titular – FFLCH/USP

Coordenador do Laboratório de Estudos Medievais



ÍNDICE

INTRODUÇÃO..... 11

PARTE I

MEDIEVALISMO E NEOMEDIEVALISMO:..... 21

As retraduições da Idade Média

Beatriz Faria

JOGOS ELETRÔNICOS:..... 39

Metodologia para pesquisa

Diego Neivor Perondi Meotti

IDADE MÉDIA COMO ELEMENTO..... 63

DA RETÓRICA COLONIAL DO SÉCULO XIX

Eduarda Moysés Temponi

OS DEMÔNIOS MEDIEVAIS COMO ANCESTRAIS DE ARLECCHINO:..... 81

Uma análise iconográfica a partir de *Le Recueil Fossard*

João Paulo da Silva

PARTE II

NESTÓRIO NO OÁSIS:..... 103

O exílio como forma particular de atuação
eclesiástica no contexto da controvérsia cristológica

Robson Della Torre

ENTRE A HERESIA E A ORTODOXIA:..... 123

A participação pública na controvérsia eucarística
do século XI a partir de Lanfranco de Bec

Diego Pereira

UM BREVE LEVANTAMENTO DOS HORIZONTES DE..... 141

PESQUISA SOBRE A SOCIEDADE SENHORIAL DO SÉCULO X:

os exemplos de Folcuíno de Lobbes e Ratério de Verona

Vitor Boldrini



HOMOSSEXUALIDADE NA IDADE MÉDIA..... 171
PODER E CONFISSÃO (SÉCULOS XI-XII)
Arthur Rocha Martins Rodrigues Teixeira

PARTE III

“OLD MEN FORGET, YET ALL SHALL BE FORGOT”:..... 185
Ricardo III e memória
Beatriz Breviglieri Oliveira

A ISOLDA EM *TRISTAN*, DE THOMAS DA INGLATERRA:..... 203
Uma retomada historiográfica acerca da matéria tristânica
Ana Carolina Pedroso Alteparmakian

O LUGAR DA CORAGEM NORMANDA NOS ESCRITOS..... 229
DE GUILHERME DE POITIERS (C. 1020 - C. 1080)
E HENRIQUE DE HUNTINGDON (C. 1080 - C. 1155)
SOBRE A BATALHA DE HASTINGS
Paulo Christian Martins Marques da Cruz

IMAGINÁRIOS NA LITERATURA DE VIAGEM.....251
TARDOMEDIEVAL E MODERNA
Rossiano Henrique Oliveira Vilaça

PARTE IV

OS REIS E A MOEDA NA FRANÇA CAROLÍNGIA (VIII-IX)..... 273
Eric Cyon Rodrigues

O VIDRO CATALÃO E A ARTE DOS VITRAIS..... 293
NAS ESFERAS COMERCIAIS DO FINAL DO MEDIEVO
Lorena da Silva Vargas

PARTE V

O PODER REAL NAS PEDRAS RÚNICAS DE JELLING..... 309
Sara Hosana Oderdenge



OS QUATRO LIVROS DE HISTÓRIAS DE NITARDO..... 335
E O USO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO IMPÉRIO CAROLÍNGIO

Isabela Alves Silva

NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA:.....357

Estudando as representações dos ocidentais na
Historiografia bizantina dos séculos XI e XII

Guilherme Welte Bernardo

AS PRÁTICAS FUNERÁRIAS DAS ELITES..... 385

MEROVÍNGIAS NO NORTE DA GÁLIA:

Ostentação e destruição de riquezas

Marina Duarte Sanchez



INTRODUÇÃO

Isabela Alves Silva
José Francisco Sanches Fonseca
Marina Duarte Sanchez

É com prazer que apresentamos mais um resultado das Jornadas de Estudos Medievais do Laboratório de Estudos Medievais. Cada capítulo deste volume é fruto de um trabalho apresentado na terceira edição do evento, que ocorreu em 2019 na Universidade de São Paulo. Os objetivos das Jornadas permaneceram os mesmos daqueles estabelecidos na idealização, em 2017, em uma assembleia discente realizada na Universidade Estadual de Campinas: promover um espaço onde todos os membros do LEME possam apresentar e discutir seus trabalhos, independentemente de sua titulação, e fortalecer a integração entre os núcleos existentes.

Em um primeiro momento, organizar esse tipo de evento parece uma tarefa extremamente difícil. Contudo, pudemos contar com bases muito bem estruturadas pelos núcleos UFMG e UFG, que receberam, respectivamente, a primeira e a segunda edição das Jornadas, nos anos de 2017 e 2018. Compartilhando as expectativas das primeiras Jornadas¹, buscamos promover um evento que fomentasse as trocas entre os pesquisadores do LEME e que, de maneira igualmente importante, proporcionasse um espaço para que jovens membros ganhassem mais experiência, tanto nas produções orais e textuais quanto na organização de eventos acadêmicos.

Nesta edição, contamos com a participação de todos os dez núcleos do LEME, além de pesquisadores de outros laboratórios e centros de pesquisa. Membros de núcleos tão distantes entre si como Diamantina e Chapecó, Goiânia e Guarulhos, Mariana e São Paulo, apresentaram os últimos resultados de suas pesquisas ao longo dos três dias de evento. Tão variadas quanto as origens e formações dos pesquisadores foram as

¹ RIBEIRO, Felipe Augusto. Apresentação. In: DE CARVALHO, Carolina Minardi; GUERRA, Luiz Felipe Anchieta; RIBEIRO, Felipe Augusto (Orgs.). I Jornadas de Estudos Medievais, 22 - 24 de novembro de 2017, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. **Atas...** Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, p. 7 - 14, 2018.



temáticas e recortes das apresentações; das querelas episcopais na Antiguidade Tardia às apropriações da Idade Média na contemporaneidade, passando pela economia do Império Carolíngio e pela arte Baixo Medieval, as III Jornadas contaram com abordagens, fontes e períodos que contemplam todo o período medieval.

Nesse sentido, também ressaltamos o caráter inovador do LEME, ao buscar promover projetos coletivos e fomentar a discussão de novos temas e métodos. Logo, escolhemos o tema “Idade Média e História Global” pois, além de se tratar de uma problemática recente em nossa área, ele consegue abarcar a pluralidade de pesquisas dentro do laboratório e nos incentiva a refletir sobre as possíveis conexões entre elas.

As histórias transnacionais emergiram, tanto pelas transformações geopolíticas das últimas décadas do século XX, quanto pela expansão do desenvolvimento tecnológico, como frutos de um mundo cada vez mais interdependente. Fez-se necessário, assim, pensar novas maneiras de explicar as experiências históricas a partir de um viés global, que enfatizasse as conexões e comparações, as conceituações e contextualizações². Contudo, não se trata de descrever uma realidade onde tudo seria integrado, pois outras lógicas existiram durante o período e revelam-se também decisivas para compreender os diversos mundos da Idade Média. A metodologia “global” significa, de um lado, alargar as perspectivas cronológicas e os horizontes geográficos, respeitando as diferentes lógicas de espacialização; de outro, dar atenção aos modos específicos de funcionamento das circulações e das relações em questão, sem exagerar seu alcance³.

Nas III Jornadas, contamos com a participação das professoras Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi (Labora – FFLCH/USP), Ana Paula Torres Megiani (Finisterra – FFLCH/USP) e Cláudia Bovo (LEME – IELACHS/UFTM), às quais somos muito gratos por terem gentilmente aceitado o nosso convite. Em cada conferência, as professoras discutiram seus objetos de pesquisa a partir dos problemas e das abordagens instigados pela História Global. Em “A espiritualidade e a geografia da devoção: transformações globais nas práticas religiosas centro-medievais”, a professora Ana Paula Tavares nos mostrou como o período em questão

² BAYARD, Adrien; BOVO, Cláudia Regina. Histórias conectadas da Idade Média: abordagens globais antes de 1600. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 10-16, fev. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2020.e71225/42555>>. Acesso em: 06 de maio 2020.

³ BASCHET, Jérôme. Faut-il mondialiser l'histoire médiévale? In: **Histoire monde, jeux d'échelles et espaces connectés**. XLVIIe Congrès de la SHMESP (Arras, 26-29 mai 2016). Paris: Éditions de la Sorbonne, 2017, p. 35-36.



passou por profundas transformações nas formas de relacionamento da cristandade com sua espiritualidade, inclusive na ocupação e no uso dos espaços. Marcado por uma profunda alteração na concepção de *religio* e de santidade, a partir da admissão de novos indivíduos no rol dos praticantes da *devotio*, o fenômeno marcou a perda de exclusividade da vida monástica isolada e a abertura do exercício da religiosidade a elementos relacionados ao mundo urbano e à prática profissional.

Em "Escritos breves para circular: o interesse pelas notícias manuscritas e impressas em relações de sucessos e avisos (sécs. XV-XVII)", a professora Ana Paula Megiani refletiu sobre as dinâmicas de circulação de notícias e informações na Monarquia Hispânica, incluindo a diversidade de ambientes em que elas eram produzidas. Com o aprofundamento das relações com a África, Ásia e América, as notícias dessas partes do mundo também foram incorporadas, com a intensificação de sua circulação nos séculos XVI e XVII. Segundo a professora, a compreensão desse processo permite refletir acerca das novas modalidades de escrita que passaram a informar à distância o movimento das viagens e a circulação de pessoas pelo mundo. Ademais, as novas técnicas de impressão de textos e imagens, e a agilidade de sua distribuição, também fizeram parte desse processo, que ganha novas dimensões políticas e econômicas durante a Alta Idade Moderna.

Por fim, a professora Cláudia Bovo, em "Por uma história conectada do cisma de 1054: circulação epistolar itálico-bizantina", apresentou as redes de comunicação em torno do cisma das igrejas itálico-bizantinas, relevando como muitos aspectos da separação estão sendo revistos à luz das novas abordagens da História Global. Embora essa avaliação do confronto entre Roma e Constantinopla tenha sido moderada nos últimos cinquenta anos, os eventos de 1054 ainda assumem um lugar de destaque na narrativa-mestra da divisão do cristianismo e na formação da cristandade. Nesse sentido, a professora debateu como as disputas entre as lideranças latinas e gregas marcaram a história dos cristianismos em uma longa duração, e não necessariamente culminaram em um rompimento definitivo.

Já no âmbito das comunicações dessa edição, um dos principais temas tratados foi o chamado "medievalismo": nome atribuído à área de estudos que se dedica às apropriações do período medieval ao longo da época moderna. Na primeira parte deste livro, o leitor encontrará capítulos que debatem o fenômeno através de diferentes abordagens e materiais. As próprias noções de "medievalismo" e "neomedievalismo" foram discutidas no texto de Beatriz Faria (LEME/Unifesp), no qual a autora aborda algumas "retraduções da



Idade Média” desde o nacionalismo europeu do século XIX às séries de televisão, como o recente sucesso da HBO, *Game of Thrones*. No mesmo âmbito da cultura popular, Diego Meotti (LEME/UFS) apresentou uma reflexão acerca das questões teórico-metodológicas da análise acadêmica de jogos eletrônicos, utilizando, como estudo de caso, um jogo ambientado no período medieval, *Kingdom Come: Deliverance*. Já nos estudos dedicados às apropriações do período medieval no século XIX, Eduarda Temponi (LEME/UFMG) demonstrou a utilização da memória do período medieval pelos países europeus não apenas na construção de suas identidades nacionais, mas também como elemento retórico nos processos de colonização. Por fim, João Paulo Silva (LEME/Unifesp) demonstrou que as apropriações do período medieval não se restringem à história política ou cultural, mas podem ser vistas também na história da arte, como a influência dos demônios da Baixa Idade Média nas representações do personagem *Arlecchino* no século XVI. O fato das análises acerca das reapropriações da Idade Média se estenderem desde as representações iconográficas do século XVI ao entretenimento popular do século XXI, passando pelo imperialismo europeu do século XIX, demonstra a atualidade da Idade Média como objeto de interesse acadêmico e popular.

A história da Igreja como instituição, intrinsecamente associada à Idade Média, também esteve representada nas III Jornadas, como pode ser notado nos capítulos da segunda parte. Destacamos a exposição feita pelo Prof. Robson Della Torre (Unimontes), que apresentou, através da trajetória de Nestório, bispo de Constantinopla, os conflitos existentes no meio eclesiástico durante o século V. As controvérsias eclesiásticas também foram objeto de estudo de Diego Pereira (LEME/Unicamp), mas com outro recorte: a controvérsia cristológica estudada por Della Torre no Mediterrâneo da Antiguidade Tardia dá lugar à controvérsia eucarística do século XI; o conflito entre Nestório e Cirilo de Alexandria dá lugar ao conflito entre Lanfranco de Bec e Berengário de Tours. Vitor Boldrini (LEME/Unicamp) também explora, junto a uma retrospectiva historiográfica, o itinerário biográfico de dois autores, Folcuíno de Lobbes e Ratério de Verona. Por fim, Arthur Rocha (LEME/Unicamp) apresenta o debate sobre o campo de pesquisa da homossexualidade e os desafios teóricos de sua aplicação ao período medieval, partindo das obras *Liber Gomorrhaniuse* de Pedro Damiano e *De paenitentia* ou *Corrector sive Medicus*, de Burcardo de Worms. Já os capítulos da terceira parte lidam particularmente com o estudo de narrativas, produções historiográficas ou literárias da época medieval. Os autores desses textos abordam questões como: o papel das narrativas por eles estudadas na construção da



memória; a importância dos *topoi* na análise dos documentos desses gêneros ou ainda a construção de personagens em célebres obras literárias.

Nessa seção, o leitor terá acesso ao texto de Beatriz Breviglieri Oliveira (Labora/USP), que analisa a construção da memória escrita sobre o reinado de Ricardo III da Inglaterra principalmente a partir do estudo de duas crônicas, respectivamente produzidas por Dominic Mancini e John Rous, no século XV. Ainda nesse campo, há o texto de Ana Carolina Alteparmakian (Labora/USP), que se debruça sobre o estudo da personagem de Isolda na obra *Tristan*, de Thomas da Inglaterra, do século XII. Alteparmakian analisa a construção da personagem; a influência da tradição céltica sobre a mesma e as discrepâncias entre Isolda e as expectativas sociais para o gênero feminino na época de produção da obra. Já Paulo Christian Martins (LEME/Unifesp), em seu capítulo, analisa comparativamente dois relatos acerca da Batalha de Hastings, um dos eventos mais importantes da conquista normanda da Inglaterra. As duas obras em questão datam entre os séculos XI-XII e foram redigidas, respectivamente, por Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon. Martins atenta-se para como o tema da coragem funciona como um importante *topos* em ambos esses textos. Por fim, no capítulo de Rossiano Villaça (LEME/UFMG), o leitor terá acesso a um estudo acerca do surgimento do imaginário demonológico na Baixa Idade Média. Tal fenômeno é investigado pelo autor em três documentos da literatura de viagem, produzidos entre a Boêmia e as Américas Portuguesa e Espanhola, entre os séculos XV e XVI.

Na quarta parte, o leitor poderá familiarizar-se com estudos que tangem as dimensões da economia, atividade e circulação comerciais na Idade Média. Os capítulos a seguir que lidam com essas temáticas o fazem a partir de abordagens distintas, trabalhando com cultura material e com documentos escritos. Esses textos também dizem respeito a períodos diferentes: alguns reportam-se ao ambiente do Império Carolíngio, na Alta Idade Média, outro ao espaço da Península Ibérica, na Baixa Idade Média. Aqui, cabe o capítulo de Eric Cyon Rodrigues (LEME/USP), que investiga a atividade monetária carolíngia, particularmente no reinado de Carlos, o Calvo, e que atenta-se para os usos políticos feitos pelo poder régio da produção de moedas, trabalhando, para isso, com documentos denominados capitulares. O leitor terá igualmente acesso à pesquisa de Lorena da Silva Vargas (LEME/UFG) acerca da produção do vidro, entre os séculos XII-XV, especialmente na Catalunha. Vargas discorre sobre a questão das formas de produção desse material, e analisa desde os temas



da força de trabalho envolvida nessa produção e da aquisição e transformação da matéria-prima, até os caminhos da circulação do vidro naquele período, em circuitos comerciais.

Além dessas temáticas, os capítulos apresentados na quinta parte desta coletânea tratam do problema das relações e manifestações de poder; da construção da autoridade ou da identidade das elites. Também aqui, o leitor notará que as fontes e os objetos de pesquisa dos autores são plurais: podem envolver novamente documentos textuais, como histórias e crônicas, e cultura material, e lidam com sociedades do Ocidente bem como do Oriente. Nesse âmbito, há o texto de Sara Hosana Oderdenge (LEME/USP), cujo material de análise são pedras rúnicas depositadas em um sítio arqueológico localizado em Jelling, na Escandinávia. Oderdenge analisa o papel desse material na construção e na manifestação do poder real danês, nos séculos IX-XI. Ainda sob o tema da construção da autoridade, mas tratando do contexto carolíngio, no século IX, há o capítulo de Isabela Alves Silva (LEME/USP). Silva investiga o uso da violência política como instrumento para construção da autoridade régia, no reinado de Carlos, o Calvo, através da análise de uma narrativa histórica. Já tratando do contexto oriental, em Bizâncio, e lidando com a construção da identidade bizantina e da representação dos ocidentais, há o capítulo de Guilherme Welte Bernardo (LEME/Unifesp). Ao debruçar-se sobre produções historiográficas dos séculos XI-XII, Welte analisa como a elaboração de uma identidade bizantina se deu em conexão com a memória do antigo Império Romano Ocidental, como sua sucessora. Ele discorre ainda sobre quais conflitos eclodiram entre Bizâncio e ocidentais durante esse mesmo contexto. Já no capítulo de Marina Duarte Sanchez (LEME/USP), o leitor poderá familiarizar-se com o tema da identidade social das elites merovíngias do norte da Gália, no século VI. A partir da análise dos espaços e dos depósitos funerários, a autora busca demonstrar como as elites exibiam suas riquezas nas cerimônias funerárias para atestar seu estatuto elevado e afirmar seus direitos políticos.

Agradecemos aos autores desses capítulos por sua participação no evento e na composição desta coletânea. Além disso, a realização das III Jornadas não seria possível sem o apoio do Departamento de História da FFLCH/USP, e de nosso orientador e coordenador, o professor Marcelo Cândido da Silva, a quem somos gratos pelos conselhos e pela prontidão em nos auxiliar. O apoio da Cátedra Jaime Cortesão também foi de extrema importância, não só para a realização do evento, mas para o desenvolvimento do presente volume, publicado sob seu selo editorial. Gostaríamos de agradecer a todos os participantes, em especial a



Thiago Juarez Ribeiro da Silva e a Victor Borges Sobreira, que gentilmente aceitaram nosso convite para ministrar o minicurso “Ferramentas digitais para a pesquisa em História Medieval”. E também a todos nossos colegas do LEME/USP, por sua participação e pela solicitude em nos ajudar no que fosse preciso.



PARTE I

- **MEDIEVALISMO E NEOMEDIEVALISMO:**
As retraduições da Idade Média
Beatriz Faria
- **JOGOS ELETRÔNICOS:**
Metodologia para pesquisa
Diego Neivor Perondi Meotti
- **IDADE MÉDIA COMO ELEMENTO
DA RETÓRICA COLONIAL DO SÉCULO XIX**
Euarda Moysés Temponi
- **OS DEMÔNIOS MEDIEVAIS COMO ANCESTRAIS DE ARLECCHINO:**
Uma análise iconográfica a partir de *Le Recueil Fossard*
João Paulo da Silva

MEDIEVALISMO E NEOMEDIEVALISMO: AS RETRADUÇÕES DA IDADE MÉDIA

Beatriz Faria¹

De acordo com a CNN², o último episódio de “Game of Thrones”, série televisiva do canal americano HBO, alcançou em seu episódio intitulado “O Trono de Ferro”, um recorde de 19 milhões de telespectadores na noite de estreia apenas nos Estados Unidos³. A nível de comparação, segundo a Variety⁴, a audiência de Game of Thrones ultrapassou diversos seriados consagrados como “NCSI” e “The Big Bang Theory”, alcançando a marca de 15 pontos de audiência na média de sua exibição; a série também foi considerada como a mais assistida⁵ entre 2018 e 2019, alcançando a nota máxima, e passando à frente até mesmo da NFL (campeonato de futebol americano).

Vale observar que “Game of Thrones” compreende uma série televisiva com 8 temporadas que, auxiliada por locações internacionais e um orçamento de bilhões de dólares para efeitos especiais, narra um mundo medieval único em sua concepção. Não compreende nenhum recorte geográfico reconhecido e encapsula uma terra de fantasia e guerra onde a história de um reino – este intitulado Westeros – é representada pelo Trono de Ferro, o qual motiva um violento embate entre diferentes facções no desenrolar de anos de conflito.

Mais interessante que a narrativa medievalista da produção, no entanto, é a sua origem: a série é uma adaptação dos livros de George R. R. Martin, esta intitulada de “Uma Canção de Gelo e Fogo” e que,

¹ Mestra em **História da Arte** pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Contato: fariabeatrizsantos@gmail.com

² Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/04/30/media/game-of-thrones-season-8-record/index.html>>.

Acesso em 30 de janeiro de 2020.

³ Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/05/20/media/game-of-thrones-finale-ratings/index.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

⁴ Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/05/20/media/game-of-thrones-finale-ratings/index.html>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

⁵ Disponível em: <<https://variety.com/2019/tv/news/most-watched-tv-shows-highest-rated-2018-2019-season-game-of-thrones-1203222287/>>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.



segundo o autor⁶, fora inspirada pela Guerra das Rosas – conflito Tudor ocorrido no Baixo Medievo inglês. Os livros, tal qual a série, foram também um sucesso de mercado, alcançando⁷ o número de 70 milhões de cópias vendidas durante os 20 anos de distribuição.

Não há, portanto, nenhuma personagem histórica reconhecível em “Game of Thrones”; mesmo as inspirações diretas transformam-se em alusões vagas. Não é possível reconhecer os lados do conflito, tampouco é provável que se possa retirar dali qualquer evidência histórica. “Uma Canção de Gelo e Fogo”, do mesmo modo que sua adaptação “Game of Thrones”, compreendem uma concepção imaginada e idealizada de uma Idade Média que, não obstante seu caráter irreal, também contêm em si todos os elementos pseudo-medievalescos que são reconhecíveis pelo público como efetivamente medievais.

“Game of Thrones” não é o primeiro e tampouco será o último. É possível perceber que as reconstruções e retraduições medievalistas de uma Idade Média idealizada ou concebida começam a aparecer já no século XVI na França; Chris Brooks cita⁸, por exemplo, a Catedral de Orleans, cuja linguagem arquitetônica do gótico é escolhida de modo a “oferecer a continuidade artística de modo a proclamar sua significação política”. Oxford, cuja construção fora retomada no século XVII⁹, utilizou-se também da arquitetura gótica; Brooks cita¹⁰ que sua presença em território inglês era não somente uma escolha estética como também “um posicionamento ideológico contra o clássico, e, conseqüentemente, contra a França”. O modo arquitetônico gótico, que fomentou diversas construções entre os séculos XVII e XVIII, teria, para Brooks, desempenhado na sociedade inglesa um papel que ia além do puramente estético: estabelecia pontes entre o catolicismo e o anglicanismo¹¹, fundamentava o posicionamento dos nacionalistas

⁶ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2015/may/29/game-of-thrones-war-of-roses-hbo>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

⁷ Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2016/aug/05/game-of-thrones-an-epic-publishing-story-george-rr-martin>>. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

⁸ BROOKS, Chris. **The Gothic Revival**. Londres: Phaidon Press Limited, 1999, p. 23.

⁹ *Idem*.

¹⁰ *Ibidem*, p. 30.

¹¹ BROOKS, Chris. **The Gothic Revival**. Londres: Phaidon Press Limited, 1999, p. 30. Brooks cita, por exemplo, a presença do *middle way*, uma doutrina pregada pelo anglicanismo que defendia a recusa do Papa em contraposição à utilização da estrutura religiosa medieval. Esta medida era utilizada, entre outras razões, para apaziguar as disputas católicas e protestantes que teriam permeado As Ilhas Britânicas nos séculos XVII e XVIII.



britânicos¹² e também oferecia terreno fértil para as artes através do estudo antiquário¹³ e da produção literária, a última cuja obra mais famosa é "O Castelo de Otranto, Uma História Gótica"¹⁴ de 1764.

Ainda que existam diversos relatos sobre uma emergência pseudo-medieval - isto é, uma emergência de uma Idade Média inventada ou idealizada - ainda no século XVI e XVII¹⁵, é apenas a partir do século XIX, onde tal produção se sedimentaria no revivalismo gótico, que, entre outros fatores, se estabeleceu enquanto manifestação arquitetônica, cultural, artística, social e econômica nas Ilhas Britânicas. É importante perceber que o revivalismo gótico deixa de compor manifestações culturais específicas - como nos séculos anteriores - e passa a configurar um momento inglês; momento este que vê ramificações nos diversos âmbitos da sociedade britânica.

É no começo do século XVIII onde pode-se notar que o retorno ao passado medieval deixa de compor ocorrências pontuais e se torna uma tendência cultural comum, convergindo no que no século XIX auxiliaria na criação de uma identidade nacional inglesa. As diferentes atividades que, no meio do século XVIII, teriam dado corpo ao retorno ao medieval inglês consistiam não somente na produção literária¹⁶ como também na tradução de supostos manuscritos medievais¹⁷. Hoje, sabe-se que os supostos manuscritos eram falsos¹⁸, o que não impediu a grande disseminação de suas traduções e as discussões que a partir deles foram

¹² As problemáticas envolvendo o reinado de Elizabeth I e a Guerra Civil Inglesa, bem como a arte da corte britânica e as particularidades políticas de sua sociedade foram alguns dos motivos para que, segundo Brooks, o medievalismo já possa ser encontrado no século XVII na Inglaterra. A via da arte gótica enquanto viés nacionalista britânico é explorada pelo autor, que define o fato de que o gótico teria sido associado à uma arte pura inglesa, evocando uma hereditariedade do povo inglês. *Ibidem*, p. 32.

¹³ Os estudos e os processos de recuperação e proteção da história religiosa e política inglesa foram também participantes ativos do medievalismo do XVII, principalmente através da construção de uma identidade nacional através do cultivo do aprendizado da história medieval e seu interesse. *Ibidem*, p. 40.

¹⁴ SWEET, Rosemary. Antiquaries and Antiquities in Eighteenth-Century England, **Eighteenth-Century Studies**, Baltimore, n. 2, vol. 34, Antiquarians, Connoisseurs and Collectors (winter, 2011), p. 181-206. É possível perceber o interesse em manuscritos e fontes primárias para o estudo e reprodução da história já no século XVIII na Inglaterra. É através do uso e divulgação extensa de manuscritos medievais que então surge as primeiras criações literárias baseadas em tais peças escritas. Destacam-se não somente o livro de Walpole como também os escritos de Keats e Chatterton no mesmo período.

¹⁵ Não obstante os exemplos elencados, pode-se reconhecer também as publicações italianas De Origine Actibusque Getarum e a Franco-Galia, respectivamente de construção de uma identidade nacional, que já se utilizavam de narrativas medievalistas - isto é, através da criação de uma Idade Média inventada - para reescreverem a história do povo italiano e do povo francês de modo a elencar uma hereditariedade nativa, esta que supostamente remontaria aos povos migratórios germânicos. BROOKS, Chris. **The Gothic Revival**. *Op. cit.*, p. 39.

¹⁶ ALEXANDER, Michael. **Medievalism: The Middle Ages in Modern England**. Connecticut: Yale University Press, 2007, p. XXI.

¹⁷ *Ibidem*, p. 1.

¹⁸ *Idem*.



fomentadas¹⁹; seu alcance foi de encontro²⁰ às repercussões, em território inglês, não somente da Revolução Francesa como ao estabelecimento, em território nacional, da Igreja Protestante. Tais acontecimentos teriam exercido grandes impactos frente à sociedade inglesa, e o resultado de tal ocorrência pode ser observado também na arquitetura gótica, que nesse momento, sinalizava um sentimento de união nacional através da emulação da lei Gótica inglesa²¹.

O medievalismo pré século XIX consistia na retradução e disseminação de evidências medievais, fossem elas históricas ou artísticas, de modo a embasar determinada percepção ou idealização. Na Inglaterra a disseminação do gótico não apenas buscava ligar o presente inglês ao seu passado como também visava alterar o presente através do passado.

O horror gótico, por exemplo, foi de acordo com Matthews²², um dos principais elementos moralizantes do período. Ao buscar uma narrativa de nacionalidade que se opusesse ao Protestantismo e à Revolução Francesa, evoca-se o gótico como uma ferramenta não somente estética como também social. Para eles, o gótico se relacionava essencialmente com o passado medieval²³ e com a Lei Gótica²⁴ esta que evocava as leis anteriores à formação do estado inglês e que repercutiam na narrativa de formação de uma identidade nacional que não comportava os ideais neoclássicos católicos e franceses; não obstante, o gótico também evocava²⁵ os reis Anglo-Saxões, o reinado de Elizabeth I e os Tudor, de modo que a estética construtiva era apenas uma ferramenta ideológica através da qual o discurso se sedimentava.

É no século XIX onde o medievalismo tenta se desvencilhar dos terrores sociais e políticos compartilhados pelo século anterior, ainda que se reconhecesse, no entremeio da época, a qualidade caótica da sociedade inglesa no período²⁶; o revivalismo gótico, iniciado no século XIX, teria sido não somente a primeira manifestação efetivamente medievalista²⁷ como teria também sido a negação da racionalidade e do

¹⁹ ALEXANDER, Michael. **Medievalism: The Middle Ages in Modern England**. Connecticut: Yale University Press, 2007, p. 4.

²⁰ MATTHEWS, David. **Medievalism: a Critical History**. Suffolk: D. S. Brewer, 2015, p. 46.

²¹ SIMMONS, Clare A. **Popular Medievalism in Romantic-Era Britain**, Nova York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 142.

²² MATTHEWS, David. **Medievalism: A Critical History**, *Op. cit.*, p. 46.

²³ SIMMONS, Clare A. **Popular Medievalism in Romantic-Era Britain**, *Op. cit.*, p. 142.

²⁴ BROOKS, Chris. **The Gothic Revival**, *Op. cit.*, p. 42.

²⁵ *Idem*.

²⁶ MENEGUELLO, Cristina. **Da Ruína ao Edifício: Neogótico, Reinterpretação e Preservação do Passado na Inglaterra Vitoriana**. 2000. 360 f. Dissertação de Doutorado (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

²⁷ MATTHEWS, David. **Medievalism: A Critical History**, *Op. cit.*, p. XII, ALEXANDER, Michael. **Medievalism: The Middle Ages in Modern England**, *Op. cit.*, p. 102 e MENEGUELLO, Cristina. **Da Ruína ao Edifício: Neogótico, Reinterpretação e Preservação do**



moralismo²⁸. Não obstante, as problemáticas socialistas, principalmente no advento da Revolução Industrial, foram grandemente exploradas através do revivalismo gótico e do consequente medievalismo, principalmente sob a produção dos Pré-Rafaelitas²⁹ e da emergência dos Arts and Crafts³⁰, sistema de produção artístico que se voltou à organização das guildas medievais e da produção de objetos comuns pelo artesanato em contraposição à massificação da produção das fábricas.

Portanto, pode-se perceber que houve determinada tendência de se recuperar o medievo continua durante todo o século XIX, ainda que sua manifestação adquira nuances diferenciadas pelo contexto social e político da época. Enquanto o século XVIII é marcado pelo horror gótico, pelas disputas políticas e militares e pelas dinâmicas religiosas entre o catolicismo, o anglicanismo e o protestantismo, o século XIX vê seu medievalismo se focar não somente na recusa ao pensamento neoclássico como também enquanto resposta das dinâmicas capitalistas inglesas.

Ainda assim, o recorte do medievalismo enquanto manifestação específica dos séculos XVII, XVIII e XIX não se mantém, já que o medievalismo viu sua emergência em produções culturais além do entremeio britânico. Ainda que a Inglaterra Moderna tenha simultaneamente atrelado uma volta ao medievo frente às suas produções culturais e políticas, o mesmo não acontece para muitas localidades e produções. De acordo com Michael Alexander³¹, o impulso medievalista advém – independente do contexto político ou social da sociedade – tanto pela recuperação do período medieval quanto pela apropriação de suas formas imagéticas e não necessariamente através de necessidades políticas ou desdobramentos religiosos. Do mesmo modo, Louise D’Arcens reconhece o medievalismo como sendo uma expressão que relaciona seu contexto de produção às referências históricas utilizadas³². Andrew Elliot também reconhece³³ tal relação ao evidenciar o medievalismo enquanto processo cultural e social já que os objetos medievalistas não somente ecoam nossos contextos sociais como também evocam nossas aspirações artísticas e históricas.

Passado na Inglaterra Vitoriana, *Op. cit.*, p. 161-162.

²⁸ SIMMONS, Clare A. **Popular Medievalism in Romantic-Era Britain**, *Op. cit.*, p. 143.

²⁹ TATE MUSEUM. **Victorian Avant-Garde**. Londres: Tate Museum, 2012, p. 9.

³⁰ TRIGGS, Oscar Lovell. William Morris. In: TRIGGS, Oscar Lovell. **The Arts & Crafts Movement**. Nova York: Parkistan International, 2009, p. 163.

³¹ ALEXANDER, Michael. **Medievalism**: The Middle Ages in Modern England, *Op. cit.*, p. XX.

³² D’ARCENS, Louise. Introduction: Medievalism, scope and complexity. In: D’ARCENS, Louise (Ed.). **The Cambridge Companion to Medievalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, p. 2.

³³ ELLIOT, Andrew B. R. **Remaking the Middle Ages**. Carolina do Norte: McFarland & Company Inc. Publishers, 1995, p. 86.



Desse modo, aquém de recortes temporais e geográficos específicos, o medievalismo é, acima de tudo, um processo sociocultural; social porque relaciona os objetos medievalistas à sociedade que os produziu e cultural porque se apropria de processos artísticos medievais como formas e suportes para suas produções. Percebe-se, porém, tal qual o exemplo de "Game of Thrones", que as imagens artísticas e culturais medievais são instrumentalizadas pela sociedade que as concebeu, de modo que não há qualquer desejo, tampouco intento, em se reproduzir um medievo historicamente correto.

O que isso significa é que, segundo Umberto Eco³⁴, o medievo resistiu à representação escrupulosa de sua materialidade cultural e artística; o que se seguiu é a ressignificação de objetos e imagens medievais, de modo que sua historicidade fora resumida à significadores imagéticos. Estes que, de acordo com Elliot³⁵, tem como missão representar um medievo ora imaginado, ora idealizado, mas nunca real.

Um exemplo prático dos significadores de Elliot é a figura do cavaleiro: frequentemente atrelada³⁶ à imagem da armadura, espada e cavalo, posta sob a guisa da lealdade, do cavalheirismo e do amor romântico, a imagem do cavaleiro medieval tal qual amplamente disseminado pelo medievalismo pouco leva em consideração as particularidades não somente materiais de sua indumentária como também às especificidades de sua condição social e política.

Desse modo, a retradução medieval não é, via de regra, histórica em sua intencionalidade: isso significa que os objetos medievais, quaisquer que sejam, não estão e tampouco podem ser ligados às suas utilizações modernas. Da mesma maneira que objetos e signos medievais não podem ser utilizados tal qual sua historicidade em retraduições medievalistas sob o risco de não serem totalmente compreendidos pela audiência. O que se pode perceber é que o medievalismo depende das expectativas do seu espectador³⁷, bem como do tempo e da sociedade presente em que é apresentado, de modo que se possa desenvolver uma relação de ressignificação de signos e imagens medievais.

O medievalismo, assim, incide diretamente³⁸ na percepção social da *autenticidade* histórica em

³⁴ ECO, Umberto. **Sobre Os Espelhos e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989, p. 83.

³⁵ ELLIOT, Andrew B.R. **Remaking the Middle Ages**, *Op. cit.*, p. 49.

³⁶ *Ibidem*, p. 164.

³⁷ CLEMENTS, Pam. Authenticity. *In*: UTZ, Richard; EMERY, Elizabeth (Org.). **Medievalism: Key Critical Terms**, Suffolk: D.D. Brewer, 2014, Não paginado.

³⁸ KEITH KELLY, A. Beyond Historical Accuracy: A Postmodern View of Movies and Medievalism. **Perspicuitas Internet-**



contraposição à *acuidade* histórica; a dificuldade em se acessar o passado medieval³⁹ é contraposta pelas camadas complexas de interpretações históricas⁴⁰ que, dada à complexidade e distância histórica do medievo a nós, não podem ser totalmente verificadas. O que isso significa é que se sacrifica a acuidade – o relato histórico original – em favor de uma autenticidade visual – aquilo que parece ser medieval, em detrimento do relato original – já que, após séculos de retraduições medievalistas, determinada autenticidade histórica já foi sedimentada no repertório visual social.

Não obstante, percebe-se que o medievalismo implica na reutilização e retradução de uma imagem através de seus significadores imagéticos ou narrativos; ainda sim, é possível perceber em tais objetos a hierarquia das imagens⁴¹ – isto é, as diferenças entre real e cópia, original e simulacro – de modo que mesmo retraduzidos, ainda se pode perceber de onde advém sua historicidade.

Como avaliar então a imagem medievalista que não respeita tal hierarquia? Como avaliar imagens onde não se possa perceber o medievo presente, e no lugar a representação se mostra composta de fantasia? Aí apresenta-se o neomedievalismo.

Neomedievalismo compõe os objetos e mídias digitais produzidos na contemporaneidade sobre o medievo; tanto sua metodologia de análise quanto sua produção não possuem grande antologia; o assunto não soma dez anos⁴². Dessa maneira, é difícil estabelecer um consenso crítico, tampouco teórico, para campo tão recente. Ainda assim, percebe-se que o neomedievalismo, diferentemente de seu antecessor, implica em questões primordiais: a falta de referência direta entre objeto medieval e objeto medievalista⁴³, o fator tecnológico⁴⁴ e a ausência da relação de hierarquia entre original medieval e retradução atual⁴⁵. O objetivo do medievalismo é a criação de retraduições medievais, estas onde há link direto entre o medievo cultural e a

Periodicum Mediävistik, 2007, Não paginado. Disponível em: http://www.perspicuitas.uni-essen.de/medievalism/articles/Kelly_Beyond%20Historical%20Accuracy.pdf. Acesso em: 19 de dezembro de 2018.

³⁹ ELLIOT, Andrew R. B. **Remaking the Middle Ages**, *Op. cit.*, p. 40-41.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 112.

⁴¹ CAMILLE, Michael. Simulacrum. In: NELSON, Robert S.; SHIFF, Richard (Eds.). **Critical Terms of Art History, Second Edition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2003, p. 35.

⁴² MATTHEWS, David. **Medievalism: A Critical History**, *Op. cit.*, p. 40.

⁴³ FITZPATRICK, Kelly Ann. (Re)producing (Neo)medievalism. In: FUGELSO, Karl (Eds.). **Studies in Medievalism XX: Defining Neomedievalism(s) II**. Cambridge: D. S. Brewer, 2010, p. 11.

⁴⁴ MOBERLY, Brent; MOBERLY, Kevin. Play. In: UTZ, Richard; EMERY, Elizabeth (Orgs.). **Medievalism: Key Critical Terms**, 2014, e-book, não paginado.

⁴⁵ MODERBLY, Brent; MOBERLY, Kevin. Neomedievalism, Hyperrealism, and Simulation. In: FUGELSO, Karl (Ed.). **Studies in Medievalism XIX: Defining Neomedievalism(s)**. Cambridge: D. S. Brewer, 2010, p. 15.



reutilização contemporânea. O objetivo do neomedievalismo é a criação de algo "novo", onde a cultura medieval é usada apenas como fator inovativo dentro de uma lógica capitalista de mercado.

Uma aplicação prática das principais diferenças entre medievalismo e neomedievalismo é a figura do cavaleiro. A evidência histórica original (figura 1) mostra a figura de um cavaleiro como representado em um manuscrito do século XIII. Pode-se notar os signos ressaltados anteriormente por Elliot: espada, armadura e cavalo⁴⁶; é possível perceber a mesma representação em todas as imagens subsequentes (figura 2-5) indicando que os personagens representados são, de fato, cavaleiros. A mudança, no entanto, ocorre no modo representativo, ora relacionando a imagem contemporânea com a original medieval, ora negando tal relação.



Figura 1. Ilustração de cavaleiro do manuscrito Westminster Psalt, segunda metade do século XIII.

⁴⁶ ELLIOT, Andrew R. B. *Remaking the Middle Ages*, *Op. cit.*, p. 63.





Figura 2. Orlando Bloom como Balian, personagem central de "Cruzada".



Figura 3. Viggo Mortensen como Aragorn, personagem central de "O Retorno do Rei".



Figura 4. Stephen Dillane como Stannis Baratheon, personagem de "Game of Thrones".





Figura 5. Geralt de Rivia, personagem do jogo digital RPG “The Witcher 3: Wild Hunt”.

O personagem de Balian (figura 2) é baseado em uma retradução medievalista, que visa representar a guerra entre Baduíno IV e os mulçumanos durante o século XII. Pode-se notar não somente os signos espada+armadura+cavalo como outros que representam o posicionamento histórico do personagem: o que poderia ser um manto dos cruzados, com estilizações da Cruz Pátea em uma roupagem modificada. As adaptações feitas no manto cruzado de Balian reforçam o caráter medievalista da mídia; este que não se repete com os personagens subsequentes. Aragorn (figura 3), Stannis Baratheon (figura 4) e Geralt de Rivia (figura 5) representam, cada qual à sua maneira, retraduições neomedievalistas do signo medievalista espada+armadura+cavalo. A cota de malha é substituída por proteções corporais de couro, malha e até mesmo ferro fundido, estilizadas de modo a não se relacionarem diretamente com nenhuma evidência histórica ou arqueológica conhecida. As referências imagéticas completas podem ser consultadas na “Lista de Imagens”, ao fim do texto.

O que isso significa é que produções como “O Nome da Rosa”, de 1986 e “Coração Valente” de 1995 podem se inserir no âmbito medievalista na medida em que re-imaginam e reutilizam imagens medievais para fins fílmicos; ainda que a evidência histórica ou arqueológica esteja ausente, a imagem medievalista estabelece uma relação direta entre aquilo que foi e aquilo que a contemporaneidade vê⁴⁷, de modo que os funcionamentos internos de um mosteiro franciscano ou a história de William Wallace ainda podem ser mensuradas e encontradas nos entremeios de sua reutilização.

O mesmo não pode ser dito de “Game of Thrones”, onde a presença de dragões, bruxas e monstros

⁴⁷ ALEXANDER, Michael. **Medievalism: The Middle Ages in Modern England**, *Op. cit.*, p. XX.



de gelo é pálida frente à concepção geográfica e histórica que compõe o território representado. Não há Westeros no mundo real, e ainda sim sua concepção é não somente tangível como acessível, já que é através da utilização de imagens medievalistas e seus significadores onde a produção da mídia se estabelece.

Os signos presentes em “Game of Thrones” e tantas outras mídias neomedievalistas são apenas ressignificações de ressignificações, sem qualquer acuidade histórica, levando assim a uma a-historicidade, uma ausência de História, sacrificando o elo do real em favorecimento da plataforma da interatividade e da fantasia.

Logo, podemos concluir percebendo que a Idade Média reuniu diferentes retraduições; suas imagens foram mistificadas e desmistificadas, utilizadas e reutilizadas, de modo que se pode até mesmo inferir sobre a presença artística e cultural de dois medievos: aquele que foi, conforme podemos ver nos registros históricos e evidências arqueológicas, e aquele que a cultura contemporânea acredita que foi; registrado através da criação de mídias fantásticas.

Iniciado através de um processo de unir a narrativa política à esfera de transformação social e cultural, o medievalismo agora é reproduzido sob a guisa tecnológica da contemporaneidade. Só o tempo poderá denotar o impacto cultural do mesmo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Michael. **Medievalism: The Middle Ages in Modern England**. Connecticut: Yale University Press, 2007.
- BROOKS, Chris. **The Gothic Revival**. Londres: Phaidon Press Limited, 1999.
- SIMMONS, Clare A. **Popular Medievalism in Romantic-Era Britain**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.
- CAMILLE, Michael. Simulacrum. *In*: NELSON, Robert S. SHIFF, Richard (Eds.). **Critical Terms of Art History**. Second Edition. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- CLEMENTS, Pam. Authenticity. *In*: UTZ, Richard. EMERY, Elizabeth (Orgs.). **Medievalism: Key Critical Terms**, Suffolk: D. S Brewer, 2014.
- D'ARCENS, Louise. Introduction: Medievalism, scope and complexity. *In*: D'ARCENS, Louise (Ed.). **The Cambridge Companion to Medievalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- ECO, Umberto. *Sobre Os Espelhos e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.
- ELLIOT, Andrew B. R. **Remaking the Middle Ages**. Carolina do Norte: McFarland & Company Inc. Publishers, 1995.
- FITZPATRICK, Kelly Ann. (Re)producing (Neo)medievalism. *In*: FUGELSO, Karl (Ed.). **Studies in Medievalism XX: Defining Neomedievalism(s) II**. Cambridge: D. S. Brewer, 2010.
- KEITH KELLY, A. Beyond Historical Accuracy: A Postmodern View of Movies and Medievalism, **Perspicuitas Internet-Periodicum Mediävistik**, 2007, Não paginado. Disponível em: <http://www.perspicuitas.uniessen.de/medievalism/articles/Kelly_Beyond%20Historical%20Accuracy.pdf> . Acesso em: 19 de dezembro de 2018.
- MATTHEWS, David. **Medievalism: a Critical History**. Suffolk: D. S. Brewer, 2015.



- MENEGUELLO, Cristina. **Da Ruína ao Edifício**: Neogótico, Reinterpretação e Preservação do Passado na Inglaterra Vitoriana. 2000. 360 f. Dissertação de Doutorado (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- MOBERLY, Brent; MOBERLY, Kevin. Play. *In*: UTZ, Richard. EMERY, Elizabeth (Orgs.). **Medievalism**: Key Critical Terms, Suffolk: D. S. Brewer, 2014, Não paginado.
- MODERBLY, Brent; MOBERLY, Kevin. Neomedievalism, Hyperrealism, and Simulation. *In*: FUGELSO, Karl (Ed.). **Studies in Medievalism XIX**: Defining Neomedievalism(s). Cambridge: D. S. Brewer, 2010.
- SWEET, Rosemary. Antiquaries and Antiquities in Eighteenth-Century England, **Eighteenth-Century Studies**, Baltimore, n. 2, vol. 34, Antiquarians, Connoisseurs and Collectors (winter, 2011), p. 181-206, 2011.
- TATE MUSEUM. **Victorian Avant-Garde**. Londres: Tate Museum, 2012.
- TRIGGS, Oscar Lovell. William Morris. *In*: TRIGGS, Oscar Lovell. **The Arts & Crafts Movement**. Nova York: Parkistan International, 2009.



LISTA DE IMAGENS



Figura 1 – Fragmento de ilustração de cavaleiro do manuscrito Westminster Psalt, segunda metade do século XIII, pergaminho, tinta e ouro, Westminster.





Figura 2 – Orlando Bloom como Balian, personagem central de **Cruzada**, filme de Ridley Scott, 20th Century Fox, 2005.





Figura 3 – Viggo Mortensen como Aragorn, personagem central de **O Retorno do Rei**, adaptação de Peter Jackson, New Line Cinema, 2003.





Figura 4 – Stephen Dillane como Stannis Baratheon, personagem de **O Jogo dos Tronos**, produção por David Benioff e D. B Weiss, HBO, 2011.





Figura 5 – Geralt de Rívia, personagem do jogo digital RPG **The Witcher 3: Wild Hunt**, produtora Projekt Red, 2015.



JOGOS ELETRÔNICOS:

METODOLOGIA PARA PESQUISA

Diego Neivor Perondi Meotti¹

INTRODUÇÃO

Uma das bases do trabalho científico dos historiadores é o uso de documentos de um recorte selecionado, ou que abordem sobre um período, que possibilite reflexões a partir de problemáticas lançadas pelos pesquisadores para a fonte. No século XX, houve a expansão do que os historiadores consideravam como documento histórico para além de documentos oficiais, como cartas, inquéritos, cultura material e narrativas orais. Para cada novo objeto foi necessário que os historiadores realizassem reflexões sobre o trato teórico-metodológico com cada novo tipo documental, entendendo seus elementos gerais e particularidades.

Os jogos eletrônicos são produções culturais historicamente recentes, não fazendo nem 70 anos desde o primeiro modelo criado. As primeiras pesquisas tendo os jogos como objeto datam da década de 1980. Os historiadores, desde então, têm se debruçado em estudos para se pensar no trabalho com os jogos digitais. Tal necessidade levanta algumas problemáticas: o que é um jogo eletrônico? E como analisar as representações históricas nos jogos eletrônicos?

Diante de tais problemáticas colocadas, buscamos, como objetivo, apresentar e refletir sobre uma das possibilidades de análise com tal tipo documental, analisando como as representações históricas são construídas nos jogos, usando como exemplo o jogo *Kingdom Come Deliverance*. No decorrer deste artigo são desenvolvidos os seguintes tópicos: primeiro, procuramos delimitar e contextualizar sobre o que seria um jogo eletrônico; em seguida, apresentamos a análise de Ian Bogost sobre natureza lúdico-narrativa dos jogos eletrônicos, buscando dialogar suas reflexões com o conceito de "representação" do historiador Roger Chartier; após isso, apresentamos e discutimos os aspectos narrativos e espaciais dos jogos eletrônicos; por fim, são trazemos alguns conceitos trabalhados por historiadores tendo os jogos como objeto central de pesquisas.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó. Contato: diego_meotti@hotmail.com.



- *Jogos eletrônicos: especificando e delimitando Contextualização e conceitualização*

Os jogos eletrônicos são produtos que foram desenvolvidos no decorrer dos séculos XX e XXI em um cenário de ampliação do entretenimento e do desenvolvimento tecnológico. Antes de discutimos sobre metodologias para a pesquisa dos jogos, é necessária uma breve contextualização de um produto que possui origem num contexto de desenvolvimento de tecnologias para o entretenimento e numa mais antiga, associada às brincadeiras lúdicas.

Uma das bases dos jogos eletrônicos, a esfera lúdica, é relacionada aos jogos e brincadeiras praticadas em diferentes culturas. O historiador Johan Huizinga, em *Homo Ludens* (1938), apresenta o jogo enquanto uma atividade na qual os seus participantes se integram a um espaço e a um conjunto de regras diferentes das que compõe o seu dia a dia durante um limitado tempo. Ou seja, para Huizinga, uma das características dos jogos é a capacidade de isolamento temporário que dá aos jogadores da sociedade em que vivem, ou limitação, podendo chegar ao fim em qualquer momento, sendo assim, absorvido enquanto uma atividade particular de um grupo social que poderá repeti-la novamente quando bem desejar².

Outra particularidade dos jogos para o historiador está relacionada ao fato de que, dentro de um espaço-tempo delimitado, as regras dos jogos são seguidas e tratadas com seriedade por aqueles que participam³. São regras que fora desses espaços podem perder o sentido, mas são seguidas pelos jogadores durante a atividade.

Um segundo nome importante para o estudo dos jogos⁴ é Chris Crawford e seu trabalho no livro *The Art of Computer Game Design* (1997). Crawford é um *game designer*, foi o primeiro pesquisador que analisou os jogos inseridos em um contexto onde os jogos eletrônicos, ou jogos digitais, já haviam ganhado seu espaço na cultura europeia, norte-americana e asiática⁵. Suas reflexões não procuraram definir um conceito de jogo, mas Crawford buscou apresentar um conjunto de elementos que compõe a sua estrutura por meio dos

² HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução: João Paulo Monteiro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 11.

³ HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução: João Paulo Monteiro. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000, p. 8.

⁴ Houve outros pesquisadores que tiveram os jogos como base de seus estudos, mas que não são trabalhados aqui devido ao tempo destinado a pesquisa. Dentre estes autores estão: David Parlett (1999), Clark C. Abt (1970), Roger Caillois (1962) e Bernard Suits (1990).

⁵ ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play**: Game Design Fundamentals. Cambridge: MIT Press. 1º ed. 2004, p. 90.



conceitos de representação, interação, conflito e segurança⁶.

A representação seria parte de um sistema formal fechado, com representações subjetivas da realidade a partir de um conjunto. Para Crawford, a interatividade é uma forma de representação dinâmica que possibilita a interação do público, gerando acontecimentos e observando seus efeitos no meio⁷. O conflito é definido pelo autor como os obstáculos encontrados pelos jogadores para a conclusão de um objetivo⁸. Já sua noção de segurança se baseia na percepção que os jogos possibilitam a realização de diferentes atividades com variados resultados sem que haja grandes consequências para os jogadores, permitindo um acúmulo de experiência em certas atividades.

Outra perspectiva sobre o conceito de jogo é trazida por Katie Salen e Eric Zimmerman em *Rules of Play – Game Design Fundamentals* (2004). Os *game designers* apresentam a conceitualização de jogo, durante o século XX, a partir dos estudos de vários pesquisadores, sintetizando uma visão a partir disso⁹. Para Salen e Zimmerman, “um *jogo* é um sistema no qual jogadores se envolvem em um conflito artificial, definido por regras, que resultam em um resultado quantificável”¹⁰. No interior dessa reflexão sobre o que é um jogo, os autores apresentam também os elementos que o compõe a partir das noções de: sistema, jogadores, artificial, conflito, regras e resultados quantificáveis¹¹.

A segunda esfera, importante para a compreensão dos jogos eletrônicos, ocorre a partir do desenvolvimento tecnológico no século XX. Nicolas Sevchenko, em *A corrida para o século XXI* (2001), apresenta esse acelerado desenvolvimento que ocorreu no XX, comparando os momentos de prosperidade, avanço e crise nas sociedades com subidas e decidas de uma montanha russa. Para Sevchenko:

A aceleração das inovações tecnológicas se dá agora numa escala multiplicativa, uma autêntica reação em cadeia, de modo que em curtos intervalos de tempo o conjunto do aparato tecnológico vigente passa por saltos qualitativos em que a ampliação, a condensação e a miniaturização de seus potenciais reconfiguram completamente o universo de possibilidades e expectativas, tornando-o cada vez mais imprevisível, irresistível e incompreensível¹².

⁶ CRAWFORD, Chris. What is a game? In: CRAWFORD, Chris. **The art of computer game design**. Berkeley: Osborne Press. 2º ed. 1997, p. 6-14.

⁷ CRAWFORD, Chris. What is a game? In: CRAWFORD, Chris. **The art of computer game design**. *Op. cit.*, p. 8-10.

⁸ *Ibidem*, p. 12-3.

⁹ ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play: Game Design Fundamentals**. *Op. cit.*, p. 86-96.

¹⁰ *Ibidem*, p. 11.

¹¹ *Idem*.

¹² SEVCENKO, N. Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios. SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa**. São Paulo: Cia das Letras. 2º ed. 2004, p. 16-17.



Esse avanço tecnológico acelerado foi impulsionado durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para fins militares. Após o conflito, tais tecnologias foram adaptadas para o mercado consumidor¹³, gerando o acúmulo monetário de investidores interessados em obter lucro através do entretenimento das camadas populares. O uso das novas tecnologias para o divertimento foi chamado por Sevcenko de *Indústria do Entretenimento*¹⁴. O desenvolvimento dos jogos está inserido no processo de aperfeiçoamento da fotografia e do cinema. Indo de imagens estáticas para imagens em movimento e chegando ao ponto onde o público teria a possibilidade de interagir com a imagem.

A história dos jogos digitais pode ser dividida em dois avanços. O primeiro se trata do desenvolvimento tanto dos *hardwares* quanto dos *softwares* tornando possível a criação de jogos com mecânicas mais complexas e gráficos cada vez mais detalhados dentro de uma corrida comercial iniciada pela empresa norte-americana *Arcade* na década de 1970. A popularização dos jogos impulsionou nos anos 1970 a inserção de empresas japonesas no negócio¹⁵. Nas décadas de 1980 e 1990, observou-se, a partir dos novos consoles¹⁶, capazes de serem conectados a televisores nas casas devido ao tamanho reduzido, uma migração do público dos *fliperamas*¹⁷ para o ambiente doméstico¹⁸. No final do século XX e no XXI, a história dos jogos é marcada pela miniaturização e condensação de várias tecnologias em apenas um produto, inicialmente nos celulares e depois em *smartphones* e *tablets*. Mantendo os jogadores conectados através da *Internet*. Tal processo foi denominado como *cultura de convergência* por Henry Jenkins¹⁹. O segundo avanço são os espaços onde o público consome os jogos e a interação entre estes. Até os anos 1970, prevaleceu os jogos em *fliperamas*, espaços que possibilitam a reunião de várias pessoas que interagem antes, durante e após jogar, possibilitando discussões sobre variadas características de um jogo. Em um segundo momento, ocorreu a criação dos consoles e a migração de parte deste público para ambientes domiciliares, diminuindo o número

¹³ GOLDBERG *apud*. BELLO, Robson Scarassati. Sobre História e Videogames: Possibilidades de análise teórico-metodológica, **Anais** (Simpósio Nacional de História), 27, 2013, p. 9-10.

¹⁴ SEVCENKO, N. Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios. *In*: SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa**. *Op. cit.*, p. 73-74.

¹⁵ KENT *apud* SILVA, Alex Alvarez. Aprendizagem histórica e jogos eletrônicos: a consciência histórica entre o conhecimento e a simulação. *In*: **Anais...** (Simpósio Nacional de História), Campus Universitário Darcy Ribeiro, Distrito Federal-DF, 29, 2017, p. 1.

¹⁶ Sinônimo de videogame, das máquinas produzidas para se poder jogar os jogos eletrônicos.

¹⁷ *Fliperamas* são estabelecimentos comerciais onde havia vários *arcades* onde as pessoas compram moedas para poderem jogar.

¹⁸ BELLO, Robson Scarassati. Sobre História e Videogames: Possibilidades de análise teórico-metodológica. *Op. cit.*, p. 10.

¹⁹ JENKINS, Henry. Introdução: "venere no altar da convergência". *In*: JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph. 1º ed. 2015, p. 27-51.



de jogadores e conseqüentemente as possibilidades de leituras e discussões sobre os jogos. O terceiro momento deste avanço surge com a *Internet*, permitindo que jogadores em espaços diferentes jogassem juntos além de aumentar as discussões sobre jogos e o número de participantes destas.

Os jogos eletrônicos são produtos em constante desenvolvimento. Nestas cinco décadas, os jogos passaram de grandes caixas em que rodavam apenas um jogo (*arcades*) a consoles e computadores menores, permitindo o consumo de mais jogos. Além do avanço nos *hardwares*, houve também o avanço de tecnologias que suportavam cada vez mais dados (cartuchos, CDs, DVDs, *Blu-Ray* e, por fim, a mídia digital), permitindo que jogos cada vez mais detalhados pudessem ser jogados nos consoles e computadores que, por sua vez, se tornavam cada vez melhores²⁰. Os jogos, neste trajeto, passaram por desenvolvimentos em suas características gráficas e técnicas. A constante necessidade de trazer algo novo ao mercado exigia dos desenvolvedores uma constante busca por tecnologias que permitissem o desenvolvimento dos gráficos e de possibilidades de jogabilidade, atraindo assim o público e gerando lucro.

Definir um objeto composto por diferentes características provenientes de variados produtos torna a atividade de conceitualização de jogo uma ação complexa. Salen e Zimmerman estudam os jogos a partir dos elementos que compõe um sistema²¹, sendo estes os objetos, os atributos e as relações em um espaço. Tais elementos aparecem, com maior ou menor destaque, dependendo do foco dado pelos desenvolvedores nos sistemas formal, experiencial e cultural²². Salen e Zimmerman procuram lançar em seu livro não uma definição, mas elencar aspectos dos jogos digitais que se destacam nesse e não em outros tipos de jogos.

A primeira característica da qual podemos falar é a interatividade e o imediatismo. Todos os jogos possuem em si elementos de interação, sendo mais livres ou restritivos a partir das regras propostas e das punições, caso sejam quebradas. Essa característica, nos jogos eletrônicos, se apresenta como limitadora, uma

²⁰ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015) Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016, p. 42-48.

²¹ Um sistema, segundo os autores, é entendido enquanto um grupo de elementos (de objetos, seres) inter-relacionados que formam um todo complexo, sendo possível pensar em três sistemas que compõe os jogos digitais: um sistema formal, baseado nas regras; um sistema experiencial, que se baseia nas experiências dos jogadores com o jogo, e um terceiro sistema, associado à cultura e à forma como elementos trazidos pelos jogadores e desenvolvedores a partir de uma reflexão sobre representações em que as peças de um jogo se relacionam com uma estrutura de uma sociedade. Todos esses sistemas estão ligados e servem de possibilidade para o direcionamento de estudos referentes aos jogos. ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play**: Game Design Fundamentals. *Op. cit.*, p. 63-68.

²² *Ibidem*, p. 98.



vez que o jogo é restrito pelas possibilidades programadas pelos desenvolvedores. O imediatismo se manifesta durante o jogo, respondendo às ações dos jogadores de maneira rápida sem que exista a necessidade dos jogadores conhecerem todas as regras previamente para que possam jogar. Por exemplo, em jogos de tabuleiro RPGs, ao menos uma pessoa, o mestre, precisa obrigatoriamente conhecer o máximo de informações possíveis sobre as características do jogo e da narrativa. Porém, para que o enredo corra de forma fluida sem interrupções e questionamentos é necessário que os jogadores conheçam as regras e possibilidades destas. Em jogos eletrônicos, conhecer as regras pode ser uma forma de tirar vantagem, mas não é uma necessidade imposta que inviabiliza a experiência.

Outro aspecto é a manipulação de informação. Em jogos de tabuleiros temos acesso a um grande conjunto de informações, desde uma visão completa do espaço de jogo até as possibilidades de ações a serem efetuados pelos jogadores. Já nos jogos eletrônicos, há uma manipulação do que, quando e como são mostradas as informações. Tais informações variam desde aspectos narrativos, como segredos envolvendo personagens que, caso o jogador soubesse, poderia mudar completamente a narrativa²³. Outra forma de manipular as informações seria, por exemplo, em jogos de combate em que os jogadores enfrentam inimigos que podem ser ou outros jogadores ou personagens controlados pela inteligência artificial do jogo. O fato dos jogadores não saberem onde seus inimigos estão pode ser considerado como uma forma de manter a tensão prévia antes de uma batalha, tornando a experiência do jogo mais emocionante e inesperada.

O terceiro aspecto se refere às ações automáticas dos jogos, que não precisam que os jogadores façam algo para a narrativa continuar, nem que estes necessitem um conhecimento geral do jogo para a sua continuidade. Por fim, a quarta e última característica dos jogos eletrônicos são as possibilidades de se comunicar com outros jogadores à distância. A comunicação se faz presente em outros tipos de jogos, é fundamental e ocorre independente do jogo ser ou não eletrônico. Porém, os avanços tecnológicos na área de comunicação tornaram possível a conversação de pessoas espacialmente distantes²⁴.

Como podemos ver, os jogos digitais, embora possuam elementos narrativos e organizacionais de outros objetos culturais, não devem ser estudados a partir de um ou dois destes traços, mas sim a partir de

²³ Como no caso do jogo de *Playstation 3 Heavy Rain* (2010), um jogo onde os jogadores controlam quatro personagens diferentes com narrativas interligadas que buscam encontrar pistas sobre o assassino do origami. Ora, se os jogadores soubessem que um dos protagonistas era o assassino, a narrativa seria percorrida de uma maneira bem diferente do que quando não há tal informação.

²⁴ ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play**: Game Design Fundamentals. *Op. cit.*, p. 99-100.



seu conjunto que dá a sua especificidade enquanto objeto cultural de representações, havendo pesquisadores e correntes teóricas que debateram – e ainda debatem – intensamente a sua natureza, ora destacando seu aspecto narrativo, ora seu aspecto lúdico.

NARRATIVA E/OU LÚDICO

Como apontamos anteriormente, os jogos eletrônicos surgiram enquanto um produto de entretenimento em meados da década de 1970. Estudos sobre jogos digitais começaram a ser realizados na década de 1990. Atualmente, existem três linhas teóricas e metodológicas que têm os jogos enquanto objeto de estudo, onde focam em refletir sobre seu aspecto narrativo ou sobre o lúdico.

A primeira linha de análise foi denominada de *narratológica*, tendo as estudiosas Janet Murry e Marie-Laure Ryan como algumas das principais pesquisadoras na área. Seus estudos focaram em análises sobre as narrativas nos jogos eletrônicos e como estas são construídas nessas mídias. Dentro da análise de Murray, destacamos o papel que os jogadores têm ao interagirem com uma narrativa, estando estas apenas completas, para autora, a partir do momento que são jogadas. Nesse sentido, as narrativas desenvolvidas pelos programadores são enredos pré-programas, tendo possibilidades e desdobramentos narrativos que apenas se efetivam com as ações e escolhas dos jogadores²⁵. Das análises de Ryan, trazemos duas formas como as narrativas são construídas nos jogos, sendo apresentadas como jogos narrativos e histórias jogáveis. A diferença entre as duas se dá pelo fato de que, para Ryan, enquanto a primeira já apresenta aos jogares um enredo definido, a segunda dá elementos no jogo que possibilitem aos jogadores criarem suas próprias narrativas²⁶.

A segunda corrente de análise é chamada de *ludologista*, tendo como destaque aqui os estudos de Espen Aarseth. Tal linha de estudo tem como foco principal analisar os jogos a partir de suas características lúdicas. Aarseth, em suas pesquisas, aborda sobre o conceito de texto ergótico. Tais narrativas são construídas a partir de variadas escolhas, porém não se tratam de ambiguidades narrativas a partir de interpretações de um único enredo, mas de diferentes caminhos que constroem narrativas a partir das decisões dos jogadores²⁷.

²⁵ MURRAY, Janet. **Hamlet no Holodeck**: Futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Unesp, 1ª ed., 2003. p. 78.

²⁶ RYAN, Marie-Laure. From Narrative Games to Playable Stories: Toward a Poetics of Interactive Narrative. **StoryWorlds: A Journal of Narrative Studies**, Columbus (Ohio), v. 1, n. 1, 2009, p. 52.

²⁷ AARSETH, Espen. Introduction: Ergodic Literature. In: AARSETH, Espen. **Cybertext**: Perspectives on Ergodic Literature. Baltimore:



Além disso, Aarseth aponta a importância das ações dos jogadores, pois além de usarem a visão, realizam outras ações no mundo físico que se refletem em uma ação no mundo virtual. Essa tríplice aliança (jogo, máquina e jogador) dá o caráter de simulação, sendo fundamental para se diferenciar o assistir do jogar²⁸.

Além destas duas correntes de estudo existe uma terceira, que se propõe a pensar tanto o aspecto narrativo quanto o lúdico nos jogos digitais quando estes se apresentam no produto. Tal linha de análise é trabalhada pelo filósofo e *designer* de jogos Ian Bogost no livro *Persuasive Games: the expressive power of videogames* (2007), através do conceito de *retórica procedimental*. Para Bogost:

Retórica procedimental, então, é uma prática dos usos de processos de persuasão. Mais especificamente, retórica procedimental é a prática de persuasão através de processos em geral e processos computacionais em particular. Assim como a retórica verbal é útil para ambos, o orador e a audiência, e assim como a retórica escrita é útil para ambos, escritor e o leitor, a retórica procedimental também é útil para ambos, o programador e o usuário, o *designer* de jogos e para o jogador. A retórica procedimental é uma técnica para fazer argumentos com sistemas computacionais e para analisar argumentos computacionais que outros criaram²⁹.

O conceito de retórica procedimental procura apresentar os jogos enquanto objetos construídos a partir das intenções dos desenvolvedores, sejam estas de cunho mercadológico ou ideologias (religiosas, políticas, étnicas, sociais), através da programação³⁰.

Neste aspecto podemos relacionar o conceito de Bogost com o de representação de Roger Chartier. Chartier busca pensar como os diferentes grupos procuram construir uma visão que os identifique e os distingue dos demais não somente a partir de características socioprofissionais, mas de um conjunto mais diversificado como opiniões políticas, étnicas e/ou sociais³¹. Sua perspectiva colabora para este estudo, pois jogos históricos, como veremos a seguir de forma mais sistemática, procuram construir um sistema a partir de um conjunto de representações subjetivas. Mesmo com o auxílio de historiadores, são os desenvolvedores que escolhem o que colocar e o que aprofundar em um jogo, sendo muitas de suas escolhas com vistas ao mercado, um mercado cada vez mais diversificado e plural que busca construir seus produtos para alcançar

John Hopkins University Press, 1ª ed., 1997, p. 3.

²⁸ *Ibidem*, p. 21.

²⁹ BOGOST, Ian. Procedural rhetoric. In: BOGOST, Ian. **Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames**. Cambridge, MA; London, England: The MIT Press, 1ª ed., 2007, p. 3.

³⁰ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). *Op. cit.*, p. 39-42.

³¹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1ª ed., 2002, p. 69.



um maior número de pessoas. Entretanto, não são somente as concepções mercadológicas que ditam a produção de um jogo. As ideologias dos desenvolvedores também marcam seus produtos.

Os jogos, nesse sentido, se enquadram enquanto produções culturais que possibilitam a manifestação de discursos apresentados por meio de suas especificidades programadas pelos desenvolvedores e pela relação que os jogadores desenvolvem em suas experiências. Tais experiências são procedurais³² e, para Bogost, envolvem a manipulação de símbolos, de construções e interpretações em um sistema simbólico que governe o pensamento ou a ação humana³³. Tais manipulações, quando utilizadas em contextos históricos, são problemáticas, pois podem envolver a exclusão de características importantes no presente que, se não são frutos de percepções de mercado, podem ser de aspectos ideológicos conflitantes com as ideias dos desenvolvedores. Mas como de fato podemos analisar metodologicamente um jogo eletrônico?

METODOLOGIA E FONTE

Sevcenko (2001) menciona, em sua obra, a importância dos parques de diversão enquanto parte da ascensão de uma indústria voltada para o entretenimento. Muitos parques possuem espaços imersivos com temáticas de terror por onde os expectadores percorrem corredores escuros e apertados, possibilitando uma experiência assustadora. Outros parques possuem atrações focadas em uma obra cinematográfica, como nos filmes da série *Jurassic Park* ou da trilogia *De volta para o Futuro*. Estas atrações proporcionam ao público uma experiência controlada em que o espectador faz parte daquele universo por alguns minutos. Os jogos eletrônicos se assemelham com tais atrações por proporcionarem semelhante sensação, mas se diferenciam na interatividade que a experiência proporciona. Nos parques, as pessoas só podem olhar e interagir dentro de espaços estritamente delimitados. Já nos jogos, espera-se que interajam, que explorem todos os espaços. Além disso,

Outra diferença entre passeios e jogos surge destas questões reais de segurança pela vida e bem-estar: passeios em parques temáticos restringem a exploração e interação para controlar o

³² Bogost utiliza o conceito de "procedimento" para caracterizar formas estabelecidas e arraigadas de fazer alguma coisa. Invocando uma de autoridade e/ou burocracia, o autor pensa nos computadores de forma procedimental, pois, para este, "como nas cortes e burocracias, os softwares de computador estabelecem regras de execução, tarefas e ações que podem ou não podem ser realizadas". BOGOST, Ian. Procedural rhetoric. In: BOGOST, Ian. **Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames**. Op. cit., p. 4.

³³ *Ibidem*, p. 5.



equilíbrio das sensações. Enquanto jogadores de jogos em 3D podem explorar uma vasta paisagem virtual e aprender como controlar os movimentos no 3D, passeios em parques temáticos são grandes experiências lineares sem ou com pouco acesso interativo. O jogador controla as mãos e braços de um personagem de jogo e "chega" ao mundo do jogo. Em oposição, visitantes de parques temáticos têm, nos passeios, uma pequena chance de interferência no sensual e otimizado espetáculo que eles estão "montando".³⁴

Para analisarmos metodologicamente *Kingdom Come Deliverance*, nos aprofundamos no trabalho de Michael Nitsche, desenvolvido na obra *Videogame Spaces: image, play and structure in 3D worlds* (2008). Em sua obra, Nitsche procura estudar os espaços virtuais tridimensionais dos jogos eletrônicos. Locais que se tornaram cada vez maiores e mais acessíveis com o desenvolvimento de técnicas e tecnologias³⁵. O autor procura focar seu estudo nos ambientes virtuais enquanto lugares evocativo-narrativos, apontando que o espaço virtual, além de proporcionar a interação e jogabilidade, também complementa a narrativa de um jogo, sendo um importante elemento de interpretação.

Para tal, Nitsche trata os desenvolvedores não enquanto contadores de histórias, mas enquanto arquitetos narrativos, pois constroem no mundo virtual elementos que dialogam com um enredo. Nitsche não foi o único autor a dar destaque para o ambiente virtual. Henry Jenkins (2008) tratou sobre a criação de locais que estariam a serviço da narrativa:

A narrativa ambientada cria as pré-condições para uma experiência imersiva narrativa em ao menos uma destas quatro formas: histórias espaciais podem evocar associações narrativas pré-existentes; elas podem prover um local de encenação onde eventos narrativos são montados; elas podem incorporar informações narrativas dentro de uma encenação; ou podem fornecer recursos para narrativas emergentes.³⁶

Jenkins, em seu texto, traz quatro modelos de espaços enquanto contadores de narrativas: evocativos, encenado, emergente e embutida³⁷. O mais importante para pensarmos nos ambientes enquanto partes de narrativas é o fato dos jogadores terem suas experiências nessa camada vista como um espaço mediador. Jogos eletrônicos possuem também outra camada que consiste em cálculos e programação de códigos onde os jogos são primeiramente construídos. Tal camada normalmente não aparece durante um

³⁴ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces: Image, Play, and Structure in 3D Worlds**. Massachussets: MIT Press, 1ª ed., 2008, p. 13-14.

³⁵ *Ibidem*, p. 2.

³⁶ JENKINS, Henry. *Game Design as Narrative Architecture*. In: WARDRIP-FRUIIN, N; HARRINGAN, P. **First Person**. Cambridge: MIT Press, 1ª ed. 2004, p. 123.

³⁷ *Ibidem*, p. 123-128.



jogo, surgindo somente em momentos em que um jogo “quebra” ou ocorre algum problema³⁸. Essa camada seria o meio termo que Aarseth aponta nos textos ergóticos, pois existe o jogador que interage com os controles ligados a uma máquina e a máquina propriamente dita, que “interpreta” as ações do jogador por meio dos cibertextos disponíveis no banco de dados do jogo e, por fim, as representa na tela na forma imagens em movimento, podendo, assim, contar uma história. A narrativa, então, seria um processo de construção dos elementos narrativos e espaciais percebidos pelos jogadores. Deste modo, estes

Elementos narrativos evocativos encorajam os jogadores a projetar significados dentro dos eventos, objetos e espaço no mundo do jogo. Eles ajudam a infundir significados. Os valores não são realizados no nível do elemento em si, mas na forma como os jogadores leem e os conectam. Criando estas conexões, os jogadores podem formar narrativas que se referem ao mundo do jogo. Se este significado atribuído se torna muito forte, os próprios itens podem sair do espaço baseado em regras, espaço fictício, espaço social e até mesmo o espaço do jogo³⁹.

A relação do jogador é fundamental para a percepção destes elementos, ou para perceber ausências dentro da própria construção do espaço, como, por exemplo, vemos em *Kingdom Come Deliverance*, que é focado em uma realidade militar que demonstra alguns aspectos da vida cotidiana dos aldeões. A construção de uma narrativa, ou de uma Boêmia do século XV, é realizada de diferentes formas na medida em que os jogadores exploram esse universo criado pelos desenvolvedores. Dentro destes elementos, Nitsche aborda tanto sobre as construções narrativas dos jogos como sobre diferentes estruturas em 3D que proporcionam a elaboração de diferentes formas de narrativa.

CONSTITUINDO NARRATIVAS

Um importante elemento que diferencia os jogos eletrônicos de outras mídias é a capacidade de agência e interação dos jogadores com a narrativa apresentada ou criada por estes, a partir dos elementos presentes no jogo⁴⁰. Uma problemática que Nitsche traz sobre as narrativas nos jogos é o seu caráter obrigatório na agência, ou seja, é uma demanda exigida pelo uso do produto que irá obrigar uma ação independente de sua natureza moral⁴¹.

Nesse caso, são construídas linhas narrativas a partir das demandas dispostas em uma narrativa

³⁸ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 25.

³⁹ *Ibidem*, p. 44.

⁴⁰ RYAN, Marie-Laure. From Narrative Games to Playable Stories: Toward a Poetics of Interactive Narrative. *Op. cit.*, p. 45.

⁴¹ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 50.



principal e por elementos espalhados pelo mundo do jogo, elementos estes que somente surgem e possuem sentido por meio dos jogadores quando estes têm acesso a tais elementos⁴². Um exemplo curioso aparece durante uma das missões principais em *Kingdom Come Deliverance*, no qual o protagonista investiga a circulação de moedas falsas usadas para pagamento do exército inimigo. Durante a investigação em uma vila, o jogador se depara com parte da população em frente a uma casa onde um homem havia sido morto. Após conversar com o responsável pela investigação, Henry entra na casa e vê a cena: um homem morto com algo escrito com seu sangue na parede. O protagonista, no início do jogo, é analfabeto, não sabe ler nem escrever, mas, a partir do momento que entra em contato com homens de poder, um escrivão é indicado para ensiná-lo a ler. Se Henry aprendesse a ler, identificaria a escrita em sangue como sendo “Judas”, dando uma compreensão maior das razões que levaram tal personagem a ser morto.

As sequências de eventos que formam uma narrativa em um jogo ocorrem em núcleos chamados de *quest* (missão), em um enredo principal, e *sidequests* (missões secundárias) para tramas secundárias que podem ou não ter relação com a principal. Tais elementos narrativos vêm na perspectiva que Ryan chamou de *jogos narrativos* (*narrative games*), em que as narrativas vêm de cima para baixo, ou seja, são pré-produzidas dentro de estruturas de eventos. Uma tática apontada por Ryan para tornar a interação atrativa para os jogadores nesses jogos ocorrem de duas formas: o primeiro seria começar com um conjunto de problemas a serem resolvidos, ações a serem tomadas, armas a serem usadas, efeitos a serem criados, ou seja, o *design* da jogabilidade para então envolver tais características em uma história. A segunda possibilidade consiste em, a partir de um contexto histórico específico, inserir possibilidades de ação do jogador para torná-la interativa⁴³. No caso de *Kingdom Come*, podemos pressupor que ocorreu a segunda opção, a partir dos *jogos narrativos*, uma vez que se apropria de um recorte do passado e insere elementos de jogabilidade e meios de ação em um contexto pré-existente e que atraem o público mais pelo espaço apresentado do que pela narrativa focada em um período de conflitos.

Outra característica narrativa apontada por Ryan e Nitsche na construção dos enredos seria o uso de padrões utilizados pelos desenvolvedores. Um padrão muito utilizado é o de *monomito*, discutido por Joseph Campbell em *O Herói de Mil Faces* (1949). Campbell argumenta em sua obra sobre a existência de padrões

⁴² NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 53.

⁴³ RYAN, Marie-Laure. From Narrative Games to Playable Stories: Toward a Poetics of Interactive Narrative. *Op. cit.*, p. 52.



narrativos nos contos e nos mitos de todos os povos humanos. Sua abordagem buscou apresentar como narrativas indígenas teriam elementos estruturais iguais na Grécia ou em qualquer outro lugar do mundo. As narrativas compõem elementos universais divididos em três grandes atos que possuem suas subdivisões. Alguns desses elementos comuns seriam: a existência de acontecimentos que mudam drasticamente a vida comum que o herói possuía, mestres que o orientam no enredo, testes, provocações e o caminho de volta.

Nitsche destaca que a maioria dos jogos, entretanto, não utiliza de tal método para produzir suas histórias. Porém, a importância da obra de Campbell está no fato de poder ser aplicada para a compreensão dos processos de desenvolvimento de um personagem dentro de uma narrativa através da ação dos jogadores, portanto, mesmo que a narrativa não siga os elementos apontados por Campbell, podem ser usados para compreender o desenvolvimento do protagonista na narrativa⁴⁴. O desenvolvimento dos personagens principais são o centro das narrativas e, em um espaço 3D, os jogadores têm a possibilidade de circularem com certa liberdade dentro do espaço delimitado. Os eventos narrativos (*quests*), segundo Nitsche, só vêm à tona com a participação do jogador⁴⁵.

A narrativa, desse modo, se apresenta enquanto fundamental dentro da estrutura de um jogo que se propõe a ser histórico, uma vez que os elementos presentes na relação do protagonista com os demais personagens darão a tônica de verossimilhança das relações no século XIV. Contudo, o espaço em que o enredo se passa também é fundamental para a imersão dos jogadores em uma Boêmia do século XIV.

PERCEPÇÕES E ESPAÇOS

Para compreender a estrutura dos espaços virtuais, Nitsche realizou estudos interdisciplinares, com reflexões e estudos de arquitetos, buscando primeiro compreender a estruturas dos espaços reais para então se aprofundar nas características particulares dos virtuais⁴⁶. O autor dividiu seu estudo dos espaços em duas partes por meio dos conceitos de *apresentação* e *funcionalidade*:

Apresentação é compreendida como um elemento expressivo dos videogames. Surge da necessária interpretação das regras e dados dentro de uma forma que o jogador possa ler. A apresentação, nos atuais jogos comerciais, usa predominantemente elementos audiovisuais. (...) *Funcionalidade* se refere ao acesso interativo e às regras subjacentes que determinam o que o jogador pode fazer no espaço de jogo e o que espaço pode fazer para se ajustar a isso.⁴⁷

⁴⁴ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 59.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 64.

⁴⁶ *Ibidem.*, p. 14.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 7.



A apresentação, nesse caso, é a forma como os bancos de dados dos jogos são interpretados pelas plataformas/hardwares (XBOX ONE, PC e Playstation 4, por exemplo) e como às transmitem pelos monitores através de imagens em movimento interativas. A câmera virtual é um dos principais elementos de transmissão e dramatização de eventos e ações que se desenrolam em uma narrativa⁴⁸. As câmeras são as lentes que permitiram com que os jogadores experimentem um mundo virtual. As escolhas de ângulos, assim como no cinema, podem apontar as intenções dos autores, pois os ângulos em que os eventos são demonstrados procuram trazer diferentes sensações na experiência de assistir e de jogar.

Uma característica que diferencia as câmeras de cinema das utilizadas na produção de jogos é sua natureza matemática. Câmeras virtuais são entidades matemáticas, elas não gravam uma luz refletida em um evento, mas sim criam uma projeção de um ponto de vista imaginado⁴⁹, sendo assim, uma força criativa geradora de experiências espaciais. É tradicional que um jogo possua um tipo de câmera principal durante o jogo e sejam usadas outras durante diálogos ou cinemáticas para assim ampliar a compreensão da história.

Porém, o uso de câmeras limitadas é propositalmente utilizado nos jogos para suportarem sua funcionalidade, ou seja, a forma como as regras são apresentadas, pois, diferente de câmeras de filmes, nos jogos a interação dos jogadores proporcionam constantes alterações na movimentação, necessitando que a câmera apresente a ação de uma forma compreensível para o jogador, tornando-a assim preparada para um conjunto de ações possíveis dentro do jogo⁵⁰.

Nitsche apresenta em seu livro vários estilos de câmeras e suas diferentes funções nos jogos. Concentramos-nos, aqui, em apresentar o modelo que se refere à câmera utilizada na fonte, o estilo de câmera em primeira pessoa (*first-person point of view*). Esse modelo de câmera virtual é focado em apresentar um jogo a partir da perspectiva de uma pessoa. Tal apresentação de mundo limitada é adotada como uma estratégia para o jogador visualizar aquele mundo a partir dos olhos do personagem assumido⁵¹. O uso da câmera em primeira pessoa, nesse sentido, tem a função de dramatizar um enredo a partir do ponto de vista do personagem controlado pelos jogadores⁵².

⁴⁸ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 83.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 90.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 93.

⁵¹ *Ibidem*, p. 102.

⁵² *Ibidem*, p. 108.



Essa possibilidade de realizar uma narrativa interativa que seja atrativa e instigante com tal perspectiva de câmera é uma característica que, embora funcione em alguns filmes, principalmente do gênero terror, não é tão amplamente usada pelos diretores. Em jogos, porém, há diferentes gêneros que se utilizam de tal câmera para atribuir ao jogador a experiência de que ele faz parte da narrativa do jogo ao apresentar o mundo através dos olhos de uma pessoa. Em jogos de conflitos armados, por exemplo, a câmera em primeira pessoa é muito utilizada, pois proporciona a visão dos personagens no mundo, mas principalmente no porte deste de uma arma, podendo mirar e atirar com ela de uma maneira realista, sendo essa, inclusive, a principal forma de propaganda destes jogos: o realismo e diferenciação de cada arma. Já em jogos de terror a câmera possibilita uma experiência de medo constante pelo fato da visão se limitar a uma direção, pois, quando a câmera fica atrás do personagem controlado, muitas vezes os jogadores têm a liberdade de movimentá-la em um ângulo cego do protagonista, diminuindo os sustos e o clima de tensão na experiência.

A câmera, em *Kingdom Come Deliverance*, nos momentos de jogabilidade, tem a função de apresentar a dificuldade de sobrevivência naquele contexto. No jogo, pode-se perceber que a câmera em primeira pessoa possui duas funções: uma primeira seria a contemplação do jogo, pois, uma vez que este é apresentado enquanto o mais realista historicamente, apresenta-lo em uma câmera em que tudo o que o jogador observa faz parte do espaço representado da Boêmia do século XIV auxilia na percepção de autenticidade do recorte representado. A segunda função seria a de possibilitar uma experiência realista de como eram as lutas no período, pois, além de haver uma mecânica de jogo difícil, a câmera limita a visão dos jogadores⁵³ em uma direção, forçando-os a enfrentarem um número reduzido de inimigos, além de que, para o sucesso no embate, o jogador seja forçado a tê-los todos no seu campo de visão.

⁵³ O estilo de câmera em *primeira* pessoa já é um modelo de câmera que visa limitar visão dos jogadores. Em *Kingdom Come Deliverance*, quando o jogador utiliza um capacete que protege toda a cabeça a visão fica ainda mais limitada. A proteção de rosto é colocada somente em momentos de confronto, pois os jogadores passam a ver somente a partir deste visor.





Imagem 1: Visão em primeira pessoa (a esquerda com um capacete sem visor e a direita com visor). Fonte: jogo *Kingdom Come Deliverance*.

Imagem produzida pelo autor.

Já o segundo aspecto espacial discutido por Nitsche, a *funcionalidade*, é o que:

(...)descreve o que um jogador pode e como pode fazer em um jogo. É um produto das bases de regras procedimentais das mídias digitais, que permitem usos dinâmicos e mudanças dos dados do jogo. Muitos sistemas aplicam técnicas procedimentais, incluindo inteligência artificial, sistemas ficcionais interativos e simulações⁵⁴.

Trata-se, portanto, do espaço e dos elementos que compõe a representação virtual em que os jogadores interagem durante a experiência e que respondem às ações realizadas durante a atividade. Desse modo, para Nitsche, os objetos disponíveis para observação e interação, bem como os personagens controlados pela inteligência artificial do jogo e seu conjunto de ações e reações, são elementos evocativos narrativos no espaço virtual que só ocorrem a partir da interação do jogador, permitindo, desse modo, compreensões subjetivas sobre o que é apresentado⁵⁵.

Nitsche, em seu livro, busca usar exemplos de espaços reais como metáforas para compreender a construção do mundo virtual, sendo estes: *playground*, *sand box* e *garden*. O parquinho (*playground*) seria um espaço onde as crianças e jogadores poderiam interagir em um amplo espaço com relativa liberdade de circulação, porém, sem a possibilidade de realizar qualquer alteração na estrutura apresentada. A caixa de areia (*sand box*) seria um espaço em que as crianças ou jogadores construiriam suas estruturas a partir dos elementos disponíveis no espaço, podendo, inclusive, destruir e construir novas estruturas. Já o jardim (*garden*) seria um espaço pensando enquanto ambiente interligado, como um ecossistema, aponta Bello,

⁵⁴ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 157.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 159.



onde cada ação poderia alterar parte do espaço representado⁵⁶.

Além destas metáforas já existentes, Nitsche discute outras três: os trilhos, os labirintos e as arenas. Os *trilhos* são definidos como trajetos entre dois pontos. Jogos com tal formato possuem uma exploração muito limitada enquanto parte da experiência que os desenvolvedores quiseram apresentar, favorecendo assim a dramaticidade do enredo, uma vez que faz com que os jogadores percorram um caminho para chegar a um ponto onde há eventos e encontros marcantes, possibilitando um maior engajamento emocional dos jogadores nessas ocasiões⁵⁷.

Quanto ao *labirinto*, Nitsche aponta quatro tipos: os *não lineares*, com múltiplos cursos, o *linear*, de um único curso, o *labirinto de rizoma*, onde cada parte pode ser conectada com qualquer outra e, por fim, o *labirinto lógico*, que depende das condições de acesso. Um exemplo de labirinto lógico é o jogo *Resident Evil II* (2019), onde o espaço é uma delegacia com vários caminhos fechados ou bloqueados, sendo todos interligados, porém com o acesso sendo liberado somente conforme o jogador o explora. O foco, nesse tipo de estrutura espacial, é o da movimentação por um local restrito que molda a experiência nas missões.

As *arenas*, por sua vez, são grandes espaços que permitem uma movimentação livre, além de proporcionar uma alta visibilidade do local⁵⁸. São espaços fechados, com barreiras ou cercas com pouca exploração, sendo mais usada em jogos para fins de combates. Bello, em sua dissertação, analisa essas seis estruturas enquanto partes que dialogam dentro de um jogo⁵⁹. Um videogame que se caracteriza enquanto *playground* também pode conter missões em trilhos em que o jogador deve ir de um ponto a outro, correndo o risco do cancelamento ou falha desta se mudar de percurso no meio do caminho.

Kingdom Come Deliverance se enquadra enquanto um jogo cujo espaço é o *playground*, onde o jogador assume o personagem Henry numa região da Boêmia nos séculos XIV-XV, com seus castelos feitos com tijolos, muros de pedra e madeira, casas, vilas e florestas prontas, sem que seja permitido ao jogador modificar o espaço de forma livre. As missões principais possuem o elemento dos mapas de trilhos, porém, a maioria das missões, primárias e secundárias, são mais livres, podendo ser iniciadas em um momento e

⁵⁶ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). *Op. cit.*, p. 162.

⁵⁷ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 172-6.

⁵⁸ NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces**: Image, Play, and Structure in 3D Worlds. *Op. cit.*, p. 183.

⁵⁹ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). *Op. cit.*, p. 162-163.



completadas semanas depois do início, havendo poucas exceções à regra no decorrer no jogo.

JOGOS HISTÓRICOS

Como podemos constatar até aqui, já foram realizadas várias pesquisas tendo os jogos eletrônicos como objeto de reflexões teórico-metodológicas. Além de dialogar com tais trabalhos, os historiadores buscaram, ao longo das últimas décadas, fazer suas contribuições à área.

Uricchio procura pensar os jogos históricos não enquanto um gênero de jogos, mas enquanto um espectro para implicações e possibilidades de representações e simulações históricas. Ou seja, para Uricchio o apelo histórico em um jogo varia, havendo jogos que procuram restringir os jogadores a um cenário específico com uma ideia de máxima aproximação com o fato ocorrido, enquanto outros jogos procuram representar/simular por meio de processos históricos abstratos ou estruturais. Ambos os espectros possuem um caráter especulativo, a ideia do “e se”, não somente se aplicando um aspecto narrativo, mas à agência atribuída aos jogadores dentro do espaço histórico criado⁶⁰.

Outro importante aspecto trabalhado pelo autor é referente às representações e simulações. Para Uricchio, os jogos são máquinas que simulam e, assim, produzem representações hipotéticas⁶¹. Ou seja, as representações históricas são construídas pelos jogadores. A percepção sobre o contexto desenvolvido no recorte do jogo, através dos elementos encontrados na simulação, são elementos já presentes nos dados, mas não no campo de visão dos jogadores, possibilitando diferentes representações históricas a partir das ações de cada jogador no seu envolvimento com o jogo.

Nessa relação, entre História e jogos históricos, outro importante conceito é de “autenticidade histórica”. Trata-se, para Salvati e Bullinger, de uma negociação entre detalhes históricos e elementos ficcionais presentes em uma narrativa histórica. Em tal negociação a preocupação principal é apresentar mais uma experiência do que uma fidelidade precisa. Trata-se de escolhas que delimitam o que de autêntico é apresentado num enredo⁶².

⁶⁰ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). *Op. cit.*, p. 328.

⁶¹ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). *Op. cit.*, p. 333.

⁶² SALVATI, Andre J.; BULLINGER, Jonathan M. Selective Authenticity and the Playable Past. In: KAPPELL, Mathew Wilhelm; ELLIOT, Andrew B.R. (Orgs). **Playing with the Past**. Digital Games and the Simulation of History. New York: Bloomsbury, 1ª ed., 2013,



Tal percepção é associada não somente aos fatos históricos, mas à forma como são apresentados no jogo, possibilitando uma experiência que se pareça autêntica. Essa atmosfera de autenticidade, para Salvati e Bullinger, pode ser atribuída de diferentes formas, como: fetichismo tecnológico, convenções cinematográficas e autoridade derivadas na forma de documentário⁶³. Em *Kingdom Come Deliverance* pode-se pensar em algumas das formas criadas pelos desenvolvedores: 1) na jogabilidade, seu estilo de jogo simulador busca trazer um maior realismo durante o jogo, nos combates, na movimentação e na sobrevivência do protagonista no recorte e no desenvolvimento de habilidades durante o jogo. O jogador, deste modo, aprimora o conhecimento sobre o jogo e sobre o contexto do século XIV, tanto na jogabilidade como na quantidade de informações presentes no código do jogo; 2) assim, ao trazer toda uma construção artística do recorte, introduz os jogadores com uma cinemática que explica o recorte com a manifestação artística do contexto; e, por fim, 3) o uso de fontes para a criação do período e personagens reais em sua narrativa, segundo os desenvolvedores⁶⁴.

A construção desse passado autêntico ocorre não só ao buscar legitimidade no passado, mas com o conjunto de percepções contemporâneas que existem sobre esse passado em nossa sociedade⁶⁵. Há uma extensa lista de filmes, livros ou séries que têm um contexto medieval em seu enredo, utilizando como recorte elementos das cruzadas, da cavalaria, do poder da Igreja e da figura dos reis daquele período. Tais representações, segundo Clemens Reisner, por sua vez, também atribuem autenticidade ao produto, uma vez que compõem um imaginário amplamente consumido⁶⁶. *Kingdom Come Deliverance*, assim, está inserido em um contexto onde cada vez mais as fontes se tornam acessíveis, sendo utilizadas para além de artigos,

p. 157.

⁶³ SALVATI, Andre J.; BULLINGER, Jonathan M. Selective Authenticity and the Playable Past. In: KAPPELL, Mathew Wilhelm; ELLIOT, Andrew B.R. (Orgs). **Playing with the Past**. Digital Games and the Simulation of History. New York: Bloomsbury, 1ª ed., 2013, *loc cit*.

⁶⁴ Durante uma apresentação, no evento *Digital Dragons*, de 2018, o desenvolvedor chefe, Daniel Vávra aborda sobre *Kingdom Come Deliverance* ser um jogo Histórico. Nela constrói sua argumentação do porquê seu jogo é histórico e fidedigno pelo fato de usarem fontes que abordam diversos aspectos da realidade daquele período, sendo inseridos em alguns momentos da narrativa e em missões secundárias, por exemplo. A apresentação está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=puXwyIDCQCg>>. Acessado em: 13/06/2019.

⁶⁵ BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed* (2007-2015). *Op. cit.*, p. 58.

⁶⁶ REISNER, Clemens. "The Reality Behind It All Is Very True": Call of Duty: Black Ops and the Remembrance of the Cold War. In: KAPPELL, Mathew Wilhelm; ELLIOT, Andrew B.R. (Orgs). **Playing with the Past**. Digital Games and the Simulation of History, *Op. cit.*, p. 249. No caso de Reisner, o autor aborda sobre o jogo *Call of Duty: Black Ops* (2010), mas também serve para pensarmos em *Kingdom Come Deliverance* e outros jogos.



dissertações e teses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos na primeira parte do artigo, os jogos eletrônicos são objetos midiáticos que possuem elementos tanto do aspecto lúdico quanto do desenvolvimento tecnológico. É um produto que possui diferentes características e, para a realização de um trabalho historiográfico a partir de tal fonte, é necessário que o pesquisador tenha consciência da especificidade de como esse conjunto de atributos, já existentes em outras fontes, se apresenta nos jogos.

Ao apresentarmos as discussões teóricas interdisciplinares percebe-se o quão múltiplas são as possibilidades para se pensar nos jogos. Acreditamos que a terceira corrente, a partir das reflexões de Ian Bogost, seja uma linha de estudo que possibilite o aproveitamento das outras duas. Pois, além de analisar os aspectos lúdicos e narrativos dos jogos, Bogost expande o tema ao tratar da intencionalidade por detrás da criação dos jogos. Tal reflexão já é trabalhada por historiadores focados nas representações há décadas, a saber, a relação entre desenvolvedor, jogo e público e destes com as imagens construídas.

Buscamos aqui discutir os aspectos narrativos e espaciais dos jogos enquanto partes de um conjunto que visa apresentar uma percepção de passado, tanto através dos diálogos dos personagens como das interações no espaço virtual. A liberdade dada aos jogadores na movimentação e interação pelo mundo virtual, bem como a forma como as missões e os enredos são construídos, têm objetivos, mensagens ou percepções da realidade, tanto do presente como do passado. Por fim, trazer conceitos elaborados dentro da historiografia visou não apenas apresentar possibilidades, como a noção de autenticidade seletiva, mas aproximar ainda mais o documento da História e dos historiadores brasileiros, contribuindo assim para o crescimento das pesquisas com jogos eletrônicos no Brasil.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARSETH, Espen. Introduction: Ergotic Literature. *In*: AARSETH, Espen. **Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1ª ed., p. 1-23, 1997.
- ABT, Clark C. **Serious Games**. New York: Viking Press, 1ª ed., 1970.
- BELLO, Robson Scarassati; VASCONCELOS, José Antonio. O videogame como mídia de representação histórica, **Revista Observatório**, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 216-250, ago. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3950>.
- BELLO, Robson Scarassati. Sobre História e Videogames: Possibilidades de análise teórico-metodológica, **Anais...**, Simpósio Nacional de História, 27, p. 1-17, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371302546_ARQUIVO_RobsonBelloAnpuh2013.pdf. Acessado em: 21 jan. 2020.
- BELLO, Robson Scarassati. **Video Game como Representação Histórica**: Narrativa, espaço e jogabilidade, em *Assassin's Creed (2007-2015)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.
- BOGOST, Ian. Procedural rhetoric. *In*: BOGOST, Ian. **Persuasive Games: The Expressive Power of Videogames**. Cambridge, MA; London, England.: The MIT Press, 1ª ed., p. 1-65, 2007.
- CAILLOIS, Roger. **Man, Play, and Games**. London: Thames and Hudson, 1ª ed., 1962.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In*: CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1ª ed., p. 61-80, 2002.
- CHARTIER, Roger. Introdução. *In*: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 2ª ed., p. 13-28, 1990.
- CRAWFORD, Chris. What is a game? *In*: CRAWFORD, Chris. **The art of computer game design**. Berkeley:



Osborne Press, 2ª ed., p. 6-14, 1997.

D'ARCENS, Louise. **The Cambridge Companion to Medievalism**. New York: Cambridge University Press, 1ª ed., 2016.

ESKELINEN, M. The Gaming Situation, **Game Studies**. [S.l.], v.1, n.1, jul. 2001. Disponível em: <<http://cmc.uib.no/gamestudies/0101/eskelinen/>>. Acesso em 15 ago. 2012.

FUGELSO, KARL. **Studies in Medievalism XIX: defining neomedievalism(s)**. Cambridge: D. S. Brewer, 1ª ed., 2010.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução: João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 4ª ed., 2000.

JENKINS, Henry. Game Design as Narrative Architecture. *In*: WARDRIP-FRUIIN, N; HARRINGAN, P. **First Person**. Cambridge: MIT Press, 1ª ed., p. 118-130, 2004.

JENKINS, Henry. Introdução: "venere no altar da convergência". *In*: JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 1ª ed., p. 28-51, 2015.

JENKINS, Keith. O que é a história? *In*: **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 3ª ed., p. 23-52, 2006.

KLINE, Daniel T. **Digital Gaming Re-imagines the Middle Ages**. New York: Routledge, 1ª ed., 2014.

MURRAY, Janet. **Hamlet no Holodeck: Futuro da narrativa no ciberespaço**. São Paulo: Unesp, 1ª ed., 2003.

NITSCHKE, Michael. **Video Game Spaces: Image, Play, and Structure in 3D Worlds**. Massachusetts: MIT Press, 1ª ed., 2008.

PARLETT, David. **The Oxford History of Board Games**. Oxford: Oxford University Press, 1ª ed., 1999.

REISNER, Clemens. "The Reality Behind It All Is Very True": Call of Duty: Black Ops and the Remembrance of the Cold War. *In*: KAPPELL, Mathew Wilhelm; ELLIOT, Andrew B.R. (Orgs). **Playing with the Past. Digital Games and the Simulation of History**. New York: Bloomsbury, 1ª ed., p. 247-260, 2013.



RYAN, Marie-Laure. From Narrative Games to Playable Stories: Toward a Poetics of Interactive Narrative. **StoryWorlds: A Journal of Narrative Studies**, Columbus (Ohio), v. 1, n. 1, p. 43-59, 2009.

SALVATI, Andre J.; BULLINGER, Jonathan M. Selective Authenticity and the Playable Past. In: KAPPELL, Mathew Wilhelm; ELLIOT, Andrew B.R. (Orgs). **Playing with the Past**. Digital Games and the Simulation of History. New York: Bloomsbury, 1ª ed., p. 153-167, 2013.

SEVCENKO, N. Aceleração tecnológica, mudanças econômicas e desequilíbrios. In: SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI**: No loop da montanha-russa. São Paulo: Cia das Letras, 2ª ed., p. 23-58, 2004.

SILVA, Alex Alvarez. Aprendizagem histórica e jogos eletrônicos: a consciência histórica entre o conhecimento e a simulação, **Anais...** (Simpósio Nacional de História), Campus Universitário Darcy Ribeiro, Distrito Federal, 29, p.1-17, 2017. Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502912975_ARQUIVO_Aprendizagemhistoricaejogoseletronicos.pdf. Acessado em: 27 out. 2017.

STURTEVANT, Paul B. **The Middle Ages in Popular Imagination**: Memory, Film and Medievalism. London: Ibtauris, 1ª ed., 2018.

SUITS, Bernard. **Grasshopper**: Games, Life, and Utopia. Peterborough: Broadview Press Inc, 3ª ed., 2014.

URICCHIO, William. Simulation, History and Computer Games. In: RAESSENS, Joost; GOLDSTEIN, Jeffrey H. (Eds). **Handbook of Computer Game Studies**. Cambridge, MA: MIT PRESS, 1ª ed., p. 327-338, 2005.

ZIMMERMAN, Eric. Narrative, Interactivity, Play, and Games: Four Naughty Concepts in Need of Discipline. In: WARDRIP-FRUIIN, N.; HARRINGAN, P. **First Person**. Cambridge: MIT Press, 1ª ed., p. 154-63, 2004.

ZIMMERMAN, Eric; SALEN, Katie. **Rules of Play**: Game Design Fundamentals. Cambridge: MIT Press, 1ª ed., 2004.



IDADE MÉDIA COMO ELEMENTO DA RETÓRICA COLONIAL DO SÉCULO XIX

Eduarda Moysés Temponi¹

NÃO SÓ NOS 1800. O MEDIEVAL FORA DA IDADE MÉDIA

Em uma publicação desse tipo, ou seja, na qual diversos dos participantes se engajam na discussão lançada pelos estudos do medievalismo, talvez possa parecer sem sentido começar um texto com a definição de medievalismo. Por outro lado, pode ser justamente esse o motivo para que essa discussão seja útil. Será que todos compreendem o fenômeno da mesma forma? Quais são as utilidades do uso do termo, e qual o sentido da integração dessa pesquisa no campo de estudos do medievalismo?

A presença da Idade Média na contemporaneidade é inegável. Por vezes pensamos que o medieval irá sumir das mídias – o fim de *Game of Thrones* em 2019 foi uma dessas vezes. Depois de uma série cujo sucesso foi tão absurdo, será que o medieval continuaria presente nas televisões ou serviços de *streaming* das casas de todo o mundo? Não basta ter a palavra Idade Média na descrição para que o público seja cativado, é necessário mais do que isso. A existência de duas novelas medievais em seguida, transmitidas por duas emissoras brasileiras diferentes, demonstra isso: tanto que a Idade Média é muito viva no presente, quanto que não basta ter “medieval” na descrição para que a produção midiática ou cultural seja bem aceita pela audiência. Isso porque ambas as novelas não foram lá o que podemos chamar de sucesso de público².

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: eduarda.temponi@gmail.com.

² Disponível em: <https://gente.ig.com.br/tvenovela/2018-07-29/deus-salve-o-rei-fracasso.html> e <https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/2018/01/fracasso-belaventura-termina-de-forma-enigmatica-e-com-baixa-audiencia-na-record>. As reportagens se propõem a explicar o motivo pelo qual as novelas foram fracassos de audiência. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.



Ainda assim, o fato de que o Brasil, lugar que nem viveu o período medieval, produziu duas novelas abordando a época, é significativo. Voltando a uma análise global, surge ainda *The Witcher* no mesmo ano do término de *Game of Thrones*, a série mais popular da história da HBO³. Por sua vez, essa série de fantasia medieval se tornou a terceira série de maior sucesso nos serviços de *streaming* dos EUA⁴. Todos esses fenômenos são exemplos do que chamamos de medievalismo.

Não são necessárias grandes revelações para se demonstrar a presença da Idade Média na contemporaneidade. É quase tão óbvia a conclusão que isso não significa que qualquer produção cultural que fale sobre a Idade Média será muito lida, divulgada ou conhecida. Até porque, se o medieval é uma temática tão popular, é evidente que para além dos *Senhores dos Anéis*, existem outros que nunca decolaram. Para compreender o que é aqui chamado de medievalismo, além de ver a existência e abrangência do fenômeno nos dias de hoje, é interessante perceber também sua existência ao longo do tempo. Com outras palavras, a contemporaneidade está longe de ser pioneira nas frequentes produções envolvendo a Idade Média.

Visando justamente investigar essas diferentes formas sob as quais a Idade Média foi percebida e construída por períodos posteriores a ela que é utilizado o termo "medievalismo" (*medievalism*). O conceito, advindo da área dos estudos culturais ingleses, além de delimitar uma das áreas de maior crescimento nos estudos medievais durante os últimos trinta anos⁵, pode ser utilizado como chave para entender a cultura dos períodos que criam discursos sobre o medievo⁶. Uma especificidade do campo de estudos do medievalismo, é o fato de que ele estabelece, muitas vezes, um diálogo com os estudos pós-coloniais.

Sendo assim, estão enquadradas no medievalismo desde obras literárias até filmes, passando pela historiografia e por obras filosóficas, até chegar nos exemplos mais cotidianos – como feiras ou bares medievais. Nessa categoria poderia se enquadrar desde ondas arquitetônicas como o neogótico, originado

³ Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/cultura/o-que-explica-o-sucesso-de-game-of-thrones-.html>. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

⁴ Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/artegenda/the-witcher-se-torna-um-dos-grandes-sucessos-da-netflix-em-2019-1.389879>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

⁵ "Medievalism, here understood as the investigation into the different ways in which the Middle Ages have been perceived and constructed by later periods, has, for the last 30 years or so, become one of the fastest-growing branches of medieval studies." BERNIS, Ute; JOHNSTON, Andrew James. Medievalism: A very short introduction. **European Journal of English Studies** 15. 2, 2011, p. 97.

⁶ SIMONS, John (Ed.). **From medieval to medievalism**. Nova York: Springer, 1992, p. 1.



no século XVIII, até a existência do pai de Betty que, na série *Mad Men*⁷, pedia à neta para que lesse *Decline and Fall of the Roman Empire* antes de ele dormir. Não deixa de ser notável também ter sido um medievalista que, junto com um historiador do antigo regime, fundou a *Escola dos Annales*.

Focando especificamente no século XIX, o britânico David Matthews aponta que entre os anos 1839 e 1851, o medievalismo esteve presente em toda parte: arquitetura, literatura, ópera, religião e teoria política. Esse período, auge do medievalismo não acadêmico, teve seu final na *Grande Exibição de 1851* – que buscava recriar o progresso da história do mundo em uma galeria. O autor aponta que, após essa fase, única e inaugural, “medievalismo declinou em todas as esferas culturais, exceto na arquitetura”⁸ e que com a formalização dos estudos medievais, as formas não profissionais de produção sobre o medievo entram em declínio.

Não sabemos até que ponto essa informação procede completamente, visto que é possível ver até um aumento do uso do termo *Middle Ages* [Idade Média] na imprensa britânica durante os cinquenta últimos anos desse mesmo século⁹. Isso, mesmo que venha a ser apenas um reflexo da institucionalização dos estudos medievais, não deixa de ser caracterizado como uma produção cultural não acadêmica que estava em ascensão. De toda forma, é nesse período que a Idade Média surge na academia, como veremos. Também nesse século os nacionalismos das potências europeias não mediam esforços para se justificar enquanto potência nas suas histórias “de origem”, nas suas origens medievais. Todavia, nem só em Carlos Magno e Rei Arthur¹⁰ reside o medievalismo, ele está também presente na genealogia do racismo. A discussão filosófica criada em torno da chamada “querela das duas raças” é um grande exemplo disso.

Dentre os primeiros teóricos que acreditavam nessa ideia, o mais notável seria Henri de Boulainvilles (1727). Segundo essa linha de pensamento, a nobreza francesa descenderia da raça germânica (superior),

⁷ Disponível em: <https://www.mentalfloss.com/article/62447/12-works-literature-were-featured-mad-men>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

⁸ MATTHEWS, David. **Medievalism**: A critical history. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2015, p. xi.

⁹ Disponível em: [https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/search/results?basicsearch="middle%20ages"&phrasesearch=middle%20ages&exactsearch=false&retrievecountrycounts=false](https://www.britishnewspaperarchive.co.uk/search/results?basicsearch=). Acesso em: 01 de abril de 2018.

¹⁰ Carlos Magno e Rei Arthur foram utilizados como símbolos das origens medievais francesa e inglesa.



enquanto o restante da França viria dos romanos (inferiores)¹¹. Para melhor compreensão dessa ideia, longas explicações seriam necessárias, mas para que o leitor entenda qual é a relação existente entre isso e a Idade Média, basta lembrá-lo da ideia comum de que a Idade Média começou com as “invasões bárbaras ou germânicas” que teriam acabado com o Império Romano. Já na segunda metade do século XIX, Arthur de Gobineau, conhecido por ser um dos primeiros autores que situam a raça como motor da história, também usa da ideia da querela das duas raças para justificar seu ponto. De uma forma ou de outra, a concepção de que os povos germânicos eram superiores aos romanos, povos esses que teoricamente deram origem à Idade Média, é usada em Gobineau para formular uma das teorias do racismo mais conhecidas nos dias de hoje. Vale lembrar que Gobineau, ainda que não tenha ficado tão conhecido no século XIX, foi popularizado e utilizado em grande escala pelo regime nazista¹². Guardemos essa ideia que mostra que há, possivelmente, relações entre os usos da Idade Média e o racismo e lembremos que o medievalismo não possui apenas uma faceta. Os usos da Idade Média podem ter consequências inocentes ou desastrosas, podem ter motivações acadêmicas ou despretensiosas.

A IDADE MÉDIA E A HISTÓRIA NA INGLATERRA

Outra questão que nos será útil é compreender o desenvolvimento da História Medieval na Inglaterra. Isso porque, uma vez que tratamos da definição de medievalismo e pudemos perceber a abrangência que ele pode atingir, iremos nos deslocar para tratar mais especificamente de uma das tantas Histórias produzidas ao longo do século XIX. Mais especificamente, da obra *Comprehensive History of India* [*História Abrangente da Índia*]. O livro, produzido em um contexto colonial, faz parte de um processo de reinterpretação da história indiana, que, apoiado em perspectivas britânicas, fabricou narrativas que têm como referência a história europeia. Essa realidade contribuiu para a criação de uma “Idade Média” para a História indiana, em associação à História europeia. O medievalismo num contexto indiano, além disso, parte da suposição de que as

¹¹ GAHYVA, Helga. “A epopeia da decadência”: um estudo sobre o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), de A. de Gobineau. **Mana**, v. 17, n. 3, p. 501-518, 2011 e ARENDT, Hannah. O pensamento racial antes do racismo. In: **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 188-214.

¹² GAHYVA, Helga. “A epopeia da decadência”: um estudo sobre o *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855), de A. de Gobineau. **Mana**, v. 17, n. 3, p. 501-518, 2011 e ARENDT, Hannah. O pensamento racial antes do racismo. In: **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 188-214.



experiências históricas são lineares, progressivas e universais – características que, ainda que contraditórias, são simultâneas.

Se a Idade Média surge na Índia pelo feito de britânicos (não só Beveridge), antes de tratarmos propriamente das implicações disso, a gênese da História Medieval na Inglaterra será abordada. Afinal, qual seria o sentido de transplantar esse período para outro espaço que considerava tê-lo vivido, se o medievo não fosse tão importante para a própria História inglesa?

Esse resgate da institucionalização dos estudos medievais na Grã-Bretanha pode começar, como mostra David Matthews¹³, já na reforma de Henrique VIII, quando coleções de manuscritos medievais começam a ser arquivadas por estudiosos na tentativa de impedir o descarte desses por reformadores, que os viam como inúteis. Esse movimento impulsiona o início do estudo da literatura e das línguas medievais na Inglaterra, que pode ser datado no final do século XVI. Quanto ao início do estudo da história da Idade Média, poderíamos localizá-lo a partir da organização dos *Atos dos Santos (Acta Sanctorum)* por Jean Bolland, durante os anos 1630. Esses estudos recebem certo apoio Real, visto que a partir deles foi possível o resgate de aparentes continuidades de uma igreja britânica, e certo apoio parlamentar, visando a busca de precedentes medievais para o Parlamento – campo da teoria política. Passado esse período inicial, o crescimento dos estudos medievais diminui significativamente, ficando relegado a antiquários marginais e permanecendo fora do cânone de aprendizado¹⁴.

É importante perceber que essa história da Idade Média falada até então, se expandiu nos tempos das *histórias*. A respeito disso, no momento em que utilizamos um conceito, estamos tanto fazendo um uso único, daquele momento; quanto remetendo a uma tradição que contempla esse conceito. Até o século XVIII, o conceito de história era plural: as histórias. Nesse contexto, elas carregavam exemplos morais. Em algum momento no século dezoito ele deixa de ser plural, tornando-se singular e, por volta de 1780 surgem críticas a esse uso do termo “história”, que não se tratava mais de “um conceito que reportasse a uma clara relação

¹³ MATTHEWS, David. **Medievalism**: A critical history. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2015, p. 1-10.

¹⁴ “One of the greatest of early works in medieval studies in Britain, George Hickes’s *Linguarum Veterum Septentrionalium Thesaurus Grammatico-Criticus et Archaeologicus* (1703-05), was produced while its author was in hiding as a result of his refusal to swear allegiance to the monarchs William and Mary and his subsequent outlawry. The most prolific editor of this period, Thomas Hearne, was also a nonjuror who at one stage “was literally locked out of the [Bodleian] library” as a response to his political views.” MATTHEWS, David. **Medievalism**: A critical history. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2015, p. 3.



sujeito/objeto". A partir de então, a História passou a ser sobre algo/alguém, com a finalidade de ensinar a alguém – a História passa a ser o seu próprio sujeito e seu objeto¹⁵. É dessa História que falaremos agora, a história que se pretende com H maiúsculo. Que traja a veste científica e constrói o alicerce de uma verdade.

Continuando, quando as coleções de manuscritos medievais das bibliotecas de Cotton e Harley foram expostas ao público com a abertura do Museu Britânico em 1753, o interesse dos antiquários em relação à época medieval mais uma vez cresce e, nos anos após as Guerras Napoleônicas (1803-1815), esse interesse aos poucos se converte em estudos formais, com a criação de uma disciplina acadêmica formalizada. Matthews aponta que, no Reino Unido, o estudo acadêmico da História Medieval é inicialmente impulsionado pelas chamadas *Rolls Series* (*Crônicas e Memoriais da Grã-Bretanha e Irlanda durante a Idade Média*) em 1857 e se profissionaliza oficialmente a partir do surgimento da *English Historical Review* em 1886.

A COLONIZAÇÃO E A IDADE MÉDIA NA HISTÓRIA DA ÍNDIA

Faz sentido que tenha sido justamente nesse período que *A História Abrangente da Índia* tenha sido publicada: no momento em que os estudos formais da História Medieval estavam se estabelecendo no Reino Unido. Nesse momento, admitia-se que, assim como existiu no Reino Unido, a Idade Média também existiria nos outros lugares do planeta. Seria importante para as histórias locais, assim como fora para a britânica. Ainda que continuasse sendo, permanentemente, mímica¹⁶. Uma imitação de uma Idade Média ideal, sempre equívoca, sempre imperfeita, sempre insuficiente.

Dessa forma, "o projeto colonial europeu, envolveu a 'invenção' da história e da civilização do terceiro mundo por meio de uma utilização/manipulação complexa de conhecimentos e práticas já existentes", de acordo com Daud Ali¹⁷. O autor afirma que ao mesmo tempo que a Índia é construída como contrária à Europa,

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

¹⁶ BHABHA, Homi K. Da Mímica e do Homem: a Ambivalência do Discurso Colonial. In: **O local da cultura**. trad. Eliana de LL Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 129-138.

¹⁷ ALI, Daud. The historiography of the Medieval in South Asia. **Journal of the Royal Asiatic Society**, v. 22, n. 1, p. 7-12, 2012 e ALI, Daud. Recognizing Europe in India: Colonial master narratives and the writing of Indian History In: **Contesting the Master Narrative: Essays in Social History**. Iowa: University of Iowa Press, 1998, p. 95.



é constante a tentativa de transformá-la em uma versão do Ocidente, e é nessa perspectiva que a caracterização da Índia como medieval por Henry Beveridge pode ser analisada.

Levando em consideração o que Henry Beveridge aponta na introdução da obra, a Idade Média sobre a qual ele fala começa com o início do domínio do islã na Índia (século VI) e termina com o início de sua derrocada (com a descoberta do Cabo da Boa Esperança). Essa divisão, que coincide a era islâmica com a era medieval, tem em seu outro lado da moeda a associação inerente dos muçulmanos ao medievo. A mesma perspectiva aparece também nos escritos de Edward Gibbon, um dos autores fundamentais para a História medieval. Para Gibbon, os muçulmanos eram “coevos com o mais obscuro e indolente período dos anais europeus”¹⁸. É relevante, apesar disso, levar em consideração que ao longo do livro essa caracterização é um pouco confusa e as linhas ficam pouco claras. Mais sobre isso será discutido adiante.

A partir do que foi dito, é possível refletir sobre as justificativas fornecidas por Beveridge para introduzir em sua obra uma história dividida nos períodos antigo, medieval e moderno. Ainda na introdução do livro, o orientalista e advogado de origem escocesa alega que os períodos por ele denominados antigo e medieval foram introduzidos no livro com fins de contextualização. Sua teoria suporta a ideia de que a história ficaria incompleta sem os dois períodos que, em sua perspectiva, necessariamente antecedem a modernidade. A obra, jamais finalizada, contaria com vinte volumes – dos quais apenas três foram publicados. Apenas no primeiro volume a Idade Média e a Antiguidade foram abordadas, o que se explica pelo fato de que a modernidade seria “tratada com a abundância proporcional à sua importância intrínseca, e ao interesse que deriva de sua conexão íntima com a história britânica”¹⁹, de acordo com Beveridge.

É necessário, ainda, pontuar que essa não foi a única obra que fez essa divisão. Longe disso, “antiguidade, Idade Média e modernidade” passou a ser a tríade temporal que ritmou a historiografia indiana, em especial a partir dos anos 1920, pouco depois da publicação da obra *The Early History of India*

¹⁸ SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 69.

¹⁹ Tradução nossa, do original “The last of these periods, forming the proper subject of the present history, will be treated with a fullness proportioned to its intrinsic importance, and the interest it derives from its intimate connection with British history.” em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 44.



(1904), de Vincent Smith²⁰. Desde então, até o final do século XX, a Idade Média, antes “desconhecida” enquanto nomenclatura para os indianos, passou a existir enquanto sombra da colonização. Embora essa divisão só tenha sido generalizada a partir de Smith, era possível encontrar o medieval indiano em obras até mesmo anteriores, como é o caso de *A Comprehensive History of India* de Henry Beveridge (1862).

A historiografia indiana tratou, daí em diante, de mobilizar o medieval de variadas formas. Independentemente disso, é possível dizer que em *Comprehensive History of India* o orientalismo e o medievalismo andam juntos. Agora explicaremos mais a fundo o que seria esse orientalismo e as formas que ele toma com Beveridge. De acordo com Edward Said²¹, falar de orientalismo é principalmente falar de uma empresa cultural francesa e britânica, não se tratando de uma correspondência entre o orientalismo e o Oriente, mas de uma consistência que existe internamente ao orientalismo e as ideias dele formadas sobre o Oriente.

O Oriente, assim, não é um fato inerte, não tem uma realidade exatamente correspondente: a relação Oriente/Ocidente é uma relação de poder. Said afirma que não é apenas uma estrutura de mitos que irá se dismantelar quando a verdade for exposta; o Ocidental se coloca em vantagem relativa nesse discurso, de forma que nunca a perca. Isso é, não basta demonstrar que aquilo afirmado e reafirmado pelos discursos orientalistas não é real para fazer com que esses discursos percam sua validade. O orientalismo é, portanto, o conjunto de discursos que criam o Oriente e que inventam suas características como se fossem reais, não se importando com a empiria. Além disso, o orientalismo utiliza da ideia de autoridade/exterioridade (o Oriente está “lá”) em relação a Europa e também a ideia de alteridade, já que ele passa a ser o Outro.

A representação europeia do muçulmano, do otomano ou do árabe, assim como feita por Henry Beveridge, seria, nessa lógica, um modo de controlar, ainda que no discurso, o “temível Oriente”. Essas “domesticações do exótico” acontecem entre todas as culturas, todavia, o que Said pretende enfatizar é que o orientalista desempenha esse tipo de operação mental utilizando imagens e vocábulos próprios. Um desses casos é a pressuposição errônea de que Maomé era para o islã o mesmo que Cristo para os cristãos, que

²⁰ ALI, Daud. The historiography of the Medieval in South Asia. **Journal of the Royal Asiatic Society**, v. 22, n. 1, p. 7-12, 2012 e ALI, Daud. Recognizing Europe in India: Colonial master narratives and the writing of Indian History *In: Contesting the Master Narrative: Essays in Social History*. Iowa: University of Iowa Press, 1998, p. 95-130.

²¹ SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 13-41.



comumente contribuía para que Maomé se tornasse um epíteto de impostor. Com Henry Beveridge isso não é diferente, sendo que o autor chega a chamar diretamente o islã de “impostor”.

Exemplo disso, é que o autor utiliza do termo *maometanismo*, que é descrito por Said como um termo insultante justamente porque estabelece uma comparação de Maomé com Jesus. O termo condiz perfeitamente com a retórica de que Maomé é inferior e representa um sistema forjado, falso, impostor – é o oposto que não é totalmente oposto, visto que há uma identificação (não totalmente explícita) nessa relação.

“O maometanismo, que progrediu pouco até o momento em que utilizava apenas da persuasão para se propagar, logo que começou a empunhar a espada espalhou-se rapidamente por todos os lados”²². O trecho, além de ilustrar o uso do vocábulo em questão, também explicita uma opinião do autor reafirmada ao longo do texto, ainda que de formas menos diretas do que essa. Para o escocês, a religião islâmica havia progredido pouco inicialmente, porque foi empregada a persuasão para propagá-la. Foi apenas quando eles impuseram as espadas que ela vingou. É possível depreender disso que o autor considera o islã uma religião violenta, uma vez que imposta pela arma. Voluntariamente, a adesão em massa não era uma possibilidade factível para Beveridge.

Para além disso, os muçulmanos são descritos ao longo do texto a partir de um repertório de estereótipos típicos: são frequentemente agressivos, fanáticos, devassos e bárbaros, o que muitas vezes coincide com os estereótipos atribuídos à Idade Média em geral. Nesse sentido, no livro de Henry Beveridge, o orientalismo e o medievalismo andam juntos, reforçando a importância do discurso da modernidade europeia, que, em teoria, estava sendo levada para a Índia pelos britânicos. Isso pode ser verificado em alguns trechos selecionados do livro:

O Sultão de Kharism, que foi atingido pelo primeiro golpe, *o mereceu devido à infidelidade e barbaridade* das quais ele era culpado por ter matado os embaixadores de Genghis²³.

²² Grifo nosso, tradução nossa, do original: “Mahometanism, which had made little progress so long as persuasion only was employed to propagate it, no sooner began to wield the sword than it spread rapidly on every side.” em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 39.

²³ Grifo nosso, tradução nossa, do original: “The Sultan of Kharism, at whom the first the treachery and barbarity of murdering the ambassadors of Ghenghis.” em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 63.



Após a emblemática vingança, Ala-ud-din agiu como se a parte heroica da sua vida já tivesse acontecido; e se retirando para a velha Ghurite, capital de Feruz Coh, seguiu sua *inclinação natural*, entregando-se ao prazer²⁴.

Por um tempo, Keikobad parecia prestes à renovação; mas ele *não tinha nenhuma resolução de caráter, e seus velhos hábitos voltaram*, novas facções foram formadas e uma espécie de anarquia prevaleceu. Para aumentar a confusão, sua dissipação minou sua constituição e ele ficou paralítico²⁵.

Mesmo quando elogiados, esse elogio é em geral seguido por uma objeção, por uma adversidade que faz com que a verdadeira natureza não civilizada do indivíduo de fé islâmica apareça. O estereótipo racial, como estratégia mais comum do discurso colonial²⁶, prevalece na obra de Henry Beveridge como a relação que expõe uma falta.

Aluf Khan, o filho mais velho do falecido rei, sucedeu sob o título de Mahomed Toghlok. Dizia-se que ele era o príncipe mais estudado, eloquente e bem-sucedido do seu tempo. Ele era muito versado em história, tendo uma memória tão retentiva, que armazenava nela toda data e evento sobre o qual leu alguma vez; escrevia boa poesia; e tinha feito da lógica, matemática, astronomia e medicina suas especialidades. A filosofia das escolas gregas também era muito conhecida para ele. Com todos esses êxitos literários, ele ainda era um guerreiro habilidoso e valioso, e então unia qualidades tão opostas que seus contemporâneos o descreviam como uma das maravilhas dos seus tempos. Eles também o louvavam por sua piedade, que ele atestava por um cumprimento dos ritos ordenados, e severa abstinência da embriaguez e outros vícios proibidos pelo Corão. Esse é o lado bom do seu caráter: pois também havia as características obscuras. Ele era severo, cruel e vingativo. Como Ferishta expressa, "Ele hesitava tão pouco para derramar o sangue das criaturas de Deus, que quando qualquer coisa que ocorria o entusiasmava a essa extremidade horrível, alguém poderia supor que seu objetivo era extinguir completamente a espécie humana"²⁷.

²⁴ Grifo nosso, tradução nossa, do original: "After the signal vengeance taken for the murder of his two brothers, Ala-u-din acted as if the heroic part of his life had been played out; and, retiring to the old Ghorite capital of Feruz Ooh, he followed his natural bent by giving himself up to pleasure." em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 57.

²⁵ Tradução nossa, do original: "For a time Keikobad seemed about to reform; but he had no decision of character, and his old habits returning, new factions were formed, and a kind of anarchy prevailed. To increase the confusion, his dissipation undermined his constitution, and he became paralytic." em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 39.

²⁶ Para mais sobre estereótipo e o discurso colonial BHABHA, Homi K. A Outra Questão: o Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do colonialismo. In: **O local da cultura**. trad. Eliana de LL Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 105-128.

²⁷ Tradução nossa, do original: "Aluf Khan, the late king's eldest son, succeeded, under the title of Mahomed Toghlok. He is said to have been the most learned, eloquent, and accomplished prince of his time. He was well versed in history, having a memory so retentive that every date or event of which he once read, remained treasured up in it; wrote good poetry; and had made logic, mathematics, astronomy, and medicine his special study. The philosophy of the Greek schools was well known to him. With all these literary accomplishments, he was a skillful and valiant warrior, and thus united qualities so opposite that his contemporaries describe him as one of the wonders of the age. They also extol him for his piety, which he evinced by a careful observance of the rites enjoined, and strict abstinence from drunkenness and other vices forbidden by the Koran. This is the fair side of his character: for it had also its darker features. He was stern, cruel, and vindictive. As Ferishta expresses it, 'So little did he hesitate to spill the blood of God's creatures that when anything occurred which excited him to that horrid extremity, one might have supposed his



Outro caso bastante semelhante pode ser citado, já que é frequente a estratégia de elogiar o caráter quase louvável de algum personagem histórico para que depois sua “verdadeira” face seja exposta:

Keikobad, subindo no trono do seu décimo oitavo aniversário, assumiu o título de Moizau-din. Ele era memoravelmente belo pessoalmente, afável em seus modos, moderado em temperamento, dotado de um gosto literário e bem informado. Infelizmente ele se tornou dono do seu próprio destino muito cedo; e ao se desvencilhar do controle rígido ao qual seu pai o submetia, ele passou ao extremo oposto e se tornou um devasso²⁸.

É especialmente a partir da parte da “História Moderna”, Henry Beveridge passa a ser mais incisivo na sua crítica aos muçulmanos. Antes velada e em forma de rejeição ao caráter individual (principalmente na forma de ênfase nas suas características negativas e de estereótipos), as críticas adquirem caráter coletivo. Assim, a partir da chegada dos europeus na Índia, a censura aos muçulmanos se torna mais escrachada e parece ser admitido transgredir a fronteira dos sujeitos para censurar os muçulmanos como grupo.

A impostura maometana, depois de se alastrar como fogo por toda a Arábia, continuou suas conquistas em todas as direções, e logo colocou a Pérsia e o Egito sob o controle absoluto de seus adeptos fanáticos. As ferozes animosidades assim geradas não deixaram espaço para relações amistosas entre aqueles que consideravam Maomé um profeta e aqueles que sabiam que ele era um impostor. Se pensava apenas em termos de guerras de extermínio, e a cólera continuava com uma fúria sem escrúpulos. Nessas circunstâncias, como a demanda por produtos orientais, originalmente confinados aos mais ricos, havia se difundido em geral em todas as classes, a única alternativa era tentar obtê-los por um canal que ficava tão longe ao norte, que corria pouco risco de ser interferido pelo fanatismo maometano²⁹.

object was to extinguish the human species altogether’.” em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 88.

²⁸ Tradução nossa, do original: “Keikobad, on mounting the throne in his eighteenth year, assumed the title of Moizau-din. He was remarkably handsome in person, affable in his manners, mild in temper, of a literary taste, and well informed. Unfortunately he became too soon his own master; and on breaking loose from the tight rein which his father had kept upon him, he passed to the opposite extreme, and became a debauchee.” em BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 72.

²⁹ Tradução nossa, do original: “The Mahometan imposture, after spreading like wild-fire over the whole of Arabia, continued its conquests in all directions, and soon placed both Persia and Egypt under the absolute control of its fanatical adherents. The fierce animosities thus engendered, left no room for friendly intercourse between those who regarded Mahomet as a prophet, and those who knew him to be an impostor. Exterminating warfare alone was thought of, and continued to rage with the utmost fury. In these circumstances, as the demand for Eastern products, originally confined to the more wealthy, had become generally diffused among all classes, the only alternative was to endeavour to obtain them by a channel which lay so far to the north as to run little risk of being interfered with by Mahometan fanaticism.” BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862, p. 144.



Esse fenômeno pode ser melhor compreendido com a hipótese proposta por Anne McClintock³⁰, que diz que a cena inaugural do “descobrimento” pode ser lida como uma megalomania masculina, proveniente de uma paranoia e da ansiedade diante do desconhecido. Na *História* de Beveridge, o perigo representado pelos muçulmanos fica mais real no momento em que o europeu chega na terra indiana e o discurso passa a atuar assim como atua o colonizador diante do mundo desconhecido. Isso é, quanto maior a ansiedade e o medo diante de uma terra supostamente recém-descoberta, mais ardiloso parece ser o suposto inimigo e mais extremas são as medidas a serem tomadas.

O momento retórico de produção dessa obra, além de fazer rotineiro uso do estereótipo racial como estratégia colonial, também fazia habitual a unificação do mundo numa *História* única³¹. Marcado, então, pela secularização do tempo e a unificação da história do mundo, esse período contou também, além disso, com a espacialização do tempo. O avanço no espaço geográfico passou a ser preenchido por uma contradição: ao passo que se avança espacialmente, o tempo regride. Os viajantes europeus figuravam a África como uma zona pré-histórica de diferença racial e de gênero, enquanto a Índia era figurada como uma Idade Média (nem tão ruim, nem tão boa) de diferença racial e gênero. As Histórias das colônias contavam histórias de *espaços anacrônicos*, como diz a teórica Anne McClintock³². Esse espaço, no caso da Índia descrita por Henry Beveridge, permanecia bárbaro mesmo após o período por ele mais associado com a barbárie – a Idade Média. A Índia era um espaço fora de seu tempo.

A superioridade racial passa, então, a funcionar em paralelo ao próprio tempo histórico. Um bom exemplo dessa retórica de superioridade racial/espacial/temporal pode ser encontrado no pensamento do antropólogo Lewis Henry Morgan³³. Para o autor, o progresso da humanidade se dividia entre os estágios de selvagem, barbárie e civilização. Esse progresso, ainda que linear e crescente, tinha seu tempo próprio em

³⁰ MCCLINTOCK Anne. A situação da terra – Genealogias do imperialismo. In: **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp. 2010, p. 43-122.

³¹ Como explicado no tópico “A Idade Média e a História na Inglaterra”.

³² MCCLINTOCK Anne. A situação da terra – Genealogias do imperialismo. In: **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp. 2010, p. 43-122.

³³ MORGAN, Lewis Henry. **Ancient society: Or, researches in the lines of human progress from savagery, through barbarism to civilization**. Glasgow: Good Press, 2019.



cada local. Alguns, portanto, permaneciam bárbaros por mais tempo do que outros. Outros nem teriam ainda passado por esse estágio ao passo que alguns já teriam atingido a civilização.

Não tão diferente é a *Comprehensive History of India*. Tomando como base o que foi dito, consideremos uma análise quantitativa com o objetivo de contabilizar todos os usos do termo “bárbaro” e seus derivados ao longo do primeiro volume da obra. Ao longo de todo o primeiro volume da obra, foram feitos 42 usos do termo bárbaro e seus derivados, dentre os quais 29 são muçulmanos – sendo 15 até 1542 e 14 de 1600 em diante. De resto, cinco são portugueses, três são franceses, um é holandês, um persa antigo, um europeu antigo/medieval, um dos termos é utilizado para pôr em dúvida o fato de que os muçulmanos eram meros bárbaros, e um que não conseguimos identificar³⁴. Os dados podem ser visualizados na tabela abaixo:

| | |
|--|----|
| Muçulmanos (modernos, medievais) | 29 |
| Portugueses | 5 |
| Franceses | 3 |
| Holandeses | 1 |
| Persa (antiguidade) | 1 |
| Europeu em geral (pré-moderno) | 1 |
| Suspeita da não barbaridade do muçulmano | 1 |
| Dúvida sobre nacionalidade | 1 |
| TOTAL | 42 |

Tabela 1: Aparição de “bárbaro” e derivados e respectivas nacionalidades

Ainda nessa contagem foi possível identificar 2 aparições do termo na Idade Antiga, contando *uma aparição a cada quatorze páginas*; 15 aparições na época medieval³⁵, dos quais todos são muçulmanos,

³⁴ Não conseguimos identificar a origem/nacionalidade de quem mata Dubois.

³⁵ Aqui contamos como medieval todos os capítulos até a chegada do capítulo sobre a “modernidade”.



contando *uma aparição a cada sete páginas*; e 25 aparições na Idade Moderna, das quais quatorze referem-se aos muçulmanos, contando *uma aparição a cada vinte e duas páginas*³⁶; o que está catalogado abaixo:

| | Quantidade | Quantidade muçulmanos | Quantidade a cada x páginas |
|---------------|------------|-----------------------|-----------------------------|
| Idade Antiga | 2 | - | 1/14 páginas |
| Idade Média | 15 | 15 | 1/7 páginas |
| Idade Moderna | 25 | 14 | 1/22 páginas |

Tabela 2: Quantidade de “bárbaro” e derivados por época histórica

A partir desses dados, percebemos que o termo “bárbaro” é tanto associado com a Idade Média, quanto associado aos muçulmanos – ainda que já na época moderna, eles continuam sendo majoritariamente os bárbaros. Estaria o espaço medieval indiano racializado? O bárbaro indiano *anacronizado*?

Uma citação do *NY Times* de 1996, mencionada por Dipesh Chakrabarty³⁷ pode, junto com a ideia de *espaço anacrônico*, contribuir para a compreensão desse ponto: “Os indianos são capazes de viver diversos séculos ao mesmo tempo”. Para Chakrabarty, esses diversos séculos só são identificáveis e separáveis de forma precisa porque estão inseridos numa lógica histórica específica, isso é, a europeia. “Isso o permite declarar que num lugar como a Índia, esses períodos históricos diferentes parecem ter sido condensados num instante confuso”, uma vez que para o autor não é concebível que, por exemplo, a religião Hindu coexista com o capitalismo.

Acreditamos que essa frase também seja útil para refletir acerca da ambivalência³⁸ de Beveridge em relação à Idade Média e a “incerteza” das definições dos períodos históricos: no início do livro é alegado que a Idade Média acaba, para a Índia, com a descoberta do Cabo da Boa Esperança. Os capítulos com nome de

³⁶ Dado corrigido em relação a publicação feita para Anais da UFSJ, quando haviam sido contadas a uma menção a cada 20 páginas.

³⁷ CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2008, p. 49.

³⁸ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. trad. Eliana de LL Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 105-139.



“história medieval” vão apenas até meados de 1200, já o capítulo anterior àquele que fala da “história moderna” vai até meados de 1500. Essa incerteza também aparece no momento em que o bárbaro continua sendo majoritariamente o muçulmano mesmo depois do período associado à “barbárie” – a época medieval. Seria a barbárie do muçulmano um resquício de seus traços medievais? Se não há uma definição tão clara de períodos no discurso de Beveridge, qual a necessidade de dividir sua história em antiga, medieval e moderna? Em alguma medida, estão esses períodos condensados em um só instante na *Comprehensive History of India*?

De forma totalmente divergente é utilizada uma Idade Média em *Condenados da Terra*³⁹: como resistência aos povos europeus. Ele alega que ao contrário do que diziam os colonizadores, as colônias não permaneceriam ou voltariam à Idade Média sem o imperialismo. Fanon inverte a lógica, falando que na verdade, sem os corpos dos sujeitos colonizados, o “progresso” do qual a Europa se orgulha, não seria possível. A Europa não teria saído da Idade Média sem os povos colonizados, não o contrário. Ainda assim, isso é feito ainda a partir de uma forma estereotipada da Idade Média, isto é, essa época permanece epistemologicamente intrincada às categorias europeias. Podemos pensar que a “filiação epistemológica”⁴⁰ de Fanon e de Beveridge é a mesma ao falar de Idade Média, ainda que a “ligação ideológica” dos dois autores se diferencie muito: Fanon era um revolucionário anticolonial, enquanto Beveridge um advogado britânico cujo filho participou da administração colonial.

A produção histórica em geral, a produção das Histórias com H maiúsculo está subordinada epistemologicamente a conceitos europeus; rejeitar esses conceitos não estava no horizonte de expectativa de Henry Beveridge. Aqui tentamos contribuir para a compreensão da forma a partir da qual Beveridge faz esse uso. Isso não quer dizer que todos os usos da Idade Média em períodos coloniais são análogos ou semelhantes a esse. No caso aqui discutido, a “Idade Média indiana” é construída como um período monolítico e disforme, sem características muito específicas para além de sua constituição muçulmana. Suas fronteiras temporais são confusas e a necessidade do uso do termo medieval não parece tão clara. Hoje, ontem

³⁹ FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴⁰ MUDIMBE, Valentin-Yves. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: **A invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013, p. 15-41.



e amanhã a Idade Média permanecerá um lugar a ser reinventado pela modernidade. Resta a nós, como historiadores, compreender como esses usos se constituíram e quais são suas implicações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte primária:

BEVERIDGE, Henry. **A Comprehensive History of India, Civil, Military, and Social**. Londres: Blackie and Son, 1862.

Fontes secundárias:

ALI, Daud. Recognizing Europe in India: Colonial master narratives and the writing of Indian History *In: Contesting the Master Narrative: Essays in Social History*. Iowa: University of Iowa Press, 1998.

ALI, Daud. The historiography of the Medieval in South Asia. **Journal of the Royal Asiatic Society**, v. 22, n. 1, p. 7-12, 2012.

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BERNS, Ute; JOHNSTON, Andrew James. Medievalism: A very short introduction. **European Journal of English Studies**, 15. 2, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. trad. Eliana de LL Reis. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GAHYVA, Helga. "A epopeia da decadência": um estudo sobre o Essai sur l'inégalité des races humaines (1853-1855), de A. de Gobineau. **Mana**, v. 17, n. 3, p. 501-518, 2011.



KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MATTHEWS, David. **Medievalism**: A critical history. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2015.

MCCLINTOCK Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MORGAN, Lewis Henry. **Ancient society**: Or, researches in the lines of human progress from savagery, through barbarism to civilization. Glasgow: Good Press, 2019.

MUDIMBE, Valentin-Yves. Discurso de poder e o conhecimento da alteridade. In: **A invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedago, 2013, p. 15-41.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SIMONS, John (Ed.). **From medieval to medievalism**. Nova York: Springer, 1992.



OS DEMÔNIOS MEDIEVAIS COMO ANCESTRAIS DE ARLECCHINO¹:

UMA ANÁLISE ICONOGRÁFICA A PARTIR DE *LE RECUEIL FOSSARD*

João Paulo da Silva²

*Commedia dell'arte*³ é como ficou conhecido o fenômeno teatral ocorrido na Itália, em meados do século XVI. Suas origens são bastante controversas e os estudiosos do tema consideram o registro da primeira companhia de *Commedia dell'arte*, celebrado em Pádua, em 1545, um documento histórico relevante para a compreensão de sua organização constitutiva. Maria de Lourdes Rabetti (Beti Rabetti), historiadora do teatro, pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) destaca que, até o momento, esse documento é o mais antigo conhecido pelos historiadores no que se refere aos estatutos das companhias. De acordo com a autora, esse estatuto revela que a *Commedia dell'arte*, fenômeno rigorosamente cênico-teatral, é também um fenômeno de mercado, incipiente e frágil, mas "do qual o teatro, a partir desse momento, não poderia mais escapar"⁴.

O fenômeno da *Commedia dell'arte* é considerado extremamente significativo por pesquisadores e historiadores do teatro por trazer em seu bojo uma série de inovações: é a primeira vez na história em que a arte teatral será caracterizada como um ofício de mercado (profissão), e será apresentada por artistas habilidosos e ciosos de sua arte, além de transitar entre as diversas salas de apresentação mantidas pelo público pagante. Será, em suma, a primeira manifestação de um teatro profissional. A natureza itinerante das

¹ Esta publicação faz parte da pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida na graduação, intitulada *Ancestralidade demoníaca de Arlecchino: A iconografia do Recueil Fossard e dos demônios na Idade Média*, orientada pela Profa. Dra. Flavia Galli Tatsch, desenvolvida no Departamento de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo. A pesquisa contou com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), Processo 125644/2018-3, CEP N 5229160718.

² Graduando em História da Arte na Universidade Federal de São Paulo. Contato: joao.jpsilva@gmail.com.

³ Parte desta pesquisa também será publicada nos Anais do IV EPHA (Encontro de Pesquisa em História da Arte), realizado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), em agosto de 2019, sobre a qual foi feita comunicação.

⁴ RABETTI, Maria de Lourdes. A *commedia dell'arte*: mito, profissão e cultura. **Revista ArtCultura**, Uberlândia (EDUFU/UFU), v. 16, n. 29, 2014, p. 10-11.



companhias possibilitará a circulação e apresentação por muitas cidades da Itália, além da França, Inglaterra, Espanha e Rússia^{5, 6, 7}.

Os primeiros estatutos das companhias da *Commedia dell'arte*, segundo Rabetti, anunciam a formação da cena, já que neles estão registradas as contratações dos atores. Segundo a autora, são fundamentais quatro atores/personagens cômicos e quatro atores/personagens enamorados, arranjo que também constitui a base para as cenas representadas. Os personagens cômicos são formados pelos velhos ou magníficos, como o *Pantalone* e o *Doutor*, e pelos jovens criados, como *Arlecchino* e *Pulcinella*. Quanto aos quatro tipos sérios ("melodramáticos"), responsáveis pela representação das partes sóbrias das cenas, figuram as duplas de jovens enamorados como *Orazio e Isabella*, *Leandro e Sílvia*⁸.

Arlecchino é o *zanni* (criado) que teve maior destaque dentre os personagens da *Commedia dell'arte*. É possível que isso se deva à interpretação primorosa por parte dos atores que levaram à cena esse papel, como Alberto Ganassa (c. 1540-1584), Tristano Martinelli (1557-1630) e Domenico Biancolelli (1636-1688). Segundo o dramaturgo e comediante italiano Dario Fo (1926-2016), o personagem *Arlecchino* desenvolveu-se na França, a partir da conjunção de elementos da cultura popular como os *fabliaux*, "teatro de fabulação medieval, baseado em contínuas sugestões obscenas"⁹.

Dario Fo também aponta as principais características do personagem, bem como descreve sua máscara e a composição do figurino,

É em geral tosco, ingênuo e desprovido de recursos, exprimindo-se na língua da Lombardia do *Zanni*, permeada por expressões do *argot* francês. O primeiro *Arlecchino* não usa máscara, mas tem o rosto pintado de preto com garatujas avermelhadas. Somente em uma época posterior, surgirá em público com uma máscara de couro marrom, apresentando a carantonha de um macaco antropomorfo, com sobrelhas vistosas e uma grande protuberância na testa. O primeiro figurino foi confeccionado em tela rústica de fundo branco, salpicado de silhuetas cortadas em forma de folhas de diversas cores: verde, ocre, vermelho e marrom. [...] Os losangos e os remendos multicoloridos vão aparecer somente sessenta anos depois, com um outro grande *Arlecchino*, Domenico Biancolelli¹⁰.

⁵ BARNI, Roberta. **A loucura de Isabella e outras comédias da Commedia dell'Arte - Flaminio Scala**. São Paulo: Ed. Iluminuras/FAPESP, 2003, p. 19.

⁶ ERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 353.

⁷ RABETTI, Maria de Lourdes. A *commedia dell'arte*: mito, profissão e cultura. **Revista ArtCultura**, Uberlândia (EDUFU/UFU), v. 16, n. 29, 2014, p. 9.

⁸ RABETTI, Maria de Lourdes. **A *commedia dell'arte*: mito, profissão e cultura**, *Op. cit.*, p. 11-13.

⁹ FO, Dario. *In*: RAME, Franca (Org.). **Manual Mínimo do Ator**. São Paulo: Editora SENAC 1999, p. 83.

¹⁰ FO, Dario. *In*: RAME, Franca (Org.). **Manual Mínimo do Ator**. *Op. cit.*, p. 80-81.



A *Commedia dell'arte* também foi tema de uma vasta produção iconográfica, sendo suas primeiras imagens produzidas na segunda metade do século XVI. A Coleção Fossard (*Le Recueil Fossard*) é uma das mais importantes referências desse conjunto iconográfico sobre a *Commedia dell'arte* no período¹¹.

Le Recueil Fossard é composta por um conjunto de imagens (xilografuras, gravuras em talho-doce) que datam do século XVI, algumas das mais antigas da *Commedia dell'arte* que chegaram até nós, e foram encontradas nos arquivos do Museu Nacional de Estocolmo pelo dramaturgo, cenógrafo e curador do Museu Teatral de Drottningholm (Suécia) Agne Gottreich Kristoffer Beijer (1888-1975). Em seu texto de apresentação do *Recueil*, Beijer elabora a reconstituição histórica da formação dessa coleção na corte francesa, pelo autodenominado "Ordinário da música do Rei Luís XIV" (Fossard), bem como os caminhos que fizeram com que chegasse até a Suécia. Beijer analisou documentos e correspondências nos Arquivos do Estado e da Biblioteca Real de Estocolmo, além dos arquivos, museus e bibliotecas da França e Itália, e reconstituiu (na medida do possível, pois, há lacunas na documentação) as transformações (redução) pelas quais a coleção passou até chegar ao seu formato final, hoje em posse do Museu Nacional de Estocolmo¹².

O pesquisador francês Pierre Duchartre, entusiasta do projeto de apresentação dessas gravuras ao público francês por meio da edição do livro *Le Recueil Fossard* (1981), ressalta as importantes contribuições que essas imagens podem trazer à pesquisa da *Commedia dell'arte*. Ao fazer uma revisão de seus estudos sobre o tema, Duchartre destaca que as novas imagens possibilitam investigar as transformações na representação dos personagens, sobretudo do *Arlecchino*. Segundo o autor, as imagens de *Recueil Fossard* permitem atribuir aos demônios medievais uma possível ancestralidade do personagem *Arlecchino*,

Eu evoco essa história e essa descoberta não para "fazer o mal", mas porque era indispensável localizar o ancestral diabólico dos Arlequins que figuram na presente obra. Então, entendemos melhor a máscara e asseguramos o título de "bon diabo" dos tablados. Quando exatamente? A busca continuará, espero, por parte dos medievalistas^{13, 14}.

¹¹ DUCHARTRE, Pierre-Louis. **Le Recueil Fossard**. Paris: Librairie Théâtrale, 1981, p. 12-13.

¹² BEIJER, Agne. *Le Recueil Fossard*. In: DUCHARTRE, Pierre-Louis. **Le Recueil Fossard**. Paris: Librairie Théâtrale, 1981, p. 15-33.

¹³ Todas as traduções são de nossa autoria. No original: "[...] J'évoque cette histoire et cette découverte non pour 'faire le malin' mais parce qu'il était indispensable de situer l'ancêtre diabolique des Arlequins figurés dans le présent ouvrage. Alors on comprend mieux le masque et la tenue de ce devenu 'bon diable' parachuté sur les tréteaux. Quand exactement? La recherche continuera, je l'espère, du côté des médiévistes".

¹⁴ DUCHARTRE, Pierre-Louis. **Le Recueil Fossard**. *Op. cit.*, p. 2, (grifo do autor).



A pesquisa intitulada *Ancestralidade demoníaca de Arlecchino: A iconografia do Recueil Fossard e dos demônios na Idade Média* teve por objetivo analisar as imagens que compõem *Le Recueil Fossard* – especificamente as 17 das 44 gravuras nas quais figura o personagem *Arlecchino*. Seguindo os pressupostos deixados por Ducharte, sobre a ancestralidade do personagem ser oriunda dos demônios da Idade Média, o presente texto apresenta os resultados dessa investigação.

A ancestralidade demoníaca de *Arlecchino* foi apontada por diversos pesquisadores e historiadores do teatro. Amparados pelos relatos do século XI, do monge e cronista normando *Ordericus Vitalis* (1075-1142), acerca da caçada selvagem dos arlequins (*La mesnie Herlequin*), que consistia numa das muitas versões de caçadas enraizadas nos cultos demoníacos pagãos¹⁵, Margot Berthold (1922-2010) e Robert Lima (1935-)¹⁶ atribuíram à família francesa *Herlechini* a origem do nome do personagem. A nacionalidade ítalo-francesa de *Arlecchino* é corroborada por Dario Fo, ao afirmar que o personagem seria o “[...] resultado do incesto do *Zanni* da região de Bérgamo com personagens diabólicos farsescos da tradição popular francesa”¹⁷.

Arlecchino também possui características herdadas de personagens cômicos pagãos anteriores: a licenciosidade dos criados das comédias gregas (Aristófanes) e latinas (Plauto e Terêncio), o uso das máscaras deformadas das farsas atelanas, as encenações jocosas dos mimos medievais, as acrobacias dos saltimbancos, a habilidade dos menestréis, o deboche dos bufões, dentre tantas outras. Todas elas, porém, sempre odiadas e combatidas pelo clero e pelos teóricos da Igreja. O riso, considerado diabólico desde a Alta Idade Média, como apontam Jacques Le Goff (1924-2014)¹⁸ e Georges Minois (1946-)¹⁹, assim atravessa os séculos até desaguar nas palavras do cardeal Carlo Borromeo (1538-1584) que, durante a Contrarreforma, lamenta que apesar de todo esforço em extirpar a “erva daninha”, ao queimar textos dos cômicos infames e persegui-los para deter sua produção, não conseguiu eliminar as artimanhas do diabo,

[...] Enquanto dormíamos, evidentemente, o demônio agia com astúcia renovada. Penetra muito mais na alma o que os olhos podem ver do que aquilo que se pode ler nos livros do gênero infame! Fere de modo muito mais grave a mente dos jovens a palavra dita com a voz e o gesto apropriados

¹⁵ BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 247.

¹⁶ LIMA, Robert. **Stages of Evil: Occultism in Western Theater and Drama**. Lexington: The University Press of Kentucky, 2005, p. 50.

¹⁷ FO, Dario. In: RAME, Franca (Org.). **Manual Mínimo do Ator**. São Paulo: Editora SENAC 1999, p. 80.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. O riso na Idade Média. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (Orgs.). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 65-82.

¹⁹ MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 86.



do que a palavra morta impressa nos livros! Por intermédio dos cômicos, o demônio espalha o seu veneno²⁰.

A partir desses elementos apresentados seria possível atribuir ao *Arlecchino* sua ancestralidade demoníaca. Entretanto, o problema apresentado por Duchartre deixa implícito que a confirmação dessa ancestralidade deveria advir das imagens que compõem a Coleção Fossard. Embora a *Commedia dell'arte* tenha produzido uma vasta iconografia, poucos são os estudos que se debruçaram sobre essas imagens para buscar nelas subsídios que possam contribuir na elucidação dessa ancestralidade de *Arlecchino*. A partir da análise das primeiras imagens da *Commedia dell'arte*, sobretudo das gravuras da Coleção Fossard – que tem como tema as apresentações dos cômicos italianos *dell'arte* na França, entre os séculos XVI e XVII –, buscou-se identificar elementos que sejam característicos na representação do *Arlecchino* e que encontrem afinidades, semelhanças e diferenças com a representação dos demônios da Idade Média.

A análise das gravuras do *Recueil Fossard* em que o *Arlecchino* figura como personagem revela que, de modo geral, as composições apresentam cenas da *Commedia dell'arte* representadas numa estrutura cenográfica simples, formada pelo palco, parede ao fundo, pequenas construções nas laterais e uso de cortinas. As situações em que *Arlecchino* está envolvido incluem disputas pelo amor de *Francesquina*, confusões com seu patrão *Pantalone*, tentativas de se passar por outro personagem e até uma aventura cavalheiresca. Sempre utilizando sua característica malha com remendos costurados e sua máscara preta, *Arlecchino* mostra a versatilidade de seu personagem-tipo em situações inusitadas. Suas falas possuem forte componente cômico, muitas vezes extrapolado por grosserias, mas repletas de sagacidade e inventividade.

A representação de *Pantalone, Arlecchino e Francesquina* [Figura 1 (XIII)]²¹ retrata um tipo de cena que deve ter causado escândalo na sociedade francesa do século XVI e ensejou o Parlamento a emitir leis que proibiam as apresentações dos cômicos italianos na França. Na gravura em que estão representados os três personagens, o Magnífico olha atentamente, escondido atrás da cortina, o desenrolar das carícias a que se entregam os servos. As inscrições revelam a raiva de *Pantalone*, a lascívia de *Arlecchino* e as preocupações de *Francisquina*.

²⁰ FO, Dario. In: RAME, Franca (Org.). **Manual Mínimo do Ator**. São Paulo: Editora SENAC 1999, p. 105.

²¹ A indicação em algarismos romanos, na sequência da identificação da figura, corresponde ao número que foi atribuído à gravura nas pranchas apresentadas por Pierre Duchartre ao público francês (cf. ref. DUCHARTRE, 1981).



As cortinas criam uma convenção interessante na medida em que os personagens surgem para o público, mas os demais atores envolvidos na cena não notam essa presença. Os personagens são representados com contornos bem delineados e com o uso de hachuras e tracejados que atribuem aparência de volume aos corpos pelo uso de luz e sombra. O mesmo recurso é aplicado para conferir as ondulações dos tecidos das cortinas e o drapeado da roupa de *Francisquina*.

Arlecchino, utilizando sua máscara preta e sua malha com remendos, busca satisfazer seus desejos sem apresentar qualquer pudor. A inclinação dos corpos dos servos, a forma como o artista gravador representou sua disposição, conferem à cena uma atmosfera repleta de erotismo.



Figura 1: Anônimo, *Pantalone, Arlecchino e Francisquina*, xilografia, (1580-85 c.), 24 x 28 cm, Museu Nacional de Estocolmo, Suécia. Fonte: *Le Recueil Fossard*, 1981, p. XIII.



Figura 2: Anônimo, *Cena de Arlecchino Cavaleiro*, xilogravura, (1580-1585 c.), 24 x 28 cm, Museu Nacional de Estocolmo, Suécia. Fonte: *Le Recueil Fossard*, 1981, p. XV.

Na gravura *Cena de Arlecchino Cavaleiro* [Figura 2 (XV)] a representação abrange *Horacio* e *Arlecchino*, que figura montado numa burra e acompanhado por um cachorro. *Horacio* observa a cena e comenta os acontecimentos com o público, recurso muito utilizado pelos cômicos (apartes). *Arlecchino*, munido de uma lança, uma espada e protegido pelo peitoral, tem como elmo um caldeirão e brada aos ventos sua valentia e sua determinação em resgatar sua amada *Francisquina* e conquistar o seu amor.

A gravura possui fatura limpa, com desenhos bem contornados e o uso de finas hachuras para a composição da luz e sombra e dos volumes em tecidos e no formato dos corpos. Em *Arlecchino Cavaleiro* [Figura 2] ainda é possível destacar o nível de detalhamento com o qual trabalha o artista-gravador ao representar a anatomia da burra magra, que apresenta ossos sobressalentes nas ancas. Também os pelos do cachorro são representados com bastante habilidade e precisão: o animal apoiado sobre as duas patas traseiras prepara-se para um salto, como um símbolo de bravura. A representação pode ser tomada como paródia das imagens e estátuas equestres, que procuram dignificar os cavaleiros. Na representação, *Arlecchino* traz os mesmos atributos de um rei (cetro e espada); a troca do cavalo pela burra e a substituição da coroa pelo caldeirão virado de cabeça para baixo, no qual os pés do utensílio fazem as vezes dos ornamentos de uma coroa, intensificam a comicidade da cena.



Agnes Beijer ressalta que a cena dessa gravura evoca a obra *Dom Quixote de la Mancha* (1605), do escritor espanhol Miguel de Cervantes (1547-1616), e conjectura a influência dessa cena dos comédicos italianos na obra do autor, apontando a presença das companhias na Espanha e também as inúmeras viagens de Cervantes à Itália. Segundo Beijer, é possível que essa cena tenha inspirado o escritor espanhol²².

No que tange aos usos e funções das gravuras de *Recueil Fossard*, tanto Agne Beijer (1981)²³ quanto o historiador da arte polonês Charles Sterling (1901-1991)²⁴ convergem para a ideia de que eram empregadas na composição de cartazes e imagens avulsas vendidas por atores durante os espetáculos. Sterling afirma que é possível que essas imagens teriam a mesma função que os libretos tiveram para as óperas, ao se constituírem em mais um elemento na tentativa de facilitar ao público francês a fruição dos espetáculos, eliminando as barreiras causadas pela adoção de línguas e dialetos diferentes.

Para testar a hipótese de Pierre Duchartre, faz-se necessário analisar, concomitantemente, as representações do demônio durante a Idade Média. Essa iconografia é tão extensa quanto diversificada e seria, portanto, impossível abordá-la em sua totalidade, o que ultrapassaria em muito o escopo da presente pesquisa e teria por efeito a produção de resultados inconsistentes. Para resolver tal impasse, foi tomada como base a obra *Le portrait du Diable* (2009), do historiador da arte francês Daniel Arasse (1944-2003), ensaio que elucidava as transformações pelas quais a imagem do diabo passou entre a Idade Média e o Renascimento. É no ponto de inflexão dessa transformação – no confronto da representação dos demônios medievais com a nova representação, influenciada pela retomada dos modelos e valores da Antiguidade clássica – que emerge a chave analítica oferecida por Arasse, que possibilita sua aplicação como metodologia.

A justificativa dessa escolha consiste na consideração de que também a *Commedia dell'arte* é produto da metamorfose do teatro medieval num novo fenômeno teatral, em que entraram em conjunção elementos oriundos do resgate das formas teatrais da Antiguidade Greco-romana – contribuição dos eruditos e acadêmicos humanistas – com as manifestações populares observáveis nas festas, mascaradas, carnavais, além das performances dos menestréis, acrobatas e charlatões das feiras.

²² BEIJER, Agne. *Le Recueil Fossard*. In: DUCHARTRE, Pierre Louis. **Le Recueil Fossard**. Paris: Librairie Théâtrale, 1981, p. 26.

²³ BEIJER, Agne. *Le Recueil Fossard*. In: DUCHARTRE, Pierre Louis. **Le Recueil Fossard**. *Op. cit.*, p. 21-22.

²⁴ STERLING, Charles. Early Paintings of the *Commedia dell'arte*. **Metropolitan Museum of Art Bulletin** (New Series), Nova Iorque, Vol. II, n. 1 (verão de 1943), p. 29.



Daniel Arasse concentra sua análise na “transformação radical das imagens diabólicas entre os séculos XV e XVI”. Segundo o autor, essa transformação ocorre pela “passagem da imagem tradicional do Demônio – seja Satã ou seus inumeráveis satélites – a uma imagem de um tipo novo e inesperado, a de um ‘Diabo com o rosto humano’”. Para exemplificar tal mudança, Arasse cita a passagem de Giorgio Vasari (1511-1574) sobre a vida de Michelangelo (1475-1564), na qual o papa Paulo III e seu mestre de cerimônia Biagio da Cesena (1463-1544) verificam a obra *O Juízo Final* (1535-1541), na Capela Sistina, quando já estava quase concluída. Biagio teria tecido críticas, segundo o relato de Vasari, quanto às figurações de corpos nus, cuja representação serviria melhor aos “banhos públicos e albergues” do que às instalações da capela do papa. Michelangelo, então, teria se vingado do comentário de Cesena representando a figura de Minos no Inferno, circundado por uma serpente, com o rosto do cardeal²⁵.

Arasse também destaca que essa transformação é importante, e até mesmo grave, do ponto de vista da Igreja católica, e se manifesta nas críticas trazidas pela Contrarreforma, e em especial a de Giovanni Andrea Gilio (? – 1584), segundo a qual Michelangelo não observava o “hábito dos pintores em fazer os anjos alados e os demônios pretos com uma cauda e chifres longos”. A representação anticonvencional não agradava a Gilio, pois, segundo o presbítero italiano, não era possível distinguir facilmente uns dos outros. Arasse afirma que o que há de “genial” em Michelangelo na sua representação de Minos da Capela Sistina é revelado pelo comentário de Gilio, pois, atesta a metamorfose da figura diabólica na qual, por sua “humanização já muito avançada”, promovida por uma transformação anterior, causava confusão entre anjos e demônios²⁶.

Apresentada a origem da figura-tipo do diabo tradicional, bem como o princípio de seu funcionamento figurativo, a autor afirma que o monstro diabólico “híbrido e composto” resulta de uma montagem de elementos diversos em que se reencontram e fundem diversas tradições: as das marginálias medievais, as dos monstros da Antiguidade clássica e dos seres fantásticos orientais e do extremo Oriente. Um exemplo que ilustra esse tipo de figuração descrito por Arasse pode ser observado na obra *A tentação de Santo Antônio* (1470-1475 c.) do pintor e gravador alemão Martin Schongauer (1448-1491) [Figura 3]: Santo Antônio, representado ao centro, é atacado por diversos seres diabólicos monstruosos formados por partes de peixes,

²⁵ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009, p. 25-26.

²⁶ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. *Op. cit.*, p. 26.



gárgulas, faunos, dragões, aves etc. A figura do Santo, em sua fisionomia calma, contrasta com as imagens grotescas dos seres que o torturam, e fortalecem a ideia da fé e da constância como antídoto às tentações.

Daniel Arasse salienta que a imagem diabólica tinha uma função precisa na pintura cristã – a mesma atribuída pela Igreja às pinturas religiosas –, expressa pelo papa Gregório I (540-604), qual seja a de “lembrar que é necessário saber, mover e ensinar”. De acordo com o autor, a função mnemônica ou mnemotécnica da imagem é essencial tanto para iletrados como para eruditos, pois, como se repete desde Aristóteles, lembra-se melhor daquilo que se viu do que daquilo que se ouviu ou se leu. Assim, segundo Arasse, para melhor cumprir sua função, a imagem síntese deve ser impressionante, inabitual (rara) e excessivamente bela ou feia²⁷.



Figura 3: SCHONGAUER, Martin. *A Tentação de Santo Antônio*, gravura sobre cobre, (1470-1475 c.), 31,2 x 23 cm, Petit Palais, Museu de Belas Artes, Paris.

²⁷ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009, p. 30-31.



O medo, o terror – nas cenas do Inferno – e o “horror sagrado”, segundo Arasse, são as emoções suscitadas pela imagem monstruosa do Demônio. O autor afirma que as lições que o cristão absorve dessas imagens são as de que, não obstante os riscos que os fiéis correm em cair nas armadilhas, seduções e tentações dos demônios, se utilizarem da Prudência e imitem a postura dos santos – que, por sua fé e suas orações, sempre colocam o demônio em fuga – conseguirão vencer as tentações e garantir a salvação de sua alma²⁸.

No caso da tentação, segundo Arasse, a questão é mais complexa, porque o Diabo não se faz reconhecer pela figura pintada, já que a imagem apresenta frequentemente o sedutor vitorioso. O exemplo do santo serve para mostrar como vencer o Demônio, seja pela prece ou pela invocação do nome de Jesus, seja pela penitência sofrida ou voluntária²⁹.

A representação de *A tentação de São Bento* (1505) [Figuras 4 e 5], parte integrante do ciclo de afrescos realizados na Grande Abadia do Monte Olivetto Maggiore (Toscana) que retratam passagens importantes da hagiografia do Santo, está delimitada por um arco que lhe serve de moldura e que comporta uma narrativa sinóptica que apresenta, de forma simultânea, três tempos e dois espaços mobilizados para composição do tema: no plano mais imediato, do lado esquerdo, um melro distrai o Santo no momento de sua meditação, que o afasta com o sinal da cruz; do lado direito, São Bento está despido e com o corpo flagelado por ter se atirado entre os arbustos de espinhos e urtigas – forma que o Santo encontrou para se livrar da lembrança erótica de uma mulher que havia conhecido “no mundo” (Merla). Na parte superior da imagem, a luta entre um Anjo e um Demônio que assume as feições femininas, representa o combate da tentação em outro plano; ao fundo, a imagem é preenchida por uma paisagem formada por campos e colinas, cobertos por uma névoa azulada, e apresenta uma ponte que separa o espaço de recolhimento e isolamento do Santo da cidade e suas tentações. Também é possível notar a presença de cavaleiros e pescadores que atuam no mundo terreno.

Ao tratar do afresco de Giovanni Antonio Bazzi (1477-1549) – conhecido pelo nome Sodoma –, Arasse aponta que na cena a figura de Bento é representada como vencedor das tentações e demonstra, no auge do perigo, que a fé e a penitência prevalecem sobre o Sedutor, eternamente vencido³⁰.

²⁸ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009, p. 65-66.

²⁹ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. *Op. cit.*, p. 67-68.

³⁰ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. *Op. cit.*, p. 69.



Daniel Arasse resume a coerência e a eficácia da figura tradicional do Diabo, ao afirmar que,

Ela é responsável por estabelecer o “retrato” da abjeção do Outro, o Outro de Deus e o Outro do homem, o Inimigo, e ela permite, assim, se lembrar que é possível derrotá-la, isto é, não deixar a comunidade dos eleitos sob a condição de não seguir aquele que, como seu nome indica, é separado dela: o Diabo³¹·32.



Figura 4: SODOMA, *A tentação de São Bento*, (1505), ciclo de afrescos na Grande Abadia do Monte Olivetto Maggiore, Asciano, Toscana. Fonte: *Le portrait du Diable*, p. VIII.

Na luta travada entre o Anjo e o Demônio [Figura 5] é possível observar alterações relevantes em relação ao monstro híbrido consolidado por representações anteriores: a figura correspondente ao demônio – provavelmente evocando Merla – constitui-se de uma mulher nua, com o corpo envolto por um véu

31 ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009, p. 72.

32 No original: “Elle a pour charge de dresser le « portrait » de l’abjection de l’Autre, l’Autre de Dieu et l’Autre de l’homme, l’Ennemi, et elle permet aussi de se rappeler qu’il est possible de le vaincre, c’est-à-dire de ne pas quitter la communauté des élus à condition de ne pas suivre celui qui, comme son nom l’indique, s’en est séparé: le Diable”.



transparente, sendo poucos os elementos dessa representação que a afastam de uma figura completamente humana: as asas, os chifres e os pés. Muito semelhante a uma Ninfa, a figura feminina apresenta-se em movimento que pode ser constatado pelo véu que envolve seu corpo e pelos cabelos esvoaçantes. Essa composição apresenta forte contraste se comparada ao corpo nu de São Bento, fatigado pelo flagelo autoimposto. A sensualidade do Demônio também é contrastante com a representação da figura do Anjo, vestido como um guerreiro sóbrio e avançando no combate empunhando uma espada.



Figura 5: SODOMA, *A tentação de São Bento (detalhe)*, ciclo de afrescos na Grande Abadia do Monte Olivetto Maggiore, Asciano, Toscana. Fonte: *Le portrait du Diable*, p. IX.

De maneira relativamente rápida, segundo Arasse, a figura do Demônio sofre transformações radicais em sua representação, muito pelo seu emprego como instrumento didático, ao abandonar sua função como auxílio-memória (*ars memoriae*) e tencionar transmitir emoções ao “parecer viva”. Os motivos para a rápida desapareção da figura monstruosa do diabo na pintura “cultivada” e a humanização relativa dessa mesma figura, segundo Arasse, estão relacionadas a uma interiorização do Cristo – “imitar Jesus” por um lado e lutar contra a tentação (o Diabo) por outro. Essa mudança ocorre por influência do pensamento humanista, sobretudo pela contribuição de Marsílio Ficino (1433-1499), que exalta o caráter divino na criatura humana,



e Pico della Mirandola (1463-1494), que atribui ao homem o poder arbitral de modelar seu espírito tanto em formas superiores (divinas) como inferiores (bestiais)³³.

Arasse discorre sobre o novo sentido atribuído à função da pintura por meio do tratado *Da Pintura*, de Leon Battista Alberti (1404-1472), que já em 1435, afirmara que a obra de arte de um pintor era a de representar uma história – “uma composição de figuras engajadas numa ação, e organizadas segundo os princípios da retórica clássica”. O historiador da arte francês afirma que a função da pintura bem poderia ser a de “fazer crer”, mas o assunto e os instrumentos dessa crença são profundamente deslocados: “Não se trata mais de fazer crer, pela memória, ao que era preciso crer, mas de fazer crer pela persuasão e pela ‘verossimilhança’ da imagem, na realidade da imagem representada”^{34, 35}.

A punição dos culpados (1499-1502), afresco integrante do ciclo de Orvieto, de autoria do pintor italiano Luca Signorelli (1455-1523), é tomado por Daniel Arasse como exemplo em que se manifesta claramente a passagem da “figura-retrato” do Diabo tradicional à figura humana como “retrato diabólico” [Figura 6]. De acordo com o autor, a figura do Diabo deixa de manifestar a negação da ordem divina para transmitir o mito do Anjo revoltado, em que ele se torna uma dimensão do próprio humano,

É no rosto que se mostra mais particularmente a máscara diabólica, através da qual, pode-se apelar para “repugnância diabólica”, indício físico de uma monstruosidade moral. Esse tipo de representação baseada na noção geral de fisiognomonía de um lado – segundo a qual, [...], a configuração do rosto exprime o temperamento – e de outro lado, a ideia estabelecida da beleza perfeita do “homem divino”, isto é, o Cristo em pessoa – Deus encarnado – e a Virgem Maria – mãe de Deus imaculada –, mas também, no pensamento filosófico contemporâneo, o homem perfeito, microcosmo criado à imagem de Deus. Nesse contexto filosófico e teológico, toda deformação do ideal é um defeito, e a fealdade é um signo do mal, do pecado^{36, 37}.

³³ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009, p. 71-74.

³⁴ No original: “Il ne s’agit plus de faire croire, par la mémoire, à ce qu’il faut croire mais de faire croire, par la persuasion et la « vraisemblance » de l’image, à la réalité de l’historia représentée”.

³⁵ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009, p. 76-77.

³⁶ No original: “C’est dans le visage que se montre plus particulièrement le masque diabolique, à travers ce que l’on peut appeler la « hideur diabolique », indice physique d’une monstruosité morale. Ce type nouveau de représentation est fondé sur la mise en rapport de la notion générale de physiognomonie d’une part – selon laquelle, [...] la configuration du visage exprime le tempérament – et, d’autre part, de l’idée établie de la beauté parfaite de « l’homme divin », c’est-à-dire le Christ en personne – Dieu incarné – et la Vierge Marie – mère de Dieu et immaculée –, mais aussi, dans la pensée philosophique contemporaine, l’homme parfait, microcosme créé à l’image de Dieu. Dans le contexte philosophique et théologique, tout déformation de l’idéal est un défaut et la laideur est un signe de mal, de péché”.

³⁷ ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. *Op. cit.*, p. 90.



No detalhe da obra de Signorelli é possível observar que a maioria dos seres representados no inferno possui corpos humanos, sendo que os atributos próprios da figura diabólica (asas, chifres) são reduzidos ao máximo. As deformações estão concentradas nas cabeças das figuras, sobretudo nas faces, e um elemento formal é empregado na distinção entre os demônios e os condenados: a cor "não-natural" de seus corpos. A cor adquire função na mensuração dos defeitos de caráter dos indivíduos representados, de tal forma que ilustram o grau de relação em que as atitudes viciosas comprometeram e influenciaram em sua condenação.



Figura 6: SIGNORELLI, Luca. *A punição dos condenados* (detalhe), (1499-1502), ciclo de afrescos da Capela San Brizio, Orvieto.

De forma preliminar, para comparar o *Arlecchino* com os demônios medievais é preciso considerar que são imagens que possuem objetivos distintos quanto àquilo que se propõem a "ensinar, lembrar e emocionar". As representações dos demônios da Idade Média, como destacou Arasse, tinham uma função clara de mostrar aos espectadores os perigos do demônio, as formas que ele assume para impedir a salvação dos fiéis. Elas proporcionavam o medo e gravavam na memória dos cristãos, por meio de representações impactantes, as lições sobre a necessidade em se levar uma vida devotada e virtuosa. Depois passaram a "convencer", por meio da representação da história – como as representações de passagens das hagiografias, por exemplo – como vencer as tentações e neutralizar as investidas do Demônio.



Agnes Beijer e Charles Sterling afirmam que representações do *Arlecchino* nas gravuras do *Recueil Fossard* possuíam o intuito de facilitar o entendimento dos espectadores quanto ao que se passava no espetáculo – falado num dialeto que misturava o italiano e o francês. Por suas inscrições, colocadas sobre os personagens, ligavam o nome correspondente ao papel representado. Também possuíam a função de reforçar a primazia de determinados atores ou companhias, para se obter vantagens sobre a concorrência. Elas intentavam provocar o riso, seja pelas situações representadas, seja pelas supostas falas dos personagens inscritas na parte inferior das gravuras.

Portanto, as imagens por possuírem funções distintas, utilizaram maneiras diferentes de representação. As composições das imagens, dessa forma, também não possuem nenhuma afinidade, quer estilística, quer temática.

O elemento formal mais convincente nas representações do *Arlecchino* no *Recueil Fossard* que poderia ligar o personagem aos demônios medievais é a sua máscara. O acolhimento da argumentação de Arasse sobre o processo de transformação do demônio se concentrar na face, ao plasmar seus atributos na forma de máscara, torna possível ver na máscara grotesca de *Arlecchino* uma componente diabólica [Figura 7].



Figura 7: Máscara do *Arlecchino* e seu molde, couro, madeira, séc. XVIII, Museu da Ópera de Paris, França, Inv. MUSEE 297 / 1-2).

Os demônios da Idade Média e o *Arlecchino* possuem semelhança quanto a constituição, pois, ambos são híbridos compostos de elementos pagãos diversos. Mas enquanto os demônios medievais figuram nas imagens com essa composição híbrida, o personagem *Arlecchino* não possui nada de monstruoso. Enquanto os demônios inspiram o medo e o terror, *Arlecchino* provoca o riso.



Quando do final da Idade Média a imagem do diabo sofre modificações na sua representação, seu rosto ganha uma expressividade particular, que demonstra seus defeitos de caráter. E é também no rosto de *Arlecchino* que pode estar o único elemento que o aproxima dos demônios medievais – a máscara grotesca. A máscara de *Arlecchino* esconde o rosto do ator e confere a este uma expressão deformada pelo seu caráter burlesco, glutão, lascivo e atrapalhado. Considerando as cenas da *Commedia dell'arte* nas quais *Arlecchino* contracena com personagens que não fazem uso de máscaras – como os Enamorados, por exemplo –, o efeito grotesco de sua máscara potencializa-se, causando o mesmo contraste observado na imagem de Signorelli.

O pensador russo Mikhail Bakhtin (1895-1975), em sua obra *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais*, descreve o efeito exercido pelas festas e manifestações populares na cultura e na produção artística do período. Para Bakhtin, as formas populares de manifestação criavam um contraponto ao “modelo oficial” fornecido e sustentado pelas instituições, sobretudo a Igreja, e operavam na conversão das formas e modelos idealizados em formas corporais por meio do *rebaixamento*. Essa operação, segundo Bakhtin, produziu um estilo próprio, o “realismo grotesco”, expresso no conjunto das formas e manifestações da cultura popular, dotado de unidade interna. O realismo grotesco implica na “transferência ao plano material e corporal [...] de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato”³⁸.

Bakhtin ainda destaca que a máscara, objeto que “recobre a natureza inesgotável da vida em seus múltiplos rostos”, constitui-se em importante elemento do realismo grotesco, pois,

O motivo da máscara é [...] o motivo mais complexo, mais carregado de sentido da cultura popular. A máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre negação da identidade e do sentido único, a negação da coincidência estúpida consigo mesmo; a máscara é a expressão das transferências, das metamorfoses, das violações das fronteiras naturais, da ridicularização, dos apelidos; a máscara encarna o princípio de jogo da vida, está baseada numa peculiar inter-relação da realidade e da imagem, característica das formas mais antigas dos ritos e espetáculos. O complexo simbolismo das máscaras é inesgotável. Basta lembrar que as manifestações como a paródia, a caricatura, a careta, as contorções e “macaquices” são derivadas da máscara. É na máscara que se revela com clareza a essência profunda do grotesco³⁹.

Embora Bakhtin afirme a máscara como um elemento de valor positivo, como fomentadora da “liberação das consciências”, a Igreja estava distante dessa visão em relação a esse objeto. Georges Minois⁴⁰

³⁸ BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 17.

³⁹ BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: O contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987, p. 35.

⁴⁰ MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 137.



destaca que a máscara seria uma espécie de negação da própria “imagem e semelhança de Deus”, um objeto de ocultação da identidade – atributo dos demônios. O sentido que *Arlecchino* emprega à máscara está mais próximo da ideia apresentada por Bakhtin e seu conceito de realismo grotesco, sendo que seu uso servia justamente para que o público pudesse identificar o personagem em cena, e suas deformidades e feiura contribuíam para gerar o efeito cômico pretendido.

Dessa forma, pode-se afirmar que as imagens do *Recueil Fossard* nas quais o *Arlecchino* está representado demonstram um personagem portador de uma máscara deformada que lhe atribui uma aparência grotesca. Pelo seu comportamento representado nas imagens chega-se a conclusão de que ele não tem compromisso com os valores morais oficiais, prescritos pela Igreja – seu compromisso é com seus instintos, com suas necessidades mais imediatas e humanas.

Ao considerar a opinião da Igreja, manifestada pelos seus pensadores e clérigos, não há dúvida de que o *Arlecchino* tem como ancestrais os demônios – mais precisamente as entidades que povoavam os cultos pagãos e que foram rechaçadas pelos doutrinadores da fé cristã. Pela própria formação da imagem do demônio medieval – híbrida e composta pelos mesmos seres dos cultos pagãos – *Arlecchino* também “encarna” esse tipo de demônio. À transformação da imagem monstruosa do demônio por uma figura “humanizada”, deformada por traços de caráter que estavam manifestos, sobretudo, em seu rosto, *Arlecchino* responde com sua máscara grotesca. Eis o que aproxima essas duas figuras representadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARASSE, Daniel. **Le portrait du Diable**. Paris: Les éditions arkhê, 2009.

BARNI, Roberta. **A loucura de Isabella e outras comédias da Commedia dell’Arte - Flaminio Scala**.

São Paulo: Editora Iluminuras: FAPESP, 2003, p. 15-50.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1987.

BEIJER, Agne. Le Recueil Fossard. In: DUCHARTRE, Pierre (Org.) **Recueil de plusieurs fragments des premières comedies italiennes qui ont été représentées em France sous le régime de Henry III - Recueil dit de Fossard conserve au Musée National de Stockholm**. Paris: Librairie Théâtrale, 1981.



- BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DUCHARTRE, Pierre-Louis. Vive et Revive La Commedia dell'Arte. In: **Recueil de plusieurs fragments des premières comedies italiennes qui ont été représentées em France sous le régime de Henry III - Recueil dit de Fossard conserve au Musée National de Stockholm**. Paris: Librairie Théâtrale, 1981.
- FO, Dario. In: RAME, Franca (Org.). **Manual Mínimo do Ator**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- LE GOFF, Jacques. O riso na Idade Média. In: BREMMER, Jan; ROODENBURG, Herman (Orgs.). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 65-82.
- LIMA, Robert. **Stages of Evil: Occultism in Western Theater and Drama**. Lexington: The University Press of Kentucky, 2005.
- MINOIS, Georges. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- RABETTI, Maria de Lourdes. A commedia dell'arte: mito, profissão e cultura. **Revista ArtCultura**, Uberlândia (EDUFU/UFU), v. 16, n. 29, p. 7-17, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/34252>>. Acesso em: 11 abr. 2018.
- STERLING, Charles. Early Paintings of the Commedia dell'arte. **Metropolitan Museum of Art Bulletin** (New Series), Nova Iorque, Vol. II, n. 1 (verão de 1943), p. 11-32. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/pubs/bulletins/1/pdf/3257039.pdf.bannered.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

REFERÊNCIA DAS IMAGENS

- Figura 1.** Anônimo, *Pantalone, Arlecchino e Francisquina*. Fonte: DUCHARTRE, 1981, p. XIII.
- Figura 2.** Anônimo, *Cena de Arlecchino Cavaleiro*. Fonte: DUCHARTRE, 1981, p. XV.
- Figura 3.** SCHONGAUER, Martin. A Tentação de Santo Antonio. Disponível em: <<http://parismuseescollections.paris.fr/fr/petit-palais/oeuvres/la-tentation-de-saint-antoine-bartsch-47#infos-principales>>. Acesso em: 15/06/2019.
- Figura 4.** SODOMA, *A tentação de São Bento*. Fonte: ARASSE, 2009, p. VIII.



Figura 5. SODOMA, *A tentação de São Bento (detalhe)*. Fonte: ARASSE, 2009, p. IX.

Figura 6. SIGNORELLI, Luca *A punição dos condenados (detalhe)*. Disponível em: <<https://smarthistory.org/signorelli-the-damned-cast-into-hell/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Figura 7. Máscara do *Arlecchino* e seu molde. Disponível em: <http://classes.bnf.fr/essentiels/grand/ess_1172.htm>. Acesso em: 15 jun. 2019.



PARTE II

- **NESTÓRIO NO OÁSIS:**
O exílio como forma particular de atuação eclesiástica no contexto da controvérsia cristológica
Robson Della Torre
- **ENTRE A HERESIA E A ORTODOXIA:**
A participação pública na controvérsia eucarística do século XI a partir de Lanfranco de Bec
Diego Pereira
- **UM BREVE LEVANTAMENTO DOS HORIZONTES DE PESQUISA SOBRE A SOCIEDADE SENHORIAL DO SÉCULO X:**
os exemplos de Folcuíno de Lobbes e Ratério de Verona
Vitor Boldrini
- **HOMOSSEXUALIDADE NA IDEDE MÉDIA PODER E CONFISSÃO (SÉCULOS XI-XII)**
Arthur Rocha Martins Rodrigues Teixeira

NESTÓRIO NO OASIS:

O EXÍLIO COMO FORMA PARTICULAR DE ATUAÇÃO ECLESIASTICA NO CONTEXTO DA CONTROVÉRSIA CRISTOLÓGICA

Robson Della Torre¹

Nestório, bispo de Constantinopla entre os anos de 428 e 431, é uma figura notabilizada por seu enfrentamento teológico e eclesiástico com Cirilo de Alexandria (bispo entre 412 e 444) durante os turbulentos anos de seu episcopado à frente da igreja da cidade imperial. O mote da disputa entre eles girava em torno da validade do uso do epíteto *Theotokos* (literalmente, “aquela que pariu Deus”) a Maria, mas logo se transformou em uma complexa discussão cristológica acerca da relação entre a humanidade e a divindade do Cristo. Pela própria complexidade metafísica do debate – e que ainda assim suscitava um forte engajamento popular² –, pela importância das sés que capitaneavam o conflito e pelo amplo envolvimento de comunidades cristãs espalhadas pela porção oriental do Império romano, cogita-se na historiografia especializada que os motivos para tal embate escapassem à esfera puramente doutrinária, posto que envolveriam também o poder eclesiástico dos dois episcopados em busca da construção de sua hegemonia entre as igrejas romanas de língua grega³. Seja como for, o imperador romano desse momento, Teodósio II (408-450), decidiu convocar um concílio ecumênico na cidade de Éfeso reunindo quase trezentos bispos (a maioria esmagadora oriunda das províncias orientais) para dar termo ao conflito, no qual Nestório saiu

¹ Professor de História Medieval na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Contato: robson_torre@yahoo.com.br

² Sobre a questão da participação popular na controvérsia, o estudo clássico ainda é o de GREGORY, Timothy E. **Vox Populi: Popular Opinion and Violence in the Religious Controversies of the Fifth-Century AD**. Columbus: Ohio State University Press, 1979.

³ A tese clássica a respeito foi formulada por SCHWARTZ, Eduard. **Cyrrill und der Mönch Viktor**. Wien; Leipzig: Hölder-Pichler-Tempsky, 1928 (Akademie der Wissenschaften in Wien, Philosophisch-Historische Klasse, Sitzungsberichte, 208. Band, 4. Abhandlung), ainda que já circulasse entre escritores de maior ou menor comprometimento confessional desde o século XVI. Para um panorama mais geral das interpretações modernas sobre a controvérsia, ver MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria: The Christological Controversy. Its History, Theology, and Texts**. Yonkers, NY: St. Vladimir Seminary Press, 2004 (1ª edição: 1994). Para uma teorização acerca desse tipo de disputa hegemônica entre sés como Constantinopla e Alexandria, ver BLAUDEAU, Philippe. **Alexandrie et Constantinople (451-491): De l'Histoire à la Géo-Ecclésiologie**. Roma: École Française de Rome, 2006 (BEFAR 327) e seu conceito de “geoclesiologia” (ainda que ele trate de um período um pouco posterior a Nestório, já no contexto da polêmica calcedoniana).



derrotado a ponto de ter que abrir mão do episcopado antes que sofresse sanções ainda mais duras. No entanto, mesmo formalmente condenado por tal concílio e encontrando forte resistência na corte imperial, Nestório não caiu totalmente em desgraça, podendo ainda se retirar com alguma dignidade para seu antigo mosteiro de Euprépio, nos arredores da Antioquia, onde pôde ficar por cerca de quatro anos sem ser molestado por ninguém e, ao que parece, com alguma liberdade de fala e acesso aos mais variados contatos imperiais e eclesiásticos que ainda lhe dispensavam favores. Nestório só conheceria o dissabor do exílio em 435, quando recebeu a primeira condenação imperial nesse sentido, obrigando-o a se retirar para a cidade de Petra, na Arábia, onde ficaria longe o suficiente de sua rede habitual de apoio e teria menos capacidade influenciar os debates doutrinários do período. Ele não encontrou seu destino mais famoso, no Oásis egípcio, longe de qualquer rastro de civilização e dignidade humana, antes de 439. Ainda assim, não foi aí que ele terminou seus dias, nem foi mesmo aí onde escreveu sua obra mais célebre – o dito *Livro de Heráclides* –, onde teve a oportunidade de narrar a polêmica com Cirilo e todas as intrigas palacianas que culminaram em sua desgraça segundo seu próprio ponto de vista. Todavia, o Oásis é tratado nas fontes cirilinas (de longe as mais abundantes e detalhadas que chegaram até nós) como um espaço emblemático do castigo divino a que Nestório teria sido submetido por ousar questionar a autoridade do bispo de Alexandria de por em xeque a condição divina do Cristo, um espaço tido como selvagem, distante de todo e qualquer conforto da civilização e isolado o suficiente para impedir com que o condenado pudesse ter contato com pessoas que lhe ajudassem a tomar conhecimento dos desdobramentos da controvérsia cristológica e que lhe facultassem a possibilidade de tomar parte nas discussões.

No texto que se segue, para além de contextualizar essa estadia de Nestório no Oásis egípcio em meio a seus vários deslocamentos forçados desde 431, pretendo mostrar que essa ideia de que estivesse completamente marginalizado das relações eclesiásticas do período não se sustenta. Por mais que o Oásis egípcio, localizado no extremo sul do Egito dominado pelos romanos, fosse uma região inóspita e com gravíssimas dificuldades de comunicação com o mundo a seu redor, isso não impedia que Nestório pudesse se envolver nas disputas de sua época a partir de um lugar inusitado que lhe conferia possibilidades novas de atuação, bem como um lugar de participação com um simbolismo particular. Sustento essa hipótese baseado em uma leitura do *Livro de Heráclides*, obra escrita no exílio egípcio (mas que certamente não foi escrita no



Oásis, a despeito de afirmações constantes na historiografia nesse sentido⁴) na qual Nestório oferece várias pistas das conexões eclesíasticas que ainda mantinha nesse momento e que serviam, por exemplo, para abastecer com textos importantes que continuavam a ser produzidos e circulados às margens do Mediterrâneo. Além disso, documentos editados na modernidade junto com o *Livro de Heráclides* reiteram essas conexões eclesíasticas do bispo exilado, bem como de sua influência nos debates teológicos até mesmo após sua morte em cidades como Constantinopla, onde seu desterro podia ser ressignificado até mesmo como um exercício confessional que atribuía novos sentidos à sua pregação e oposição às teses cristológicas de Cirilo.

OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS DE NESTÓRIO

Em 22 de junho de 431, exatos dezesseis dias após o vencimento do prazo dado pelo imperador Teodósio II para que os bispos conciliares se reunissem em Éfeso e emitissem um veredito acerca da disputa teológica que se arrastava já havia três anos, um grupo de cerca de 160 preladados simpáticos às teses de Cirilo de Alexandria se reuniu na igreja local de Santa Maria e pronunciou uma sentença condenatória contra Nestório⁵. O então bispo de Constantinopla já se encontrava na cidade, porém, sabendo do ambiente hostil que lhe esperava, decidiu abster de comparecer e, assim, aceitar uma condenação *in absentiam*. Quatro dias depois, uma delegação de cerca de quarenta bispos oriundos das províncias da Arábia, Mesopotâmia, Síria e adjacências, a que as fontes costumam chamar de “bispos orientais” (ἀνατολικοὶ ἐπίσκοποι), chegou a Éfeso e logo decidiu marcar posição contra a abertura precipitada do concílio por parte de Cirilo. Liderados pelo bispo João de Antioquia, esses bispos orientais eram teologicamente muito próximos a Nestório (alguns deles nutriam relações de amizade por ele de longa data⁶) e, por isso, decidiram se reunir em um sínodo à parte,

⁴ Ver, por exemplo, GRILLMEIER, Aloys. **Christ in Christian Tradition**. Volume 1: From the Apostolic age to Chalcedon (451). Translated by John Bowden. London; New York: Mombay; Westminster John Knox Press, 1965, p. 501-506 e MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria**. *Op. cit.*, p. 126-130.

⁵ Para um panorama geral sobre os anos iniciais da controvérsia e um passo-a-passo dos eventos em Éfeso (431), ver MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria**. *Op. cit.*, p. 20-107 e MILLAR, Fergus. **A Greek Roman Empire: Power and Belief under Theodosius II (408-450)**. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2006 (Sather Classical Lectures 64), p. 157-160.

⁶ Sobre a relação entre Nestório e esses bispos orientais, ver SCHOR, Adam M. **Theodoret's People: Social Networks and Religious Conflict in Late Roman Syria**. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2011 (Transformation of the Classical Heritage 48), p. 81-109.



em que condenaram Cirilo e seus aliados como cismáticos e desobedientes às ordens imperiais de congregação de um concílio ecumênico para decisão sobre a matéria a ser tratada. Na ocasião, porém, eles também não se reuniram com Nestório e se abstiveram de fazer qualquer defesa formal de suas teses, o que na prática deixou o bispo de Constantinopla isolado. A partir de então, os partidos de Cirilo de Alexandria e João de Antioquia iniciaram uma intensa negociação com a corte imperial a fim de terem suas decisões confirmadas e a de seus rivais condenadas, algo que se estendeu durante quase todo o restante do ano. Nestório, porém, marginalizado nesse novo embate, fez uma solicitação ao imperador por meio de seu antigo amigo Antíoco Chuzon, então cônsul e prefeito pretoriano⁷, para que pudesse se retirar com dignidade de Éfeso: em troca de abandonar o trono episcopal de Constantinopla, ele poderia se retirar tranquilamente para seu antigo mosteiro de Euprépio, nos arredores de Antioquia, onde vivera até ser chamado para assumir o episcopado constantinopolitano em 428, e aí permanecer sem ser molestado por quem quer que fosse⁸. Cartas trocadas pelos bispos cirilinos em negociação com o imperador no verão de 431 nos informam que o pedido foi aceito e que Nestório já tinha partido entre fins de agosto e início de setembro⁹.

Temos pouquíssimas informações sobre essa estadia de Nestório em Antioquia. Sabemos que a condenação que pesava contra ele acabou sendo confirmada por Teodósio II em diversos momentos ao longo de 431 e mesmo o sucessor que acabou sendo eleito em seu lugar em outubro desse ano, chamado Maximiano, era um aliado de Cirilo que contava com as bênçãos do imperador¹⁰. Apesar disso, Nestório não parece ter recebido nenhuma sanção ou interdição com valor legal, tanto que continuava com liberdade para emitir opiniões públicas sobre os rumos da controvérsia entre Cirilo e João nos anos seguintes. A partir de 433, por exemplo, quando os bispos de Alexandria e Antioquia finalmente chegaram a um acordo de paz

⁷ Sobre Antíoco, ver **PLRE 2**, p. 103-104 (Antiochus (Chuzon) 7). Ele era também, desde 429, o líder da comissão editorial nomeada pelo imperador responsável pela compilação do dito Código Teodosiano.

⁸ A correspondência entre Nestório e Antíoco que trata dessa negociação foi preservada em **ACO 1.1.7**, p. 71. Nestório oferece uma versão própria dessas tratativas em seu *Livro de Heráclides* (NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, p. 248-249).

⁹ Para a data, ver **ACO 1.1.8**, p. 11. Por uma questão de comodidade, convencionou-se usar na literatura especializada a abreviação **ACO** para se referir às *Acta Conciliorum Oecumenicorum*, obra em múltiplos volumes editada desde o início do século XX por pesquisadores diversos e que tenta reunir todo o material disponível em coleções canônicas medievais sobre os concílios ecumênicos desde Éfeso I (431) até Niceia II (787). As ACO estão divididas por tomos, um para cada concílio ecumênico (Éfeso é o primeiro, portanto), cada tomo está subdividido em volumes e cada volume pode ou não ser subdividido em fascículos. Nesse caso, **ACO 1.1.8** indica, portanto, que se trata do primeiro tomo (referente a Éfeso I), do primeiro volume (compilando o material em língua grega) do oitavo fascículo. A referência completa de cada volume utilizado se encontra na bibliografia ao final.

¹⁰ MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria**. *Op. cit.*, p. 106.



fundamentado na adoção de uma profissão de fé cristológica comum denominada de “Fórmula de Reunião”, Nestório passou a verbalizar constantes ataques a João por considerá-lo um traidor que tinha aceitado entrar em um comunhão com Cirilo somente por pressão do imperador e ignorando que o alexandrino ainda defenderia teses cristológicas que, a seu ver, seriam manifestamente heréticas¹¹. A situação criava tamanho embaraço ao bispo de Antioquia e gerava ainda mais instabilidade entre os ditos bispos orientais – muitos dos quais também tinham sérias ressalvas quanto à Reunião com Cirilo¹² – que o prelado antioqueno se viu forçado a apelar ao imperador pedindo que tomasse alguma atitude a respeito. Em 435, Teodósio II decidiu agir publicando um edito¹³ em que condenava as obras de Nestório às chamas por heresia e o punia formalmente com o exílio para Petra, na Arábia, uma cidade comercial importante na região, porém suficientemente afastada da Síria a ponto de mantê-lo isolado e neutralizado. Nada se sabe desse desterro árabe de Nestório, nem sequer se de fato ele chegou a se concretizar. Afinal, quando voltamos a ter notícias dele por meio da obra do historiador eclesiástico Sócrates de Constantinopla, que escreveu a primeira versão de seu texto em 439, somos informados de que ele já se encontrava retirado para o Oásis egípcio¹⁴.

Em seu *Livro de Heráclides*, Nestório se abstém de prover o leitor com qualquer mínimo indício de sua estadia no Oásis, o que reforça a impressão de que se tratasse de um episódio nada honroso de sua biografia. Seus passos seguintes só nos são conhecidos por meio de textos posteriores à sua morte redigidos, em sua maior parte, por seus detratores. Na *História Eclesiástica* de Evágrio Escolástico, escrita já em fins do século VI, narra-se um momento em que o Oásis fora atacado por um grupo de beduínos chamados blêmios que fizeram aí diversos cativos, dentre os quais Nestório, e os levaram escravizados pelo deserto até serem derrotados por um povo rival. Aproveitando a oportunidade, esse grupo de cativos romanos conseguiu se retirar para a cidade de Panópolis, sede do poder romano da província da Tebaida, no Alto Egito, onde Nestório fez questão de se apresentar ao oficial responsável pela organização militar da região a fim de que pedisse clemência ao imperador e não o punisse por ter abandonado o local original onde devia se encontrar

¹¹ MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria**. *Op. cit.*, p. 117-118.

¹² A esse respeito, ver SCHOR, Adam M. **Theodoret's People**. *Op. cit.*, p. 94 ss.

¹³ O edito foi preservado em **ACO** 1.1.4, p. 66.

¹⁴ SÓCRATES DE CONSTANTINOPLA. **HE** 7.34.11. Sobre essa região, ver BAGNALL, Roger S. **Egypt in Late Antiquity**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993, p. 146-147.



exilado¹⁵. Pelo que se depreende da narrativa de Evágrio e de outras fontes contemporâneas a ele, o oficial romano de Panópolis efetivamente entrou em contato com a corte imperial em busca de instruções sobre como proceder enquanto mantinha Nestório sob sua custódia, porém a resposta tardou a chegar. Quando ela chegou, suas ordens eram para que fosse desterrado para um lugar ainda mais afastado que o Oásis, porém Nestório já estava velho demais para se submeter às durezas do caminho. As fontes parecem concordar que Nestório morreu em trânsito para esse seu desterro final, porém, dependendo da maior ou menor simpatia que nutrem por sua vida, oferecem detalhes diferentes sobre seus últimos dias de sofrimento.

Quanto às datas dessas movimentações de Nestório, tudo nos é muito nebuloso, ainda que contemos com alguns referenciais básicos. Que estivesse já longe de Antioquia após 435 é quase certo, posto que vários de seus apoiadores conheceram fortuna semelhante nesse mesmo momento¹⁶, porém nada nos garante que tenha partido diretamente para Petra ou que sequer tenha chegado a essa cidade antes de receber novas ordens para seguir para o Oásis. Quanto à expedição dos blêmios, não temos como datá-la com precisão, pois a documentação é muito precária¹⁷. A suposição usual é que ela tenha ocorrido já próximo à morte de Nestório, algo em torno do ano 450 ou um pouco antes, porém, como sugerirei mais à frente, podemos cogitar que ela tenha ocorrido mais próxima de meados da década de 440¹⁸. Quanto à sua estadia em Panópolis, tudo depende da data em que se acredita que Nestório tenha falecido. Há ainda um debate historiográfico significativo acerca da hipótese de que ele tenha vivido até depois da realização do concílio de Calcedônia de 451¹⁹, porém nada na obra que nos deixou nos permite fazer esse tipo de conclusão. Tudo o

¹⁵ EVÁGRIO ESCOLÁSTICO. **HE** 1.7. Evágrio chega a reproduzir uma carta de Nestório ao *dux Thebaidae* em que narra seus infortúnios junto aos blêmios.

¹⁶ SCHOR, Adam M. **Theodoret's People**. *Op. cit.*, p. 100-101.

¹⁷ BAGNALL, Roger S. **Egypt in Late Antiquity**. *Op. cit.*, p. 146. **A Greek Roman Empire: Power and Belief under Theodosius II (408-450)**. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2006 (Sather Classical Lectures 64), p. 63-64 cita um papiro importante que fala da movimentação desse povo na região, mas sua datação é muito vaga (entre 425 e 450). Essa expedição é narrada por outras fontes do período, ainda que não mencionem sua relação com Nestório, tal como explicado em EVÁGRIO ESCOLÁSTICO. **The Ecclesiastical History of Evagrius Scholasticus**. Translated with an introduction by Michael Whitby. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 21 n. 62.

¹⁸ Ver abaixo, p. 13-14. KOSIŃSKI, Rafał. The fate of Nestorius after the council of Ephesus in 431. **Sakarya Üniversitesi Fen Edebiyat Dergisi**, Serdivan, v. 10, p. 33-48, 2008 também sugere a data de 444 como provável para a expedição que tirou Nestório do Oásis, mas ele substituiu os blêmios pelos mazici, uma tribo de origem líbia.

¹⁹ Para o debate, ver KOSIŃSKI, Rafał. The fate of Nestorius after the council of Ephesus in 431. *Op. cit.*, p. 42-43, ainda que o autor diga ter certeza que o ano exato é 453.



que sabemos é que ele tomou conhecimento de algumas cartas de Leão, bispo de Roma entre 440 e 461, inclusive de sua famosa carta a Flaviano de Constantinopla que ficou conhecida como o “Tomo de Leão”, um dos documentos decisivos para a formulação de teses cristológicas no contexto da polêmica calcedoniana – e que Nestório acreditava que validava suas próprias teses acerca da Encarnação²⁰. Nestório também demonstra conhecimento sobre o dito segundo concílio de Éfeso ocorrido em fins de 449 – talvez até a notícia do tomo leonino tenha-lhe vindo da mesma fonte que o informou sobre Éfeso II –, mas ele não parece ter tido conhecimento sequer da morte de Teodósio II, ocorrida em fins de agosto de 450. É provável, portanto, que ao menos estivesse em Panópolis ainda até meados de 450, onde poderia receber facilmente informações sobre todos esses assuntos e registrá-los em seu *Livro de Heráclides*, porém o que ocorreu após isso é incerto. A data usual de sua morte, colocada entre 452 e 453, é possível, ainda mais pensando-se que já estivesse incomunicável no deserto após receber sua última ordem de exílio, porém nada nos garante que não possa ser recuada até 450 ou 451 ou mesmo postergada para meados da década de 450.

Para o propósito do presente texto, não é necessário avançar em um detalhamento ou maior precisão dessas datas e eventos. Basta-nos reter apenas o essencial das movimentações de Nestório para entender de que lugar ele falava quando redigia seu *Livro de Heráclides*, bem como as diferentes possibilidades de atuação eclesíasticas essas diferentes estadias lhe conferiam no curso da polêmica doutrinária na qual ele insistia em participar mesmo após seu exílio formal. Foquemo-nos agora, portanto, na redação do *Livro de Heráclides*, com particular atenção para os indícios que nos confere da inserção contemporânea de seu autor nos debates da época.

O LIVRO DE HERÁCLIDES

O dito *Livro de Heráclides* é uma obra escrita em siríaco e originalmente editada em 1910 por Paul Bedjan e que contou, no mesmo ano, com uma tradução para o francês publicada por François Nau²¹. O título original em siríaco traduz-se literalmente como “Bazar de Heráclides”, porém já Nau tinha observado que o

²⁰ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, p. 330.

²¹ Por algum motivo que desconheço, o original siríaco publicado por Bedjan é de extremo difícil acesso e praticamente não é mais citado pelos especialistas, tornando-se a tradução francesa de Nau a referência primeira dos pesquisadores.



termo siríaco para “bazar” (que, nesse contexto, não faz qualquer sentido lógico²²) era muito similar a outra palavra que, em grego, significa **πραγμάτεια** (literalmente, “assunto”, “matéria”) e que, portanto, o título original da obra deveria ser algo como **πραγμάτεια Ἡρακλείδης** – em latim, *Liber Heraclidis*, e daí sua tradução tal como empregada aqui²³. Afora menções muito superficiais em textos de autores nestorianos como Ebedjesu (século XIII), o texto permaneceu desconhecido até que uma cópia foi encontrada em um mosteiro nestoriano em Konak, sede da igreja assíria no curdistão turco, por um grupo de missionários ingleses em fins do século XIX. Trata-se de exemplar único, a partir do qual foram produzidas outras quatro cópias que serviram de base para a edição de Bedjan²⁴. Para além do problema do título, o prefácio do texto foi redigido por seu tradutor siríaco, que explica tanto se tratar de uma tradução de um original grego quanto que seu autor original era Nestório. O “Heráclides” do título, segundo ele, era um pseudônimo usado pelo próprio Nestório a fim de escapar da censura imperial, uma vez que seu primeiro edito de exílio continha ordens para a destruição de qualquer texto atribuído a ele²⁵.

Em termos de estrutura, a obra parece reunir duas partes com finalidades distintas. Na primeira, logo após o prefácio do tradutor siríaco, há uma lista de 93 perguntas e respostas, boa parte delas organizadas na forma de diálogo entre Nestório e certo Sofrônio²⁶, na qual se expõem ensinamentos sobre tópicos muito diversificados da fé, sem nenhum foco específico. Na segunda parte, a estrutura em forma de diálogo é abandonada em prol de uma apologia de Nestório escrita em primeira pessoa, oscilando entre uma digressão histórica e um tratado doutrinal acerca da Encarnação. O grande interesse dos pesquisadores contemporâneos pela obra sempre residiu nessa segunda parte, seja por conta da versão alternativa apresentada sobre os eventos que culminaram em sua condenação em Éfeso em 431, seja devido às longuíssimas explicações que

²² Sua preservação na tradução inglesa de Hodges pode ser entendida como mero purismo, já que os próprios tradutores aceitam a hipótese de Nau: NESTÓRIO. **The Bazaar of Heracleides**. Newly translated from the Syriac and edited with an Introduction, Notes & Appendices by G. R. Driver, M.A. & Leonard Hogson, M.A. Oxford: Clarendon Press, 1925.

²³ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, p. XVII.

²⁴ Para a história de transmissão do texto, ver NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, p. XXII-XXIV.

²⁵ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, p. 3.

²⁶ Não se sabe a identificação precisa do personagem – talvez seu nome tenha sido adaptado pelo tradutor siríaco – nem se conhece a existência de um Sofrônio associado a Nestório. De qualquer modo, essa figura parece ser idêntica a um dos redatores da dita “carta a Cosmas”, um texto nestoriano escrito pouco após a morte de Nestório em que se narra a parte final de sua vida, bem como alguns milagres associados a ele. Esse texto, publicado como apêndice na tradução de Nau do Livro de Heráclides (p. 361-366), se refere a Sofrônio como um *comes* imperial, porém nada mais pode se saber sobre ele – cf. **PLRE** 2, p. 1021 (Sophrionius 2).



concede sobre suas posições doutrinárias, colocando às claras aquilo que ou tinha sido distorcido por seus adversários ou tinha permanecido obscuro nos poucos fragmentos de sermões que tinham chegado até nós de outra forma²⁷. Havia toda uma predisposição positiva para o acolhimento da obra no início do século, tanto por conta de uma maior simpatia pelo tipo de abordagem mais simpática às fragilidades do Cristo e da própria condição humana por parte de alguns círculos intelectuais cristãos nesse início do século XX²⁸ quanto pelo fascínio por toda sorte de revelação sórdida de bastidores que Nestório parecia oferecer – desde uma espécie de amor clandestino e não correspondido que a irmã do imperador, chamada Pulquéria, nutria por ele (e por isso, vendo-se rejeitada pelo bispo, teria tramado por sua queda e condenação²⁹) até a prática indiscriminada de corrupção que grassaria a corte imperial, da qual Cirilo teria se valido às largas a fim de acobertar seus próprios crimes no Egito³⁰ (nunca revelados no livro) e de conquistar as boas graças do imperador para confirmar suas ideias heréticas.

Passado o impacto inicial de recepção da obra, ambos os aspectos perderam boa parte de seu apelo e o *Livro de Heráclides* acabou perdendo espaço nas discussões acadêmicas sobre a Antiguidade tardia em geral e a controvérsia cristológica de modo mais específico. Mais do que uma fonte “quente” sobre o submundo de uma política imperial e eclesiástica tomada pela devassidão e imoralidade, a obra de Nestório é tida hoje como uma espécie de testemunho retrospectivo rancoroso e altamente embebido das agruras do exílio com base em que o ex-bispo podia elucubrar livremente – inclusive adentrando o campo da ficção – sobre os motivos de seu insucesso ao mesmo tempo em que silenciava sobre suas próprias atitudes tirânicas

²⁷ De fato, o material nestoriano preservado fora do *Livro de Heráclides* é bastante significativo em termos de volume de texto, ainda que seu caráter fragmentário ou descontextualizado dificulte sobremaneira uma apreciação equilibrada de sua cristologia. O material nestoriano que sobreviveu a nós foi integralmente compilado por LOOFS, Friedrich. **Nestoriana: die Fragmente des Nestorius**. Halle: Max Niemeyer, 1905. As tentativas de sistematização de sua doutrina acerca da Encarnação são várias (uma das mais recentes e proveitosas é a de MCGUCKIN, John. **St. Cyril of Alexandria**. *Op. cit.*, p. 130-174), ainda que aquela que mais faça justiça aos limites de interpretação baseados no caráter lacunar da documentação seja ainda a de GRILLMEIER, Aloys. **Christ in Christian Tradition**. *Op. cit.*, p. 451-463.

²⁸ A própria obra de Loofs não só é uma homenagem a certo “humanismo” das doutrinas de Nestório como também se propunha a ser um repositório de ideias das quais se partir para pensar a produção de uma teologia renovada no século XX.

²⁹ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, p. 89.

³⁰ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**. *Idem*, p. 92-93, 305-307. Um dos poucos pesquisadores contemporâneos que levou às últimas consequências tais insinuações foi SCHWARTZ, Eduard. **Cyrril und der Mönch Viktor**. *Op. cit.*, p. 40-42, que aproveita a oportunidade para defender que toda a polêmica cristológica não teria passado de uma cortina de fumaça que acobertaria os espúrios interesses políticos que mobilizariam os prelados das principais sés da cristandade nesse momento (incluindo Nestório!).



e opressivas tomadas contra antigos desafetos. Também do ponto de vista doutrinário o texto não nos ajuda muito a compreender as posições de Nestório dos anos 430, posto que elas também já tinham evoluído consideravelmente durante o exílio e já tinham sido filtradas e adaptadas o suficiente tanto para responder às críticas de Cirilo e de seus aliados quanto para se adequar às novas proposições cristológicas feitas por Leão Magno em 449 e que, no entender de Nestório, lhe ajudavam a provar sua ortodoxia contra as acusações de Cirilo³¹. Assim, o *Livro de Heráclides* deve ser entendido mais como um produto das reflexões do exílio do que efetivamente como uma reflexão alternativa sobre os anos tensos em torno do concílio de Éfeso.

Para nosso propósito aqui, esse entendimento atualizado sobre a querela cristológica que Nestório nos apresenta após anos de reflexão no exílio é tão mais interessante porque parece demonstrar um engajamento novo, um espírito renovado de combate de alguém que, mesmo após tantos duros revezes, parecia encontrar forças para um último enfrentamento contra seus adversários, quiçá mirando uma nova audiência, movida já por novos pensamentos, que pudesse lhe prestar os ouvidos que não tinham sido dados quando Cirilo dominava as ações. Em outras palavras, não se trata (apenas) de um texto de memórias amarguradas de alguém já sem qualquer esperança em vida e que projetava para as gerações futuras uma possibilidade de redenção e compreensão, mas sim de alguém que, estando no exílio, escrevia para uma audiência contemporânea no intuito de municiá-la com argumentos que poderiam fazer reverter sua sorte e – quem sabe? – convencer o imperador a rever as penas que pesavam contra ele. Isso denota uma mudança na própria condição de exilado que Nestório vivenciou no Egito – por conta de sua saída do Oásis e sua chegada a Panópolis, talvez? – que lhe abria novas possibilidades de comunicação e articulação política, recolocando-o no cenário da disputa teológica a partir de um novo lugar de fala. Aquilo que pretendemos mostrar na sequência são esses indícios deixados no *Livro de Heráclides* que nos permitem ver essas aberturas para a atuação eclesiástica de Nestório mesmo estando oficialmente em exílio, algo que lhe colocava em uma condição muito especial e que tanto ele quanto seus aliados podiam explorar para fazer frente a seus opositores.

³¹ Já observado por MCGUCKIN, John A. *St. Cyril of Alexandria. Op. cit.*, p. 126-127.



ATUAÇÃO ECLESIASTICA NO EXÍLIO?

Um dos elementos mais eloquentes do *Livro de Heráclides* é a citação literal de vários documentos – alguns bastante extensos – produzidos entre os anos 430 e 440 pelos mais variados personagens, inclusive o próprio Nestório. Por certo, mesmo tendo-se retirado para o exílio a mando do imperador, não seria improvável que o ex-bispo tivesse levado consigo alguma espécie de secretário ou um escravo qualquer responsável por conservar seus textos e cartas mais importantes que desejasse consultar. Que ele tivesse levado consigo textos de seus desafetos, ou mesmo um exemplar que fosse dos registros da sessão conciliar efesina em que fora condenado, já é mais improvável, porém ele com certeza não tinha como ter levado consigo para o meio do deserto textos que foram redigidos mais de uma década depois de seu desterro inicial, tais como as cartas de Leão Magno. A conclusão óbvia que se depreende disso, portanto, é que Nestório fosse municiado com esse material por pessoas amigas que ainda tivessem um mínimo de trânsito pelas igrejas e cidades espalhadas pelo Mediterrâneo e que, ao mesmo tempo, tivessem os recursos necessários para fazer chegar cópias desse material ao clérigo desterrado.

Para facilitar a visualização do problema para o leitor, listamos abaixo todos os documentos referentes à querela cristológica citados por extenso ou referendados por Nestório ao longo de seu *Livro de Heráclides* junto com sua data de composição:

- Carta de Cirilo a seus apocrisiários³² em Constantinopla (por volta de 430)
- Correspondência entre Cirilo e Nestório (cinco cartas trocadas entre 429 e 430)
- Sacra imperial de deliberação sobre o concílio de Éfeso (maio-junho de 431)³³
- Atas da sessão de 22 de junho de 431
- Protesto dos bispos orientais contra a abertura precoce do concílio (22 de junho de 431)³⁴
- Carta de Teodósio confirmando as decisões de ambos os concílios (29 de junho de 431)³⁵

³² Apocrisiários eram representantes clericais mantidos por alguns bispos na cidade imperial a fim de acompanhar as movimentações na corte e agilizar eventuais contatos e movimentos com os representantes do poder.

³³ Essa não é a carta de convocação em si, mas um documento confiado a um *comes* chamado Candidiano no qual se explicitavam suas atribuições para a manutenção da lei e da ordem em Éfeso durante as sessões conciliares.

³⁴ Tratam-se de cerca de treze bispos que já tinham chegado à cidade e, junto com o *comes* Candidiano, postaram esse protesto em praça pública logo após a condenação de Nestório.

³⁵ Esse é o mesmo documento que ordenava a manutenção em custódia de Cirilo, Nestório e Mênnon de Éfeso (o principal apoiador de Cirilo e figura-chave no concílio por ser o bispo local que, por conta disso, controlava todas as igrejas da cidade). Na prática, os



- Resposta do concílio cirilino a Teodósio (1º de julho de 431)
- Relato dos bispos orientais a Teodósio sobre a primeira sessão (julho de 431)
- Relato dos bispos orientais sobre as negociações com o imperador (setembro de 431)³⁶
- Carta de Cirilo a João de Antioquia, contendo a dita “Fórmula de Reunião” (abril de 433)
- Carta de Cirilo a Acácio de Melitene (entre 433 e 435)³⁷
- Carta de Leão Magno a Teodósio II (fevereiro de 449)
- Carta de Leão a Flaviano (o dito “Tomo de Leão”, também de fevereiro de 449)³⁸
- Atas do segundo concílio de Éfeso (agosto de 449)³⁹

Como se pode ver pela lista acima, boa parte do material mobilizado por Nestório no *Livro de Heráclides* foi composto em um momento em que ele ainda estava ativo como bispo e engajado nos debates em Éfeso, porém é revelador que não apenas tivesse acesso a textos compostos por seus partidários, mas também correspondências do partido cirilino, rival seu. Ademais, a capacidade de articulação de sua rede de contatos era tamanha que ele pôde fazer uso de versões “clandestinas” dessa documentação, como é o caso da carta de Cirilo a seus apocrisiários. Afinal, como demonstrou Schwartz, a versão utilizada no *Livro de Heráclides* possui uma conclusão diferente daquela que aparece na maioria das coleções medievais que a

três estavam presos. Foi nessa condição que Nestório apelou a seus contatos na corte para negociar junto a Teodósio uma retirada digna para seu antigo mosteiro em Antioquia.

³⁶ Trata-se do momento em que, dado o impasse em Éfeso, o imperador determinou que uma delegação de cada partido envolvido partisse para Calcedônia, na outra margem do Bósforo oposta a Constantinopla, para apresentarem seus argumentos diante do imperador em pessoa. Sobre esse episódio, ver MCGUCKIN, John. **St. Cyril of Alexandria**. *Op. cit.*, p. 103-106.

³⁷ Essa é uma carta de Cirilo a um de seus apoiadores após a Reunião de 433 em que explicava os termos do acordo de tal forma a convencê-lo de que não tinha capitulado ou abandonado nenhuma de suas teses cristológicas anteriores, mas apenas que tinha encontrado uma maneira de criar um vocabulário consensual sobre a Encarnação junto com João de Antioquia que fazia com que os dois lados pudessem agora se entender e respeitar suas posições não necessariamente convergentes sobre o assunto. Essa é uma carta bastante recuperada por diversas coleções medievais que tratam do concílio de Éfeso por ser entendida como uma espécie de interpretação cirilina “oficial” sobre os termos da Reunião de 433. É no mínimo surpreendente que Nestório tivesse uma cópia do texto, já que sua circulação era pensada sobretudo dentro dos círculos cirilinos.

³⁸ Nestório não chega a fazer citações literais das duas cartas, mas disserta sobre seu conteúdo.

³⁹ Destas atas, para além do testemunho de Nestório, restaram-nos transcrições do texto grego nas atas da primeira sessão do concílio de Calcedônia (451) e uma tradução siríaca feita em 535. Para o texto desta seção, ver MILLAR, Fergus. *The Syriac Acts of the Second Council of Ephesus (449)*. In: PRICE, Richard; WHITBY, Mary (eds.). **Chalcedon in Context: Church councils, 400–700**. Liverpool: Liverpool University Press, 2009 (Translated Texts for Historians, Contexts 1), p. 45-69.



conservam, todas elas simpáticas a Cirilo e suas teses⁴⁰. Isso é tão mais significativo porque essa conclusão da versão citada por Nestório explicitava as intenções do bispo de Alexandria de destruí-lo por uma questão de rivalidade pessoal mais do que de zelo pela ortodoxia, enquanto a versão conservada nas coleções medievais lhe representava com motivações mais piedosas, sem qualquer tipo de ódio pessoal. De acordo com Schwartz, isso significa que Nestório deve ter tido acesso a uma versão primitiva da carta, que servia apenas para a comunicação direta entre o bispo egípcio e seus representantes na capital, enquanto aquela que foi conservada nas coleções medievais já tinha sido editada para ser circulada a um público mais amplo, colocando Cirilo em uma posição diferenciada quanto a suas motivações.

A documentação mobilizada por Nestório, portanto, não pode ser entendida apenas como um arquivo pessoal que ele tenha levado consigo para o exílio apenas porque estavam entre seus papéis mais pessoais. Parte deles lhe foi fornecida como um esforço investigativo, praticamente de espionagem, de aliados seus que conseguiram interceptar documentos do partido rival que não tinham sido concebidos originalmente como de circulação ampla. Todavia, isso explica o acesso de Nestório apenas a uma parte de todo esse acervo documental, talvez até a carta de Cirilo a João contendo a Fórmula de Reunião, que ele pode ter conhecido ainda em seu retiro forçado em seu mosteiro de Antioquia. Porém, já a carta de Cirilo a Acácio de Melitene pode lhe ter chegado às mãos já após o edito imperial condenando-o ao exílio na Arábia (ainda que tenha ido diretamente ao Oásis), e com certeza as duas cartas de Leão só puderam ser de seu conhecimento já durante seu desterro no Egito. A pergunta que fica, no entanto, é a seguinte: poderia ele ter tido contato com eles no Oásis?

É bastante provável que não, até pelo fato de que a conservação desses textos junto a si em condições extremas no deserto não parece ser das mais lógicas, ainda mais para alguém que estivesse em tal condição de desgraça junto ao poder imperial⁴¹. É bem mais plausível supor que inclusive a primeira parte da documentação listada acima, que data do início da década de 430, tenha-lhe sido confiada por alguns apoiadores já por ocasião de sua estadia em Panópolis, onde teria condição de lê-la novamente com fins de

⁴⁰ SCHWARTZ, Eduard. **Cyrril und der Mönch Viktor**. *Op. cit.*, p. 5-6.

⁴¹ Contra essa tese, ver GRILLMEIER, Aloys. **Christ in Christian Tradition**. *Op. cit.*, p. 501-504, que supõe uma primeira redação do *Livro de Heráclides* ainda na década de 430, antes do exílio de Nestório para Petra, e que depois teria sido retomada em fins da década de 440.



produzir uma apologia de suas ações e suas doutrinas. Com efeito, há traços no *Livro de Heráclides* que supõem ao menos uma retomada da escrita por parte de Nestório já em seus anos em Panópolis, quando pode ter tido suas esperanças renovadas de uma reabilitação por parte de Teodósio. É sintomático desse novo humor do autor a série de “profecias” com as quais ele encerra seu texto, todas elas ocorridas em meados da década de 440. Vejamos as principais:

Mas já que me recriminas por não ter conseguido dizer claramente aquilo que se passou, ó chefe dos santos, Sofrônio, escuta então, ainda que o saibas de outra forma, e dá testemunho da verdade daquilo que acaba de ser dito: agora, com efeito, com tu já sabes, tu acabas de ver que a morte levou a filha daquele que então governava e, depois disso, esse demônio, filho do adultério, que lançou a imperatriz no opróbrio e na vergonha. Tu acabas de ver também que as cidades da África, da Espanha e da Mauritânia, assim como as grandes e célebres ilhas – quero dizer, a Sicília, Rodes e muitas outras ilhas –, assim como a própria Roma foram entregues ao bárbaro vândalo⁴².

Os eventos aqui mencionados não são todos contemporâneos entre si – e mesmo a invasão vândala de Roma, ocorrida em 455, pode ser mesmo um acréscimo póstumo de quem quer que tenha recebido o texto e iniciado sua cadeia de transmissão⁴³–, mas eles nos ajudam a contextualizar o momento da escrita de ao menos parte do texto. A “filha daquele que então governava” provavelmente se refere a Flácila, filha de Teodósio que morreu pouco após o nascimento ainda em 431⁴⁴. Porém, não só ela não tinha acabado de morrer quanto Teodósio ainda devia ser vivo – o “então” dessa passagem pode muito bem ser uma interpolação póstuma, uma vez que sugere que Teodósio já estivesse morto. Por outro lado, como bem nota Nau, uma meia-irmã de Teodósio chamada Arcádia tinha morrido em 444⁴⁵. Essa data é significativa porque possui ligação direta com aquilo que vem na sequência, a morte d’esse demônio, filho do adultério, que lançou a imperatriz no opróbrio e na vergonha’. Trata-se certamente de Paulino, que era alguém com grande trânsito na corte desde a década de 420, quando tinha ajudado Pulquéria, irmã do imperador, a conseguir uma esposa para o jovem soberano. Ele atingiu o ápice de sua carreira ao assumir o posto de *magister*

⁴² NESTÓRIO. *Livro de Heráclides*, tr. Nau, p. 330-331.

⁴³ Para as possibilidades de interpolação na obra, ver MCGUCKIN, John A. *St. Cyril of Alexandria*. *Op. cit.*, p. 126-127 e GRILLMEIER, Aloys. *Christ in Christian Tradition*. *Op. cit.*, p. 501-504.

⁴⁴ **PLRE 2**, p. 473 (Flacilla 2), com identificação da personagem citada correspondente a esta passagem do *Livro de Heráclides*. O nome da filha, bem como sua data de morte, é atestado pela *Crônica* do *comes* Marcelino (*idem*).

⁴⁵ NESTÓRIO. *Livro de Heráclides*, tr. Nau, p. 331, n. 1. A data é confirmada em **PLRE 2**, p. 129 (Arcadia 1).



officiorum em 430, mas continuou sendo uma eminência parda no palácio até 443, quando caiu em desgraça junto a Teodósio. Os boatos ventilados pelas fontes do período sugerem que Paulino era suspeito de ter tido um caso com Eudócia, justamente a esposa que ele tinha ajudado a encontrar para o príncipe duas décadas antes. Exilado para a Capadócia, Paulino foi executado em 444, enquanto Eudócia partiu para uma peregrinação (ou assim circulava a versão oficial) para a Terra Santa, de onde jamais retornaria para Constantinopla, ficando aí por mais de uma década⁴⁶. Quanto às incursões vândalas pelas províncias mais ocidentais do Império, elas já ocorriam desde meados da década de 420, não havendo qualquer razão para assumir que Nestório estivesse se referindo aqui a algum momento mais preciso.

É significativo que ao menos dois dos eventos que Nestório tome como emblemáticos da ruína do Império após sua condenação e exílio – e aos quais ele se refere como sendo contemporâneos – tenham ocorrido em meados da década de 440, e que a informação relatada por Nestório não seja das mais precisas. Isso talvez possa significar que o ex-bispo estivesse tomando contato com essas notícias por ocasião de sua chegada turbulenta a Panópolis (uma cidade dotada de redes de informações muito mais significativas que o remoto Oásis), que assim poderia ser situada por volta desse ano de 444 ou pouco após. A completa ausência de alusão a eventos ocorridos entre 436 e 444 sugere uma desinformação quase que completa sobre o que estava acontecendo durante seu exílio no Oásis, reforçando a ideia de que seu isolamento fosse muito grave. Por outro lado, sua estada na virtual capital da Tebaida parece tê-lo colocado em condições mais favoráveis – e quiçá mais esperançosas de uma reabilitação – a ponto não só de poder contar com uma rede de apoiadores em maior número e mais acessível, mas também de reunir condições de assumir uma posição mais assertiva no debate cristológico tal qual não lhe era possível havia mais de uma década. É bem possível, portanto, que ao menos o projeto inicial do *Livro de Heráclides* tenha sido esboçado logo da chegada de Nestório a Panópolis e que tenha sido desenvolvido nos anos seguintes até pelo menos 449, quando conseguir deitar os olhos nas cartas de Leão e nas atas do segundo concílio de Éfeso a ponto de tecer longos comentários a respeito de ambos.

⁴⁶ Sobre Paulino, ver **PLRE 2**, p. (Paulinus 8). Para mais detalhes sobre os rumores de traição associados ao assassinato de Paulino e ao desterro de Eudócia para a Terra Santa, ver HOLUM, Kenneth G. **Theodosian Empresses: Women and Imperial Domination in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1982 (Transformation of the Classical Heritage 3), p. 176-177.



Apesar desse momentâneo (e fortuito!) abrandamento de sua pena, Nestório sempre se faz representar em seu *Livro de Heráclides* na condição de exilado e de condenado tanto pela autoridade eclesiástica conciliar quanto pela imperial. Panópolis é ainda para ele uma extensão de seu exílio, ainda que as condições que se lhe apresentavam fossem muito mais favoráveis do que aquelas que vivia no Oásis. Todavia, é quase certo que ele não teria composto a obra caso não concebesse que ela pudesse gozar de uma considerável circulação – daí inclusive decorre o fato de escrever na forma de pseudônimo –, acreditando talvez que esses seus apoiadores que conseguiam chegar até ele na Tebaida pudessem fazer circular o texto em uma extensão territorial muito mais ampla. Disso decorre certa condição um tanto ambígua de nosso autor: ele escreve no exílio, considera-se ainda como um exilado, mas se coloca novamente no debate cristológico em busca da reabilitação de sua memória, algo que seu desterro ao Oásis visava coibir! Ora, não tinha sido ele mandado aos confins do Egito porque seu retiro forçado em Antioquia não tinha impedido que ele continuasse a intervir e a se manifestar sobre os desdobramentos da polêmica efesina?

O endereçamento do *Livro de Heráclides* a esse Sofrônio também é indicativo dessa intenção polêmica de Nestório porque, como dito acima, ele também é um dos redatores da dita “carta a Cosmas”, escrita por apoiadores de Nestório após sua morte que queriam fazer circular notícias referentes tanto à sua morte quanto aos milagres que teria realizado ainda em vida e logo após sua morte⁴⁷. A carta é endereçada a certo Cosmas, que era líder dos nestorianos em Antioquia, da parte de um grupo de oficiais romanos e clérigos que se referem a Nestório como “aquele que foi outrora vosso concidadão e que pouco depois foi nosso bispo”⁴⁸, o que sugere que fossem todos oriundos de Constantinopla. Ademais, na mesma carta, eles anunciam que alguns deles faziam visitas frequentes a Nestório “no deserto”⁴⁹, ainda que seja difícil crer que tais visitas frequentes fossem ao Oásis, sendo mais fácil supor que fossem a Panópolis. Se tal Sofrônio estivesse mesmo em Constantinopla e houvesse quem se dispusesse a fazer o trajeto em direção ao alto Egito

⁴⁷ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**, tr. Nau, apêndice I, p. 362: “Ao venerável, santo e puro Cosmas, eleito do Cristo e chefe dos fiéis que estão em Antioquia de Orontes, da parte do *comes* Candidiano, do *stratelates* Elias, do *comes* Sofrônio, dos monges Elias e Paulo, do *paramonarius* da igreja da Anastásia Ártion, do arqui-diácono Pedro, do tesoureiro Partênio e do restante dos fiéis que participam do mistério da venerável ortodoxia, que vossa paz seja grande!”.

⁴⁸ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**. *Idem*.

⁴⁹ NESTÓRIO. **Livro de Heráclides**. *Idem*, p. 364: “Eu, Elias, fui com frequência até lá e vi Nestório falar com os anjos, e seu deserto lhe agradava mais do que a corte imperial”.



para ter com seu mestre, seria lógico supor que o *Livro de Heráclides* fora escrito com esse intuito de que fosse difundido entre as igrejas do Oriente como uma espécie de testemunho do exílio no deserto, colocando Nestório nessa ambígua posição de alguém praticamente inacessível devido ao banimento imperial, mas que podia ter voz e vez no debate de sua época porque, na condição de exilado, tinha quem reverberasse seus argumentos no Império.

CONCLUSÃO

Por mais que o banimento imperial para o Egito tenha representado um duro golpe para Nestório em termos de possibilidades de atuação eclesial, a redação do *Livro de Heráclides* e os indícios encontrados em documentos pouco posteriores à sua morte como a carta a Cosmas sugerem um personagem muito mais ativo e engajado do que nos faria supor a imagem tradicional de um bispo exilado. Por certo, Nestório parece ter sofrido de grande isolamento e restrição durante sua estadia no Oásis egípcio, porém, desde que chegou a Panópolis, as possibilidades de reinserção nas redes clericais que transitavam pelo Mediterrâneo cresceram vertiginosamente, por mais que ele ainda estivesse formalmente em exílio. Por maior que sua atitude de respeito à autoridade imperial por meio de sua súplica ao oficial romano na Tebaida, ele vislumbrou então a possibilidade de burlar a ordem de banimento escrevendo uma obra em pseudônimo com o intuito de fazer uma apologia às suas ideias e atitudes pretéritas na esperança de encontrar uma melhor acolhida passada já mais de um década de seu desterro. O que é significativo para nós é que Nestório nunca abandonou a sua condição de exilado e se aproveitou dela para se colocar em um lugar de fala muito particular nesses debates de sua época, e o mesmo fizeram seus aliados que escrevem a carta a Cosmas, por exemplo, que fazem questão de evocar essa imagem de exilado de Nestório como um atributo de confissão, praticamente de martírio. Aliás, a própria conexão que observamos entre o Sofrônio a que se destina o *Livro de Heráclides* e aquele que compôs a carta a Cosmas sugere que ambos os textos estivessem articulados em um mesmo projeto de propaganda eclesial que visava reabilitar a memória de Nestório em meio a esse contexto de exílio. Mais do que um espaço de isolamento, o exílio apresenta-se para Nestório como uma alternativa viável para a participação na vida eclesial de fins de sua vida, colocando-o numa posição especial que podia até mesmo colaborar com seus projetos pessoais e do grupo clerical a que se vinculava.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

EVÁGRIO ESCOLÁSTICO. **The Ecclesiastical History of Evagrius Scholasticus**. Translated with an introduction by Michael Whitby. Liverpool: Liverpool University Press, 2000.

NESTÓRIO. **Le Livre d'Héraclide de Damas**. Traduit en français par F. Nau avec le concours du R. P. Bedjan et de M. Briere. Paris: Letouzey et Ané, 1910.

NESTÓRIO. **The Bazaar of Heracleides**. Newly translated from the Syriac and edited with an Introduction, Notes & Appendices by G. R. Driver, M.A. & Leonard Hogson, M.A. Oxford: Clarendon Press, 1925.

SCHWARTZ, Eduard. **Acta Conciliorum Oecumenicorum**. Tomus 1: Concilium Universale Ephesenum (AD 431). Volumen I: Acta Graeca. Berlin; Leipzig: Walter de Gruyter, 1927-1929, 8 fasc.

SÓCRATES DE CONSTANTINOPLA. **Histoire Ecclésiastique**. Texte grec de l'édition G. C. Hansen. Traduction par Pierre Périchon, S.J. et Pierre Maraval. Notes par Pierre Maraval. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004-2007, 4v.

Fontes secundárias

BAGNALL, Roger S. **Egypt in Late Antiquity**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

BLAUDEAU, Philippe. **Alexandrie et Constantinople (451-491): De l'Histoire à la Géo-Ecclésiologie**. Roma: École Française de Rome, 2006 (BEFAR 327).

GREGORY, Timothy E. **Vox Populi: Popular Opinion and Violence in the Religious Controversies of the Fifth-Century AD**. Columbus: Ohio State University Press, 1979.

GRILLMEIER, Aloys. **Christ in Christian Tradition**. Volume 1: From the Apostolic age to Chalcedon (451). Translated by John Bowden. London; New York: Mombay; Westminster John Knox Press, 1965.



- HOLUM, Kenneth G. **Theodosian Empresses: Women and Imperial Domination in Late Antiquity**. Berkeley: University of California Press, 1982 (Transformation of the Classical Heritage 3).
- KOSIŃSKI, Rafał. The fate of Nestorius after the council of Ephesus in 431. **Sakarya Üniversitesi Fen Edebiyat Dergisi**, Serdivan, v. 10, p. 33-48, 2008.
- LOOFS, Friedrich. **Nestoriana: die Fragmente des Nestorius**. Halle: Max Niemeyer, 1905.
- MARTINDALE, John R. (Ed.) **The Prosopography of the Later Roman Empire**. Volume 2, AD 395-527. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. (citado ao longo do texto como **PLRE 2**).
- MCGUCKIN, John A. **St. Cyril of Alexandria: The Christological Controversy. Its History, Theology, and Texts**. Yonkers, NY: St. Vladimir Seminary Press, 2004 (1ª edição: 1994).
- MILLAR, Fergus. **A Greek Roman Empire: Power and Belief under Theodosius II (408-450)**. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2006 (Sather Classical Lectures 64).
- MILLAR, Fergus. The Syriac Acts of the Second Council of Ephesus (449). In: PRICE, Richard; WHITBY, Mary (Ed.). **Chalcedon in Context: Church councils, 400-700**. Liverpool: Liverpool University Press, 2009 (Translated Texts for Historians, Contexts 1), p. 45-69.
- SCHOR, Adam M. **Theodoret's People: Social Networks and Religious Conflict in Late Roman Syria**. Los Angeles; Berkeley: University of California Press, 2011 (Transformation of the Classical Heritage 48).
- SCHWARTZ, Eduard. **Cyrius und der Mönch Viktor**. Wien; Leipzig: Hölder-Pichler-Tempsky, 1928 (Akademie der Wissenschaften in Wien, Philosophisch-Historische Klasse, Sitzungsberichte, 208. Band, 4. Abhandlung).



ENTRE A HERESIA E A ORTODOXIA: A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA CONTROVÉRSIA EUCARÍSTICA DO SÉCULO XI A PARTIR DE LANFRANCO DE BEC¹

Diego Pereira²

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do cristianismo medieval, diversas foram as vezes em que disputas doutrinárias deram origem ao que ficou conhecido como *ortodoxia* e *heresia*. Inseparáveis neste contexto, os dois conceitos têm sua construção frequentemente atravessada por fatores não somente teológicos, mas também políticos, com grandes implicações no meio social. Para além de teóricos da fé, teólogos, monges e mestres de escola, exercem e sofrem influência também os senhores laicos e os fiéis que, de algum modo, têm acesso ao debate.

A discussão em torno da eucaristia que acontece durante grande parte do século XI não foge deste modelo. Conhecida como controvérsia “Eucarística” ou “Berengariana”, a querela do período tem como principais agentes o diácono Berengário de Tours, os monges Lanfranco, da abadia de Bec, e Alberico, de Monte Cassino, e Guitmundo, arcebispo de Aversa. Neste caso, o mestre de Tours foi condenado oito vezes ao longo de 29 anos por defender que o sacramento eucarístico seria apenas uma representação – algo que, segundo ele, já seria afirmado por Agostinho em seu texto sobre os sacramentos. Além disso, a controvérsia envolve relações conflituosas entre Berengário e o papado, bem como acusações de que a difusão da heresia teria levado o debate doutrinal a pessoas e lugares inapropriados. No decorrer deste texto, trataremos da

1 Este trabalho é fruto da pesquisa intitulada “Controvérsia eucarística: um estudo acerca das relações entre teologia e sociedade no século XI do ocidente medieval”, desenvolvida com orientação da Prof^a. Dr^a. Néri de Barros Almeida e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), inscrita no processo nº 2019/05618-9.

2 Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas e financiado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: diegpereira@gmail.com.



controvérsia, dos escritos por meio dos quais podemos estudá-la e, em especial, de Lanfranco e das citações aos fiéis leigos em seu tratado *De corpore et sanguine domini*.

A CONTROVÉRSIA

Ainda que mais difundida, a querela ocorrida no século XI não foi a primeira a tratar da eucaristia. Dois séculos antes, ainda sob o Império Carolíngio, Pascásio Radberto e Ratramno de Corbie protagonizaram o primeiro debate acerca da natureza do sacramento. No início da década de 830, Pascásio escreveu o primeiro tratado sobre o tema, em resposta ao abade de Corvey e, pouco mais de dez anos depois, enviou uma cópia do texto para Carlos, O Calvo³. “Pascásio defendia que a substância [*substantia*] do pão e do vinho (termo não utilizado por Agostinho em relação à eucaristia), seria misticamente transformada em corpo e sangue de Cristo, dando ênfase particular à união dos fiéis em seu caminho para a redenção”⁴. As posições defendidas no tratado tiveram pouca aceitação de seus pares, exceto por Hincmaro, arcebispo de Reims⁵.

Por volta dos anos 850, Ratramno escreveu outro tratado, a pedido do rei Carlos, que não referenciava diretamente Pascásio, mas que rejeitava o uso de *substantia*, “argumentando, pela autoridade de Agostinho, que as palavras da consagração se referiam ao corpo espiritual de Cristo, e não ao corpo físico, como figura [*figura*] de uma realidade futura, não como substância física no presente”⁶. Com esta defesa do simbolismo de uma realidade futura em detrimento da presença substancial, a posição de Ratramno ficou marcada pela maior importância ao espiritual, e não ao físico. Entretanto, mesmo com a circulação dos tratados, a doutrina que prevaleceu ao longo do século seguinte foi mais próxima à de Pascásio, sem evidências do contrário⁷.

3 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics in the Eucharistic Controversy, 1078-1079:** Alberic of Monte Cassino against Berengar of Tours. New York: Columbia University Press, 2003, p. 4.

4 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute and the conciliar process 1050-1150: from Berengar of Tours to Gilbert of Poitiers. In: DARTMANN, Christoph; PIETSCH, Andreas; STECKEL, Sita (Eds.). **Ecclesia disputans:** Die Konfliktpaxis vormoderner Synoden zwischen Religion und Politik. Berlin: De Gruyter, 2015, p. 130. Tradução nossa.

5 Diversos personagens envolvidos nesta querela participaram também de outras disputas doutrinárias importantes no século IX, como a da dupla predestinação. Nela, Hincmaro foi contrário a Godescalco de Orbais que foi derrotado. Ver PEZÉ, Warren. **Le virus de l'erreur:** la controverse carolingienne sur la double prédestination, essai d'histoire sociale. Collection Haut Moyen âge, Dirigée par Régine Le Jan. N. 26. Turnhout: Brepols, 2017.

6 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 130. Tradução nossa.

7 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 5.



Já no século XI, Berengário de Tours, discípulo de Fulberto de Chartres e arqui-diácono na igreja de Angers, foi o responsável por reavivar o debate e defender a posição de Ratramno⁸, apoiando-se, principalmente, neste e nos patrísticos Agostinho e Ambrósio⁹. Entre 1050 e 1079 Berengário teve suas teses condenadas em diversos concílios, mas foi sobretudo nos 20 últimos anos que se deu a produção de tratados doutrinários. Tratemos de uma breve explanação dos principais textos. Em 1059, após sua quarta condenação (a primeira delas com um juramento imposto), Berengário escreveu o *Scriptum contra synodum*, contrário ao concílio, à sua condenação e ao cardeal que escreveu seu juramento, Humberto da Silva Candida. Foi a este texto que Lanfranco respondeu, em 1063, pelo *De corpore et sanguine domini*. Berengário, por sua vez, escreveu o *Rescriptum contra Lanfrannum*, entre 1065 e 1070, texto que será contraposto por outros dois mestres: Guitmundo de Aversa, em *De corporis et sanguinis Christi veritate*, escrito entre 1073 e 1078, e Alberico de Monte Cassino, autor de *Adversus Berengarium Diaconum de Corpore et Sanguine Domini*, composto durante o último concílio da querela, entre 1078 e 1079.

Como antecipado na introdução, o objeto central de debate era a presença de Cristo na eucaristia e o modo pelo qual ela se dava. “Berengário escreve que o pão e o vinho presentes sobre o altar não são nem o verdadeiro corpo, nem o verdadeiro sangue de Cristo, mas signos (*signum*), figuras (*figura*), semelhanças (*similitudo*), garantias (*gages*)”¹⁰. Para Pascaline Turpin, o diácono chegou a essa conclusão pela interpretação que fez dos textos antigos, em especial *De doctrina christiana*, de Agostinho, e *De sacramentis*, de Ambrósio –

8 Para Berengário e seus opositores contemporâneos, o tratado de Ratramno seria, na verdade, de John Scot. A correção de atribuição viria apenas posteriormente.

9 Em *Lanfranc of Bec and Berengar of Tours*, texto escrito em 1969, o historiador inglês Richard Southern discorreu sobre a querela entre Berengário de Tours e Lanfranco de Bec colocando grande ênfase em um grupo de textos de Aristóteles, traduzidos e comentados por Boécio, ao qual o autor denominou *Logica vetus*. Seria devido ao contato com estes textos que Berengário teria iniciado a querela, retendo maior atenção à questão filosófica da substância. O trato com estes textos aproximaria, portanto, o mestre do que viria a ser a escolástica, tema também caro a Southern. No entanto, esta visão (vastamente difundida na historiografia da controvérsia) tem dificuldades para se sustentar. Charles Radding e Francis Newton, no já citado *Theology, rhetoric and politics in the eucharistic controversy*, apontam que os escritos de Berengário estão muito mais próximos – principalmente pela influência de seu mestre, Fulberto de Chartres – das escrituras e da teologia dos Padres, algo que pode ser confirmado em nos tratados, uma vez que Lanfranco chega a criticar, diversas vezes, o uso que seu adversário faz de Agostinho e Ambrósio. Por outro lado, também são vários os trechos em que Berengário é criticado pelo uso da dialética em detrimento dos autores sagrados, o que não nos permite negar, por completo, certa originalidade de Berengário. Cf. SOUTHERN, Richard William. Lanfranc of Bec and Berengar of Tours. In: HUNT, Richard William; PARTIN, William Abel; SOUTHERN, Richard William (Eds.). **Studies in Medieval History Presented to Frederick Maurice Powicke**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1969. Cap. 3, p. 27-48.

10 TURPIN, Pascaline. Querelle eucharistique et épaisseur du sensible: Bérenger et Lanfranc. **Revue des sciences philosophiques et théologiques**, v. 95, n. 2, p. 303-322. 2011. Tradução nossa.



assim como fez Ratramno¹¹. De acordo com a dissociação feita por Agostinho entre o que seria o *signal* e a *realidade*, representada pelo primeiro, não seria possível que o sacramento fosse a própria divindade. Em outras palavras, se a eucaristia fosse um sinal de Cristo, não poderia ser o próprio Cristo. Logo, a presença não seria carnal, mas espiritual, simbólica, *in figura*, de modo a conciliar duas teses: de que os sacramentos são sinais sagrados (e a visão de Berengário acerca destes alcançará maior aceitação no século seguinte)¹²; de que o corpo de Cristo permaneceria inteiro no céu, mesmo presente no altar¹³.

Para além da teologia sacramental, a defesa de Berengário se apoiava em outros dois aspectos: a observação dos processos naturais e a defesa do uso da dialética. Como pontua Brian Stock, o debate eucarístico marcou “o início da reflexão sobre a natureza observável, ou, mais precisamente, sobre a relação das aparências dos fenômenos com uma realidade interior cujas propriedades lógicas coincidem com aquelas dos textos”¹⁴. O mestre afirmava que a transformação do pão e do vinho seria impossível sem que houvesse alguma transformação física, material, observável. Neste sentido, um dos argumentos utilizados por Lanfranco para contrapor-lo não tem grande eficácia: para justificar a possibilidade da transformação pela vontade divina, o arcebispo cita o caso em que Moisés teria transformado seu cajado em uma serpente. Berengário responde dizendo que os casos não são comparáveis, uma vez que a serpente nunca teria existido até o momento, enquanto o pão e o vinho estariam presentes antes e depois da consagração¹⁵.

Por outro lado, em resposta à acusação feita por Lanfranco de preferir a dialética aos Pais da Igreja¹⁶, Berengário defende a prática por meio de Agostinho, que a teria definido como a arte das artes. Afirma, ainda,

11 SRAWLEYDD, J. H. (Ed.). **St. Ambrose: on the mysteries and the treatise on the sacraments** by an unknown author. Tradução de T. Thompson. New York: Macmillan, 1919. Disponível em: <http://oll-resources.s3.amazonaws.com/titles/219/0565_Bk.pdf>. Acesso em 20 dez. 2019. p. XXXVII.

12 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 14.

13 TURPIN, Pascaline. *Querelle eucharistique...* *Op. cit.*, p. 306.

14 STOCK, Brian. **The implications of Literacy: written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries.** Princeton University Press, 1983, p. 241. Tradução nossa.

15 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 12.

16 “Having abandoned the sacred authors, you take refuge in dialectics. And since the matter that you will hear and respond to involves a mystery of faith, I prefer that you hear and respond from the sacred authors rather than dialectical reasoning. [...] In so doing, I shall defend my position by that same art with propositions equally as powerful as the ones that you advance. By acting in such a fashion, however, I do not wish to seem as if I confide more in the art of disputation than in the truth and the authority of the holy Fathers.” LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood of The Lord & On The Truth of The Body and Blood of Christ in The Eucharist.** Washington, D. C.: The Catholic University Of America Press, 2009. (The Fathers of The Church: Mediaeval Continuation, v. 10). Trad. Mark G. Vaillancourt, p. 43-44.



que recorrer a ela seria como recorrer à razão, revelando a grandeza de espírito de quem o fizesse¹⁷. Não nos espanta, portanto, que grande parte da historiografia – como Charles Radding e Francis Newton, largamente utilizados neste trabalho – identifique neste momento a emergência da cultura escolástica¹⁸.

Em relação ao tema central, a presença de Cristo na eucaristia, Lanfranco faz uma defesa da chamada “presença real”, afirmando que o divino não estaria apenas verdadeiramente presente, mas também de forma corpórea. “Segundo ele, a essência do pão e a essência do vinho são transformadas em essência do corpo e essência do sangue de Cristo, ainda que a forma externa de pão e de vinho permaneça”¹⁹. Esse realismo, no entanto, ainda que apresentado por Lanfranco e aceito por grande parte de seus pares, não era unanimidade, nem coincidia, como escreveu Priscila Watkins, “com a doutrina oficial sobre a natureza da eucaristia”²⁰. Parece claro, por outro lado, que em 1063, quando o arcebispo escreve, a ortodoxia ainda se encontrava distante de uma definição (o que, oficialmente, só acontecerá no século XIII²¹) e, como afirma Turpin, “foi precisamente Berengário que, primeiro, sem dizer o termo, descobriu o conceito de transubstanciação” ao afirmar que Deus poderia transformar a substância do pão sem alterar os acidentes – ainda que o próprio mestre não afirme ser este o caso da eucaristia²².

Quanto ao uso de Agostinho para a teologia sacramental, Lanfranco não o rejeita, apenas declara que, no caso da eucaristia, esta seria, ao mesmo tempo, o sinal e a realidade divina. Deste modo, “se o véu das aparências fosse removido, a carne e o sangue nos apareceriam tais como são na realidade”. As aparências restariam, portanto, apenas para que o sacramento não fosse algo sangrento aos olhos dos fiéis²³. Por fim,

17 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 13.

18 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 14.

19 TURPIN, Pascaline. *Querelle eucharistique...* *Op. cit.*, p. 306. Tradução nossa.

20 WATKINS, Priscila. Lanfranc at Caen: teaching by example. In: VAUGHN, Sally N.; RUBENSTEIN, Jay (Eds.). **Teaching and learning in northern Europe, 1000-1200**. Turnhout: Brepols, 2006, p. 71-97. Tradução nossa.

21 “Seu corpo e sangue estão verdadeiramente contidos no sacramento do altar sob as formas de pão e vinho, tendo o pão e o vinho sido transformados em substância, pelo poder de Deus, em seu corpo e sangue, para que, a fim de alcançar esse mistério de unidade, recebamos de Deus o que ele recebeu de nós”. Tradução nossa do inglês. “Iesus Christus, cuius corpus et sanguis in sacramento altaris sub speciebus panis et vini veraciter continentur, transsubstantiatis pane in corpus et vino in sanguinem potestate divina, ut ad perficiendum mysterium unitaris accipiamus ipsi de suo, quod accepit ipse de nostro”. TANNER, Norman P. **Decrees of the Ecumenical Councils: Volume One, Nicaea I to Lateran V**. Washington: Georgetown University Press, 1990, p. 230.

22 TURPIN, Pascaline. *Querelle eucharistique...* *Op. cit.*, p. 318. Tradução nossa.

23 TURPIN, Pascaline. *Querelle eucharistique...* *Op. cit.*, p. 307. Tradução nossa.



para justificar que o corpo de Cristo permaneceria intacto, mesmo com a presença real, Lanfranco promove uma explicação entre duas realidades: uma parcial, ou seja, o corpo e o sangue na eucaristia, e outra total, o corpo em si²⁴. Assim, ainda que os fiéis comessem o pão, transformado em carne, e bebessem o vinho, transformado em sangue, não estariam afetando a totalidade corpórea de Cristo.

Expostas as divergências teológicas entre os mestres, compete-nos agora tratar de suas relações políticas. Berengário, tendo concluído seus estudos em Chartres, passou a ensinar na abadia de São Martinho, em Tours, e na catedral de Angers, onde foi arqui-diácono e tesoureiro. Ao deslocar-se para esta última, o mestre passou a trabalhar próximo ao conde de Anjou, Geoffrey II, responsável pela captura de Tours do condado de Blois e inimigo declarado de William, duque da Normandia²⁵. Como afirmam Constant Mews e Clare Monagle, "o envolvimento de Berengário na política angevina é vital para compreender não apenas o debate eucarístico no século XI, mas o processo maior por meio do qual uma aliança monástica pró-normanda foi capaz de apresentá-lo como um herege arquetípico"²⁶. Isso porque a ligação de William com Lanfranco era tão próxima que o duque foi responsável por convidá-lo a deixar Bec e ser o primeiro monge na abadia de Caen²⁷, onde possivelmente terminou o tratado contra Berengário²⁸. "O duque até o admitiu em seu círculo mais próximo de amigos. De fato, William tinha Lanfranco em tão alta conta que, de acordo com William de Poitiers, ele venerava Lanfranco como um pai, o respeitava como um professor e o amava como um irmão ou filho"²⁹. Além disso, a oposição do meio monástico normando às ideias de Berengário foi forte desde o início da controvérsia, o que se traduziu não apenas nos tratados de Lanfranco e Guitmundo, mas também encontrou expressão nos concílios provinciais³⁰.

Pouco tempo depois de chegar ao papado, Leão IX convocou seu primeiro concílio, em outubro de 1049, na cidade de Reims, com o principal intento de reordenar os bispos que haviam conseguido seus cargos

24 TURPIN, Pascaline. *Querelle eucharistique...* *Op. cit.*, p. 307. Tradução nossa, p. 308.

25 "Until his death in 1060, Geoffrey II of Anjou was engaged in prolonged conflict with William, Duke of Normandy, over the territory of Maine, taking prisoner the bishop of Le Mans, Gervais of Château-du-Loire (1036/38-1055), held prisoner by Geoffrey for seven years before he succeeded in escaping to Normandy and then becoming archbishop of Reims (1055-1067)". MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. *Theological dispute...* *Op. cit.*, p. 132.

26 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. *Theological dispute...* *Op. cit.*, p. 130. Tradução nossa.

27 WATKINS, Priscila. *Lanfranc at Caen...* *Op. cit.*, p. 72.

28 COWDREY, H. E. J. **Lanfranc**: scholar, monk, and archbishop. Oxford: Oxford University Press, 2003, p. 64.

29 WATKINS, Priscila. *Lanfranc at Caen...* *Op. cit.*, p. 72. Tradução nossa.

30 COWDREY, H. E. J. **Lanfranc...** *Op. cit.*, p. 60.



por meios seculares. O concílio foi, no entanto, ocasião para resolução de diversos outros conflitos de natureza política. Ao longo do encontro, Berengário foi confrontado por Lanfranco por sua defesa do conde de Anjou, que ainda mantinha preso o bispo de Le Mans. Para além da defesa meramente política, também foi criticada sua leitura e aceitação da visão eucarística de Ratramno. Surpreso, o arqui-diácono teria escrito ao papado em defesa do conde e do tratado eucarístico. "Berengário não viu por que o papa deveria interferir em um conflito político interno relacionado ao conde de Anjou ou por que a interpretação de Pascásio sobre a eucaristia deveria adquirir o status de doutrina oficial"³¹. Assim, logo depois do concílio, Berengário escreveu uma carta a Lanfranco, que acabou por ser encaminhada a Roma³². Em seu livro sobre o arcebispo de Bec, Herbert Cowdrey traz a seguinte versão do texto:

Berengário ao irmão Lanfranco.

Chegou a mim, irmão Lanfranco, um relato de Ingelrannus de Chartres, sobre o qual não devo deixar de lhe alertar como amigo querido. Agora, é o seguinte: que as proposições de John Scot [Ratramno], relativas ao sacramento do altar, nas quais difere de Pascásio, com quem você se associa, lhe são desagradáveis – de fato, você as considerou heréticas. Portanto, neste caso, se é assim, irmão, você agiu indignamente com a inteligência que Deus lhe conferiu em grau desprezível, pronunciando um julgamento apressado demais. Pois você ainda não é suficientemente versado nas escrituras divinas nem conferiu com aqueles mais atentos que você. E agora, portanto, irmão, sendo eu pouco versado nesta escritura, gostaria apenas de ouvir sobre isso, se surgir uma oportunidade para nós, estando reunidos quem você desejar como juízes competentes ou como ouvintes. Enquanto isso não acontecer, não despreze o que digo: se você sustenta que John Scot [Ratramno] é um herege, cujos pronunciamentos sobre a eucaristia nós aprovamos, também devem ser considerados hereges por você Ambrósio, Jerônimo e Agostinho, para não mencionar outros.

Desejamos sinceramente no Senhor que você desfrute de boa saúde e pense com juízo sóbrio³³.

Lida publicamente em Roma, e estando Lanfranco na companhia de Leão IX, a carta tornou-se conhecida e suas teses foram logo condenadas em um sínodo no primeiro semestre de 1050. Pouco tempo depois, o papa convocou o mestre a se explicar em Roma, onde o aguardaria com o arcebispo de Bec, mas Berengário alegou não poder ir por conflitos com o rei Henrique I, de França. Meses depois, recebeu sua

31 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 134.

32 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 134.

33 COWDREY, H. E. J. **Lanfranc...** *Op. cit.*, p. 39.



segunda condenação. Ainda assim, continuou a ensinar e defender o tratado de Ratramno, o que fez com que o debate se espalhasse e ganhasse adeptos³⁴.

Em 1054 um novo concílio foi realizado em Tours, presidido pelo legado papal Hildebrando, menos preocupado com a questão eucarística e que permitiu a Berengário escrever seu próprio juramento, tratando de confessar a presença de Cristo após a consagração, mas sem necessidade de explicitar o meio pelo qual ela se dava³⁵. Essa maior permissividade continuou ao longo dos anos na relação entre o, a partir de 1073, papa Gregório VII e o mestre de Tours, a ponto de Berengário agradecê-lo por sua defesa contra a investida do legado papal Hugo de Die para depô-lo da posição de clérigo em Angers³⁶. Por outro lado, Humberto da Silva Cândia, também legado papal e que dirigiu o concílio de Latrão de 1059, escreveu o juramento imposto a Berengário, muito mais centrado no realismo eucarístico do que na transformação substancial:

Eu, Berengário, indigno diácono da igreja de São Martinho em Angers, reconhecendo a verdadeira, católica e apostólica fé, abjuro toda heresia, em especial aquela com a qual tenho sido até agora acusado de calúnia, que se esforça para afirmar que o pão e o vinho colocados sobre o altar, após a consagração, são apenas sacramento e não o corpo e sangue de nosso Senhor Jesus Cristo, e não podem, de modo sensível, mas apenas como sacramento, serem manuseados e enterrados entre os dentes dos fiéis. Além disso, estou de acordo com a santa, Romana e apostólica Sé, e professo com meus lábios e meu coração, que defendo esta fé que meu senhor e venerável papa Nicolau e seu santo sínodo, por suas autoridades evangélicas e apostólicas, nos passou adiante para defender e confirmar, a saber, que o pão e o vinho colocados sobre o altar, depois da consagração, não são somente sacramento, mas também o corpo e o sangue de nosso Senhor Jesus Cristo, sensorialmente e não apenas como um sacramento, mas em verdade são manuseados e quebrados pelas mãos dos padres, enterrados entre os dentes dos fiéis; jurando pela Santíssima Trindade de um único ser e por todos estes santos Evangelhos de Cristo. E proclamo que aqueles que se opuserem a esta fé, com seus ensinamentos e seguidores, merecem condenação eterna. Mas se eu mesmo, a qualquer momento, pretender pensar e ensinar o que é contrário a isso, posso estar sujeito à severidade dos cânones. Depois de ler e reler isso, eu, por minha própria vontade, assinei³⁷.

34 *Ibidem*, p. 62.

35 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 135.

36 RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics**... *Op. cit.*, p. 29.

37 "Ego Beringerius, indignus diaconus aecclesiae sancti Mauricii Andegavensis, cognoscens veram, catholicam et apostolicam fidem, anathematizo omnem heresim, precipue eam de qua hactenus infamatus sum, quae astruere conatur panem et vinum, quae in altari ponuntur, post consecrationem solummodo sacramentum et non verum corpus et sanguinem domini nostri Iesu Christi esse nec posse sensualiter nisi in solo sacramento manibus sacerdotum tractari vel frangi aut fidelium dentibus atteri. Consentio autem sanctae Romanae et apostolicae sedi et ore et corde profiteor de sacramentis dominicae mensae eam fidem tenere, quam dominus et venerabilis papa Nicholaus et haec sancta synodus auctoritate evangelica et apostolica tenendam tradidit mihi que firmavit, scilicet panem et vinum, quae in altari ponuntur, post consecrationem non solum sacramentum sed etiam verum corpus et sanguinem Domini nostri Iesu Christi esse et sensualiter non solum sacramento, sed in veritate manibus sacerdotum tractari, frangi, et fidelium dentibus atteri, iurans per sanctam et omousion Trinitatem et per haec sacrosancta Christi evangelia. Eos vero,



Ao analisar os métodos eclesiásticos de exclusão no Império Carolíngio, Warren Pezé conclui: “o anátema é invisível: se o destinatário não crê, é inútil”³⁸. Do mesmo modo, Berengário, mesmo aceitando o juramento durante o concílio, parece não ter dado muita importância à promessa de condenação eterna. Logo após, escreveu seu primeiro tratado, *Scriptum contra synodum*, condenando todo o concílio, a visão eucarística apresentada pelo juramento – utilizando de ataques pessoais a Humberto – e reafirmando suas teses baseadas em Ratramno. A partir de então o debate entre os mestres tomou mais força e teve profundas implicações na doutrina ortodoxa, o que pode ser observado em uma comparação com o juramento final de Berengário em 1079:

Eu, Berengário, acredito, em meu coração, e confesso, com meus lábios, que o pão e o vinho que são colocados sobre o altar, através do mistério da oração sagrada e das palavras de nosso redentor, são convertidos em substância no verdadeiro, próprio e vivificante corpo de Jesus Cristo nosso Senhor, que nasceu da Virgem, que, pela salvação do mundo, foi pendurado numa cruz, que está sentado à direita do Pai; e o verdadeiro sangue de Cristo, que foi derramado de seu lado, não apenas por meio de um sinal ou pela força de um sacramento, mas em sua propriedade natural e na verdade de sua substância. Assim como está contido neste resumo, e como eu li e você entende, também acredito e não ensinarei mais contrariamente a essa fé. Então me ajude Deus e esses santos evangelhos³⁹.

A comparação entre os juramentos impostos ao mestre nos concílios deixa clara a transformação da visão eucarística da Igreja: o primeiro tem foco total no realismo, citando o ato de comer dos fiéis, da quebra do pão como a quebra do corpo de Cristo; o segundo é mais curto e mais direto: afirma que Cristo está presente substancialmente. A mudança se deve ao debate entre os mestres, como já enunciado, mas também

qui contra hanc fidem venerint, cum dogmatibus et sectatoribus suis aeterno anathemate dignos esse pronuntio. Quod si ego ipse aliquando aliquid contra haec sentire ac predicare presumpsero, subiaceam canonum severitati. Lecto et perlecto sponte subscripsi” apud RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 19-20. Tradução nossa do inglês.

38 PEZÉ, Warren. Hérésie, exclusion et anathème dans l’Occident Carolingien (742 – Années 860). In: BÜHRER-THIERRY, Geneviève; GIOANNI, Stéphane. **Exclure de la communauté chrétienne: sens et pratiques sociales de l’anathème et de l’excommunication** (IV^e-XII^e siècle). Turnhout: Brepols, 2015, p. 187. Tradução nossa.

39 “Ego Beringarius corde credo et ore confiteor panem et vinum, quae ponuntur in altari, per mysterium sacrae orationis et verba nostri redemptoris substantialiter converti in veram et propriam ac vivificatricem carnem et sanguinem Iesu Christi domini nostri et post consecrationem esse verum Christi corpus, quod natum est de virgine et quod pro salute mundi oblatum in cruce pependit et quod sedet ad dexteram patris, et verum sanguinem Christi, qui de latere eius effusus est, non tantum per signum et virtutem sacramenti, sed in proprietate naturae et veritate substantiae. Sicut in hoc brevi continetur et ego legi et vos intelligitis, sic credo nec contra hanc fidem ulterius docebo. Sic me Deus adjuvet et haec sacra evangelia” apud RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics...** *Op. cit.*, p. 106-107. Tradução nossa do inglês.



– e especialmente – à postura de Berengário neste. Continuando a ensinar, não aceitou o realismo e por vezes reafirmou a posição dos Padres, chegando até mesmo a opor Pascásio a Agostinho, alegando que o último teria maior autoridade sobre o tema⁴⁰. Além disso, apoiando-se nos problemas filosóficos ligados à transformação da substância e seus respectivos impactos nos acidentes e na matéria, Berengário forçou os demais mestres a investigar a questão e respondê-lo nos mesmos termos, o que implicou não só o maior uso da substância para explicar a transformação⁴¹, como também da teologia sacramental de Agostinho (“A fim de se situar no mesmo plano que Berengário, Lanfranco adota a definição do sacramento como signo sagrado”⁴²). Com este avivamento do debate e as condenações em diversos concílios, a querela se espalhou não apenas no meio eclesiástico, mas também entre os laicos, do que trataremos a seguir.

DE CORPORE ET SANGUINE DOMINI E A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Um dos principais pontos de interesse de nossa pesquisa, a participação pública no debate e sua importância ao longo dele são os problemas que analisaremos neste tópico. Com a maior circulação dos mestres de escola iniciada no século XI, o público passou a fazer parte das discussões teológicas. Os problemas em torno do debate doutrinal público são evidentes em diversos casos de heresias ao longo dos séculos e estão igualmente presentes na controvérsia eucarística. Em seu tratado *De corpore et sanguine Domini*, Lanfranco acusa Berengário por diversas vezes de ter utilizado de espíritos ignorantes para propagar seus ensinamentos e subverter o povo⁴³. Lanfranco acrescenta que vários partidários de Berengário voltaram atrás após ouvir argumentos contrários⁴⁴. É evidente que há uma disputa não somente entre os mestres, o clero e os monges, mas também entre laicos que participam e aderem a algum lado, de modo que os mestres não se importam apenas de impor sua doutrina, mas também de convencer fiéis. “Todos os monges e mestres

40 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 136.

41 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 137.

42 TURPIN, Pascaline. Querelle eucharistique... *Op. cit.*, p. 307. Tradução nossa.

43 LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood**... *Op. cit.*, p. 29.

44 *Ibidem*, p. 29.



envolvidos nestas disputas conciliares estavam engajados na educação de mentes jovens⁴⁵. Tratando das consequências iniciais da maior circulação dos mestres, Monique Zerner escreve:

Dificuldade suplementar: a evolução da instituição eclesiástica significava reforma da Igreja – onde terminava a reforma, onde começava a heresia? Com o século XI, adentra-se numa civilização na qual a escrita progride rapidamente enquanto a circulação dos homens e o próprio poder ramificam-se ao extremo em favor do crescimento geral e da multiplicação dos laços pessoais entre os homens. Isso produz, ao mesmo tempo, uma abertura para a teologia nas escolas urbanas das catedrais, cada vez mais frequentadas, doravante discutida diante de um público não forçosamente especialista, e que se poderia chamar de um movimento de ‘vulgarização’ do cristianismo, particularmente sensível à mensagem dos Evangelhos em sua simplicidade e em seu universalismo, que um número crescente de simples padres e depois de leigos procura ler por si mesmo e divulgar, arriscando-se a ater-se ao pé da letra. A história do novo dualismo é curta. A história do evangelismo, pouco preocupada com a instituição, começa exatamente aí⁴⁶.

Há, no entanto, algumas questões que devem ser pontuadas em relação a este contexto e à participação pública antes de partirmos para a análise. Contemporânea a heresias derivadas do “evangelismo” citado por Zerner, a controvérsia parece não fazer parte deste modelo. Ainda que se beneficie dos estudos acerca da “vulgarização” do cristianismo, a querela é apontada por diversos autores como uma exceção à heresia popular. Em posfácio ao livro organizado por Zerner, *Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*, Robert Moore escreve sobre a heresia popular e, separadamente, o medo sustentado pelos clérigos da ameaça da heresia – responsável por boa parte dos discursos polemistas⁴⁷. Capítulos antes, Dominique Iogna-Prat trata da controvérsia eucarística em dois principais momentos de seu texto sobre a argumentação defensiva: sobre o debate contraditório, “cujo primeiro exemplo conhecido, no campo teológico da latinidade medieval, é a controvérsia eucarística suscitada por Berengário de Tours em meados do século XI⁴⁸, e sobre a construção da doutrina ao longo do tempo. Quanto a este ponto em específico, o autor enumera em uma nota textos antigos presentes na biblioteca de Cluny no século XII, dentre os quais

45 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 128.

46 ZERNER, Monique. Heresia. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário analítico do Ocidente medieval**: volume 1. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 580.

47 MOORE, Robert. Posfácio. In: ZERNER, Monique (Org.). **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 277-278.

48 IOGNA-PRAT, Dominique. A argumentação defensiva: da polêmica gregoriana ao *Contra Petrobrusianos* de Pedro, O Venerável. In: ZERNER, Monique (Org.). **Inventar a heresia?...** *Op. cit.*, p. 93.



estão o tratado de Pascásio e um tratado contrário a Berengário, que foi perdido⁴⁹. Sobre a dupla predestinação no século IX, Warren Pezé escreve:

A teologia é a língua comum das elites da cristandade nascente. Ela é a fonte de autoridade dos reis, que se pensam como chefes das Igrejas, e lhes ditam os meios para alcançar seu objetivo último: a salvação de seus povos. Neste contexto, uma querela doutrinal não pode se limitar a um debate intelectual. Às vezes considerado como um fanático desequilibrado, às vezes honrado como um mártir da liberdade de consciência, o monge saxão encarna o enigma imposto por esta controvérsia nas fontes que, a despeito de seus silêncios, permitem adivinhar o obscuro entrelaçamento em um contexto social e político turbulento⁵⁰.

Parece-nos evidente que a controvérsia tem uma importante participação *pública*, mas que não é necessariamente *popular*. A natureza da querela aponta para um debate doutrinal com impactos sociais, mas dado em meios intelectuais e mais fechado em torno dos escritos patrísticos, menos populares que as escrituras. Partamos para a análise.

O documento é um tratado teológico acerca da eucaristia, escrito por volta de 1063, em resposta ao *Scriptum contra synodum*, de Berengário de Tours, mas é público; no próprio texto há referências aos leitores de ambos os autores e às pessoas que acompanhavam o debate de maneira geral. O tratado tem 61 páginas na versão traduzida para o inglês⁵¹, sendo dividido em 23 capítulos. Estes são divididos entre os que respondem a afirmações de Berengário e aqueles que falam por si. Ao todo, são 22 afirmações de Berengário respondidas em 16 capítulos, iniciando logo no 2º e terminando no 17º.

Antes de prosseguir, é importante pontuar que este texto é a única fonte que temos do *Scriptum contra synodum*, primeiro tratado de Berengário. Isso abre um leque de dúvidas e possibilidades sobre possíveis alterações, recortes, citações fora de seu contexto e até mesmo falsificações. No entanto, mesmo levando isto em conta, não tivemos contato com nenhuma produção historiográfica que interprete os trechos como falsos. Sendo o primeiro tratado teológico contra Berengário, também trata das condenações e juramentos de até

49 IOGNA-PRAT, Dominique. A argumentação defensiva: da polêmica gregoriana ao *Contra Petrobrusianos* de Pedro, O Venerável. In: ZERNER, Monique (Org.). **Inventar a heresia?**... *Op. cit.*, p. 53 (nota 23, p. 118).

50 PEZÉ, Warren. **Le virus de l'erreur**: la controverse carolingienne sur la double prédestination, essai d'histoire sociale. Collection Haut Moyen âge, Dirigée par Régine Le Jan. N. 26. Turnhout: Brepols, 2017, p. 17. Tradução nossa.

51 LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood**... *Op. cit.*



então, com circulação comprovável, mas não tão grande se comparada com o texto posterior de Guitmundo de Aversa⁵².

As referências ao caráter público do debate contabilizam 26, ativas e passivas, ou seja: desde referências a pessoas *desviadas por* Berengário até aquelas que se tornaram discípulas dele e agiram por si, passando também por adjetivações. O texto deixa clara a importância desta dimensão, pública, para a gravidade das ações contra o diácono. Caracterizados por Lanfranco como “heresia”⁵³, “perjúrio”⁵⁴ e “seita”⁵⁵, os ensinamentos do mestre de Tours atingiram, ainda segundo o autor, cidades na Itália, França e Alemanha, às quais o Papa Nicolau II teve de enviar cartas contendo o juramento de Berengário, a fim de minimizar os efeitos de suas ideias⁵⁶.

É este, de fato, o papel primordial destinado ao público neste tratado, ser atingido pelas ideias de Berengário. Isto chega a beirar o óbvio: se não há atingidos, a acusação de heresia, caso aconteça, é muito menos grave, justamente por conta da pregação e, conseqüentemente, do maior número de fiéis adeptos. Em todos os tratados contra o mestre de Tours, seus discípulos sempre são citados e endossam as acusações contrárias⁵⁷. Não por acaso, grande das referências ao debate público são indicações aos seguidores, discípulos, amigos e até dependentes de Berengário.

52 MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute... *Op. cit.*, p. 137.

53 LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood**... *Op. cit.*, p. 32.

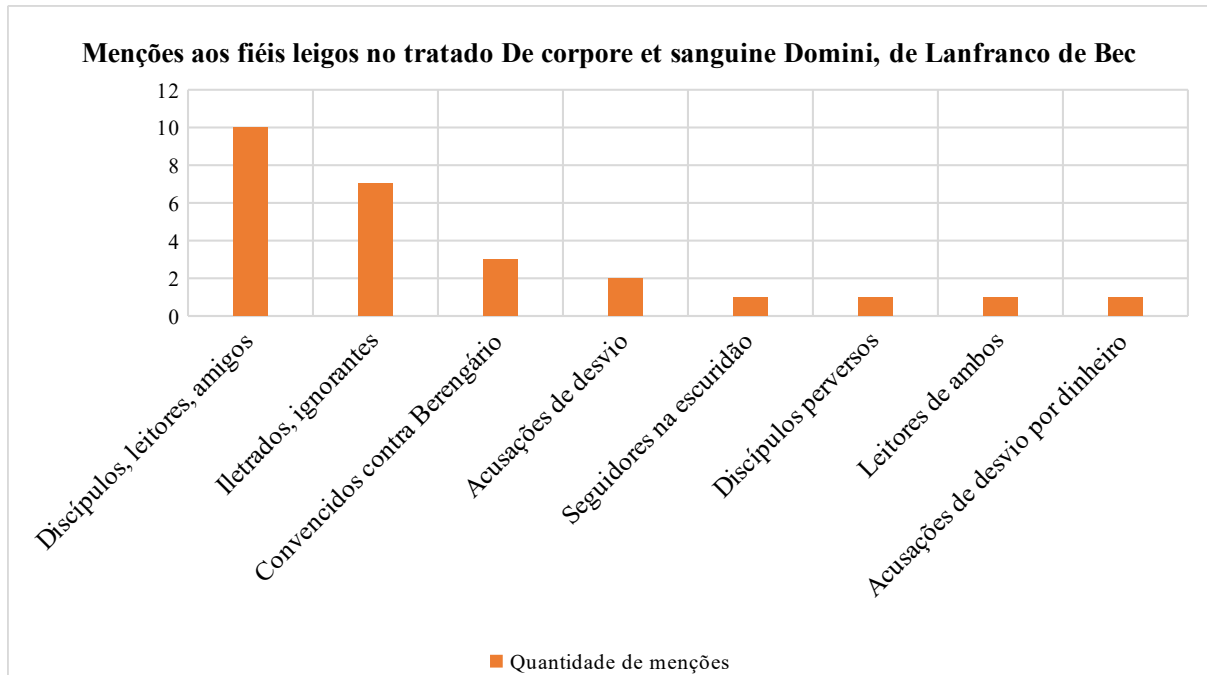
54 *Ibidem*, p. 35.

55 *Ibidem*, p. 42.

56 LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood**... *Op. cit.*, p. 35.

57 ALBERIC OF MONTE CASSINO. The Text and Translation of the Libellus. In: RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics**... *Op. cit.*, p. 127. Ver também LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood**... *Op. cit.*, p. 93.





Lanfranco também salienta que a Igreja é dividida entre clérigos e leigos, e estes são os principais atingidos pelas ideias heréticas⁵⁸. Os leigos são definidos como iletrados, ignorantes, pessoas que não souberam o suficiente para refutar Berengário, ou ainda que entenderam mal a doutrina (7 referências)⁵⁹. O mestre ainda pontua que existem os que ouviram os ensinamentos contrários e resolveram retornar à doutrina da transformação eucarística, o que aparece três vezes no texto⁶⁰. Por outro lado, o autor escreve sobre a existência dos que não ouviram os ensinamentos e continuaram a seguir Berengário, sendo assim chamados "perversos"⁶¹. Tais acusações nada mais servem senão para sagrar o perverso maior, Berengário, por aproveitar-se da fragilidade alheia para difundir suas ideias. Lanfranco chega a dizer que ele as seduzia com "ouro e prata", que podem representar riqueza monetária mesma ou outra forma de valor material⁶². Todo este jogo retórico não é exclusivo do arcebispo da Cantuária, mas também está presente em outros tratados contrários a Berengário. Mesmo não sendo tema principal desta apresentação, cabe dizer que Guitmundo o acusa de procurar uma matéria sobre a qual Lanfranco não estava (ainda) tão esclarecido, a fim

58 LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood...** *Op. cit.*, p. 38.

59 *Ibidem*, p. 39, 41, 81.

60 *Ibidem*, p. 37.

61 *Ibidem*, p. 31.

62 *Ibidem*, p. 75.



de reconquistar alunos e influência, sempre levando a acusações de caráter⁶³. Em dado trecho, Lanfranco escreve: “Você introduz palavras, afirmações, predicados, assuntos e coisas dialéticas, em um tratado sobre um assunto tão importante, é óbvio que você o faz apenas por ter a oportunidade de demonstrar sua experiência em disputas para os iletrados”⁶⁴.

Para além das diferenças entre o modo de pensar e entender o sacramento que esse trecho revela existir entre os mestres, fica clara o intento de Lanfranco por acusar Berengário em relação à subversão de indefesos. Essa fragilidade leiga, no entanto, sustenta-se até determinado ponto do texto guiada pela razão. São indefesos por serem iletrados, ignorantes, por não saberem o suficiente para desviar da retórica berengariana. A partir de dado momento, no entanto, Lanfranco passa a defender a insuficiência da razão para o entendimento do sacramento, o que não deixa de ser contraditório. Vejamos alguns trechos:

Você me identifica como uma das pessoas comuns [...] Mesmo se eu estivesse sem autoridade e razão pela qual eu pudesse defender minha fé, eu preferiria, no entanto, ser um católico rústico e analfabeto com o rebanho comum do que ser um herege letrado e espirituoso com você⁶⁵.

O homem justo que vive pela fé não procura escrutinar pela argumentação e compreender pela razão⁶⁶.

Sua fé é ridicularizada, no entanto, por aqueles que escolhem compreender todas as coisas apenas pela razão, isto é, aqueles que se consideram especialistas por seu raciocínio. Em vez disso, eles se fazem, por causa de sua arrogância e vazio, como um cavalo ou uma mula em que não há compreensão⁶⁷.

Ao lidar com assuntos tão inescrutáveis, portanto, é necessário que você ore a Deus, para que você possa entender esses assuntos, na medida em que a capacidade humana seja capaz de compreendê-los; ou que você possa suportar com humildade e paciência, enquanto continua a acreditar naquelas coisas que são tão obscuras e distantes do intelecto humano, e ao fazê-lo, você pelo menos chegará a um entendimento mínimo delas nesta vida⁶⁸.

Todos estes trechos servem ao propósito de Lanfranco de caracterizar Berengário não só como subversor de ignorantes, mas como dotado de uma inteligência que de nada vale por conta do seu caráter e falta de anuência com Deus. Sua grandeza intelectual não se curva à paciência necessária para a compreensão,

63 LANAVE, Gregory (Ed.). **On The Body and Blood...** *Op. cit.*, p. 93.

64 *Ibidem*, p. 47.

65 *Ibidem*, p. 39.

66 *Ibidem*, p. 61.

67 *Ibidem*, p. 61.

68 *Ibidem*, p. 81-82.



segundo Lanfranco, e isto o torna herege. Por outro lado, parece não ter escapatória: os leigos foram subvertidos por Berengário por serem ignorantes, iletrados, mas letramento não é suficiente.

CONCLUSÃO

Por fim, cabe lembrar que esta é apenas uma primeira análise com estes problemas em mente. Até então, o caráter público da querela aparece principalmente na figura de leigos, que são utilizados tanto como agravantes da heresia como exemplos para a compreensão, ou não, do sacramento, à luz da fé e da razão, utilizada de diferentes formas. O que fica evidente, de início ao fim, é a disputa que se dá pela conquista destes fiéis. Ainda quando são chamados perversos, não lhes escapa a possibilidade de ouvir a verdade, a saber, o conteúdo do texto de Lanfranco, e voltar atrás para abjurar seu erro. Fica claro, por fim, que nesta sociedade o debate doutrinal extrapola o clero, tem lugar entre os leigos e isso é objeto de disputas teológicas e políticas locais, sejam elas motivadas por busca de influência, postos de ensino, ou simplesmente pela vitória na disputa doutrinal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

ALBERIC OF MONTE CASSINO. The Text and Translation of the Libellus. In: RADDING, Charles M; NEWTON, Francis. **Theology, Rhetoric, and Politics in the Eucharistic Controversy, 1078-1079**: Alberic of Monte Cassino Against Berengar of Tours. New York: Columbia University Press, 2002.

BERENGAR. **Beringerius Turonensis Rescriptum contra Lanfrannum**. Edição de R. B. C. Huygens. Turnholti: Brepols, 1988.

CLOVER, V. Helen; GIBSON, Margaret T. (edit. e trad.). **The Letters of Lanfranc, Archbishop of Canterbury**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

COWDREY H. E. J. (Ed.) **The register of Pope Gregory VII, 1073-1085**: an English translation. Oxford; New York, NY: Oxford University Press, 2002.



GEYBELS, Hans; MANNAERTS, Pieter. **Adelmann of Liège and the Eucharistic Controversy:** with a musicological study of the Rhythmus alphabeticus. Leuven: Peeters Publishers, 2013. (Dallas Medieval Texts and Translations 16).

LANAVE, Gregory (Ed). **On The Body and Blood of The Lord & On The Truth of The Body and Blood of Christ in The Eucharist.** Washington, D. C.: The Catholic University Of America Press, 2009. (The Fathers of The Church: Mediaeval Continuation, v. 10). Trad. Mark G. Vaillancourt.

SRRAWLEYDD, J. H. (Ed.). **St. Ambrose:** on the mysteries and the treatise on the sacraments by an unknown author. Tradução de T. Thompson. New York: Macmillan, 1919. Disponível em: <http://oll-resources.s3.amazonaws.com/titles/219/0565_Bk.pdf>. Acesso em 20 dez. 2019.

Fontes secundárias

COWDREY, H. E. J. **Lanfranc:** scholar, monk, and archbishop. Oxford: Oxford University Press, 2003.

IOGNA-PRAT, Dominique. A argumentação defensiva: da polêmica gregoriana ao *Contra Petrobrusianos* de Pedro, O Venerável. In: ZERNER, Monique (Org.). **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

MEWS, Constant J.; MONAGLE, Clare. Theological dispute and the conciliar process 1050-1150: from Berengar of Tours to Gilbert of Poitiers. In: DARTMANN, Christoph; PIETSCH, Andreas; STECKEL, Sita (Eds.). **Ecclesia disputans:** Die Konfliktpraxis vormoderner Synoden zwischen Religion und Politik. Berlin: De Gruyter, 2015.

MOORE, Robert. "Posfácio". In: ZERNER, Monique (Org.). **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RADDING, Charles; NEWTON, Francis. **Theology, rhetoric, and politics in the Eucharistic Controversy, 1078-1079:** Alberic of Monte Cassino against Berengar of Tours. New York: Columbia University Press, 2003.

STOCK, Brian. **The implications of Literacy:** written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries. Princeton University Press, 1983.



TANNER, Norman P. **Decrees of the Ecumenical Councils: Volume One, Nicaea I to Lateran V.** Washington: Georgetown University Press, 1990.

TURPIN, Pascaline. Querelle eucharistique et épaisseur du sensible: Bérenger et Lanfranc. **Revue des sciences philosophiques et théologiques**, v. 95, n. 2, p. 303-322. 2011.

WATKINS, Priscila. Lanfranc at Caen: teaching by example. In: VAUGHN, Sally N.; RUBENSTEIN, Jay (Eds.). **Teaching and learning in northern Europe, 1000-1200.** Turnhout: Brepols, 2006. p. 71-97.

ZERNER, Monique. **Inventar a heresia? Discursos polêmicas e poderes antes da Inquisição.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.



UM BREVE LEVANTAMENTO DOS HORIZONTES DE PESQUISA SOBRE A SOCIEDADE SENHORIAL DO SÉCULO X: OS EXEMPLOS DE FOLCUÍNO DE LOBBES E RATÉRIO DE VERONA

Vitor Boldrini¹

Aujourd'hui, le temps semble venu des incertitudes. Le reclassement des disciplines transforme le paysage scientifique, remet en cause des primautés établies, affecte les voies traditionnelles par lesquelles circulait l'innovation. Les paradigmes dominants, que on allait chercher dans les marxismes ou dans les structuralismes aussi bien que dans les usages confiants de la quantification, perdent de leurs capacités structurantes, quand se développe, dans une atmosphère de "retour de Chine", une méfiance simpliste devant toutes les idéologies. Les développements multiformes de la recherche, enfin, rendent inacceptable le consensus implicite qui fondait l'unité du social en l'identifiant au réel²

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A HISTORIOGRAFIA NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Incertezas. Essa expressão cunhada em 1988 nos *Annales* testemunha as transformações na historiografia desde o final da década. Antes, no entanto, o panorama traçado por Jacques Le Goff na obra *Faire de l'histoire*³ parecia identificar um quadro bem distinto: a história poderia enfatizar abordagens seriais, funcionais e estruturais na compreensão da sociedade como um organismo total e integrado. Segundo o autor, identificar a disciplina com a evolução dos *Annales* desde o seu surgimento com Marc Bloch e Lucien Febvre, passando por Braudel, até chegar na sua atual geração, corresponde ao desenvolvimento da Nova História. Pautada sobretudo na longa duração, ela se "afirma como história global, total, e reivindica a renovação do campo inteiro da história"⁴.

¹ Mestrando em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas. Contato: v.mboldrini@gmail.com

² NOIRIEL, Gérard. Histoire et sciences sociales. Un tournant critique? **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. Paris, 43^e année, n. 2, p. 291, 1988.

³ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **Faire de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1974.

⁴ LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 27.



A Escola foi fundamental na elaboração de novas pesquisas. Ela contribuiu para desenvolver temas inéditos e abriu portas para o uso de fontes pouco recorrentes até então, como documentos literários e narrativos. Tentando se distanciar da dita história positivista do século XIX, a Nova História produziria uma revolução nas concepções do documento histórico e, conseqüentemente, nas formas de entender a sua crítica. Nessa ótica, caberia ao historiador analisar a realidade a partir de seu próprio raciocínio: não basta apenas encontrar os fatos, pois o conhecimento deve ser construído pelos problemas formulados e pela explicação de suas causas.

Ao inserir os trabalhos dos *Annales* em seus respectivos momentos de produção, é possível apontar que a escola trouxe diversos benefícios para a prática dos historiadores. Sua maneira de lidar com o ofício transformou os modos de enxergar a disciplina, influenciando as pesquisas na França e em outros países⁵. Como sugere o trecho do artigo que abre o presente texto, todavia, alguns traços dessas metodologias encontraram limites entre as décadas de 1980 e 1990. A pretensão dos *Annales* por uma história total, capaz de abranger quanto possível todos os aspectos da ação racional humana, foi bastante questionada. As noções de estrutura e longa duração, marcas registradas da Nova História, perdem espaço quando a disciplina restringe sua capacidade de descrever a totalidade social. Nesse quadro que podemos inserir a preocupação, o ceticismo e as incertezas dos historiadores como representado no texto da revista. A metodologia que os havia orientado agora era posta em xeque, bem como os paradigmas historiográficos que antes pareciam sustentar solidamente seus trabalhos.

As críticas que foram feitas ao modo próprio dos *Annales* de conceber a escrita da história não causaram, como poderia se supor, uma crise generalizada da disciplina. Pelo contrário, o que houve foi uma reavaliação de certos pressupostos que caracterizavam mais especificamente a Nova História⁶. Com essas reconsiderações, as grandes tradições historiográficas perderam de fato sua unidade, surgindo em seu lugar "certa dispersão, rica em propostas inovadoras, fértil em modismos e abundante em releituras"⁷. A variedade

⁵ BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

⁶ COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Le phénomène "nouvelle histoire"**. Paris: Economica, 1983.

⁷ MARTINS, Estevão de Rezende. A renovação contemporânea da historiografia. In: SIMON, Samuel (Org.). **Um século de conhecimento: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX**. Brasília: Editora UNB, 2011, p. 968.



de abordagens e os padrões metódicos abrangentes definem os esforços científicos atuais, que geram renovações e induzem ampliações de perspectivas.

De acordo com François Dosse, a fragmentação de temas e a despreocupação em dar-lhes coerência sistemática na explicação da realidade fomentaram a dispersão na identidade da historiografia⁸. De fato, se antes os *Annales* assumiam e reconheciam sua capacidade de criar um novo paradigma na prática do ofício, no quadro atual não podemos afirmar que exista um determinado modo de escrever história que seja predominante. Sintetizar a pluralidade dos métodos de tratamento dos objetos pela historiografia contemporânea é uma das tarefas das mais complicadas.

Contudo, há ainda alguns traços comuns em quase todas as pesquisas mais recentes. Em primeiro lugar, as reflexões sobre o papel individual e social da ação humana na transformação do contexto histórico e das condições concretas da vida. Ao invés das explicações serem baseadas nas forças das determinações coletivas e nos condicionamentos sociais, há um espaço cada vez maior para reabilitar a parte explícita e refletida da ação dos indivíduos⁹. Suas percepções e intenções passam a atrair a atenção dos historiadores, em detrimento de paradigmas estruturalistas que, através dos mecanismos sociais e econômicos, organizariam e determinariam suas formas de agir e de pensar. Desse modo, o objeto da história não são mais os mecanismos que regulariam estritamente as relações entre os homens, mas as maneiras pelas quais os indivíduos produzem o mundo social: "Nenhum sistema normativo é estruturado o bastante para eliminar toda a possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras de negociação"¹⁰.

Com base nessas leituras, o conceito de representação é imprescindível: ele identifica de quais modos, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler¹¹. As relações entre o indivíduo e o mundo social são repensadas em outros termos. As determinações coletivas não bastam na explicação, sendo necessário pontuar sobre a articulação entre as propriedades sociais objetivas e suas formas de interiorização nos indivíduos. As categorias analíticas mais amplas, como os

⁸ DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1992.

⁹ CHARTIER, Roger. L'histoire entre récit et connaissance. In: _____. **Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétudes**. Paris: Albin Michel, 1998, p. 87-106.

¹⁰ LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. Paris, 6, nov.-déc, p. 1333-1334, 1989. Tradução nossa.

¹¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Presença, 1998.



conceitos de classe e Estado, precisam ser reavaliadas à luz dos significados que os indivíduos de um determinado período estudado dariam a elas. Contra a submissão mecânica às regras das determinações imediatas das estruturas, os historiadores abrem espaços para a capacidade inventiva dos agentes.

Isso significa, para as perspectivas de pesquisa mais atuais, superar uma possível dicotomia existente entre a objetividade das estruturas (as sociedades tais como eram) e a subjetividade das representações. Ultrapassá-la implica em considerar os esquemas geradores das classificações e das percepções como verdadeiras instituições sociais. Assim, os atores traduzem suas posições e interesses subjetivos e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como eles pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. Por essa razão que a ideia de representação é aplicada nos estudos: o conceito exprime melhor a pluralidade, a diferenciação, a temporalidade múltipla dos fenômenos sociais, sem restringir sua explicação ao âmbito das estruturas de longa duração, que podem acabar minimizando o papel dos indivíduos.

Alguns dos valores mais reivindicados pelos *Annales*, como a elaboração de grandes sínteses, ou ainda a noção de mentalidade coletiva inconsciente, que se situa na vertente do impessoal, do automático e das permanências, vacilam quando há interesses crescentes pelas discontinuidades e tendências para a dispersão dos saberes. Por meio dessa reintrodução das existências e singularidades no discurso histórico, as formas de abordagens dos documentos são modificadas. Se antes as fontes poderiam designar a totalidade atemporal da cultura de uma época, as pesquisas atuais abordam os textos como objetos próprios de estudo. Para tanto, há um cuidado em tratar de sua organização discursiva e material, de suas condições de produção e de suas utilizações estratégicas.

Esse estudo intensivo do material documental supõe uma grande atenção à tradição manuscrita, como argumentam trabalhos recentes engajados nesse domínio¹². Alguns dos métodos crítico tradicionais, como a paleografia, a filologia e a diplomática se mostram indispensáveis no conhecimento das etapas sucessivas de produção textual. De fato, a leitura documental crítica na sua especificidade constitui o cerne dos trabalhos dos historiadores nos últimos anos. Embora isso não signifique necessariamente renunciar ao

¹² CHASTANG, Pierre. L'archéologie du texte médiéval. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, Hors-série n° 2, 2008.



entendimento global das sociedades passadas, os estudos de processo de escrita e de produção do texto abandonam sínteses totalizantes em prol de uma articulação entre as continuidades e rupturas.

As fontes nas pesquisas são inscritas em um campo específico – contexto, instituições, etc... – o que permite avaliar as mutações discursivas observadas. Em outras palavras, é conveniente examinar cada documento como um fato histórico, buscando as suas circunstâncias, os seus agentes e os efeitos. A abordagem serial da documentação ou a possibilidade de extrair leituras generalizantes de um período a partir de um *corpus* documental homogêneo perderam espaço diante das novas questões que são apresentadas às fontes. Por exemplo, as investigações enfatizam as inserções dos textos em novos contextos manuscritos e as transformações de seu uso social e cultural¹³.

Não por acaso, esse retorno ao arquivo e aos documentos¹⁴ se verifica nos trabalhos mais recentes. É essencial para qualquer pesquisa começar os seus estudos a partir de discussões mais alentadas sobre o documento em si, sua tradição manuscrita, edições sucessivas e problemas de abordagem do conteúdo escrito¹⁵. Ao estabelecer um recorte específico, o historiador delimita seu objeto e se atenta para as informações específicas que as fontes escolhidas podem informar. As grandes sínteses, então, perdem hoje um pouco de visibilidade diante dos novos enfoques das pesquisas. A fragmentação da disciplina é sintomática de tendências bem marcadas nos últimos 30 anos: a historiografia vem ressaltando as capacidades inventivas dos indivíduos e as fontes são trabalhadas intensivamente na sua singularidade.

Há ainda um terceiro ponto que marca a forma contemporânea da história ser concebida: a dimensão narrativa dos textos. Os historiadores estão cientes de que há uma distância entre o conhecimento que eles produzem e o passado tal como ocorreu. Toda a história, mesmo a mais estrutural, é sempre construída a partir de fórmulas que governam a produção das narrativas e dos textos. Os processos explicativos, ou seja, o estabelecimento de lógicas de imputação causal, estão ligados às decisões e as ações dos indivíduos enquanto historiadores, bem como aos fatores institucionais.

¹³ CHASTANG, Pierre. L'archéologie du texte médiéval. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**, Hors-série n° 2, 2008..

¹⁴ CHARTIER, Roger. Introduction générale. In: _____. **Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétudes**. Paris: Albin Michel, 1998, p. 9.

¹⁵ ALMEIDA, Néri de Barros. A história medieval no Brasil. **Revista Signum**, vol. 14, n. 1, p. 1-16, 2013.



A tomada de consciência da brecha existente entre o passado e sua representação favoreceu o surgimento de posições extremas, como aquela que defende que não há uma realidade exterior ao discurso histórico¹⁶. Como as figuras retóricas e as estruturas narrativas são mobilizadas na construção do conhecimento das formas mais variadas, a reprodução do passado é inatingível. Por essa razão que o território da história é muito mal definido: cada pesquisador pode escolher seu recorte temático e cronológico, simplificar, organizar, fazer conter um século numa página. Portanto, nessa perspectiva se perde praticamente toda singularidade da história em relação à ficção. Como sua escrita está em constante transformação, contendo retóricas das mais diversas, os historiadores estariam livres para estabelecer quaisquer interpretações que lhes conviesse. Nas palavras de Paul Veyne, se tudo é histórico, logo, a história não existe¹⁷.

Contra essa leitura relativista, outros historiadores reiteram que, embora o texto seja de fato uma construção discursiva que busque representar um passado que não existe mais, ele é ditado pelo princípio da veracidade. Segundo Carlo Ginzburg, reconhecer a dimensão retórica ou narrativa da escrita da história não significa negar sua condição de conhecimento verdadeiro construído a partir de provas e controles¹⁸. Nesse sentido, a história possui um regime próprio de cientificidade, distinto por exemplo daquele das ciências exatas. As pesquisas, por definição, não podem elaborar uma descrição plena do passado, tampouco formular leis universais do comportamento humano. Entretanto, isso não impede a existência de critérios particulares na disciplina. O conhecimento é constitutivo de uma intencionalidade histórica baseado na busca pela verdade. Ela rege a construção e o tratamento dos dados, a formulação de hipóteses, as fontes a serem trabalhadas, entre outros aspectos, que garantem a cientificidade no ofício do historiador. Tudo isso o permite separar o verdadeiro do falso, distanciando a história de sua correspondência plena com a ficção.

Hoje reconhecemos que a disciplina é uma prática científica, produtora de conhecimentos, mas uma prática na qual as modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, das coerções que impõem o lugar social e da instituição de saber onde ela é exercida. Desse modo, há regras que comandam

¹⁶ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1995.

¹⁷ VEYNE, Paul. Tudo é histórico, logo, a história não existe. In: _____. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 21-24

¹⁸ GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades (posfácio a Natalie Zemon Davis. O retorno de Martin Guerre). In: _____. **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 311-335, 2007.



sua escrita e ao mesmo tempo produzem um conjunto de enunciados científicos. Tomar consciência dos condicionamentos da história é uma exigência de sua cientificidade. Os estudiosos estão inseridos em redes institucionais que determinam as opções iniciais efetuadas pelo pesquisador. Por exemplo, a universidade em que o trabalho será realizado pode influenciar decisivamente no recorte temporal e temático, e até mesmo nos resultados finais.

A subjetividade inerente à produção de conhecimento é reiterada, entre outros, por Michel de Certeau¹⁹. Segundo ele, a história é um discurso cujas determinações residem não nas convenções perpetuadas por um gênero literário, mas nas práticas determinadas pelas instituições técnicas da disciplina, distintas segundo o contexto espaço/temporal, e articuladas pela distinção entre o real e o falso. Para ele, estão sempre associados conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração. A história, então, estaria inscrita em um regime de saber compartilhado e definido por critérios de provas.

Admitir que a história assume uma forma narrativa ao transpor o passado para a leitura do presente não significa dizer que ela seria despojada de pretensão de cientificidade. Pelo contrário, conforme argumenta Jörn Rüsen, narrar é um tipo de explicação que corresponde a um modo próprio de argumentação racional²⁰. O princípio da narrativa passou a ser essencial para levar em conta as especificidades do pensamento histórico. Ao adotá-lo, os historiadores de hoje não se distanciam de parâmetros científicos. Na verdade, a escrita da história deve possuir pretensões pela verdade com fundamentações teórico-metodológicas, visando progredir e aperfeiçoar o conhecimento. A adoção de um código estilístico seleciona certos aspectos da realidade em vez de outros, realça certas conexões em vez de outras e estabelece certas hierarquias nas explicações em vez de outras²¹. Em suma, a narrativa, mesmo que não possa atingir verdades absolutas e tampouco consiga reproduzir o passado tal como ele existiu, ainda carrega traços de cientificidade quando feita de forma fundamentada e quando procede metodicamente ao rememorar o passado humano, com a finalidade de se orientar e de agir no tempo presente.

¹⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 56-106, 2006.

²⁰ RÜSEN, Jörn. A constituição narrativa do sentido histórico. In: _____. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UNB, p. 149-174, 2001.

²¹ RÜSEN, Jörn. A constituição narrativa do sentido histórico. *Ibidem*.



Se a grande proposta paradigmática dos *Annales* proporcionou certa unidade na prática historiográfica, – ao menos na França – o quadro esboçado pelo artigo da revista em 1988 demonstra a diversificação de abordagens, cujas origens não remontam a uma corrente historiográfica ou a alguma escola específica. Vista em perspectiva, a disciplina nos últimos 30 anos assume traços tão variados, ao ponto de ser complicado até mesmo encontrar aspectos que permitiriam defini-la. Todavia, como sustento nessa primeira parte do texto, há três critérios que parecem influenciar o horizonte das pesquisas mais atuais: o indivíduo não é mais interpretado como mero reflexo das estruturas sociais, sendo cada vez mais importante investigar suas maneiras próprias de agir e perceber o mundo (daí a relevância do conceito de representação); nessa recusa das análises generalizantes, a atenção se volta para o estudo dos valores particulares dos documentos, alocando-o na especificidade de seu momento de produção; por fim, o reconhecimento de que a disciplina histórica é construída por meio de narrativas – variáveis conforme o momento e o local de escrita – que não podem proporcionar um entendimento pleno e definitivo do passado, mas que obedecem ainda a critérios de científicidades que as conduzem sempre a investigar o que é verdadeiro e verossímil.

OS ESTUDOS MEDIEVAIS DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES

As perspectivas mencionadas acima impactaram a produção de conhecimentos sobre o período medieval. Me concentrarei mais especificamente no exemplo da releitura das fontes eclesiásticas (monásticas e episcopais) escritas entre os séculos IX-XI, que compõem meu interesse principal de pesquisa.

No âmbito da historiografia francesa, o paradigma da mutação feudal era muito empregado para explicar as transformações que teriam ocorrido entre o fim do Império Carolíngio em 888 e o início do período feudal em meados do século XI. Depois da tese de Georges Duby²² sobre a região de Mâcon, monografias regionais multiplicaram a utilização desse modelo explicativo que defende que os primeiros anos do século XI teriam sido marcados por um brutal declínio da autoridade e das instituições públicas²³. Essa revolução, como por vezes é classificada, representaria a transição radical do período carolíngio para uma sociedade

²² DUBY, Georges. **La société aux XIe et XIIe siècle dans la région mâconnaise**. Paris: EHESS, 1988.

²³ Para um balanço desses trabalhos, ver ARRIGNON, Jean-Pierre; HEUCLIN, Jean (Org.). **Pouvoirs, Église et société dans les royaumes de France, Bourgogne et Germanie: aux Xe et XIe siècles (888-vers 1110)**. Nantes: Temps, 2008, p. 265-269.



completamente nova, a feudal. No âmago dessa interpretação estão as análises centradas em cartas e cartulários de mosteiros e de grandes igrejas, que descrevem os múltiplos conflitos e tensões entre monges e castelões. Nesses documentos de natureza narrativa, os eclesiásticos denunciavam as exações e violências cometidas pela classe dos cavaleiros. Tais representações foram interpretadas como indícios de uma mutação social por Duby e muito de seus seguidores.

A contestação desse modelo se deveu muito aos novos modos de abordagem dos documentos. Como discutimos anteriormente, a análise mais intensiva e concentrada das fontes é uma das principais práticas no ofício dos historiadores. Ao se constituírem como objeto de estudo em si, elas não devem mais ser vistas como testemunhos escritos neutros, mas sim, enquanto textos subjetivos e orientados dos eventos. Nesse sentido, a documentação é reavaliada à luz do contexto que presidiu a sua redação, considerando, entre outros aspectos, as percepções de mundo de seu autor. Com o estudo atento de cada documento, interpretado como um testemunho único e particular, as informações nele descritas não revelam de forma transparente as realidades do período. Muito mais produtivo para o conhecimento histórico é averiguar os processos que precederam a produção e os prováveis usos estratégicos desses escritos.

Essa dimensão crítica do modelo da mutação feudal está clara nos trabalhos de Dominique Barthélemy²⁴. Segundo ele, as violências dos cavaleiros e o vácuo de soberania denunciados nas cartas e nos cartulários monásticos não refletem uma mutação radical das formas de poder e das estruturas sociais. Isto é, não há correspondência direta entre as mudanças citadas na documentação e as transformações políticas e sociais. Na verdade, esse discurso eclesiástico que aparece nas fontes está ligado à emergência de correntes reformadoras na Igreja contrárias ao intervencionismo dos laicos em sua estrutura. O tom de denúncia e de ilegitimidade das práticas aristocráticas compõem, então, as estratégias retóricas de clérigos e monges, receosos de assegurar sua autonomia política e novas relações de poder frente aos demais grupos.

O trabalho cuidadoso de contextualizar os documentos, permitindo diagnosticar as aspirações, concepções e ideologias dos responsáveis por sua produção, renovou e ampliou o estudo da sociedade senhorial dos séculos X-XII. É preciso destacar as pesquisas que se propõem a investigar as implicações e os

²⁴ BARTHÉLEMY, Dominique. **La société dans le comté de Vendôme, de l'an mil au XIVe siècle**. Paris: Fayard, 1993. _____ . **La mutation de l'an mil, a-t-elle eu lieu?: servage et chevalerie dans la France des Xe et XIe siècles**. Paris: Fayard, 1997. _____ . **L'an mil et la paix de Dieu: la France chrétienne et féodale, 980-1060**. Paris: Fayard, 1999.



usos sociais do manejo da escrita²⁵. Esses trabalhos evidenciam o papel desempenhado pelos centros episcopais, canonicais e monásticos na produção e conservação dos atos escritos.

Tal tipo de documentação cumpria um papel político fundamental, pelo menos até o século XII. A escrita se constituía como um instrumento memorial: ela conservava as lembranças de uma ação jurídica e facilitava o trabalho de memória no interior das comunidades religiosas. As pesquisas, se atendo às funções sociais específicas de determinados fundos documentais, averiguam que a conservação e a gestão de arquivos são construções memoriais e constituem, então, um método estratégico que visa reforçar a posição de monges e cânones diante de eventuais concorrentes²⁶.

De forma panorâmica, as fontes eclesiásticas dos séculos X e XII não são mais lidas como testemunhos imparciais da situação real e concreta de seu tempo. Suas releituras dependem da reconsideração do contexto particular em que cada uma delas foi escrita, estando conectadas com as reivindicações e as visões de mundo de seus respectivos autores. O exemplo da diocese de Cambraia é bastante elucidativo. Na primeira metade do século XI, o bispo Gerardo I, ambicionando valorizar sua ação e criar uma memória sólida para as gerações seguintes, faz uma verdadeira propaganda pessoal através da redação da *Gesta episcoporum Cameracensium* e da reescrita de hagiografias, glorificando a sua função episcopal e política na região²⁷.

O olhar crítico para o discurso eclesiástico, reinserindo cada conjunto de fontes nas questões particulares que presidiram sua redação, permite considerar que a retórica e o tom da documentação correspondem a fatores subjetivos. Assim, os testemunhos escritos assumem traços conforme as aspirações e perspectivas do indivíduo ou do grupo responsável pela sua produção. Isso quer dizer que os conteúdos representados nas fontes são resultados de seleções, organizações, exclusões e interpretações deliberadas da

²⁵ Sobre essa função social do texto escrito: CHASTANG, Pierre. **Lire, écrire, transcrire: le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe-XIIIe siècles)**. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques (CTHS), 2002. GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSÉ, Michel. **Pratiques de l'écrit documentaire au XIe siècle**. Bibliothèque de l'école des chartes, 1997.

²⁶ LAUWERS, Michel. Memoria. À propos d'un objet d'histoire en Allemagne. In: SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (Org.). **Les tendances actuelles du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p.105-126; NIEUS, Jean-François; RUFFINI-RONZANI, Nicolas. Société seigneuriale, réformes ecclésiastiques: les enjeux documentaires d'une révision historiographique. In: MEIJNS, Brigitte; VANDERPUTTEN, Steven (Org.). **Ecclesia in medio nationis: Reflections on the Study of Monasticism in the Central Middle Ages**. Leuven: Leuven University Press, p. 77-100, 2011.

²⁷ JÉGOU, Laurent. L'évêque entre autorité sacrée et exercice du pouvoir. L'exemple de Gérard de Cambrai 91012-1051). **Cahiers de civilisation médiévale**, 47, p. 37-55, 2004.



realidade e do passado. A análise discursiva nos distancia da leitura dos documentos como reprodutores objetivos e imparciais do período estudado.

Outro estudo de caso bastante esclarecedor é o exame das relações entre Igreja e aristocracia na Provença feita por Florian Mazel²⁸. O autor identifica transformações na retórica dos escritos monásticos na segunda metade do século XI. Neles, se desenvolvem verdadeiros discursos sobre os maus costumes dos laicos, denunciados como *raptores* e *invasores* das propriedades da Igreja. Eles são também responsáveis por depredações (*depradationes*) e impedem as liberdades (*libertas*) no exercício das funções monásticas. Segundo Mazel, essas descrições não revelam necessariamente a escalada da violência, tampouco refletem algum vazio de poder que daria origem a uma sociedade feudal, como defendiam os mutacionistas. Na realidade, tal retórica traduz uma crise nas relações de amizade (*amicitia*) que fundamentavam o convívio entre senhores laicos e monges. Se a separação entre as esferas eclesiástica e laica não eram bem definidas até meados do século XI, o advento da reforma dita gregoriana marcou a emergência de poderes monásticos e episcopais autônomos, em concorrência com as dominações laicas. Portanto, as novas reivindicações dos eclesiásticos por delimitações mais claras de seus direitos e territórios próprios ajuda a compreender as transformações discursivas na documentação monástica, hostil a todas as formas de intrusão e interferência.

Por meio desses exemplos, fica evidente que as pesquisas mais atuais não objetivam mais compreender em que medida as fontes registram, refletem ou deformam a realidade. Os resultados podem ser bem mais frutíferos quando são apreciadas as relações entre os discursos eclesiásticos e as práticas sociais²⁹. Dito isso, a reconstrução sistemática do documento se impõe agora como pré-requisito a todo trabalho histórico³⁰. Ela pressupõe não somente a contextualização da narrativa, mas também a investigação das finalidades próprias dos autores.

²⁸ MAZEL, Florian. Amitié et rupture de l'amitié. Moines et grands laïcs provençaux au temps de la crise grégorienne (milieu XIe – milieu XIIe siècle). **Revue historique**, n.º. 633, 1, p. 53-95, 2005.

²⁹ LAUWERS, Michel. L'Église dans l'Occident médiéval: histoire religieuse ou histoire de la société? Quelques jalons pour un panorama de la recherche en France et en Italie au XXe siècle. **Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Âge**, tomo 121, n.º2, p. 267-290, 2009.

³⁰ LE JAN, Régine. O historiador e suas fontes: construção, desconstrução, reconstrução. **Revista Signum**, vol. 17, n. 1, p. 5-26, 2016.



As releituras que são feitas da documentação eclesiástica entre os séculos X-XII têm como consequência principal a reavaliação da importância da Igreja (aqui compreendida no sentido mais amplo da instituição eclesiástica) na sociedade senhorial. Ela tinha um peso determinante nas principais regras de funcionamento, dispendo de um papel estruturante na constituição das relações de poder do período. Nas palavras de Alain Guerreau, a Igreja era “a verdadeira espinha dorsal da Europa medieval”³¹. Ao invés de ser separada do restante da sociedade, ela era, pelo contrário, uma força definidora das relações sociais. Seus membros (monges, bispos, cânones, etc.) buscavam alargar seus poderes e as suas influências diante de outros atores sociais. Para que seja possível aos historiadores abarcar essa dimensão, o primeiro passo é assumir o papel fundamental desempenhado pelos escritos eclesiásticos, situando suas estratégias discursivas nas disputas de poder existentes no período em que foram produzidos.

Para concluir esse breve panorama de reavaliação das fontes eclesiásticas dos séculos X e XI, é produtivo destacar alguns impactos dessas releituras nas tendências da historiografia medieval alemã. De acordo com Hans-Werner Goetz, não foi apenas na França que os historiadores reviram suas formas de abordar a documentação³². Os pesquisadores de língua germânica desde os anos 1980 também realizaram trabalhos de análise de discursos. Assim, as fontes são interpretadas como construções, isto é, textos que obedecem a uma percepção e a uma representação subjetiva.

Em especial as documentações narrativas – compostas por hagiografias e obras historiográficas como as *Vitae episcoporum* e as *Gesta episcoporum* – se mostram muito valiosas para investigar não apenas as imagens que os membros da Igreja faziam deles próprios (*Selbverständnis*), como também as respostas que esses escritos davam aos problemas do ambiente em que seu respectivo autor estava inserido³³. Da mesma forma que vimos no debate francês, os historiadores na Alemanha consideram que a produção e o discurso de cada conjunto de fonte são influenciados por sua própria razão de escrita (*causa scribendi*). Portanto, as

³¹ GUERREAU, Alain. **L'Avenir d'un passé incertain**. Paris: Seuil, 2001, p. 28.

³² GOETZ, Hans-Werner. La recherche allemande en histoire médiévale au XXe siècle: Évolutions, positions, tendances. In: **Cahiers de civilisation médiévale**, 48e année, n°190, p. 129-140, 2005.

³³ PATZOLD, Steffen. L'épiscopat du haut Moyen Âge du point de vue de la médiévistique allemande. **Cahiers de civilisation médiévale**, n°192, p. 341-358, 2005.



pesquisas têm como foco a avaliação das intenções políticas dos autores dos textos, cuja confecção satisfazia uma função pragmática.

Em outras palavras, o que interessa os historiadores são as percepções e as representações da sociedade e dos poderes nos textos narrativos: eles expressam as concepções de mundo (*Weltanschauung*) e as interpretações das realidades de seus escritores³⁴. Através dessa abordagem que privilegia as ligações entre a produção e a retórica de um documento com seu contexto político e social, é possível verificar as formas de interação e negociação de poder entre as elites.

Num país cuja a historiografia ao longo do século XX desconsiderou o papel específico desempenhado por membros da instituição eclesiástica, a observação mais atenta dos documentos escritos por monges e bispos se revela fundamental. Os estudos sobre os séculos X e XI até muito recentemente não reconheciam os homens da Igreja como uma elite propriamente eclesiástica, fundada em bases específicas. Na realidade, de acordo com essas pesquisas, seus poderes emanariam de estratégias políticas, ora da aristocracia laica, ora do imperador germânico.³⁵ Alguns historiadores chegaram a supor que os soberanos do Sacro Império puderam controlar estreitamente a Igreja, ao ponto de desenvolver um verdadeiro Sistema de Igreja Imperial (*Reichkirchensystem*)³⁶. Essas interpretações são cada vez mais questionadas quando se avalia as especificidades próprias dos poderes monásticos e episcopais. Utilizando os textos escritos por eles, é possível pesquisar suas relações com outros grupos sociais, bem como os litígios e os conflitos que os opõem³⁷.

O fato de ter em mente as reivindicações de bispos e monges enquanto tais, ou seja, considerar suas percepções e identidades próprias e vê-los como membros de uma elite eclesiástica, é uma tendência nas pesquisas. Isso explica o crescente interesse pelos materiais que produziram:

³⁴ PATZOLD, Steffen. Le 'premier âge féodal' vu d'Allemagne. Essai sur les historiographies française et allemande. In: IOGNA-PRAT, Dominique et. al. **Cluny: Les moines et la société au premier âge féodal**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013, p. 19-29

³⁵ LAUWERS, Michel; RIPART, Laurent. Pouvoirs, église et société dans les royaumes de France, Germanie et Bourgogne (fin IXe – début XIIe siècle): un parcours historiographique en guise d'introduction In:ARRIGNON, Jean-Pierre; HEUCLIN, Jean (Org.). **Pouvoirs, église et société (888-vers 1100)**. Paris: Hachette Supérieur, 2008, p. 5-27.

³⁶ GROSSE, Rolf. L'Église impériale dans la tradition franque. Le temps des Ottoniens et des premiers Saliens. **Revue d'Histoire de l'Eglise de France**, tomo 96, p. 11-27, 2010.

³⁷ PATZOLD, Steffen. **Wissen über Bischöfe im Frankenreich des späten 8. bis frühen 10. Jahrhunderts. (Mittelalter-Forschungen 25.)** Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 2008.



Architektur, Kunst, Literatur, aber auch Liturgie, Hagiographie und Historiographie ließen sich allesamt als Ausdrucksformen einer geistlichen Elite begreifen, oder genauer noch: als Werke, durch die sich eine solche Elite abgrenzte und konstituierte. So könnte der Begriff der „geistlichen Elite“ ein Feld bischöflichen Handelns beleuchten, das in der deutschen Forschung durch das „reichskirchliche“ Paradigma allzu stark in den Hintergrund gedrängt worden ist: Bischöfe waren weder nur „Aristokraten in geistlichem Gewande“ noch allein willfähige Amtsträger des Königs, sondern eine Gruppe, für deren Ausbildung die besondere Nähe zum sakralen Bereich war und deren spezifisches Handeln, deren besonderen Vorstellungen und Wahrnehmungen erst noch zu untersuchen bleiben³⁸.

De maneira geral, podemos identificar que nos últimos anos a historiografia sobre a sociedade senhorial dos séculos X e XI é marcada pela avaliação do protagonismo desempenhado pelos membros da instituição eclesiástica³⁹. Essa tendência é resultado do desenvolvimento de novas abordagens das fontes medievais – principalmente as de origem monástica e episcopal -, que estão ligadas às discussões mais amplas sobre o ofício do historiador e a natureza da disciplina que apresentamos na primeira parte do texto. Essa exposição panorâmica é importante para que fique claro onde minha presente pesquisa está inserida e com quais perspectivas ela está dialogando. Feito isso, agora podemos tratar de nossa proposta, ressaltando antes algumas orientações na historiografia que afunilam para a discussão que queremos levantar.

OS ITINERÁRIOS BIOGRÁFICOS E AS OBRAS DE FOLCUÍNO DE LOBBES E RATÉRIO DE VERONA. O ENRAIZAMENTO DAS ELITES ECLESIASTICAS NA SOCIEDADE SENHORIAL DO SÉCULO X

O desmantelamento do Império Carolíngio ao final do século IX significou “a emergência de uma nova ordem política”⁴⁰. Um Império sob a autoridade de um soberano único foi sucedido por múltiplos reinos, principados e ducados, comandados por pessoas que exercem num âmbito regional certas prerrogativas militares, fiscais e judiciárias, que eram antes exclusivas ao rei carolíngio. A evolução dos poderes que se observa entre 888 e 1060 modifica duravelmente, então, os equilíbrios políticos e sociais.

³⁸ PATZOLD, Steffen. L'historiographie allemande de l'épiscopat. **L'historiographie des élites dans le haut Moyen Âge**. Actes du colloque, Université de Marne-la-Vallée, n. p., 2003.

³⁹ WEST, Charles. Quelle place pour l'*ecclesia* dans l'Europe médiévale? **Médiévales**, n° 74, 1, p. 165-178, 2018.

⁴⁰ JÉGOU, Laurent; PANFILI, Didier. **L'Europe seigneuriale 888-1215**. Paris: Armand Colin, 2018, p. 12. Tradução nossa.



Nesse contexto de reconfigurações, as formas de conceber e definir o exercício da autoridade apontam para o reforço da lógica de redes pessoais de poder, assim como para a intensificação de um quadro de competição e de disputa. Como ainda não existiam configurações territoriais bem delimitadas – onde o poder seria exercido num espaço demarcado –, o pertencimento de um grupo a uma elite dependia de sua capacidade de exercer influência em diversos lugares (igrejas, cemitérios, castelos, etc.)⁴¹. Assim, circulação e mobilidade eram fatores fundamentais para assegurar a dominação num quadro político bem complexo.

Nessas condições que devemos inserir as estratégias políticas dos atores sociais. A redução das escalas de exercício de poder reforçou e até mesmo engendrou novas maneiras dos grupos se reivindicarem enquanto representantes de uma elite⁴². Para legitimar essa posição, a aristocracia laica se notabilizou não apenas pelo seu patrimônio ou enraizamento territorial, mas principalmente por sua capacidade de alargar e manipular diferentes espaços ou distâncias.

Desse modo, as formas de dominação eram muito diversificadas, caracterizadas pelos mais distintos marcadores identitários. Elas podiam ser sociais, – tecidas por ligações pessoais de parentesco ou fidelidade mútua – administrativas, – abarcando os homens que trabalham sobre as terras por meio de obrigações e pagamentos – ou, ainda, eclesiásticas – devido ao controle de instituições, bens, pessoas e símbolos da Igreja⁴³. As relações entretidas pelas elites com o espaço mostram como a sociedade senhorial era articulada em múltiplos lugares de poder. Isso implica num quadro em que as relações políticas envolviam competições, negociações, trocas ou mesmo cooperação entre os atores sociais⁴⁴.

Muitos exemplos concretos apontam nessa direção. No século X, uma das maneiras da aristocracia laica legitimar seu poder era o controle do sagrado, representado pela capacidade de fundar uma igreja ou um monastério familiar. Também era de enorme importância na manifestação do estatuto social a circulação e a mobilização de objetos preciosos – como as relíquias de santo – em distintas localidades.

⁴¹ MAZEL, Florian. **L'évêque et le territoire. L'invention médiévale de l'espace**. Paris: Éditions du Seuil, 2016, p. 365-376.

⁴² Esse termo pode ser definido pela classificação dos indivíduos em grupos que gozam de uma posição social elevada no seio de sua comunidade, seja através de sua fortuna, de seu poder, ou de sua cultura.

⁴³ MAZEL, Florian. Pouvoir aristocratique et Église aux Xe-XIe siècles. Retour sur la "révolution féodale" dans l'œuvre de Georges Duby. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**. Hors-série n° 1, 2008.

⁴⁴ BÜHRER-THIERRY, Geneviève; GASPARRI, Stefano; LE JAN, Régine (Org.). **Coopétition. Rivaliser, coopérer dans les sociétés du haut Moyen Âge (500-1100)**. Turnhout: Brepols, 2018.



A autoridade dos laicos estava, então, bastante fundamentada numa estreita imbricação com a esfera eclesiástica. Eles controlavam os *honores* episcopais e abaciais - nomeações de bispos e abades - e ainda tinham alguma gerência sobre os bens da Igreja. Como argumenta Florian Mazel, o grupo familiar laico de Marselha legitima sua autoridade a partir da restauração do antigo monastério de Saint-Victor e da ampliação dos lugares de culto a esse santo⁴⁵.

Até pelo menos o contexto da reforma dita gregoriana, elites laicas e eclesiásticas não formavam mundos separados, pertencendo ambas aos mesmos círculos sociais e frequentemente às mesmas famílias. Elas compartilhavam valores comuns, colaborando para o bem comum e para a salvação dos cristãos num conjunto global definido como *ecclesia*⁴⁶.

Tal referida imbricação, todavia, não é sinônimo de dominação. A Igreja nos séculos X e XI não estava, como já afirmado outrora, "nas mãos dos laicos"⁴⁷. Embora as relações fossem de fato estreitas, há elementos que permitem compreender alguns traços bem peculiares aos membros da instituição eclesiástica. O fato de muitos condes terem sido os responsáveis diretos pela fundação de monastérios não expressa necessariamente o controle absoluto e instrumentalizado desses estabelecimentos. Por essa razão que alguns historiadores empregam o termo elite eclesiástica, por mim compartilhado na presente pesquisa⁴⁸. A expressão permite destacar o exercício de poder próprio a esse grupo, bem como averiguar suas manobras de atuação política, sem sugerir, todavia, plena autonomia em relação aos demais atores sociais.

Ao estudar o caso de Odon de Cluny, Isabelle Rosé expõe a inserção do abade em sua rede pessoal, composta, entre outros, por aristocratas laicos⁴⁹. A autora investigou como Odon agiu no interior da sociedade senhorial do século X, reservando à Igreja uma posição dominante. Para tanto, Rosé examinou as obras desse abade, averiguando as normas de comportamento que ele preconizou aos grupos sociais e que definiriam o funcionamento do mundo e das relações ideais entre os homens. Em seus escritos, Odon promove a

⁴⁵ MAZEL, Florian. **La noblesse et l'Église en Provence, fin Xe-début XIVe siècle**. Paris: Editions du CTHS, 2002.

⁴⁶ BOUGARD, François; GENEVIÈVE, Bühler-Thierry; LE JAN, Régine. Les élites du haut Moyen Âge. Identités, stratégies, mobilité. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, vol. 68e année, no. 4, p. 1079-1112, 2013.

⁴⁷ AMANN, Émile; DUMAS, Auguste. **L'Église au pouvoir des laïques, 888-1057**. Evreux: Bloud & Gay, 1945.

⁴⁸ MÉRIAUX, Charles. Historiographie des élites ecclésiastiques du haut Moyen Âge. **L'historiographie des élites dans le haut Moyen Âge**. Actes du colloque, Université de Marne-la-Vallée, n. p., 2003.

⁴⁹ ROSÉ, Isabelle. **Construire une société seigneuriale: itinéraire et ecclésiologie de l'abbé Odon de Cluny (fin du IXe-milieu du Xe siècle)**. Turnhout: Brepols, 2008.



superioridade dos valores monásticos, demonstrando que ele não limitou suas atividades ao claustro. Pelo contrário, as obras testemunham sua intervenção efetiva na esfera temporal. Por dispor dessa capacidade de exercer influência política, Odon compõe o restrito grupo da elite eclesiástica. A legitimidade de suas ações implicava, como demonstra Rosé, em relações pessoais com condes, duques, aristocratas laicos, bispos, entre outros agentes. Numa sociedade ainda distante de formar laços estritamente jurídicos e institucionais, as distinções sociais e a consolidação da autoridade dependiam da capacidade das elites de estabelecerem os mais diversos contatos e influências no espaço.

Os temas de determinados encontros científicos recentes e alguns textos de abordagem mais panorâmica da historiografia sugerem que um dos campos de pesquisa mais promissores sobre os séculos X e XI são as transformações dos poderes laicos e eclesiásticos, considerando suas fronteiras e pontos de contato⁵⁰. Essa tendência é resultado, entre outros motivos, das mudanças nas formas de se lidar com as fontes que destacamos desde o início do texto. A inserção da documentação eclesiástica em seu momento de produção e a reflexão sobre as razões de sua escrita expressam as complexas relações existentes entre a aristocracia laica e os membros da Igreja. Por meio dos textos abaciais ou episcopais, avaliamos como esses últimos agiam de forma eficaz e multidirecional sobre a sociedade, conforme elucidada o trabalho de Isabelle Rosé sobre Odon de Cluny. Não há predomínio de nenhuma das esferas e sua imbricação mútua é sinal de que poderiam existir, simultaneamente, alianças em prol de interesses comuns e lutas por influência política.

De acordo com Michel Margue, as formas de interpenetração das autoridades laicas e eclesiásticas são numerosas e variadas⁵¹. Elas devem ser aprofundadas num quadro de estudos regionais, pois não

⁵⁰ Interessante notar que a problemática não está restrita aos historiadores francófonos, sendo ela mais globalmente um horizonte comum aos estudos medievais. Entre 30 de junho e 1 de julho de 2016, o evento “Condes e abades no mundo franco (França ocidental, França oriental e Borgonha): séculos IX e XI” ocorreu no Instituto franco-alemão de ciências históricas e sociais em Frankfurt e contou, evidentemente, com a participação de historiadores de ambos os países. Essas perspectivas de pesquisa também foram um traço marcante do ateliê internacional “Espaços eclesiásticos e senhores laicos. Definições, modelos e conflitos em zonas de interface (séculos IX-XIII)” acontecido em 5 e 6 de abril de 2018 na Université Paris-Est Marne-la-Vallée. Há um artigo que aponta na mesma direção: MAZEL, Florian. Monachisme et aristocratie aux Xe – XIe siècles. Un regard sur l'historiographie récente. In: MEIJNS, Brigitte; VANDERPUTTEN, Steven (Org.). *Ecclesia in medio nationis. Reflections on the Study of Monasticism in the Central Middle Ages*. Leuven: Leuven University Press, p. 47-76, 2011.

⁵¹ MARGUE, Michel. Pour une redéfinition dynamique des relations entre comtes et abbayes (fin IXe- fin XIe siècle). *Trajectoires*, série 2, n. p., 2017.



podemos estabelecer uma conclusão comum para o período: cada conjunto de fontes expressa situações de relacionamentos bem particulares entre as elites, e muitas delas ainda carecem de análises.

Tal é o pano de fundo de nossa presente pesquisa. A proposta analisa as obras do monge Folcuíno de Lobbes e do bispo Ratério de Verona, dois membros proeminentes da Igreja no século X, autores de diversos textos. Ainda que sejam conhecidos pelos historiadores, não há estudos que analisem o conjunto da trajetória desses dois homens e as formas deles se enraizarem na sociedade senhorial do século X, numa perspectiva que considere seus escritos como um todo. Apresentarei brevemente alguns elementos biográficos de ambos para, em seguida, pontuar os objetivos de nosso estudo.

Ratério nasceu em 890 na diocese de Liège, que era parte da região da Lotaríngia (ver mapa em anexo). Proveniente de uma família aristocrática, ele se tornou muito jovem oblato na abadia de Lobbes, local já conhecido pelo seu alto nível de formação intelectual⁵². Em 920, a morte do bispo de Liège Etiênio – que dispunha de um papel político não desprezível – ocasionou violentos debates por sua sucessão colocando, de um lado, Hilduíno e, de outro, Ricário. Após decisão papal, esse último triunfa e o primeiro, depois de derrotado, se torna bispo em Verona. Ratério apoia Hilduíno na referida querela e o acompanha em seguida para o exílio na Península Itálica. Quando é preso em agosto de 936 ao entrar em conflito pelo bispado de Verona com Hugo da Provença, Ratério é preso em Pavia.

Apenas em 946, se aproveitando das transformações no quadro social da região e do apoio político do imperador germânico Otão I, ele retoma o posto de bispo, ocupado somente até 948. Após novo fracasso em Verona, Ratério é nomeado para a sede episcopal de Liège e para o abaciado de Lobbes em 28 de agosto de 953, contando mais uma vez com auxílio de Otão I. Entretanto, houve uma revolta da aristocracia lotaríngia em 954 conduzida por Reinier III que, entre outras medidas, destituiu Ratério do bispado e da abadia. De volta a Verona, ele recupera sua sede episcopal em 961, exercendo suas prerrogativas até 968. Neste ano, Ratério retorna a Lobbes como abade, auxiliado pelo novo bispo de Liège, Eráclio. Tal nomeação, todavia, desencadeou uma querela com Folcuíno em 971, que era o abade local desde 965. Este homem nasceu em 940 e, como seu rival, também é proveniente de uma importante família aristocrática, recebendo sua

⁵² As informações básicas sobre Folcuíno e Ratério expostas foram extraídas de: DIERKENS, Alain. Notger, Folcuin et Rathier. L'abbaye de Lobbes et les évêques de Liège à la fin du Xe siècle. In: KUPPER, Jean-Louis; WILKIN, Alexis (Org.). **Évêque et prince. Notger et la Basse-Lotharingie aux alentours de l'an Mil**. Liège: Presses Universitaires de Liège, p. 271-294, 2013.



formação monástica na abadia de Saint-Bertin. Somente em 973 um compromisso entre ambos é firmado: Folcuíno é reintegrado em sua função abacial e beneficia de um importante diploma imperial de imunidade expedido por Otão II, enquanto Ratério recebe como garantia a sua capacidade de comandar outros domínios recentemente restituídos por Lobbes, como Aulne e Wallers. Uma informação complementar é ainda de extrema importância: não é apenas nessa disputa que podemos apontar relações entre os dois. Na realidade, Ratério era nada menos que o padrinho de Folcuíno.

As trajetórias movimentadas e interconectadas de ambos são, sem dúvida, inspirações para a realização de uma nova pesquisa. A apresentação biográfica sumária indica que as formas de inserção dos membros da instituição eclesiásticas na sociedade senhorial do século X são muito complexas. De todo modo, é evidente que abades e bispos não tinham suas ações restritas ao âmbito religioso. Pelo contrário, eles eram atores sociais importantíssimos, em estreita conexão com as disputas pelo exercício do poder político no período. Em suma, não faz muito sentido separar de forma nítida as esferas temporal e eclesiástica numa sociedade em que ambas estavam mescladas e imbricadas.

Com o intuito de verificar as estratégias adotadas por Folcuíno e Ratério para legitimarem o pertencimento ao seletivo grupo das elites, o primeiro passo é traçar seus “itinerários biográficos”⁵³. Com base na documentação diplomática do período⁵⁴ e nos estudos já desenvolvidos sobre o contexto social e político em que eles viveram⁵⁵, será possível identificar quais eram as disputas em que esses dois personagens

⁵³ ROSÉ, Isabelle. **Construire une société seigneuriale: itinéraire et ecclésiologie de l'abbé Odon de Cluny (fin du IXe-milieu du Xe siècle)**. Turnhout: Brepols, 2008, p. 20-22.

⁵⁴ Embora outras fontes possam ser utilizadas conforme o andamento da pesquisa, destacaríamos inicialmente os atos dos imperadores otônianos reunidos em: SICKEL, Thomas (ed.). **Diplomata Ottonis II et Ottonis III**. In: *Monumenta Germaniae Historica, Die Urkunden der deutschen Könige und Kaiser, 1888-1893*. Também os atos pontificais contemporâneos a Folcuíno de Lobbes e Ratério de Verona podem ser de grande utilidade para a pesquisa: ZIMMERMANN, Harald (ed.). **Papsturkunden 896-1046**. Tomo 1: 896-996, 1984-1985.

⁵⁵ Para a história da Lotaríngia no século X, dispomos de uma abundante bibliografia. Mencionamos aqui uma lista não exaustiva de algumas das obras mais conhecidas: BAUER, Thomas. **Lotharingen als historischer Raum. Raumbildung und Raumbewusstsein im Mittelalter**. Colônia-Weimar-Viena: Böhlau, 1997; GAILLARD, Michèle. **D'une réforme à l'autre (816-934). Les communautés religieuses en Lorraine à l'époque carolingienne**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2006; LE JAN, Régine. L'aristocratie lotharingienne au Xe siècle: structure interne et conscience politique. In: HANS-WALTER, Herrmann; SCHNEIDER, Bernhard (Org.). **Lotharingia. Eine europäische Kernlandschaft um das Jahr 1000**. Saarbrücken: SDV Saarbrücker Druckerei und Verlag, 1994, p. 71-88. PARISSÉ, Michel. **Encyclopédie illustrée de la Lorraine, t. 2: L'époque médiévale. Austrasie, Lotharingie, Lorraine**. Metz: Presses Universitaires de Nancy, 1990; SCHNEIDER, Jens. **Auf der Suche nach dem verlorenen Reich: Lotharingen im 9. und 10. Jahrhundert**. Colônia: Böhlau, Publications du Centre Luxembourgeois de Documentation et d'Études Médiévales, 2010. Além desses títulos mais gerais sobre a Lotaríngia, poderemos



estavam envolvidos, brevemente citadas acima. Assim, inserindo suas respectivas trajetórias num quadro mais amplo, poderemos investigar os motivos de escrita de suas obras e a intencionalidade que elas carregam. Se trata de um exercício intenso de desconstrução das fontes, método já explicado anteriormente.

Trabalharemos com a ideia de que os teores dos documentos são sensíveis às redefinições das relações dos respectivos autores com outros indivíduos. No caso de Ratério, pode ser interessante identificar a situação particular em que ele se encontrava para compreender melhor a lógica de cada um de seus textos. Por exemplo, sabemos que logo depois da revolta de 954 que o depôs de sua função episcopal em Liège, Ratério escreveu seu *Dialogus confessionalis*⁵⁶, ou seja, um diálogo fictício com seu confessor. Temos como horizonte verificar as relações entre a retórica dessa fonte com tais recentes acontecimentos políticos de sua vida. O mesmo se aplicará às demais obras de sua autoria: a *Conclusio deliberativa*⁵⁷, o tratado *Phrenesis*⁵⁸, a *Vita S. Ursuari*⁵⁹, as *Praeloquia*⁶⁰ e as cartas⁶¹ enviadas por ele ao imperador germânico Otão I. Todas elas são valiosas no entendimento das relações dos discursos representados com as práticas sociais do autor.

Quanto a Folcuíno, adotaremos exatamente a mesma metodologia. A escrita da *Gesta abbatum Lobliensium*⁶² por volta de 970 é contemporânea ao conflito que o autor se envolveu com Ratério pelo domínio

consultar alguns trabalhos que abordam pontualmente as obras e as trajetórias de Folcuíno e de Ratério: DIERKENS, Alain. La production hagiographique à Lobbes au Xe siècle. *Revue Bénédictine*, volume 93, p. 245-259, 1983. GEORGE, Philippe; KUPPER, Jean-Louis; PIRENNE, Françoise (Org.). **Liège. Autour de l'an mil, la naissance d'une principauté (Xe-XIIIe siècle)**. Liège: Editions du Perron, 2000; KUPPER, Jean-Louis. **Liège et l'église impériale, XIe - XIIIe siècles**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 1978. MÉRIAUX, Charles. **Gallia irradiata. Saints et sanctuaires dans le nord de la Gaule du Haut Moyen Âge**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2006 (Beiträge zur Hagiographie); MORELLE, Laurent. Diplomatic Culture and History Writing: Folcuin's Cartulary-Chronicle of Saint Bertin. In: MAXWELL, Robert A. (org.). **Representing History, 900-1300. Art, Music, History**. University Park: The Pennsylvania State University Press, p. 53-65 e 221-224, 2010; PATZOLD, Steffen. **Konflikte im Kloster: Studien zu Auseinandersetzungen in monastischen Gemeinschaften des ottonische-salischen Reichs**. Husum: Matthiesen Verlag, 2000; UGÉ, Karine. **Creating the Monastic Past in Medieval Flanders**. Nova York: Boydell & Brewer, 2005; VANDERPUTTEN, Steven. Literate Memory and Social Reassessment. *Mediaevistik*, t. 17, p. 65-94, 2004.

⁵⁶ RATÉRIO DE VERONA. *Dialogus confessionalis*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46A, 1984, p. 219-265.

⁵⁷ RATÉRIO DE VERONA. *Conclusio deliberativa*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46, 1976, p. 1-7.

⁵⁸ RATÉRIO DE VERONA. *Phrenesis*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46A, 1984, p. 197-218.

⁵⁹ RATÉRIO DE VERONA. *Vita S. Ursuari*. In: DOLBEAU, François (ed.). "Scribere sanctorum gesta": Recueil d'études d'hagiographie médiévale offert à Guy Philippart, 2005, p. 181-207.

⁶⁰ RATÉRIO DE VERONA. *Praeloquia*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46A, 1984, p. 3-196.

⁶¹ WEIGLE, Fritz (ed.). **Die Briefe des Bischofs Rather von Verona**. In: *Monumenta Germaniæ Historica*, Die Briefe der deutschen Kaiserzeit 1, 1949.

⁶² FOLCUÍNO DE LOBBES. *Gesta abbatum Lobliensium*. In: PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Monumenta Germaniæ Historica*, Scriptores IV, 1841, p. 52-74.



da abadia de Lobbes. Se trata de uma obra qualificada de “cartulário/crônica”⁶³ sobre o estabelecimento monástico, na qual Folcuíno combina textos hagiográficos e diplomáticos para moldar reflexões historiográficas e considerações sociopolíticas. A hipótese a ser trabalhada é discutir se o texto pode ser inserido numa lógica de “propaganda”, no qual as formas do autor alocar as informações e exibir seu discurso guardam estreitas conexões com as suas reivindicações políticas no momento da controvérsia. Por essa mesma razão é válido verificar na fonte como Folcuíno representa Ratério, ou seja, se o descreve como um inimigo, um concorrente, um aliado, um amigo ou ainda como seu padrinho. A atuação política de Folcuíno não está restrita, como sabemos, ao monastério de Lobbes. Ele também foi o abade de Saint-Bertin e compôs uma obra inserida na mesma lógica, a *Gesta abbatum Sithiensium*⁶⁴, que reúne os textos dos principais documentos diplomáticos da abadia desde sua fundação e os realoca em seu contexto histórico. Novamente, nos interessamos em estabelecer conexões entre as maneiras da fonte ser apresentada e as reivindicações e visões de mundo do autor. Existe um terceiro documento escrito por ele e que abrange nossa dinâmica pesquisa, a *Vita Folcuini episcopi Morinensis*⁶⁵.

Ainda não há, sobre os dois personagens escolhidos, algum estudo que adote uma perspectiva mais ampla e que englobe o conjunto de suas obras e suas trajetórias de vida. Os trabalhos ainda seguem presos aos paradigmas historiográficos de cada país e à lógica dos territórios dos Estados nacionais. Ratério, por exemplo, é bastante estudado por pesquisadores italianos, mas apenas no período em que ele foi bispo de Verona⁶⁶. Folcuíno também é bem conhecido pelos historiadores belgas, sobretudo quando o foco são as suas atuações mais específicas na abadia de Lobbes⁶⁷. Entretanto, já discutimos a relevância das noções de circulação e de dispersão para a afirmação política de grupos sociais.

⁶³ MORELLE, Laurent. **Écrit diplomatique et archives monastiques (France septentrionale, VIIIe-XIIe siècles)**. 2001. Tese (Habilitação para orientar pesquisas) - Université Paris I: Panthéon-Sorbonne, Paris, 2001.

⁶⁴ FOLCUÍNO DE LOBBES. *Gesta abbatum Sithiensium*. In: HOLDER-EGGER, Oswald (ed.). *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores XIII*, 1881, p. 600-635.

⁶⁵ FOLCUÍNO DE LOBBES. *Vita Folcuini episcopi Morinensis*. In: HOLDER-EGGER, Oswald (ed.). *Monumenta Germaniae Historica, Scriptores XV*, 1887, p. 423-430.

⁶⁶ CERVATO, Dario. **Raterio di Verona e di Liegi. Il terzo periodo del suo episcopato veronese (961-968). Scritti e attività**. Verona: Segno editrice, 1993. MILANO, Ilarino da. *La spiritualità dei laici nei Praeloquia di Raterio di Verona. Raterio di Verona: atti del X Convegno storico internazionale*, Todi, 12-15 ottobre 1969, p. 35-93.

⁶⁷ Como ressaltado por Alain Dierkens, as pesquisas belgas de história religiosa medieval abundam desde o fim do século XIX: há uma forte iniciativa de “crítica das fontes, catálogo de abades, hagiografia, história política e institucional dos estabelecimentos religiosos, arqueologia monumental, etc. Assim, praticamente todas as abadias medievais que hoje estão situadas no território



O presente projeto leva em conta esses fatores e acompanha ainda uma das principais tendências adotadas pela historiografia no estudo da sociedade dos séculos X e XI, que é pontuar as relações entre os discursos eclesiásticos e as práticas sociais. Por meio dessa metodologia, assumimos que o exercício do poder não se limita às instituições, sendo na realidade um fenômeno na compreensão da dinâmica social⁶⁸. Para que ele seja o ponto de partida fundamental na explicação dos marcadores identitários das elites eclesiásticas, se faz necessário compreendê-lo nas suas formas mais diversas: o poder se manifesta na possibilidade da escrita de documentos e nos discursos retóricos presentes em sua produção, na sua função mobilizadora e, finalmente, na sua capacidade de destacar a proeminência social de determinados indivíduos. Eis as expectativas assumidas pela proposta de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

- FOLCUÍNO DE LOBBES. *Gesta abbatum Lobiensium*. In: PERTZ, Georg Heinrich (ed.). *Monumenta Germaniæ Historica, Scriptorum IV*, 1841, p. 52-74.
- FOLCUÍNO DE LOBBES. *Gesta abbatum Sithiensium*. In: HOLDER-EGGER, Oswald (ed.). *Monumenta Germaniæ Historica, Scriptorum XIII*, 1881, p. 600-635.
- FOLCUÍNO DE LOBBES. *Vita Folcuini episcopi Morinensis*. In: HOLDER-EGGER, Oswald (ed.). *Monumenta Germaniæ Historica, Scriptorum XV*, 1887, p. 423-430.
- RATÉRIO DE VERONA. *Conclusio deliberativa*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46, 1976, p. 1-7.
- RATÉRIO DE VERONA. *Praeloquia*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46A, 1984, p. 3-196.
- RATÉRIO DE VERONA. *Phrenesis*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46A, 1984, p. 197-218.
- RATÉRIO DE VERONA. *Dialogus confessionalis*. In: REID, Peter (ed.). *Corpus Christianorum*, 46A, 1984, p. 219-265.

belga beneficiam de monografias de boa qualidade". DIERKENS, Alain. **Abbayes et chapitres entre Sambre et Meuse: VIII-XIe siècles: contribution à l'histoire religieuse des campagnes du haut Moyen Âge**. Sigmaringen: J. Thorbecke, 1985, p. 17-18. Tradução nossa.

⁶⁸ CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A Idade Média e a nova história política. **Revista Signum**, vol. 14, n. 1, p. 92-102, 2013.



- RATÉRIO DE VERONA. **Vita S. Ursuari**. In: DOLBEAU, François (ed.). "Scribere sanctorum gesta": Recueil d'études d'hagiographie médiévale offert à Guy Philippart, 2005, p. 181-207.
- SICKEL, Thomas (ed.). **Diplomata Ottonis II et Ottonis III**. In: *Monumenta Germaniæ Historica*, Die Urkunden der deutschen Könige und Kaiser, 1888-1893.
- WEIGLE, Fritz (ed.). **Die Briefe des Bischofs Rather von Verona**. In: *Monumenta Germaniæ Historica*, Die Briefe der deutschen Kaiserzeit 1, 1949.
- ZIMMERMANN, Harald (ed.). **Papsturkunden 896-1046**. Tomo 1: 896-996, 1984-1985.

Fontes secundárias

- ALMEIDA, Néri de Barros. A história medieval no Brasil. **Revista Signum**, vol. 14, n. 1, p. 1-16, 2013.
- AMANN, Émile; DUMAS, Auguste. **L'Église au pouvoir des laïques, 888-1057**. Evreux: Bloud & Gay, 1945.
- ARRIGNON, Jean-Pierre; HEUCLIN, Jean (Org.). **Pouvoirs, Église et société dans les royaumes de France, Bourgogne et Germanie: aux Xe et XIe siècles (888-vers 1110)**. Nantes: Temps, 2008.
- BARTHÉLEMY, Dominique. **La société dans le comté de Vendôme, de l'an mil au XIVe siècle**. Paris: Fayard, 1993.
- _____. **La mutation de l'an mil, a-t-elle eu lieu?: servage et chevalerie dans la France des Xe et XIe siècles**. Paris: Fayard, 1997.
- _____. **L'an mil et la paix de Dieu: la France chrétienne et féodale, 980-1060**. Paris: Fayard, 1999.
- BAUER, Thomas. **Lotharingien als historischer Raum. Raumbildung und Raumbewusstsein im Mittelalter**. Colônia-Weimar-Viena: Böhlau, 1997.
- BOUGARD, François; GENEVIÈVE, Bühner-Thierry; LE JAN, Régine. Les élites du haut Moyen Âge. Identités, stratégies, mobilité. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, vol. 68e année, no. 4, p. 1079-1112, 2013.
- BÜHRER-THIERRY, Geneviève; GASPARRI, Stefano; LE JAN, Régine (Org.). **Coopétition. Rivaliser, coopérer dans les sociétés du haut Moyen Âge (500-1100)**. Turnhout: Brepols, 2018.



- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A Idade Média e a nova história política. **Revista Signum**, vol. 14, n. 1, p. 92-102, 2013.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____ **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 56-106, 2006.
- CERVATO, Dario. **Raterio di Verona e di Liegi. Il terzo periodo del suo episcopato veronese (961-968). Scritti e attività**. Verona: Segno Editrice, 1993.
- CHARTIER, Roger. **Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétudes**. Paris: Albin Michel, 1998.
- _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Presença, 1998.
- CHASTANG, Pierre. **Lire, écrire, transcrire: le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe-XIIIe siècles)**. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques (CTHS), 2002.
- _____. L'archéologie du texte médiéval. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**, Hors-série n° 2, 2008.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Le phénomène "nouvelle histoire"**. Paris: Economica, 1983.
- DIERKENS, Alain. La production hagiographique à Lobbes au Xe siècle. **Revue Bénédictine**, vol 93, p. 245-259, 1983.
- _____. **Abbayes et chapitres entre Sambre et Meuse: VIIe-XIe siècles: contribution à l'histoire religieuse des campagnes du haut Moyen Âge**. Sigmaringen: J. Thorbecke, 1985.
- DOSSE, François. **A história em migalhas**. São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1992.
- DUBY, Georges. **La société aux XIe et XIIe siècle dans la région mâconnaise**. Paris: EHESS, 1988.
- GAILLARD, Michèle. **D'une réforme à l'autre (816-934). Les communautés religieuses en Lorraine à l'époque carolingienne**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2006.
- _____. **De la mer du Nord à la Méditerranée. Francia Media, une région au cœur de l'Europe (c. 840-c. 1050)**. Luxemburgo: CLUDEM, 2011.



- GEORGE, Phillipe; KUPPER, Jean-Louis; PIRENNE, Françoise (Org.). **Liège. Autour de l'an mil, la naissance d'une principauté (Xe-XIIe siècle)**. Liège: Editions du Perron, 2000.
- GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades (posfácio a Natalie Zemon Davis. O retorno de Martin Guerre). In: _____ **O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 311-335, 2007.
- GOETZ, Hans-Werner. La recherche allemande en histoire médiévale au XXe siècle: Évolutions, positions, tendances. **Cahiers de civilisation médiévale**, 48e année, n°190, p. 129-140, 2005.
- GROSSE, Rolf. L'Église impériale dans la tradition franque. Le temps des Ottoniens et des premiers Saliens. **Revue d'Histoire de l'Eglise de France**, tomo 96, p. 11-27, 2010.
- GUERREAU, ALAIN. **L'Avenir d'un passé incertain**. Paris: Seuil, 2001.
- GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSÉ, Michel (Org.). **Pratiques de l'écrit documentaire au XIe siècle**. Bibliothèque de l'école des chartes, 1997.
- IOGNA-PRAT, Dominique et. al. **Cluny: Les moines et la société au premier âge féodal**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.
- JÉGOU, Laurent. L'évêque entre autorité sacrée et exercice du pouvoir. L'exemple de Gérard de Cambrai (910-1051). **Cahiers de civilisation médiévale**, 47, p. 37-55, 2004.
- _____; PANFILI, Didier. **L'Europe seigneuriale 888-1215**. Paris: Armand Colin, 2018.
- KUPPER, Jean-Louis. **Liège et l'église impériale, XIe - XIIe siècles**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 1978.
- _____; WILKIN, Alexis. **Évêque et prince. Notger et la Basse-Lotharingie aux alentours de l'an Mil**. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2013.
- LAUWERS, Michel. Memoria. À propôs d'un objet d'histoire en Allemagne. In: SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (Org.). **Les tendances actuelles du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p.105-126
- _____. **Guerriers et moines: Conversion et sainteté aristocratiques dans l'Occident médiéval (IXe-XIIe siècle)**. Turnhout: Brepols, 2002.



- _____. L'Église dans l'Occident médiéval: histoire religieuse ou histoire de la société? Quelques jalons pour un panorama de la recherche en France et en Italie au XXe siècle. **Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Âge**, tomo 121, n°2, p. 267-290, 2009.
- _____; RIPART, Laurent. **Pouvoirs, église et société (888-vers 1100)**. Paris: Hachette Supérieur, 2008.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **Faire de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE JAN, Régine. L'aristocratie lotharingienne au Xe siècle: structure interne et conscience politique. In: HANS-WALTER, Herrmann; SCHNEIDER, Bernhard (Org.). **Lotharingia. Eine europäische Kernlandschaft um das Jahr 1000**. Saarbrücken: SDV Saarbrücker Druckerei und Verlag, 1994, p. 71-88.
- _____. O historiador e suas fontes: construção, desconstrução, reconstrução. **Revista Signum**, vol. 17, n. 1, p. 5-26, 2016.
- LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. Paris, 6, nov.-déc, p. 1333-1334, 1989.
- MARGUE, Michel. Pour une redéfinition dynamique des relations entre comtes et abbayes (fin IXe- fin XIe siècle). **Trajectoires**, série 2, n. p., 2017.
- MARTINS, Estevão de Rezende. A renovação contemporânea da historiografia. In: SIMON, Samuel (Org.). **Um século de conhecimento: arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX**. Brasília: Editora UNB, 2011, p. 968.
- MAZEL, Florian. **La noblesse et l'Église en Provence, fin Xe-début XIVe siècle**. Paris: Editions du CTHS, 2002.
- _____. Amitié et rupture de l'amitié. Moines et grands laïcs provençaux au temps de la crise grégorienne (milieu XIe – milieu XIIe siècle). **Revue historique**, n°. 633, 1, p. 53-95, 2005.
- _____. Pouvoir aristocratique et Église aux Xe-XIe siècles. Retour sur la "révolution féodale" dans l'œuvre de Georges Duby. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**. Hors-série n° 1, 2008.
- _____. **L'évêque et le territoire. L'invention médiévale de l'espace**. Paris: Éditions du Seuil, 2016.



- MEIJNS, Brigitte; VANDERPUTTEN, Steven (Org.). ***Ecclesia in medio nationis. Reflections on the Study of Monasticism in the Central Middle Ages***. Leuven: Leuven University Press, 2011.
- MÉRIAUX, Charles. Historiographie des élites ecclésiastiques du haut Moyen Âge. **L'historiographie des élites dans le haut Moyen Âge**. Actes du colloque, Université de Marne-la-Vallée, n. p., 2003.
- _____. ***Gallia irradiata. Saints et sanctuaires dans le nord de la Gaule du Haut Moyen Âge***. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2006 (Beiträge zur Hagiographie).
- MILANO, Ilarino da. La spiritualità dei laici nei Praeloquia di Raterio di Verona. **Raterio di Verona: atti del X Convegno storico internazionale**, Todi, 12-15 ottobre 1969, p. 35-93.
- MORELLE, Laurent. **Écrit diplomatique et archives monastiques (France septentrionale, VIIIe-XIIe siècles)**. 2001. Tese (Habilitação para orientar pesquisas) - Université Paris I: Panthéon-Sorbonne, Paris, 2001.
- _____. Diplomatic Culture and History Writing: Folcuin's Cartulary-Chronicle of Saint Bertin. In: MAXWELL, Robert A. (org.). **Representing History, 900-1300. Art, Music, History**. University Park: The Pennsylvania State University Press, p. 53-65 e 221-224, 2010.
- NOIRIEL, Gérard. Histoire et sciences sociales. Un tournant critique? In: **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. 43^e année, n. 2, p. 291, 1988.
- PARISSE, Michel. **Encyclopédie illustrée de la Lorraine, t. 2: L'époque médiévale. Austrasie, Lotharingie, Lorraine**. Metz: Presses Universitaires de Nancy, 1990.
- PATZOLD, Steffen. **Konflikte im Kloster: Studien zu Auseinandersetzungen in monastischen Gemeinschaften des ottonische-salischen Reichs**. Husum: Matthiesen Verlag, 2000.
- _____. L'historiographie allemande de l'épiscopat. **L'historiographie des élites dans le haut Moyen Âge**. Actes du colloque, Université de Marne-la-Vallée, n. p., 2003.
- _____. L'épiscopat du haut Moyen Âge du point de vue de la médiévistique allemande. **Cahiers de civilisation médiévale**, n°192, p. 341-358, 2005.
- _____. **Wissen über Bischöfe im Frankenreich des späten 8. bis frühen 10. Jahrhunderts. (Mittelalter-Forschungen 25.)** Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag, 2008.



- ROSÉ, Isabelle. **Construire une société seigneuriale: itinéraire et ecclésiologie de l'abbé Odon de Cluny (fin du IXe-milieu du Xe siècle)**. Turnhout: Brepols, 2008.
- RUFFINI-RONZANI, Nicolas. **Église et aristocratie en Cambrésis (fin IXe-milieu XIIe siècle). Le pouvoir entre France et Empire au Moyen Âge central**. 2014. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Letras. Universidade de Namur, Namur, 2014.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- SCHMITT, Jean-Claude; OEXLE, Otto Gerhard (Org.). **Les tendances actuelles du Moyen Âge en France et en Allemagne. Actes des colloques de Sèvres (1997) et Göttingen (1998)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.
- SCHNEIDER, Jens. **Auf der Suche nach dem verlorenen Reich: Lotharingien im 9. und 10. Jahrhundert**. Colônia: Böhlau, Publications du Centre Luxembourgeois de Documentation et d'Études Médiévales, 2010.
- UGÉ, Karine. **Creating the Monastic Past in Medieval Flanders**. Nova York: Boydell & Brewer, 2005.
- VANDERPUTTEN, Steven. Literate Memory and Social Reassessment. In: **Mediaevistik**, t. 17, 2004, p. 65-94.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- WEST, Charles. Quelle place pour l'*ecclesia* dans l'Europe médiévale? **Médiévales**, n°. 74, 1, p. 165-178, 2018.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso. Ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1995.



Anexo - A Francia Media (Lotaríngia) no fim do século IX⁶⁹



⁶⁹ Mapa extraído de: GAILLARD, Michèle. **De la mer du Nord à la Méditerranée. Francia Media, une région au cœur de l'Europe (c. 840-c. 1050)**. Luxembourg: CLUEDM, 2011, p. 600.



HOMOSSEXUALIDADE NA IDADE MÉDIA: PODER E CONFISSÃO (SÉCULOS XI-XII)

*Arthur Rocha Martins Rodrigues Teixeira*¹

Não se escreve história no vácuo. O momento da escrita histórica é determinante para as relações que se estabelecem entre o passado e sua releitura no presente. O conteúdo deste capítulo está intrinsecamente ligado ao momento de sua escrita, só se pode escrever uma história da homossexualidade a partir do momento em que se compreende um fenômeno como resultado de relações homossexuais.

A homossexualidade é uma complexa relação afetiva e sexual entre pessoas de gêneros iguais, parte dos vínculos humanos desde a gênese da humanidade. Estudar esse fenômeno envolve uma complexa rede de construções sociais que nos remetem ao final do século XIX, quando as relações entre gêneros iguais foram associadas ao conceito de homossexualidade, o indivíduo homossexual passa a ser compreendido a partir de “um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida [...] morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa.”²

Entretanto, transportar concepções contemporâneas para o passado implica em traduzi-las nesse novo contexto a fim de evitar anacronismos. A possibilidade de investigar relações homossexuais nos séculos XI-XII deriva do que se estabeleceu como “paradoxo dos universais”, pautado na disputa entre realistas e nominalistas. Realistas consideram categorias como vestígios da realidade, elas existem porque observamos uma ordem em nosso universo e apenas as nomeamos e descrevemos, enquanto nominalistas acreditam que a categorias fazem parte de convenções humanas no esforço de organizar o universo que nos rodeia³.

¹ Graduando em História na Universidade Estadual de Campinas e bolsista pelo programa PIBIC UNICAMP/CNPq. Contato: arthur.rocha96@gmail.com.

² FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 7ª ed., 2018, p. 47-48.

³ BOSWELL, J. *Revolutions, Universals and Sexual Categories*. In: CHAUNCEY JR., George; DUBERMAN, Martin; VICINUS, Martha. **Hidden from History**: Reclaiming the Gay and Lesbian Past. Nova York: Meridian, 1989, p. 1-33.



O estudo implica em compreender quais relações se estabelecem entre as construções sociais (nominalistas) e os padrões de comportamentos sexuais observáveis. Apesar da “homossexualidade” ser um conceito recente, as relações categorizadas como homossexuais não são novidades. Dessa forma, podemos observar que, independente das categorias nominalistas que explicam esse fenômeno, estamos diante de um caso no qual as relações sexuais e afetivas entre o mesmo sexo fazem parte da observação real do mundo que nos circunda, possibilitando compreendê-las fora do contexto mais recente.

Um ponto importante quando se trata desse tema é trabalhar com os conceitos derivados da teoria *Queer*. Ela surge na década de 1980, nos Estados Unidos, como uma forma libertadora de se questionar paradigmas binários sobre gênero e sexualidade. Hoje, se mostra como um campo próspero de estudo, que busca um local de fala às sexualidades reprimidas dentro das humanidades em um panorama interdisciplinar.

As contribuições para o campo da sexualidade e da psicologia, como forma de compreender as nuances sexuais e afetivas, são inegáveis. Entretanto, a teoria *Queer* surge como um divisor de águas, principalmente quando se trata de períodos pré-modernos, são observados anacronismos e buscas incessantes de identidades modernas no passado.

No campo da história, a teoria *Queer* atuou extensamente, dando enfoque para a formação social e psíquica na qual a homossexualidade está envolvida nos séculos XIX e XX. Entretanto, por ser um campo de estudos ainda muito recente não houve uma unificação em torno da teoria, o que significa que nem todo “*Queer*” significa o mesmo⁴. Nesse sentido, os medievalistas que fazem parte da vertente dos estudos, desenvolvem mecanismos específicos para se pensar a Idade Média dentro desse viés.

É muito delicado trabalhar a teoria *Queer* como aplicação direta para o período medieval. A base teórica de questionar o binarismo entre homo e heterossexualidade não é aplicável quando se trata de Idade Média. Pensar sexualidade nesse período é, sobretudo, se desvencilhar de paradigmas binários como esse, abandonar convicções modernas para compreender a homossexualidade dentro de um novo padrão.

⁴ O'ROUKE, Michael. Becoming (queer) Medieval: Queer Methodologies in Medieval Studies: Where are we now?, **International Congress of the European Middle Ages**, University of Leeds, UK, July 2002, p. 9-14.



Apesar dessas ressalvas, é possível filtrar algumas das influências da teoria *Queer* que são úteis para a pesquisa. A principal delas é o pensamento de Foucault na escrita de uma história da sexualidade; o filósofo francês é um dos fundadores desse pensamento e principal referência para estudos sobre sexualidade.

Apesar de Foucault se voltar para uma linha construtivista do pensamento, com teses sobre diferentes níveis de poderes (macro e micropoderes) que moldam o homem dentro do corpo social, é interessante aproveitá-las sem que as coloquem como categóricas para a formação de uma identidade sexual, mas sim como um dos fatores de modelagem dessa identidade.

A historiografia sobre o tema, apesar de recente, conta com obras já consolidadas e campos de estudos específicos sobre sexualidade no período medieval. A obra inaugural dessa corrente historiográfica, *Homosexuality and the Western Christian Tradition*⁵, escrita em 1955 pelo teólogo inglês Derrick Sherwin Bailey, está carregada de considerações sobre uma exegese bíblica feita por parte de um acadêmico e ao mesmo tempo clérigo nas atitudes em relação à homossexualidade por parte da tradição cristã e também por parte das leis romanas.

A tese de Bailey perpassa pela contestação da igreja como principal agente persecutor das práticas homossexuais. A importância dessa tese é incontestável para o campo de pesquisa e ecoou por diversas outras produções acadêmicas dentro desse mesmo tema, entretanto, as publicações atuais contestam a isenção do cristianismo como agente perseguidor e executor de leis canônicas que vetavam as práticas homossexuais.

Na mesma linha de Bailey, está o historiador estadunidense John Boswell. Importante expoente dos estudos clássicos e medievais, Boswell é autor de uma obra indispensável para esse tema, *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality*⁶; a publicação da década de 1980 é um tratado excepcional sobre as atitudes tomadas em relação aos homossexuais desde a gênese do cristianismo até o século XIV. Devoto da fé cristã, Boswell procurou trazer para dentro do cristianismo a sua própria sexualidade, fato esse que marcou extensamente sua produção acadêmica, defendendo que o cristianismo em si não é responsável pelo julgamento ou condenação de práticas homossexuais.

⁵ BAILEY, D.S. **Homosexuality and the Western Christian Tradition**. Londres: Shoe String Press Inc, 1986.

⁶ BOSWELL, J. **Christianity, Social Tolerance and Homosexuality**. Chigaco: Chicago University Press, 1981.



Embora a tese de Boswell tenha se desdobrado em diversas revisões e contestações, é inegável a importância de *Christianity, Social Tolerance and Homosexuality* para o campo de pesquisa relacionado à sexualidade na Idade Média. As exegeses documentais e traduções de fontes primárias de diversas línguas contribuem para enriquecer as possibilidades de acesso a essa documentação específica e um novo campo argumentativo surge à medida que se explora mais essa extensa obra.

As inovações de Boswell estão relacionadas ao vocabulário acadêmico com o qual se designa as ações e os indivíduos “homossexuais”. Ele acreditava que a palavra “homossexual” não designa nada além do ato sexual em si, descartando a possibilidade de existir uma pessoa que corresponda a esse tempo; a justificativa para tal concepção está tanto na etimologia da palavra, que significa literalmente “do mesmo sexo”⁷, e também na crença de Boswell que a sexualidade humana não se limitava exclusivamente à dicotomia hétero/homossexual, havendo espaço para áreas intermediárias e até mesmo externas a esse sistema no qual estamos inseridos.

A concepção de diversos espectros que permeiam a sexualidade humana nos coloca no caminho pelo qual Boswell define as relações homossexuais. Retomando as discussões iniciais sobre nominalismo e realismo, podemos observar que ele se inclina para a vertente nominalista de caracterização da homossexualidade, a partir da constatação que a dicotomia imposta entre homossexuais e heterossexuais não passa de uma criação social que designa certos papéis e funções⁸.

Nesse ponto, estamos de acordo com o autor; de fato a carga de construtivismo social reflete ao categorizar tais aspectos da sexualidade dentro de suas especificidades, entretanto, Boswell vai além das categorizações e atinge o ponto da identificação do “eu” com a própria sexualidade. A abertura deste capítulo delineou que, segundo Foucault, a identidade do sujeito a partir da sua sexualidade é um fenômeno posterior ao século XIX. Foucault é claro quanto à autocompreensão do indivíduo pré-moderno⁹ dentro do campo da

⁷ BOSWELL, J. **Christianity, Social Tolerance and Homosexuality**. Chicago: Chicago University Press, 1981, p. 41-44.

⁸ BOSWELL, J. **Christianity, Social Tolerance and Homosexuality**. *Op. cit.*

⁹ As concepções de pré e pós moderno utilizadas neste capítulo estão relacionadas às divisões do campo filosófico. A identificação temporal está ligada à História da Sexualidade de Michel Foucault na qual o grande divisor seria o nascimento da homossexualidade ao final do século XIX marcando a transição para o pós-moderno dentro desse tema específico.



sexualidade está submetido a um caráter jurídico, ou seja, o ato sexual em si faz parte da reincidência e deve ser punido dentro do âmbito legislativo¹⁰.

Nesse sentido, não compreendemos os sujeitos medievais a partir de sua sexualidade. No âmbito social, todos os indivíduos compartilham da mesma base: são sujeitos sexuados¹¹ e passíveis de cair no vício e na tentação do pecado¹². Essa constatação nos possibilita compreender como concebiam as relações entre pessoas do mesmo sexo e quais eram as categorizações específicas para esses sujeitos.

A categorização sexual durante a Idade Média coexistia com a noção de pecado: segundo a bíblia e as leis canônicas, o ato sexual tinha uma única função, deveria ser praticado após o casamento com o objetivo de reprodução. Fora esse caso específico, toda e qualquer atividade sexual era considerada pecado em certo nível. O ato sexual entre pessoas do mesmo sexo seria inevitavelmente considerado um pecado, entretanto, existe uma diferença da prática entre duas mulheres e de dois homens.

A sodomia é um pecado relacionado à prática sexual na qual observamos diversas variações de localidade e temporalidade. Não é possível sintetizar em uma única ideia o que seria a sodomia, conseqüentemente, sodomia não é sinônimo de homossexualidade. Segundo Pedro Damiano em *Liber Gomorrhanius*¹³, a sodomia abrange todas as práticas sexuais “desnaturadas”; no segundo capítulo de sua obra Damiano elenca os em ordem decrescente de gravidade moral os casos de sodomia:

[...]some sin with themselves alone; some commit mutual masturbation; some commit femoral fornication; and finally, others commit the complete am against nature [cópula anal]. The ascending gradation among these is such that the last mentioned are judged to be more serious than the preceding.¹⁴

As definições apresentadas acima constataam que sodomia é um conceito amplo, podendo ser aplicado até mesmo para o ato sexual entre um homem e uma mulher; no capítulo 4, Damiano acrescenta o

¹⁰ FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2018 (7ª edição).

¹¹ BOSWELL, J. *Revolutions, Universals and Sexual Categories*. *Op. cit.*, p. 1-33.

¹² FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. *Op. cit.*

¹³ PEDRO DAMIÃO. *Liber Gomorrhanius*. In: **The Book of Gomorrah - An eleventh century treatise against Clerical Homosexuality Practices**. Tradução, introdução e notas por Peter J. Payer. Ontario, 1982.

¹⁴ PEDRO DAMIÃO. *Liber Gomorrhanius*. In: **The Book of Gomorrah - An eleventh century treatise against Clerical Homosexuality Practices**. Tradução, introdução e notas por Peter J. Payer. Ontario, 1982, p. 29.



pecado de Onã (interromper o coito no momento da ejaculação¹⁵) como sodomia e, por fim, no capítulo 14, a cópula anal é comparada à bestialidade, resultando em mais uma categoria da sodomia.

A amplitude do conceito nos coloca um impasse de atingir nosso objeto em questão, entretanto, o campo da confissão e penitência nos proporciona investigar com maior precisão essas diferenças nos casos de sodomia. O sacramento da confissão faz parte da história do cristianismo desde sua gênese e passou por diversos processos de mutação ao longo do tempo e os séculos XI ao XIII desempenham um papel crucial nessas mudanças.

Ao longo do século XII, observamos um processo de transição da prática confessional. A forma mais comum de se confessar nesse período era por meio da confissão tarifada; esse tipo de confissão foi documentado pela primeira vez no concílio de Toledo em 589 e posteriormente no concílio de Chalon-sur-Saône em 650. A partir do cruzamento dessas fontes, foi possível compreender que esse tipo de prática confessional foi trazido por missionários irlandeses para o continente.

A penitência tarifada entra em contraste com as antigas práticas confessionais públicas porque concentra a ação da confissão dentro do âmbito privado, retirando a necessidade da humilhação pública para obter o perdão pelos pecados. A nova forma tarifada concedeu maior significação para o ato de confessar, garantindo assim um maior controle dos pecados por parte da igreja.

Um desdobramento importante dessa mudança no paradigma confessional foi o surgimento dos manuais de confissão; esse novo tipo de literatura impacta profundamente os estudos sobre sexualidade, pois é uma rica fonte descritiva sobre os atos sexuais praticados, além de exprimirem as concepções normativas e morais construídas sobre os indivíduos que praticavam tais ações.

Foi na cidade de Worms, atual Alemanha, entre 1000 e 1025, que Burcardo de Worms escreveu uma das mais referenciadas obras de direito canônico. O *Decretum* é um compilado de vinte livros nos quais Burcardo trata de diversos assuntos concernentes ao âmbito do direito canônico como excomunhão, homicídio, laicidade etc. O que nos chama atenção nesse compilado é o volume XIX intitulado *De paenitentia*

¹⁵ Gn: 38, 9-10.



ou *Corrector sive Medicus*¹⁶; contendo 194 questões, esse livro em específico é um manual de confissão criado com o objetivo de guiar os confessores durante o sacramento da penitência.

O *Corrector* é uma importante fonte para se pensar a relação da homossexualidade, Burcardo explora a fundo diversas possibilidades das relações sexuais e as documenta em seu manual, designando uma penitência específica para cada tipo de pecado. É interessante refletir sobre a associação entre Burcardo e as práticas sexuais que ele descreve; seriam elas difundidas de forma a serem conhecidas por todos, ou fossem parte da observação que Burcardo fazia de seu próprio meio de convivência? Vejamos um exemplo:

120 As-tu forniqué comme les Sodomites font, c'est-à-dire que tu as introduis ta verge dans le derrière d'un homme, t'accouplant ainsi avec lui suivant l'usage des Sodomites? Si tu as une femme et que tu as fait cela une ou deux fois, tu devras faire pénitence dix ans aux jours établis, l'une d'elles au pain et à l'eau. Si tu as l'habitude de faire cela, tu devras faire pénitence douze ans aux jours établis. Si tu as perpétré le même crime avec ton frère de sang, tu devras faire pénitence quinze ans aux jours établis.¹⁷

Essas indagações nos levam para o caminho de pensar a convivência dos pecadores dentro do meio eclesiástico do qual Burcardo fazia parte, claramente que a confissão não era um artifício utilizado apenas pelo clero, entretanto, retomando o *Liber Gomorrhanius* de Damião, temos a constatação que a sodomia em suas diversas formas era parte do cotidiano dos clérigos, o que reforça a ideia dos manuais de confissão fazerem parte de uma observação direta do comportamento sexual vivenciado em comunidades eclesiásticas.

Burcardo foi uma importante fonte dos métodos penitenciais para Damião, o que atesta não só a função do *Corrector* como manual de confissão, mas também que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram difundidas entre o clero em diferentes localidades, enquanto Damião estava em Fonte Avellana na região central da Itália, Burcardo escreveu sua obra em Worms, na atual Alemanha; apesar da disparidade de localização, ambos atestam as mesmas práticas.

Avançando para o século XIII, temos um importante marco para a história da confissão. Em 1215, ocorreu o IV Concílio de Latrão, na cidade de Roma, convocado pelo papa Inocência III, peça fundamental para

¹⁶ BURCARDO DE WORMS. *Corrector Sive Medicus*. In: GAGNON, F. **Le Corrector sive Medicus de Burchard de Worms (1000-1025): présentation, traduction et commentaire ethno-historique**. Université de Montréal, 2010.

¹⁷ BURCARDO DE WORMS. *Corrector Sive Medicus*. In: GAGNON, F. **Le Corrector sive Medicus de Burchard de Worms (1000-1025): présentation, traduction et commentaire ethno-historique**. Université de Montréal, 2010, p. 134.



as mudanças nas relações entre os fiéis e a confissão. Pelo cânone 21 do concílio, intitulado *Omnis utriusque sexus*, determinou-se o seguinte:

All the faithful of both sexes shall after they have reached the age of discretion faithfully confess all their sins at least once a year to their own (parish) priest and perform to the best of their ability the penance imposed, receiving reverently at least at Easter the sacrament of the Eucharist, unless perchance at the advice of their own priest they may for a good reason abstain for a time from its reception; otherwise they shall be cut off from the Church (excommunicated) during life and deprived of Christian burial in death.¹⁸

A confissão anual e obrigatória para todos abriu espaço para dois mecanismos essenciais quando se trata da sexualidade dentro dos processos confessionais: primeiro aumentou consideravelmente o poder que os padres confessores exerciam em suas comunidades, em seguida possibilitou um relaxamento moral, pois permitia que o indivíduo pecasse e depois confessasse¹⁹.

É interessante observar uma dupla relação estabelecida a partir do IV Concílio de Latrão, o aumento do poder que os padres confessores remete a um capítulo específico do *Liber Gomorrhanius* no qual Damião denuncia uma rede interna de confessores que cometem o pecado da sodomia e se confessam com o seu próprio parceiro sexual²⁰.

Essa prática, já observada desde o século XI, sofre um impasse a partir do século XIII, quando os processos de confissão passam novamente por mudanças em seu paradigma, transitando um sacramento em que o controle passa das mãos dos padres confessores para os bispos. Conseqüentemente, o controle do exame de consciência dentro dos monastérios se enrijece²¹, dificultando as relações confessionais entre aqueles que cometessem o pecado da sodomia em conjunto.

A documentação apresentada em composição às considerações historiográficas nos situam em relação às discussões apresentadas sobre as possibilidades de se realizar uma pesquisa relacionada à homossexualidade no período em que esse conceito não existia. Constatamos, por meio da documentação,

¹⁸ **The Canons of the Fourth Lateran Council**, 1215. Disponível em: <<https://sourcebooks.fordham.edu/basis/lateran4.asp>>

¹⁹ MURRAY, A. Confession before 1215, **Transactions of the Royal Historical Society**, vol. 3, 1993, p. 51-81.

²⁰ PEDRO DAMIÃO. *Liber Gomorrhanius*. *Op. cit.*, p. 37-41.

²¹ Cf. CORNET, M. E. **The form of Confession** - a later medieval genre for examining conscience. Tese (Doutorado em História) - University of North Carolina, Chapel Hill, 827 p., 2011.



que as práticas que hoje consideramos como homossexuais são parte indissociável das relações sexuais humanas e que elas sofrem mudanças na forma em que são concebidas em diferentes sociedades.

Em nosso caso específico, o período entre os séculos XI-XIII expressou as relações homossexuais a partir do discurso religioso, dentro da chave de leitura do pecado. O sodomita não é uma categorização que expressa pura e simplesmente o que hoje compreendemos como homossexualidade, a sodomia é parte do discurso jurídico-canônico utilizado como artifício para delegar uma penitência ao pecador, enquanto que o homossexual está envolto de diversos discursos identitários, que o insere dentro da sociedade hoje em uma subcultura específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

PEDRO DAMIÃO. *Liber Gomorrhanius*. In: **The Book of** Gomorrah – An eleventh century treatise against Clerical Homosexuality Practices. Tradução, introdução e notas por Peter J. Payer. Ontario, 1982.

BURCARDO DE WORMS. *Corrector Sive Medicus*. In: GAGNON, F. **Le Corrector sive Medicus de Burchard de Worms (1000-1025): présentation, traduction et commentaire ethno-historique**. Université de Montréal, 2010.

The Canons of the Fourth Lateran Council, 1215. Disponível em:

<<https://sourcebooks.fordham.edu/basis/lateran4.asp>>

Fontes secundárias

AUSTIN, G. **Shaping Church Law Around the Year 1000** - The Decretum of Burchard of Worms". Londres: Routledge, 2016.

BAILEY, D.S. **Homosexuality and the Western Christian Tradition**. North Haven: Shoe String Press Inc., 1986.

BOSWELL, J. **Christianity, Social Tolerance and Homosexuality**. Chicago: Chicago University Press, 1981.



- BOSWELL, J. *Revolutions, Universals and Sexual Categories*. In: CHAUNCEY JR., George; DUBERMAN, Martin; VICINUS, Martha. **Hidden from History: Reclaiming the Gay and Lesbian Past**. New York: Meridian, 1989, p. 1-33.
- BROWN, P. **Corpo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.
- BRUNDAGE, J. A. **Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- BURGUER, G.; KRUGUER, S. (Eds.). **Queering the Middle Ages**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2001.
- BURGWINKLE, B. *Queer Theory and the Middle Ages*, **French Studies**, vol. LX, no 1, p. 79-88, 2006.
- BYNUM, C. W. **Jesus as Mother** – Studies in the Spirituality of the High Middle Ages. Berkeley: University of California Press, 1982.
- CADDEN, Joan. **Nothing Natural is Shameful: sodomy and science in Late Medieval Europe**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- CADDEN, Joan. **Meanings of Sex Difference in the Middle Ages: medicine, science and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CORNET, M. E. **The form of Confession** - a later medieval genre for examining conscience. Tese (Doutorado em História) – University of North Carolina, Chapel Hill, 827 p. 2011.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- HALPERIN, D. **How to do the history of homosexuality**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- KÖRNTGEN, L. **Canon Law and the practice of penance: Burchard of Worm's penitential**. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2006.
- LEGOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.



MURRAY, A. Confession before 1215, *Transactions of the Royal Historical Society*, vol. 3, p. 51-81, 1993.

O'ROUKE, Michael. Becoming (queer) Medieval: Queer Methodologies in Medieval Studies: Where are we now?, **International Congress of the European Middle Ages**, University of Leeds, UK, July 2002, p. 9-14.



PARTE III

- **“OLD MEN FORGET, YET ALL SHALL BE FORGOT”:**
Ricardo III e memória
Beatriz Breviglieri Oliveira
- **A ISOLDA EM *TRISTAN*, DE THOMAS DA INGLATERRA:**
Uma retomada historiográfica acerca da matéria tristânica
Ana Carolina Pedroso Alteparmakian
- **O LUGAR DA CORAGEM NORMANDA NOS ESCRITOS
DE GUILHERME DE POITIERS (C. 1020 - C. 1080)
E HENRIQUE DE HUNTINGDON (C. 1080 - C. 1155)
SOBRE A BATALHA DE HASTINGS**
Paulo Christian Martins Marques da Cruz
- **IMAGINÁRIOS NA LITERATURA DE VIAGEM
TARDOMEDIEVAL E MODERNA**
Rossiano Henrique Oliveira Vilaça

“OLD MEN FORGET, YET ALL SHALL BE FORGOT”¹:

RICARDO III E MEMÓRIA

*Beatriz Breviglieri Oliveira*²

INTRODUÇÃO

A exposição aqui realizada faz parte de uma pesquisa em andamento, na qual trabalhamos a construção de memória de Ricardo III da Inglaterra. Aqui, portanto, não iremos adentrar no debate historiográfico sobre memória e sua relação com a história, mas sim, faremos um breve panorama sobre os estudos realizados na área.

Ricardo III viveu de 1452 a 1485, tendo o menor reinado de um monarca ungido e coroado da história da Inglaterra, com apenas dois anos de duração, entre 1483 e 1485. Dentro da vasta produção manuscrita sobre Ricardo III, delimitamos nosso recorte temporal em 30 anos, a partir do início de seu reinado, abrangendo, portanto, os anos de 1483 a 1513, pois, como escreve Philip Schwyzer,

A partir da década de 1510, a visão histórica estabelecida sobre o reinado de Ricardo III - caracterizada pela violência e hipocrisia, presidida por um tirano moralmente e fisicamente deformado - ganha força e forma mais concreta nas histórias manuscritas e crônicas impressas.³

¹ SHAKESPEARE, William. **King Henry V**. The Arden Shakespeare Edition. Londres: Bloomsbury Publishing, 1995, 3ª edição, Ato IV, Cena 3, p. 290.

² Mestranda em História Social pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. Membro do Laboratório de Estudos e Produção de Textos relacionados ao Pensamento e à Cultura na Idade Média (LABORA/USP). Contato: msbreviglieri@gmail.com

³ SCHWYZER, Philip. Lees and Moonshine: Remembering Richard III, 1485-1635, **Renaissance Quarterly**, Chicago, vol. 63, no. 3, Outono 2010, p. 858. Disponível em:

https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=http://www.jstor.org/stable/10.1086/656930&ie=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=duMyWMWXD4ahxgSE2ZqwCg

Acesso em 22 de agosto de 2018. Tradução nossa.



O mistério que ainda rodeia a vida e morte de Ricardo III da Inglaterra, em particular após a descoberta de seu corpo em 2012 em um estacionamento em Leicester, cuja escavação foi conduzida por um grupo de arqueólogos, historiadores e médicos da Universidade de Leicester, com apoio e financiamento da *Richard III Society*⁴, fez com que, desde então, as discussões acadêmicas sobre ele ressurgissem e novas pesquisas fossem e continuam sendo realizadas.

RICARDO III E A INGLATERRA DO FINAL DO SÉCULO XV

A monarquia inglesa da Baixa Idade Média estava longe de ser absoluta. Era limitada e mista. Tais restrições estavam formalizadas politicamente e legalmente na forma de concessões, tal como a Magna Carta, os Atos do Parlamento e a Lei Comum, exercidas em diversas localidades do reino. Essas convenções e instituições, aliadas à autoridade real, oriunda não apenas de sua relação com o divino, mas de sua própria vontade, constituíam um sistema de princípios e práticas públicas, políticas e sociais que coordenavam o poder monárquico, no qual o rei era ao mesmo tempo “a representação e o próprio reino”⁵.

No período compreendido entre o nascimento e maturidade de Ricardo III, a Inglaterra se encontrava em um momento em que o âmago de seu sistema social e político estava abalado devido ao enfraquecimento da figura do monarca de Henrique VI, ao mesmo tempo em que se percebe o fortalecimento dos “grandes homens” ou magnatas e também da aristocracia⁶. Papéis estes que estavam centrados, dentre outros, em personagens como seu pai, Ricardo, 3º Duque de York, seu irmão, Eduardo IV e seu primo Ricardo Neville, 16º Conde de Warwick. Embora tenha existido um grande número de produções sobre os conflitos internos durante o período das Guerras das Rosas, que seriam utilizados por cronistas com afincamento ao longo do século XVI⁷, pouco se sabe sobre sua infância e adolescência.

⁴ Grupo formado por pesquisadores e entusiastas sobre a vida de Ricardo III da Inglaterra, que aspiram preservar o que chamam de a “verdadeira” memória do rei.

⁵ WATTS, John. **Henry VI and the politics of Kingship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 17-18.

⁶ Cf. POLLARD, Anthony J. **The Wars of the Roses**. (British History in Perspective). Hampshire: Palgrave, 2001.

⁷ Cartas, registros civis, Atos Parlamentares (Parliamentary Rolls) e histórias compiladas no período foram a base para as crônicas de autores como Polydore Virgil, Robert Fabyan, Raphael Holinshed e Edward Hall.



É provável que, como apontam Michael Hicks⁸ e Charles Ross⁹, Ricardo de Gloucester tenha aprendido como se portar em ambientes sociais e políticos com Warwick, e que sua presença teve uma forte influência na formação pessoal e política do jovem. Além do mais, é plausível afirmar que em seus anos formativos, o então Duque de Gloucester tenha iniciado suas conexões com a aristocracia do norte da Inglaterra quando foi introduzido ao círculo aristocrático da família Neville e, entre eles, a Francis Lovell, cujo papel seria de grande importância em sua carreira militar e política a partir de 1471. Portanto, para entender o contexto histórico em que ocorre a ascensão ao trono inglês de Ricardo III, devemos retornar ao cerne das disputas da época. Faz-se necessário compreender o cenário político-social em que se deu a guerra civil, analisando as redes e ramificações do poder estabelecidas na Inglaterra que proporcionaram o momento preciso para a usurpação do trono em 1483.

Assim como seu pai, Ricardo utilizou da questão dinástica para basear sua reivindicação ao trono inglês, embora também tenha empregado outros fatores, tal como a comprovação de ilegitimidade de seus sobrinhos¹⁰ para ascender ao trono de fato em 6 de julho de 1483. De fato, a questão dinástica foi de grande importância para o seio da sociedade inglesa e um dos pontos centrais na manutenção da Coroa que foi levado em suas últimas consequências ao conjunto de conflitos sociais, políticos e econômicos dos anos de 1459 a 1487¹¹. Segundo Rosemary Horrox,

[...] o longo século XV *foi* diferente dos séculos anteriores, e em verdade, daqueles que o seguiram, pelo simple fato do número de deposições [...] Quatro reis foram removidos à força do trono. [...] No século XV, deposições pararam de ser algo do imaginário irreal. No entanto, se argumenta atualmente que talvez não tenham sido uma consequência da erosão de poder e da importância da coroa. O que alterou a situação da Coroa, pela primeira vez desde o século XII, foi o fato de que a oposição ao rei poderia ser legitimada pela existência de rivais com direito ao trono.¹²

⁸ Cf. HICKS, Michael. **Richard III**. Stroud: The History Press, 2000, 2ª edição, p. 70.

⁹ Cf. ROSS, Charles. **Richard III**. Londres: Eyre Methuen, 1981, p. 159-161. Versão digital.

¹⁰ Dado a partir da suposta existência de contrato nupcial previamente estabelecido entre Eduardo IV e Lady Eleanor Butler que, por sua vez, anulava o casamento com Elizabeth Woodville. **RP** 1483-85 p. 241

¹¹ Sabendo que os anos de conflito podem ser divididos em 4 fases: 1459-1461, 1469-1471, e 1483-1487. Cf. HICKS, Michael. **The Wars of the Roses: 1455-1487**. Oxford: Osprey Publishing, 2003, p. 7.

¹² HORROX, Rosemary. England: Kingship and the Political Community, 1377- c.1500. In: RIGBY, S. H. (Org.). **A Companion to Britain in Later Middle Ages**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003, p. 226.



Tal questão, aliada aos problemas externos que tiveram impactos internamente, como perdas territoriais na França, adversidades econômicas derivadas da Guerra dos Cem Anos e seu fim desastroso para a Inglaterra, os clamores por reformas políticas oriundas das repercussões da própria guerra e da fragilidade da Coroa como instituição, debilitaram e desequilibraram o sistema de poderes cujo representante se encontrava politicamente instável e inapto.

OBRAS

Quando tratamos de monarcas, suas vidas e reinados, nos deparamos com uma vasta documentação, seja ela de origem jurídica, como Atos Parlamentares, política, como Anais de Governo, ou biográfica, como as crônicas, *vita e gesta*. Até o século XIII, tais textos eram escritos, em sua maioria, em mosteiros. Porém, nota-se que essa prática começa a perder espaço durante o século XIV, quando a escrita de eventos históricos passa a ser secularizada e ela acaba por se encerrar na sociedade inglesa a partir da metade do século XV, quando as crônicas tornam-se vinculadas e produzidas em cortes aristocráticas e reais¹³ como uma consequência também da centralização do poder monárquico e a ascensão de grandes magnatas regionais. Seguindo a tradição clássica, os cronistas medievais procuravam obter a maior parte de seus relatos através de pessoas de prestígio, possivelmente membros da corte onde eles se inseriam, que de fato tinham conhecimento de primeira-mão sobre o acontecimento a ser compilado por eles, ou que tinham conexões com aqueles de quem a crônica tratava. Porém, como escrito por Elizabeth van Houts,

[...] essa informação poderia ter sido transmitida de boca em boca antes de ser escrita, e a versão que conhecemos atualmente pode não ter sido seu registro original; pode ter sido copiada a partir de uma versão mais antiga e talvez, deliberadamente modificada em tal processo. Alguns cronistas escreviam a partir de sua experiência pessoal e muitos contavam com alguma forma de evidência oral, oriunda de relatos secundários, mas todos também utilizavam evidências escritas.¹⁴

¹³ WILSON, Chris G. Official and Semi-Official History in the Later Middle Ages: The English Evidence in Context. *In*: KOOPER, Erik. (Org.). **The Medieval Chronicle V**. Nova Iorque: Rodopi, 2008, p. 1. Sabe-se que a última leva de crônicas a serem produzidas em mosteiros foi realizada durante o reinado de Ricardo II. As *Crônicas de Croyland*, no entanto, são uma exceção à regra, muito em parte devido à sua característica singular de continuidades e diversidade de autores.

¹⁴ HOUTS, Elizabeth van. **Memory and Gender in Medieval Europe**. 900-1200. Londres: Macmillan, 1999, p. 19. Tradução nossa.



Como aponta Wilson, “a popularização de crônicas e histórias de caráter nacional e, em alguns casos, oficial, junto ao crescimento da língua vernácula, fez crescer a demanda por uma história vernacular”¹⁵, o que demonstra, de fato, a queda na produção monástica das crônicas tal como era feita anteriormente.

No que diz respeito ao caso de Ricardo III da Inglaterra e à sua imagem, tanto como rei quanto como Duque de Gloucester, encontramos pouca documentação produzida durante sua vida, mas uma grande parcela de compilações, poemas, peças e histórias, realizadas após a sua morte. Pode-se constatar através de uma análise quantitativa das fontes primárias a ele relacionadas que, em sua maioria, foram produzidas ou concluídas durante o século XVI, mesmo que seu início tenha se dado no século anterior. Contudo, percebe-se que o começo da produção manuscrita sobre sua vida de maneira mais detalhada nas crônicas e registros civis, foi feita durante as décadas de 1470 e 1480, período em que seus poderes políticos e militares estavam em ascensão. Esse, por sua vez, pode ser dividido em duas partes: sua carreira como Duque de Gloucester (1469-1483) e seu reinado (1483-1485).

Sabendo que a circulação de documentos aumenta significativamente com invenção da prensa móvel na segunda metade do século XV, não nos causa espanto notar, portanto, que houve um crescimento não apenas na circulação de crônicas e histórias dentro da sociedade inglesa, mas também de leitores.¹⁶ Durante o mesmo período, o que se percebe é uma maior proximidade entre o cronista e a corte, no que Wilson chama de “vínculo entre o patrocínio da corte e a produção propagandista”¹⁷. De fato, a partir do reinado de Henrique VI (1421-1471) o que se comprova é um aumento substancial na produção crônica adaptada e direcionada a influenciar opiniões contemporâneas à sua produção na Inglaterra.

Do momento em que ascende ao poder, ao longo de seu breve reinado e, com maior intensidade, durante o reinado de Henrique VII, observa-se que as crônicas e relatos produzidos sobre Ricardo III adquirem um caráter pejorativo e degradante, destacando dentre as características do rei sua aparência física deformada, seu nascimento monstruoso e seu caráter inescrupuloso e vilanesco.

Tal construção pode ser entendida a partir de dois motivos: com sua chegada ao trono de maneira rápida e controversa em 1483, a Inglaterra foi lançada em uma nova fase de conflitos, pois a instabilidade

¹⁵ WILSON, Chris G. *Official and Semi-Official History in the Later Middle Ages...* *Op. cit.*, p. 11. Tradução nossa.

¹⁶ WILSON, Chris G. *Official and Semi-Official History in the Later Middle Ages...* *Op. cit.*, p. 4-5.

¹⁷ *Ibidem*, p. 13. Tradução nossa.



social de um momento de vácuo de poder teria ocasionado uma ruptura dentro da facção e rede de alianças da casa de York, que, da mesma maneira em que o auxiliou em sua chegada ao poder, também proporcionou aberturas para manobras e manipulações políticas que o derrubariam em 1485. Ou seja, há uma oposição a seu governo, alimentada, em um primeiro momento, pelas suspeitas do assassinato de seus sobrinhos, Eduardo V e Ricardo, Duque de York, além de outros, e em segundo lugar, pela noção que teria assassinado sua esposa, Anne Neville. Segundo Charles Ross,

Por definição, esse foi um período de luta pelo poder, perpetuado dentro de uma atmosfera de rumores, suspeitas, exercício da propaganda, de conspirações e contra-conspirações. Apenas aqueles no centro de tudo poderiam estar cientes do que estava acontecendo, certamente, não era o caso das crônicas contemporâneas, com exceção talvez do escrito de Croyland, que, no entanto, escolheu não revelar tudo o que poderia ter sabido.¹⁸

O segundo motivo seria aquele relacionado a uma mudança de regime. Com a queda de Ricardo III em 1485, um novo rei e uma nova dinastia passam a reger a Inglaterra: os Tudors. Tendo em vista o caráter político em que se encontrava a Inglaterra do início de 1500¹⁹, podemos dizer que houve uma preocupação com a produção crônico-política, como mencionado anteriormente, por parte de figuras proeminentes da história inglesa do período, não apenas como forma de manutenção do *status quo* social, mas também e principalmente, para a construção hegemônica de um novo regime.

Partindo do crescente debate historiográfico e social, assim como do recorte temporal e material apresentados anteriormente, selecionamos duas obras principais, ambas em latim, porém com traduções para o inglês, a fim de nos auxiliarem a demonstrar o início da construção de memória de Ricardo III. São elas: *De Occupatione Regni Anglie per Riccardum Tercium* e *Historia Regum Angliae*. Essas obras são contemporâneas entre si e possuem similaridades textuais, se enquadrando no campo da escrita literária e embora tenham sido redigidas em latim e, portanto, na contramão do crescimento da escrita vernácula.

Utilizo também algumas obras auxiliares pertencentes ao mesmo período para fins de comparação textual, como *As Crônicas da Abadia de Croyland*, de autoria anônima, e a *A História de Ricardo III*, de Sir

¹⁸ Cf. ROSS, Charles. **Richard III**. *Op. cit.*, p. 292. Tradução nossa.

¹⁹ Com o final da Guerra das Rosas, é estabelecido um novo governo com Henrique Tudor (Henrique VII). O início do regime Tudor, foi marcado pelo esforço por parte da Coroa em determinar seu reconhecimento político interno e externo. Cf. HICKS, Michael. **Richard III**. Stroud: The History Press, 2000, 2ª edição, p. 82-87.



Thomas More. As obras aqui mencionadas foram produzidas nos primeiros trinta anos desde sua ascensão e foram assim selecionadas para que nossa análise possa ter um foco específico que abranja apenas o final do século XV e primeira década do século XVI, o que nos permite manter e agrupar, portanto, obras que possuam similaridade não apenas em estilo de escrita bem como em temporalidade histórica e social.

Quanto às duas obras principais, ambas foram escritas em prosa e aparentam seguir o mesmo padrão narrativo de eventos: morte de Eduardo IV; conflitos entre Ricardo, a nobreza e a família da rainha mãe; custódia de Eduardo V; prisão e morte de membros proeminentes da corte inglesa; rebelião e morte do Duque de Buckingham; difamações que teriam sido orquestradas por Ricardo contra seus sobrinhos, e sua ascensão ao trono.

A primeira delas, do italiano Dominic Mancini, popularmente conhecida como *A Usurpação de Ricardo III*, é a maior fonte de informações sobre os acontecimentos de 1483 e peça chave para a compreensão da construção de memória de Ricardo III, uma vez que a maioria das demais obras sobre o rei se refere a Mancini. Quanto à obra, o manuscrito se encontra preservado na Bibliothèque Municipale de Lille, na França. Feito em pergaminho, dividido em oito partes, segundo a norma para manuscritos medievais. Foi escrito em latim e está na biblioteca mencionada anteriormente desde o período revolucionário francês, após ser confiscado da família nobre de Godofroy.

Quanto ao autor, Mancini foi clérigo, poeta e humanista e, ao que se sabe, enviado em capacidades diplomáticas para a Inglaterra no início de 1483 pelo Arcebispo de Vienne e conselheiro de Luís, o Prudente, da França, Angelo Cato, a quem dedica sua obra. Ele permanece em Londres durante o período de abril a julho do mesmo ano, acompanhando de perto os eventos que se desenvolveram e culminaram na ascensão de Ricardo ao trono e conclui seus escritos na França, em dezembro do mesmo ano. É possível notar o início da criação do caráter pejorativo e os primeiros indícios de construção de uma memória negativa sobre Ricardo III a partir de passagens em que o autor descreve a tomada do poder.

No quinto capítulo de sua obra, Mancini trata da repercussão e acontecimentos que ocorreram imediatamente após a morte do rei Eduardo IV. Seu filho e herdeiro, Eduardo V, foi tomado da tutela de seus parentes maternos por seu tio paterno, Ricardo, Duque de Gloucester, com o auxílio do Duque de Buckingham, enquanto se dirigia a Londres. No entanto, o autor aponta que, apesar de a maior parte da



nobreza se manter favorável a Ricardo ao executar tal ação, ele estaria perdendo o apoio da população local, pois dentre os londrinos,

[...] corria um rumor sinistro de que o duque (Ricardo III) teria tomado seu sobrinho não para tê-lo em seus cuidados, mas para tê-lo em seu poder, com o intuito de obter a coroa para si. Em meio aos rumores, o duque de Gloucester escreveu ao Conselho e ao chefe da cidade.²⁰

Mancini, apesar de não saber dizer com exatidão o conteúdo dessas cartas, é capaz de descrever o que lhe foi contado. Segundo o historiador e tradutor de sua obra, C.A.J. Armstrong, é possível que o autor não falasse nem compreendesse inglês²¹. Portanto, deve-se presumir que sua obra tenha sido composta não apenas pelo o quê presenciou na corte inglesa, mas também por relatos secundários. Esses por sua vez, são creditados ao Dr. John Argentine, um médico italiano membro da corte de Eduardo IV e opositor de Ricardo III.

No trecho seguinte, Mancini aponta que Ricardo teria justificado nas cartas previamente mencionadas, sua ação utilizando o pretexto de que existiria uma trama secreta política envolvendo a família da rainha-mãe, que por sua vez, tinha o objetivo de tomar o poder. Portanto, ele teria agido tanto pelo bem de seu sobrinho, quanto do reino. Sabe-se que essas cartas foram lidas abertamente para o conselho privado do rei e para a população de Londres. Em ambos os casos, segundo Mancini e demais cronistas, Ricardo teria sido aclamado por sua atitude perante as circunstâncias, ainda que com certas ressalvas por parte dos mais incrédulos.

Porém, é importante perceber que seu olhar muda ao descrever a entrada de Ricardo em Londres. Mancini aponta que ele estava acompanhado de seu sobrinho e do Duque de Buckingham, e mais de quinhentos soldados²², assim como tinha em sua posse armas que seriam a evidência contra a família da rainha-mãe. Fica evidente pela descrição de Mancini e demais cronistas, que a força militar que adentrou a capital inglesa tinha um papel mais ofensivo do que defensivo. Nesse momento, tanto para o autor quanto para parte da população, os planos de Ricardo III estavam claros. Mancini escreve que,

²⁰ ARMSTRONG, Charles A.J. (Edição e tradução). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III**. Gloucester: Alan Sutton Publishing Limited, 1984, 2ª edição, p. 81. Tradução nossa.

²¹ *Ibidem*, p. 15-16.

²² Tal poderio militar era oriundo das forças do Norte, onde Ricardo tinha maior poder, que, por sua vez, estavam associadas aos homens do Duque de Buckingham.



Após ter entrado na cidade, a primeira coisa que (Ricardo) fez foi ter a si mesmo proclamado, pela autoridade do Conselho e todos os demais lordes, protetor ou regente do rei e do reino. Em seguida, ele almejou remover, ou ao menos desvalorizar, tudo e todos que pudessem ficar em seu caminho em direção à conquista do trono.²³

Com essa afirmação, o autor novamente demonstra não apenas o início das alterações no antigo regime monárquico por aqueles que fossem favoráveis a Ricardo, como também a sua opinião em relação ao então Duque de Gloucester e ao que aconteceria nas semanas seguintes, já que sabe-se que a conclusão de seu manuscrito se deu após tais acontecimentos. Tendo eliminado os perigos que o cercavam, segundo ele, Ricardo deixa sua máscara cair, passando a portar-se não como regente, mas como rei *de facto*.

Esse trecho da crônica de Mancini estabelece elementos sobre o caráter e a trajetória ao poder de Ricardo III que se tornaram chaves e, poderíamos dizer, “canônicos”, para seus contemporâneos e os demais cronistas. Como mencionado anteriormente, quando se estuda o reinado e a figura de Ricardo III, a primeira fonte a qual os historiadores recorrem é Mancini, tendo em vista que ele foi uma das poucas testemunhas oculares cujo registro sobreviveu na forma escrita e foi cunhado pelo próprio autor. Como Charles Ross afirma,

a importância da narrativa de Mancini está no fato de que ele nos dá evidências contemporâneas diretas de que o avanço brutal de Ricardo em direção ao trono causou tal onda de descontentamento e falta de confiança sobre ele, que fez com que alguns de seus súditos acreditassem, dentro de duas semanas de sua ascensão ao trono, que Ricardo teria eliminado seus sobrinhos de maneira violenta.²⁴

Uma outra evidência que aponta para a formação do “cânone” sobre a imagem e memória de Ricardo III dá-se em e em janeiro de 1484, quando o lorde chanceler da França, Guillaume de Rochefort²⁵, relatou em assembleia os rumores sobre o caráter vilanesco de Ricardo III e o assassinato de seus sobrinhos. Em nossa concepção não seria difícil imaginar que essa obra tenha reverberado dentro da corte francesa, sabendo da proximidade de Cato com a Casa Real de Luís, o Prudente.

A segunda obra, *História dos Reis da Inglaterra*, é de autoria do inglês John Rous. Quanto à obra, foi produzida em pergaminho no último quarto do século XV, aproximadamente entre 1480 e 1490, em latim. Ela reconta as narrativas de vida dos reis da Inglaterra, de Brutus da Bretanha a Henrique VII. Iniciou a escrita do manuscrito em 1480 e pretendia entregá-la a Eduardo IV como fonte de inspiração para a construção das

²³ Cf. ARMSTRONG. MANCINI. **The Usurpation of Richard III**. *Op. cit.*, p. 85. Tradução nossa.

²⁴ Cf. HICKS, Michael. **Richard III**. *Op. cit.*, p. 55 *apud* ROSS, Charles. **Richard III**. *Op. cit.*, p. 56. Tradução nossa.

²⁵ Cf. MASSELIN, J. 1484, **CDIHF**, editado em 1835, p. 38.



estátuas da capela de São Jorge em Windsor²⁶, mas só conclui esse trabalho no final de sua vida²⁷, durante o reinado de Henrique VII, a quem, por fim, dedica a obra. Portanto, seu período de composição abrange os anos conturbados de disputas de poder entre 1483 e 1485. O manuscrito acabou em posse do intelectual Thomas Allen de Oxford, no século XVI e posteriormente de Sir Thomas Cotton, no século XVII antes de ser compilado e encadernado pelo Museu Britânico no século XIX, onde permaneceu até ser transferido para a British Library, local em que se encontra atualmente.

Sobre o autor, sabe-se que ele foi antiquário e capelão em Warwick, com relações próximas à família Neville, que era diretamente ligada a Ricardo III através de sua mãe e também de sua esposa, Anne Neville. Tinha formação pela Universidade de Oxford antes de entrar para a vida religiosa. Durante os reinados da dinastia de York, ascendeu socialmente, e continuou sua carreira religiosa dentro do condado de Warwickshire. Em uma de suas obras mais conhecidas, o *Warwick Roll* ou *Rous Roll*, datado de 1483-1484, o autor escreve e possivelmente ilustra uma cronologia e genealogia da família dos Condes de Warwick, e daqueles a ela associados. Dentre tais pessoas, Rous dedica dois trechos a Ricardo III, onde faz menção a sua "grandiosidade e virtude"²⁸, assumindo portanto, uma posição favorável ao monarca.

Em contrapartida, na obra na qual nos referimos para essa análise, o autor muda drasticamente de visão, tomando uma posição contrária a anterior e criando uma versão monstruosa do rei que não se encontrava presente em nenhuma obra até então. Rous inicia sua descrição de Ricardo a partir de seu nascimento anormal apontando que,

Ricardo nasceu em Fotheringhay em Northamptonshire, tendo permanecido no ventre de sua mãe por dois anos e emergido dele com dentes e cabelos na altura dos ombros. Ele nasceu na Festa das Mil e Cem Virgens²⁹. Em seu nascimento, Escorpião estava em ascensão, o signo da casa de Marte. E tal qual o escorpião, combinou a face calma com a cauda mordaz.³⁰

²⁶ Cf. ROUS, John. **Warwick Roll/ Rous Roll**. Add MS 48976, f. 7cr. Disponível em <https://www.bl.uk/collection-items/john-rous-history-of-the-kings-of-england>. Acesso em 13 de setembro de 2019.

²⁷ Sabe-se que ele faleceu no início de 1492. Cf. CPR 1485-94. p. 371

²⁸ Cf. ROUS, John. **Warwick Roll/ Rous Roll**. Add MS 48976, f. 7cr. Disponível em: https://www.bl.uk/collection-items/~link.aspx?_id=E756C74AC3504B91A44E02D689560A22&_z=z. Acesso em 13 de Setembro de 2019.

²⁹ Festa de Sta. Ursula - 21 de outubro

³⁰ ROUS, John. Excerto de "Historia Regum Angliae." In: HANHAM, Alison. **Richard III and his Early Historians. 1483-1535**. Oxford: Clarendon Press, 1975, p. 120-121. Tradução nossa.



No trecho mencionado acima, observam-se descrições sobre as características monstruosas de seu nascimento (dois anos de gestação, nasceu com dentes e cabelos na altura dos ombros) além de características astrológicas a ele relacionadas. Sobre a primeira, acreditava-se que nascimentos que fugiam do padrão, em que crianças nasciam com deformidades ou aparências monstruosas seriam o resultado de uma punição divina. Além disso, Rous indica, erroneamente, que Ricardo teria nascido sob o signo de escorpião, pertencente à casa de Marte.

Contudo, seu erro premeditado ou não, se prova proveitoso na criação da imagem vilanesca do rei de forma dupla. A associação ao signo supracitado está relacionada ao próprio conceito de mal, oriundo não apenas da tradição judaico-cristã, mas também do folclore europeu. O escorpião, assim como a cobra³¹ (outro animal ligado ao signo), está diretamente relacionado ao mal, à traição e à vingança. Marte, como planeta regente baseado no deus da guerra, que refletiria a natureza animalesca do homem; a agressividade, violência, raiva e o “instinto de sobrevivência”, pode ser classificado como um segundo adicional à imagem negativa de Ricardo III. Mais adiante, Rous continua:

Tal Rei Ricardo, que foi excessivamente cruel em sua época, reinou por três anos [sic] e um pouco além, da mesma maneira como o Anti-Cristo irá reinar. E como o Anti-Cristo que há de vir, ele foi tomado pela maior das vaidades. Pois mesmo possuindo a coroa e grandes quantidades de tesouros e joias, ele foi inesperadamente aniquilado em meio a seu exército [...] como uma criatura miserável.³²

Na composição de Rous temos alguns elementos que referentes ao imaginário cristão e sua ligação para com uma imagem do mal. Em sua aceção, escreve erroneamente que Ricardo teria reinado “por três anos e um pouco além”. Esse fator, acredita-se, foi deliberadamente inserido em sua narrativa para que fosse assimilado ao versículo 5 do capítulo 13 do livro do *Apocalipse* onde São João escreve que à besta ou mostro vindo do mar, teria sido dado uma boca para que proferisse blasfêmias e deu-lhe poder para agir durante quarenta e dois meses³³, o que formariam três anos, acrescidos de mais alguns meses. A associação de Ricardo com essa passagem assemelha-o ainda mais, na visão de Rous, ao próprio Anti-Cristo, a quem o autor compara-o abertamente. No jogo de opostos, enquanto Ricardo III seria o Anti-Cristo que reinou sobre a Inglaterra, causando terror e ondas de violências, o escolhido de Cristo seria Henrique Tudor, que o derrotou

³¹ LEWIS, James. **The Astrology Book: The Encyclopaedia of Heavenly Influences**. Detroit: Visible Ink Press, 2003, p. 601.

³² Cf. ROUS. John. Excerto de “Historia Regum Angliae.” *Op. cit.*, p. 123. Tradução nossa.

³³ Cf. BÍBLIA, N.T. Livro do Apocalipse. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002, p. 2155.



em batalha, tornando-se rei da Inglaterra e trazendo nova prosperidade ao reino ao juntar as duas casas conflitantes – York e Lancaster – e restaura-lo aos moldes gloriosos de seu antecessor, Henrique V.

Um outro aspecto a se considerar nas obras dos autores, é a questão acerca dos sobrinhos de Ricardo III. Ambos apontam hipóteses para o desaparecimento dos príncipes e Rous o acusa de tê-los matado³⁴. Apesar da falta de evidência comprobatória de que ele tenha matado ou ordenado a morte de seus sobrinhos, o fato de que Ricardo teria possivelmente tirado a vida dos filhos de Eduardo IV era um rumor que acabou se tornando uma crença popular estabelecida a partir de meados de 1483.

O infanticídio era considerado uma prática ilegal e condenada pela Igreja como um pecado grave. A partir do século XIII na Inglaterra, a prática passa a ser considerada como homicídio e, portanto, um crime capital³⁵. Décadas após ambos os manuscritos serem publicados, William Shakespeare utilizou-se das imagens e construções narrativas iniciadas por Mancini e Rous, e, aumentadas tanto por ele quanto por historiadores, antiquários e cronistas que escreveram sobre Ricardo III após sua morte, para transformar a imagem textual em imagem posta em cena através das peças que compõem sua primeira tetralogia histórica: *Henrique VI* partes I, II e III e *Ricardo III*. Descrições como "tirano", "vil", "assassino", "cruel", "corcunda" e "malicioso" são popularmente associadas a Ricardo III durante o conjunto de obras. Shakespeare utiliza uma "hipermasculidade"³⁶ conectada às ideias de violência e agressividade para identificar e caracterizar Ricardo, expressas não apenas em suas ações ao longo das peças mas também, pelo seu próprio emblema particular, o javali. Tal imagem fica expressa com clareza na fala do Duque de Richmond, que faz uma alusão a Ricardo III chamando-o de "miserável, ensanguentado e usurpador javali, que destrói os campos do verão e as videiras frutíferas"³⁷. Assim, Shakespeare apresenta de forma gradual à sua plateia, a figura bestial, impulsiva, violenta e destrutiva de Ricardo que deve, e de fato é, morto tal qual um animal³⁸.

³⁴ Cf. ROUS, John. Excerto de "Historia Regum Angliae." *Op. cit.*, p. 120-121.

³⁵ NEWMAN, Paul. **Growing up in the Middle Ages**. Jefferson: McFarland, 2015, p. 40.

³⁶ MOULTON, Ian F. A Monster Great Deformed: The Unruly Masculinity of Richard III, **Shakespeare Quarterly**, vol. 47, n. 3, 1996, p. 259.

³⁷ SHAKESPEARE, W; SIEMON, J. (Ed.). **Richard III**. The Cambridge Dover Wilson Shakespeare. (Cambridge's Library Collection. Volume 29.) Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 380. Tradução nossa.

³⁸ Em referência à tradição popular de que Ricardo teria sido morto com uma lança própria para a caça de javalis, uma retomada de seu emblema particular.



MEMÓRIA

Em uma relação quase simbiótica, podemos constatar que as deformidades internas e externas se mostram presentes e ativas nos relatos de Mancini e Rous que culminaram em Shakespeare. Ao descreverem o rei como uma pessoa temperamental e deformada, podemos presumir que os autores apresentados, sendo conhecedores das definições e termos mencionados ao longo dessa análise, formaram o cerne de uma visão arbitrariamente difamatória de Ricardo III e compreendiam a deformidade presente em seu corpo como um reflexo da condição corrupta de sua alma. Através dessas evidências, é possível notar como a construção da memória de Ricardo III se estabelece ou, pelo menos, começou a se estabelecer. Para compreendermos esse processo, deve-se primeiramente, categorizar essa memória. Partindo dos conceitos de Jan Assmann sobre os aspectos identitários da memória, estabelecem-se três categorias: *memória individual*, *memória comunicativa* e *memória cultural*. Ele aponta que a "memória coletiva" não abrange o território das tradições, transmissões e transferências de memória. E que essas, portanto, caberiam dentro da denominação "memória cultural"³⁹.

Ao explorarmos criticamente os discursos apresentados e suas repercussões, podemos perceber que elas passam por dois dos três estágios e categorias, chegando no limiar da memória comunicativa, com a peça de Shakespeare sobre Ricardo III, pouco mais de um século após sua ascensão ao trono. Portanto, a memória possui papel vital para a disseminação do que foi visto e relatado. E não falamos apenas dela em sua capacidade como forma de armazenamento, mas também e principalmente, como ferramenta prática para a composição de novos materiais, de novas memórias. Essas composições são os alicerces memoriais que, apesar de não serem completos, possuem uma base sólida a partir da qual são criadas novas estruturas.

Ao desenvolver tal conjunto de características sobre Ricardo III, Mancini e Rous nos dão um *lugar comum*⁴⁰ de acesso à memória, a partir do qual pode-se reconstruir e compor diferentes visões memoriais, de acordo com as associações e marcadores definidos para um objeto em particular. É justamente esse processo de rememoração, que confere movimento à memória. Retomar o que está nela é um ato de investigação e

³⁹ ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERL, Astrid. NÜNNING, Ansgar. (Ed.). **Cultural Memory Studies**. An International and Interdisciplinary Handbook. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008, p. 111.

⁴⁰ CARRUTHERS, Mary. **The Book of Memory**. A Study of memory in Medieval Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p.10.



recriação de um artífice consciente.⁴¹ Memória essa, que não se encontrava restrita nem aos livros, nem à tradição oral. De fato, a oralidade, embora muitos argumentem o contrário, se manteve presente e constante durante o final da Idade Média e adentro da Idade Moderna, principalmente quando associada à memória e à cultura. Para tanto, também devemos considerar os conceitos de James Fentress e Chris Wickham sobre memória. Os autores expõem em sua obra que a memória é formada através de um processo complexo e articulado⁴², que caracteriza o que chamam de *memória social*. Sobre o processo de formação da memória social e suas utilizações, os autores escrevem que,

A memória social é uma fonte de conhecimento. Isso significa que ela exprime mais do que um conjunto de categorias, que inconscientemente, um grupo experiencia o ambiente em que se insere; ela também fornece material para um reflexo consciente da mesma sociedade.⁴³

Portanto, quando nos deparamos não apenas com as crônicas acima apresentadas, mas também com a peça de Shakespeare, realizamos uma imersão também dentro da própria sociedade inglesa do final do século XIV e início do século XV. Sabe-se que, apesar de Ricardo ter sido preservado na memória transmitida oralmente, que era distinta e, por vezes, conflitante, daquela criada nos textos históricos⁴⁴, seu caráter vilanesco e a imagem física, que a partir de Mancini e Rous, se tornaria deformada⁴⁵, deram base para todas as demais crônicas, como as de Vergil, Hall e Holinshed sobre seu reinado. Ricardo passou, a partir de então, a ser apresentado dentro e fora da Inglaterra, como déspota. Esse foi um dos fatores centrais para a formação de sua figura como um personagem mítico, cujo caráter tirânico, "teria se tornado canônico já entre 1484-1485."⁴⁶

Por fim, deve-se lembrar que a memória comunicativa, contudo, vive no cotidiano e por essa razão, possui um limite de alcance de tempo. Porém, existem o que Assmann chama de "molduras comunicativas"⁴⁷, que são capazes de conectar as gerações e, assim, manter a memória "viva". Nesse âmbito, encontramos a

⁴¹ CARRUTHERS, Mary. **The Book of Memory**. A Study of memory in Medieval Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p.10.

⁴² FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory**. (New Perspectives on the Past). Oxford: Blackwell Publishers, 1992, p. 47.

⁴³ *Ibidem*, p. 26. Tradução nossa.

⁴⁴ Cf. SCHWYZER, Philip. **Shakespeare and the Remains of Richard III**. *Op. cit.*, p. 60.

⁴⁵ John Rous, que também foi autor de *The Great Chronicle of London*, foi o primeiro a apontar a deformidade física de Ricardo III, uma característica também associada à deformidade da alma.

⁴⁶ Cf. HICKS, Michael. **Richard III**. *Op. cit.*, p. 55. Tradução nossa.

⁴⁷ Elas são capazes de servir como marcadores associados à memória.



peça de Shakespeare. Ela em si, opera como um instrumento de produção e criação de memória pela própria particularidade de sua forma: das representações visuais e dos atores, aos efeitos sonoros e sentimentais.

ABREVIATURAS

CDIHF - *Collection de documents inédits sur l'histoire de France*

CPR 1476-85 - *Calendar of the patent rolls preserved in the Public record office prepared under the superintendence of the deputy keeper of the records. Edward IV, Edward V, Richard III. 1476-1485.*

CPR 1485-94 - *Calendar of the patent rolls preserved in the Public record office prepared under the superintendence of the deputy keeper of the records. Henry VII. Vol. I. 1485-1494.*

RP - *Rotuli Parliamentorum ut et Petitiones et Placita in Parlamento. Tempore Ricardi R. III. 1483-85.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTRONG, Charles A.J. (Edição e tradução). MANCINI, Dominic. **The Usurpation of Richard III**. Gloucester: Alan Sutton Publishing Limited, 1984, 2ª edição.

ASSMANN, Aleida. Memory, Individual and Collective. In: GOODIN, Robert E; TILLY, Charles (Ed.) **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis**. Oxford: Oxford University Press, p. 210-224, 2006.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação** - Formas e Transformações da Memória Cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. (Eds.). **Cultural Memory Studies**. An International and Interdisciplinary Handbook. Berlin: Walter de Gruyter GmbH & Co, 2008.

BASTIDE, Roger. Mémoire collective et sociologie du bricolage [1970], **Bastidiana**, 7-8, 1994.

BÍBLIA, N.T. Livro do Apocalipse. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.



CARRUTHERS, Mary. **A Técnica do Pensamento**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CARRUTHERS, Mary. **The Book of Memory**. A Study of memory in Medieval Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DAVIS, Norma (Ed.). **The Paston Letters**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory**. (New Perspectives on the Past). Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

HANHAM, Alison. **Richard III and his Early Historians. 1483-1535**. Oxford: Clarendon Press, 1975.

HICKS, Michael. **Bastard Feudalism**. Abingdon: Routledge, 2013.

HICKS, Michael. Bastard Feudalism, Overmighty Subjects and Idols of the Multitude during the Wars of the Roses, **History**, vol. 85, no. 279, 2000. Disponível em: www.jstor.org/stable/24424946 . Acesso em 22 de Junho de 2018.

HICKS, Michael. **Richard III**. Stroud: The History Press, 2000, 2a edição.

HICKS, Michael. **English Political Culture in the Fifteenth Century**. Londres: Routledge, 2002.

HORROX, Rosemary. England: Kingship and the Political Community, 1377- c.1500. *In*: RIGBY, S. H. (Org.). **A Companion to Britain in Later Middle Ages**. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.

HOUTS, Elizabeth van. **Memory and Gender in Medieval Europe. 900-1200**. Londres: Macmillan, 1999.

LEWIS, James. **The Astrology Book**: The Encyclopaedia of Heavenly Influences. Detroit: Visible Ink Press, 2003.

MCFARLANE, K.B. **England in the Fifteenth Century**. Londres: The Hambledon Press, 1981.

MOULTON, Ian F. A Monster Great Deformed: The Unruly Masculinity of Richard III, **Shakespeare Quarterly**, vol. 47, n. 3, 1996.



POLLARD, Anthony J. **The Wars of the Roses**. (British History in Perspective). Hampshire: Palgrave, 2001.

ROSS, Charles. **Richard III**. Londres: Eyre Methuen, 1981.

ROUS, John. **Warwick Roll/ Rous Roll**. Add **MS** 48976, f. 7cr. Disponível em <https://www.bl.uk/collection-items/john-rous-history-of-the-kings-of-england>.

SHAKESPEARE, William. **King Henry V**. The Arden Shakespeare Edition. Londres: Bloomsbury Publishing, 1995, 3ª edição.

SHAKESPEARE, W; SIEMON, J. (Ed.). **Richard III**. The Cambridge Dover Wilson Shakespeare. (Cambridge's Library Collection. Volume 29.) Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SCHWYZER, Philip. **Shakespeare and the Remains of Richard III**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SCHWYZER, Philip. Lees and Moonshine: Remembering Richard III, 1485-1635, **Renaissance Quarterly**, Chicago, vol. 63, no. 3, p.850-883, Outono 2010, Disponível em: https://www.google.com.br/search?client=safari&rls=en&q=http://www.jstor.org/stable/10.1086/656930&ie=UTF-8&oe=UTF-8&gfe_rd=cr&ei=duMyWMWXd4ahxgSE2ZqwCg . Acesso em 22 de junho de 2018.

WATTS, John. **Henry VI and the politics of Kingship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WILSON, Chris G. Official and Semi-Official History in the Later Middle Ages: The English Evidence in Context. *In*: KOOPER, Erik. (Ed.). **The Medieval Chronicle V**. Nova Iorque: Rodopi, 2008

WATTS, John. **Henry VI and the politics of Kingship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.



A ISOLDA EM TRISTAN, DE THOMAS DA INGLATERRA: UMA RETOMADA HISTORIOGRÁFICA ACERCA DA MATÉRIA TRISTÂNICA

Ana Carolina Pedroso Alteparmakian¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento, *O romance, a Igreja e a mulher na Idade Média: as distintas caracterizações de 'Isolda' em Tristan, de Thomas da Inglaterra*, busca realizar uma análise pormenorizada e contextualizada da personagem *Isolda*, a famosa rainha presente nas várias versões dos romances de *Tristão e Isolda*, escritos e declamados durante a Idade Média. Dentre eles, o poema octossílabo nomeado "Tristan", atribuído ao clérigo Thomas da Inglaterra, contemporâneo à corte Plantageneta de Henrique II da Inglaterra, se constitui como fonte principal.

Partindo-se do pressuposto da existência e permanência de ideias dogmáticas cristãs – definidas e inculcadas na sociedade pelos chamados Padres da Igreja, nos primeiros séculos cristãos –, a qual compreendia o papel feminino na sociedade cristã como necessariamente subjugado ao masculino, pretende-se, através de hipóteses e questionamentos precisos, compreender a personagem em questão como uma espécie de "antítese" daquilo que era tomado como o "status" feminino por excelência. Esse conjunto de ideias abordado no estudo baseia-se, como ressaltado, na permanência e apropriação de princípios difundidos ainda no início do cristianismo; considera-se, assim, que esses pressupostos (atualmente) considerados misóginos sobreviveram aos séculos medievais, sendo apreendidos e reapropriados pelos homens da Idade Média. Para tal demonstração, são algumas documentações escritas por alguns grandes teóricos do cristianismo que serão trabalhadas nesta primeira parte do projeto: o principal e mais difundido, Agostinho de Hipona.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Membro do LABORA/USP (Laboratório de Estudos sobre Pensamento e Cultura na Idade Média). Contato: ana.alteparmakian@usp.br e ana.pedroso04@gmail.com



O segundo âmbito da pesquisa busca compreender os mecanismos que podem ter contribuído à emergência de estórias de substrato pagão – como a legenda de *Tristão e Isolda* – durante a Idade Média central. Para tal objetivo, mostra-se necessário delinear os elementos contextuais do período, séculos XI a XIII: as mudanças ocorridas na Inglaterra e Império Angevino – tanto em âmbitos político e/ou religioso – que podem, de alguma maneira, ter influenciado na composição de uma personagem distinta ao provável estereótipo feminino tido como “regra” à época. O contexto sociopolítico de (re)emergência da legenda – originalmente considerada de tradição oral céltica – pode revelar traços muito significativos no interior da estória e, conseqüentemente, na composição das personagens, especificamente Isolda. O ambiente cortesão e de intensa efervescência cultural – maneira pela qual é descrita a corte de Henrique II de Inglaterra e Eleanor da Aquitânia pela maioria de seus estudiosos – é um elemento fulcral na elaboração e possível reconstituição deste contexto; bem como as causas do reavivamento de tradições “pagãs”, que constituem o cerne destes fenômenos (hoje entendidos como literários) cortesões.

As conseqüentes transformações culturais, dessa forma, também direcionam a análise: o surgimento dos chamados *roman* – escritos, a partir desse período, nas chamadas línguas vernáculas, isto é, derivadas do latim (como o próprio anglo-normando, dialeto em que se encontra a fonte); a poesia entendida como *fin’amour* (ou o chamado “amor cortês”), em que a dama ocupa lugar central segundo os sentimentos evocados pelo eu-lírico. O florescimento da chamada *Matéria da Bretanha*, nas regiões peninsulares de ocupação e tradição célticas, também se constitui como um movimento fundamental de ser elucidado.

Este último “ciclo literário” citado traz à luz uma série de tradições orais, muito provavelmente existentes desde antes da cristianização das atuais Inglaterra e Irlanda; as influências dos povos célticos, habitantes dessa região desde antes da invasão e colonização romanas, é notável nestas legendas – e ressaltadas por vários notáveis estudiosos do assunto. Essas influências podem ter se estendido à constituição da personagem Isolda; o elemento feminino, muito caro à religiosidade e tradição célticas, teria trazido nuances significativas que regeram a construção da enigmática rainha Isolda; esta é uma das principais hipóteses que orientam a pesquisa.



TRISTAN, DE THOMAS DA INGLATERRA

O *roman de Tristan*, escrito em versos octossílabos, cuja autoria é atribuída ao clérigo Thomas da Inglaterra, produzida provavelmente na década de 1170 d. C. – pertence a um movimento que os contemporâneos tendem a denominar como “literário” chamado de *Matéria da Bretanha*, cuja constituição abrange conteúdos advindos de tradições míticas não cristãs e, neste caso, de origem céltica. Os romances deste ciclo compreendem as histórias do lendário rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda – dentre eles, Tristão, em algumas versões – mas também algumas histórias paralelas a este ciclo arturiano: os *roman* tristânicos.

As fontes principais que abordam o tema tristânico são três, escritas em versos e em língua vernácula (francês antigo, geralmente): a versão de Béroul, provavelmente um poeta também da corte anglo-normanda de Henrique II; a de Thomas – o principal enfoque da pesquisa – a de Eilhart von Oberg, poeta alemão provavelmente atuante na corte germânica de Henrique, o Leão, que em fins do século XII compôs seu *Tristant*, a mais antiga versão que sobreviveu completa até a contemporaneidade e a de Gottfried von Strassburg, escrita no início do século XIII (o qual muitos especialistas afirmam ter sua inspiração em Thomas), que encontra-se também em alemão antigo. Existem outras versões, ademais, que apresentam pequenos episódios que seriam advindos da lenda tristânica: o *Folie Tristan d’Oxford* e o *Folie Tristan de Berne*; ambos são poemas curtos (com cerca de 1000 versos), escritos também em anglo-normando e que seriam próximos, cronologicamente, às versões principais já elucidadas.

Ao longo dos séculos, a estória do casal apaixonado foi adaptada e reescrita por muitos escritores e poetas; ganhou versões em prosa e teve grande repercussão durante o século XIX e início do XX, por exemplo, com a ópera do compositor alemão Richard Wagner, que também criou sua versão para a estória, provavelmente baseada em Gottfried. Ou, ainda, o estudioso pioneiro na lenda tristânica, Joseph Bédier que, além de trabalhar com as várias versões criadas durante a Idade Média, analisando-as e interpretando-as, criou uma versão própria da história a partir dos vários fragmentos medievais², narrativa que se popularizou e se constituiu como um dos primeiros acessos ao enredo do casal apaixonado.

A narrativa trata das infelicidades do casal protagonista, Tristão, cavaleiro ilustre do reino da

² BÉDIER, Joseph. **O romance de Tristão e Isolda**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Cornualha, e Isolda, princesa da Irlanda e, posteriormente, rainha da Cornualha através do casamento com o rei Marc, tio de Tristão. Nesta versão de Thomas, há uma clara ênfase nas construções psicológicas das personagens – evidenciadas, principalmente, através do impasse moral em que se colocam³, além do amplo número de monólogos e diálogos presentes nos manuscritos –, assim como um erotismo nos relatos dos encontros amorosos do casal transgressor – o qual, além de praticar adultério, pratica também incesto –; um duplo pecado ao qual pode se acrescentar ainda, segundo algumas correntes historiográficas, a dominância e o controle de Isolda sobre o destino de Tristão: uma mulher sábia, astuta e conhecedora de poderes medicinais.

A versão de Thomas da Inglaterra chegou à contemporaneidade fragmentada. Conhecem-se, dessa maneira, somente alguns episódios do que seria a história completa, distribuídos em cinco manuscritos principais, abrangendo cerca de 3 mil e 300 versos, apreendidos e editados no século XIX: o de *Cambridge*, o de *Sneyd*, o de *Turin*, o de *Strasbourg I* e um último intitulado de *Fin du poème* (também conhecido como *Douce*). Em 1995, fora descoberto, por alguns especialistas do tema, um outro fragmento, o de *Carlisle*, que contém cerca de 150 versos; embora muito deteriorado, foi possível identificar que este excerto trata dos primórdios da estória, localizado cronologicamente antes de todos os manuscritos que eram conhecidos e foram trabalhados durante o século XIX⁴.

Como salientado, o manuscrito de *Carlisle* contém um episódio cronologicamente anterior aos episódios narrados nos outros manuscritos. Ele narra justamente o momento em que os amantes dirigem-se à Cornualha, após Tristão ter ganhado a mão de Isolda para seu tio, o rei Marc. Em um torneio na Irlanda, cujo prêmio era a mão da então princesa Isolda, Tristão mata o tio da jovem, o gigante Morholt e vence o embate; à Isolda e sua mãe, a rainha da Irlanda, cabe a cura do então vencedor. A cena retratada no fragmento mostra a discussão entre o casal, que conversa sobre estes acontecimentos, após terem ingerido por acidente o filtro do amor, destinado à Isolda e ao rei Marc, cujo efeito seria uma paixão arrebatadora. Esta paixão ocorre, então, equivocadamente, entre Tristão e Isolda. É neste manuscrito que se evidencia a cumplicidade da ama de Isolda, Brangien, a qual entra no leito nupcial no lugar de Isolda para que Marc tenha certeza de que casou-se com

³ MARCHELLO-NIZIA, Christiane (Ed.). **Tristan et Yseut**: les premières versions européennes. Paris: Éditions Gallimard, 1995, p. 1209

⁴ MARCHELLO-NIZIA, Christiane (Ed.). **Tristan et Yseut**: les premières versions européennes. *Op. cit.*, p. 1220-1222



uma mulher virgem.

O segundo manuscrito, de *Cambridge* (52 versos), relata o episódio em que o casal principal é surpreendido pelo rei Marc, marido de Isolda e rei da Cornualha. O casal é encontrado adormecido pelo anão delator e pelo rei, o qual sai em busca de testemunhas. Neste ínterim de tempo, o casal acorda e começa um diálogo: as juras de amor eterno iniciam-se neste momento; as falas contidas de sentimentos recíprocos compõem todo o manuscrito que se encerra com a escolha de Tristão de partir para o exílio. O próximo manuscrito, de *Sneyd* (888 versos), relata o casamento de Tristão com Isolda das Mãos Brancas; grande parte desse manuscrito reflete os pensamentos e as angústias de Tristão: o cavaleiro resolveu casar-se com Isolda das Mãos Brancas, princesa da Bretanha, o reino em que ele se exilou após ter sido descoberto com sua amada.

O enfoque psicológico da narrativa é, mais uma vez, o conteúdo do manuscrito de *Turin* (256 versos). O narrador, possivelmente Thomas, expõe os sentimentos de suas personagens a partir dos discursos direto e indireto; é neste manuscrito que o conflito representado pelo triângulo amoroso torna-se mais latente, uma vez que os sentimentos do rei Marc e de Isolda das Mãos Brancas, os integrantes que não são amados neste jogo amoroso, são expostos mais minuciosamente. É neste fragmento que encontra-se a menção à chamada "sala das imagens", na qual Tristão, em exílio na Bretanha, conserva uma estátua de sua amada Isolda e, nos momentos de saudade e solidão, conversa com ela e a toca⁵. *Strasbourg I* é o próximo manuscrito cujos especialistas inseriram na mais provável sequência cronológica dos acontecimentos: é relativamente curto, com apenas 61 versos, e narra a passagem em que Tristão retorna à Cornualha, para se encontrar com Isolda escondido, junto com seu cunhado e amigo, o cavaleiro Kaherdin da Bretanha.

O último manuscrito, chamado de *Fin du poème* (também conhecido como *Douce*, graças ao nome de seu colecionador que o obteve durante o século XIX, Francis Douce⁶) é o mais extenso de todos, possuindo 1882 versos e trazendo o desfecho à estória. Entre outros acontecimentos que o compõem, o fragmento expõe

⁵ Especialistas do tema reconstituíram como seria esta "sala das imagens" com base na saga nórdica e na versão escrita em inglês médio chamada *Sir Tristrem* escritas alguns anos depois e que pode ter tido uma inspiração em Thomas. Para mais, ver: BRAULT, Gérard-J. Entre ces quatre estrange amour. Thomas's Analysis of the Tangled Relationships of Mark, Isolt, Tristan and Isolt of the White Hands, **Romania**, tome 114, n. 453-454, 1996, p. 70-95

⁶ CARVALHO, Yone de. **Teias de tempos e sentidos: as Versões Literárias Francesas da Legenda de Tristão e Isolda na Idade Média Central**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-SP, 2010, p. 30-33.



a derradeira batalha que fere Tristão e o encaminha para uma agonia: ferido em uma batalha na Bretanha, cujo intuito era ajudar um outro cavaleiro a resgatar sua amada, Tristão clama pela amada Isolda, a Loura, cujos conhecimentos medicinais seriam os únicos que poderiam salvá-lo da arma envenenada que o atingira. Confiando todo seu caso de amor ao amigo Kaherdin, este é enviado à Cornualha para buscar Isolda, que, de pronto, aceita ir curar o amado na Bretanha.

A ira de Isolda das Mãos Brancas, a esposa rejeitada de Tristão, no entanto, coloca um fim às esperanças do casal: ao escutar toda a confissão de Tristão a Kaherdin – juntamente com a instrução de que se Isolda estivesse a bordo do navio, as velas içadas deveriam ser brancas, caso não estivesse, deveriam ser negras – a princesa da Bretanha mente ao marido, alegando que enxergara o navio com as velas negras e Tristão, muito ferido e angustiado, acaba por ceder e entrega-se à morte. Ao chegar e saber da morte do amado, Isolda, a Loura, também acaba em agonia junto ao corpo de Tristão, entregando-se à morte também.

SOBRE A ESCOLHA DE ISOLDA

A personagem Isolda, par romântico do cavaleiro Tristão, constituiu o foco de muitos estudos sobre a lenda medieval que salientaram a importância que esta personagem feminina detém nas várias versões da estória. Ao longo do século XX, historiadores de renome, como Georges Duby, por exemplo, ressaltaram o papel significativo que a rainha Isolda detém na lenda⁷; outros, como Jean Frappier, ao examinar a lenda a partir da estética do *fin'amour* (o chamado "amor cortês") enxergou Isolda como uma heroína cuja complementaridade e importância na vida de Tristão a colocam numa verdadeira relação de igualdade com o herói⁸. Uma outra hipótese muito difundida é de que Isolda teria sido constituída a partir de elementos advindos da percepção céltica sobre o feminino – graças à teoria mais aceita sobre a origem da lenda ser possivelmente de uma tradição oral céltica – que fora endossada e trabalhada a fundo pelo mitólogo Jean Markale⁹.

⁷ DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas no século XII**: uma investigação. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 92.

⁸ FRAPPIER, Jean. Vue sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XII siècle, **Cahiers de civilization médiévale**, 2e année, n. 6, avril-juin 1959, p. 143.

⁹ MARKALE, Jean. Iseult, or the Lady of the Orchard. In: MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. Tradução de A. Mygind, C. Hauch e P. Henry. Rochester e Vermont: Inner Traditions International, Ltd. 1986, p. 201-243.



Suas atitudes e sua proeminência no desenvolvimento da lenda, principalmente no que concerne à versão de Thomas, a colocariam sob um viés distinto àquele que se pensa constituir o “estereótipo” feminino recorrente durante a Idade Média¹⁰. Há “contexto mental” que gestou-se ao longo de todos os séculos medievais cujos Padres da Igreja foram os principais propulsores; estas ideias ganharam difusão e foram sendo readaptadas ao longo do tempo principalmente por homens pertencentes ao clero¹¹. Agostinho de Hipona – comumente conhecido como Santo Agostinho – e que escreveu no final do século IV d. C., é um destes teóricos que podem ser evocados para se compreender, em tese, o lugar do feminino dentro do pensamento cristão. Suas dogmáticas reverberaram durante toda a Idade Média, das quais muitos eruditos, geralmente clérigos, se utilizaram para evocar autoridade – ou mesmo como recurso retórico – às suas produções escritas. Ao tratar de temas de cunho filosóficos, como a concepção humana, o Pecado Original e a Queda, o teórico ressalta, em seu *Comentário ao Gênesis*, apontamentos que definem o sexo feminino como inferior ao masculino por natureza.

A historiografia tratou de Isolda, principalmente a partir da segunda metade do século XX, como uma personagem distinta a esta concepção que se crê que os homens detinham acerca do sexo feminino. Como salientado, seu protagonismo na história, seu amplo número de falas, a dependência da amada na qual o herói Tristão esteve imerso (quando, por exemplo, Isolda foi a única a poder salvá-lo de suas feridas incuráveis) foram fatores que contribuíram para se atestar essa possível “diferenciação” de Isolda. Geralmente estas visões e caracterizações que foram feitas acerca de Isolda associam-na com a mais provável origem da lenda¹²: uma origem céltica da lenda de *Tristão e Isolda*, defendida pelo pioneiro dos estudos sobre a

¹⁰ Embora pensar em estereótipos seja um pouco problemático para os meios acadêmicos, principalmente nas Ciências Humanas, o termo que está aqui sendo referido é adotado a partir do estudo desenvolvido pelo historiador R. Howard Bloch; grosso modo, ele desenvolve análises que corroboram para a compreensão de que a visão cristã do feminino, majoritariamente impregnada no imaginário ocidental cristão, seria a da mulher fraca, pecadora e submissa ao masculino. Para mais, ver: BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

¹¹ Há uma ampla circularidade de ideias “antifemininas” nos séculos medievais que estavam em voga, principalmente, entre os clérigos. Para mais, ver: BLAMIRE, Alcuin. **Woman defamed and woman defended: An Anthology of Medieval Texts**. Nova Iorque: Clarendon Press, Oxford University Press, 2002.

¹² Embora a origem mais provável seja a céltica, elaborada pioneiramente por Gaston Paris no final do século XIX e endossada até hoje, outros estudiosos ao longo do século XX enxergaram na lenda tristânica uma possível origem oriental, mais especificamente iraniana, assim como influência das epopeias greco-latinas. Para mais, ver: NEWSTEAD, Helaine. The Origin and the Growth of the Tristan Legend. In: LOOMIS, Roger Sherman (Ed.). **Arturian Literature in the Middle Ages: a collaborative history**. Oxford: Clarendon Press, 1959, p. 122-133; TORRE, Luzdivina Cuesta. Origen de la Materia Tristiana: estado de la cuestion, *Estudios humanísticos, Filología*, n. 13, 1991; NOSRAT, Shahla. **Origines indo-européennes des deux romans**



“literatura medieval”, Gaston Paris.

Em seu *Poèmes et légendes du Moyen Âge*, publicado em 1900, Gaston Paris imprime à legenda esta origem céltica, cujos elementos notadamente advindos desta ramificação cultural atestariam a especificidade que fora dada às ações e sentimentos das personagens de *Tristan*¹³. Os poderes e conhecimentos de cura que possui Isolda, o exílio imposto ao casal na floresta de Morois – existente na versão de Bérout –, os nomes de origem germânica¹⁴, assim como o próprio formato da narrativa, que, segundo Paris, seria inspirada nas epopeias irlandesas e bretãs, seriam características que ratificariam a origem céltica da estória. Ademais, Paris ressalta a afinidade com temas sentimentais que a cultura oral céltica teria manifestado – e que fora representada, mais tarde, nas canções de gesta francesa e em narrativa germânicas –; o amor, seja ele profano ou sagrado, seria o cerne desta cultura¹⁵.

Os próprios personagens da legenda não agiriam conforme as dogmáticas cristãs, provavelmente em voga no período de produção escrita destas narrativas, já que a legenda teria impregnado nesta sociedade cavaleiresca que seria distante de seu meio original¹⁶. As demais personagens agiriam de maneira contrária àquela esperada pela sociedade cristã cortês; mais expressivamente Isolda seria, assim, um anti exemplo à figura que deveria representar, a de rainha consorte, portanto, fiel, leal e submissa; ela seria a antítese das regras de conduta das sociedades que detinham no casamento a base social de sua organização¹⁷: livre para agir conforme seus sentimentos.

É nesta linha de pensamento que seguiu Jean Markale, quando, nos anos 1970, escreveu uma obra que buscava elencar os elementos pertencentes a uma “concepção céltica” do feminino; em seu capítulo dedicado à Isolda, cuja caracterização a colocaria como uma fusão de muitas características atribuídas às mulheres nas sociedades célticas, Markale afirma que Isolda seria uma clara representação de rebeldia contra a sociedade patriarcal vigente¹⁸. Amparado pelo pressuposto da existência de sociedades matrilineares e

médiévaux: Tristan et Iseult et Wîs et Râmîn. Thèse (Doctorat en Littérature Comparée). Université de Strasbourg, École doctorale des Humanités, 2012.

¹³ PARIS, Gaston. **Poèmes et légendes du Moyen Âge**. Paris: Societé d’Edition Artistique, 1899, p. 113-180.

¹⁴ *Ibidem*, p. 122.

¹⁵ *Ibidem*, p. 120.

¹⁶ *Ibidem*, p. 154.

¹⁷ PARIS, Gaston. **Poèmes et légendes du Moyen Âge**. Paris: Societé d’Edition Artistique, 1899, p. 171.

¹⁸ MARKALE, Jean. Iseult, or the Lady of the Orchard. In: MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. *Op. cit.*, p. 207.



ginococratas existentes entre as sociedades primitivas antes do período neolítico¹⁹, Markale realiza uma intensa análise acerca de lendas e histórias de conteúdo oral provenientes dos povos celtas; principalmente as várias em que o feminino ocupa um lugar central dentro da narrativa. Os estudos historiográficos que abordam em seu cerne essa teoria das sociedades “femininas” pré-históricas foram, portanto, a base fundamental da obra de Markale que, a partir da exposição de um contexto histórico referente aos povos celtas, identifica, numa ampla variedade de mitos de origens galesa, irlandesa e bretã, “estereótipos” comuns a todos eles em relação às personagens femininas, quase sempre as protagonistas desses mitos.

Dentre essas histórias, Markale apresenta a famosa lenda do folclore irlandês do casal Diarmaid e Grainne; narrativa na qual, grosso modo, também há a presença de um triângulo amoroso, como em Tristão e Isolda: Grainne, filha do rei da Irlanda, Cormac Mac Art, prometida ao líder guerreiro mais velho Fionn Mac Cumhaill, apaixona-se por um dos guerreiros e amigo deste líder, Diarmaid. Não são, entretanto, somente estas características em comum que chamam a atenção: segundo Markale, há três elementos essenciais que, ao corresponderem à “concepção céltica do feminino” elucidada por Markale, trabalham em prol do desenvolvimento de ambas as histórias. Seriam eles: a presença do chamado *geis* irlandês, uma espécie de “feitiço” ou profecia que é realizado por uma mulher poderosa e que tem consequências sérias ao destino de quem o recebeu; o papel determinante que as mulheres das histórias possuem no desenrolar das narrativas e, por último, a presença de uma “deusa tirânica”, de natureza solar, e que determina o destino do homem que está ligado a ela²⁰.

Markale caracteriza o filtro mágico, a poção de amor bebida por engano por Tristão e Isolda, como um possível *geis* céltico. O poder deste tipo de “feitiço” estaria sob jurisdição humana, mas também divina, fazendo o indivíduo que recebeu o *geis* esquecer de suas obrigações e colocar o desejo de quem o lançou em primeiro plano: era esse, ao que parece, o significado para as sociedades célticas. O *geis* teria sido, assim,

¹⁹ Markale parte do pressuposto de que o feminino nas sociedades primitivas ocupava um lugar central (seja nas organizações sociais e na divisão do trabalho, quanto pela questão da maternidade), e este lugar foi refletido, inclusive, nas concepções das deusas dessas sociedades, também de extrema importância. As mudanças de pensamentos teriam ocorrido a partir das transformações socioeconômicas desses povos, como o surgimento da agricultura e sedentarização, momento em que começou a surgir uma mais delineada divisão do trabalho pelo sexo, resultando, tempos depois, numa sociedade patriarcal. MARKALE, Jean. Introduction. In: MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. Op. cit., p. 9-20. Esta teoria esteve muito em voga principalmente a partir dos anos 1960 e pela popularidade dos movimentos feministas dentro da academia; para mais, ver: D’EAUBONNE, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Editorial Vega, 1977.

²⁰ MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. Op. cit., p. 212.



adaptado aos ouvintes do século XII, no formato de uma poção mágica, uma vez que, segundo Markale, a moralidade cristã em curso na época não teria permitido que uma protagonista de uma narrativa com ampla difusão tomasse decisões tão moralmente tortuosas por si só, isto é, conscientemente. A poção funcionaria como uma espécie de meio para travar a responsabilidade do casal protagonista, praticante de adultério, mas também de incesto²¹. Uma forma de trazer simpatia ao sofrível casal, como salienta Markale²².

Este elemento “mágico” funcionaria, segundo Markale, um meio para que a segunda característica obtivesse uma oportunidade de se manifestar: ela permite a ação iniciadora das mulheres na história, em ambas as narrativas são as mulheres que dão início àquela relação proibida, tomando alguma iniciativa fundamental; Isolda, em especial, inicia sexualmente Tristão, metaforicamente fazendo nascer um “novo homem”, algo que Markale considera um aspecto expressivamente importante: a sacralidade do nascimento, embora metafórico; ato necessariamente transformador que estaria vinculado, sempre, ao feminino. O feminino como elemento iniciador, atrelado ao nascimento é um fomento à terceira característica apontada por Markale: a de que Isolda teria uma natureza divina solar, muito semelhante à importância dada ao feminino atrelado ao sol na época da existência das chamadas “ginecocracias”²³. Ela ressalta que uma viragem teria ocorrido no entendimento dos caracteres das divindades: ao iniciar a discussão salientando que a palavra “sol” nas línguas célticas e germânicas seriam de gênero feminino²⁴, o autor postula a inversão que teriam ocorrido:

O destino da deusa do sol estava indissolúvelmente ligado à rebelião do homem contra a mulher, o que levava o poder a ser investido numa sociedade dominada pelos homens, e não na ginecocracia. Houve uma inversão total dos valores religiosos, sendo as divindades originalmente femininas substituídas por divindades masculinas adaptadas às novas estruturas sociais, das quais o paradigma é Apolo.²⁵

A qualidade de divindade solar dada à Isolda e a outras heroínas célticas dá a elas o aspecto tirânico através do qual elas detêm o poder e podem impor o *geis*: elas têm sob seu comando uma autoridade

²¹ DOGGETT, Laine E. **Love Cures**: healing and love magic in Old French romances. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009, p. 107.

²² MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. *Op. cit.*, p. 216.

²³ Seriam essas “sociedades femininas” existentes antes do período neolítico, cuja posterior emergência do ideal patriarcal teria destruído.

²⁴ MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. *Op. cit.*, p. 240.

²⁵ *Ibidem*, p. 240.



incondicional; segundo este entendimento colocado por Markale, o poder de reger os acontecimentos sobre a vida e a morte seria, assim, o principal atributo da divindade solar presente nas sociedades antigas.

Também amparado pela possível origem céltica da lenda de *Tristão e Isolda*, o estudioso contemporâneo Leonardo Hincapié busca traçar uma caracterização de Isolda a partir do panteão de divindades célticas: o poder sobre a vida e a morte, segundo este estudioso, seria um atributo das *Isoldas* da lenda tristânica²⁶. Embora Hincapié não tanja no tema da divindade solar, como Markale, ele identifica, na tríade representada por Isolda, a Mãe, Isolda, a Loura e Isolda das Mãos Brancas, uma analogia com certas divindades femininas também representadas em tríade dentro das tradições célticas, como, por exemplo, a lenda das três Machas que justificam os nomes de três lugares importantes para a história irlandesa²⁷, sempre influenciando os destinos das demais personagens da narrativa mitológica, mas principalmente dos heróis.

Diferentemente de Jean Markale, Hincapié aborda as três *Isoldas* como faces de uma mesma personagem: ele enxerga Isolda, a Loura – o par romântico de Tristão – como uma espécie de síntese das outras duas *Isoldas*, sua mãe – que lhe transmitiu os saberes de cura fundamentais ao desenrolar da trama, já que era somente a rainha que curaria o cavaleiro de sua derradeira ferida – e sua rival, Isolda das Mãos Brancas, cujo ato de perfídia final leva o herói à morte. Isolda teria, assim, um papel fundamental e imperativo dentro da narrativa, influenciando o destino de Tristão: é sua *amante*, levando-o ao caminho erotizado para que “nascesse” um novo homem; é sua *cura*, já que a vida do cavaleiro estaria em suas mãos em algumas passagens cruciais da estória, mas é também sua *algoz*, visto que o amor por ela despertado, juntamente com o ciúme de sua rival, o levou à morte.

A historiadora Judith Weiss, ao aprofundar-se na temática das mulheres presentes nos romances anglo-normandos da Idade Média, também evoca certas especificidades de Isolda e, numa perspectiva comparativa, associa a personagem a uma possível inspiração contemporânea. Nos romances trazidos ao debate pela autora podem ser identificadas personagens femininas que enfrentam as adversidades e os sofrimentos que lhe são impostos, através de seus talentos e conhecimentos, mas sempre em busca de realizarem seus desejos²⁸; em Isolda, Weiss também enxerga esta característica:

²⁶ HINCAPIÉ, Leonardo. Yseut: la mère, l'amour, la mort, *Linguística y Literatura*, n. 63, 2013, p. 17-34.

²⁷ HINCAPIÉ, Leonardo. *Op. cit.*, p. 20-21; WADDELL, John. **Myth and Materiality**. Oxford & Philadelphia: Oxbow Books, 2018, p. 124-125.

²⁸ WEISS, Judith. Power and Weakness of women in Anglo-Norman romance. In: MEALE, Carol M. (Ed.). **Women and Literature**



Isolda é uma das heroínas mais talentosas: aprendeu a tocar harpa com Tristan, aprendeu as artes da cura através de sua mãe. Ela usa isso para curar Tristan duas vezes de feridas, e isso é lembrado tanto nos *Folies Tristan* quanto na cena da morte no *Tristan* de Thomas. O amor como remédio para o amante é, obviamente, uma ideia atual desde os tempos de Ovídio, mas o comando de Isolda sobre remédios a relaciona mais à igualmente venerável ideia de mulher como *venefica*, criadora de poções e usuária de magia.²⁹

Weiss parte das mudanças sociopolíticas trazidas com a conquista normanda da Inglaterra de 1066, a qual teria alterado alguns costumes e estatutos jurídicos acerca das mulheres: basicamente, existe uma discussão acadêmica que defende a relativa liberdade, social, econômica e jurídica, das mulheres anglo-saxãs, portanto, antes dos costumes normandos serem implementados na ilha³⁰. Ela associa, dessa maneira, este possível declínio do status feminino, seja na Inglaterra ou na França, à emergência dos romances com personagens femininas destacáveis, fortes e inteligentes: sua principal hipótese é de que mulheres reais, de famílias ilustres na Inglaterra, possam ter influenciado (e também financiado) os poetas e compositores destas narrativas, refletindo nos conteúdos dos romances, em certa medida, a autoridade que algumas dessas mulheres ainda exerciam³¹.

MATÉRIA TRISTÂNICA. HIPÓTESES SOBRE SUA ELABORAÇÃO

Buscar as circunstâncias de produção de *Tristan* de Thomas e, mais amplamente, da matéria tristânica, é um esforço imprescindível à compreensão de muitos elementos presentes nesta narrativa cortesã. Os acontecimentos transcorridos em âmbito sociopolítico se constituem um importante caminho a ser percorrido, já que é significativo captar, uma vez que se considera o conteúdo tristânico como advindo de um substrato não cristão, as motivações da utilização de um conteúdo "profano" em uma corte cristã. Além do panorama sociopolítico, é importante compreender também de que maneira essas relações sociais estiveram imiscuídas nas manifestações artísticas e culturais, também constituintes deste panorama. Para tal, os

in Britain 1150-1500. Cambridge University Press, 2nd edition, 1996, p. 13.

²⁹ *Ibidem*, p. 13-14.

³⁰ Pauline Stafford é uma estudiosa pioneira acerca da condição feminina na Inglaterra medieval; ela coloca em xeque esta visão dúbia desenvolvida na academia que enxerga o período anglo-saxão como de maior liberdade às mulheres, relativizando os argumentos que outros se utilizaram para sustentar esta hipótese. Ver: STAFFORD, Pauline. *Women and the Norman Conquest*, *Transactions of the Royal Historical Society*, 4, p. 221-249.

³¹ WEISS, Judith. *Power and Weakness of women in Anglo-Norman romance*. *Op. Cit.*, p. 17. É muito interessante a análise realizada por Weiss e, caso pertinente, é uma parte importante a ser realizada durante o andamento da pesquisa: vislumbrar as vidas de mulheres reais para poder compará-las, com algumas ressalvas, à Isolda.



especialistas do tema levantaram hipóteses concernentes à estrutura narrativa de *Tristan*, sua caracterização com relação aos gêneros narrativos em voga na época, seus elementos retóricos que podem, ademais, indicar algumas nuances sobre a figura enigmática de Thomas.

O ambiente de produção do *roman* contempla, ao que as fontes e estudos indicaram, um provável "embate" que pode ter sido recorrente na referida época; um possível desentendimento entre as instâncias *regnum* e *sacerdotium*, isto é, entre Henrique II e o clero inglês, ou mais amplamente, com o próprio papado da época³². A produção deste tipo de escrito, o *roman* – se for admitida a presença destes temas célticos, isto é, notadamente pagãos, revestidos e fundidos com temas cristãos –, poderia ser apontada como uma espécie de "resistência" (consciente ou não) da dinastia Plantageneta – e mesmo de sua nobreza laica – frente às pressões que a Igreja realizava para ganhar espaço no âmbito temporal, dadas às mudanças da Reforma Pontifical empreendida no século anterior.

Comumente reconhecida como Reforma Gregoriana³³, essa Reforma, grosso modo, buscava ampliar os poderes da Igreja no âmbito temporal dos reinos cristãos ocidentais. A historiadora alemã Uta-Renate Blumenthal ressalta, por exemplo, que desde Guilherme, o Conquistador – isto é, desde 1066 – até muito provavelmente Henrique II, a Igreja na Inglaterra detinha um caráter "nacional"³⁴: ao rei cabia decidir todos os caminhos burocráticos que a Igreja inglesa estaria autorizada a percorrer, inclusive poderia interferir nas relações desta com a Sé romana. Uma lógica própria de interação entre os poderes temporal e secular, portanto.

Essas especificidades sociopolíticas do medievo ocidental podem ter se constituído um ambiente propício às elaborações destas narrativas: a composição, não só de *Tristan*, mas dos vários *roman* do ciclo arturiano – aqueles que compõem a *Matéria da Bretanha* –, podem ter relação com aquilo que o medievalista

³² Para mais sobre este fato ver: DUGGAN, Anne J. Henry II, the English Church and the Papacy, 1154-76. In: HARPER-BILL, Christopher. VINCENT, Nicholas. (Eds.). **Henry II: new interpretations**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007, p. 154-183.

³³ RUST, Leandro Duarte; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito, **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 3, setembro de 2009, p. 135-153.

³⁴ BLUMENTHAL, Uta-Renate. **The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the Ninth to Twelfth Century**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995, p. 153-154. Embora possa soar anacrônico a utilização deste termo, o que a historiadora quer ressaltar é que a burocracia eclesiástica inglesa estava subordinada aos poderes temporais do rei da Inglaterra.



Jacques Le Goff denominou de “reação folclórica”³⁵ de caráter “popular”³⁶, oriunda de um substrato não cristão (céltico, no caso), de uma sociedade heterogênea que poderia estar ansiosa por manter suas origens frente à conquista normanda, que completava apenas cem anos durante o reinado de Henrique II.

O conteúdo dessas narrativas, no que se refere à ideia de “reação folclórica”, possuía uma origem de caráter oral – portanto, provavelmente, de conhecimento de muitos segmentos sociais –, mas a composição dessas histórias, como elas chegaram até nós, esteve delimitada por uma camada intelectual de poetas/compositores, provavelmente formados a partir dos elementos gramáticos, retóricos e dialéticos provenientes do *trivium*³⁷. Como elucida o historiador Marcus Baccega:

A “reação folclórica” correspondeu à constituição de verdadeiras mitologias de origem – que exercem a função legitimadora de narrativas identitárias – para as casas nobiliárquicas. Isso se deu a partir do apelo a entes fantásticos do imaginário pagão pré-cristão, advindos da cultura oral híbrida céltica, germânica e greco-romana, que se mesclaram no interior da moldura ideológica e retórica do Cristianismo.³⁸

Ademais, as terras do que hoje se compreende como Inglaterra haviam sido cristianizadas, no século XII, há pouco tempo³⁹; assim como tinham sofrido com todos os tipos de invasões: presenças romana, angla, saxã, frísia, céltica, juta, além de dinamarquesa (ou “viking”) e, por último, normanda. Essa heterogeneidade, muito característica do que foi conhecido posteriormente como “povo inglês”, pode ter tido uma profunda influência no desenvolvimento sociocultural da Inglaterra e, conseqüentemente, na produção de *Tristan*.

³⁵ Hilário Franco Júnior aponta que a “cultura popular medieval” foi complexamente construída, como um reservatório de folclore tradicional e o cristianismo, isto é, a “cultura intermediária” definida por ele é apenas um traço daquela sociedade. FRANCO JR., Hilário. **A Eva Barbada: ensaios de Mitologia Medieval**. *Op. cit.*, p. 33. O termo “reação folclórica” pode ser encontrado também entre os escritos de Jacques Le Goff, para quem a ‘renovação literária’ dos séculos XI e XII foi a representação da formulação de uma nova cultura, composta pelas e para uma nova mediana aristocracia, inculcada na ordem cavaleiresca, os milites; com intuito de se afastar de uma cultura clerical, esses novos atores sociais teriam compostos uma cultura para si, buscando elementos folclóricos de um tempo remoto e anterior à cristianização. Para mais ver: LE GOFF, Jacques. *Cultura clerical e tradições folclóricas na civilização merovíngia*. In: LE GOFF, Jacques. **Por uma outra Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 296 (nota 26).

³⁶ “Popular” aqui refere-se à ideia da difusão dos elementos desse conteúdo intrínseco às narrativas cortesãs. Por se tratarem de temas que se difundiram a partir de um meio oral, supõe-se que seria de amplo conhecimento de vários grupos sociais; é essa aproximação entre o caráter oral, difusor desses temas, e o significado de “popular” que se pretende ensinar durante o estudo.

³⁷ HUNT, Tony. Aristotle, Dialectic and Courtly Literature, **Viator**, n. 10, 1979, p. 123.

³⁸ BACCEGA, Marcus. O Santo Graal, o Ciclo de Artur e o mundo moderno. In: BACCEGA, Marcus (Org. e tradução). **A Demanda do Santo Graal: o Manuscrito de Heidelberg**. *Op. cit.*, p. 366.

³⁹ LOBATO, Maria de Nazareth Corrêa Accioli. Realeza e Cristianização na Inglaterra Anglo-Saxônica, **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**, 19 a 23 de julho de 2010, p. 2. A autora do artigo fala dos primeiros contatos dos povos da Bretanha com o cristianismo; a religião romana já era conhecida pelos bretões desde o século IV, mas só foi instaurar-se entre a elite anglo-saxã em meados do século VI, praticando ainda um cristianismo muito independente da Sé Romana.



Além deste cenário político efervescente, é necessário atentar-se às outras produções narrativas e poéticas que estiveram em voga durante este período e que podem, de alguma maneira, ter influenciado Thomas e seu *Tristan*. Parece, então, não ser somente este aspecto do reinado de Henrique II que pode ter sido significativo às produções culturais em curso, mas também a atuação de sua esposa, Eleanor da Aquitânia, em diversos âmbitos – tais como o político e o cultural – em sua corte⁴⁰.

Eleanor da Aquitânia não é representativa somente de um poder feminino extremamente importante para as relações sociopolíticas da época⁴¹, mas sua origem tem uma especificidade que a conecta com a produção narrativa em curso naquele período: além de sua reconhecida prática de mecenato (que a boa parte da historiografia afirma ter perdurado inclusive entre seus descendentes, já que há indícios de que fora praticada também por Marie de Champagne, filha de seu primeiro casamento com Luís VII da França), existiam, ao que parece, conexões linguísticas, culturais e políticas entre as regiões da Aquitânia e Bretanha⁴², desde antes mesmo da conquista normanda da Inglaterra.

A região de origem de Eleanor, a Aquitânia, sudoeste da França onde desenvolveu-se o dialeto *langue d'oc*, pode, portanto, ser um indicativo significativo que a conecta com a produção cortês em curso. Neta do duque Guilherme IX da Aquitânia, conhecido como *O Trovador*, é muito comum que a historiografia a associe ao financiamento das artes – principalmente da poesia lírica dos trovadores reconhecida como *fin'amour*, própria da *langue d'oc*⁴³ – e ao desenvolvimento da *Matéria da Bretanha* na Inglaterra, enquanto era esposa de Henrique II, embora existam outros estudiosos que não corroboram com estes fatos⁴⁴. Conquanto esta caracterização de Eleanor seja um impasse acadêmico, sua presença na corte inglesa e seu aparente

⁴⁰ Grande parte da historiografia, principalmente entre aquela oriunda dos séculos XIX e XX, tendem a caracterizar a corte de Henrique II como receptiva e propulsora da intelectualidade do século XII. É enfatizado também o papel que Henrique II e Eleanor da Aquitânia tiveram como mecenas de grandes obras, principalmente produzidas em língua vernácula, o anglo-normando. Este dado, até então tido como um fato, tem sido revisitado e relativizado pela historiografia contemporânea. Para mais, ver: KENNEDY, Ruth; MEECHAM-JONES, Simon. (Eds.). **Writers of the Reign of Henry II: twelve essays**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

⁴¹ Para mais, ver: LEJEUNE, Rita. La femme dans les littératures française et occitane du XIe au XIIIe siècle, **Cahiers de civilisation médiévale**, 20e année (n°78-79), Avril-septembre 1977, p. 201-217; LEJEUNE, Rita. Rôle littéraire de la famille d'Aliénor d'Aquitaine, **Cahiers de civilisation médiévale**, 1e année (n°3), Juillet-septembre 1958, p. 319-337.

⁴² Para mais, ver: MARQUAND, Patrice. **Cultural Conections between Brittany and Aquitaine in the Middle Ages (10th - 13th centuries)**: "The Matter of Britain" and the "Chansons de Geste", 2009. (Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00613068/> - acesso em 5 de julho de 2019).

⁴³ FRAPPIER, Jean. Vue sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XII siècle, **Cahiers de civilisation médiévale**, 2e année, n. 6, avril-juin 1958.

⁴⁴ BROADHURST, Karen M. Henry II of England and Eleanor of Aquitaine: patrons of literature in French?, **Viator**, v. 27, 1996, p. 53-84.



engajamento político a colocam numa posição de destacado papel social em sua época, sendo suas ações e representatividade imprescindíveis para se compreender ao menos um reflexo do que pode ter sido uma mulher poderosa em meio à circulação de ideais (atualmente) consideradas misóginas.

Outra hipótese que se insere neste panorama sociocultural em curso naquele período é a discussão acerca da caracterização cortês que foi dada à versão de Thomas. Algumas passagens principais, juntamente com as reações e comportamentos das personagens, levaram os especialistas do século XIX – e também outros depois destes, durante o século XX – a reiterar que a versão de Thomas tratava-se de uma “versão cortês”⁴⁵ da lenda de *Tristão e Isolda*. Por trazer um enfoque mais psicológico e voltado à “nobreza dos sentimentos”, Thomas teria tido maior influência da lírica cortês típica da *langue d’oc*, segundo Jean Frappier⁴⁶.

Este autor, ao trazer, no fim dos anos 1950, um estudo sobre a compreensão dos termos como “cortesia” e “fin’amour”, salienta a diferenciação entre a poesia lírica própria da região do *langue d’oc* (também conhecida como Midi), expressa pela ética do *fin’amour*, e os *roman*, influenciados pelo conteúdo cavaleiresco próprio do norte da França, cujos emblemas da honra e fidelidade eram mais constantes, onde dominava a *langue d’oil*. Embora o amor e a valorização da dama sejam aspectos fundamentais nestes dois gêneros cortesês, a ética atuante em cada um seria distinta:

O *fin’amour*, livre de toda restrição social, pretende uma autonomia moral e uma escolha livre. [...]. Os trovadores construíram, sobre o que poderia ser chamado de uma cultura de desejo erótico que foi desacelerada e prolongada, uma ideologia, uma casuística e um refinamento da aparência idealista. Os seguidores do *fin’amour* vivem perigosamente, numa ansiedade contínua, um fervor constantemente alertado. [...]. Mas seria errado atribuir sua aparência na literatura d’oil, e mais precisamente no romance, à única influência dos trovadores. A “cortesia”, no sentido mais amplo da palavra, parece ter se desenvolvido espontaneamente desde a primeira metade do século XII nos círculos aristocráticos do Norte, sem que o Sul tenha realmente exercido qualquer ação. Quanto à pintura do amor, oferece nos romances cortesês personagens originais comparados à poesia d’oc. Menos líricos e mais psicólogos (em parte devido à diferença de gêneros), os romancistas se apegam mais à análise do sentimento, especialmente à do amor nascente. Também no Norte, o novo ideal implica adoração à mulher amada, conferindo ao amor um valor de enobrecimento. Mas esse outro “amor cortês” não gravita exatamente na mesma

⁴⁵ Retomadas das tradições historiográficas que trabalharam com essa problemática da matéria tristânica foram realizadas por Bartina Wind e Anthony Hunt. Para mais ver: WIND, Bartina H. *Éléments courtois dans Béroul et dans Thomas*, **Romance Philology**, vol. XIV, n. 1, August 1960; HUNT, Tony. The significance of Thomas’s Tristan. In: **Reading Medieval Studies**. 1981, p. 41-61.

⁴⁶ FRAPPIER, Jean. *Vue sur les conceptions courtoises dans les littératures d’oc et d’oil au XII siècle*, **Cahiers de civilization médiévale**, 2e année, n. 6, avril-juin 1958, p. 154.



órbita que o *fin'amour*. Tende a ser reconciliado com a moralidade tradicional, para preservar os requisitos do direito social e da religião.⁴⁷

O *roman* de *Tristan*, elaborado por Thomas da Inglaterra e o *Lancelot* de Chrétien de Troyes⁴⁸, nos quais as influências do Midi seriam ressaltadas graças às especificidades das personagens, cujas ações colocariam o amor acima de todas as outras necessidades e regras sociais de conduta, poderiam ser considerados "cortesês", segundo a ética do *fin'amour* acima elucidada. A versão de Béroul, mais extensa do que a de Thomas, teria sido denominada de "versão comum", porque tratou muito mais da dura realidade das amarras sociais enfrentada pelos amantes. Os acontecimentos transcorridos na versão de Béroul teriam, assim, mais verossimilhança com os códigos de comportamento envolvidos numa sociedade de corte estruturada segundo a organização feudal; a repressão aos amantes é muito mais saliente nesta versão, assim como o rei Marc, que reage à relação adúltera de sua esposa e sobrinho com várias punições.

Esta denominação de ambas as versões, pensadas principalmente por Joseph Bédier, levou a estudiosa Bartina Wind a questionar, nos anos 1960, as caracterizações dadas às versões. Ao realizar um levantamento dos argumentos trabalhados pelos autores durante o século XX, Wind buscou fazer uma retomada desta problemática que cerca a matéria tristânica. Graças ao "refinamento psicológico" realizado por Thomas, Wind mantém, com algumas correções, as denominações tradicionais que foram impostas às versões: para a autora, Béroul poderia ser considerado "comum", mas a segunda parte de seu poema⁴⁹ evocaria elementos cortesês que o alocariam entre as duas tradições; para Thomas, a autora sintetiza seus argumentos da seguinte forma:

Para mim, a denominação original de Thomas está no plano psicológico e me parece em uma relação direta com a cortesia. Foi Thomas quem criou os motivos tradicionais da lenda a que estava vinculado e que, sem dúvida, seus ouvintes sabiam ser psicologicamente aceitáveis. *Tristan* para mim é cortês quando, em suas análises, ele apresenta um caso real de consciência (casamento), quando em um longo monólogo ele opõe o amor à razão. Ele é cortês novamente quando faz essa pergunta há muito debatida nas "cortes do amor": quem mais sofre, Tristan, Isolda ou Marc?⁵⁰

⁴⁷ FRAPPIER, Jean. Vue sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XII siècle, **Cahiers de civilization médiévale**, 2e année, n. 6, avril-juin 1958, p. 140-144.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 154.

⁴⁹ Wind chama atenção que a segunda parte do poema de Béroul contém cerca de 1500 versos, cujo enfoque se dá na transição das personagens que voltam a viver num ambiente de corte após três anos de exílio na floresta de Morois. Para mais ver: WIND, Bartina. *Éléments courtois dans Béroul et dans Thomas. Op. cit.*, p. 10.

⁵⁰ WIND, Bartina. *Éléments courtois dans Béroul et dans Thomas. Op. cit.*, p. 12.



No início dos anos 1980, entretanto, o especialista Anthony Hunt colocaria em xeque esta caracterização da versão de Thomas⁵¹. Graças à intensa dúvida colocada a Tristão, protagonizada através do monólogo presente no fragmento de *Sneyd*, Hunt ressalta o caráter não cortês que invoca o comportamento do herói: o cavaleiro possui dúvidas sobre a rainha, sua amada, a qual ele acredita o ter esquecido e estar vivendo em luxúria com seu marido, o rei Marc; como forma de obter satisfação semelhante e de vingança, Tristão escolhe se casar com a princesa da Bretanha, Isolda das Mãos Brancas. Tal ato é interpretado por Hunt como expressivamente não cortês: conquanto a tensão do desejo, matéria típica da lírica cortês dos trovadores *d'oc*, esteja presente, ela é dissipada a partir do momento que a decisão de Tristão converge para a promessa de alívio e de esquecimento de sua amada, a rainha Isolda⁵². Hunt caracteriza Thomas da seguinte forma:

Ele é um moralista que mostra a todos que seus protagonistas se comportam desonrosamente sob a influência da paixão, quando não estão mergulhados na escuridão. Até onde concerne aos amantes, não é o *fin'amour* mas o *thanatos* que domina esse poema. Portanto, penso que é correto sustentar que o poema de Thomas é um relato pessimista das vicissitudes do amor puramente humano na perspectiva da moralidade cristã tradicional e que os estudos críticos que discernem no trabalho uma celebração do *fin'amour* são tão imprecisos que quase qualquer situação envolvendo fidelidade e desejo seja assimilada à noção de amor cortês.⁵³

Embora inserido no conjunto da literatura cortês, porque produzido num ambiente de corte, o *Tristan* de Thomas da Inglaterra não poderia ser caracterizado como uma "versão cortês" (isto é, a partir da ética do *fin'amour*) da lenda, segundo Hunt. Os ciúmes, a inveja e a vingança que constam nos comportamentos de alguns personagens não permitiriam caracterizar esta narrativa como cortês; a formação de Thomas, também objeto de debate na academia, o insere numa corrente intelectual de moralidade cristã, cujas histórias produzidas serviriam como uma espécie de *exemplum*, isto é, para fins didáticos⁵⁴.

Diferentemente de outra corrente de autores que veem o *fin'amour* como um elemento antagônico à moralidade cristã⁵⁵, Hunt vê o *fin'amour* como um importante recurso para reiterar a moralidade cristã. Ele

⁵¹ HUNT, Tony. The significance of Thomas's Tristan. *Op. cit.*, p. 41-61.

⁵² HUNT, Tony. The significance of Thomas's Tristan. *Op. cit.*, p. 50.

⁵³ HUNT, Tony. The significance of Thomas's Tristan. *Op. cit.*, p.50.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 52.

⁵⁵ O exemplo clássico deste debate é a obra do francês Dennis de Rougemont, *L'Amour e l'Occident*, que associa a origem da lírica do amor cortês – corporificado na lenda de Tristão e Isolda – aos movimentos heréticos que se desenvolveram no século XII, colocando o movimento cortês como contrário à doutrina cristã. Para mais, ver: ROUGEMONT, Dennis. **O amor e o Ocidente**. Tradução de Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.



afirma, portanto, este fim didático da descrição – e não recomendação⁵⁶ – do amor cortês que foi realizada por Thomas, cuja grande atribuição é ter oposto o desejo à razão (*ratio*) e demonstrado, através do desfecho trágico da estória, o quanto esta forma de comportamento é nociva e imoral àqueles que a praticam. Para Hunt, longe de ser um propagandista deste amor, Thomas estaria engajado em atuar contra ele.

Concernente a esta caracterização que fora realizada sobre a versão de Thomas, insere-se também a hipótese acerca da formação intelectual de Thomas, já citada acima. Anthony Hunt e a estudiosa italiana Valeria Bertolucci Pizzorusso advogam a teoria de que Thomas teria sido formado através das artes do *trivium* – um quadro pedagógico de ensino herdado da Antiguidade clássica, composto pela gramática, retórica e dialética –, muito em voga nas escolas da Idade Média⁵⁷ e que isso teria determinado as formas que Thomas utilizou para construir sua narrativa⁵⁸. Em obras e épocas distintas, Hunt e Pizzorusso realizaram estudos que apontam elementos retóricos e dialéticos, provavelmente herdados do saber intelectual greco-romano, em alguns *roman* cortesões do século XII, como *Tristan* de Thomas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Captar estas nuances do passado têm se mostrado tarefa indispensável à compreensão das relações sociais que se constituíram entre os homens e as mulheres que viveram nesta época que convencionamos chamar de “Idade Média”. Os elementos historiográficos aqui brevemente elucidados constituem-se como recursos à compreensão do que poderiam ser estas relações e, conseqüentemente, ter uma ideia sobre o que o feminino representava para estes indivíduos. Entender a natureza destas relações, demonstrada através de uma narrativa cujo sentido de “ficção” parecia estar muito distante⁵⁹, mostrou-se como um recurso

⁵⁶ HUNT, Tony. The significance of Thomas's Tristan. *Op. cit.*, p. 49.

⁵⁷ A estudiosa Rita Copeland buscou delinear de que maneira o conteúdo clássico, isto é, greco-romano, fora recepcionado e trabalhado durante a Idade Média, sendo as artes do *trivium* apenas uma das heranças intelectuais que a Antiguidade clássica legou ao ocidente medieval. Para mais, ver: COPELAND, Rita. (Ed.). **The Oxford History of Classical Reception in English Literature**. Volume I (800-1558). Oxford: Oxford University Press, 2016.

⁵⁸ Para mais, ver: HUNT, Tony. Aristotle, Dialectic, and Courtly Literature. *Op. cit.*, p. 95-129; PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci. **Morfologie del testo medievale II**. Nuova raccolta di saggi e articoli. Ariccia: Aracne Editrice, 2017.

⁵⁹ Ao focar sua análise nas narrativas arturianas proveniente das cortes germânicas, paralelas e simultâneas às narrativas de conteúdo tristânicos da Idade Média, o historiador brasileiro Marcus Baccega atenta para a hipótese plausível de que estas narrativas não detinham o caráter de “ficção” tal como os contemporâneos do século XII compreendem, e sim que os homens e mulheres medievais as entendiam como verdades históricas, possivelmente de um passado longínquo. Para mais, ver: BACCEGA, Marcus. **Logos do Sacramento. Retórica do Santo Graal: A Sacramentalidade Medieval do Mundo e do Homem na Demanda do Santo**



significativo para se compreender as ideias que poderiam ter se formulado, ademais, sobre Isolda. Os acontecimentos que constituem a estória podem indicar muitos elementos sobre a sociedade em que fora constituída e, uma delas é esta relação intrínseca a um casal – apaixonado – e como este comportamento poderia afetar toda uma estrutura social em pleno funcionamento.

Todos estes apontamentos, tanto os que concernem à constituição da narrativa em si, como as que estão relacionadas ao ambiente de produção do *roman*, tangenciam a temática das relações de gênero, importante ferramenta para se compreender a personagem Isolda. As discussões sobre as origens e as construções da personagem – reiterada a todo momento como “céltica” pela historiografia – levam o pesquisador da temática a sentir a necessidade de se compreender não somente a Isolda de Thomas da Inglaterra, mas também a Isolda de Béroul e a Isolda de Gottfried von Strasburg e as Isoldas presentes nos *Folies* – versões mais próximas cronologicamente. A análise comparativa que deverá, no desenvolvimento da pesquisa, ser empreendida poderá revelar traços significativos – sejam eles comuns ou distintos – à constituição da personagem e encaminhará para o vislumbre de possíveis caracterizações acerca do feminino, de uma maneira geral, mas em localidades específicas.

Como salientado, mais do que a *História das Mulheres*, a pesquisa propõe-se a uma *História das Relações de Gênero* imiscuída em uma *História das Mentalidades*: o próprio embate em que está colocada a versão de Thomas – se poderia ser caracterizada como cortês ou não –, é significativa na medida em que esta “literatura”⁶⁰, a chamada de “amor cortês” detinha na extrema valorização das figuras femininas um dos cerne de sua razão de ser, por exemplo. O entendimento do lugar reservado ao feminino dentro do pensamento cristão é outro elemento que tangencia o campo das relações de gênero; esta compreensão tem

Graal de Heidelberg (século XIII). Tese (Doutorado em História Social), FFLCH – USP, 2011; BACCEGA, Marcus. O Santo Graal, o Ciclo de Artur e o mundo moderno. *Op. cit.*

⁶⁰ É preciso estar ciente que o conceito de “literatura” é um produto da contemporaneidade, não sendo de conhecimento dos homens e mulheres medievais que não conheciam, ademais, a ideia de “ficção”, âmbito que geralmente nós, contemporâneos do século XXI, tendemos a identificar a ideia de “literatura”. O historiador e crítico literário Paul Zumthor atenta para as ressalvas para esse tipo de analogia entre a ideia de “literatura” em consonância com a realidade: “Os procedimentos simplificados de uma certa sociocrítica, com efeito, caem mal para este real fugidio, enterrado nas línguas das quais não possuímos nem mesmo todas as chaves. Forçoso é, certamente, admitir a existência de correspondência (a definir) entre o texto e seu contexto histórico: essas correspondências são mais evidentes nos textos narrativos em que o fator de verossimilhança os transforma em homologia, reproduzindo alguns aspectos do real extratextual. Porém, menos que do essas nuances, o que importa é a natureza das correspondências e o nível em que elas funcionam”. ZUMTHOR, Paul. *Questão de Identidade*. In: ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 50.



se mostrado muito frutífera na medida em que traz à luz características próprias de uma determinada cultura em que o objeto esteve envolvido: isto é, é necessário uma profunda compreensão acerca do que se tratavam e como se constituíram estas “ideias cristãs” para ver em Isolda traços de distinção.

Mais do que centrar-se, entretanto, na caracterização de Isolda de uma forma isolada, é importante também compreendê-la dentro da dinâmica das relações sociais em que estivera enveredada; buscando-se, assim, vislumbrar por que naquele momento ela fora representada daquela maneira: se ela estava em consonância com uma possível realidade ou se sua caracterização – ao que parece, distinta – servira para algum propósito específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

BÉDIER, Joseph. **Le roman de Tristan par Thomas**: poème du XIIe siècle. 2 tomes. Paris: Librairie de Firmin Didot et cie., 1901.

BLAMIRE, Alcuin. **Woman defamed and woman defended**: An Anthology of Medieval Texts. Nova Iorque: Clarendon Press, Oxford University Press, 2002.

HENDERSON, Ernest Flagg (Org.). **Select historical documents of the Middle Ages**. University of California Libraries, 1903.

MARCHELLO-NIZIA, Christiane (Ed.). **Tristan et Yseut**: les premières versions européennes. Paris: Éditions Gallimard, 1995.

ROSENTHAL, Joel Thomas. **Medieval Women and the sources of Medieval History**. Georgia: University of Georgia Press, 1990.

Fontes secundárias

BACCEGA, Marcus. **Logos do Sacramento. Retórica do Santo Graal**: A Sacramentalidade Medieval do Mundo e do Homem na Demanda do Santo Graal de Heidelberg (século XIII). Tese (Doutorado em História Social), FFLCH – USP, 2011.



- BACCEGA, Marcus. O Santo Graal, o Ciclo de Artur e o mundo moderno. In: BACCEGA, Marcus (Org. e tradução). **A Demanda do Santo Graal: o Manuscrito de Heidelberg**. São Paulo: Hedra, 2015.
- BÉDIER, Joseph. **O romance de Tristão e Isolda**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- BLOCH, R. Howard. **Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Tradução de Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BLUMENTHAL, Uta-Renate. **The Investiture Controversy: Church and Monarchy from the Ninth to Twelfth Century**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.
- BRAULT, Gérard-J. Entre ces quatre estrange amor. Thomas's Analysis of the Tangled Relationships of Mark, Isolt, Tristan and Isolt of the White Hands, **Romania**, tome 114, n. 453-454, p. 70-95, 1996.
- BROADHURST, Karen M. Henry II of England and Eleanor of Aquitaine: patrons of literature in French?, **Viator**, v. 27, p. 53-84, 1996.
- BROWN, Peter. **Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- CAMPBELL, Joseph. **Deusas: os mistérios do divino feminino**. In: Safron Rossi (Ed.). Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2015.
- CARVALHO, Yone de. **Teias de tempos e sentidos: as Versões Literárias Francesas da Legenda de Tristão e Isolda na Idade Média Central**. Tese (Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História). Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC-SP, 2010.
- COPELAND, Rita. (Ed.). **The Oxford History of Classical Reception in English Literature**. Volume I (800-1558). Oxford: Oxford University Press, 2016.
- CURTIUS, Ernst R. **Literatura Europeia e Idade Média Latina**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- D'EAUBONNE, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Editorial Vega, 1977.
- DOGGETT, Laine E. **Love Cures: healing and love magic in Old French romances**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2009.
- DUBY, Georges. **Heloísa, Isolda e outras damas no século XII: uma investigação**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.



- FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Misoginia, o mal do homem: postulados filosóficos e literários do mundo antigo e do seu legado medieval, **Acta Scientiarum: language and culture**, Maringá, v. 35, n. 1, Jan.- Mar., p. 75-85, 2013.
- FRANCO JR., Hilário. **A Eva Barbada**: ensaios de Mitologia Medieval. São Paulo: EDUSP, 2010.
- FRAPPIER, Jean. Vue sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XII siècle, **Cahiers de civilization médiévale**, 2e année, n. 6, avril-juin 1958.
- GEORGOUDI, Stella. Bachofen, o matriarcado e a antiguidade: reflexões sobre a criação de um mito. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente (v.1)**. Tradução de Maria H. C. Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, p. 569-589, 1990.
- HALVERSON, John. Tristan and Iseut: The Two Traditions, **Zeitschrift für französische Sprache und Literatur**, Bd. 93, H. 3, 1983.
- HARPER-BILL, Christopher. VINCENT, Nicholas. (Eds.). **Henry II**: new interpretations. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.
- HINCAPIÉ, Leonardo. Yseut: la mère, l'amour, la mort, **Linguística y Literatura**, n. 63, p. 17-34, 2013.
- HUNT, Tony. Aristotle, Dialectic, and Courtly Literature, **Viator**, n. 10, p. 95-129, 1979.
- HUNT, Tony. The significance of Thomas's Tristan. In: **Reading Medieval Studies**. 1981, p. 41-61.
- KENNEDY, Ruth. MEECHAM-JONES, Simon. (Eds.). **Writers of the Reign of Henry II**: twelve essays. New York: Palgrave Macmillan, 2006.
- KOHLER, Erich. **La Aventura caballeresca**: ideal y realidad en la narrativa cortés. Barcelona: Sirmio, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **Por uma outra Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LEJEUNE, Rita. Rôle littéraire de la famille d'Aliénor d'Aquitaine, **Cahiers de civilisation médiévale**, 1e année (n°3), Juillet-septembre, p. 319-337, 1958.
- LEJEUNE, Rita. La femme dans les littératures française et occitane du XIe au XIIIe siècle, **Cahiers de civilisation médiévale**, 20e année (n°78-79), Avril-septembre, p. 201-217, 1977.
- LOBATO, Maria de Nazareth Corrêa Accioli. Realeza e Cristianização na Inglaterra Anglo-Saxônica, **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio**, 19 a 23 de julho, p. 1-9, 2010.



- LOBATO, Maria de Nazareth Corrêa Accioli. **O rex anglorum ideal no Policraticus e no Esope**: um estudo comparado sobre imaginários políticos na Inglaterra do século XII. Tese (Doutorado em História Comparada) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- LOOMIS, Roger Sherman. (Ed.). **Arturian Literature in the Middle Ages**: a collaborative history. Oxford: Clarendon Press, p. 122-133, 1959.
- MARQUAND, Patrice. **Cultural Conections between Brittany and Aquitaine in the Middle Ages (10th - 13th centuries)**: "The Matter of Britain" and the "Chansons de Geste", 2009. (Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00613068/> - acesso em 5 de julho de 2019).
- MARKALE, Jean. **Les Celtes et la civilization celtique** : Mythe et Histoire. Paris: Éditions Payot, 1969.
- MARKALE, Jean. **Women of the Celts**. Tradução de A. Mygind, C. Hauch e P. Henry. Rochester e Vermont: Inner Traditions International, Ltd. 1986.
- MEALE, Carol M. (Ed.). **Women and Literature in Britain 1150-1500**. Cambridge University Press, 2nd edition, 1996.
- NOSRAT, Shahla. **Origines indo-européennes des deux romans médiévaux**: Tristan et Iseut et Wîs et Râmîn. Thèse (Doctorat en Littérature Comparée). Université de Strasbourg, École doctorale des Humanités, 2012.
- PARIS, Gaston. **Poèmes et legendes du Moyen Âge**. Paris: Societé d'Édition Artistique, 1899.
- PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci. **Morfologie del testo medievale II**. Nuova raccolta di saggi e articoli. Ariccia: Aracne Editrice, 2017.
- ROUGEMONT, Dennys. **O Amor e o Ocidente**. Tradução de Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. Rio de Janeiro: Edições Guanabara, 1988.
- RUST, Leandro Duarte. SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito, **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 3, setembro, p. 135-153, 2009.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, **Educação & Realidades**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, julho-dez., p. 71-99, 1995.
- STAFFORD, Pauline. Women and the Norman Conquest, **Transactions of the Royal Historical Society**, 4, p. 221-249.



- TORRE, Luzdivina Cuesta. Origen de la Materia Tristaniana: estado de la cuestion, **Estudios humanísticos**, [Filología](#), n. 13, 1991.
- VISING, Johan. **Anglo-Norman Language & Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1923.
- WARD, John O. Quintilian and the Rhetorical Revolution of the Middle Ages, **Rhetorica**, 13, p. 231-284, 1995.
- WEISS, Judith. Power and Weakness of women in Anglo-Norman romance. In: MEALE, Carol M. (Ed.). **Women and Literature in Britain 1150-1500**. Cambridge University Press, 2nd edition, p. 1-19, 1996.
- WIND, Bartina H. Éléments courtois dans Bérout et dans Thomas, **Romance Philology**, vol. XIV, n. 1, August 1960.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a "literatura" medieval**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- ZUMTHOR, Paul. **Falando de Idade Média**. São Paulo: Perspectiva, 2009.



O LUGAR DA CORAGEM NORMANDA NOS ESCRITOS DE GUILHERME DE POITIERS [C. 1020-C. 1080] E HENRIQUE DE HUNTINGDON [C. 1080-C. 1155] SOBRE A BATALHA DE HASTINGS

Paulo Christian Martins Marques da Cruz¹

INTRODUÇÃO

A Batalha de Hastings, ocorrida em 14 de outubro de 1066, é considerada o clímax da chamada Conquista Normanda da Inglaterra. Via de regra, o combate desenvolveu-se a partir de uma sólida defesa de infantaria anglo-saxões, que foram dispostos taticamente no alto de uma colina denominada Senlac. Divididos em três agrupamentos, os normandos realizaram uma série de repetidos ataques e de falsas fugas, visando a ruptura das linhas do inimigo, o que foi alcançado apenas no final do dia, resultando na morte do rei saxão².

Para Robert Bartlett, Hastings não significou apenas a decisiva vitória do então reclamando ao trono da Inglaterra, o duque Guilherme II, contra o último rei anglo-saxão da ilha, Haroldo II Godwinson³. Seus efeitos representaram o início da transmissão de elementos linguísticos ligados ao mundo franco para a Inglaterra, assim como uma nova estrutura administrativa.

O silêncio historiográfico dos conquistados, que seguiu-se a conquista - e contrastou com a pujança da escrita normanda -, ajuda a evidenciar Hastings enquanto um lugar de memória privilegiado, como sugere Elizabeth Van Houts⁴. Em posse de todo um reino, os novos governantes normandos esforçaram-se para que uma representação de si mesmos e de sua *gens*, alcançasse os novos súditos. Além da circulação de textos⁵

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: paulo.mmc1@gmail.com

² Para uma densa análise dos pormenores do evento, recomendamos a leitura de MORILLO, Stephen. *The Battle of Hastings: sources and interpretations*. Londres: Boydell & Brewer, 1999; MORILLO, Stephen. **Warfare under the Anglo-Norman Kings**. Woodbridge: The Boydell & Brewer, 1994.

³ BARTLETT, Robert. **England Under the Norman and Angevin Kings**. Oxford: The Clarendon Press, 2000, p.4-6.

⁴ VAN HOUTS, Elisabeth. The Trauma of 1066: The Norman Conquest of Anglo-Saxon England. **History Today**, v. 46, n°10, p.19-27, 1996.

⁵ Ao acompanharmos os pressupostos de Michael Clanchy, não acreditamos, ao tratarmos sobre a realidade do medievo, em uma divisão de audiências dos textos entre *illetterati* e *litterati*. Tais terminologias, em muito divulgadas e tomadas enquanto regras gerais



de origem normanda em prosa, como gestas e hagiografias, outros serão confeccionados ao longo do governo dos reis normandos, ou seja, entre 1066 e 1135. Com isso, a criação de um reino que amalgamava dois territórios separados pelo mar, possibilitou ainda a criação de uma cultura literária anglo-normanda, que ao demonstrar a aplicação de elementos retóricos de conquistados e conquistadores nos novos escritos, denunciou o surgimento de um novo regime de autoria.

Citamos como exemplos desse processo, a obra de Guilherme de Jumièges, que assim como sua abadia homônima, esteve sob o patronato direto do primeiro dos reis normandos da Inglaterra. A função de sua *Gesta Normannorum*, uma continuação da *De Moribus et Actis Primmorum Normaniae Ducum*, de Dudon de Saint-Quentin (c. 1015), seria a de narrar os episódios da Conquista Normanda, dando grande atenção a Batalha de Hastings. Movimento semelhante foi tomado por Guilherme de Poitiers em sua *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum*. Sendo capelão de Guilherme I da Inglaterra, o autor da *Gesta* pode construir a única biografia existente deste rei, e onde Hastings mostra-se um ponto de virada na narrativa do sujeito-objeto da obra. Finalmente, e já em termos de uma literatura anglo-normando, destacamos o texto de Henrique de Huntingdon, arqui-diácono dessa localidade e poeta da corte de Henrique I da Inglaterra (governo de 1100 a 1135). Intitulado *Historia Anglorum*, o texto mostrou-se um projeto audacioso de compilação da História da Inglaterra, retomando para isso o modelo utilizado por Beda, o Venerável, em sua *Historia Ecclesiastica* (c. 731).

Sobre a historiografia, tanto Hastings quanto os demais eventos ligados à Conquista Normanda da Inglaterra, associaram-se de maneira sensível a abordagens que convergiam para uma história mais política, sobretudo ao nos referirmos à própria produção de autores ingleses⁶. Nesse sentido, as fontes literárias da

pelos escolásticos para a capacidade do indivíduo de apropriar-se do texto, não daria de uma multiplicidade de formas de relação para com o texto. Mesmo ao nos referirmos a uma audiência sem conhecimento do letramento, é possível falar em formas de memorização pela voz, em episódios de leitura compartilhada, que por sua vez, darão precedente a criação de imagens mentais, ou ainda, de textos mentais. Tais técnicas e formas de relacionamento entre o indivíduo e o texto teriam sido bastante comuns durante o processo de formação de uma série de monges cronistas, o que explicação a rememoração e imitação de modelos – muitas vezes ligados à Antiguidade Tardia – de modelos literários, cuja possibilidade de acesso poderia mostrar-se bastante limitada aos autores. CLANCHY, Michael T. **From Memory to the Writing Record**: England 1066-1307. Chichester: Wiley Blackwell, 2013.

⁶ As próprias obras basilares de FREEMAN, E. A. **The History of the Norman Conquest of England**: its causes and its results'. V.III, 1876 e ROUND, J. H. **Feudal England**: Historical Studies on the XIth and XIIth Centuries, Swan Sonnenschein, 1895. Ambas as obras acabaram por balizar as interpretações entre uma "causa normanda" e uma "causa anglo-saxã", desenvolvidas ao longo de boa parte do século XX. Citamos como sintomas desse quadro os textos de GLOVER, Richard. English Warfare in 1066. In: **English Historical Review**. Nº67, p.1-18, 1952; FULLER, J. F. C. The Battle of Hastings – 1066. In: FULLER, J. F. C. (org). *A Military History*



Conquista eram recorrentemente colocadas ou retiradas do interior do debate mediante seu valor confirmatório de certo número de teses que haviam se solidificado na historiografia, como a própria reclamação do duque ao trono. Em direta conexão com reminiscências do romantismo nacionalista do século XIX, não raras eram as interpretações sobre os normandos e a criação de um reino anglo-normando, que se utilizavam de um léxico anacrônico, como império ou federação, como fez precisamente John Le Patourel⁷.

Um importante ponto de virada nos estudos normandos encontra-se no pequeno e provocativo livro *The Normans and their Myth*, de Ralph Henry Carless Davis, lançado em 1976. Sendo influenciada pela virada linguística que marcou a década, Davis propôs enquanto tese que os normandos haviam impulsionado sua própria expansão por diferentes partes da Europa, e sobrevivido enquanto identidade, tendo como base a feitura de um mito de origem que se tencionava especificidade e imitação⁸. Ao passo que os normandos seriam o produto da miscigenação de diversos povos como noruegueses, francos, flamengos e bretões, como narrado por Dudon de Saint-Quentin sobre a visão do invasor Rollo, o mesmo atribuía-se uma origem troiana, de Heitor. Apesar de tal tensão ajudar a denunciar a ação das instituições culturais francas na elaboração do próprio mito normando, o trabalho de Davis colaborava para a diminuição das interpretações nacionalistas que até então dominavam as análises. Mais do que isso, pesquisas que se conectavam a propostas culturalistas mais amplas, começaram a penetrar nas academias inglesa e francesa, possibilitando que temas até então engessados fossem revisitados e abordados sob uma nova perspectiva.

Nesse sentido, o *corpus* cronístico relacionado à Batalha de Hastings passou a ser alvo de estudos que procuravam evidenciar o processo de auto fabricação da identidade dos normandos, o que passou a incluir seus mecanismos de coesão interna e, obviamente, de negação do outro. Assim, as narrativas de batalha, bastante comuns na historiografia normanda e anglo-normanda, constituíam-se pela eleição de um certo número de elementos culturais ligados a marcialidade normanda, úteis na criação de uma imagem que deveria circular e perpetuar-se. Dentre tais elementos, uma ideia de coragem mostra-se cara aos autores que

of the Western World. Londres: Minerva Press, 1954; HOLLISTER, Warren. **Anglo Saxon Military Institutions on the eve of the Norman Conquest**. Londres: Oxford University Press, 1962 e LE PATOUREL, John. *The Norman Colonization of Britain*. In: **Settimane di Studio Del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo - I Normanni e la Loro Espansione in Europa nell'Alto Medioevo**. Spoleto: Centro di Studi sull'Alto Medioevo, 1968; **The Norman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

⁷ LE PATOUREL, John. **The Norman Empire**. *Op. Cit.*

⁸ CHIBNALL, Marjorie. **The Debate on the Norman Conquest**. Manchester: Manchester University Press, 1999, p.126-127.



se debruçaram sobre a escrita da *gens normannorum*. No caso específico da Batalha de Hastings, as narrativas de Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon ocupam lugar de destaque ao despenderem espaços consideráveis na reafirmação desse valor.

Ao retomarmos a historiografia, um único trabalho, elaborado por John Bliese, teve propriamente a intenção de lidar com a questão da coragem para os normandos⁹. Na mesma época, outros estudos sobre os *topoi* de retórica existentes em batalhas, como os presentes no interior das arengas, ao serem utilizados numa abordagem comparativa, evidenciavam um caminho promissor para as propostas de trabalho subsequente com o tema¹⁰.

Dito isso, nosso trabalho pretende apontar o lugar ocupado pelo valor da coragem normanda no interior das narrativas de Hastings de Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon. Acreditamos que mesmo consideravelmente distantes no interior do decurso histórico, nota-se a reapropriação de um modelo narrativo e legitimatório comum, o qual vinha sendo desenvolvido nos escritos normandos desde Dudon. Ao entendermos o sentido simbólico das palavras, intencionamos alocar nossa fala em acordo com o vem sendo pensado em termos culturais sobre nos estudos a respeito dos normandos.

Antes de avançarmos diretamente sobre as narrativas da Batalha de Hastings aqui selecionadas, é preciso dizer algumas palavras sobre um significado da coragem em termos mais gerais nos escritos do medievo no século XII, sendo, para isso, caro reproduzir aqui uma definição importante construída por Philippe Contamine, profícuo historiador da guerra na Idade Média:

A first approach though a summary examination of chansons de geste, chronicles, didactic treatises, biographies of soldiers, panegyrics and epitaphs leads to the conclusion that courage was conceived above all as an aristocratic, noble form of behavior, linked to race, blood and lineage, and as an individual trait arising from ambition and desire for temporal goods, honour, glory and posthumous renown¹¹.

Para este autor, essa noção seria mais bem organizada e presente nos escritos a partir do século XII, sendo entendida, sobretudo, ao apoiar-se em referenciais ligados a antiguidade tardia, como Santo Agostinho. Assim, a coragem desempenharia função de elo entre todas as demais virtudes, permitindo que

⁹ BLIESE, John R. E. The Courage of the Normans. A Comparative Study of Battle Rhetoric. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, nº35, p.1-26, 1991.

¹⁰ BLIESE, John R. E. Rhetoric and Morale: A Study of Battle Orations from the Central Middle Ages. **Journal of Medieval History**, Elviesier, nº15, p.201-226, 1989; CONTAMINE, Philippe. **War in the Middle Ages**. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p.253-254.

¹¹ CONTAMINE, Philippe. **War in the Middle Ages**. Oxford: Basil Blackwell, 1984, p.254.



seu possuidor fosse magnânimo, confiante, livre de ansiedades, constante, paciente e perseverante. Como citado anteriormente, a *De Moribus*, colaborou não apenas para elaboração de uma imagem dos duques normandos enquanto virtuosos comandantes, mas também despertou um interesse contínuo entre os normandos a respeito de seus sucessos militares, fosse internamente ou contra seus vizinhos. Dessa forma, os valores elencados por Contamine estariam de acordo com aquilo que se esperaria de um príncipe guerreiro, que em muitos episódios, deveria igualmente saber ser comedido ao aventurar-se por territórios desconhecidos e contra inimigos perigosos.

Ao tomarmos a descrição de Hastings, contida no interior da *Gesta Willelmi*¹², nos deparamos com a mais densa das narrativas, em termos bélicos, do *corpus* disponível. Ainda que o texto tenha sobrevivido em apenas uma única cópia, boa parte do que a historiografia possui a respeito do confronto entre o duque e o último rei anglo-saxão, advém desse texto. No mais, as descrições das estratégias usadas pelo duque, como as falsas fugas da cavalaria, assim como sobre o comportamento e organização dos *fyrd* de Haroldo II, se explicariam pelo fato de que Guilherme de Poitiers, o autor do texto, antes de tomar os votos cristãos, havia tido uma anterior formação militar, possivelmente servindo enquanto um cavaleiro nas hostes do duque Guilherme, como sugere Orderico Vitalis, em outro texto canônico¹³. Ao preencher e contornar a narrativa da batalha com dezenas de detalhes, Guilherme de Poitiers estaria atingindo uma audiência de certo associada

¹² A *Gesta* foi primeiramente editada por André Duchesne no interior de sua *Historiae Normannorum Scriptores Antiqui*, em 1619. Posteriormente, o manuscrito utilizado por André, já danificado em seu início e fim, perdeu-se por conta de um incêndio na Cottonian Library. François Maseres foi responsável por publicar uma segunda edição da obra na *Historiae Angli circa tempus conquestus Angliae selecta monumenta*, em 1808. Maseres colaborou com correções pontuais em relação a edição de Duchesne. Ainda no século XIX, duas edições se seguiram da *Gesta*: as de John Allen Giles, em sua *Scriptores rerum gestarum Willelmi Conquestoris*, de 1845, e a versão de Jean Pierre Migne na obra *Patrologia Latina*, CXCLIX, de 1853. Em termos historiográficos, no entanto, a edição que representou maior impacto foi a de Raymond Foreville denominada *Guillaume de Poitiers, Histoire de Guillaume le Conquérant*, lançada na coleção *Les classiques de l'histoire de France au Moyen Age*, em 1952. Foi a primeira vez que a *Gesta Willelmi* foi traduzida para o francês, uma vez que todas as edições anteriores preservavam o texto latino. O esforço de Foreville garantiu cópias de excertos da tradução as obras de Robert Allen Brown (1984) e Stephen Morillo (1996), ambas já na língua inglesa. Finalmente, em fins do século XX, a historiadora Marjorie Chibnall, juntamente com R. H. C. Davis, lançaram pela coleção Oxford Medieval Texts, a edição mais atual da *Gesta Willelmi* (1998), que utilizamos largamente nesta pesquisa. A atual edição inglesa conta com uma larga crítica documental e apêndices de grande interesse.

¹³ FORESTER, Thomas. **The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis**. Londres: Henry G. Bohn, 1853, p.46.



aos *bellatores*, que próximos ou mesmo residentes em sua corte, formariam as bases da instituição da cavalaria¹⁴, como aponta Barthélemy¹⁵.

Não obstante o detalhamento pelo autor da prática bélica em si, seguimos a proposta feita por Bliese de que as abordagens sobre o tema devem centralizar-se na apreciação das arengas de batalha. Tanto no caso de Guilherme de Poitiers quanto no texto de Henrique de Huntingdon, os discursos são realizados imediatamente antes do início do combate, tendo como principal função o encorajamento das tropas. Avulta-se, a partir da verificação detida dos dois textos, ênfase dos respectivos autores do tema da coragem. No caso do biógrafo régio, a presença de sub estratégias retóricas no interior da própria arenga, deve ser problematizada. Citamos uma das passagens em questão:

Exhortationem, qua pro tempore breuiter militum uirtuti plurimum alacritatis addidit, egregiam fuisse non dubitamus; etsi nobis non ex tota dignitate sua relatam. Commonuit Normannos, quod in multis atque magnis periculis uictores tamen se duce semper extiterint. Commonuit omnes patriae suae, nobilium gestorum, magnique nominis. Nunc probandum esse manu, qua uirtute polleant, quem gerant animum. Iam non id agi, quis regnans uiuat, sed quis periculum imminens cum uita euadat. Si more uirorum pugnent, uictoriam, decus, diuitias habituros. Alioquin aut ocios trucidari, aut captos ludibrio fore hostibus crudelissimis. Ad hoc ignominia sempiterna infamatum in. Ad effugium nullam uiam patere, cum hic arma et inimica ignotaque regio obstant, illinc pontus et arma. Non decere uiros multitudine tudine terreri. Saepenumero Anglos hostili ferro deiectos cecidisse, plerumque superatos in hostis uenisse deditionem, nunquam gloria militiae laudatos. Imperitos bellandi strenua uirtute paucorum facile posse conteri, praesertim cum iustae causae praesidium caeleste non desit. Audeant modo, nequaquam cedant, triumpho citius gauisuros fore¹⁶.

¹⁴ Para o processo de formação da cavalaria no interior da *Familia Regis* dos duques da Normandia, recomendamos fortemente a leitura de HAGGER, Mark. **The Norman Rule in Normandy**: 911-1144. Woodbridge: The Boydell Press, 2017, p.613-685.

¹⁵ BARTHÉLEMY, Dominique. The Chivalric Transformation and the Origins of Tournament as Seen Through Norman Chroniclers. **Haskins Society Journal**, n°20, p.141-169, 2008.

¹⁶ “Nós não duvidamos que essa exortação, breve por conta das circunstâncias, que o mesmo realizou com grande ardor ao valor de suas tropas, foi incrível, ainda que isso não tenha sido transmitido a nós em toda a sua distinção. Ele lembrou os normandos que em muitos e grandes perigos, eles sempre se saíram vitoriosos sobre sua liderança. Ele lembrou a todos de sua terra natal, de suas nobres façanhas e sua grande fama. Agora eles estavam para provar com suas armas, com que força eles foram dotados, com qual valor foram encorajados. Agora a questão não é quem viverá e governará, mas quem deverá escapar vivo do perigo eminente. Se eles lutarem como homens, eles terão a vitória, honra e riquezas. Se não, eles se deixarão serem massacrados, ou capturados para serem ridicularizados pelos mais cruéis inimigos, para não mencionar que isso os levará a desonra eterna. Nenhum caminho está aberto para a fuga, pois seu caminho está bloqueado por forças armadas e hostis e um território desconhecido, e pelo outro lado, pelo mar e forças armadas. Não era adequado para os homens ficarem aterrorizados pelos números. Muitas vezes os anglos caíram, derrubados por armas inimigas; usualmente, derrotados, eles tinham se rendido ao inimigo; nunca foram famosos por seus feitos em armas. Homens que eram inexperientes na guerra poderiam facilmente ser esmagados pelo valor e a força de alguns, especialmente desde que ajuda celeste não estivesse em falta para uma justa causa. Deixo-os agora ousar e nunca ceder, e eles logo se alegrarão em um triunfo”. Tradução nossa. CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C. **The Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum**. 1ªed. Oxford: Oxford University Press, 1998. p.136.



Desde já cremos ser válido apontar a presença de uma hierarquização de temáticas e argumentos no interior do discurso ficcional construído por Guilherme de Poitiers, onde no que dizem respeito a coragem, estariam correlatas ao termo *animus*. De acepção amplamente polissêmica, o termo pode ainda associar-se a outras características e conceitos, mas invariavelmente aproxima-se de uma ideia de vontade, convicção.

Exposta em vinculação à fala do duque, a coragem normanda seria motivada pela lembrança (*commonuit*) de diversos elementos comuns ao imaginário comum e identitário dos guerreiros normandos, enveredando-se por uma digressão etnogênica, como propõem Sigbjørn Sønnesyn¹⁷ e Emily Albu¹⁸ em trabalhos de outros autores normandos. Mais precisamente para o primeiro estudioso, assim como muito em outros mitos de origem, o caso normando guardaria grande força de manutenção interna ao instrumentalizar a rememoração. Nessa lógica, consideramos que a menção ao território normando possui é meritosa, uma vez que garantiria, via texto/memória, a permanência de uma amarração entre o sujeito e a terra natal, encorajando-o a retornar para a mesma após a provação que se punha diante do mesmo.

Ademais, para o autor, ser normando significaria ser dotado de uma fama guerreira, temática essa presente em ao menos 36% de todas as narrativas normandas¹⁹. Comumente sendo vistos enquanto agressores, uma certa reputação precisaria ser mantida segundo o cronista do duque. A derrota não apenas levaria a destruição dos corpos dos normandos, mas fariam com que suas memórias fossem levadas a uma desonra eterna (*sempiterna infamatum*). Dessa forma, a reafirmação da superioridade marcial dos normandos construir-se-ia, também, tendo como suporte uma alteridade identitária, ou seja, uma negação daquilo que não se deseja ser ou que lhe falta de alguma forma²⁰. No caso da descrição dos anglo-saxões, a incapacidade de vencer seus adversários teria, apesar da menção à superioridade numérica, razão de ser pautada em deficiências técnicas, não obstante a presença de uma coragem guerreira.

¹⁷ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. The Rise of the Normans as Ethnopoiesis. In: BURKHARDT, Stefan; FOERSTER, Thomas (Org.). **Norman Tradition and Transcultural Heritage: exchange of Cultures in the "Norman" Peripheries of Medieval Europe.** Burlington: Ashgate Publishing Company, 2008, p.203-213.

¹⁸ No caso da autora, é dada enorme atenção à questão do mito normando a partir do estudo da *Gesta Normannorum Ducum*, de Guilherme de Jumièges. ALBU, Emily. **The Normans and Their Histories: Propaganda, Myth and Subversion.** Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

¹⁹ BLIESE, John R. E. The Courage of the Normans. A Comparative Study of Battle Rhetoric, *Op. Cit.*, p.18.

²⁰ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, Vozes, 2007, p.110.



Finalmente, as menções às aventuras em territórios desconhecidos no interior das narrativas normanda apresentam-se enquanto um tema recorrente²¹. O monte *Senlac*, utilizado por Haroldo II para bloquear com uma densa formação de guerreiros a pé o caminho dos normandos até Londres, é descrito por Guilherme de Poitiers como um obstáculo natural, uma provação além do combate com os defensores. Em conformidade com o que sugere Gurevich, a atribuição de características humanas ao meio natural estaria de acordo com concepções filosóficas do próprio período. Se em última instância, em termos do medievo, a natureza seria de criação divina, o mesmo deveria manifestar-se igualmente neste seguimento, uma vez que estes encarnariam os próprios desígnios celestes, sendo, pois, representados por formas de alegorias, que deveriam ser corretamente interpretados²². Mesmo que sendo regidas por forças misteriosas, esses desafios que eram lançados aos normandos não poderiam ser vistos enquanto neutros, já que se associavam ao desafio da conquista do território, havendo então uma conexão entre o rei anglo-saxão, seu povo e o próprio território da Inglaterra.

Em passagem semelhante, Henrique de Huntingdon demonstra a proeminência da temática citada e em relação à coragem normanda, ao alocar, no interior de sua própria descrição da Batalha, a menção ao cerco de Mirmande, próximo aos Alpes, pelo duque Ricardo I²³. No caso, o desafio imposto pelas altas inclinações das montanhas, mesmo que assemelhadas à luta com o diabo, teriam sido o bastante para impedir o ímpeto dos guerreiros normandos e seu líder: "*Et ne parum sit vobis hominis vicisse, vicit et ipse, diabolum, corporaliter collunctans et prosternens, ligansque manus ejus post terga, confusumque victor angelorum reliquit*"²⁴.

A digressão construída por Guilherme de Poitiers procura aproximar à descrição do duque normando e dos anglo-saxões de referenciais ligados à Antiguidade. Para Raymond Foreville, o próprio arquétipo usado pelo autor seria decorrente de duas fontes principais. A primeira diz respeito a sua formação

²¹ No caso da descrição da chamada Sicília Normanda, destacamos os escritos *De Rebus gestis Rogerii et Roberti* de Guilherme Malaterra e a *Gesta Roberti Wiscardi* de Guilherme da Apúlia, ambas obras também datadas do século XI.

²² GUREVICH, A. J. **Categories of Medieval Culture**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985, p.25-29.

²³ POWER, Daniel. The Normal Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries. In: MCKITTERICK, Rosamond (Org.). **Cambridge Studies in Medieval Life and Thought**, 4ªEd. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, 62-63; HICKS, Leonie V. The Concept of the Frontier in Norman Chronicles: A Comparative Approach. In: STRINGER, Keith J.; JOTISCHKY, Andrew (Org.). **Norman Expansion: Connections, continuities and contrasts**. Burlington: Ashgate Publishing, 2013., p.145.

²⁴ Nem foi necessário conquistar os mortais; porque ele superou o próprio diabo, com quem ele lutou e o amarrou, deixando-o um vergonhoso espectador para os anjos. GREENWAY, Diana. *Henry – Archdeacon of Huntingdon*. GREENWAY, Diana; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Org.). **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1996, p.390.



enquanto monge, que uma vez frequentando o colégio de Saint-Hilaire-le-Grande, no Poitou, tomou contato com excertos narrativos clássicos, como a Guerra Catilinária, de Salústio, e a Eneida, de Virgílio²⁵. Além de possuir uma vasta gama de referenciais ligados a um período mais antigo, uma segunda influência poderia ser apontada pelo contato com o próprio texto de Dudon de Saint-Quentin, no qual a presença de indícios da reprodução de arquétipos de Virgílio se fariam presentes. A sobrevida de formas eloquentes de construção de discursos, como os apresentados, poderia garantir a valoração do texto, e por consequente, a legitimação das práticas e sujeitos nele representados por meio da memória²⁶.

O uso da Eneida e de seus elementos a partir da obra do poeta romano pode ser identificada plenamente pela seguinte passagem de relevância:

Memorat antique Graecia Atridem Agamemnona fraternos thalamos ultum iuisse mille nauibus: protestamur nos Guillelmum mum diadema regium requisisse pluribus. Xerxem fabulatur illa Seston et Abidon ponto disiunctas urbes nauium ponte coniunxisse. Guillelmum nos reuera propagamus, uno clauo suae potestatis Normannici soli et Anglici amplitudinem copulauisse. Guillelmum, qui a nullo unquam superatus patriam inclitis ornauit trophaeis, clarissimis locupletauit triumphis, superiore hostis manu deuicto Xerxi et sine classe aequandum, ac fortitudine dine anteponendum censemus²⁷.

Essa conexão de Guilherme I com líderes da Antiguidade a partir de virtudes morais ou bélicas, demonstraria a necessidade de atribuir inteligibilidade à Conquista Normanda para uma audiência anglo-normanda, o que passaria igualmente pela sobreposição entre mito e história como recurso retórico. Mais do que isso, é preciso observar que o autor é cuidadoso ao escolher heróis e figuras de eloquência da antiguidade para realizar respectivas conexões com certos momentos da Conquista, como observado nas experiências navais de Xerxes e Agamenon²⁸. Dessa forma, o enunciado da *Gesta* se conectaria, com uma autoridade que

²⁵ FOREVILLE, Raymond. **Histoire de Guillaume le Conquérant**. Paris: Les Belles Lettres, 1952, p.xxxix; 186. GRANSDEN, Antonia. **Historical Writing in England: c.550 to c.1307**. Londres: Routledge, 1996, p.99.

²⁶ BOUET, Pierre. Dudon de Saint-Quentin et Virgile: L'Énéide au service de la cause normande. **Cahiers des Annales de Normandie**, Caen, n°23, p. 215-236, 1990.

²⁷ A Grécia Antiga transmitiu a história da vingança de Agamenon da Casa de Atreu, que partiu para resgatar a honra conjugal de seu irmão com mil navios: testemunhamos que Guilherme foi reivindicar sua coroa real com um número maior. Os homens contam como Xerxes ligou as famosas cidades de Sestos e Abidos, separadas pelo mar, com uma ponte de navios. Nós de nossa parte, proclamamos como – e é verdade – que Guilherme reuniu sob o governo único de seu poder toda a extensão das terras normandas e inglesas. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C; CHIBNALL, Marjorie, Diana. **The Gesta Willelmi**. *Op. Cit.*, p.109.

²⁸ Além das histórias de Xerxes e Agamenon, seria possível identificar que Guilherme de Poitiers teve algum tipo de contato com as obras de Cícero e Santo Agostinho que seriam utilizadas na condição de suporte para as dissertações morais, assim como as obras de César e Salústio para as descrições de batalhas. Igualmente, haveria conhecimento das Sátires de Juvenal, a *Agricola* de Tácito, a *Tebaida* de Estácia, a *Pharsalia* de Lucano e as *Vidas* de Suetônio e Plutarco. Finalmente, obras de comum circulação em versões para estudo fariam igual parte do repertório de Poiteirs, como a *Ilias Latina*, uma versão reduzida da *Iliada* de Homero, assim como



transcenderia o tempo e o mesmo processo de Conquista²⁹. Assim como Dudon, Guilherme de Poitiers procura conectar a figura do novo rei a Enéias e, dessa maneira, aos troianos, tendo como principal motivação a manutenção do lugar de um mito dos normandos, agora senhores da Inglaterra, entre os povos da Europa que reclamavam igual descendência dos troianos, como os francos.

A referida comparação, além de cumprir função legitimatória das figuras, atribuiria a elas valores e práticas igualmente associadas às figuras apresentadas. Como já comentado, esperar-se-ia que um líder considerado corajoso apresentasse uma postura perseverante e paciente, permitindo assim, que planos engenhosos fossem colocados em prática, como os realizados por Xerxes e Guilherme II da Normandia. Ainda em termos da Eneida, o autor da *Gesta Willelmi* elabora a descrição de Haroldo II da Inglaterra como um rei guerreiro e confiante, capaz assim de apresentar-se como um grande desafio ao duque, que deveria manter uma postura igualmente mais audaciosa: "*Cum Herald, tali qualem poemata dicunt Hectorem uel Turnum, non minus auderet Guillelmus congregi singulari certamine, quam Achilles cum Hectore, l' uel Aeneas cum Turno*"³⁰.

As digressões centradas no discurso ficcional do duque normando, também ocupa lugar de proeminência enquanto estratégia retórica na narrativa de Hastings de Henrique de Huntingdon. No entanto, é preciso apontar diferenças importantes em relação às condições materiais disponíveis a esse autor no momento da concepção e organização da *Historia Anglorum*.

Em primeiro lugar, o período histórico em que a obra é escrita, é marcada por um sensível desaparecimento de uma noção de *gens normannorum* enquanto identidade, uma que vez, após mais de sessenta anos após a Conquista, o contato com as instituições anglo-saxônicas, levou a uma paulatina absorção dos normandos³¹. Sendo assim, uma reafirmação de boa parte dos elementos que temos aqui nos referido enquanto parte do mito normando, o que inclui a marcialidade virtuosa dos normandos, mostrar-se-

a Egitome de Justino e a *De Re Militari*, de Flávio Vegécio. CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C. The *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum*. Op. Cit., p.XVIII-XIX.

²⁹ WINKLER, Emily. *The Norman Conquest of the Classical Past. The Norman Conquest of the Classical Past: William of Poitiers, Language and History*. In: **Journal of Medieval History**, Elviesier, Vol. 42, Maio., p.23, 2017.

³⁰ Contra Haroldo, que era um homem como os poemas comparam Heitor ou Turno, Guilherme teria ousado lutar contra em um combate singular não menos como Aquiles contra Heitor, ou Enéias contra Turno. Tradução nossa. DAVIS, R. H. C.; CHIBNALL, Marjorie, Diana. **The Gesta Willelmi**. Op. Cit., p.134.

³¹ DAVIES, R. H. C. **The Normans and their Myth**. Londres: Thames and Hudson, 1976, p.129-130.



á em voga novamente nos escritos da época³². Concomitantemente a isso, soma-se novas investidas da autoridade régia franca, agora sob o governo de Luís VI, que objetivavam a expansão da autoridade destes reis³³.

O auge do crescimento dos litígios entre normandos e francos representar-se-á pela Batalha de Brémule, ocorrida em 1119, a qual resultou na vitória do rei normando sobre seu suserano. É importante salientar a opção do autor durante a descrição de Hastings e do discurso do duque, de retirar a centralidade ocupada pelos anglo-saxões e atribuí-la agora aos francos e seus reis, que passam a serem citados recorrentemente, demonstrando o prestígio que a temática encontrava naquele momento. Desse modo, e como já anteriormente demonstrado, a alteridade da coragem normanda – enquanto caro elemento de sua identidade – encontraria campo propício em relação a uma comparação com passagens marcantes da relação com os francos, em especial seus encontros bélicos, em que tradicionalmente saíram vitoriosos.

Henrique de Huntingdon, em uma passagem sintomática sobre o proposto, realiza uma importante interconexão entre o passado normando, remetendo-se a Rollo e presentificando-o. Esse movimento parece justificar-se tendo como base uma aproximação entre os francos, historicamente derrotados pelos normandos, e os anglo-saxões, que não poderiam oferecer maior embate:

Nonne vobis congrementibus in eo tempore apud Mortemer, Franci *præcipites* pæposuere fugam bellis, calcaria telis? Vos autem, Radulfo, summo duce Francorum interfecto, fama spoliisque potiti, naturale bonum solita necessitate tenuistis. Eja! Procedat aliquis Anglorum, quos centies antecessores nostri et Daci et Norwangeses bellis vicerunt: demonstretque gentem Rou ex ejus tempore usque nunc semel militae naufragia perpeccum esse, et ego victus abscedo³⁴.

³² Sobre isso, evidencia-se sobretudo àquelas obras ligadas diretamente ao patronato régio normando ou do grande baronato. Cf. a *Historia Regum Anglorum*, de Guilherme de Malmesbury, de 1125, e a de Orderico Vitalis, de c. 1120. PLASSMAN, Alheydis. Bede's Legacy in William of Malmesbury and Henry of Huntingdon. In: BATES, David; D'ANGELO, Edoardo; VAN HOUTS, Elisabeth (Org.). **People, Texts and Artefacts: cultural Transmission in the Medieval Norman Worlds**. Londres: Institute of Historical, 2017; CHIBNALL, Marjorie. The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis, Book II. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Org.) **The Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1991.

³³ CROUCH, David. **The Normans**. The History of a Dynasty. Londres: Hambledon Continuum, 2007, p.188.

³⁴ "Mas por que eu conto histórias sobre o que aconteceu a muito tempo? Quando no meu mesmo tempo, vocês enfrentaram os francos em Mortemer, não preferiram os francos fugir da batalha, trocando as lanças pelas esporas? Quando Ralph, o grande comandante dos francos foi morto, não fostes possuidores da fama e dos despojos, mantendo pela força do hábito o bem que te é natural". Tradução nossa. GREENWAY, Diana. Henry, Archdeacon of Huntingdon – *Historia Anglorum*. In: _____; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Org.). **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1996, p.391.



A ideia de uma coragem que se centra no natural direito dos normandos de serem possuidores de habilidades bélicas irresistíveis, presente na *Gesta Willelmi*, materializa-se aqui na *Historia Anglorum*. Precisamente, Henrique de Huntingdon refere-se aqui à Batalha de Mortemer, 1054, uma tentativa anterior de retomada do território normandos pelos reis francos. Chama à consideração, então, a insistência em uma ideia de fama, que precederia aos normandos dispostos no campo de Hastings e aos próprios conflitos com os francos, que simultâneos à escrita da história de Henrique, mostrar-se-iam importantes motores na reafirmação da coragem bélica dos normandos.

Ao retomarmos a ideia de coragem a partir de seu significado cultural para os normandos, apontamos para a premissa de que, no caso da *Historia Anglorum*, a coragem é diretamente associada a terminologia latina *fortitudo* (fortaleza). Se por um lado, grande parte dos exércitos normando, anglo-saxão ou franca, no caso da *Gesta*, era referido enquanto possuindo *animus*, a coragem dos normandos para Henrique de Huntingdon, se mostrará centrada na figura de Guilherme II. Para Ernst Curtius, esforços como o feito por Virgílio para constituição de um ideal de herói, que fosse ao mesmo tempo inteligente e forte, acabariam por influenciar diversos outros autores durante a Antiguidade Tardia, criando assim um verdadeiro *topos* retórico, *fortitudo et sapientia*.

A partir de uma fórmula genérica, esse *topos* encontrou nos escritos medievais, como as *Etymologiae* do bispo Isidoro de Sevilha, concepção condizente com o que se esperava de um príncipe modal no século XI³⁵. A coragem do herói, que possibilitou a bravura e a ousadia, sem que caísse nos perigos do medo, garantiria a este mesmo herói, um lugar nos céus. Tanto para o bispo de Sevilha, quanto para os autores aqui analisados, esse lugar no plano divino alcançar-se-ia pelo sacrifício do príncipe em uma guerra contra os infiéis, ou seja, aquilo que não estariam de acordo em sua práxis com os desígnios da ortodoxia cristã. Diante disso, vale lembrar que para autores como Diana Greenway³⁶ e Elisabeth Van Houts³⁷, a incursão militar do duque normando contra a Inglaterra teria respaldo religioso, e mesmo do próprio papa Alexandre II. Como observava-se um cenário de popularização da Reforma Gregoriana, assim como de querelas em relação à

³⁵ CURTIUS, Ernst Robert. **European Literature and the Latin Middle Ages**. New Jersey: Princeton University Press, 2013, p.175.

³⁶ GREENWAY, Diana. *Gesta Willelmi*. Op. Cit., p.99.

³⁷ VAN HOUTS, Elisabeth. The Normans in Europe. In: HORROX, Rosemary, NELSON, Janet L. (Org.). **Manchester Medieval Sources Series**. Manchester: Manchester University Press, 2000., p.104.



investidura do arcebispo Stigando, responsável pela coroação de Haroldo, a invasão normanda teria ganhado ares de uma guerra santa.

Salientamos ainda a proposição de que o *topos fortitudo et sapientia*, estaria também presente na obra de Guilherme de Malmesbury, a chamada *Historia Regum Anglorum*. Sendo essa narrativa contemporânea à criação da *Historia Anglorum* e, de certo modo, também possível graças aos auspícios do patronato normando, ela teria desempenhado importante função de elo em relação aos textos de Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon. Ao notar a circulação desse texto, completo por volta de 1125, no ducado da Normandia, e em diversas abadias da Inglaterra, Sigbjørn Sønnesyn passou a debruçar-se sobre a possibilidade do contato tido por Guilherme de Malmesbury com a *Gesta*, o que incluiria a reprodução de passagens sobre o duque Guilherme II e a própria narrativa da Batalha de Hastings³⁸.

De acordo com esse pesquisador, graças a estadia de Guilherme de Malmesbury em várias abadias da Inglaterra, fosse por motivações relacionadas à escrita de sua *Historia*, fosse por questões litigiosas vividas por sua própria instituição eclesiástica, essas movimentações poderiam ajudar a explicar a melhor penetração e acesso desse mesmo texto em regiões mais distantes, como o bispado de Lincoln. Apesar de reproduzir boa parte da narrativa de Hastings a partir do que propõe Guilherme de Poitiers, certos elementos ligados ao universo literário franco não serão reproduzidos, por sua vez, no texto de Henrique de Huntingdon.

Um dos exemplos mais sintomáticos é o caso da *Chanson de Roland* (Canção de Rolando): "*Tunc cantilena Rollandi inchoata, ut martium viri exemplum pugnatorum accederet, in clamatoque Dei auxilio [...]*"³⁹. A canção é um poema épico, cujos manuscritos mais antigos datam de c. 1130, sendo assim contemporâneos tanto à obra de Guilherme de Malmesbury, como de Henrique de Huntingdon. Narrando a Batalha de Roncesvales, travada no ano de 778, entre as forças do imperador Carlos Magno e uma força de sarracenos, que resistiam a uma investida dos carolíngios para além dos Montes Pirineus, o texto narra a morte de Rolando, um importante cavaleiro do rei franco e um dos Doze Pares de França. O uso de seu exemplo, para

³⁸ SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. **William of Malmesbury and the Ethics of History**. Woodbridge: The Boydell Press, 2012, p.199.

³⁹ "Então iniciou a entoar-se a Canção de Rolando, que o exemplo belicoso desse homem poderia estimular os soldados, e chamando Deus em sua assistência" [...]. Tradução nossa. THOMSON, R. M (ed. e trad.). **William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum**. Vol II. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Eds) **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1998, p.276-277.



Melissa Furrow, aloca-se para além de um sucesso apenas dos aspectos bélicos que o texto trás entre os leitores normandos, que foram responsáveis pela confecção de vultoso número de cópias do poema⁴⁰.

A presentificação dos feitos de Rolando, central na narrativa de Malmesbury, mas suprimidos no texto de Henrique de Huntingdon, demonstra uma escolha consciente desse último autor em termos de ideal de coragem. Em movimento semelhante ao tomado por Guilherme de Poitiers a partir do uso de figuras da Antiguidade, as audiências ligadas ao universo anglo-normando, guardariam apreciação pela memória de feitos heróicos na guerra, além de demonstrar uma continuidade de influências de uma cultura franca entre os normandos, mesmo após a Conquista. Mesmo diante de um cenário conflituoso entre francos e normandos durante o início do século XII, o que colaborava para a reelaboração dos elementos materiais que condicionaram a escrita da *Historia Anglorum*, a existência de um *exemplum* como o de Rolando apontaria para uma possível aproximação com a representação do próprio duque Guilherme II⁴¹.

Ainda assim, é importante tensionar a afirmação de Furrow tendo como base a presença de outros elementos de encorajamento, e ligados ao universo literário franco, na narrativa de Henrique de Huntingdon. Nos referimos, no caso, a menção a um jogral chamado Taillefer, que após a arenga do duque, teria partido à frente do exército normando e em direção dos defensores anglo-saxões. Brandindo sua espada, o jogral teria realizado uma série de cambalhotas e outras traquinagens, procurando assim, ludibriar seus inimigos, vencendo-os e os expondo diante dos normandos⁴². Em termos de transmissão, segundo a historiografia, a figura do jogral Taillefer, estaria originalmente presente no texto do anglo-normando Godofredo Gaimar, sendo este autor bastante ligado a literatura do francês antigo. Sendo responsável pela tradução de narrativas em inglês antigos e também pela confecção de outras no dialeto anglo-normando propriamente, como o *L'Estoire des Engleis*, Gaimar possibilitou a circulação, tanto na Inglaterra, quanto na Normandia, do jogral Taillefer enquanto elemento literário de encorajamento⁴³. Seria possível, no que refere a esse objeto, inferir

⁴⁰ FURROW, Melissa. Chanson de geste as Romance in England. In: ASHE, Laura; DJORDJEVIC, Ivana; WEISS, Judith (Org.). **The Exploitations of Medieval Romance**. Cambridge: D. S. Brewer, 2010, p.56.

⁴¹ FURROW, Melissa. Chanson de geste as Romance in England, *Ibidem*, p.56-58.

⁴² *Quidam vero nomine Taillefer dudum antequem coirent bellatores, ensibus jactatis ludens coram gente Anglorum, dum in eum omnes stuperent, quendam vexilliferum Anglorum interfecit. Secundo similiter egit. Tertio idem agens, et ipse interfectus est.* "Diante dos combatentes antes de se encontrarem, um de nome Taillefer, balançou sua espada diante das tropas dos anglos. Ao passo que os anglos estavam entorpecidos com suas cambalhotas, matou um de seus porta-bandeiras; uma segunda vez, matou outro inimigo e na terceira vez, ele mesmo morreu." Tradução nossa. GREENWAY, Diana. Henry, Archdeacon of Huntingdon – *Historia Anglorum*. Op. Cit. p.391.

⁴³ *Ibidem*, p.cvi-cvii.



uma aproximação com a própria ideia de *animus*, pois, ao misturar-se com os demais guerreiros normandos, os encorajaria a partir da demonstração da incapacidade bélica dos anglo-saxões, denunciada por simples e incessantes travessuras.

Intentamos alocar essas observações, ainda que preliminares, em um esforço maior e recente, que a partir de uma abordagem mais cultural da Conquista e dos próprios normandos entre os séculos XI e XII, visou colaborar para discussões futuras, as quais acreditamos deverem centrar-se na representação, no caso de Hastings, do duque Guilherme II.

A centralidade ocupada pela representação dos duques normandos, mostrou-se capaz de mobilizar uma série práticas e comportamentos, tanto entre os súditos normandos, quanto nos povos recém-conquistados. Tal representação, associada à prática da guerra, fortaleceria por intermédio da coragem, uma visão coletiva dos normandos a partir de seu mito de origem. Mais do que isso, é por pela mediação da representação desse mesmo líder guerreiro, que se nega a vassalagem aos francos pelos normandos e a derrota o inimigo anglo-saxão. Desse modo, os autores aqui analisados cumprem papel semelhante e interligado nesse projeto historiográfico.

Observa-se que as estratégias retóricas presentes em Guilherme de Poitiers e Henrique de Huntingdon sobre a Batalha de Hastings, e conseqüentemente sobre o lugar ocupado pela coragem, dependeu de fatores materiais relativos a escrita de suas histórias, assim como em que pese o processo de formação desses cronistas. Ao considerarmos a *Gesta Willelmi*, de Guilherme de Poitiers, constatamos que uma ideia de coragem para os normandos dependeu diretamente de um exercício de inteligibilidade desse autor, que ao aproximar os normandos e seu duque de figuras ligadas à Antiguidade, recorreu a concepções já consagradas.

Diferente posição no campo da produção escrita tomou o autor da *Historia Anglorum*, Henrique de Huntingdon. Ao inserir-se na corte do último rei normando da Inglaterra, Henrique I, o poeta e arqui-diácono de Huntingdon, viu sua *Historia* depender diretamente das relações de poder ao qual a monarquia normanda disputava para com o poder régio franco, seus suseranos no interior do processo histórico. Em termos de sua escrita, a ideia de coragem, suficientemente distante temporalmente dos acontecimentos da Conquista, mas ainda inseridos em um interessante movimento de tentativa de sobrevivência identitária, tendeu a garantir



uma continuidade da descrição feita por Guilherme de Poitiers, graças ao intermédio feito pela narrativa de Guilherme de Malmesbury.

Em ambos os casos, no entanto, acreditamos haver duas terminologias distintas e específicas, que ao serem utilizadas pelos autores, referiam-se a uma coragem desempenhada pelo duque normando, *fortitudo*; e por sua vez, uma coragem exercida pelos guerreiros de menor estirpe, que motivados, fosse pelo duque, pela Canção de Rolando ou pelo jogral Taillefer, acabavam por possuir *animus*. No primeiro caso, verifica-se a reprodução do *topos fortitudo et sapientia*, que já vinha sendo bastante utilizado enquanto um lugar comum ao menos a partir da Eneida de Virgílio.

É tendo como parâmetro esse mesmo cenário, que procuramos apontar na direção de uma provocação a respeito dos limites do paradigma citado por Philippe Contamine a respeito da coragem. Essa provocação, no entanto, em nada altera o pressuposto de que suas proposições em muito nortearam os apontamentos aqui apresentados. Ao criar um quadro geral sobre uma ideia de coragem para o guerreiro do Ocidente Medieval, com pleno desenvolvimento e observância do mesmo a partir de notáveis escritos do século XII – como poderíamos citar o caso da narrativa de Hastings contida na *Historia Anglorum*, devemos pensar em um recuo que dá conta de certas especificidades.

Ao acompanhar um escopo historiográfico que fortalecerá, a partir da reapropriação de autores como Dudon de Saint-Quentin, entendemos a narrativa da batalha feita por Guilherme de Poitiers, ainda no século XI, é sensível em evidenciar lugar de proeminência a respeito de um ideal de coragem normanda. Ainda que não seja o objeto central de um importante capítulo sobre a cavalaria no Ducado da Normandia, escrito por Dominique Barthélemy⁴⁴, julgamos que o autor, ao lançar luz sobre fontes como a *Gesta Willelmi*, colabora para o esforço inicial feito por John Bliese. Ao realçar os elementos culturais constituintes da coragem normanda no interior de um mito, abre-se importante caminho para descortinar-se suas bases materiais e compreender seus mecanismos de manutenção e manifestação.

⁴⁴ BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria**: da Germânia Antiga à França do século XII.. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.205-240.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

CHIBNALL, Marjorie; DAVIS, R. H. C. **The *Gesta Willelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum***. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Eds.) **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1998.

CHIBNALL, Marjorie. **The Ecclesiastical History of Orderic Vitalis, Book II**. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Eds.) **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1991.

GREENWAY, Diana. **Henry, Archdeacon of Huntingdon - *Historia Anglorum***. In: GREENWAY, Diana; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Eds.) **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1996.

THOMSON, R. M (ed. e trad.). **William of Malmesbury: Gesta Regum Anglorum**. Vol II. In: GREENWAY, D. E.; HARVEY, B. F.; LAPIDGE, M. (Eds.) **Oxford Medieval Texts**. Oxford: The Clarendon Press, 1998.

Fontes secundárias

ALBU. Emily. **The Normans and Their Histories: Propaganda, Myth and Subversion**. Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria: da Germânia Antiga à França do século XII.** Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BARTHÉLEMY, Dominique. The Chivalric Transformation and the Origins of Tournament as Seen Through Norman Chroniclers. **Haskins Society Journal**, n°20, p.141-169, 2008.

BARTLETT, Robert. **England Under the Norman and Angevin Kings**. Oxford: The Clarendon Press, 2000.

BLIESE, John R. E.. The Courage of the Normans. A Comparative Study of Battle Rhetoric. **Nottingham Medieval Studies**, Nottingham, n°35, p.1-26, 1991.



- BLIESE, John R. E.. Rhetoric and Morale: A Study of Battle Orations from the Central Middle Ages. **Journal of Medieval History**, Elsevier, nº15, p.201-226, 1989.
- BOUET, Pierre. Dudon de Saint-Quentin et Virgile: L'Énéide au service de la cause normande. **Cahiers des Annales de Normandie**, Caen, nº23, p. 215-236, 1990.
- CHIBNALL, Marjorie. *The Normans*. Victoria: Blackwell Publishing, 2006.
- CHIBNALL, Marjorie. **The Debate on the Norman Conquest**. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- FREEMAN, E. A. *The History of the Norman Conquest of England: its causes and its results*. V.III. Oxford, The Clarendon Press, 1876.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 2007, p.103-132.
- HAGGER, Mark. **The Norman Rule in Normandy: 911-1144**. Woodbridge: The Boydell Press, 2017.
- CLANCHY, Michael T. **From Memory to the Writing Record: England 1066-1307**. Chichester: Wiley Blackwell, 2013.
- CROUCH, David. **The Normans**. The History of a Dynasty. Londres: Hambledon Continuum, 2007.
- CONTAMINE, Philippe. **War in the Middle Ages**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- CURTIUS, Ernst Robert. **European Literature and the Latin Middle Ages**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.
- DAVIS, R. H. C. **William of Poitiers and his history of William the Conqueror**. In: DAVIS, R. H. C.; WALLACE-HADRILL, J. M. (Org.). **The Writing of History in the Middle Ages: essays presented to Richard Southern**. Oxford: The Clarendon Press, 1981, p.71-101.
- DAVIS, R. H. C. **The Normans and their Myth**. Londres: Thames and Hudson, 1976.



- DOUGLAS, David C. **William the Conqueror: the Norman Impact Upon England**. Londres: Eyre Methuen, 1964.
- FOREVILLE, Raymond. **Histoire de Guillaume le Conquérant**. Paris: Les Belles Lettres, 1952.
- FORESTER, Thomas. **The Ecclesiastical History by Ordericus Vitalis**. Londres: Henry G. Bohn, 1853.
- FULLER, J. F. C. *The Battle of Hastings – 1066*. In: FULLER, J. F. C (org). **A Military History of the Western World**. Londres: Minerva Press, 1954, p.360-386.
- FURROW, Melissa. Chanson de geste as Romance in England. In: ASHE, Laura; DJORDJEVIC, Ivana; WEISS, Judith (Org.). **The Exploitations of Medieval Romance**. Cambridge: D. S. Brewer, 2010, p.57-73.
- GILLINGHAM, John. Henry of Huntingdon: in his time (1135) and place (between Lincoln and the Royal Court). In: GILLINGHAM, John (Org.). **The Gallus Anonymous and his chronicle in the context of twelfth-century revival of the English notion**. Krakow: Ed. Krakow, 2010, p.157-172.
- GLOVER, Richard. English Warfare in 1066. In: **English Historical Review**. Oxford, N°67, p, 1-18, 1952.
- GRANSDEN, Antonia. **Historical Writing in England: c.550 to c.1307**. Londres: Routledge, 1996.
- GUREVICH, A. J. **Categories of Medieval Culture**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, Vozes, 2007, p.103-132.
- HICKS, Leonie V. The Concept of the Frontier in Norman Chronicles: A Comparative Approach. In: STRINGER, Keith J.; JOTISCHKY, Andrew (Org.). **Norman Expansion: Connections, continuities and contrasts**. Burlington: Ashgate Publishing, 2013, p.131-146.
- HOLLISTER, Warren. **Anglo Saxon Military Institutions on the eve of the Norman Conquest**. Londres: Oxford University Press, 1962.



LE PATOUREL, John. The Norman Colonization of Britain. *In: **Settimane di Studio Del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo - I Normanni e la Loro Espansione in Europa nell'Alto Medioevo.*** Spoleto: Centro di Studi sull'Alto Medioevo, 1968, p.409-438.

LE PATOUREL, John. **The Norman Empire.** Oxford: Oxford University Press, 1976.

MORILLO, Stephen. **The Battle of Hastings:** sources and Interpretations. Londres: Boydell & Brewer, 1999.

MORILLO, Stephen. **Warfare under the Anglo-Norman Kings.** Woodbridge: The Boydell & Brewer, 1994

PLASSMAN, Alheydis. Bede's Legacy in William of Malmesbury and Henry of Huntingdon. *In: BATES, David; D'ANGELO, Edoardo; VAN HOUTS, Elisabeth (Org.). **People, Texts and Artefacts:*** cultural Transmission in the Medieval Norman Worlds. Londres: Institute of Historical, 2017, p.171-192.

POWER, Daniel. The Norman Frontier in the Twelfth and Early Thirteenth Centuries. *In: MCKITTERICK, Rosamond (Org.). **Cambridge Studies in Medieval Life and Thought.*** 4ªEd. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROUND, J. H. **Feudal England:** Historical Studies on the XIth and XIIth Centuries. Londres: Swan Sonnenschein, 1895.

SHOPKOW, E. The Carolingian World of Dudo of St. Quentin. *In: **Journal of Medieval History,*** Elviesier, nº15, p. 19-37, 1989.

SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. **William of Malmesbury and the Ethics of History.** Woodbridge: The Boydell Press, 2012.

SØNNESYN, Sigbjørn Olsen. The Rise of the Normans as Ethnopoiesis. *In: BURKHARDT, Stefan; FOERSTER, Thomas (Org.). **Norman Tradition and Transcultural Heritage:*** exchange of Cultures in the "Norman" Peripheries of Medieval Europe. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2008, p.203-218.

THOMSON, R. M (ed. e trad.). **William of Malmesbury:** Gesta Regum Anglorum. Vol II. Oxford: The Clarendon Press, 1998.



VAN HOUTS, Elisabeth. Historical Writing. *In*: VAN HOUTS, Elisabeth. HARPER-HILL, Christopher (Org.). **A Companion to the Anglo-Norman World**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2003, p.103-123.

VAN HOUTS, Elisabeth. The Normans in Europe. *In*: HORROX, Rosemary, NELSON, Janet L. (Ed.). **Manchester Medieval Sources Series**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

VAN HOUTS, Elisabeth. The Trauma of 1066: The Norman Conquest of Anglo-Saxon England. **History Today**, v.46, n°10, p.19-27, 1996.

WINKLER, Emily A. *The Norman Conquest of the Classical Past: William of Poitiers, Language and History*. *In*: **Journal of Medieval History**, Elviesier, Vol. 42, Maio, p.1-23, 2016.



IMAGINÁRIOS NA LITERATURA DE VIAGEM TARDOMEDIEVAL E MODERNA

Rossiano Henrique Oliveira Vilaça¹

INTRODUÇÃO

A respeito da figura do demônio no medievo, o clássico medievalista francês Jacques Le Goff diz: “a Longa Idade Média feudal [aproximadamente do século III ao XIX] é a luta do Diabo e do bom Deus. Satã nasce e morre nas duas extremidades desse período”². Diversos outros autores e autoras tratam da proeminência do Diabo e da demonologia, especialmente nos séculos finais da Idade Média e na gênese da modernidade europeia - quando o imaginário a respeito de demônios e bruxas impulsiona fenômenos como as inquisições modernas e as guerras religiosas. Esse é o caso de Carlo Ginzburg em *História Noturna*³, Laura de Mello e Souza em *Inferno Atlântico*⁴, Silvia Federici em *Calibã e a Bruxa*⁵, Alain Boureau em *Satã Herético*⁶, entre outros.

As transformações socioculturais pelas quais passa a Europa entre os séculos XIV e XVI são compreendidas pelas pessoas daquele tempo como relacionadas à demonologia de diversas formas. No contexto das Reformas Protestantes, aqueles que negam a autoridade do Papa o pintam como o Anti-Cristo, ao passo que os católicos ibéricos veem luteranos como hereges enganados por mentiras do demônio. O nascimento dos Estados modernos levaria às condições jurídicas para o surgimento das Inquisições, levando à acusação e perseguição de diversas pessoas dos dois lados do Atlântico por supostas associações com

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

² LE GOFF apud SOUZA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum**, São Paulo, v. 1, p. 221-248, 2005

³ GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: Demonologia e Colonização. Séculos XVI a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵ FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

⁶ BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330). Campinas: Editora Unicamp, 2016.



demônios e bruxas. A descoberta das Américas modificaria profundamente as dinâmicas econômicas e sociais europeias, e muitas vezes imagens como demônios seriam utilizadas para a compreensão desse novo continente e suas gentes. Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza⁷ o continente agitaria o imaginário dos integrantes das mais diversas camadas da sociedade europeia, gerando debates quanto à natureza paradisíaca ou infernal do Novo Mundo.

Nosso objetivo é investigar como imaginários formados na Europa medieval foram mobilizados durante a descoberta e colonização das Américas pelos Portugueses e Espanhóis para alocar simbolicamente a existência do recém-achado continente, seus povos e sua natureza. Aqui compreendemos o imaginário nos aproximando da concepção de Gilbert Durand (1921 - 2012): para o pensador francês, as imagens produzidas pelo ser humano não seriam opostas à realidade material ou ao pensamento racional, mas sim parte de operações de conhecimento da realidade. Assim, aqui tratamos o imaginário como o conjunto de elementos e sistemas simbólicos ou imagéticos produzidos e reproduzidos pelos humanos na compreensão de suas realidades, sendo a estrutura sobre a qual o pensamento se mobiliza e movimenta⁸.

No contexto da descoberta das Américas, o novo continente apresentava um desafio para os sistemas de imaginário dos europeus. A antiga concepção de mundo dividida em três continentes - Ásia, Europa e África - presente desde a *Etimologia* de Isidoro de Sevilha (560-636) estava sob risco de não mais se sustentar. Da mesma forma, as nações indígenas, fossem Nahuatl, Inca ou Tupinambá, tinham diante de si os inesperados contatos com os homens brancos, suas mercadorias e sua evangelização, tendo que rapidamente encaixar em suas concepções de mundo as novidades - bem como as invasões e doenças que os assolariam a seguir. De forma geral, os encontros decorrentes da chegada europeia às Américas são um contexto de grande mobilização e reconfiguração de imaginários, motivo pelo qual escolhemos esse contexto para as análises deste texto.

Do lado europeu, apesar do esperado abalo causado pela descoberta do novo continente, não necessariamente sua inclusão nos sistemas imaginários da época seriam disruptivos. Tzvetan Todorov⁹

⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁸ ANAZ, Silvio; AGUIAR, Grazyella; LEMOS, Lúcia; FREIRE, Norma; e COSTA, Edwaldo. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. In: **Revista Nexi**. n.3, 2014.

⁹ TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, nº 1, 2006.



defende que, a princípio, o movimento no imaginário europeu foi de acomodação do continente nos esquemas pré-existentes, sem necessariamente criar novos imaginários para a compreensão da nova realidade. Nas palavras do crítico literário: “os europeus [...] já dispõe, por assim dizer, de um compartimento vazio [em seu imaginário] onde podem colocar as populações recém-descobertas, sem que isso perturbe sua imagem global de mundo”¹⁰.

Nesse movimento o novo continente seria inicialmente nomeado e compreendido como as Índias, terras exóticas reportadas desde a antiguidade greco-romana, e posteriormente (mesmo com o reconhecimento do engano) renomeadas como Índias Ocidentais. Mitos solidamente estabelecidos desde a antiguidade seriam mobilizados na elaboração de imagens do Novo Mundo: as Amazonas (mulheres bárbaras vivendo à margem do mundo conhecido), o reino de Preste João (um remoto reino cristão fundado nos primórdios da cristandade, ilhado em meio a infiéis e presumivelmente localizado nas Índias), monstros fantásticos como cinocéfalos, entre diversos outros.

Imagens mentais de origem mais recente também seriam mobilizadas, a exemplo do próprio Cristóvão Colombo acreditar que os indígenas encontrados no caribe fossem discípulos do Grande Khan. Outro imaginário recorrente na Baixa Idade Média seria o da demonologia, originando os já mencionados debates sobre uma possível natureza infernal ou paradisíaca das terras a Oeste do atlântico diante de sua descoberta. Em nossa breve análise do universo mental da Baixa Idade Média e Primeira Modernidade, teremos em mente este duplo movimento; tanto de uma tentativa de afirmação de imaginários antigos (como as Amazonas ou Preste João) quanto de emergência de novos esquemas imaginários (como o imaginário demonológico).

NASCIMENTO DE UM IMAGINÁRIO DEMONOLÓGICO

Embora a Idade Média seja normalmente generalizada como um período de “luta entre Deus e o Diabo”, o contexto de surgimento do imaginário acerca do Diabo e sua influência no mundo é bem mais complexo dentro das disputas da filosofia medieval. Embora haja menções bíblicas a entidades demoníacas

¹⁰ TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n° 1, 2006, p. 233.



como Lilith, Asmodeus e Azazel, a iconografia medieval quase não retrata demônios antes do século IX¹¹. Mesmo diante da existência iconográfica e imaginária do demônio e do inferno, a admissão filosófica de sua influência sobre o mundo dos vivos (que levaria à confabulação acerca da “natureza diabólica” das Américas) não é um fato dado na concepção de mundo da época.

Primeiramente, a influência de uma entidade demoníaca seria considerada uma “influência oculta”. Nicolas Weill-Parot detalha em seus estudos¹² acerca da influência astrológica no pensamento europeu a complexa diferenciação entre propriedades naturais e propriedades ocultas nos diversos esquemas filosóficos recorrentes na intelectualidade medieval. Enquanto propriedades naturais seriam advindas das propriedades imediatas de determinado objeto, suas propriedades ocultas seriam características inexplicadas a princípio, assim imaginadas como consequência de influências além do mundo visível. Isso se aplicaria a propriedades curativas de remédios ou até mesmo às propriedades mágicas de amuletos. Weil-Parrot elenca que essa problemática seria especialmente abordada na língua latina por pensadores como Albertus Magnus (1205-1280), Tomás de Aquino (1225-1274), Pietro d’Abano (1257-1315) e Arnaldo de Villanova (1240-1311)¹³, tendo como base a filosofia de Avicena e em disputa com um aristotelismo tradicional.

Assim como as disputas filosóficas dos séculos XIII e XIV abrem portas para a admissão da influência oculta dos planos superiores planetas no plano terrestre (como planetas e eventos cósmicos, intensificando a imaginação através de imagens astrológicas segundo Weil-Parrot), passa-se a cogitar que o demônio (concebido como estando preso no mais profundo inferno) também possa exercer influências ocultas no mundo dos vivos. Alain Boureau localiza uma “virada demonológica” no final do século XIII, quando a concepção do demônio como capaz de agência no plano terrestre o tornaria uma figura cada vez mais central no pensamento jurídico e teológico. Antes disso, “a teologia [...] não tinha dado muita atenção aos demônios, que não colocavam nenhum problema especulativo particular”¹⁴.

¹¹ BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330). Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 116.

¹² WEILL-PAROT, Nicolas. Astrology, astral influences, and occult properties in the thirteenth and fourteenth centuries. **Traditio**, v. 65, p. 201-230, 2010.

¹³ *Ibidem*, p. 208.

¹⁴ BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330). Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 116.



São Tomás de Aquino em 1272 já apresenta grande interesse na figura do demônio para suas reflexões teológicas¹⁵. A tradição escolástica que se seguiria a Tomás de Aquino continuaria o trabalho acerca da demonologia, especialmente compreendendo o demônio como um caso-limite para a reflexão acerca dos anjos: uma vez que Lúcifer era um dos anjos mais próximos da bondade de Deus e mesmo assim caiu dos céus tornando-se uma figura maléfica, sua imagem era o caso extremo ideal para se refletir acerca de uma natureza “boa ou má” dos seres, e teorizar acerca do livre-arbítrio dos seres celestes. Frequentemente autores escolásticos se perguntariam: Se os anjos tinham uma essência boa, por que teria Lúcifer caído? Seria esse um indicativo de que anjos possuem livre-arbítrio acerca do pecado, como os seres humanos?

Nestas reflexões acerca da natureza de Lúcifer já é possível evidenciar que a demonologia está, desde sua origem, associada a uma concepção de mundo notavelmente dualista: concebendo e imaginando o mundo e seus entes entre o bem e o mal, entre o céu e o inferno. O interesse pelo demônio se dava de forma “espelhada” ou ambivalente, frequentemente relacionado ao interesse pela figura celestial dos anjos. Como consequência, a compreensão de fenômenos desafiadores para a racionalidade da época também tenderia a se dar no campo de um imaginário dualista. Na Baixa Idade Média temos o exemplo das místicas femininas entre os séculos XIII e XIV; mulheres que afirmavam receberem visões ou ouvirem as vozes de Santos, anjos ou do próprio Deus, trazendo profecias ou mensagens sobrenaturais. As investigações e especulações da intelectualidade da época acerca destas místicas frequentemente especulavam a natureza das visões relatadas: seriam as visões sobrenaturais daquelas mulheres de fato inspiradas e transmitidas por santos e anjos ou estariam sendo enganadas e possuídas por demônios¹⁶?

A dualidade entre anjos e demônios (ou céu e inferno) se apresenta como parte integrante do imaginário demonológico constituído a partir da teologia escolástica no final do século XIII. Nos termos da teoria do Imaginário de Gilbert Durand¹⁷, é como se os símbolos, imagens e arquétipos que estruturam o pensamento daqueles imersos no ambiente intelectual da Europa ao final da Idade Média se organizassem entre esses polos. Os esquemas imaginários seriam especialmente mobilizados para a compreensão de

¹⁵ BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330). Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 117.

¹⁶ BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330). Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 202.

¹⁷ ANAZ, Silvio; AGUIAR, Grazyella; LEMOS, Lúcia; FREIRE, Norma; e COSTA, Edwaldo. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. In: **Revista Nexi**. n.3, 2014.



fenômenos extraordinários como as místicas, e pode-se ver uma continuidade entre esta utilização do imaginário demonológico na Baixa Idade Média e a mobilização do demônio como imagem para a compreensão das Américas durante sua conquista e colonização.

Para investigarmos mais a fundo essa continuidade, analisaremos fontes primárias de variados recortes envolvendo a Europa e as Américas na Primeira Modernidade. As fontes escolhidas são relatos de viagens desta época, uma vez que estas fontes são por excelência o contato com alteridades: segundo Tzvetan Todorov, são trabalhos literários nos quais “se projeta o familiar sobre o desconhecido”¹⁸. Nesse contato dos viajantes com o desconhecido, pretendemos identificar os elementos imaginários por eles mobilizados para compreender os lugares pelos quais passam, as sociedades com as quais têm contato e as histórias que ouvem, visando entender melhor como imagens demonológicas ou imagens advindos da antiguidade clássica (como as Amazonas, o Reino de Preste João, etc.) operam e se articulam ou rearticulam nos imaginários da época.

Serão brevemente analisados os relatos de Leon de Rosmithal (1466) na Península Ibérica, Gaspar de Carvajal (1540) na Floresta Amazônica e as cartas do Padre Manuel da Nóbrega (1549) na Bahia.

LEON DE ROSMITHAL E AS LENDAS DE ALÉM-MAR

Jaroslav Lev von Rosental und Blatna (ou Leon de Rosmithal, na forma latinizada que utilizaremos neste texto) foi um nobre da família de Rosmithal, estabelecida no reino da Boêmia (atual República Tcheca). Viveu entre 1425 e 1486, e é especialmente conhecido por uma longa viagem realizada com sua comitiva entre os anos de 1465 e 1467 a serviço do Rei Jorge de Prodebrady, com o objetivo de restabelecer contato diplomático com os reis amigos do papado. O Rei Jorge da Boêmia pretendia com a embaixada se reinserir na comunidade católica, uma vez que seu reino passava por diversas agitações e conflitos religiosos com os nobres pertencentes à Igreja Hussita¹⁹. Em seu itinerário, Leon partiu de Praga e percorreu boa parte da Europa Central às margens do rio Reno, a seguir embarcando para a Inglaterra e retornando à Europa Continental passando pela França Ocidental, cruzando os Pirineus e adentrando os Reinos Ibéricos onde visita

¹⁸ TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n° 1, 2006, p. 233.

¹⁹ FABIÉ, Antonio Maria. **Viajes por España de Jorge de Einghen, del barón León de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero**. Madrid: Librería de los Bibliófilos, 1879.



Segovia, toma o caminho dos peregrinos para Santiago de Compostela e o Finisterrae (o então imaginado “fim da terra”, no extremo oeste da Península Ibérica) e retorna em direção a Portugal.

O relato de Leon e sua comitiva é rico em descrições dos espaços percorridos. Diversas vezes há comentários quanto à geografia e natureza dos caminhos pelos quais passam, descrevendo rios, montanhas, vales e florestas, bem como relatos acerca da localização de cidades, seu tamanho, atividades econômicas, a presença de nobres e cortes reais, bispos, ordens cavaleirescas, e diversas outras. Tensões e conflitos armados como a Guerra Civil Catalã (1462-1472) e a Guerra Civil Castelhana subsequente à Farsa de Ávila (1465) também são muito abordadas pela obra de Leon. Para a investigação acerca dos imaginários na transição da Idade Média, entretanto, um dos pontos mais interessantes talvez sejam as histórias que ele conta dos lugares pelos quais passa na Península Ibérica - presumivelmente reproduzindo o que escuta e aprende ao conversar com os habitantes locais. Embora possamos pensar que os imaginários mobilizados por Leon em seu relato sejam majoritariamente relacionados a sua matriz cultural da Boêmia e Europa Central, podemos pensar que estes trechos nos quais relata as lendas e histórias ouvidas por ele no espaço Ibérico sejam janelas que se abrem em sua literatura de viagem, permitindo-nos vislumbrar os imaginários também dos habitantes daquela região através das lentes do pensamento de Rosmithal.

Ao visitar uma pequena vila na região do Monte Finisterrae (na costa da Galícia), Leon registra:

Está escrito nos anais da História que um rei de Portugal mandou fazer três navios, os proveu com todas as coisas necessárias e pôs em cada um doze escrivães com mantimentos para quatro anos, a fim de que navegassem o mais longe que pudessem nesse tempo, mandando aos de cada navio que escrevessem todas as regiões a que aportassem e o que no mar se sucedesse²⁰.

Uma vez que o viajante não explicita qual rei ou em quais “anais da História” estaria registrada a referida expedição, achamos mais razoável presumir que esta seja uma história corrente na oralidade da região com a qual Leon de Rosmithal tenha tido contato durante sua estadia. A referência ao rei e aos “anais da História” seriam mais uma estratégia discursiva para conferir autenticidade ao relato que se seguiria do que uma referência de fato embasada. Mais adiante, Leon reforça esta presunção, escrevendo “segundo nos disseram” em meio ao relato.

²⁰ FABIÉ, Antonio Maria. **Viajes por España de Jorge de Eingen, del barón León de Rosmithal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero**. Madrid: Librería de los Bibliófilos, 1879. p. 104.



A história dos três navios enviados pelo Rei de Portugal prossegue contando que os navegantes teriam alcançado “um lugar de trevas” no meio do mar, e após este teriam encontrado uma ilha cheia de casas “lavradas na terra com hortos e vinhas nos telhados”, totalmente desabitadas, porém cheias de ouro e prata (p. 105). Ali, os navegantes teriam ficado por três horas, e dois dos navios teriam decidido seguir adiante para encontrar mais riquezas, porém teriam se perdido em meio às tormentas daquele estranho lugar. Apenas o terceiro navio teria conseguido voltar para Lisboa, não trazendo nenhuma riqueza de ouro e prata por medo daquele lugar. Ao desembarcarem, entretanto, eles descobrem que estão muito mais velhos do que seus conhecidos que ficaram em Portugal: aqueles que ficaram em terra esperavam reencontrar os jovens de vinte e seis anos que partiram no navio, mas os encontram como senhores apesar da curta estadia nas estranhas ilhas além das sombras do mar.

Só quase três décadas após o relato de Leon de Rosmihal as Américas seriam descobertas pelos europeus. Naquele tempo, entretanto, as navegações ibéricas iam cada vez mais longe costeando o Continente Africano em busca das Índias que povoavam o imaginário daquelas pessoas como um reino de especiarias, exotividade e ouro. Em 1433 os portugueses já haviam realizado a transposição do Cabo Bojador, e começava a se formar no imaginário europeu uma concepção do que seriam as terras longínquas que poderiam alcançar pelo mar. Essa tentativa de imaginar o além-mar parece ser o que testemunhamos na história galega recontada por Leon de Rosmihal: um lugar separado da Europa por tempestades e “lugares de sombras”, cheios de ouro e prata, com estranhas cidades e sinistros perigos. É possível ver semelhanças entre essa história e as lendas de El Dorado que anos mais tarde motivariam europeus a se embrenharem cada vez mais fundo na Floresta Amazônica em busca de grandes cidades de ouro sólido.

Além disso, a “cidade fantasma” além do mar parece ser uma pré-concepção da alteridade que se encontraria do outro lado do Atlântico. Esse lugar seria tão outro que até o tempo lá se passaria de forma diferente, de forma que os navegantes que lá pisaram voltaram mais velhos do que se esperava. Outros autores(as) alinhados ao pensamento pós-colonial como John Dagenais e Margaret Greer²¹ já postularam que os espaços colonizados construídos pelo processo de modernidade europeia seriam, no imaginário europeu, não apenas fisicamente e culturalmente distantes, como também temporalmente outros, regidos por

²¹ DAGENAIS, John e GREER, Margaret. Decolonizing the Middle Ages: Introduction. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, Durham, v. 30, n° 3, 2000.



temporalidades distintas. Na lenda registrada por Leon de Rosmithal em 1466 suspeito que já seja possível distinguir um imaginário de temporalidades outras no espaço além-mar, confirmando o dito por Todorov acerca da descoberta das Américas: os europeus teriam alocado o continente e suas dinâmicas em "lacunas" já existentes em seu imaginário, de forma que a concepção do espaço colonizado temporalmente outro já é visível no universo mental Ibérico anos antes da colonização das Américas ou da instituição do colonialismo como sistema econômico e político.

GASPAR DE CARVAJAL E AS AMAZONAS

Gaspar de Carvajal (1504-1584) foi um missionário dominicano espanhol, participante da expedição de 1540 do governador espanhol de Quito, Gonçalo Pizarro, em busca de riquezas na região dos Andes²². Já no contexto de invasão das Américas e embate com as populações nativas, a expedição militar acaba com poucos alimentos nas montanhas do atual Peru, de forma que Pizarro envia o comandante Francisco de Orellana com um pequeno destacamento (incluindo o Frei Gaspar de Carvajal) para procurar comida descendo os rios a leste dos Andes. O destacamento acaba não conseguindo fazer o caminho de volta subindo os rios, e se vê obrigado a descer a correnteza e percorrer os afluentes do grande rio que encontraram até sua longínqua foz. Dessa expedição se trata o relato de Gaspar de Carvajal, e esta seria a primeira incursão europeia através do colossal rio - que nomeariam Rio Amazonas.

A nomeação do rio se deve a uma descrição central nos escritos do Frei Gaspar. Durante boa parte do relato ele se mostra na expectativa de encontrar "as Amazonas", uma suposta civilização de mulheres que habitaria aquelas densas florestas. Tudo indica que ele pretende confirmar boatos já ouvidos durante sua estadia em Quito e as outras cidades já tomadas pela invasão espanhola, levando a crer que sua descrição tenha sido mais uma estratégia discursiva pretendendo confirmar seus boatos e atestar sua jornada do que descrever objetivamente uma civilização isolada às margens do rio.

É difícil determinar se o boato ouvido por Gaspar teria vindo das bocas de indígenas ou de europeus, mas sua adoção do nome de "Amazonas" já diz muito sobre a forma que estas mulheres tomaram em seu

²² MEDINA, José Toríbio. **Descubrimiento del río de las amazonas según la relación hasta ahora inédita de fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco Orellana y sus compañeros publicados á expensas del excmo. sr. Duque de Tserclaes de Tilly.** Sevilla : Imprenta de E. Rasco, 1894



imaginário. As Amazonas eram, na Antiguidade, mulheres atestadas por Heródoto como cavaleiras indômitas guerreando nas planícies da Cítia. A expectativa do Frei parece ser, então, encontrar um povo análogo a este nas profundezas da floresta tropical.

Antes de relatar um encontro com as Amazonas, o relato narra o encontro com uma “cidade com torres altas”²³ cujos habitantes seriam tributários das Amazonas. A cidade possuiria uma praça central, na qual os indígenas “celebravam suas festas e dançavam quando queriam regozijar [...], e ali ofereciam seus sacrifícios com sua **danada intenção**” (p. 49, grifo nosso). Ao caracterizar os supostos sacrifícios religiosos indígenas como motivados por uma “danada intenção”, Carvajal já apresenta um juízo de valor em relação às culturas amazônicas. Estes povos teriam intenções más, já encaixadas num esquema maniqueísta de compreensão da alteridade - o “eu” cristão e bom, o “outro” pagão e mau. Após dias navegando as águas do rio os espanhóis relatam terem sequestrado um indígena durante uma escaramuça, mantendo-o preso para interrogatório. É muito improvável que tenha havido efetivamente um interrogatório ou qualquer diálogo bilateral entre os estrangeiros e o nativo: mesmo que alguns europeus já estivessem familiarizados com as línguas indígenas do alto dos Andes, muito dificilmente as línguas do baixo Rio Amazonas lhes seriam compreensíveis para uma conversa.

Através do interrogatório do prisioneiro, Carvajal relata que as Amazonas seriam mulheres solteiras altas e brancas, que se reproduziriam através do sequestro de homens da região através da guerra. Estes prisioneiros seriam forçados a engravidá-las como escravos sexuais e seriam posteriormente soltos, e elas assassinariam quaisquer crianças que nascessem do sexo masculino. Haveria ainda, segundo Carvajal, o requinte de crueldade das Amazonas enviarem o cadáver das crianças assassinadas para seus respectivos pais (p. 67). Estas mulheres seriam muito ricas em ouro e prata, vivendo em enormes cidades de pedra com uma hierarquia social bem definida com “senhoras principais que não aceitam outro serviço senão de ouro e prata” em contraste com as “demais mulheres plebeias [que] se servem com vasilhas de pau”. A religião das Amazonas seria uma idolatria dedicada a ídolos de ouro e prata (destacando-se as divindades serem do sexo feminino), e teriam tributários com práticas de canibalismo.

²³ CARVAJAL, Gaspar de; e MEDINA, José Toríbio (org.). **Descubrimiento del rio de las amazonas según la relación hasta ahora inédita de fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco Orellana y sus compañeros publicados á expensas del excmo. sr. Duque de Tserclaes de Tilly**. Sevilla: Imprenta de E. Rasco, 1894, p. 49.



Aqui interpretamos que a utilização da imagem das Amazonas (projetada à fala do indígena interrogado, talvez como forma de tentar reforçar um status de veracidade ao relato) seja uma forma de codificar a alteridade naquele espaço que desbravavam. Enquanto na antiguidade clássica as Amazonas seriam bárbaras e nômades vivendo à margem do mundo civilizado e citadino, as Amazonas de Carvajal são uma grande civilização, vivendo em cidades com hierarquia social e articulações políticas como aldeias tributárias. Elas seriam um “outro” civilizado imaginado em meio à ausência de civilizações nos moldes europeus no meio da floresta amazônica. Pensando-se também que os espanhóis já tinham tido vastos contatos com povos socialmente hierarquizados como os Astecas e Incas, podemos também pensar que a aplicação do imaginário das Amazonas em meio à baixa floresta fosse uma forma de projetar a expectativa de que houvesse povos naqueles moldes de civilização por todo o continente.

Embora haja pouquíssimas menções significativas a demônios no relato de Carvajal, podemos pensar que há alusões indiretas a imaginários demonológicos em sua descrição das Amazonas. Análises iconográficas como as de Yobenj Chicangana-Bayona²⁴ evidenciam as comparações possíveis entre motivos iconográficos da retratação do canibalismo (outrora atribuído a mongóis do oriente) para a compreensão das práticas antropofágicas dos povos indígenas das Américas, e sua posterior atribuição às práticas de bruxaria na Europa²⁵. O historiador ressalta ainda a proximidade quase arquetípica entre as imagens de mulheres indígenas produzidas no século XVI e as gravuras representando bruxas na mesma época. Ambas seriam mulheres jovens e lascivas, convidando homens para o pecado, ou mulheres velhas e pútridas, corrompidas por seu gosto pela carne humana.

As Amazonas de Carvajal são mulheres guerreiras, solteiras, soberanas e infanticidas, se opondo totalmente à mulher caseira, casada, submissa e maternal esperada pela moral europeia moderna. Além disso, seus tributários são praticantes do temido canibalismo. Podemos assim pensar que a civilização Amazona imaginada por Carvajal seria uma forma de demonizar o continente americano através de uma confluência de diversas imagens: El Dorado, as Amazonas da Antiguidade e o imaginário em torno das bruxas que emergia na Europa (fortemente associado ao imaginário demonológico). Já vimos anteriormente a

²⁴ CHICANGANA-BAYONA, Yobenj. **Imagens de Canibais e Selvagens no Novo Mundo**. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

²⁵ *Ibidem*, p. 172. As bruxas só seriam retratadas na Europa como canibais após a descoberta das Américas, de forma que a prática dos ameríndios foi incluída a posteriori no imaginário acerca das bruxas como parte de uma concepção destas práticas como bárbaras e associadas ao demônio, ou como algo radicalmente indesejável e condenável.



associação entre a alteridade temporal e lendas europeias do século XV (no relato de Leon de Rosmithal), de forma que a própria alocação da imagem de uma cidade estranha rica de ouro e prata em meio à barbárie e ao extraordinário como a cidade das Amazonas já carrega um teor de "alterização", ou constituição do "outro" como tal. As já discutidas Amazonas também aparecem como uma codificação de alteridade desde a Antiguidade, e por fim os motivos de "bruxaria" atribuídos às Amazonas nos levam a concordar com a tese de Laura de Mello e Souza segundo a qual a demonologia seria, nas Américas, uma forma de "heterologia" ou uma codificação do "outro"²⁶.

Os imaginários aqui identificados no relato de Gaspar de Carvajal parecem indicar um movimento em direção à demonização (e conseqüente "alterização" ou "heterologização") das Américas e seus povos. Enquanto o relato de Leon de Rosmithal em 1466 é praticamente ausente em imaginários demonológicos, as lendas similares a El Dorado nele identificadas como pertencentes ao universo mental ibérico se repetem no relato de Gaspar de Carvajal - quase cem anos mais tarde - já confluindo com motivos demoníacos aproximações com a bruxaria, evidenciando a reconfiguração das imagens mentais dos europeus para a compreensão do novo continente.

MANUEL DA NÓBREGA E OS FEITICEIROS ERRANTES

O padre jesuíta Manuel da Nóbrega (1517-1570) foi chefe da primeira missão jesuítica nas Américas, cruzando o Oceano Atlântico em 1549 na armada de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil. Desde sua chegada, escreveu diversas e detalhadas cartas a correspondentes de sua Ordem, que (embora não se enquadrem propriamente como literatura de viagem) tratamos aqui como testemunhos de seus primeiros contatos com a alteridade que as Américas representariam para os europeus. Suas cartas contam tanto excepcionalidades quanto a rotina do trabalho missionário e catequético, e têm uma escrita bem mais pragmática do que a dos relatos de viagens (visando sempre o sucesso contínuo de suas missões e o intercâmbio de informação com jesuítas em outros postos). Ainda assim é possível perceber as estruturas imaginárias que ordenam sua concepção de mundo, especialmente na mobilização de elementos de um imaginário demonológico para a descrição das situações que Manuel da Nóbrega vive.

²⁶ SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: Demonologia e Colonização**. Séculos XVI a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.



Ordenado pela Companhia de Jesus em 1544, há cartas preservadas datando desde 1547²⁷ (antes de sua partida de Portugal). Escrevendo da cidade de Guarda²⁸ o padre informa algumas das atividades de pregação que realiza, algumas destas com significativos detalhes. Ao ouvir as confissões dos moradores da região, uma mulher teria dito que "havia muitos anos que o demônio falava muito baixinho à orelha coisas de sua perdição, e o começo disso foi desejar ela, sendo moça casada, que estes que andam pelo mundo e sabem muitas coisas pela arte mágica a aconselhassem em certas coisas" (p. 6). Na década de 1540 a Inquisição Portuguesa já estava estabelecida a um bom tempo e já havia diversos processos de feitiçaria, de forma que não seria surpreendente um imaginário de demonologia e feitiçaria bem solidificado na mentalidade eclesiástica, apropriado pelos padres em sua formação intelectual.

Nesta breve menção ao demônio, Nóbrega coloca o ente diabólico como agente do pecado, induzindo a incauta mulher a buscar conhecimentos ocultos de magia. O demônio já se apresenta como algo sombrio e obscuro, relacionado a sussurros "falando muito baixinho à orelha", trazendo palavras de engano e perdição. Mais adiante em sua confissão a mulher diria que "indo ela um dia [num] caminho, lhe apareceu o demônio em figura de sacerdote peregrino e depois de muitas adivinhações a acometeu para enganar e perder" (p.6). A primeira menção já associava o demônio a um certo "desenraizamento", fazendo a mulher procurar "estes que andam pelo mundo". Aqui há um reforço dessa associação, disfarçando-se o demônio como um "sacerdote peregrino", de forma que no esquema imaginário de Manoel da Nóbrega o diabo enganador parece intimamente ligado à prática errante ou andarilha.

Um motivo similar aparece em suas cartas acerca dos costumes dos Tupinambás que encontra aldeados na Bahia. Seu famoso texto denominado *Informações das Terras do Brasil*, de Agosto de 1549, fala sobre "feiticeiros" indígenas que andariam de aldeia em aldeia, sem moradia fixa, e cuja chegada à comunidade seria um grande evento na cultura local. Segundo Nóbrega:

de certos em certos anos vêm uns feiticeiros de longes terras, fingindo trazer santidade. [...] Em chegando o feiticeiro, com muita festa ao lugar, entra numa casa escura, e põe uma cabeça, que traz, em figura humana, em parte mais conveniente para os seus enganos, e, mudando a sua própria voz como de menino diz para não trabalharem. [...] E promete-lhes larga vida, que as velhas hão-de tornar moças, e as filhas que as deem a quem quiserem, e outras coisas semelhantes lhes diz e promete com que os engana. Acabando de falar o feiticeiro, começam a tremer, principalmente as mulheres, com

²⁷ LEITE, Serafim (org.). **Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia)**. Coimbra: por ordem da universidade, 1955.

²⁸ *Ibidem*, p. 6



grandes temores em seu corpo, que parecem endemoinhadas, como de certo o são, deitando-se em terra e escumando pelas bocas, e nisto lhes persuade o feiticeiro [...]”²⁹.

A análise antropológica de Cristina Pompa em *A Religião como Tradução*³⁰ traz profundas considerações acerca dos fenômenos religiosos Tupinambá do século XVI, sugerindo que os caraíbas (chamados por Nóbrega de “feiticeiros”)³¹ sejam parte importante da organização social e da própria experiência de temporalidade daquelas populações. Segundo a autora, o tempo de estadia do caraíba nas aldeias seria um período de inversão das normas sociais, incluindo rituais que envolvem a experiência de êxtase (descrita por Nóbrega como “mulheres endemoinhadas escumando pelas bocas”) e uma “de-historização relativa”, ou a experimentação de um período tempo totalmente descolado do ritmo habitual. A seguir, o caraíba partiria para outra jornada, mas os habitantes da aldeia continuariam ali, suas normas sociais e afazeres seriam retomados e o tempo histórico Tupinambá voltaria a seus eixos. A ordenação histórica destes indígenas se daria, dessa forma, equilibrando as temporalidades de acordo com a visita regular do caraíba.

Para Manuel da Nóbrega, entretanto, o significado do caraíba seria totalmente outro. Como vimos na carta de 1547, já havia previamente uma associação da figura do demônio com sacerdotes e sábios errantes no imaginário do padre. Assim, o ressaltado do caráter peregrino dos caraíbas em sua carta de 1549 indica a transferência dessa associação: os caraíbas peregrinos seriam tão demoníacos quanto os andarilhos que ele reportará na Europa, caracterizando uma antítese da vida enraizada e da temporalidade regulada pelos ritos religiosos esperados de um bom cristão. Enquanto o bom cristão sedentário³², frequente na igreja e verdadeiro em suas confissões seria associado ao paraíso e ao caminho de Deus, o demônio se apresentaria como um pagão, nômade, vagando pelos ermos independentemente dos horários de missas, sussurrando enganos e mentiras para atrair os incautos ao caminho rumo ao inferno.

²⁹ NÓBREGA, Manuel da. Informações das Terras do Brasil. In: LEITE, Serafim (org.). **Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia)**. Coimbra: por ordem da universidade, 1955.

³⁰ POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil colonial. Bauru-SP, Edusc, 2003.

³¹ POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil colonial. Bauru-SP, Edusc, 2003, p. 40. Segundo Cristina Pompa, embora comumente a palavra “caraíba” seja compreendida como referência aos europeus, originalmente ela designava os sacerdotes religiosos Tupinambá. Como seu primeiro contato com os europeus foi através dos padres, entendidos como caraíbas dos brancos, a palavra acabou ganhando um significado generalizado para se referir a quaisquer europeus.

³² No sentido de não-nômade.



É notável também que em ambas cartas Nóbrega associa os enganos do demônio a figuras femininas, fosse no caso da mulher cristã enganada pelos sussurros diabólicos em Guarda ou fosse nas mulheres tupinambá descritas como especialmente suscetíveis ao êxtase induzido pelos feitiços do caraíba. Essa implicação de uma suposta ingenuidade feminina que as tornaria presas fáceis para os enganos diabólicos se aproxima da fundamentação da caça às bruxas, usando tais elementos imaginários como forma de perseguição preferencial às mulheres³³. Essa associação também aproxima o imaginário demonológico de Nóbrega ao imaginário amazônico de Gaspar de Carvajal, que via as amazonas como líderes de uma civilização pecaminosa, infanticida e por vezes canibal.

Os demônios das cartas de Manoel da Nóbrega, entretanto, nos levam a complexificar a visão da demonologia como heterologia nas Américas³⁴. O padre via não apenas os indígenas como enganados pelo demônio, como também europeus (no caso da carta de 1547) e colonos nas Américas: em diversas de suas cartas ele condena a poligamia na qual viviam os portugueses na Bahia, dizendo que viviam em “pecado mortal”. Em uma carta de 1590³⁵ o sacerdote, ao condenar os portugueses que escravizavam os próprios filhos bastardos tidos com as indígenas, diz que esse comportamento teria “Satanás totalmente ligadas as almas” (p. 80). Na mesma carta é mencionado um sacerdote português que teria sido “movido pelo demônio” a oferecer um indígena para ser sacrificado e comido por seus inimigos também indígenas (p. 77). A heterologia demonológica de Nóbrega, assim, não se apresenta em uma simples imaginação dos indígenas como agentes diabólicos ou das Américas como lar do demônio, mas sim como toda divergência do projeto de sociedade cristã promovida pelos Jesuítas como provocada pela influência diabólica.

É evidente que na maioria das vezes estas divergências atribuídas ao demônio são associadas aos indígenas. Entretanto, não consideramos que sejam insignificantes as imagens demonológicas usadas por Manuel da Nóbrega para a explicação dos pecados dos colonos em solo português, ou mesmo dos portugueses na Europa. Aqui pode-se evocar a perspectiva de José Eisenberg³⁶, segundo a qual o pensamento

³³ Para um aprofundamento quanto às raízes materiais e econômicas da perseguição às bruxas na Idade Moderna, ver FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

³⁴ SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: Demonologia e Colonização. Séculos XVI a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁵ NÓBREGA, Manuel da. Informações das Terras do Brasil. In: LEITE, Serafim (org.). **Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia)**. Coimbra: por ordem da universidade, 1955. p. 72.

³⁶ EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.



jesuíta não seria puramente teológico ou abstrato, mas sim uma tradução de linguagem política para uma linguagem religiosa típica da primeira modernidade. Os padres teriam estabelecido um projeto de sociedade ideal a ser aplicado tanto na Europa quanto nas colônias, e as divergências desse projeto seriam associadas em seu imaginário à imagem da ação diabólica - esta herdada de uma longa tradição escolástica desde o século XII, como mencionamos no começo de nosso texto.

CONCLUSÃO

Ao longo de nossa análise dos imaginários tardomedievais e das primeiras décadas da Idade Moderna, pretendemos evidenciar brevemente as mudanças e recombinações de motivos, arquétipos e imagens mentais europeias nos processos desses séculos de profundas mudanças sociais, econômicas e epistêmicas. Ao contrário do que leituras mais generalistas podem sugerir, o imaginário medieval não é constituído de um bloco homogêneo de imagens que perduraram por mais de mil anos no pensamento daquelas sociedades.

A demonologia, apesar de nascida de reflexões teológicas do século XIII, se mostrou praticamente ausente do imaginário do cavaleiro Leon de Rosmithal nos anos 1460. Mesmo nas palavras do dominicano Gaspar de Carvajal, em 1540, motivos demonológicos só podem ser vislumbrados de forma indireta. Tivemos que percorrer as cartas do jesuíta Manoel da Nóbrega na mesma década para encontrar menções mais claras, nos levando a notar não apenas um imaginário, mas uma pluralidade de imaginários em diferentes grupos sociais e ambientes intelectuais - podendo ser divididos por classe, nacionalidade, agrupamento religioso, ou diversas outras possibilidades.

As similaridades entre os imaginários identificados em nossas fontes também permitiram notar as formas com as quais imagens se reconfiguram ao longo do tempo. Um imaginário similar a El Dorado já estava presente na mentalidade dos galegos com os quais conversara Leon de Rosmithal, como uma lenda do além mar compondo (como diria Todorov) um "espaço vazio" esperando para ser preenchido. Esse preenchimento parece se dar no imaginário de Gaspar de Carvajal imaginando uma cidade parecida com El Dorado em meio à floresta tropical, mas agora associada a outra imagem - a das Amazonas, já associadas à alteridade desde a leitura dos clássicos antigos de Heródoto.



A compreensão da alteridade se dá de diversas formas diante das grandes navegações e da descoberta das Américas, e deu grandes impulsos à reconfiguração simbólica das concepções de mundo europeias. Acreditamos que seja possível aproximar os estudos do Imaginário aos argumentos de Cristina Pompa em *A Religião como Tradução*³⁷: como a religião era a base do pensamento medieval e da Primeira Modernidade, as novas descobertas tinham que ser traduzidas para termos religiosos (ou de imaginários pré-existentes) para serem assimiladas pelo universo cultural europeu. Não há, assim, uma separação radical entre a realidade material e as imagens mentais produzidas pelos humanos de determinada época, mas sim uma relação dialética na qual as imagens mentais são criadas, recriadas, acomodadas ou recombinaadas de acordo com a realidade material, e a própria transformação do mundo pelas sociedades se dá mediada pelas imagens através das quais estas se comunicam.

Não coincidentemente, as sociedades europeias que na modernidade pensavam cada vez mais em termos de uma luta entre Deus e o demônio ou entre o céu e o inferno construía gradativamente "um mundo dividido em dois", nas palavras do pensador pós-colonial Frantz Fanon para descrever o mundo produzido pelo colonialismo³⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Fontes primárias:

FABIÉ, Antonio Maria. **Viajes por España de Jorge de Eingen, del barón León de Rosmihal de Blatna, de Francisco Guicciardini y de Andrés Navajero**. Madrid: Librería de los Bibliófilos, 1879.

LEITE, Serafim (org.). **Cartas do Brasil e mais escritos (Opera Omnia)**. Coimbra: por ordem da universidade, 1955.

MEDINA, José Toríbio. **Descubrimiento del rio de las amazonas según la relación hasta ahora inédita de fr. Gaspar de Carvajal con otros documentos referentes á Francisco Orellana y**

³⁷ POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e "tapuia" no Brasil colonial. Bauru-SP, Edusc, 2003.

³⁸ FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. Londres: Penguin Books, 2001. p. 30.



sus compañeros publicados á expensas del excmo. sr. Duque de Tserclaes de Tilly. Sevilla
: Imprenta de E. Rasco, 1894

Fontes secundárias:

ANAZ, Silvio; AGUIAR, Grazyella; LEMOS, Lúcia; FREIRE, Norma; e COSTA, Edwaldo. Noções do Imaginário: Perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. In: **Revista Nexi**. n.3, 2014.

BOUREAU, Alain. **Satã Herético**: O nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330). Campinas: Editora Unicamp, 2016.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj. **Imagens de Canibais e Selvagens no Novo Mundo**. Campinas: Editora Unicamp, 2017.

DAGENAIS, John e GREER, Margaret. Decolonizing the Middle Ages: Introduction. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, Durham, v. 30, nº 3, 2000.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**: encontros culturais, aventuras teóricas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. Londres: Penguin Books, 2001.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**: decifrando o Sabá. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, tupi e "tapuia" no Brasil colonial. Bauru-SP, Edusc, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum**, São Paulo, v. 1, p. 221-248, 2005

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.



SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico**: Demonologia e Colonização. Séculos XVI a XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, nº 1, 2006.

WEILL-PAROT, Nicolas. Astrology, astral influences, and occult properties in the thirteenth and fourteenth centuries. **Traditio**, v. 65, p. 201-230, 2010.



PARTE IV

- **OS REIS E A MOEDA NA FRANÇA CAROLÍNGIA (VIII-IX)**
Eric Cyon Rodrigues
- **O VIDRO CATALÃO E A ARTE DOS VITRAIS
NAS ESFERAS COMERCIAIS DO FINAL DO MEDIEVO**
Lorena da Silva Vargas

OS REIS E A MOEDA NA FRANÇIA CAROLÍNGIA (VIII-IX)

*Eric Cyon Rodrigues*¹

O nosso objetivo será apresentar um breve panorama da atividade monetária carolíngia e demonstrar como a investigação em torno da produção e circulação das moedas foi realizada em nossa pesquisa². Com esse propósito, abordaremos sumariamente quais eram as funções exercidas pelo dinheiro cunhado nos séculos VIII e XI, o que eram as reformas monetárias e, por fim, analisaremos exemplares de moedas e quais dados podem ser retirados deles para o estudo da numismática medieval.

Optamos por privilegiar a porção ocidental do Império Carolíngio, conforme destacado no mapa abaixo, dado que as generalizações feitas aqui serão mais assertivas nessa região. Os territórios centrais e orientais também acompanharam o desenvolvimento da atividade monetária, porém em diferentes graus e formas. As penínsulas Ibérica e Itálica, contudo, devem ser deixadas de fora de nossas considerações, pois elas possuíam tradições monetárias que fogem consideravelmente do nosso escopo³.

1 Graduando em História na Universidade de São Paulo e bolsista CNPq. Contato: cyon.eric@usp.br.

2 Essa pesquisa contou com uma bolsa PIBIC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

3 Um dos elementos mais destacáveis dessa diferença é a permanência da cunhagem de ouro, não tendo o monometalismo (prata) que os demais territórios carolíngios possuíam. Para mais informações, ver BLACKBURN, Mark; GRIERSON, Philip. **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.



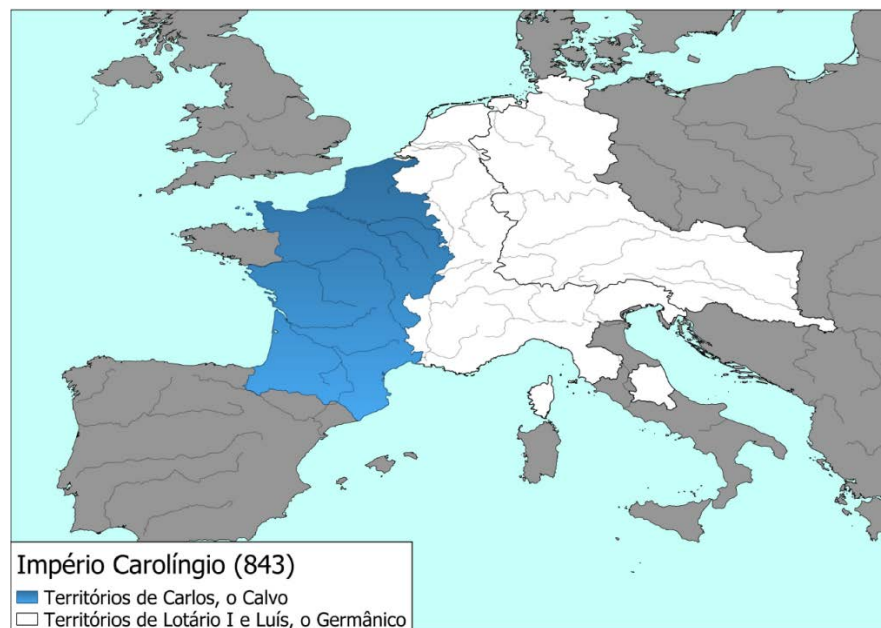


Figura 1: Mapa do Império Carolíngio dividido de acordo com o Tratado de Verdun (843). O mapa foi confeccionado através do software livre QGIS.

As duas moedas correntes no Império Carolíngio eram o denário e o obol de prata. Elas eram utilizadas em diversas regiões do território franco, seja por indivíduos do alto ou do baixo estrato social⁴. Em primeiro lugar, como meio de troca, disputando espaço com metais não cunhados, como os lingotes, e os produtos agrícolas e artesanais⁵. As moedas serviam para a aquisição de produtos de luxo pelas elites ou para transações comerciais pequenas, como a compra de grãos ou de ferramentas pelos camponeses⁶. A introdução do obol, equivalente a meio denário, por Carlos Magno, aponta para a necessidade de moedas menos valiosas para suprir as transações menores⁷.

Contudo, não era apenas diretamente que as moedas interferiam nas trocas comerciais. Seu valor era utilizado como unidade de medida. Em 793 e 806, Carlos Magno ordenou que alguns produtos básicos de alimentação tivessem preços máximos. Segundo historiadores, isso teria sido feito para conter a fome a partir do maior acesso de alimento aos pobres. Dessa forma, o rei carolíngio relacionou a quantidade de alimentos e o quanto deveriam custar, usando o denário como referencial para a conversão⁸. De maneira semelhante,

4 DEVROEY, Jean-Pierre. *Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens*. **Revue Belge de Numismatique et de sigillographie**, v. CLXI, p. 177-232, 2015.

5 VERHULST, Adriaan. **The Carolingian Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 120-121.

6 DEVROEY, *Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens*, *Op. cit.*, p. 204-218.

7 *Ibidem*, p. 216.

8 VERHULST, **The Carolingian Economy**, *Op. cit.*, p. 123-124.



os tributos pagos pelos camponeses aos seus senhores pelo uso da terra poderiam ser feitos tanto por dinheiro quanto por seus equivalentes em produtos agrícolas⁹.

Saindo do campo econômico, as moedas também possuíam relação com a religião. Os obols de prata eram distribuídos nas portas das igrejas e dos mosteiros aos pobres como esmolas, além de serem utilizados em viáticos¹⁰. O denário, contendo suas duas faces como espaço para a impressão de símbolos e nomes, era uma forma de propaganda, servindo como veículo de afirmação de poder dos governantes¹¹. Uma moeda circularia dentro e fora dos territórios carolíngios, e a face do rei ao lado de seu título serviam vistos tanto por seus subordinados como por elites de outras regiões. Esse aspecto também foi explorado para associar o poder carolíngio ao cristianismo, dado que é muito frequente encontrarmos moedas com cruzeiros e templos dividindo espaço com os bustos ou nomes dos reis. A própria legenda de uma das moedas de Carlos, o Calvo (823-877), a *Gratia Dei Rex* (rei pela graça de Deus), é um exemplo da associação dos governantes com a religião. Essa relação remete a ideia de que o rei carolíngio seria o responsável pela salvação espiritual dos seus súditos¹².

Vastas quantidades de moedas foram pagas por Carlos, o Calvo aos invasores do Norte com o propósito de deter suas incursões nos territórios carolíngios¹³. Não era incomum o uso de moedas para a diplomacia entre governantes. A troca de presentes envolvendo grandes valores monetários poderia servir para o estabelecimento de vínculos com outros territórios, fortalecimento de alianças já feitas no passado ou a negociação de paz com inimigos vizinhos¹⁴. Por último, as moedas eram uma forma de armazenar riquezas. O seu tamanho e formato facilitavam o seu armazenamento em tesouros, os quais acabariam por serem enterrados e, para a nossa sorte, esquecidos ou abandonados por seus donos, sendo encontrados em escavações futuras e servindo para realizarmos nossos estudos sobre a atividade monetária¹⁵.

9 VERHULST, **The Carolingian Economy**, *Op. cit.*, p. 121.

10 DEVROEY, *Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens*, *Op. cit.*, p. 207.

11 COUPLAND, Simon. Charlemagne's Coinage: Ideology and Economy. In: **Charlemagne Empire and Society**. Manchester: Manchester University Press, 2005, p. 227.

12 CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **A realeza cristã na Alta Idade Média. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 26.

13 VERHULST, **The Carolingian Economy**, *Op. cit.*, p. 119-120.

14 GRIERSON, Philip. Commerce in the Dark Ages: A Critique of the Evidence. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 9, p. 123-140, 1959, p. 131-132.

15 GRIERSON, Philip. **Numismatics**. Oxford: Oxford University Press, 1975, p. 130-138.



Sendo assim, vemos que as moedas durante os séculos VIII e IX foram amplamente empregadas no dia a dia de boa parte da população que residiu nos territórios carolíngios. Longe de serem objetos marginais, elas possuíam funções importantes nos campos da economia, da religião e da política. Porém, para que houvesse produção e circulação suficientes que atendessem essas demandas, séculos foram necessários até que a monetização da porção ocidental europeia ocorresse. No período merovíngio, a atividade monetária não era organizada dessa forma, e nem mesmo os denários eram produzidos no início. Isso mudou com o passar do tempo, e é essa mudança da relação das autoridades políticas com o controle da produção monetária que atraiu a nossa atenção para o tema. Os reis carolíngios, como demonstraremos, configuram uma ruptura em relação aos governantes merovíngios, dando-nos a justificativa para o recorte temporal. Para evidenciar a transição, destacaremos, em linhas gerais, o percurso da atividade monetária do período anterior ao nosso recorte.

A cunhagem merovíngia é convencionalmente dividida em três fases, de acordo com o numismata Philip Grierson¹⁶. Ela se inicia no século VI, já quando o Império Romano do Ocidente havia se fragmentado, ocorrendo a descentralização da produção monetária. Ou seja, a cunhagem de moedas deixou de possuir uma fiscalização por parte de um poder central, impactando na qualidade e homogeneidade de suas peças. Essa primeira fase (500-570/80) é caracterizada principalmente por suas moedas pseudo-imperiais, que seguiam o modelo de cunhagem romano, e se resumiam, grosso modo, em dois tipos monetários de ouro, as *solidi* e as *tremissis*¹⁷.

A tipologia imperial romana se manteve durante um tempo graças a sua preservação pelos moedeiros que migraram das oficinas romanas para oficinas menores e locais¹⁸. Entretanto, conforme apontou Grierson, as novas gerações de moedeiros não mais se reuniam em grandes oficinas e acabavam por não compartilhar seus métodos, acarretando na conseqüente variação de padrões de cunhagem. Eles teriam se adaptado a métodos de oficinas menores onde haveria variações técnicas de produção de uma para a outra¹⁹. Essa

16 BLACKBURN, Mark; GRIERSON, Philip, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 111-146.

17 Moedas leves de prata também foram confeccionadas no período, encontradas em sepulturas francas. Entretanto, Grierson optou por não as detalhar em sua obra devido a não possuir nenhum exemplar em seu catálogo. BLACKBURN, Mark; GRIERSON, Philip, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 111.

18 *Ibidem*, p. 101.

19 *Idem*.



descentralização explicaria, para o autor, o decaimento gradativo da qualidade das peças e a sua variedade, ambos constatados nas fontes numismáticas.

A segunda fase (587-670) se resume, majoritariamente, a cunhagem de *tremissis* menores, com uma variedade de cruces e de legendas dos nomes das oficinas ou dos moedeiros nos anversos e reversos²⁰. Há uma baixa probabilidade de ter existido um poder central capaz de controlar e impor um modelo único, o que justificaria, para Grierson, a inconstância nos exemplares monetários encontrados. Nessa fase é importante notar a queda no peso das moedas, que atestaria o início da escassez de ouro na Europa Ocidental²¹. Essa queda se acentuaria na próxima fase, onde o ouro é completamente substituído pela prata.

A terceira e última fase (670-754/55) testemunhou o fim da gradativa substituição da cunhagem de ouro pela de prata²². O denário foi, de agora em diante, a principal moeda cunhada pelos merovíngios. Seu uso era tão corrente que ele acabou por se tornar a moeda oficial do Império Carolíngio, tendo a sua confecção imposta pelos reis, conforme veremos em nossas fontes textuais. Vale ressaltar que os denários não foram uma invenção merovíngia, mas sim uma derivação do *denarius* romano, cunhado inicialmente no século III a.C. e amplamente usado até o século III d.C. Nas últimas décadas dessa fase, o denário substituiu progressivamente a *tremissis* de ouro, que já vinha diminuindo de peso desde a fase anterior. Nas faces das moedas não há mais nomes de reis ou senhores locais, apenas o nome de oficinas ou de moedeiros²³. Constata-se também a variação de peso entre os exemplares dos denários, sendo eles normalmente mais leves do que seriam posteriormente e tendo um formato menos arredondado e mais irregular, conforme a figura abaixo.

20 BLACKBURN, Mark; GRIERSON, Philip, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 117.

21 *Ibidem*, p. 107-110.

22 *Ibidem*, p. 95-97.

23 *Ibidem*, p. 139.





Figura 2: Denário merovíngio cunhado na oficina de Paris. Peso de 1,26 gr., com um busto e um diadema no anverso e uma cruz (símbolo da oficina) no reverso. Imagem retirada do website www.cgbfr.com. Informações retiradas de BLACKBURN; GRIERSON (1986).

O nosso recorte se inicia com a coroação de Pepino, o Breve, em 751, que iniciou a dinastia carolíngia, e se encerra em 877, com o fim do governo de Carlos, o Calvo. Dentro desse período de um pouco mais de cem anos, foram realizadas reformas monetárias pelos reis carolíngios²⁴, as quais podemos visualizar através de fontes textuais e materiais. Os numismatas chamam de reformas monetárias as ordens dadas pelos governantes para alterar o peso das moedas e, às vezes, o que deveria ser cunhado em suas faces. A nossa principal fonte textual a respeito delas são uma série de documentos chamados “capitulares”.

Para não adentrarmos no amplo e antigo debate sobre a definição desse vasto corpo documental, utilizaremos a definição sintetizada por Thiago Ribeiro em sua tese que:

A explicação clássica (...) entende por capitulares os decretos, ordenamentos ou anúncios de caráter legislativo, administrativo ou religioso provenientes dos príncipes francos reunidos em assembleia com os grandes personagens do reino e que eram divididos em cláusulas ou capítulos (*capitula*)²⁵.

Ou seja, consideraremos os capitulares como um meio de enxergar a maneira pela qual os governantes queriam que suas moedas fossem produzidas em seu território. Nós temos dezoito capitulares onde há ao menos um tópico em relação às moedas. Alguns tópicos se enquadram na categoria de “reformas”, outros se referem aos locais de cunhagem e outros mencionam multas para o descumprimento das ordens relacionadas às moedas.

O mais chamativo nessas reformas talvez seja o fato delas não terem ocorrido no período anterior e posterior. Ao invés disso, como dito acima, o que havia era uma produção monetária descentralizada, feita

²⁴ Esse número seria maior se incluirmos as reformas que dizem respeito aos territórios da Península Itálica. Porém, conforme mencionamos, não os discutiremos aqui.

²⁵ RIBEIRO DA SILVA, Thiago Juarez. **Os pauperes à época carolíngia, 755-840**. 2017, 279 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; Faculté de Philosophie et Sciences Sociales, Université Libre de Bruxelles, Campinas, 2017, p. 51.

por oficinas locais espalhadas pelo território franco e sem um poder central intervindo em sua produção. Quando Pepino, o Breve assumiu o trono, uma das medidas tomadas no início de seu governo foi oficializar o denário, definindo um peso padrão, conforme vemos no primeiro capitular onde há uma reforma, o *Pippini Regis*: "5. Em relação as moedas, nós prescrevemos que o peso de uma libra não deve ultrapassar 22 soldos, e desses 22 soldos o moedeiro deve retirar um soldo e retornar os demais para o homem que os possui"²⁶.

Levando em conta que um soldo equivalia a 12 denários, e que uma libra deveria possuir 22 soldos, multiplicamos os dois números e temos um total de 264 denários²⁷. Para chegarmos ao peso em gramas, basta dividirmos a libra romana, de aproximadamente 327,45g pelos 264 denários. Isso resultará no peso aproximado de cada moeda: 1,24g. Abaixo vemos um exemplo de um denário cunhado durante o reino de Pepino, o Breve. Nota-se o seu caráter mais arredondado e o seu peso de 1,26g, que está bem próximo da média. Além disso, vemos cunhado no anverso as letras R.P, referente ao seu título e ao seu nome, *Rex Pippini*. Embora não haja instruções escritas sobre acrescentar esse tipo de assinatura nas moedas, o fato de encontrarmos na maioria dos exemplares esse tipo de inscrição nos faz ponderar se acrescentar o nome ou o título do governante em cada moeda também não pudesse ter sido uma exigência real.



Figura 3: Denário de Pepino, o Breve, cunhado na oficina de Paris entre 751 e 768. No anverso, as letras R.P [Rex Pippini]; no reverso, o símbolo de uma cruz com arcos, característico da oficina²⁸.

Pepino, o Breve, foi o primeiro rei a tentar estabelecer um maior controle sobre a produção monetária, e a sua atitude foi seguida pelo seu filho e sucessor, Carlos Magno (742-814). Antes de seguirmos com os

26 "5. De moneta constituimus, ut amplius non habeat in libra pensante nisi XXII solidos, et deipsis XXII solidis monetarius accipiat solidum I, et illos alios domino cuius sunt reddat". *Pippini regis capitulare* [I.13]. In: *Capitularia regum Francorum* I. BORETIUS, Alfred (Ed.). *MGH Leges*, Capit. 1. Hannover, 1883.

27 DEVROEY, Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens, *Op. cit.*, p. 182.

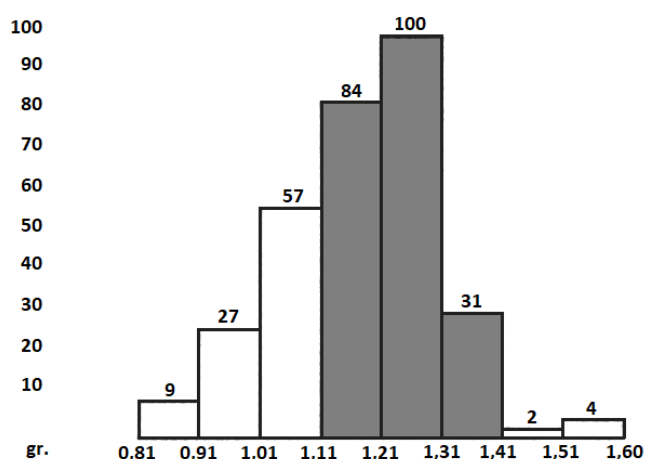
28 SARAH, Guillaume. **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien**. 2008. Tese (Doutorado em Química), Université d'Orléans, Orleans, p. 17.



exemplos de mudanças em cada reinado, salientamos que o nosso estudo foi realizado através de uma análise comparativa entre as fontes textuais e as fontes numismáticas. De um lado, temos as ordens dadas pelos governantes, e do outro, o produto final das oficinas, que nos permite averiguar o nível em que as reformas afetavam a produção monetária. Sendo assim, como fizemos acima, iremos mencionar alguns exemplos de reformas e os seus impactos na atividade monetária em cada reinado, oferecendo uma breve síntese das conclusões iniciais que podemos retirar a respeito do controle real sobre o metal cunhado.

No reino de Carlos Magno, de 768 a 814, temos quatro tipos monetários distintos, onde suas moedas seguem padrões observados nos exemplares. Tanto os denários quanto os obols não mudavam drasticamente a cada troca de rei ou a cada reforma. Continuidades são encontradas nos denários de diferentes décadas dentro de nosso recorte. A cunhagem do nome e/ou título do rei em uma das faces, por exemplo, manteve-se presente em todo o período, contendo apenas variações na sua forma. O peso, como veremos, também permaneceu inalterável após a reforma feita por Carlos Magno em 793, presente até em denários de décadas posteriores ao nosso recorte.

O aspecto que destacaremos no reino de Carlos Magno é a padronização de peso dos denários. Graças aos gráficos disponibilizados por Karl Morrison²⁹, podemos observar como a produção monetária seguiu de forma bem próxima o peso estipulado pelos reis. As duas primeiras fases de sua cunhagem acompanharam a média do peso estipulado anteriormente por Pepino, o Breve, como demonstra o gráfico abaixo. Das 314 moedas analisadas, 215 estão entre a faixa média de 1,11g e 1,41g, demonstrando que 68% da amostra se aproxima do peso de 1,24g.



29 MORRISON, Karl F. Numismatics and Carolingian Trade: A Critique of the Evidence. *Speculum*, v. 38, n. 3, p. 403-432, 1963.



Figura 3: Média dos pesos de moedas do reino de Carlos Magno entre 768 e 793/94. A coluna da esquerda representa a quantidade de moedas cunhadas, enquanto que os pesos (gr.) estão na linha inferior.

Porém, os dados se tornam mais demonstrativos quando os comparamos com as informações do segundo gráfico:

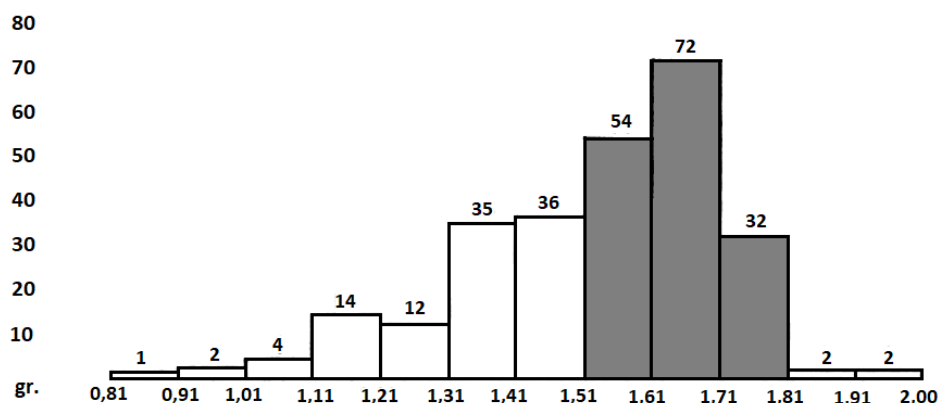


Figura 4: Média dos pesos de moedas cunhadas no reino de Carlos Magno entre 793/4 e 814. A coluna da esquerda representa a quantidade de moedas cunhadas, enquanto que os pesos (gr.) estão na linha inferior.

Das 266 moedas, 158 estão entre 1,51g e 1,81g, ilustrando que a maioria das amostras (59%) acompanhou a mudança de peso ordenada na reforma de 793, presente no *Synodus Francofurtensis*³⁰. O que essa comparação permite concluir é que a aplicação das ordens dadas pelos governantes foi realizada pelas oficinas e, dado que a alteração dos pesos ocorreu ainda no mesmo reinado, as mudanças não tardavam em serem assimiladas. O deslocamento de peso se torna ainda mais considerável se levarmos em conta que no primeiro gráfico apenas 6 moedas ultrapassaram o peso de 1,41g, enquanto que, no segundo gráfico, se considerarmos a faixa de 1,41-1,51g, somam-se 36 moedas aos 158 denários, totalizando 73% da amostra total.

O reino de Luís, o Piedoso (814-840) é dividido em três fases monetárias. A primeira delas é a mais breve, carregando uma característica das últimas moedas de Carlos Magno: o busto imperial³¹. Durante cinco anos, aproximadamente, denários com o busto de Luís, o Piedoso, e a legenda de seu título imperial foram produzidas pelo Império Carolíngio. Em seguida, uma fase ainda mais breve, de três anos, substituiu a moeda

30 *Synodus Francofurtense* [1.28]. In: *Capitularia regum Francorum* I. BORETIUS, Alfred (Ed.). **MGH Leges**, Capit. 1. Hannover, 1883.

31 BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 213.



imperial por denários de prata com a legenda do imperador e uma cruz no centro de uma das faces³². Do outro lado, o denário recebia o nome da região de sua oficina, garantindo que as moedas produzidas pudessem ser ligadas ao seu local de origem.



Figura 5: Denário de Luís, o Piedoso, cunhado entre 819 e 822, com o peso de 1,56g. No anverso, a legenda imperial +HLVDOWVICVSIMP; no reverso, a legenda da oficina de Tours (TVRO/NES)³³.

A última e terceira fase foi a mais duradoura, em que o grupo de moedas chamadas de "*Christiana religio*" foi introduzida no reino. Infelizmente, devido ao estado muito danificado do *Capitulare De Moneta* (820)³⁴, não é possível extrair informações textuais quanto a exatidão das ordens reais. Sendo assim, o que nos resta são as fontes materiais para estudarmos esse período. Esse grupo em particular é problemático para os especialistas, pois ele não possui mais a legenda de suas oficinas. Ao invés disso, de um lado a legenda imperial permanece, acompanhada da cruz central, e do outro houve a introdução de um templo com a legenda em volta "*XPISTIANA RELIGIO*", do qual o nome do grupo foi retirado.



Figura 6: Denário de Luís, o Piedoso, cunhado entre 822 e 840, com o peso de 1,63g. No anverso, a legenda imperial +HLVDOWVICVSIMP; no reverso, um templo tetrastilo com a legenda XPISTIANA RELIGIO³⁵.

32 BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 213-216.

33 SARAH, **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien**, *Op. cit.*, p. 110.

34 *Capitulare De Moneta* [1.147]. In: *Capitularia regum Francorum* I. BORETIUS, Alfred (Ed.). **MGH Leges**, Capit. 1. Hannover, 1883.

35 SARAH, **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec**



Somente com um exame detalhado da tipografia de cada moeda é possível relacionar o denário com o seu local de produção. Embora esse detalhe possa ter dificultado os estudos contemporâneos³⁶ e mesmo o próprio controle real sobre a qualidade de suas moedas, dado que não era possível fiscalizar as oficinas com precisão³⁷, essa legenda traz uma conclusão muito importante: Luís, o Piedoso, obteve um grande nível de padronização monetária, pois esse grupo de denários foi produzido por diversas oficinas espalhadas por regiões do Império Carolíngio, com padrões muito semelhantes. Com a subida no trono da Francia Ocidental de Carlos, o Calvo, entretanto, essa legenda foi removida e o nome da região das oficinas foi restabelecido.

O último reinado abordado é o de Carlos, o Calvo (840-877). Em 843, o seu território foi oficialmente delimitado ao lado dos territórios de seus irmãos, Lotário I e Luís, o Germânico, no Tratado de Verdun. Dessa forma, as próximas evidências se concentram majoritariamente na porção Ocidental do Império Carolíngio, no território de Carlos, o Calvo, deixando de lado as moedas cunhadas pelos seus irmãos. O seu reinado é dividido em dois períodos de cunhagem³⁸. O primeiro se encerra em 864, com a introdução da última reforma monetária do nosso recorte. Dois aspectos se destacam nessa fase: o retorno das legendas das oficinas, que facilitariam a fiscalização real, e a qualidade da liga metálica ser a mais baixa desde o reinado de Pepino, o Breve.



prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien, *Op. cit.*, p. 136.

36 BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 216-217.

37 BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 216.

38 Há uma terceira fase de moedas que durou dois anos. Contudo, seu número é muito baixo, não há instruções em fontes e não há um padrão bem definido para a sua cunhagem. Por conta disso, optamos por não considerarmos esse grupo em nosso estudo. *Ibidem*, p. 233-235.



Figura 7: Denário de Carlos, o Calvo, cunhado entre 840 e 864, com o peso de 1,59g. No anverso, a legenda real +CARLVSEXFR; no reverso, a assinatura da oficina de Melle [META/LLVM]³⁹.

O *Edictum Pistense*⁴⁰ (864) é o capitular que mais possui tópicos relacionados à atividade monetária. Separamos dois deles para demonstrar as nuances do monopólio real sobre as moedas. O primeiro deles diz respeito a característica física dos denários, dando instruções detalhadas de como cada um deles deveria ser produzido:

11. Os denários de nossa nova cunhagem devem ter em um de seus lados nosso título em um círculo, com o monograma de nosso nome ao centro, enquanto que devem ter no outro lado o nome da cidade e uma cruz ao centro⁴¹.

Conforme a imagem abaixo, vemos que houve a produção de moedas seguindo exatamente essas instruções:



Figura 8: Denário de Carlos, o Calvo, cunhado entre 864 e 877, com o peso de 1,76g. No anverso, a legenda real +GRATIAD-IREX; no reverso, a assinatura da oficina de Quentovic [+QVVENTOVICI]⁴².

Esse denário é um exemplo de muitos outros que, ainda que contenham variações na posição das legendas ou dos símbolos centrais entre o anverso e o reverso, todos possuem as informações exigidas no capitular. O nome do grupo dessas moedas é *Gratia Dei Rex*⁴³, e seus exemplares foram produzidos por muitas

39 BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 167.

40 *Edictum Pistense* [II.273]. In: *Capitularia regum Francorum* II. BORETIUS, Alfred & KRAUSE, Victor (Eds.). **MGH Leges**, Capit. 2. Hannover, 1897.

41 "11. Ut in denariis novae nostrae monetae ex una parte nomen nostrum habeatur in gyro et in medio nostri nominis monogramma, ex altera vero parte nomen civitatis et in medio crux habeatur". *Ibidem.*, p. 315.

42 SARAH, **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien**, *Op. cit.*, p. 175.

43 BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*, p. 232-233.



oficinas carolíngias, demonstrando a obediência dos moedeiros na confecção dos denários. Contudo, o segundo tópico destacado por nós traz uma característica distinta das reformas:

12. Seguindo o costume de nossos predecessores, como encontramos em seus capitulares, nós decretamos que não deve haver oficinas em todo o nosso reino que não seja em nosso palácio, em Quentovic, em Rouen (cuja oficina pertence tradicionalmente a Quentovic), em Reims, em Sens, em Paris, em Orléans, em Chalon-sur-Saône, em Melle e em Narbonne⁴⁴.

Desde o reinado de Carlos Magno houve uma tentativa de limitar os locais de cunhagem das moedas⁴⁵. Contudo, ainda que houvesse períodos onde as oficinas fossem menos numerosas, o número de locais de produção dos denários sempre esteve na casa das dezenas. O tópico citado acima foi a última tentativa dos reis carolíngios de restringir as oficinas de produção, limitando-as em 10. Entretanto, realizando a consulta em apenas três de nossos catálogos numismáticos, observamos que na realidade essa ordem não foi estritamente seguida.

O mapa abaixo nos traz três informações relevantes: em primeiro lugar, a cunhagem de moedas de Carlos, o Calvo, não se restringiu às oficinas dentro do seu território, tendo mais de dez locais onde sua moeda era cunhada em territórios de seu irmão, Lotário I. Mesmo que seja um detalhe marginal em nossa discussão, vale ressaltar que a produção de tipos monetários não seguia estritamente as divisões políticas de territórios. Em segundo lugar, vemos que 86 oficinas produziram denários do grupo *Gratia Dei Rex*, desrespeitando em grande número as restrições do *Edictum Pistense*. O número passaria da casa de centenas se optássemos por consultar mais catálogos ao confeccionar o mapa⁴⁶.

44 "Sequentes consuetudinem praedecessorum nostrorum, sicut in illorum capitulis invenitur, constituimus, ut in nullo loco alio in omni regno nostro moneta fiat, nisi in palatio nostro et in Quentovico ac Rotomago, quae moneta ad Quentovicum ex antiqua consuetudine pertinet, et in Remis et in Senonis et in Parisio et in Aurelianis et in Cavillono et in Metullo et in Narbona". *Edictum Pistense* [II.273], BORETIUS, Alfred & KRAUSE, Victor (Eds.), *Op. cit.*, p. 315.

45 DEVROEY, *Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens*, *Op. cit.*, p. 185-191.

46 Os catálogos consultados foram: BLACKBURN; GRIERSON, **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**, *Op. cit.*; SARAH, **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien**, *Op. cit.*; MORRISON, KARL F.; GRUNTHAL, HENRY, *Carolingian Coinage. Numismatic Notes and Monographs*, n. 158, p. iii-465, 1967.



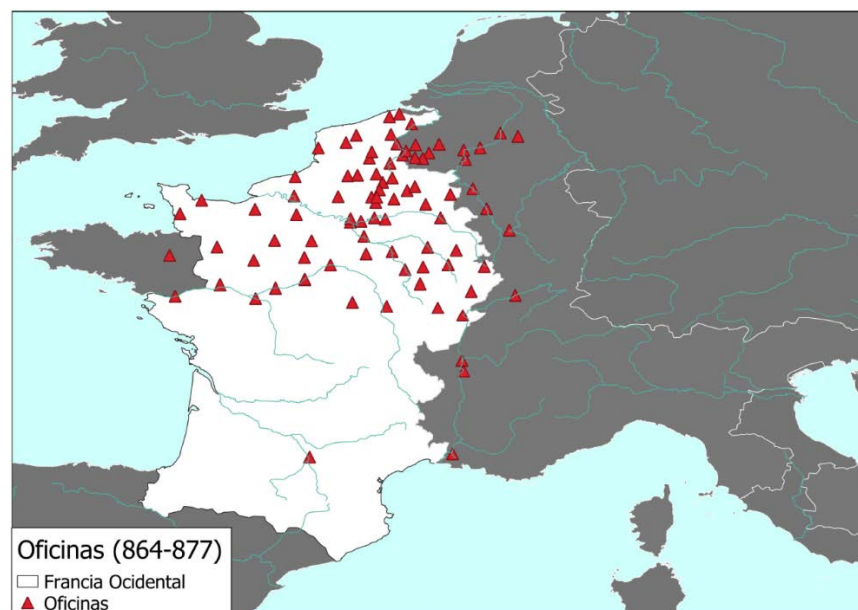


Figura 9: Mapa das oficinas que cunharam a Gratia Dei Rex entre 864 e 877. O mapa foi confeccionado através do software livre QGIS.

Em último lugar, a razão das oficinas serem tão numerosas diante das ordens reais revela uma característica das reformas monetárias: elas eram ignoradas em caso de necessidades pontuais. Isso porque o que se teoriza a respeito do aumento do número de oficinas na última fase do reinado de Carlos, o Calvo é que as invasões ao Norte do território pelos vikings obrigaram os governantes a pagarem altas quantidades de prata como forma de negociar a paz. Como resultado, Carlos, o Calvo autorizaria a abertura de novas oficinas para cunhar moedas e realizar os pagamentos⁴⁷. Ou seja, as reformas monetárias, ainda que fossem uma tentativa dos reis de controlar a produção de moedas, estavam sujeitas a serem ignoradas para solucionar problemas pontuais enfrentados pelos reis, mesmo que isso significasse contrariar ordens anteriores.

Nosso último caso é uma demonstração de como a padronização monetária foi alcançada em alto nível e como ela pode ser estudada pelos historiadores. Abaixo observamos uma planilha retirada do artigo de Jean-Pierre Devroey⁴⁸, de 2015, contendo dados obtidos da tese de doutorado em Química de Guillaume Sarah, que selecionou para o seu estudo mais de 450 moedas do *Gabinet des Médailles* da França para a sua análise das ligas metálicas de cada peça⁴⁹:

47 VERHULST, **The Carolingian Economy**, *Op. cit.*, p. 119–120.

48 DEVROEY, *Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens*, *Op. cit.*, p. 188.

49 SARAH, **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien**, *Op. cit.*



| | Período | Média de prata | Desvio-padrão |
|------------------------------|------------|----------------|---------------|
| Pepino, o Breve (PB) | 751-768 | 92% | 3,10% |
| Carlos Magno (CM1) | 768-770 | 90,05% | 6,30% |
| Carlos Magno (CM2) | 770-793/94 | 88,10% | 5,60% |
| Carlos Magno (CM3) | 793/94-812 | 92,80% | 2,50% |
| Carlos Magno (CM4) | 812-814 | 96,10% | 1,70% |
| Luís, o Piedoso (LP1) | 814-818 | 92,30% | 2,80% |
| Luís, o Piedoso (LP2) | 818-822 | 93,30% | 2,90% |
| Luís, o Piedoso (LP3) | 822-840 | 83,80% | 11,80% |
| Carlos, o Calvo (CC1) | 840-864 | 66,66% | 17,00% |
| Carlos, o Calvo (CC2) | 864-877 | 94,20% | 2,60% |

Figura 10: Planilha contendo os dados da média de prata presente nas ligas metálicas dos denários analisados. (Tradução nossa).

O que se observa é o alto nível de concentração de prata nos denários cunhados durante o reinado dos quatro reis abordados em nosso recorte. Com exceção da primeira fase de Carlos, o Calvo, a média de prata está acima de 83%. Ainda que considerássemos o desvio-padrão, a taxa continua alta, acima de 70%. Esses valores demonstram que a padronização durante esses dois primeiros séculos do Império Carolíngio alcançou até mesmo a composição química do metal utilizado na cunhagem dos denários. Além do mais, os dados coletados por Sarah foram utilizados por ele na análise da cronologia de alguns tipos monetários, permitindo corrigir ou revelar a datação de denários e o seu provável local de produção⁵⁰.

Vimos que a moeda no Império Carolíngio atuava além do campo comercial. Ela fazia parte do dia a dia dessa sociedade, e o seu controle pelo poder real apenas corrobora para teorizarmos acerca de sua importância. Através de um estudo mais aprofundado das fontes numismáticas, é possível revisar o crescimento econômico de localidades dentro do território franco e debater a respeito da administração do poder público através das moedas. O estudo da Numismática em conjunto com a História, a Arqueologia e a Química abrem novos horizontes para compreendermos a economia dessas sociedades tão distantes de nós.

50 SARAH, Guillaume. Charlemagne, Charles the Bald and the Karolus monogram coinage. A multi-disciplinary study. **The Numismatic Chronicle**, v. 170, p. 227-286, 2010.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Catálogos numismáticos

- BLACKBURN, Mark; GRIERSON, Philip. **Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MORRISON, KARL F.; GRUNTHAL, HENRY. Carolingian Coinage. **Numismatic Notes and Monographs**, n. 158, p. iii-465, 1967.
- PROU, M. Maurice. **Catalogue des monnaies françaises de la Bibliothèque nationale: les monnaies carolingiennes**. Londres: C. Rollin & Feuardent, 1896.
- SARAH, Guillaume. **Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien**. 2008. Tese (Doutorado em Química), Université d'Orléans, Orleans.

Fontes primárias (edições latinas)

- Capitularia regum Francorum* I. BORETIUS, Alfred (ed.). **MGH Leges**, Capit. 1. Hannover, 1883.
- Capitularia regum Francorum* II. BORETIUS, Alfred & KRAUSE, Victor (ed.). **MGH Leges**, Capit. 2. Hannover, 1897.

Fontes secundárias

- BLACKBURN, Mark. Money and Coinage. In: MCKITTERICK, Rosamond (Org.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 538-562.
- BOLIN, Sture. Mohammed, Charlemagne and Ruric. **Scandinavian Economic History Review**, v. 1, p. 5-39, 1953.
- BOMPAIRE, Marc; SARAH, Guillaume (Orgs.). **Mine, métal, monnaie, Melle** : les voies de la quantification de l'histoire monétaire du haut Moyen Âge. Genebra: Librairie Droz, 2017.
- BRUAND, Olivier. **Voyageurs et marchandises aux temps carolingiens. Les réseaux de communication entre Loire et Meuse aux viii et ix siècles**. Bruxelas: De Boeck, 2002.
- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A "Economia Moral" e o combate à fome na Alta Idade Média. **Anos 90**, v. 20, n. 38, p. 43-74, 2013.



- CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **A realeza cristã na Alta Idade Média. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)**. São Paulo: Alameda, 2008.
- CIPOLLA, Carlos M. Sans Mahomet, Charlemagne est inconcevable. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 17, p. 130-136, 1962.
- COUPLAND, Simon. Boom and Bust at 9th-century Dorestad. *In*: **Dorestad in an international Framework. New Research on Centres of Trade and Coinage in Carolingian Times**. Turnhout: Brepols Publishers, 2010, p. 214.
- COUPLAND, Simon. **Carolingian Coinage and the Vikings: Studies on Power and Trade in the 9th Century**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2007.
- COUPLAND, Simon. Carolingian Single Finds and the Economy of the Early Ninth Century. **NC**, v. 170, p. 287-319, 2010.
- COUPLAND, Simon. Charlemagne's Coinage: Ideology and Economy. *In*: **Charlemagne Empire and Society**. Manchester: Manchester University Press, 2005, p. 211-229.
- COUPLAND, Simon. Dorestad in the Ninth Century: the Numismatic Evidence. **Jaarboek voor Munt- en Penningkunde**, v. 75, p. 5-26, 1988.
- COUPLAND, Simon. Money and Coinage under Louis the Pious. **Francia**, v. 17, 1990.
- COUPLAND, Simon. Privy marks on the "Christiana religio" coinage of Louis the Pious. *In*: **NUMMI DOCENT! Münzen - Schätze - Funde**. Osnabrück: Künker Numismatischer Verlag, 2012, p. 45-53.
- COUPLAND, Simon. The Early Coinage of Charles the Bald. **Numismatic Chronicle**, v. 151, p. 121-158, 1991.
- COUPLAND, Simon. The Frankish Tribute Payments to the Vikings and their Consequences. **Francia**, v. 26, p. 57-75, 1999.
- COUPLAND, Simon. The Use of Coin in the Carolingian Empire in the Ninth Century. *In*: **Early Medieval Monetary History. Studies in Memory of Mark Blackburn**. Aldershot: Routledge, 2014, p. 257-294.
- DEPEYROT, Georges. **Richesse et société chez les Mérovingiens et Carolingiens**. Paris: Editions Errance, 1994.



- DEVROEY, Jean-Pierre. Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens. **Revue Belge de Numismatique et de sigillographie**, v. CLXI, p. 177-232, 2015.
- DEVROEY, Jean-Pierre. **Puissants et misérables**: système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles). Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006.
- DOEHAERD, Renée. Les réformes monétaires carolingiennes. **Annales. Economies-Sociétés-Civilisations**, v. 7, 1952.
- DUPLESSY, Jean. La circulation des monnaies arabes en Europe occidentale du VIIIe au XIIIe siècle. **Revue Numismatique**, v. 18, 1956.
- EMMERIG, HUBERT. Carolingian Capitularies as a source for the monetary history of the Frankish empire. *In*: **Proceeding of the XIVth International Numismatic Congress, Glasgow 2009**. Londres: Spink & Son, 2011, p. 1431-1435.
- FOSSIER, Robert. Les tendances de l'économie: stagnation ou croissance? *In*: **Hommes et villages d'Occident au Moyen Âge. Des Carolingiens à l'an mil**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 525.
- GRIERSON, Philip. Carolingian Europe and the Arabs : the Myth of the Mancus. **Revue belge de philologie et d'histoire**, v. 32, p. 1059-1074, 1954.
- GRIERSON, Philip. Commerce in the Dark Ages: A Critique of the Evidence. **Transactions of the Royal Historical Society**, v. 9, p. 123-140, 1959.
- GRIERSON, Philip. **Numismatics**. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- GRIERSON, Philip. The Gratia Dei Rex Coinage of Charles the Bald. *In*: **Charles the Bald. Court and Kingdom**. 2. ed. Aldershot: Ashgate, 1990, p. 52-64.
- GRIERSON, Philip. The Volume of Anglo-Saxon Coinage. **The Economic History Review**, v. 20, p. 153-160, 1967.
- HENDY, Michael F. From public to Private: The Western Barbarian Coinages as a Mirror of the Disintegration of Late Roman State Structures. **Viator**, 19. ed. p. 62-68, 1988.
- HODGES, Richard. **Dark Age Economics. The Origins of Towns and Trade AD 600-1000**. 2. ed. Londres: Duckworth, 2001.



- LAFURIE, Jean. La surveillance des ateliers monétaires au IXe siècle. In: **Paris**: Beihefte der Francia, 1980, v. 9, p. 486-496.
- LOMBARD, Maurice. Les bases monétaires d'une suprématie économique : l'or musulman du VIIe au XIe siècle. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 2, p. 143-160, 1947.
- LOVELUCK, Christopher P.; MCCORMICK, Michael; SPAULDING, Nicole E.; *et al.* Alpine ice-core evidence for the transformation of the European monetary system, AD 640-670. **Antiquity**, v. 92, n. 366, p. 1571-1585, 2018.
- MARQUES, Mário Gomes. **Introdução à numismática**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- MCCORMICK, Michael. **Origins of the European Economy. Communication and Commerce**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MCKITTERICK, Rosamond. **The Early Middle Ages: Europe 400-1000**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- METCALF, David M. How Large was the Anglo-Saxon Currency? **The Economic History Review**, v. XVIII, p. 475-482, 1965.
- METCALF, David M. The Prosperity of North-Western Europe in the Eighth and Ninth Centuries. **The Economic History Review**, v. 20, n. 2, p. 344-357.
- MIDDLETON, Neil. Early Medieval Port Customs, Tolls and Controls on Foreign Trade. **Early Medieval Europe**, v. 13, p. 313-358, 2005.
- MORIMOTO, Yoshiki. **Études sur l'économie rurale du haut Moyen Âge**. Bruxelles: De Boeck, 2008.
- MORRISON, Karl F. Numismatics and Carolingian Trade: A Critique of the Evidence. **Speculum**, v. 38, n. 3, p. 403-432, 1963.
- NAISMITH, Rory. Kings, crisis and coinage reforms in the mid-eighth century. **Early Medieval Europe**, v. 20, p. 291-332, 2012.
- NAISMITH, Rory. **Money and coinage in the Middle Ages**. Boston: Brill, 2018.
- PERROY, Édouard. Encore Mahomet et Charlemagne. **Revue Historique**, v. 212, p. 232-238, 1954.
- PIRENNE, Henri. **Maomé e Carlos Magno. O Impacto do Islã Sobre a Civilização Europeia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.



- RIBEIRO DA SILVA, Thiago Juarez. **Os pauperes à época carolíngia, 755-840**. 2017, 279 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; Faculté de Philosophie et Sciences Sociales, Université Libre de Bruxelles, Campinas, 2017.
- SARAH, Guillaume. Charlemagne, Charles the Bald and the Karolus monogram coinage. A multi-disciplinary study. **The Numismatic Chronicle**, v. 170, p. 227–286, 2010.
- SPUFFORD, Peter. **Money and its use in Medieval Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- SVENSSON, Roger. Re-coinage as a Monetary Tax: Conditions, Consequences and Comparisons with Debasement. **IFN Working Paper no 950**, p. 26, 2013.
- TOUBERT, Pierre. **L'Europe dans sa première croissance. De Charlemagne à l'an mil**. Zurich: Paris, 2004.
- VERHULST, Adriaan. **The Carolingian Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- VERHULST, Adriaan. **The Rise of Cities in North-West Europe**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1999.
- WICKHAM, Chris. **Framing the Early Middle Ages**. Oxford: Oxford University Press, 2005.



O VIDRO CATALÃO E A ARTE DOS VITRAIS NAS ESFERAS COMERCIAIS DO FINAL DO MEDIEVO

Lorena da Silva Vargas¹

INTRODUÇÃO

Ainda que desenvolvida desde o século XII, seria na primeira metade do século XV que a produção de vidro na região da Catalunha ganharia preponderância, alcançando modelos produtivos próprios por meio de heranças e intercâmbios técnicos e das possibilidades materiais da região, resultando em vidros de destacada qualidade. Barcelona, enquanto maior centro urbano da região, acolhia o maior número de oficinas e fornos utilizados para o cozimento das peças, tornando-se sede do grêmio dos vidreiros naquele momento. Em um contexto socioeconômico no qual voltava-se à expansão das catedrais góticas pela Península, desde o século XIII, ganhou destaque a produção de vitrais sob encomenda dos mestres de obras, encarregados das construções dos templos e palácios, ou sob direta encomenda clerical ao mestre vitreiro. Por sua vez, o simbolismo da luz através dos vitrais no ambiente religioso foi adotado pela liturgia cristã como meio de encontro físico entre Deus e os homens, recebendo a luz e os próprios vitrais, portanto, valor espiritual para além do estético e visual. Para tanto, a materialização dos vitrais dar-se-ia parte pelas mãos humanas e parte pelas mãos divinas, a partir da matéria-prima enquanto Criação e da luminosidade que vivifica e dá sentido às obras. Desse modo, e adentrando à esfera do trabalho humano, os vitrais e o vidro, em consequência, ganhavam ênfase produtiva na Catalunha, inclusive sob fomento real, como veremos.

Distinguindo-se entre artigos de luxo e de uso comum, os últimos comumente mais espessos e feitos com areia menos purificada, o que resultava em vidros esverdeados e menos transparentes, os objetos de

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Membro do núcleo LEME-UFG. E-mail: lorenasvargas@hotmail.com



vidro passaram a movimentar um forte comércio dentro e fora das cidades. Os intercâmbios econômicos voltados à produção e venda dos vidros catalães voltavam-se a regiões diversas da Europa no que diz respeito à exportação, e ao Oriente e Península Itálica, como importação. Mesmo Veneza, outro importante polo produtivo de vidro na Europa, recebeu objetos vítreos provenientes da Catalunha, como revelam os fragmentos de vitrais catalães preservados no Museu Vetrario de Murano². Os intercâmbios comerciais relacionados ao vidro, entretanto, não dizem respeito apenas à manufatura que viajava em forma dos mais variados objetos domésticos, mas também à matéria-prima necessária à produção. Areia, minerais dos quais se extraíam a coloração, vegetais que funcionariam como fundentes – cuja função seria abaixar o ponto de fusão da areia – dentre outros elementos participavam das esferas comerciais relativas à produção vidreira no Mediterrâneo, na Europa e no Oriente.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES DO VIDRO

As primeiras oficinas produtoras de vidro na Península Ibérica situaram-se em al-Andalus no século IX, fomentadas pela cultura árabe. Na Catalunha o primeiro registro de produção de vidro data de 1189, especificamente em Tarragona, impulsionado pelos beneditinos, responsáveis pelo desenvolvimento de centros vidreiros por toda a Europa. Ali, o monastério beneditino de Poblet negociou com um vidreiro, de nome Guillem, disponibilizando terra e ervas para a produção de vidro, bem como alimentação, sepulcro e enterro ao mestre em troca de trezentas arrobas de vidro mais uma quantidade anual todos os anos na Semana Santa³. Nas cidades de grande e médio porte, tais como Barcelona, Tarragona, Sabadell e Tortosa, era comum os fornos serem compartilhados pelas oficinas e/ou alugados, cujo uso era regulamentado pela confraria dos vidreiros. Em Barcelona, um dos maiores e mais crescentes centros urbanos da região, o expansivo diálogo comercial proporcionado especialmente por sua localização no Mediterrâneo, atraiu também a economia vidreira com a instalação de oficinas, fornos e lojas. Além disso, a conquista de Maiorca e Valência no século XIII pelo Reino de Aragão expandiu as possibilidades de acordos comerciais inter-regionais, relação que distinguia Aragão do Reino de Castela, que se pautava em uma produção primária de circulação local do vidro.

² JUÁREZ VALERO, Eduardo. El negocio del vidrio en la Península Ibérica medieval, *Mirabilia*, v. 15, n. 2, Jun-Dez, 2012, p. 228.

³ JUÁREZ VALERO, Eduardo. El negocio del vidrio en la Península Ibérica medieval, *Op. cit.*, p. 94.



Nesses intercâmbios chegavam à Catalunha junto a sedas e demais artigos de luxo objetos vítreos procedentes de Damasco, Beirute e Alexandria por meio de cruzados, peregrinos e comerciantes para uso nos palácios e catedrais. À medida em que o negócio do vidro ganhava corpo e demanda no século XIII, quando da expansão da utilização de vitrais nas catedrais góticas da Península, a burguesia catalã reivindicou espaço político nos concelhos, levando à criação, por Jaume I em 1265, do Concelho do Cento. Formado por mais de cem homens em representação a ofícios distintos, dentre os quais quatro eram artesãos, o Conselho tinha por função habilitar os comerciantes e promulgar editos, sanções e penas. A primeira lei promulgada acerca do ofício vidreiro em Barcelona foi sancionada pelo Conselho do Cento em 1324, proibindo que houvesse fornos para cozinhar o vidro dentro da cidade frente ao risco de incêndios, lei já existente, por exemplo, em Veneza⁴. A aprovação da lei levou à criação de fornos e oficinas também fora dos limites da cidade. Entretanto, os artesãos logo responderam à lei, alegando a necessidade de manter a produção na esfera urbana visando a ampliação comercial, o que levou o rei a aprovar novos fornos na cidade a partir de 1330, levando ao enfrentamento local do Conselho com o poder real. Nota-se, pois, como o ofício do vidro recebeu resguardo real desde então frente às crescentes possibilidades econômicas oferecidas, às quais associavam-se visibilidade política e desenvolvimento urbano. Com a expansão do ofício e permissão real de exercê-lo por completo na cidade, foram criadas ruas tais como a Rua Vidriers e a Rua da Vidriería, localizadas no Bairro da Ribeira, em Barcelona, desde antes de 1346, onde localizavam-se os vendedores e as oficinas, e em 1430 há o primeiro registro de uma feira de vidros localizada no bairro do Born, ocorrendo todos os anos no Natal e em São João. Ainda assim, os vidreiros só teriam sua profissão inscrita no livro do Conselho do Cento e regulamentada como vidreiros de sopro e forno em 1433, ainda que sem a autorização para a criação de confraria.

No século XIV, as confrarias que exerciam grande influência na esfera local, contando com política própria e nomeando alcaides, foram proibidas no Reino, sendo aceitas, regulamentadas e representadas no Conselho apenas as confrarias religiosas, ou seja, aquelas instituições pautadas em princípios de caridade e que servissem também como organização interna dos artesãos. Assim, os poucos vidreiros da região tiveram que se unir aos também poucos esparteiros⁵ para a formação de uma única confraria, em 1456, que buscava

⁴ JUÁREZ VALERO, Eduardo. El negocio del vidrio en la Península Ibérica medieval, *Op. cit.*, p. 235.

⁵ Aqueles que trabalhavam na produção e venda de objetos feitos de esparto, tais como cordas, esteiras etc.



autonomia profissional. A confraria, já com estatuto de grêmio, reunia os profissionais em uma organização interna de controle produtivo, controle da utilização dos fornos e ações de caridade, devendo cumprir com o pagamento de tributos pela produção e venda de vidro, além de permitir aos mestres das oficinas participação política. Conquistaram, em paralelo ao estatuto, uma capela na Catedral de Barcelona, especificamente a Capela de São Miguel Arcanjo, dedicada aos vidreiros e vitralesiros como forma de reconhecimento da importância ascendente do ofício no contexto burguês local. Ambos ofícios estiveram unidos até 1594 quando, separando-se as funções produtivas do vidro entre fabricantes e pintores – atribuições até então relativas a um mesmo profissional vidreiro –, levou ao crescimento do trabalho do vidro e à separação dos esparteiros.

Com o reconhecimento profissional anos antes e a posterior legislação e criação do grêmio dos vidreiros e esparteiros, em 1456, o monopólio comercial voltou-se ao grêmio de Barcelona e a seus membros, que conquistavam seu espaço político no condado frente à obrigatoriedade de ser cidadão barcelonês para o trabalho com vidro, ou seja, ter residência própria na cidade, e ainda frente à proibição de venda ambulante de vidro, definida por lei, como forma de controle da venda, produção e conhecimento técnico, sendo permitido o comércio local apenas nas oficinas, lojas, casas, ou expostos em praças ou ruas específicas. Paralelamente, os vidreiros ascendiam socialmente, possuindo servos e escravos e participando da vida política, conquistando melhor posição que outros artesãos. Em Castela, não houve grêmios unicamente vidreiros até o reinado dos Reis Católicos, mas associações de venda – e não de produção – de vidro junto aos mercadores de cerâmica em um único grêmio com sede em Madrid, onde localizava-se o único mercado de vidro de Castela. Vendiam-se ali produtos importados dos Países Baixos, Veneza e Barcelona, que participava da disputa pela rede comercial e de conhecimento técnico no Mediterrâneo, ao lado de Veneza e Altare, desde o século XIV.

A Catalunha desenvolveu um sistema legal de confrarias e uma gestão do conhecimento produtivo do vidro próprios da região. Segundo seu modelo, qualquer cidadão ou estrangeiro poderia ser aprendiz e chegar à maestria, bastando pagar as cotas e respeitar as regras da oficina, o que facilitava a formação e atraía aprendizes de lugares diversos. Por outro lado, o sistema comum nas diversas outras regiões vidreiras da Europa e Oriente era a o monopólio do saber produtivo a uma oficina, cujo conhecimento era passado de pai



para filho em um resguardo quase sagrado ou mágico que garantia a distinção econômica e social dos mestres vidreiros e aprendizes.

MATERIAIS E TÉCNICAS PRODUTIVAS

Enquanto característica principal, o vidro catalão destacava-se por sua resistência. Desde a Alta Idade Média, a produção de vidro na Catalunha ganhava força na região dos Pireneus até o rio Ebro, especialmente Tortosa, cidade reconhecida pela qualidade da areia utilizada como vitrificante e pela abundância de barrilha⁶, utilizada como fundente, a qual poderia ainda ser importada de Alicante. Segundo Joan Ainaud⁷, em Barcelona poder-se-iam produzir vidros com cinzas de soda (barrilha) e pedra triturada (areia), ou substituir as cinzas de barrilha pelas de salicorne – planta proveniente de Francia –, da mesma forma em que a areia poderia ser substituída por fragmentos de vidro pulverizados. Além das plantas citadas, na ausência da barrilha – fundente mais utilizado no Mediterrâneo – eram ainda utilizadas cinzas de cereais ou vegetação pantanosa, que também resultavam em uma solução sódica, gerando, portanto, vidros mais resistentes. Por sua vez, o vidro produzido no Centro e Norte da Europa, de origem potássica em decorrência do fundente utilizado, consistente em cinzas de madeira de árvores caducifólias comumente encontradas na região, ainda que menos resistentes tinham menor ponto de fusão e melhor acabamento estético. Ao fundente adicionava-se areia purificada, a qual era trazida de Tortosa ou importada de Francia afinal, quanto mais pura a areia, mais transparente o vidro obtido. Por esse motivo ganhou a areia hispana destaque nas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha, que enfatizava sua qualidade para a fabricação de vidro de reconhecida transparência⁸.

⁶ Planta mediterrânea cujas cinzas eram utilizadas na fabricação do vidro, de forma específica da pasta vítrea. Seu alto teor de sódio resultava em vidros mais resistentes, característica do vidro catalão como herança andaluza, onde desde o século IX utilizavam-se plantas sódicas como fundente.

⁷ Apud RIU DE MARTÍN, María Carmen. La manufactura del vidrio y sus artífices en la Barcelona bajomedieval, **Anuario de Estudios Medievales (AEM)**, v. 38 n. 2, p. 585-609, julio-diciembre de 2008, p. 588.

⁸ ARES, Jorge de Juan; SCHIBILLE, Nadine. La Hispania antigua y medieval a través del vidrio: la aportación de la arqueometría, **Boletín de la Sociedad Española de Cerámica y Vidrio**, v. 56, p. 195-204, 2017.



Fluxo de importação de matéria-prima na Catalunha - Baixa Idade Média



Imagem 1

Nos vitrais da Catalunha, a nitidez das cores e a excelente iluminação eram características da pureza do vidro empregado, comparado ao mais puro dos cristais. O composto de areia e fundente, ao qual poder-se-ia adicionar estabilizante químico tal como óxido de cálcio, era levado ao forno a ponto de fusão, aproximadamente 750° C, formando a pasta vítrea, à qual eram adicionados óxidos metálicos ou pigmentos para a obtenção das cores desejadas, sendo então novamente levada ao forno. Como exemplo tem-se o óxido de ferro, responsável pela coloração verde⁹, azul, âmbar e amarelo, obtidas segundo o tempo despendido em forno; o óxido de manganês, resultante nos tons de violeta e marrom; o óxido de chumbo, que originaria o vermelho; e o óxido de cobre, responsável pelos tons turquesa e verde escuro. Retirada do forno, a pasta vítrea era moldada com a técnica do sopro¹⁰, no caso dos objetos domésticos, ou planificadas, no caso dos vitrais, e logo solidificada em temperatura ambiente. Para a fabricação dos vitrais, uma vez endurecidas, as peças eram

⁹ O verde foi uma cor amplamente utilizada em objetos domésticos, ainda que de forma involuntária, uma vez que, em função da impureza da areia utilizada, carregada de ferro, obtinham-se vidros esverdeados.

¹⁰ A técnica do sopro foi desenvolvida no século I a. C., na Síria, e consistia em assoprar a pasta vítrea com auxílio de um molde cilíndrico, espécie de canudo, possibilitando a modelagem das peças.



recortadas segundo as formas preestabelecidas e unidas com tiras de chumbo, formando módulos, os quais seriam unidos nas grandes aberturas das paredes dos templos por tiras de ferro. A decoração das obras, tal como delimitação das personagens e emprego de luz, sombra e profundidade, era feita com grisalha, tinta de cor cinza ou marrom feita à base de pó de vidro e cobre diluídos em vinho ou urina, sendo as peças levadas novamente ao forno para fixação das imagens. A encomenda dos vitrais, que tinham em média 2 milímetros de espessura, era, em geral, feita diretamente à oficina, com desenho prévio do mestre de obras ou com um motivo iconográfico específico provindo do clero ao mestre vitraleiro ou ao pintor, ganhando os motivos florais predominância sobre os geométricos no século XIV. Embora fosse comum a distinção entre produtores e vendedores de vidros, há registros de mestres vidreiros e vitraleiros que vendiam diretamente seus trabalhos sem mesmo precisarem se deslocar aos mercados, tal como mostra o registro de venda de objetos de vidro pelo mestre Alejandro Vespi à Casa Real em Zaragoza, no século XV, diretamente de sua oficina¹¹. No que diz respeito aos fornos, ficou conhecido como “procedimento catalão” o aparelho de formato esférico, feito com argila e arejado “por um fole na base, que podia ser manuseado caso a entrada natural de ar não fosse suficiente”¹².

Característica do vidro doméstico catalão foi a aplicação de camada extra de vidro transparente na superfície do objeto, sobre a decoração, a fim de preservá-la, técnica herdada da Alemanha tal como a produção do vidro plaquê, que consistia na sobreposição de placas de vidro incolor sobre o vidro colorido e/ou ornamentado. Tal técnica possibilitou a produção do vidro vermelho na Península Ibérica, até o século XV importado do Centro e Norte da Europa. Sua elaboração consistia na sobreposição de camadas de vidro transparente sobre o vidro vermelho, totalmente opaco, colorido à base de óxido de chumbo, o que possibilitava a transparência tal como os demais vidros de cores. O uso do esmalte para a coloração plena das peças dar-se-ia a partir do século XVII, aproximadamente, enquanto que na decoração ganhará espaço na arte vidreira catalã desde o século XVI, tendo Fernando, o Católico encomendado 200 peças de vidro barceloneses, dentre copos, jarras e taças, para Isabel, produtos de aparente influência veneziana, inclusive podendo ter sido produzidos por mestres venezianos em fornos barceloneses, frente à decoração em esmalte, herdada de Veneza.

¹¹ JUÁREZ VALERO, Eduardo. El negocio del vidrio en la Península Ibérica medieval, *Op. cit.*, p. 104.

¹² FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 175.



Os intercâmbios com Veneza tiveram destaque especialmente a partir do século XIV. Encontram-se em mosteiros como no de Pedralbes, na Catalunha, fragmentos de vidro na abóbada datados de 1416, claramente venezianos frente à ornamentação com a técnica de fios trançados embebidos em pasta vítrea, da mesma forma como puderam ser encontrados vidros catalães em Veneza no mesmo período¹³. O que se destaca, entretanto, muito além da escassa documentação comercial, é a transferência à Catalunha da técnica veneziana de produção e decoração do vidro com ponta de diamante, predominante no século XV, através de mestres venezianos que residiam principalmente em Barcelona, que somada ao aprimoramento químico desenvolvido no Mediterrâneo, resultou em produtos mais resistentes e pesados. Também a influência estilística do vidro oriental, por sua vez decorrente das mais frequentes relações comerciais entre Catalunha e regiões como Damasco, Norte da África e Beirute, levou ao desenvolvimento de estética semelhante nos condados, onde predominou, no século XIV, motivos árabes tais como o trançado e o mosaico. Ainda assim, a escassa indicação da origem dos objetos dificulta afirmar se peças tais como vasos, pratos, garrafas, candelabros, saleiros, dentre outros objetos vítreos de estilo árabe eram procedentes do Oriente, cujo comércio era frequente com o Mediterrâneo, ou se tais peças haviam sido produzidas na Catalunha sob influência árabe em técnicas e ornamentação, tal como ocorria com as peças de influência veneziana. Tal questionamento decorre da característica das oficinas catalãs que, diferentemente das oficinas venezianas e de vários outros centros vidreiros no mundo – onde o saber produtivo do vidro era limitado a um número de mestres e protegido pelo poder público a fim de monopolizar a produção local – eram pautadas no intercâmbio de saberes, ensinando-se a estrangeiros e locais o ofício do vidro, repassado de pai para filho.

O COMÉRCIO DO VIDRO

A circulação do vidro no âmbito urbano perpassava oficinas, lojas e ruas, chegando finalmente aos palácios e catedrais, movimentando produtores, mercadores, compradores, revendedores, cobradores que se dedicavam à cobrança de pagamento pelos serviços prestados por vidreiros ou mercadores, fiscais cambistas e mesmo juízes detendo a função de apreender produtos¹⁴. Para além da compra e venda de objetos vítreos e encomenda de vitrais, vendia-se, a menor preço, o vidro quebrado, o qual era aproveitado na fabricação de

¹³ BASSEGODA NONNEL, Joan. **Guia del Monestir de Pedralbes**. Barcelona: Nou Art Thor, 1977.

¹⁴ FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média**, *Op. cit.*, p. 201.



novos produtos por meio da pulverização e fundição. Ainda no que diz respeito à matéria-prima, entravam igualmente nas rotas comerciais a areia, que deveria ser de boa qualidade – ou seja, purificada, em geral, sob peneiração –, os fundentes, os minerais para a obtenção de cores – cada vez mais variadas segundo a aproximação científica às possibilidades naturais, segundo o grau de concentração e mistura de óxidos e segundo os intercâmbios comerciais.

O preço do vidro variava entre tamanho, qualidade e coloração. Ao vidro vermelho, por exemplo, proveniente em grande medida do centro e Norte da Europa e, portanto, mais difícil de ser adquirido, agregava-se valor em detrimento das demais cores. A transparência era ainda outro fator de atribuição de valor comercial ao produto: quanto mais transparente mais caro o vidro, onde necessitou-se areia mais purificada. Às dificuldades em obtenção dos materiais necessários somava-se a mão de obra do mestre vidreiro.

Para o transporte de tão delicado produto, as oficinas castelhanas localizavam-se em zonas próximas a bons caminhos e cursos de água, em geral afastados dos centros urbanos, o que limitava a formação de núcleos gremiais e seu fortalecimento. O vidro catalão, por sua vez, deslocava-se por mar e terra, percorrendo todo o Mediterrâneo e Península Ibérica, Florença, Pisa, Gênova, Mallorca, Valencia, Centro e Norte da Europa. Segundo Juárez Valero:

La expansión siguió su curso en los primeros años del XV, conformando una red de centros menores dependientes del núcleo de Barcelona para la venta y distribución del producto y asociados a los caminos reales que unían Barcelona con Zaragoza, Gerona, Lérida y Perpiñán. Hacia 1425, se podían encontrar vidrieros barceloneses en las poblaciones de Corberá, San Vicenç dels Horts, Begues, Càn Massana, Vilanova i la Geltrú, Olesa, Arenys de Mar, Granollers, Montcada, Molins del Rey, Corvelló, Ordal, Monjós, Vilafranca del Penedés, Collbató y Obach de Vacarisses¹⁵.

¹⁵ JUÁREZ VALERO, Eduardo. El modo catalán de negocio del vidrio a finales del medievo, **Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna**, v. 47, p. 89-118, 2014, p. 111.



Fluxo de importação e exportação de vidro na Catalunha - Baixa Idade Média

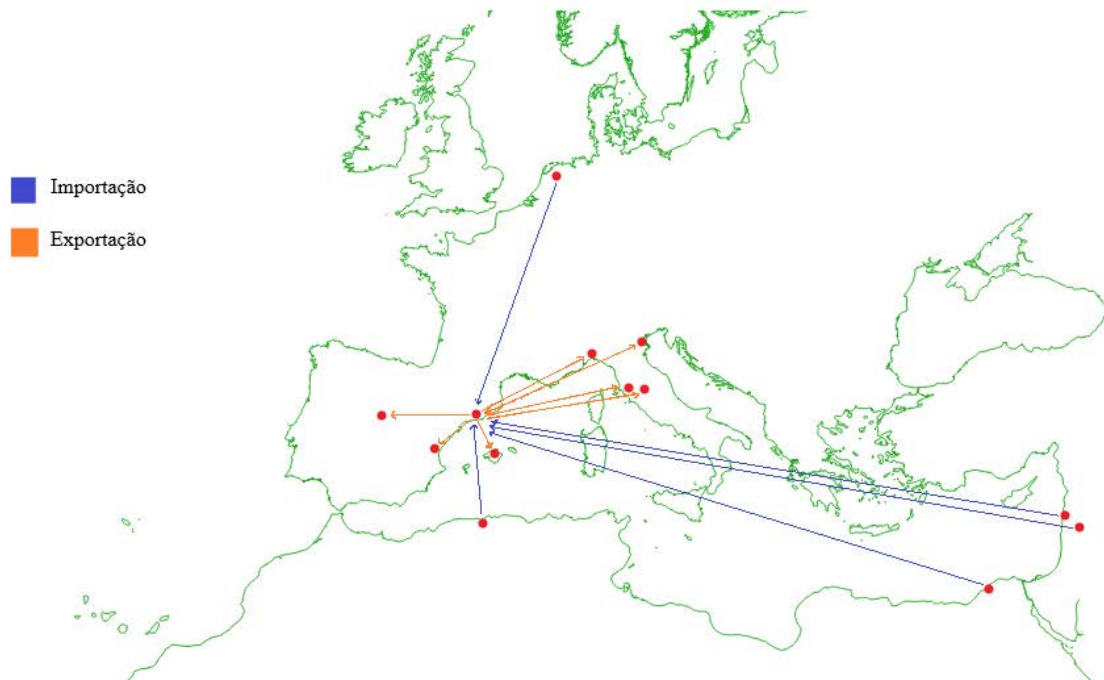


Imagem 2

Os caminhos da fé, especialmente os que levavam a Santiago de Compostela, corresponderam a vias fundamentais de expansão comercial no final do medievo. Da mesma forma, no século XIV houve registros de vidreiros sírios e venezianos trabalhando na cidade condal e trasladando a ela suas técnicas locais. Tal processo de ida e volta de produtos, quando executado por via terrestre, dava-se sobre quadrigas, que carregavam os mais diversos produtos para a construção e abastecimento das cidades, percorrendo instáveis estradas de terra batida ou, e preferencialmente, estradas pavimentadas, ainda que o desnível limitasse a velocidade do transporte a uma média de 5 a 6 km/h. Aos desafios por via terrestre somavam-se os não raros saques sofridos pelos viajantes. Por sua vez, ainda que ameaçadas por tempestades e piratas, as viagens por via fluvial e marítima - resguardadas por São Nicolau, padroeiro dos navegantes - proporcionavam mais segurança e rapidez, chegando-se em mar a uma média de 8 a 14 km/h. Entre os meses de novembro a finais de janeiro, o ritmo das navegações no Mediterrâneo desacelerava em virtude de tempestades com riscos



eminentes de naufrágio¹⁶. Acerca dos portos naquela região, destacavam-se em infraestrutura os de Mallorca, Alicante, Génova, Nápoles, Palermo e Constantinopla.

Ainda que Barcelona fosse o núcleo catalão produtor de vidro, Mataró destacava-se como o núcleo exportador e importador, um dos mais importantes da Península Ibérica, frente a sua infraestrutura de proteção contra a pirataria por galeras e sua saída estratégica por mar. Na cidade de Montcada, estabeleceu-se oficina no século XV com concessão de monopólio produtivo ao mestre vidreiro Vicenç Sala, que por sua vez comprometia-se com o desenvolvimento da cidade: “no solamente la ciudad crecerá en muchos aspectos, sino que, más aún, la negociación del dicho vidrio se hará en diversas partes de la tierra, en honor y prestigio de esta ciudad”¹⁷. Nota-se, pois, como o negócio do vidro ganhava importância dentro e fora do perímetro urbano, nos âmbitos econômico, político e social, promovendo a expansão das cidades e a visibilidade dos reinos. Em Mallorca, o primeiro registro de oficina data do reinado de Jaume III, em 1327. Trata-se dos irmãos Bernardo y Guillermo Roig, encarregados da fabricação dos vitrais da Capela Real da Catedral de Palma de Mallorca. Frente à dificuldade de importação de vidros na região, foi igualmente atribuído pelo rei Pere IV a Guillem Barceló, em 1347, o privilégio produtivo.

Em decorrência da produção de vitrais para a catedral, chegaram a Maiorca, ao longo do século XIV, Francesc Socoma, importador de vidro, o francês J. Lustrach, alquimista encarregado da preparação das cores e Nicolau Coloma, vitraleiro barcelonês que se instaurou na ilha, também obtendo privilégio de produção dos vitrais da catedral¹⁸. Em Palma, como em Barcelona, havia rua específica para o comércio e produção do vidro, bem como a cobrança de impostos. Entretanto, não houve em Maiorca a formação de um grêmio vidreiro, o que faz crer, somando-se à semelhança entre os vidros catalão e maiorquinos, que grande parte dos que ali trabalhavam era proveniente do grêmio barcelonês, o que revela a força do trabalho vidreiro de Barcelona. No século XV, acordos foram estabelecidos entre produtores barceloneses e vendedores maiorquinos para garantir o traslado de vidro a Maiorca. No Reino de Valência, as influências na produção vidreira foram basicamente as mesmas que em Maiorca, com relevantes importações barcelonesas. A distinção dava-se,

¹⁶ MOLINA MOLINA. Los viajes por mar en la Edad Media, **Cuadernos de Turismo**, v. 5, p. 113-122, 2000.

¹⁷ AHCB, Registre d'Ordinacions, 1488/1489, f. 97.

¹⁸ JUÁREZ VALERO, Eduardo. El modo catalán de negocio del vidrio a finales del medievo, *Op. cit.*, p. 113.



porém, pela influência estilística andaluza, que se expressava em território valenciano por meio da ornamentação dos produtos vítreos importados.

O século XV foi o período de auge produtivo de vidros e vitrais na Catalunha por meio de profissionais provindos daquela região, de Castela e Andaluzia, do sul da França, Maiorca – com a qual havia um comércio regular – e Península Itálica. A presença de mestres e aprendizes estrangeiros na Catalunha, como mencionado, foi fomentada em busca de aperfeiçoamento da produção vidreira, especialmente voltada à fabricação de vitrais. Exemplo disso é o registro datado de 1325 do vitraleiro italiano Matteo di Giovanni, que trabalhou em Palma de Maiorca, e o de 1357 do alemão Wilhem Letumgart, que trabalhou em Girona e Tarragona, ou ainda o de Nicholi de Maraya, que em 1397 trabalhava em Lérida, todos eles especialistas na fabricação de vitrais.¹⁹ No trabalho arqueológico nas necrópoles catalãs foram encontrados fragmentos de objetos de vidro, tais como urnas e vasos com composição técnica e motivos ornamentais que se assemelhavam aos encontrados na Península Itálica, o que ratifica os intercâmbios comercial e técnico. Estudos tais como o de Flavia Bazzocchi²⁰ acerca da composição química de vitrais de igrejas de Barcelona e Siena, através de análises por microsondas e espectrometria, permitem reconhecer as origens do vidro por meio das técnicas e matérias-primas empregadas, possibilitando a identificação dos intercâmbios vidreiros no período. Segundo a autora, grande parte dos vidros vermelhos encontrados na Catedral de Siena são de composição potássica, característica dos vidros produzidos no Centro-Norte da Europa, o que possibilita afirmar a ocorrência de importações de vidro vermelho até o século XIV. Da mesma forma, no Monastério de Santa María la Real de las Huelgas, em Burgos, os vidros vermelhos que fazem parte dos vitrais de São Pedro, São Paulo e São João, datados do século XIII, são de mesma composição química dos vidros vermelhos de vitrais da Catedral de Colônia, na Alemanha²¹; já os vitrais da Cartucha de Miraflores, também em Burgos, foram importados de Flandres em 1484, sob encomenda de Isabel, a Católica. Por sua vez, a identificação técnica do vidro verde empregado na Catalunha, especificamente no Monastério de Pedralbes, compõe-se de

¹⁹ JUÁREZ VALERO, Eduardo. El modo catalán de negocio del vidrio a finales del medioevo, *Op. cit.*, p. 107.

²⁰ BAZZOCCHI, Flavia. **Las vidreiras góticas mediterráneas: composición química, técnica e estilo. El caso concreto de Barcelona y Siena en el siglo XV.** Tese (Doutorado em História da Arte) – Facultat de Geografia i Historia de la Universitat de Barcelona. Barcelona, 2012.

²¹ BAZZOCCHI, Flavia. Colores y reflejos translúcidos en los recetarios medievales, **Porticvm. Revista d'estudis medievals**, v. 1, p. 120-129, 2011.



sal de cobre e ferro, composto típico dos vidros mediterrâneos, enquanto que na Catedral de Leão a presença de potássio e magnésio nos vitrais revela, segundo o estudo de Bazzocchi (2011), uma possível aplicação das receitas nórdicas na produção ibérica a partir de matéria-prima local.

Nos caminhos por terra e água o conhecimento produtivo do vidro viajava junto aos mestres vitreiros que acompanhavam as construções das maiores catedrais da Europa. As funções de produção e ornamentação, até então desempenhadas pelo vitreiro, passaram a distinguir-se no século XV, quando distribuídas entre o mestre vitreiro e o mestre pintor. Ainda assim, a produção e distribuição de vitrais e vidros, de modo geral, caracterizava-se pela interdependência profissional de saberes e materiais, revelando-nos os intercâmbios, influências e transferências nas esferas comerciais do final do medievo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Archivo Histórico Municipal de la Ciudad de Barcelona (AHCB), **Registre d'Ordinacions**, 1488/1489.

ARES, Jorge de Juan; SCHIBILLE, Nadine. La Hispania antigua y medieval a través del vidrio: la aportación de la arqueometría, **Boletín de la Sociedad Española de Cerámica y Vidrio**, v. 56, p. 195-204, 2017.

BASSEGODA NONNEL, Joan. **Guia del Monestir de Pedralbes**. Barcelona: Nou Art Thor, 1977.

BAZZOCCHI, Flavia. Colores y reflejos translúcidos en los recetarios medievales, **Porticvm. Revista d'estudis medievals**, v. 1, p. 120-129, 2011.

BAZZOCCHI, Flavia. **Las vidreiras góticas mediterráneas**: composición química, técnica e estilo. El caso concreto de Barcelona y Siena em el siglo XV. Tese (Doutorado em História da Arte) – Facultat de Geografia i Historia de la Universitat de Barcelona. Barcelona, 2012.

FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GIMENO, D.; PUGÈS, M. Caracterización química de la vidriera de Sant Pere i Sant Jaume (segundo cuarto del s. XIV, Monestir de Pedralbes, Barcelona), **Boletín de la Sociedad Española de Cerámica y Vidrio**, v. 41, n. 2, p. 225-231, 2002.



HISLOP, Malcolm. **How to build a Cathedral**. Constructing the story of a medieval masterpiece. Londres: Bloomsbury, 2012.

JUÁREZ VALERO, Eduardo. El modo catalán de negocio del vidrio a finales del medievo, **Anales de Historia Antigua, Medieval y Moderna**, v. 47, p. 89-118, 2014.

JUÁREZ VALERO, Eduardo. El negocio del vidrio en la Península Ibérica medieval, **Mirabilia**, v. 15, n. 2, Jun-Dez 2012.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis. Los viajes por mar en la Edad Media, **Cuadernos de Turismo**, v. 5, p. 113-122, 2000.

RIU DE MARTÍN, María Carmen. La manufactura del vidrio y sus artífices en la Barcelona bajomedieval, **Anuario de Estudios Medievales (AEM)**, v. 38, n. 2, p. 585-609, julio-diciembre de 2008.



PARTE V

- **O PODER REAL NAS PEDRAS RÚNICAS DE JELLING**
Sara Hosana Oderdenge
- **OS QUATRO LIVROS DE HISTÓRIAS DE NITARDO
E O USO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO IMPÉRIO CAROLÍNGIO**
Isabela Alves Silva
- **NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA**
Estudando as representações dos ocidentais na
Historiografia bizantina dos séculos XI e XII
Guilherme Welte Bernardo
- **AS PRÁTICAS FUNERÁRIAS DAS ELITES
MEROVÍNGIAS NO NORTE DA GÁLIA:**
Ostentação e destruição de riquezas
Marina Duarte Sanchez

O PODER REAL NAS PEDRAS RÚNICAS DE JELLING

Sara Hosana Oderdenge¹

INTRODUÇÃO

O interesse na Escandinavística, também chamada genericamente de Estudos Vikings, vem crescendo no Brasil na última década, aumentando o número de pesquisadores na área. A Era Viking se estendeu, grosso modo, do final do século VIII ao século XII. Foi o período no qual grande parte da Europa Ocidental, principalmente o Império Franco e as Ilhas Britânicas, sofreu ondas de invasões escandinavas, pois descobriram nesses lugares uma fonte de riquezas – alcançadas por saques e ameaças de ataques, em que exigiam um pagamento dos locais para o “cancelamento da invasão”².

Essa popularização nos estudos acadêmicos enfrenta barreiras. André Muceniecks aponta que a escassez de pesquisadores e núcleos de escandinavística no Brasil, além de dificultar as discussões e trocas de conhecimentos, gera guetos e isolamentos entre os poucos especialistas existentes. Além disso, há ainda outra dificuldade que novos estudiosos poderão enfrentar:

Por um lado, os conhecedores de uma medievalística mais geral vêm com cautela orientando e novos alunos desejosos de estudar tais temáticas; por outro, tais estudos são amiúde conduzidos de forma desconectada de contextos maiores e de maiores linhas de aplicação, gerando uma seção acadêmica de curiosidades, popularização científica ou completo alheamento à medievalística mais genérica³.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo e membra do Laboratório de Estudos Medievais, Núcleo USP. Contato: sara.oderdenge@usp.br.

² SAWYER, Peter. **Kings and Vikings: Scandinavia and Europe AD 700–1100**. Londres: Routledge, 2003, p. 1-2. As datas tradicionalmente tidas como início e fim da Era Viking são: o saque do mosteiro de Lindisfarne, na Nortúmbria, em 793 d.C. e a morte do último monarca escandinavo que reinou na Inglaterra, Harthacnut, em 1042, respectivamente. Else Roesdahl, porém, defende uma definição mais fluida das datas, dado evidências que apontam o ataque a Lindisfarne como não sendo o primeiro ataque viking a um reino cristão e que a influência escandinava na Inglaterra não cessou com a morte de Harthacnut. ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 9-10.

³ MUCENIECKS, André Szczawlinska. Notas sobre o termo viking: usos, abusos, etnia e profissão. **Revista Alethéia de Estudos sobre Antiguidade e Medieval**. Natal, v. 2, n. 2. 2010, p.1-2.



No artigo *Notas sobre o termo viking*, Muceniecks discute como o termo viking pode ser usado erroneamente. Esse aumento dos Estudos Escandinavos sem grandes debates acadêmicos, aliado ao uso exaustivo do termo pela mídia e pelo entretenimento, generalizou o nome, e o descritório acaba, por vezes, transformando viking em sinônimo de escandinavo. Esse uso de viking com conotações étnicas é anacrônico e limitador do desenvolvimento das pesquisas por pressupor uma identidade com a qual todos os escandinavos se identificariam.

Sendo assim, cabe aqui definirmos o termo. Viking será utilizado tal qual o foi em fontes medievais: para indicar uma ocupação, profissão ou atividade; os homens que as exerciam e práticas ou costumes diretamente derivados. A origem do termo e sua etimologia são incertos e muito já foram discutidos. De forma geral, há um consenso entre os autores sobre esse significado medieval, usado para designar tanto o homem que luta no mar, o pirata ou salteador (do nórdico ocidental *víkingr*), como a guerra no mar, a pirataria e pilhagem (*víking*)⁴.

A Era Viking é tida pelos escandinavos como uma era dourada de suas histórias, sendo os vikings heróis nacionais e uma "marca registrada"⁵. Assim sendo, a memória desses piratas medievais foi recuperada de diferentes formas ao longo dos séculos. Alguns dos sítios arqueológicos da Era Viking passando por diversas escavações desde o século XVIII. No caso da Dinamarca, Jelling é um caso de sítio arqueológico que faz parte da memória nacional, cuja primeira escavação ocorreu ainda no reinado de Frederico IV, em 1704; seus monumentos se tornaram símbolos dinamarqueses e metonímias das principais transformações político-culturais que ocorreram no reino danês no período, a saber, a centralização do poder real e unificação territorial e o processo de conversão ao cristianismo⁶.

O complexo real de Jelling, localizado no leste de Jutlândia, Dinamarca (Fig. 1), cujos monumentos são: dois montes construídos em turfa (sendo um monte funerário⁷ e um que cobre os vestígios de um grande

⁴ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 9-10.

⁵ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 3-4.

⁶ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a National Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 249-251.

⁷ O monte Norte, também conhecido tradicionalmente como monte de Thyri, possui, aproximadamente, 65 metros de diâmetro e 8 metros de altura. Abriga uma câmara funerária de tamanho 2,6 X 6,75 X 1,45 metros. A maior parte da mobília funerária e os ossos do inumado foram retirados em uma antiga intrusão à câmara. Foi datado dendrocronologicamente no inverno de 958/59, relacionando-se ao reinado de Gormr. HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A.. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. **Præhistorische Zeitschrift**, Berlin, v. 87, n. 2. 2013. p. 479-480.



arranjo de pedras em formato de navio⁸), duas pedras rúnicas (uma pedra encomendada por *Gormr inn gamli* [o Velho] e a outra por seu filho, *Haraldr blátönn* [Dente Azul]⁹) e uma igreja de pedra construída no estilo Romanesco (sobre outras construções em madeira e abrigando uma câmara funerária). O sítio é, desde 1994, Patrimônio Mundial da UNESCO¹⁰ (Fig. 2).

Novas escavações realizadas pelo Museu Nacional, com o Projeto Jelling, desde 2008, descobriram novas estruturas no sítio, sendo as principais três longas construções comparáveis aquelas conhecidas de outros sítios do período do reinado de Haraldr (estilo *Trelleborg*¹¹) e uma paliçada de quatro faces definindo uma área de 12,5 hectares, – a maior nesse estilo da Era Viking encontrada na Dinamarca¹².

A dinastia de Jelling, tida como a primeira dinastia do reino da Dinamarca¹³, escolheu o local para ser o centro de seu reinado e onde construiriam sua memória familiar e dinástica, expondo o poder real centralizado. O rei Gormr (r. 936–958) erigiu uma pedra rúnica em memória a sua esposa Thyri (DR 41¹⁴), onde lê-se: “§A Rei Gormr erigiu este monumento em memória de Thyri, §B sua esposa, adorno da Dinamarca.”¹⁵; e seu filho, Haraldr (r. 958¹⁶–987), erigiu uma pedra rúnica de dimensões e iconografia dantes

⁸ O monte Sul ou monte de Gormr mede 70 metros de diâmetro e 11 metros de altura e foi erigido em duas fases. A análise dendrocronológica data sua construção após 963, mais provavelmente em 970, com a fase de conclusão indefinida. Associa-se ao reinado de Haraldr. HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. **Præhistorische Zeitschrift**, Berlin, v. 87, n. 2. 2013, p. 480.

⁹ Optou-se pela manutenção da grafia dos primeiros nomes e tradução dos epítetos.

¹⁰ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a National Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 249.

¹¹ A nomenclatura deriva do nome do sítio arqueológico em que primeiro foi encontrado tal estilo, associado somente ao reinado de Haraldr.

¹² JESSEN, M. Dingsø; ANDERSEN, S. Wulff; HOLST, M. Kähler; JENSEN, P.; PEDERSEN, A. **Kongens gård i Jelling?: Et nyt anlæg fra Harald Blåtands tid**. Arbejdsmark: Nationalmus, 2011, p. 60-73. *Apud* PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a National Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 249.

¹³ O site da família real dinamarquesa traça a linhagem da atual rainha Margarete II até a dinastia Jelling, considerando Gormr o Velho, o primeiro rei da Dinamarca. **The Royal Lineage**. kongehuset.dk. Disponível em: <http://kongehuset.dk/en/the-monarchy-in-denmark/the-royal-lineage>. Acesso em: ago. 2019.

¹⁴ DR+ representa o signo de localização de inscrições rúnicas presente no catálogo de inscrições rúnicas dinamarquesas estandardizado. JACOBSEN, L.; MOLTKE, E.. **Danmarks runeindskrifter**. Copenhagen: København Ejnar Munksgaards, 1941-1942.

¹⁵ JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. In: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingesymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013, p. 8.

¹⁶ Nos últimos quinze anos do reinado de Gormr, Haraldr teria reinado ao seu lado. Isso explicaria porque os três primeiros bispados na Dinamarca, em Arhus, Ribe e Hedeby, na Jutlândia, foram criados ainda em 948, como influência de Haraldr e seu favorecimento ao cristianismo no reinado de Gormr, quem teria oferecido oposição à religião e jamais aceitado a conversão. HOLMAN, Katherine. Defining the Danelaw. In: GRAHAM-CAMPBELL, J.; HALL, Richard; JESCH, Judith; PARSONS, David N.. **Viking and the Danelaw**:



jamais vistas¹⁷, em memória de seus pais e de si mesmo, também comemorando a conversão ao cristianismo da Dinamarca e sua conquista da Noruega (DR 42), onde lê-se: “§A Rei Haraldr ordenou a construção desses monumentos em memória de Gormr, seu pai, e em memória de Thyri, sua mãe; aquele Haraldr que ganhou para si mesmo toda a Dinamarca §B e Noruega §C e fez os daneses cristãos”¹⁸.

Realizaremos uma análise das pedras rúnicas DR 41 e DR 42, a fim de compreender como elas são marcadores do fortalecimento do poder real de Gormr e Haraldr e contribuir para o estudo das transformações políticas e religiosas que a Dinamarca enfrentava, evidenciadas em Jelling.

O PODER REAL DANÊS

Ainda há muito a ser revelado sobre as condições políticas danesas, a extensão do poder real na Era Viking e como ambos foram afetados pela cristianização. Pouco se conhece sobre as estruturas de poder da Dinamarca do século X. Sabe-se, contudo, que desde o século VIII havia monarquias consolidadas, ainda que instáveis, no território danês¹⁹.

Michael H. Gelting aponta que o poder dos reis daneses no século X seria baseado em uma rede de alianças com aristocracias locais, cujo poder, por sua vez, se basearia em alianças com outros homens livres. O rei seria responsável pela organização militar do reino, dominando uma considerável força militar, com a qual teria recursos para proteger, controlar e taxar rotas e regiões. Sendo esses mesmos recursos usados também para as atividades de pirataria e colonização²⁰. Seria através dessas redes e da disposição de poder bélico que Gormr o Velho e Haraldr Dente Azul teriam controlado a Dinamarca.

Selected papers from the Proceedings of the Thirteenth Viking Congress. Oxford: Oxbow, 2001. *Apud* FERGUSON, Robert. **The Hammer and the Cross: A New History of the Vikings**. Londres: Penguin Books, 2009, p. 197. Outra possibilidade é a de que Gormr não era, de fato, tão hostil ao cristianismo. Vide: WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 150.

¹⁷ Com exceção de algumas pedras rúnicas em Gotlândia, pedras memoriais não eram decoradas com imagens até depois de meados do século X, o que mudaria com o modelo da pedra de Haraldr, que passaria a influenciar motivos pela Escandinávia. ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 178.

¹⁸ JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. *In*: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingsymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013, p. 7.

¹⁹ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 17.

²⁰ GELTING, Michael H. The Kingdom of Denmark. *In*: BEREND, Nora (Ed.). **Christianization And The Rise Of Christian Monarchy: Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900-1200**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 76-77.



Else Roesdahl acrescenta às responsabilidades régias o provável papel como líder religioso e o papel de representante-chefe do reino nas relações com outros países. Também, indo ao encontro do discutido por Gelting, afirma que renda e honra eram indispensáveis para os reis vikings, e, frequentemente, eles lutavam à frente de seus exércitos²¹.

Gormr o Velho, aponta a autora, seria o típico caso de rei viking que conquistou o poder e iniciou a própria dinastia, considerando sua suposta emergência repentina, passado desconhecido e suposta desconexão com linhas sucessórias existentes²². Gormr reivindicou o poder com espada e muito ouro em mãos, que acumulou durante saques à Inglaterra, onde também conquistou a necessária fama. O rei escandinavo, logo, precisava das virtudes do viking:

O poder dos chefes e reis era fundado em fama pessoal e riqueza em terras, animais e bens de fácil conversão; era mantido pela habilidade de manter próximo os homens certos, pela liderança, o alcance de resultados e boas recompensas pelos serviços bem prestados²³.

Nesse sentido, a arqueóloga explica o nascimento de Jelling como o resultado da nova dinastia buscando deixar sua marca em territórios recém-adquiridos. Para destacar o dispêndio de poder no complexo, aponta para a quantidade de trabalho necessário para sua construção, provavelmente com mão-de-obra conscrita²⁴.

Anders Winroth também explica o ganho de poder, responsável pela conformação do reino monárquico unificado na Dinamarca e a conversão de chefes em reis, através do controle de guerreiros e riquezas. Quando Haraldr se vangloria em seu monumento rúnico ser quem “conquistou toda Dinamarca”, ele deixa implícito que havia partes do território danês que anteriormente pertenciam ou estavam sob controle de outros. A arqueologia confirma o cenário de fragmentação política que precedeu a aparição dos reinos escandinavos da Dinamarca, Suécia e Noruega por volta do ano 1000. As separações geográficas de rios, montanhas e florestas também separavam regiões de culturas materiais distintas²⁵. Além disso, encontram-se vestígios arqueológicos de muitos *halls*²⁶ – grandes salões abertos – pilares do poder dos chefes

²¹ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 72-76.

²² ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 71.

²³ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 71.

²⁴ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 71-76.

²⁵ WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 131-132.

²⁶ Em Jelling, apesar de haver *halls*, não foi encontrado quantidade significativa de metais preciosos, ambos tipicamente encontrados nos sítios da Idade do Ferro Tardia e Era Viking no Leste da Dinamarca, associados às cerimônias rituais de dar-presentes



por ser onde realizavam celebrações em banquetes, presenteavam seus seguidores e forjavam novas alianças, além de realizarem suas possíveis funções religiosas, sendo, assim, locais com toque de sagrado²⁷. Nas palavras do autor, podemos entender a história política escandinava na Era Viking pelas seguintes lentes:

Chefes-guerreiros bem-sucedidos batalhando entre si por dominação política. [...] Esse poder poderia desmoronar tão rapidamente como fora reunido. A tendência geral, entretanto, era que mais e mais poder fosse concentrado em menos e menos mãos. Ao fim da Era Viking, os três reinos escandinavos familiares, Dinamarca, Noruega e Suécia, apareceram, cada um governado por um único rei, apesar de séculos ainda serem necessários para que se tornassem verdadeiramente estáveis²⁸.

Outra razão para adoção do cristianismo seria a necessidade de estruturas militares e administrativas fortemente organizadas para os nascentes reinos. Assim, os reis poderiam receber ajuda de clérigos na construção de seus aparatos administrativos mais centralizados. As noções cristãs de bom governo e a organização hierárquica eclesiástica seriam gradualmente apreendidas e usadas pelos reis escandinavos²⁹.

Widukindo de Corvey nos fornece um relato quase contemporâneo da conversão de Haraldr, na sua *Res gesta Saxonicae*. A conversão do rei teria ocorrido no ano de 963; Widukindo termina sua obra por volta de 968. O monarca danês teria se convencido da superioridade de Cristo ao testemunhar um padre de nome Poppo enfrentar uma provação de fé, via ordálio, ao segurar ferro em brasa nas mãos sem se queimar³⁰. Mas, para além das condições específicas do batismo de Haraldr e suas crenças religiosas particulares, devemos, também, entender sua conversão como uma política de precaução contra as pressões de invasão para cristianização e resposta aos conflitos com a Germânia Otoniana³¹ na década de 960³².

e de formação de alianças típicas do poder pessoal de reis e chefes. Essa ausência pode ser sinal da breve duração do sítio como complexo real, mas também pode refletir que essa forma ritualizada, baseada em alianças formadas pessoalmente, de estratégia política teve um papel menor para os reis Gormr e Haraldr. HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A.. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. *Praehistorische Zeitschrift*, Berlin, n. 87, v. 2. 2013, p. 502.

²⁷ WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 133.

²⁸ WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 132.

²⁹ WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 142-143.

³⁰ WIDUKIND. *Res gesta Saxonicae*. III, 65. In: WOOD, Raymond F. (Trad.). **The three books of the deeds of the Saxons**: by Widukind of Corvey. Los Angeles: University of California Press, 1949, p. 139-140.

³¹ A ameaça germânica levou Harald a expandir e reforçar a muralha Danevirke, que protegia a fronteira sul da Dinamarca com a Germânia. A Muralha Conectora foi datada com dendrocronologia entre 965 e 968. ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 142.

³² GELTING, Michael H. The Kingdom of Denmark. In: BEREND, Nora (Ed.). **Christianization And The Rise Of Christian Monarchy**: Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900-1200. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 80-81.



A RUNOLOGIA E AS PEDRAS RÚNICAS

Os estudos modernos de inscrições rúnicas, a runologia, iniciaram-se no século XVII com Johannes Bureus na Suécia e Ole Worm na Dinamarca e Noruega. Tentativas de catalogação dos materiais só ocorreram, entretanto, no final do século XIX, quando o filólogo dinamarquês Ludwig Wimmer³³, o norueguês Sophus Bugge e o sueco Otto von Friesen lançaram as bases dos estudos runológicos e dos futuros catálogos padronizados nacionais: o *Danmarks runeindskrifter* (DR), de 1941-1942; o *Norges innskrifter med de yngre runer* (NlyR), de 1941; e o *Sveriges runinskrifter* (SRI), de 1900³⁴.

No século I d.C. os povos germânicos adotaram um sistema gráfico diferente do latino, denominado *futhark*, em referência ao nome das seis primeiras runas. Desconhece-se seu local de origem³⁵. Na Escandinávia, exemplos mais antigos de inscrições em pedras rúnicas datam do século IV e eram escritas no *futhark* antigo, que continha 24 runas, – utilizado até o início da Era Viking³⁶. Por sua forma gráfica vertical e oblíqua, evitando linhas horizontais e curvas, as runas parecem ter sido desenhadas para finalidades práticas; são boas para talhar em objetos de madeira, pois não se confundem, assim, com as ranhuras do suporte³⁷.

Na Era Viking a língua escandinava³⁸ experimentou mudanças linguísticas importantes. Algumas vogais se perderam – um processo chamado síncope – e apareceram novos fonemas, resultando em processos fonológicos como a metonímia palatal. Assim, o *futhark* antigo (Fig. 3) tornou-se impreciso na representação dos novos sons germânicos e sucedeu sua modificação para o *futhark* novo (Fig. 4). Apesar do aumento de

³³ Wimmer foi encarregado de estabelecer as bases da runologia como disciplina científica independente em 1870. SILVA, Inmaculada Senra. Lengua y escritura rúnica. In: BARREIRO, Santiago; BIRRO, Renan (Eds.). **El mundo nórdico medieval: una introducción**. Buenos Aires: Luciana Mabel Cordo Russo, 2017, p. 36.

³⁴ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 15.

³⁵ SILVA, Inmaculada Senra. Lengua y escritura rúnica. In: BARREIRO, Santiago; BIRRO, Renan (Eds.). **El mundo nórdico medieval: una introducción**. Buenos Aires: Luciana Mabel Cordo Russo, 2017, p. 37.

³⁶ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 7.

³⁷ SILVA, Inmaculada Senra. Lengua y escritura rúnica. In: BARREIRO, Santiago; BIRRO, Renan (Eds.). **El mundo nórdico medieval: una introducción**. Buenos Aires: Luciana Mabel Cordo Russo, 2017, p. 38-39.

³⁸ As pedras rúnicas foram escritas no que se chama hoje, de forma geral, de nórdico (ou escandinavo) antigo, a língua falada na Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia e assentamentos escandinavos durante a Era Viking (c. 750-1050) e Idade Média (c. 1050-1500). BARREIRO, Santiago; BIRRO, Renan (Eds.). **El mundo nórdico medieval: una introducción**. Buenos Aires: Luciana Mabel Cordo Russo, 2017, p. 29. A expressão "língua danesa" (*dönsk tunga*) era usada para se referir as línguas escandinavas na Era Viking e por alguns séculos depois. ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 49.



fonemas, o que dificulta a leitura, essas mudanças provocaram uma simplificação na grafia rúnica e diminuição no total de runas para dezesseis³⁹.

É difícil pensar no nível de alfabetização na Era Viking. Roesdahl acredita que muitos dos membros das camadas mais abastadas eram capazes de ler, devido ao grande número de inscrições em pedra, feitas para serem vistas e lidas. Inscrições rúnicas são, porém, encontradas em diversos tipos de objetos – especialmente aqueles de madeira ou osso, desde navios e mesas a broches e pentes. A maioria foi encontrada em cidades e postos de trocas, locais onde a escrita e leitura eram mais necessários⁴⁰. Nesse sentido, podemos ter indícios do público alvo e alcance de leitura das pedras rúnicas de Jelling.

Joseph Morsel traz considerações importantes sobre a relação entre escritura e poder. Segundo o historiador, a escrita compõe desigualdades e relações de dominação por estabelecer associações de ausência e presença e de resposta e não-resposta:

De um lado, a escritura constitui, portanto, um fator extremamente poderoso de construção de uma troca social desigual, quando serve de vetor a uma mensagem que não se pode responder. A eficácia social da escritura está, então, indissociável das relações de dominação no interior das quais ela é elaborada. Inversamente, esta possibilidade de dominação simbólica, existente na sociedade em questão, é evidente quando ela orienta o funcionamento das relações sociais nas direções onde o recurso à escrita é possível – o que faz do recurso à escrita uma questão social⁴¹.

As pedras rúnicas estariam presenciando os reis nelas nomeados, materializando o poder real duplamente: com a escrita e com o impacto do suporte de pedra e, também, nas relações de dominação e hierarquia explicitadas pelos títulos de *konungr* ali enunciados. Especialmente no caso da pedra de Haraldr, com a menção às conquistas territoriais e o “decreto de cristianização”. Essa ainda estabelece outra desigualdade com uma relação de resposta e não-resposta, ao sentenciar ali que os daneses tornaram-se cristãos pela vontade régia.

É necessário pensarmos as lógicas de uso e produção desses monumentos. Mais de três mil pedras rúnicas são conhecidas na Escandinávia, cuja maioria foi feita entre os séculos X e XI⁴², e fornecem evidências

³⁹ SILVA, Inmaculada Senra. Lengua y escritura rúnica. In: BARREIRO, Santiago; BIRRO, Renan (Eds.). **El mundo nórdico medieval**: una introducción. Buenos Aires: Luciana Mabel Cordo Russo, 2017, p. 44-45.

⁴⁰ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 52.

⁴¹ MORSEL, Joseph. Ce qu'écire veut dire au Moyen Âge... Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale. **Memini**. Québec, v. 4. 2000, p. 19.

⁴² SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 7.



para uma gama de temas: como o desenvolvimento linguístico e poético, relações de parentesco, hábitos de nomeação, locais de assentamento, topônimos, relações de comunicação, expedições vikings e propagação do cristianismo⁴³. A runóloga Birgit Sawyer defende que:

Inscrições rúnicas refletiam costumes de herança entendidos em termos amplos, envolvendo não somente terras e/ou mercadorias, mas também status na sociedade, direitos e deveres. Isso é sugerido pelo fato que as pedras rúnicas não são simplesmente memoriais para os mortos; diferente da maioria dos monumentos funerários medievais (e modernos) que nomeiam somente o falecido, a inscrição rúnica nomeia os patrocinadores e o faz antes de tudo. A proeminência dada para o patrocinador mostra que as pedras rúnicas da Era Viking são monumentos para os vivos tanto quanto para os mortos⁴⁴.

Para além do defendido por Sawyer, referente às funções das pedras rúnicas como afirmações de heranças e reclamações políticas – funcionando como instrumentos na formação dos novos reinos escandinavos⁴⁵ –, a maioria dos autores associam a prática ao processo de conversão religiosa, apontou Magnus Källström⁴⁶. Segundo Anne-Sofie Gråslund, pedras rúnicas cristãs eram frequentemente erigidas em locais de sepultamentos tradicionais, sugerindo que a prática seria uma maneira de consagrar a área para sepultamentos cristãos, também proclamando a cristianização daquele *household*⁴⁷. As pedras rúnicas objetos desta pesquisa podem se encaixar em ambas as interpretações.

Outro aspecto importante das pedras rúnicas que merece destaque é seu suporte. Como o próprio nome explicita, são feitas na pedra com uma finalidade física e simbólica, cuja durabilidade aumenta sua eficácia performativa. Sendo concebida para ser um monumento eterno, “a mensagem veiculada é, em parte, legitimada pela própria mídia”⁴⁸.

⁴³ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 3.

⁴⁴ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 2.

⁴⁵ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000, p. 146-154.

⁴⁶ KÄLLSTRÖM, Magnus. Clerical or Lay Literacy in Late Viking Age Uppland? The Evidence of Local Rune Carvers and Their Work. *In*: ZILMER, Kristel; JESCH, Judith (Eds.). **Epigraphic Literacy and Christian Identity: modes of written discourse in the newly Christian European North**. Turnhout: Brepols, 2012, p. 31-32.

⁴⁷ GRÅSLUND, A. S. Runstenar, bygd och gravar. **Tor**, v. 1, n. 21, 1987, p. 241-262. *Apud* ZILMER, Kristel; JESCH, Judith (Eds.). **Epigraphic Literacy and Christian Identity: modes of written discourse in the newly Christian European North**. Turnhout: Brepols, 2012, p. 32.

⁴⁸ MORSEL, Joseph. Ce qu'écire veut dire au Moyen Âge... Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale. **Memini**. Québec, v. 4. 2000, p. 9.



O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE JELLING E AS PEDRAS RÚNICAS DR 41 E DR 42

Nossas fontes para o estudo das pedras rúnicas e do sítio arqueológico de Jelling são: o relatório de escavação produzido por Mads Kähler Holst, Mads Dengsø Jessen, Steen Wulff Andersen e Anne Pedersen sobre as escavações de 2005-2006, e de 2009 até a data de publicação, 2013; assim como os relatórios parciais publicados anualmente de 2009 a 2016/17 por Anne Pederson, diretora do Projeto Jelling, em sua página no academia.edu. Também consultaremos notícias, publicações e especialmente, as fotografias das pedras disponibilizadas no site oficial do Projeto Jelling⁴⁹.

Jelling começou a aparecer em estudos acadêmicos nos séculos XVI e XVII, com as primeiras representações e interpretações de suas pedras rúnicas, com destaque para uma detalhada descrição do sítio e seus monumentos publicada em 1643 pelo antiquário Ole Worm, que permaneceu uma referência nos estudos rúnicos até meados do século XIX⁵⁰. O rei Frederico IV (r. 1699-1739) financiou a primeira investigação arqueológica em 1704, no monte Norte. Entretanto, nenhum artefato foi ali encontrado. Somente no ano de 1820, graças a uma escavação em busca de água por fazendeiros locais, a profunda câmara funerária de 17 m² dentro do monte foi encontrada. Nesse momento, acreditavam ter achado o local de enterramento da rainha Thyri, esposa de Gormr⁵¹.

Com o objetivo de achar a correspondente câmara funerária de Gormr, que supunham estar no monte Sul, o rei Frederico VII (r. 1848-1863) financiou sua escavação em 1861. A iniciativa falhou, sendo encontrado ali apenas grandes pedras. Passaram a escavar, então, o monte Norte, onde passaram a crer, pois, ser o local de enterramento de ambos Gormr e Thyri. A dúvida quanto a existência de um depósito funerário no monte Sul permaneceu até 1941, quando outra escavação foi realizada, conduzida por Ejnar Dyggve, e concluiu-se que ali nunca houve câmara alguma. No seu lugar encontraram duas fileiras de grandes monólitos. Dyggve também foi o responsável pelas escavações dos anos de 1942 (monte Norte), 1947-48 e 1951 (igreja) e

⁴⁹ <http://jelling.natmus.dk>.

⁵⁰ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a national Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 251.

⁵¹ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a national Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 252.



apresentou a primeira cronologia do sítio: indo de um complexo de rituais e exumações pagãos para um local de memória cristã, com igreja⁵².

Knud J. Krogh realizou pesquisas no sítio no anos 1970 e em 1992, quando, ao cavaram uma pequena trincheira pelo monte Sul, revelaram a curvatura das linhas de monólitos, o que fortaleceu a teoria da “formação em navio”⁵³, a qual teria estimados 170 metros de comprimento. Ele propôs uma nova cronologia para o sítio: inicia-se com a “formação em navio”, provavelmente construída na primeira metade do século X; seguida por um enterramento no monte Norte, em 958-59 e, por fim, a construção do monte Sul, que cobriu parte dos monólitos da formação. A grande pedra rúnica seria erigida após a conversão de Haraldr, aparecendo junto com um primeiro prédio de madeira anterior à igreja Romanesca, contendo uma câmara funerária dentro. Todos os componentes do sítio se conectam com o eixo principal da “formação em navio”, sugerindo sua criação por uma mesma família real⁵⁴.

Em 2006, graças às prospecções magnéticas, outros monólitos foram encontrados ao norte do monte Norte e foram interpretados como a ponta do “navio”, levando ao aumento do seu tamanho para 360 metros de comprimento. Escavações subsequentes em 2006-07, patrocinadas pelo Museu Vejle, revelaram traços de edificações e de uma grande paliçada, indicando assentamentos humanos no local, contemporâneos aos monumentos (Fig. 2). Tais descobertas motivaram a criação, em 2008, do Projeto Jelling do Museu Nacional, financiado pela Fundação Dinamarquesa Bikuben⁵⁵.

O período que será estudado corresponde às duas primeiras gerações da dinastia Jelling⁵⁶. Mais especificamente, os dois primeiros horizontes cronológicos estabelecidos para Jelling no relatório de Mads

⁵² DYGGVE, E.. The Royal Barrows at Jelling Excavations made in 1941, 1942 and 1947, and finds and findings resulting therefrom. **Antiquity**, Cambridge, v. 22, n. 88. 1948, p. 190-197.

⁵³ Ejnar Dyggve foi o primeiro a propor que as fileiras de monólitos se conectavam formando uma área fechada, entretanto ele acreditava se tratar de uma disposição triangular que formava um “precinto sagrado, um santuário pagão conectado ao monte [Norte] e demarcado por monólitos.” DYGGVE, E.. The Royal Barrows at Jelling Excavations made in 1941, 1942 and 1947, and finds and findings resulting therefrom. **Antiquity**, Cambridge, v. 22, n. 88. 1948, p. 195.

⁵⁴ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a national Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 253-254.

⁵⁵ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a national Icon between Legend and Fact. In: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 254.

⁵⁶ A terceira geração da dinastia Jelling, Svein Barba-bifurcada, não deu continuidade a ocupação de Jelling como centro administrativo. Possivelmente em virtude de uma desvinculação à imagem de seu pai, Haraldr Dente Azul, quem venceu em uma rebelião pelo trono em 987.



Kähler Holst, Mads Dengsø Jessen, Steen Wulff Andersen e Anne Pedersen, correspondentes aos períodos de atividade dos dois reis no sítio,⁵⁷ grosso modo, na segunda metade do século X⁵⁸. Os monumentos erigidos por Gormr o Velho e Haraldr Dente Azul, estão entre os mais conhecidos, debatidos e reproduzidos da Era Viking, sendo, por exemplo, a iconografia da pedra rúnica de Haraldr estampada nos passaportes dinamarqueses, a partir 1997, como um símbolo de identidade nacional⁵⁹.

Jelling não apresenta, contudo, evidências de ter sido algum dia uma grande cidade, apesar de sempre ter tido um papel importante na história dinamarquesa. O complexo monumental está situado na área mais alta da atual Jelling, uma pequena cidade da municipalidade de Vejle, que desenvolveu-se à partir do fim século XIX e apresenta evidências de ocupações humana desde a pré-história⁶⁰. Uma possibilidade para a escolha do local por Gormr seria por Jelling estar em um ponto privilegiado hidricamente, com as nascentes dos quatro maiores rios da Jutlândia a uma distância de 15 km da área do complexo real⁶¹. A localização centralizada na Jutlândia também proporcionaria maior controle militar e administrativo de toda a península e das ilhas danesas⁶².

⁵⁷ O primeiro horizonte cronológico corresponde ao período de atividade de Gormr em Jelling, entre meados do século X até 958-59, e inclui sua pedra rúnica e o monte Norte. O segundo horizonte relaciona-se a Haraldr englobando: a paliçada, as três casas estilo *Trelleborg*, um prédio à noroeste da paliçada, a pedra rúnica maior, o monte Sul e, possivelmente, uma extensão do monte Norte ou uma invasão a sua câmara funerária. Também o primeiro prédio em madeira abaixo da igreja provavelmente pertence a esse horizonte, apesar da dificuldade de correlacionar as sequências estratigráficas da igreja e do restante do complexo. A natureza variada dos objetos datados estima um horizonte de tempo curto, na segunda metade no século X, após 958/9. O terceiro e último horizonte definido trata da igreja Romanesca e evidências de outros prédios, datados a partir do século XI; são construções não-contemporâneas de tempos medievais e modernos, logo, não havendo relação com as pedras rúnicas não será interesse nessa pesquisa. Os monólitos em formação de navio são anteriores aos horizontes estabelecidos. HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. **Præhistorische Zeitschrift**, Berlin, v. 87, n. 2. 2013, p. 488-490.

⁵⁸ "Se o curto período de duração de Jelling pode ser visto como uma indicação de que a dinastia Jelling era um novo fator poderoso no cenário político está obviamente aberto para discussão. Entretanto, em um nível mais geral, ambas a curta duração e a considerável transformação do sítio podem ser vistas como 'epitomizantes' da dinâmica e flutuante configuração de um precoce poder real danês, tanto no que diz respeito aos meios arquitetônicos e políticos como na organização geográfica." HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. **Præhistorische Zeitschrift**, Berlin, v. 87, n. 2. 2013, p. 501.

⁵⁹ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 310.

⁶⁰ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 283.

⁶¹ STEFANSDOTTIR, Agnes; MALUCK, Matthias (Eds.). **Viking Age Sites in Northern Europe: A transnational serial nomination to UNESCO's World Heritage List**. 2014. (Publicação online), p. 83.

⁶² WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 147.



A nova dinastia usou as características pré-existentes da região para enfatizar seu próprio poder: o monte Norte foi construído sobre um túmulo da Idade do Bronze, e esse, por sua vez, compõe maior autoridade por localizar-se no ponto mais alto da região e pelo seu tamanho⁶³. Segundo Roesdahl, eles se baseavam na tradição escandinava e, estando proeminentemente (e deliberadamente) situados na paisagem, formavam um símbolo único do poder real, autoridade e legitimidade⁶⁴.

A pedra rúnica de Gormr está entre os mais antigos monumentos de Jelling, datada pelas referências históricas em meados do século X. Possivelmente, aponta Anne Pedersen, ela faria parte da formação de monólitos em navio⁶⁵, sua posição original no complexo permanece ainda um mistério. Foi colocada no local atual, ao lado da pedra de Haraldr⁶⁶, em meados de 1630⁶⁷. A inscrição rúnica na pedra de granito está dividida em quatro linhas emolduradas com faixas; com exceção da última, contida na segunda face, que possui também uma ornamentação espiralada (Figs. 5 e 6). A inscrição se orienta verticalmente, com a leitura ocorrendo de baixo para cima. Sua vizinha tem uma escrita e decoração no horizontal, da esquerda para direita, à maneira de um livro ou de um tríptico medievais,⁶⁸ apontando uma influência cristã na pedra.

Um aspecto não usual da pedra de Gormr é sua comemoração de uma mulher, pois dentre as 177 pedras rúnicas danesas da Era Viking, apenas 12 foram erguidas em homenagem a uma personagem feminina⁶⁹. Além disso, foi ao lado do nome de sua esposa, Thyri *Danmarkarbót* [Adorno da Dinamarca], onde

⁶³ RICH, Catherine. Do the Christian elements of the monument complex at Jelling complement or subvert the earlier pagan ones? **York Medieval Yearbook**. York, v. 2, 2003, p. 5.

⁶⁴ ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 172.

⁶⁵ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 302.

⁶⁶ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 283.

⁶⁷ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 288.

⁶⁸ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 289.

⁶⁹ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 160.



apareceu o primeiro uso escrito autóctone do nome Dinamarca⁷⁰, apontando, provavelmente, à necessidade inédita de publicização do termo no reino.

Há, entretanto, a possibilidade linguística de *Danmarkarbót* ser também um elogio a Gormr, já que a frase parece a mesma no nominativo e no acusativo e o adjetivo pode se referir a homens ou a mulheres. Ideia proposta pelo historiador literário Hans Brix, em 1927, no *Acta Philologica Scandinavica*, foi apoiada pelo filólogo Lis Jackobsen, em 1931, quem notou em outras pedras rúnicas esse mesmo mecanismo linguístico de *framing*⁷¹. Mesmo que refutada por alguns runólogos, como Nielsen e Moltke, essa teoria é relevante, pois criaria um modelo de inscrição de auto exaltação paralelo (e exagerado, para superá-lo) ao contido na pedra de Haraldr⁷². Essa ambiguidade não pode ser resolvida em definitivo, pois não sabemos o que Gormr queria dizer, se elogiava a si mesmo, a sua esposa ou à ambos, mas as possibilidades merecem ser investigadas.

As evidências linguísticas, logo, serão importantes para pensarmos os paralelismos entre as duas pedras rúnicas. Frequentemente, é levantado que a escrita na pedra de Gormr é menos conservadora ou mais avançada que a de Haraldr, levando historiadores a acreditarem que ela deveria ter sido, então, feita depois da pedra de Haraldr. Birgit Sawyer faz uma interessante defesa de que Haraldr, por interesses políticos, teria sido o patrocinador de ambas as pedras⁷³. Mas tal análise seria uma má interpretação linguística e apontaria os problemas com o uso de datações tipológicas, diz Judith Jesch⁷⁴.

A pedra rúnica de Haraldr Dente Azul é um grande granito de três faces com, aproximadamente, 2,5 metros de altura e está localizada no centro das pedras em formação de navio, entre os dois montes funerários, usando esses monumentos para “amplificar” seu poder⁷⁵. Moltke argumentou a favor da unidade artística e

⁷⁰ FERGUSON, Robert. **The Hammer and the Cross: A New History of the Vikings**. Londres: Penguin Books, 2009, p. 204.

⁷¹ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. In: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 287.

⁷² RICH, Catherine. Do the Christian elements of the monument complex at Jelling complement or subvert the earlier pagan ones? **York Medieval Yearbook**. York, v. 2. 2003, p. 11.

⁷³ Vide: SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 158-166.

⁷⁴ JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. In: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingsymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013, p. 8-9.

⁷⁵ RICH, Catherine. Do the Christian elements of the monument complex at Jelling complement or subvert the earlier pagan ones? **York Medieval Yearbook**. York, v. 2. 2003, p. 6.



linguística da pedra⁷⁶. Na primeira face há quatro linhas de texto rúnico enquadradas com faixas, as quais têm extensões de gavinhas e incorporam uma serpente, o animal-rúnico⁷⁷, cuja cabeça já está bem desgastada. A inscrição continua na parte inferior dos dois outros lados, abaixo das imagens. O segundo lado possui um grande animal, as vezes, interpretado como um leão outras como um cavalo⁷⁸, entrelaçado com uma serpente. Por fim, a terceira face da pedra possui a imagem de um Cristo⁷⁹ crucificado sem a cruz⁸⁰ (Figs. 7-9).

Graham-Campbell identifica na imagem da segunda face a iconografia da "Grande Besta", motivo do estilo *Mammen*⁸¹:

Na pedra de Jelling, suas características felinas se manifestam no seu grande corpo, com proporções semi-naturalistas, juba, rabo e pés com garras. É, porém, um leão reimaginado com apêndices de folhagens carnudas como língua, juba e rabo – o último erguendo-se para terminar em um broto elaborado. Até do corpo enlaçador da cobra, com sua cabeça triangular vista de cima, brota uma gavinha onde circula o rabo da "Grande Besta". Tais feições como a representação em perfil, junções sobrepostas e espiraladas e duplo contorno do corpo, tudo relaciona o estilo *Mammen* da "Grande Besta" com os "ribbon-animals" em formato-S do estilo *Jelling*⁸².

A pedra maior foi redescoberta em meio à terra acumulada do cemitério adjacente à igreja e foi recolocada no centro do complexo⁸³ em 1586, pelo representante oficial do rei Frederico II, Caspar Markdanner de Koldinghus, em face ao crescente interesse antiquário pelos monumentos de Jelling nos séculos XVI e XVII. Pouco tempo depois, o governador de Schleswig e Holstein, Henrik Rantzau, encomendou

⁷⁶ RICH, Catherine. Do the Christian elements of the monument complex at Jelling complement or subvert the earlier pagan ones? **York Medieval Yearbook**. York, v. 2. 2003, p. 4.

⁷⁷ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 10.

⁷⁸ FERGUSON, Robert. **The Hammer and the Cross: A New History of the Vikings**. Londres: Penguin Books, 2009, p. 200.

⁷⁹ Robert Ferguson propõem a interpretação do Cristo Triunfante, enlaçado por pergaminhos de videira, imagem que ressoaria melhor com os escandinavos, de cultura guerreira. FERGUSON, Robert. **The Hammer and the Cross: A New History of the Vikings**. Londres: Penguin Books, 2009, p. 201.

⁸⁰ GRAHAM-CAMPBELL, James. **Viking Art**. Londres: Thames & Hudson, 2013, p. 96-97.

⁸¹ O estilo artístico *Mammen* derivou do estilo *Jelling* e seguiu a tendência de representação de animais e aves, mas agora com corpos completos e com ressignificação da ornamentação vegetal. Não há mais a busca pela simetria, mas pela movimentação. Notamos as influências da arte europeia nos animais e plantas semi-naturalistas. Surgiu em meados do século X, florescendo até c. 1000. ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016, p. 184.

⁸² GRAHAM-CAMPBELL, James. **Viking Art**. Londres: Thames & Hudson, 2013, p. 98.

⁸³ A análise da estratigrafia abaixo da pedra mostrou que sua localização na axis é aproximadamente, a mesma onde foi erigida originalmente no século X. HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A.. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. **Præhistorische Zeitschrift**, Berlin, v. 87, n. 2. 2013, p. 479.



placas de cobre representando os monumentos, sendo essa a mais antiga representação da pedra de Haraldr. Contudo, uma errônea interpretação levou as últimas palavras da primeira face da pedra a serem lidas como “Haraldr, César da Dinamarca”. Em consequência, a personagem na imagem da terceira face da pedra foi por muito tempo associada ao próprio Haraldr, e não a figura de Cristo. Somente no século XIX essa interpretação seria derrubada, permanecendo, contudo, debates acerca do significado da imagem⁸⁴.

Datada de 965, a grande pedra rúnica de Jelling é uma mistura do velho e do novo, do pagão e do cristão, alguns aspectos sendo comuns em muitas pedras rúnicas e outros, únicos⁸⁵. Inicialmente a inscrição segue um modelo tradicional de homenagem e de memória familiar: “X ergueu essa pedra em memória de Y”⁸⁶, similar a pedra menor de Gormr, – apesar de que um homem comemorando ambos os pais seja sem precedentes em inscrições rúnicas⁸⁷. Porém, segue para mais uma homenagem: “aquele Haraldr que ganhou para si toda a Dinamarca e Noruega⁸⁸ e fez os daneses Cristãos”⁸⁹. É esse segundo período no qual Haraldr se vangloria de seus feitos e enfatiza sua responsabilidade na conquista da Dinamarca e Noruega e na conversão ao cristianismo⁹⁰ que conferiu ao monumento o apelido de “certidão de batismo da Dinamarca”⁹¹. Essa elucidação de seu protagonismo na conversão foi, provavelmente, uma forma de mostrar independência, face às pressões externas para conversão de seus territórios. Ele estaria afirmando sua autoridade e poder

⁸⁴ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. *In*: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 287-289.

⁸⁵ JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. *In*: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingesymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013, p. 7.

⁸⁶ SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. New York: Oxford University Press, 2000, p. 37.

⁸⁷ JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. *In*: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingesymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013, p. 7.

⁸⁸ Não podemos saber ao certo o que Haraldr quis dizer com conquistou a Noruega, mas sua influência provavelmente não se estendeu muito longe da região de Viken, a área no entorno do Fjord Oslo. Seu controle da Noruega também seria um controle indireto através de chefes noruegueses subordinados. WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014, p. 153.

⁸⁹ JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. *In*: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingesymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013, p. 7. [Tradução Nossa].

⁹⁰ Há a hipótese, desde 1852, que o texto rúnico de Harald foi escrito em diferentes estágios, sendo sua homenagem aos pais anterior à inscrição comemorativa de seus próprios feitos. PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. *In*: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 305.

⁹¹ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. *In*: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006, p. 283.



centralizado sob à Dinamarca e Noruega, assim como, firmando a nova religião em seu reino⁹² (pela qual seria o responsável último), assim, sendo considerado o mais antigo documento relacionado ao estabelecimento de um reino cristão no Norte da Europa⁹³. Atualmente as pedras rúnicas estão protegidas das intempéries por coberturas de bronze fundido e vidro, projetadas pela Nobel Arkitekter⁹⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

Relatórios de Escavação

HOLST, M. K.; JESSEN, M. D.; ANDERSEN, S. W.; PEDERSEN, A.. The Late Viking-Age Royal Constructions at Jelling, central Jutland, Denmark. **Praehistorische Zeitschrift**, Berlin, v. 87, n. 2, p. 474-504. 2013.

PEDERSEN, Anne. **The National Museum Jelling Project Status 2009 - 2016/17 [Danish text]**. Academia.edu. Disponível em: <https://natmus.academia.edu/AnnePedersen>. Acesso em: mai. 2019.

Catálogo de Inscrições Rúnicas

JACOBSEN, L.; MOLTKE, E.. **Danmarks runeindskrifter**. Copenhagen: København Ejnar Munksgaards, 1941-1942.

⁹² WINROTH, Anders. **The Conversion of Scandinavia: Vikings, Merchants, and Missionaries in the Remaking of Northern Europe**. New Haven: Yale University Press, 2014, p. 113-114.

⁹³ STEFANSDOTTIR, Agnes; MALUCK, Matthias (Eds.). **Viking Age Sites in Northern Europe: A transnational serial nomination to UNESCO's World Heritage List**. 2014. (Publicação online), p. 71.

⁹⁴ PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a national Icon between Legend and Fact. *In*: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz Verlag – Murmann-Publishers, 2014, p. 261.



Fontes secundárias

- BARREIRO, Santiago; BIRRO, Renan (Eds.). **El mundo nórdico medieval**: una introducción. Buenos Aires: Luciana Mabel Cordo Russo, 2017.
- BEREND, Nora (Ed.). **Christianization and The Rise Of Christian Monarchy**: Scandinavia, Central Europe and Rus' c. 900–1200. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1**: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas. Oslo: Jules William Press, 2013.
- DYGGVE, E.. The Royal Barrows at Jelling Excavations made in 1941, 1942 and 1947, and finds and findings resulting therefrom. **Antiquity**, Cambridge, v. 22, n. 88, p. 190-197. 1948.
- FERGUSON, **Robert. The Hammer and the Cross**: A New History of the Vikings. Londres: Penguin Books, 2009.
- GRAHAM-CAMPBELL, James. **Viking Art**. Londres: Thames & Hudson, 2013.
- JESCH, Judith. Reading the Jelling Inscription. *In*: GAMMELTOFT, Peder (Ed.). **Beretning fra enogtredivte tværfaglige vikingesymposium**. Højbjerg: Forlaget Wormianum, 2013.
- MORSEL, Joseph. Ce qu'écrire veut dire au Moyen Âge... Observations préliminaires à une étude de la scripturalité médiévale. **Memini**. Québec, v. 4, p. 3-43. 2000.
- MUCENIECKS, André Szczawlinska. Notas sobre o termo viking: usos, abusos, etnia e profissão. **Revista Alethéia de Estudos sobre Antiguidade e Medievalo**. Natal, v. 2, n. 2, p. 1-10. 2010.
- PEDERSEN, Anne. Ancient mounds for new graves: an aspect of Viking-age burial customs in southern Scandinavia. *In*: ANDREN, A.; JENNBERT, K.; RAUDVERE, C. (Eds.). **Old Norse religion in long-term perspectives**: Origins, changes, and interactions. Lund: Vågar til Midgård 8, 2006. p. 346-353.
- PEDERSEN, Anne. Monumenterne i Jelling: Fornyet tradition på tærsklen til en ny tid. *In*: BJERREGAARD, M. Manoe; RUNGE, M. (Eds.). **At være i centrum. Magt og minde**: højstatusbegravelser i udvalgte centre 950-1450. Odense: Odense Bys Museer, 2017. p. 44-61.
- PEDERSEN, Anne. Skagerrak and Kattegat in the Viking Age: borders and connecting links. *In*: GULLØV, H. C. (Ed.). **Northern Worlds**: Landscapes, interactions and dynamics. Odense: University Press of Southern Denmark, 2014. p. 307-317.



- PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: a national Icon between Legend and Fact. *In*: VON CARNAP-BORNHEIM, Claus (Ed.). **Quo vadis? Status and Future Perspectives of Long-Term Excavations in Europe**. Hamburgo: Wachholtz-Verlag-Murmann Publishers, 2014. p. 249-263.
- PEDERSEN, Anne. The Jelling Monuments: Ancient royal memorial and modern world heritage site. *In*: FELLOWS-JENSEN, G.; NIELSEN, M. Lerche; STOKLUND, M. (Eds.). **Runes and their Secrets: Studies in Runology**. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, 2006. p. 283-313.
- RICH, Catherine. Do the Christian elements of the monument complex at Jelling complement or subvert the earlier pagan ones? **York Medieval Yearbook**. York, v. 2. 2003.
- ROESDAHL, Else. **The Vikings**. Jouve: Penguin Books, 2016.
- SAWYER, Birgit. **The Viking-Age Rune-Stones: Custom and Commemoration in Early Medieval Scandinavia**. Nova York: Oxford University Press, 2000.
- SAWYER, Peter. **Kings and Vikings: Scandinavia and Europe AD 700–1100**. Londres: Routledge, 2003.
- STEFANSDOTTIR, Agnes; MALUCK, Matthias (Eds.). **Viking Age Sites in Northern Europe: A transnational serial nomination to UNESCO's World Heritage List**. 2014. (Publicação online).
- WINROTH, Anders. **The Age of the Vikings**. Princeton: Princeton University Press, 2014.
- WINROTH, Anders. **The Conversion of Scandinavia: Vikings, Merchants, and Missionaries in the Remaking of Northern Europe**. New Haven: Yale University Press, 2014.
- WOOD, Raymond F. (Tr.). **The three books of the deeds of the Saxons: by Widukind of Corvey**. Los Angeles: University of California Press, 1949.
- ZILMER, Kristel; JESCH, Judith (Eds.). **Epigraphic Literacy and Christian Identity: modes of written discourse in the newly Christian European North**. Turnhout: Brepols, 2012.



ANEXOS



Fig. 1 Mapa do Norte da Europa na Era Viking. Jelling destacado em vermelho. Bremen destacado em verde. [SAWYER, Peter. (Ed.). **The Oxford Illustrated History of the Vikings**. Nova York: Oxford University Press, 1997, p. 157.]





Fig. 2 Reconstituição do complexo de Jelling no século X. [Desenho por Peter Jensen/JP Grafik, Gert Gram. In: PRICE, T. Douglas. **Ancient Scandinavia: An Archaeological History from the First Humans to the Vikings.** New York: Oxford University Press, 2015, p. 333.]

The Elder Futhark (24 Letters)

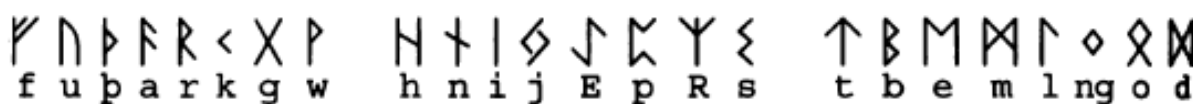


Fig. 3 O *Futhark* Antigo. [BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas.** Oslo: Jules William Press, 2013. pp. 76.]

The Younger Futhark (16 Letters)

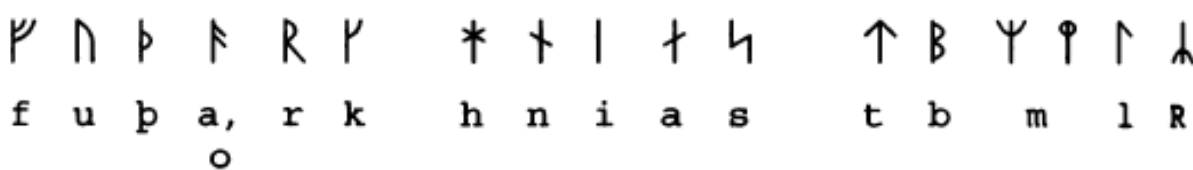


Fig. 4 O *Futhark* Novo. [BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas.** Oslo: Jules William Press, 2013, p. 76.]



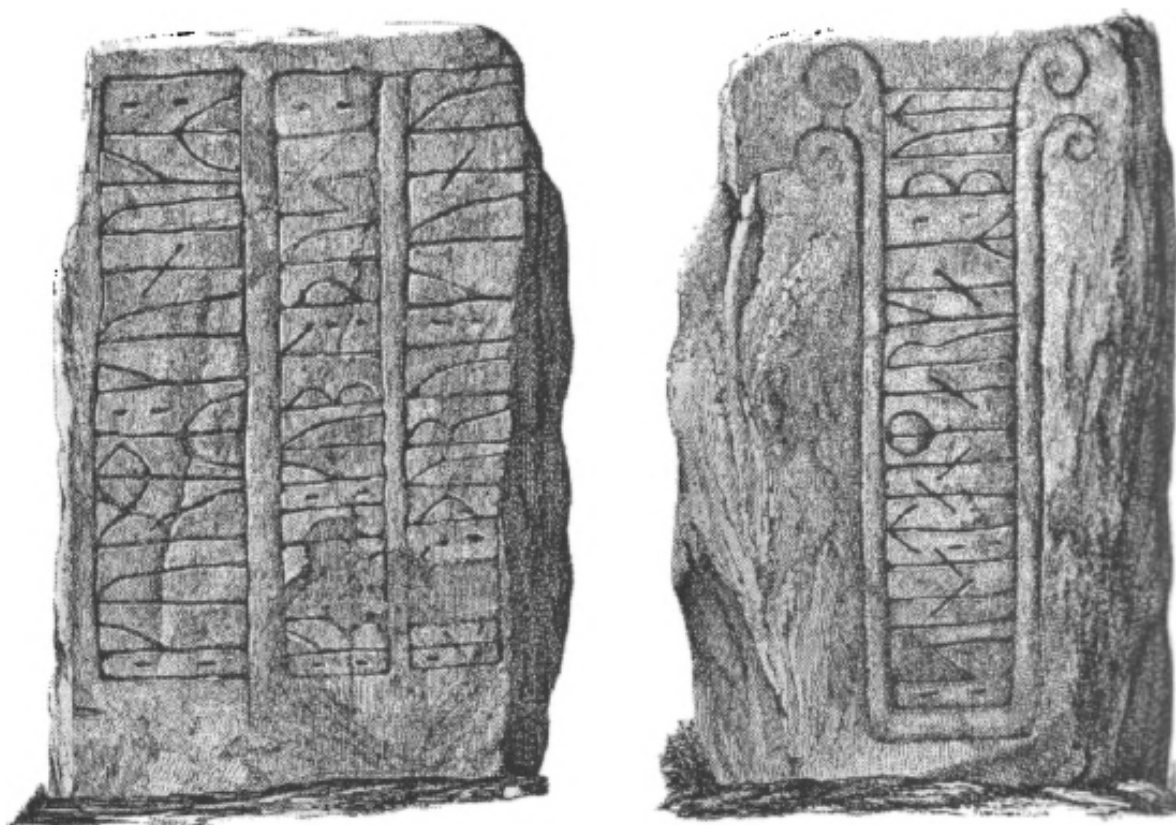


Fig. 5 As duas faces das pedras rúnicas de Gormr o Velho, em Jelling, Dinamarca (representação em desenho). [BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas**. Oslo: Jules William Press, 2013, p. 74.]

RUNES

(front) : ƿ Ɔ R ƿ ʁ : ƿ Ɔ ʁ Ɔ ƿ ʁ :
 : ƿ ʁ R ʁ I : ƿ Ɔ B ʁ : ʁ Ɔ ʁ I :
 : ʁ ƿ ʁ : ʁ Ɔ R Ɔ I : ƿ Ɔ ʁ Ɔ
 (back) : ʁ I ʁ ʁ : ʁ ʁ ʁ ʁ ʁ ʁ ʁ ʁ : B Ɔ ʁ

TRANSLITERATION

(front) : kurmR : kunukR :
 : karpi : kubl : þusi :
 : aft : þurui : kunu
 (back) : sina : tanmarkaR : but

STANDARDIZED OLD NORSE

Gormr konungr gerði kumbl þessi ept
 Þurvi (Þyri) konu sína, Danmarkar bót.

TRANSLATION

King Gorm made these monuments in
 memory of Thyri, his wife, Denmark's
 adornment.

Fig. 6 Transcrição das runas; transliteração; versão em nórdico antigo padronizado e tradução da inscrição rúnica da pedra de Gormr o Velho, na qual lê-se: "§A Rei Gormr erigiu esse monumento em memória de Thyri, §B sua esposa, adorno da Dinamarca." [Tradução nossa.] [BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas**. Oslo: Jules William Press, 2013, p. 75.]





Fig. 7 Face A da pedra rúnica de Haraldr Dente Azul, localizada em Jelling, Dinamarca (representação em desenho). [BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas.** Oslo: Jules William Press, 2013, p. 94.]



Fig. 8 Faces B e C da pedra rúnica de Haraldr Dente Azul (em desenho). [BYOCK, Jesse L. **Viking Language 1: Learn Old Norse, Runes, and Icelandic Sagas.** Oslo: Jules William Press, 2013, p. 96.]



OS QUATRO LIVROS DE HISTÓRIAS DE NITARDO E O USO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO IMPÉRIO CAROLÍNGIO

Isabela Alves Silva¹

INTRODUÇÃO

Este capítulo² tem por objetivo analisar a relação entre violência política e a realeza nas *Histórias* de Nitardo, de 843, produzidas no reinado de Carlos, o Calvo (843-877), da dinastia carolíngia. O principal tema da obra é a disputa dos herdeiros pela divisão do império, entre a morte de Luís, o Piedoso (840) e o Tratado de Verdun (843), com confrontos envolvendo também grupos políticos aristocráticos. Esse contexto já foi tomado, na historiografia, como ilustrador da decadência do império e da “autonomia crescente dos nobres” entre os francos desde meados do século IX³. A análise mais recente da relação entre aristocracia e realeza carolíngia ressalta o valor da noção de consenso, ou contrabalança a dependência régia com a competição aristocrática pelo patrocínio real. Todavia, ainda é comum a defesa da perda do poder político régio em benefício aristocrático no século IX – justificada, por exemplo, pela concepção ministerial da realeza⁴.

1 Mestranda em História Social pela *Universidade de São Paulo* (USP) e bolsista: processo nº 2019/10287-1, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: isabela.alves.silva@usp.br.

2 Este texto consiste em uma versão em português, com poucas adaptações, de um capítulo de título homônimo, mas em inglês, submetido ao *II Caderno de Estudos Medievais* do *Laboratório de Estudos Medievais* da USP, em março de 2020.

3 SCHOLZ, Bernhard. **Carolingian Chronicles**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1972, p. 30. Vide também: HALPHEN, Louis; LOT, Ferdinand. **Le règne de Charles le Chauve (840-877). Première Partie**. I vol. Paris: Champion, 1909, p. 74. GANSHOF, François. L. **The Carolingians and the Frankish Monarchy. Studies in Carolingian History**. Londres: Longman, 1971.

4 Tal concepção implicava a responsabilidade do imperador e de seus apoiadores no governo da comunidade cristã perante Deus. Sobre o uso da noção sob Luís, o Piedoso: DE JONG, Mayke. **The Penitential State: Authority and Atonement in the Age of Louis the Pious, 814-840**. New York: Cambridge University Press, 2009. p. 5. Para uma interpretação do protagonismo político assumido por preladados no império por causa da concepção ministerial: HALPHEN, Louis. *L'idée d'État sous les Carolingiens*. **Revue Historique**, Paris, t. 185, fasc. 1, p. 59-70. 1939, p. 66. São entendidos como aristocratas, aqui, indivíduos com participação política no império, compondo sua administração, eclesiásticos ou não. Eles poderiam atuar localmente ou, os mais poderosos, ocupar altas funções administrativas junto ao rei; possuir redes de contatos pelo império; manter indivíduos dependentes a si;



As *Histórias* foram redigidas por um apoiador de Carlos, o Calvo. Embora o livro tenha servido a afirmações do enfraquecimento político carolíngio, o estudo do tratamento do autor do tema da violência, que será objeto de análise deste capítulo, revela formas de diferenciação para os reis em relação às outras figuras políticas no império.

VIOLÊNCIA NA ALTA IDADE MÉDIA. BREVE DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Os estudos sobre esse tema comumente salientam que expectativas modernas não podem ser transpostas à Alta Idade Média, como de um controle do uso da violência por um grupo ou indivíduo, ou um rechaço à violência em todas as suas formas⁵. Sob a influência da antropologia social, o debate historiográfico recente da resolução de conflitos daquela época considera que, sob formas e regras socialmente aceitas, a violência funcionava como um mecanismo para a defesa da honra e posição social⁶. Em disputas políticas, a violência poderia ser empregada por imperadores, reis e aristocratas, como condes, duques e bispos, para assegurar ou alcançar fins políticos. Embora seja difícil classificar tipos de violência na documentação, é possível denotar a descrição de práticas comuns nas disputas políticas. Uma delas era a vingança: uma forma de resposta a ofensas com golpes entre as partes, desde injúrias até ataques a propriedades, agressões e homicídios⁷. A vingança poderia, ainda, ser uma retaliação direta a uma ofensa, sem receber contra-ataque do lado oposto⁸.

O empreendimento de batalhas, de tamanhos diversos, também consistia em um tipo de violência política, e a sua justificação poderia ser feita sob um propósito de vingança. A participação régia poderia visar a obtenção de espólios, ou o enfrentamento de um súdito. No caso aristocrático, o objetivo poderia ser a aproximação com o rei e obtenção de títulos, ou ainda a discordância com medidas régias, em desejos de

competir pelo favor régio; dar suporte ao rei ou exercer pressão política sobre ele. A identidade familiar importava, e parentes poderiam apoiar a atuação política de familiares. AIRLIE, Stuart. Aristocracy. In: MCKITTERICK, Rosamond. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History, vol. II, c. 700-900**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 431-451.

⁵ GAUVARD, Claude. **Violence et ordre public au Moyen Âge**. Paris: Picard, 2005, p. 9.

⁶ SCHMITT, J. C.; LE GOFF, Jacques. Qu'est-ce que la violence? In: GAUVARD, Claude. **Violence et ordre public au Moyen Âge**. *Op. cit.*, p. 11-16, p. 12-13.

⁷ LE JAN, Régine. Justice royale et pratiques sociales dans le royaume des Francs au IXe siècle. In: **Femmes, pouvoir et société dans le Haut Moyen Âge**. Paris: Picard, 2001, p. 149-170, p. 150. BARTHÉLEMY, Dominique. La vengeance, le jugement et le compromis. In: **Actes du congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**. 31e, 2000, Angers. Le règlement des conflits au Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 2001. p. 11-20, p. 16-18.

⁸ HALSALL, Guy. (Ed.) **Violence and Society in the Early Medieval West**. Woodbridge: Boydell Press, 1998, p. 22.



usurpação e rebelião⁹. Outras práticas de violência política também são indicadas nas fontes, como a imposição do exílio, a privação de bens, visando-se interromper, punir ou atrapalhar a atuação política de um personagem.

Dentre os merovíngios, a violência foi usada em disputas políticas entre reis, duques, condes e bispos. Paul Fouracre analisa que esses conflitos contribuíam para a troca de facções aristocráticas no poder, e que os reis eram bastante violentos em seus conflitos pessoais, como contra oponentes políticos poderosos¹⁰. A atuação violenta dos reis merovíngios é, todavia, recorrentemente contrastada com a situação carolíngia. Considera-se que narrativas a partir do século VIII passaram a tratar menos da violência régia. Para Guy Halsall, essa mudança está ligada à importância política assumida pelos aristocratas, tornando-se cada vez mais difícil, aos reis de então, usar de violência para punir, por exemplo, rebeldes¹¹.

O principal objeto das *Histórias* são as disputas políticas no império entre 840-843 (além de o autor, retrospectivamente, tratar de conflitos sob Luís, o Piedoso). A descrição de Nitardo desses casos aponta o uso da violência política por imperadores, reis, condes, duques e grupos rebeldes. São dadas, contudo, diferenciações na descrição da violência régia. Este capítulo visa estudar como Nitardo realiza distinções por meio da violência, e analisar o que esses dados revelam de sua compreensão da atuação e posição dos governantes.

9 HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900**. Londres: Routledge, 2003, p. 15.

10 FOURACRE, Paul. Attitudes towards violence in seventh and eighth-century Francia. In: HALSALL, Guy. (Ed.). **Violence and Society in the Early Medieval West**. *Op. cit.*, p. 60-75, p. 66-67.

11 HALSALL, Guy. (Ed.). **Violence and Society in the Early Medieval West**. *Op. cit.*, p. 11. Existem outras tentativas de explicação para tal silêncio em anais, histórias e biografias do VIII. Althoff propõe que os reis carolíngios fossem menos violentos no império pela influência e pressão dos princípios cristãos. Para ele, a clemência era o valor mais importante na conduta régia carolíngia, e isso apenas mudaria no XII, quando passou-se a relacionar a ira régia com a promulgação da justiça. ALTHOFF, Gerd. Prolegomena to a History of Royal Anger. In: ROSENWEIN, Barbara. (Ed.). **Anger's past. The Social Uses of an Emotion in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 59-74, p. 70-72. Já Fouracre defende que a ascensão carolíngia ao poder por um golpe trouxe insegurança política, sendo necessário evitar conflitos com a aristocracia. Assim como Halsall, Fouracre opina que esse "imperativo moral" sobre os carolíngios vigorou ainda no IX, de modo que Luís, o Piedoso tenha sofrido consequências graves ao punir duramente um sobrinho rebelde, em 817. FOURACRE, Paul. Attitudes towards violence in seventh and eighth-century Francia. *Op. cit.*, p. 64-70.



AS HISTÓRIAS¹²

Nitardo foi um aristocrata e membro ilegítimo da família carolíngia. Ele era filho de um poeta chamado Angilberto e de Berta, filha de Carlos Magno. Boa parte das informações disponíveis sobre o autor vêm de sua própria obra. Sabe-se que ele pode ter atuado na corte de Luís, o Piedoso – de quem recebeu *honores* na região da Floresta Carbonária¹³ – e que, nos conflitos de sucessão, ele tomou o lado de Carlos, o Calvo. Nitardo lutou em batalhas desse rei e atuou em sua corte, como seu historiador, conselheiro e enviado em missões diplomáticas. Ele escreveu a obra entre 841-843, a pedido desse rei.

O capítulo inicial elogia o governo de Carlos Magno por sua condução do império. Nitardo trata com mais detalhe, em seguida, das turbulências políticas do reinado de Luís, o Piedoso, as quais tiveram influência, a seu ver, nos conflitos ulteriores. Nos livros II a IV, ele toma por objeto a história contemporânea, e trata de eventos entre 840 e 843.

Os anos finais do governo de Luís foram marcados por duas rebeliões envolvendo seus filhos mais velhos. A primeira (830) resultou da oposição de um setor da aristocracia e dos filhos a decisões políticas imperiais¹⁴. Já a segunda (833) relacionou-se às tentativas de Luís de inserir Carlos na divisão do império, com a concessão a esse filho de territórios antes designados a seus irmãos¹⁵. Desses conflitos decorreu a deposição do imperador (833). Em 834, contudo, Luís estava restaurado ao poder, e ele passou a defender ainda mais a posição de Carlos como rei ao oeste do império, concedendo-lhe terras na Francia (837)¹⁶.

12 Utilizo a seguinte edição das *Histórias*: MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. MGH, *Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum*, 44. Hannover, 1907.

13 Região localizada entre os rios Mosa e Escalda, entre o norte francês e oeste belga.

14 Entre as reclamações, estavam: a punição de Luís, com confisco de *honores*, contra dois membros importantes de sua corte, por um fracasso militar seu na Marca Hispânica (Matfrido e Lamberto); as seguidas intervenções de Luís no governo de Pepino I, na Aquitânia; a importância política concedida a um aristocrata, o duque Bernardo da Setimânia, no império, à revelia da posição de Lotário como co-imperador; o isolamento de Lotário no reino da Itália, sob ordens de seu pai; a proximidade de Bernardo da Setimânia à imperatriz, na corte, e o controle de ambos da comunicação com Luís. DE JONG, Mayke. **The Penitential State...** *Op. Cit.*, p. 42.

15 Luís iniciou uma política de retaliação ao comportamento dos filhos, depois da rebelião de 830, por meio de mudanças no plano de divisão do império, e passou a atribuir uma porção cada vez maior a Carlos. Em 832, ele concedeu a Aquitânia a Carlos, embora o território antes fosse de Pepino I. Luís reverteu a medida em 834, mas entregou de volta a Aquitânia a Carlos em 838. Carlos enfrentou, de todo modo, a resistência de Pepino I e depois de seu filho, Pepino II, para governar a região. Bernardo da Setimânia, o aristocrata antes poderoso na corte de Luís, que fugiu dela quando eclodiu a rebelião de 830 e que perdeu o favor imperial, passou a apoiar as reivindicações de Pepino II na Aquitânia. DE JONG, Mayke. **The Penitential State...** *Op. Cit.*, p. 45.

16 Nitardo narra a doação no capítulo 6, livro II.



Luís e Judite estabeleceram um plano de divisão entre Lotário e Carlos em Worms (839). Todavia, Nitardo narra o período entre a morte de Luís e maio de 841 como desafiador para Carlos: com Lotário perseguindo seus aliados e os de Luís, o Germânico, e manifestando seu desejo de não dividir o governo do império. São descritas, nas *Histórias*, consecutivas ameaças de enfrentamento entre os lados da disputa. O escritor demonstra que manter o apoio de soldados, condes, duques, bispos e abades era uma estratégia essencial aos herdeiros, a fim de assegurar o estabelecimento de seus reinos. Segundo o autor, foi pela indisposição de Lotário em negociar a divisão do império que uma aliança entre Luís, o Germânico e Carlos foi formada (cuja oficialização se deu nos Juramentos de Estrasburgo). Nitardo também associa a eclosão do massacre entre os francos (a batalha de Fontenoy, de junho de 841) à intransigência de Lotário, e explica a participação de Carlos e Luís nesse evento como saída final para defender seu direito de governar.

Esses são os temas centrais dos livros I a III. O argumento de que o confronto fratricida resultasse da ganância de Lotário insinua como Nitardo escrevia, em primeiro lugar, para um público contemporâneo. O intuito inicial da obra foi de arregimentar apoio à causa de Carlos: sua audiência visada era de grandes ou pequenos aristocratas, laicos ou não, líderes militares e soldados, mas também leitores de latim em geral e interessados pelos acontecimentos na corte¹⁷. Nelson afirma que Nitardo tratava de assuntos, manifestava preocupações (como com a fidelidade ou o estado do império) e utilizava um vocabulário que eram partilhados por sua audiência. Nesse sentido, a obra é reveladora de valores e debates políticos contemporâneos¹⁸.

O livro IV, que trata da preparação do Tratado de Verdun, tem uma mudança de tom. O autor se diz insatisfeito com a escrita, faz críticas à atuação de Carlos e se desvia de seus temas usuais, para registrar mudanças no clima. Ele explica esses dados como sinais do descontentamento divino com a situação política¹⁹. Essas críticas contrariam, contudo, a melhor posição assumida por Carlos na divisão do império em

17 NELSON, Janet. **Charles le Chauve**. Paris: Aubier, 1994, p. 131.

18 Considera-se que obra teve, apesar disso, circulação provavelmente reduzida, já que apenas um manuscrito dela sobrevive. Ele data do século X e é de Soissons. Vide: NELSON, Janet. Public "Histories" and Private History in the Work of Nithard. **Speculum: a Journal of Medieval Studies**, Chicago, v. 60, n. 2, p. 251-293. 1985, p. 282.

19 Nitardo ironiza a aliança de Carlos com o aristocrata Adalardo, um abade de Saint-Martin, em Tours, e a escolha de Ermentrude (parente de Adalardo) como esposa do rei. O escritor acusa Adalardo de desrespeitar a *res publica* carolíngia e satisfazer interesses da população como forma de obter seu apoio.



843, e estão mais relacionadas à trajetória pessoal de Nitardo. Ele foi prejudicado pelos termos do Tratado de Verdun, perdendo suas *honores*, e teve seu papel na corte diminuído, face a novas alianças de Carlos²⁰.

O escritor deixou a corte e instalou-se na abadia de Saint-Riquier, antes administrada por seu pai, onde concluiu as *Histórias* sob um tom crítico que antepunha 843 à harmonia do império sob Carlos Magno. Assim, embora tenha dedicado sua obra à história da casa carolíngia e tenha defendido a dinastia²¹, Nitardo tomou liberdade de criticar mesmo os reis que apoiava, como Luís, o Piedoso, Carlos, o Calvo e Luís, o Germânico. Após concluir as *Histórias*, ele faleceu lutando na batalha de Angoumois, pelo lado de Carlos, em 844.

Ligada à preocupação central de Nitardo com a condução política do império, há uma noção recorrentemente citada na obra: *res publica*. Como afirma Philippe Depreux, a noção romana é recuperada por Nitardo para tratar da qualidade do governo, da boa condução ou não do império. Esse último é, nesse caso, entendido por Nitardo como uma entidade abstrata, acima dos governantes²². Em meio às rivalidades e conflitos descritos, o escritor distingue entre situações e comportamentos que, a seu ver, lesariam ou beneficiariam a *res publica*. Assim, o conceito serve de auxílio à apresentação da concepção de governo do autor e das condições necessárias para mantê-lo, ou dos problemas que o prejudicariam.

A disputa pela divisão do império é o pano de fundo das *Histórias*. Todos os outros confrontos descritos estão ligados, de alguma maneira, àquele conflito maior. A guerra civil é exposta como algo que fere a *res publica*, pois rompe a fraternidade na família dinástica e opõe francos entre si. No entanto, outras práticas violentas aparecem no texto, não necessariamente descritas como ações que feririam a *res publica*. Na seção seguinte, viso analisar a natureza das práticas de violência política expostas na obra de Nitardo; o vocabulário usado para denominá-las e os atores políticos relacionados a cada prática. Dessa maneira, pretendo perscrutar

20 Nos acordos de 843, Carlos abdicou de terras entre o Mosa e o Escalda, prejudicando Nitardo. Sobre a saída de Nitardo da corte: NELSON, Janet. Public "Histories" and Private History... *Op. cit.*, p. 280-2.

21 Para Airlie, a escolha em iniciar o relato com Carlos Magno evidencia como Nitardo também procurava discorrer sobre a casa carolíngia como um todo. Escolher Carlos Magno como o primeiro monarca citado, em detrimento de reis carolíngios anteriores, visava reforçar a grandeza da dinastia, começar a tratar dela por quem o autor considerava ser seu "maior rei". AIRLIE, Stuart. The world, the text and the Carolingian: royal, aristocratic and masculine identities in Nithard's Histories. In: WORMALD, Patrick; NELSON, Janet L. (Eds.). **Lay intellectuals in the Carolingian world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 51-77, p. 63.

22 Depreux demonstra também casos menos comuns na obra de Nitardo, em que *res publica* aparece como sinônimo de fisco, por exemplo. DEPREUX, Philippe. Nithard et la "Res Publica": un regard critique sur le règne de Louis le Pieux. **Médiévales**, n. 22/23, p. 149-161. 1992, p. 157-8.



como são descritas as ações violentas régias, e denotar possíveis diferenciações a elas em comparação com as práticas violentas de outras personagens descritas.

A VIOLÊNCIA POLÍTICA NAS HISTÓRIAS

O termo *praelium* e seus derivados (*proelium*, *prelium*) são o tipo de violência política mais citado nas *Histórias*. Ele aparece em todos os livros, fazendo referência a um confronto armado ou à ameaça de um, podendo ter ou não a participação de um *exercitus* ou uma *manus*²³. *Praelium*, nas *Histórias*, pode ser uma referência a uma batalha de proporções maiores, como Fontenoy, ou um confronto menor. Os *praelii* são, na descrição do autor, usualmente comandados por reis, e contam com participação aristocrática.

Tomando-se o exemplo de Fontenoy, diferentes trechos da obra indicam a importância da atuação aristocrática nesse *praelium*, e revelam, ao mesmo tempo, os prejuízos sofridos pela aristocracia no confronto (embora Nitardo evite deter-se sobre essas perdas²⁴). Certas passagens expõem, por exemplo, o medo de aliados de Carlos, Lotário e Luís de que uma nova batalha como Fontenoy se repetisse, como se indica em meio as negociações para o Tratado de Verdun: "(...) quod primores populi degustato semel periculo iterum praelium nolebant (...)”²⁵. É ainda notável que Nitardo utilize o vocábulo *cedes*, que aparece na obra geralmente em referência a um confronto com muitas mortes ("massacre") para descrever Fontenoy – embora ele procure salientar, ao mesmo tempo, a atitude misericordiosa de Carlos e Luís com os vencidos: "Fuit quidem ingens numerus praedae et ingens cedes et insuper ammirabilis, immo et merito notabilis misericordia tam regum quam et universorum”²⁶.

Praelium e seus derivados são usados para tratar de outras batalhas além da de junho de 841. Um desses casos se dá no conflito entre o imperador Luís e Lotário, em 834. Pela descrição, pode-se notar que a

23 Uma *manus* era em um corpo de tropas selecionado e enviado para conter rapidamente problemas. Ele poderia ser empregado para campanhas inteiras ou ser usado como um agrupamento menor, atuando em determinada causa, enquanto o *exercitus*, uma força armada maior, atuava em outra linha. Vide a respeito: HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West**. *Op. cit.*, p. 73.

24 Segundo Nelson, essa estratégia relaciona-se ao intuito do autor de defender que a batalha, embora vitoriosa para Carlos e Luís, tenha ocorrido pela insistência de Lotário. A relevância de Fontenoy pode ser compreendida pela distância entre essa e a última guerra civil entre os francos, que havia ocorrido apenas em 717, na batalha de Vinchy, que opôs Carlos Martel aos neustrianos. NELSON, Janet. **Charles le Chauve**. *Op. cit.*, p. 138.

25 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 48.

26 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 28.



presença dos reis em *praelii* não era uma regra, e que seus apoiadores aristocratas poderiam liderar tais batalhas em seu nome. Narra-se como Luís, embora já restaurado ao poder, teve de enviar homens para enfrentar, na Marca da Bretanha, apoiadores de Lotário. Nitardo relata que uma *manus* foi liderada por um apoiador de Luís chamado Uodo e enviada para a Marca. Dentre os apoiadores de Lotário, são citados Matfrido e Lamberto. A desorganização dos homens de Uodo é indicada como causa de sua derrota:

Per idem tempus Mathfridus et Lantbertus ceterique a parte Lodharii poenes marcam Brittannicam morabantur. Ad quos pellendos missus est Uodo et omnes inter Sequanam et Ligerem degentes, qui manu valida collecta hinc atque inde convenerunt. Et hos quidem paucitas ac per hoc summa necessitas unanimes effecit, Uodonem autem et suos maxima multitudo securos, discordes et inordinatos reddidit. Quapropter proelio commisso fugerunt. Cecidit Uodo et Odo, Vivianus, Fulbertus ac plebis innumera multitudo²⁷.

Depois dessa vitória, Nitardo narra que Lotário veio ao encontro de seus apoiadores, e que eles passaram a atacar Chalon-sur-Saône com uma *manus*, desafiando a autoridade de Luís. Novamente usa-se uma derivação de *praelium* (*praeliando*, do verbo *praelior*): para tratar da ação conjunta desse rei e seus aliados em capturar e atacar uma cidade. Ao adentrar a cidade, Nitardo descreve que Lotário e seus homens provocaram mais violência, incendiando o local, e cita como igrejas foram atacadas. Essa menção, que recorrentemente aparecerá na obra (ataque a cidades com incêndio de igrejas) tem conotação negativa. Ela é utilizada para acusar uso indevido de violência, que manifesta descaso pelo império e a fé católica:

Quod quidem citato cursu victores Lodhario notantes mandant, ut, quantotius posset, illis cum exercitu occurrat. Qui libenter paruit et Cavillonum collecta manu valida venit, civitatem obsidione cinxit, praeliando triduum obsedit et tandem urbem captam unam cum ecclesiis incendit²⁸.

Há apenas uma passagem da obra que indica como um grupo social formado de homens livres e servos poderia tomar parte em um *praelium*. Nitardo descreve que uma batalha ocorreu entre as forças de Luís, o Germânico e uma facção chamada *Stellinga*, composta de saxões livres e servos, em 842. A formação dos *Stellinga* é relacionada pelo autor à atuação de Lotário no nordeste do império. Após sua derrota em Fontenoy,

27 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 7. Salvo Matfrido, antigo conde de Orleans e Lamberto, atuante politicamente na Marca da Bretanha e antigo conde de Nantes, a identidade desses aristocratas é incerta. Depreux defende que o Odo mencionado era um conde de Orleans e substituto a Matfrido escolhido por Luís, o Piedoso. DEPREUX, Philippe. **Prosopographie de l'entourage de Louis le Pieux (781-840)**. Sigmaringen: Thorbecke (Instrumenta, vol. 1), 1997, p. 191; 331. De Jong explica que quando Nitardo usa *plebs* no relato de conflitos e revoltas, ele usualmente se refere aos *fideles* dos reis, aristocratas que atuavam ao seu lado, como parece ser o caso nessa passagem. DE JONG, Mayke. **The Penitential State...** *Op. cit.*, p. 99.

28 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 7.



ele buscou apoio de grupos, como escandinavos e saxões, para fazer frente a aliança entre Carlos e Luís e compensar deserções que sofrera. Nitardo acusa Lotário de oferecer ao grupo saxão, em troca de seu apoio, a oportunidade de abandonar a fé católica e retornar a práticas pagãs. Os *Stellinga* se tornaram, a partir disso, nas *Histórias*, um problema para os nobres saxões e Luís. As alianças de Lotário com esse grupo são condenadas por Nitardo, que expõe como rebeliões dos *Stellinga* ameaçariam a unidade do reino de Luís e a religião cristã. Descreve-se que Luís derrotou o grupo mencionado em batalha. Usa-se *praelium*, em referência ao confronto armado que opôs o rei e seus aliados aristocratas a um grupo rebelde, e a noção de *cedes*, que tem aqui conotação positiva e o sentido de um massacre imposto: "Eodem etiam tempore Stellinga in Saxonia contra dominos suos iterum rebellarunt, sed praelio commisso nimia cede prostrati sunt; ac sic auctoritate interiit, quod sine auctoritate surgere praesumpsit"²⁹.

Praelium e seus derivados aparecem na obra em referência a confrontos armados, e tomam parte nesse tipo de violência principalmente reis e aristocratas, apesar do episódio dos *Stellinga* consistir em uma exceção. O empreendimento dos *praelii* aparece associado, nas *Histórias*, sobretudo à disputa dos familiares carolíngios por suas respectivas porções no império. Embora a posição régia nesses conflitos seja de comando, o emprego dessa prática violenta está constantemente associado à participação aristocrática.

Cedes, por sua vez, é uma prática violenta menos citada na obra: aparece em referência a Fontenoy; a dois massacres impostos por Luís, o Germânico contra os *Stellinga* e ainda a massacres cometidos por Lotário no império. *Cedes* tem o sentido de um número relevante de mortes decorrente de uma batalha (sendo, em certas passagens, adicionada uma conotação de "violência sem misericórdia", como na descrição acima do massacre dos *Stellinga*).

A menção a *cedes* sob Lotário se insere no capítulo dos Juramentos de Estrasburgo. Esse trecho visa expor erros do primogênito e seus aliados, expressos pelo seu mau uso da violência, e justificar a continuidade da aliança entre Carlos e Luís. Na descrição dos juramentos de Luís, cita-se como Lotário continuou a perseguir seus irmãos mesmo depois de Fontenoy, e como massacres foram cometidos contra francos sob sua instigação. Essa menção não específica a "massacres" é acompanhada da sentença também geral de "incêndios e rapinas", referente a danos impostos ao império em ataques de Lotário a diferentes regiões. Essas formas de violência relacionadas a Lotário são expostas lesando a *res publica* carolíngia: "At ille post haec non

29 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 48.



contentus iudicio divino, sed hostili manu iterum et me et hunc fratrem meum persequi non cessat, insuper et populum nostrum incendiis, rapinis cedibusque devastat (...)”³⁰. Assim, *cedes*, similarmente a *praelium*, diz respeito, nas *Histórias*, a uma forma de violência comandada por reis e com participação de seus apoiadores aristocratas, podendo ser usada para boas e más finalidades, na visão do autor.

Depois de *praelium*, o tipo de violência mais citado em meio às disputas descritas nas *Histórias* é referenciado pelo verbo *irruo, is, ere*. Seu uso pode indicar um ataque (ou intenção de realizá-lo) que inicia uma batalha, ou um ataque que visa simplesmente capturar ou assassinar um grupo/indivíduo oponente. Essa prática aparece sob uso tanto de reis como de aristocratas, podendo contar com uma *manus*/um *exercitus* ou apenas um grupo pequeno.

O uso de *irruere* como referência ao risco de uma batalha consta, por exemplo, em um episódio sobre outubro de 841. Carlos enfrentava invasões de Lotário em seu reino mesmo depois de Fontenoy. A estratégia do primogênito era de evitar uma nova união de forças entre Luís e Carlos. Em uma dessas invasões, Nitardo narra como Lotário adentrou Paris com uma força composta de saxões. Carlos organizou seus homens às margens do Sena e posicionou-se em Saint-Denis, de modo a poder socorrê-los, caso Lotário (com apoiadores do outro lado), decidisse atacar seus aliados: “(...) ut et Lodhario, si ita oporteret, transitum prohibere aut, si alicubi super suos irruere vellet, illis succurrere posset”³¹.

A maior parte das menções a *irruere* aparece, entretanto, como ataques entre grupos pequenos. Um exemplo de intenção de ataque e captura de inimigo político consta sob a ação de Pepino II contra a imperatriz Judite, na Aquitânia. Enquanto Carlos estava em Quierzy, em agosto de 840, Nitardo narra que enviados lhe informaram que Pepino planejava atacar sua mãe: “Eodem tempore missus ab Aquitania venit nuntians, quod Pippinus cum his qui parti suae favebant super matrem Karoli irruere vellet (...)”³². Essa ação provavelmente não envolvia qualquer tipo de violência mais grave – uma vez que mesmo nas revoltas de 830/833, Judite foi, no máximo, segundo Nitardo, exilada e forçada a “tomar o véu”.

Em outras passagens, *irruere* poderia significar ataque com intenção de assassinar oponentes políticos. É o caso de um trecho sobre abril de 841, em que Carlos, em Saint-Denis, é avisado da intenção de homens

30 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 35.

31 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 32.

32 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 15.



de Lotário em atacar e assassinar aliados seus, que vinham a seu encontro. Entre o partido de Lotário, estavam Arnulfo, Gerardo e Warnar, e entre o de Carlos, estavam Teutbaldo, Warin e Otberto³³. Nitardo diz que alguns dos opositores de Carlos eram seus desertores. Carlos expulsara esses oponentes de uma das margens do Sena pouco antes de abril, mas o grupo reaparece: "(...) quod hi, quos fuga disperserat, in unum una cum Arnulfo et Gerardo ceterisque coissent et super Teutbaldum, Warinum, Otbertum ceterosque, qui, uti mandatum fuerat, ad Karolum veniebant, irruere vellent³⁴".

Sob a mesma lógica, *irruere* aparece atrelado à intenção de um rei de assassinar oponentes. Um exemplo consta sob a resposta do próprio Carlos, ao saber da ameaça contra Teutbaldo, Warin e Otberto por parte dos homens de Lotário. Esses oponentes estavam, nessa nova passagem, na floresta de Othe. Nitardo deixa evidente aqui o intuito de Carlos de, com seus apoiadores, surpreender os oponentes (os quais apenas teriam fugido por pressentir a "iminência da morte", segundo o autor):

Hinc noctu consurgit per Uttam iter faciens speransque, uti nuntiatum illi fuerat, quos supra memoravimus in eodem saltu consistere; disposuerat enim, ubicumque et qualitercumque posset, supra illos irruere. Quod et utique fecisset, nisi sollicitis vitae mors imminens pro foribus nunciaretur³⁵.

Além de *irruere*, *praelium* e *cedes*, outros dois tipos de violência política são expostos tanto sob a ação de reis quanto de outras personagens: o abatimento de oponentes e a vingança. Essas práticas são referenciadas pelo verbo *sterno*, *is*, *ere*, *stravi* e pelo substantivo *vindicta* (e uma derivação do verbo *vindico*, *as*, *are*). A noção de abatimento parece na obra duas vezes, consistindo em uma resposta violenta a uma ofensa ou um ataque. Seu alvo é um grupo e "abater" implica assassinar parte desses oponentes. Ao lado de *sternere*, Nitardo cita, nos dois casos, que parte do grupo que não é morta é capturada (*cepit*). Apesar de a natureza da violência ser a mesma nos dois casos, a finalidade muda. Em um deles, Nitardo apresenta o abatimento como uma retaliação que visa obter mudanças no comportamento do lado oposto. Isso é, o abatimento tem finalidade corretiva. Isso se aplica no episódio entre Carlos, o Calvo e Bernardo da Setimânia. Desde seu abandono da corte de Luís, o duque buscou exercer influência política na Aquitânia. Em meio à

33 Dessas personagens, é possível identificar Warnar, que Scholz considera ser irmão do conde Lamberto; Gerardo, conde de Paris e antigo aliado de Carlos; Warin, conde de Mâcon e Teutbaldo, que Nelson identifica como bispo de Langres. SCHOLZ, Bernhard. **Carolingian Chronicles**. *Op. cit.*, p. 205. DEPREUX, Philippe. **Prosopographie de l'entourage...** *Op. cit.*, p. 396. NELSON, Janet. **Charles le Chauve**. *Op. cit.*, p. 133-134.

34 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 20.

35 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 20.



disputa de Pepino II e Carlos, o Calvo por aquela região, Bernardo buscou manter uma posição de intermediador, sem apoiar qualquer lado. Nitardo relata como Carlos, ao perceber que Bernardo fazia falsas promessas de trazer Pepino II para seu lado, decidiu surpreender o duque. As motivações indicadas para esse ataque régio (usa-se *irruere*) envolvem ainda uma insatisfação pelo comportamento de Bernardo em 830:

Quo Bernardus veniens cum neutrum fecisset, graviter Karolus ferens seductiones, quas patri fecerat et actenus illi faciebat, timens, ne aliter illum comprehendere posset, subito in illum irruere statuit. Sed hoc Bernardus, quanquam tarde, praesensit, fugam iniit ac vix evasit. Karolus autem quosdam e suis stravit, quosdam saucios ac semivivos reliquit, quosdam vero inlesos cepit ac more captivorum custodiri praecepit (...)³⁶.

A finalidade corretiva dessa ação é indicada pela passagem seguinte. Nitardo descreve que, depois do ataque surpresa, o duque da Setimânia veio a Carlos, mostrou-se mais “humilde” perante o rei e reafirmou sua fidelidade a esse monarca: “Hinc quoque Bernardus humilior effectus paulo post supplex ad Karolum venit, dicens et fidelem se ille fuisse (...)”³⁷.

A mesma ação violenta de abatimento praticada por Carlos é descrita sob as ações de um conde seu, Egrido, que atuava em Toulouse. Nitardo descreve que, em 842, Pepino II mandou enviados a fim de “destruir” o conde de Toulouse, mas que esse preparou uma emboscada e, assim, abateu uma parte dos homens de Pepino e capturou outra: “Insuper Egridus comes Tolosae e Pippini sociis, qui ad se perdendum missi fuerant, quosdam in insidiis cepit, quosdam stravit”³⁸. O sentido dado pelo autor a essa passagem não é corretivo, como no caso de Carlos, mas o uso da violência pelo rei e por Egrido é o mesmo. Tanto um conde quanto um rei aparecem abatendo seus oponentes políticos, nas *Histórias*.

No que diz respeito à vingança, a prática aparece sob a ação do imperador Luís; sob a ameaça de um ataque dos *Stellinga* contra o reino de Luís, o Germânico e sob uma ação designada por Nitardo à providência divina. A forma assumida pela vingança de Luís é a de um confronto armado, de empreendimento de um *praelium* contra um oponente, visando derrotá-lo. Essa menção ocorre no contexto de 834, depois das ações de Lotário na Marca da Bretanha e em Chalon-sur-Saône, como uma reação a seus ataques naquelas regiões. A fim de empreender uma batalha contra Lotário, o imperador é descrito reunindo uma *manus* com apoiadores de Luís, o Germânico: “Quod pater audiens e Francia manu valida collecta, insuper Lodhuwico filio

36 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 18.

37 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 18.

38 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 45.



suo cum universis, qui trans Renum morabantur, in auxilium sibi assumpto tantum facinus a filio in imperium commissum vindicaturus perrexit”³⁹. Essa passagem reforça ainda uma mensagem frequentemente transmitida na obra: de que o uso da violência por Lotário fosse irresponsável e ferisse a *res publica* carolíngia. Aqui, Nitardo denomina as batalhas empreendidas por Lotário em 834 como *facinus* (erro, má ação).

A vingança também assume a forma da ameaça de um ataque/invasão na passagem sobre os *Stellinga*. Nitardo relata como, após a formação desse grupo, sob instigação de Lotário (que também procurava se aliar a escandinavos e eslavos), Luís, o Germânico temeu a formação de uma congregação e um ataque conjunto ao seu reino. *Vindico, as, are* é usado no sentido de revanche ao domínio carolíngio e à religião cristã do império:

Igitur metuens Lodhovicus, ne idem Nortmanni nec non et Sclavi propter affinitatem Saxonibus, qui se Stellinga nominaverant, coniungerent regnumque sibi uindicaturi invaderent et Christianam religionem his in partibus annullarent (...)⁴⁰.

A vingança é ainda relacionada à ação divina, em uma passagem sobre março de 842, quando Nitardo descreve uma reunião em Aachen entre Carlos, Luís e bispos. Nesse trecho, após a derrota de Lotário em Fontenoy e uma tentativa frustrada de voltar a enfrentar seus irmãos (que resultou-lhe em mais deserções e na necessidade de fugir em direção ao rio Ródano), Nitardo conta que bispos interpretaram a fuga do primogênito de seu próprio reino como uma vingança divina. *Vindicta* toma, então, a forma da punição a um rei, por meio da privação de seu reino e sua entrega a outros governantes. Há um sentido pedagógico nessa prática violenta, segundo o qual a providência punia Lotário por sua perversidade (*nequitiam*): “Ergo omnibus unanimiter visum est atque consentiunt, quod ob suam nequitiam vindicta Dei illum eiecerit regnumque fratribus suis melioribus se iuste ad regendum tradiderit”⁴¹.

Desse modo, a vingança pode adotar formas diversas na descrição de Nitardo: seja de um ataque armado ou uma invasão, seja de um “confisco”. Os seus alvos podem ser reis; o próprio império carolíngio e a religião cristã. Apesar de a forma e sentido da vingança, na obra, variarem – no caso de Luís e da ação divina, o sentido é de punição e correção, enquanto no dos *Stellinga*, de revanche –, essa forma de violência aparece relacionada a personagens variadas, desde a providência e um imperador até um grupo considerado rebelde.

39 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 7.

40 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 42.

41 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 40.



Até aqui, pode-se afirmar que o empreendimento de batalhas, a realização de ataques, o abatimento de oponentes, os massacres e as vinganças consistem em práticas violentas que, em conjunto, nas *Histórias*, são associadas a imperadores; reis; condes; duques; a um grupo rebelde e ainda à providência divina – embora, no caso dos *praelli* e *cedes*, a posição régia se destaque das demais. Se bem que reis e outras personagens sejam relacionados na obra ao emprego dessas práticas, existem outras, na obra, que apenas aparecem associadas à autoridade dos governantes. As *Histórias* operam também uma distinção por meio da violência quando utilizam vocábulos específicos para tratar de homicídios ordenados por reis.

No caso do homicídio, além dos termos já citados que se referem ao assassinato de oponentes (*sterno, is, ere; irruo, is, ere*), há outro campo semântico da obra cujos termos referem-se a “sentenciar à morte” (*ad mortem diiudicare*), a “privar a vida” (*vitam privare*) e ao “suplício capital” (*capitale supplicium*). O sentido por trás dessa violência é sempre punitivo, e seu emprego é apontado por Luís, o Piedoso e Lotário.

Luís aparece utilizando a condenação à morte como forma de punição contra rebeldes, como se observa em uma passagem referente a fevereiro de 831. Nela, Nitardo descreve que o imperador puniu aqueles que organizaram a revolta de 830, i.e., os aliados de Lotário. O autor relata que esses homens foram convocados a uma assembleia em Aachen, onde Luís fez Lotário condenar parte de seus aliados à morte e, os que tivessem a vida poupada, ao exílio: “Hinc hi qui cum Lodhario senserunt in concilium deducti et ab ipso Lodhario ad mortem diiudicati aut vita donata in exilium retrusi sunt”⁴². Os alvos dessa medida são, portanto, aristocratas, e a finalidade era de punir a rebelião e o destronamento do imperador em 830.

No caso dos homicídios comandados por Lotário, embora haja críticas de Nitardo às suas motivações, o vocabulário empregado também se destaca. Em uma passagem referente a pouco depois da morte do imperador Luís (840), conta-se como Lotário enviou mensageiros pela Francia e, à revelia do acordo de divisão de Worms (839), ele ordenou que juramentos de fidelidade fossem extraídos, para si, dos aristocratas de Carlos. O autor descreve que o suplício capital foi a contrapartida a quem se negasse a apoiar Lotário: “Dubios quoque fidei sacramento firmari praecepit; insuper autem iussit, ut, quantotius possent, obviam illi procederent, nolentibus vero capitale supplicium ut praediceretur, indixit (...)”⁴³.

42 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). *Nithardi Historiarum libri IV*. *Op. cit.*, p. 4.

43 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). *Nithardi Historiarum libri IV*. *Op. cit.*, p. 13.



Já “privação da vida” aparece, por exemplo, em uma passagem de meados de 841. Nitardo descreve que Carlos recebeu emissários de Lotário, a quem transmitiu reclamações. Dentre as críticas, são mencionados os homicídios cometidos por Lotário contra aristocratas de Carlos. São descritos também outros “erros”, como perturbar o reino de Carlos e, aquilo considerado mais grave: o ataque de Lotário, pouco antes, contra seu próprio irmão, Luís:

Nam suorum hominum ultra quod firmatum fuerat sollicitatos quosdam suos iuri adiecti, quosdam vero vita privavit, insuper regna, quae subiecta illi efficere debuit, in quantum valuit, perturbavit et, quod maximum est, in frater hostiliter irruit (...)⁴⁴.

A escolha desses termos para tratar do homicídio sob ordem régia é relevante: o uso do “suplício capital”, por exemplo, recupera o nome de uma forma de punição no império romano⁴⁵. Condenações à morte ou ao exílio contra rebeldes são também parte do tratamento de oponentes políticos condenados pelo crime de lesa-majestade na tradição imperial romana⁴⁶. Busca-se, com isso, manifestar uma atuação dos reis carolíngios similar à dos imperadores romanos, e diferente das práticas violentas de todas as outras personagens.

O exílio político (*exilium*) aparece nas *Histórias* como um tipo de prática coercitiva relativamente comum em meio às disputas, e apenas utilizado por imperadores (ou coimperadores). A finalidade da prática é de retirar oponentes da cena política, ao menos temporariamente⁴⁷. A ação é indicada, por exemplo, após a revolta de 833, marcada pelo descontentamento da facção de Lotário com a atuação de Judite na corte. A influência da imperatriz era relacionada a medidas criticadas pelos opositores, como a doação da Aquitânia a Carlos. Depois da derrota de Luís, o Piedoso, em 833, descreve-se que uma das primeiras medidas de seus filhos, Lotário, Pepino e Luís, foi de exilar Judite na Lombardia: “(...) uxor ab eo dempta in Langobardiam exilio mittitur”⁴⁸.

44 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 22.

45 RIVIÈRE, Yann. Pouvoir impérial et vengeance. De Mars ultor à la Divina vindicta (Ier – Ive siècle AP. J.-C). In: BARTHÉLEMY, D.; BOUGARD, F.; LE JAN, R. (Eds.). **La Vengeance, 400-1200**. Roma: École Française de Rome, 2006, p. 7-42, p. 29-37 trata dos usos de *supplicium* no Império Bizantino como vingança ou punição autorizada pelo imperador, implicando pena de morte, como no *Digesto* de Justiniano.

46 RIVIÈRE, Yann. Pouvoir impérial et vengeance. De Mars ultor à la Divina vindicta. *Op. cit.*, p. 26.

47 Luís, o Piedoso, por exemplo, reverteu sua condenação de aliados de Lotário ao exílio, dada em fevereiro de 831, em Aachen, em uma nova assembleia, em Ingelheim, em maio daquele mesmo ano. SCHOLZ, Bernhard. **Carolingian Chronicles...** *Op. cit.*, p. 201.

48 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 5.



Outras medidas descritas na obra assemelham-se ao exílio, por retirarem oponentes do cenário político, mas dando-lhes a oportunidade de retornar depois. Entre elas estão a “tonsura forçada” ou “exílio monástico” (*tondeo, es, ere, totondi*; para mulheres: “tomar o véu”, *velo, as, are, avi*), e ainda a conservação de alguém sob “livre custódia” (*sub libera custodia*), que significa impor restrições na liberdade de movimento de um indivíduo. Essas medidas não consistiam em “prisões”, e a própria tonsura clerical era flexível: o clérigo ocupava uma posição baixa na hierarquia eclesiástica e, não tomando os “votos monásticos”, seu estatuto era reversível⁴⁹. Esses tipos de punições para interromper ou barrar o início da atuação política de um potencial oponente aparecem também só sob o uso de reis.

A tonsura aparece acompanhada do envio para livre custódia em uma medida descrita de Luís, o Piedoso, de 818, contra seus meio-irmãos: Drogo, Hugo e Teodorico⁵⁰. O episódio se dá depois de uma revolta contra o imperador por seu sobrinho, Bernardo (rei da Itália). Nitardo indica que Luís tonsurou seus meio-irmãos com medo de que a mesma insurgência política fosse cometida por eles. O sentido da tonsura é, portanto, “cautelar” na argumentação do autor: “Hinc autem metuens, ne post dicti fratres populo sollicitato eadem facerent, ad conventum publicum eos venire praecepit, totondit ac per monasteria sub libera custodia commendavit”⁵¹.

A tonsura também aparece em meio à revolta de 830, contra a imperatriz Judite e seus irmãos, Conrado e Rodolfo. O ataque aos parentes de Judite se deveu ao modo como sua ascensão política acompanhou a de sua irmã. Esse é, ao menos, o caso de Conrado: ele foi um conde do império, e sabe-se que participou da corte, estando com Luís e Judite em Compiègne quando a revolta de 830 eclodiu⁵². Apesar de o autor culpar Lotário pela organização dessa revolta, o primogênito só entrou nesse conflito em maio, e as punições descritas são de abril, tendo sido tomadas por Pepino I: “Quam ob rem pariter cum omni populo patri ad

49 Sobre tais punições e o uso de mosteiros reais para esse fim: DE JONG, Mayke. Monastic prisoners or opting out? Political coercion and honour in the Frankish Kingdoms. In: DE JONG, Mayke; THEUWS, Frank; VAN RHIJN, Carine. (Eds.). **Topographies of power in the Early Middle Ages**. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2001, p. 291-328, p. 292-3.

50 Os três eram filhos ilegítimos de Carlos Magno. Drogo tornou-se, após a tonsura, abade de Luxeuil e bispo de Metz. Hugo tornou-se abade de Saint-Quentin e Teodorico pode ter passado por Saint-Epvre de Toul, mas dados sobre ele são escassos e incertos. Vide: DEPPEUX, Philippe. **Prosopographie de l'entourage...** *Op. cit.*, p. 382.

51 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 2. Capítulo 2, livro I.

52 Informações sobre Rodolfo são mais difíceis de obter: não aparecem no relato de Nitardo nem constam na extensa prosopografia do reinado de Luís produzida por Deppeux. A imperatriz foi enviada ao convento de Sainte-Croix, em Poitiers. Sobre Conrado: DEPPEUX, Philippe. **Prosopographie de l'entourage...** *Op. cit.*, p. 156.



Compendium superveniunt, reginam velaverunt, fratres eius Cunradum et Rodulfum, totonderunt atque in Aquitaniam servandos Pippino commiserunt⁵³.

Como analisa Mayke De Jong, o uso de medidas como o exílio (monástico ou não) e a conservação de um indivíduo em custódia eram estratégias alternativas a punições mais duras, como a sentença capital. Tais decisões mostravam-se rendosas porque evitavam as consequências políticas de um “homicídio irreversível”, e ainda porque possibilitavam, a quem as ordenasse, tentar ganhar o apoio de antigos aliados da pessoa exilada⁵⁴.

Outra prática violenta que aparece apenas sob ação régia é de cegar oponentes políticos, referenciada por *lumnibus privatur*. A natureza dessa prática e o fato de Nitardo indicar só Luís e Lotário, um imperador e um coimperador, fazendo uso dela são dados relevantes. A opção pela cegueira é uma recuperação de uma violência imperial e bizantina, além de visigoda, para punir rebeldes. Entre os visigodos, no século VII, a privação da visão poderia funcionar como comutação da pena capital, e visava impedir o acusado de atentar contra a majestade imperial de voltar a “enxergar o brilho” dessa majestade⁵⁵. O fato de Luís e Lotário serem representados nas *Histórias* usando essa punição sugere que somente governantes com título imperial, ou almejando exercê-lo, optavam por esse tipo de violência. A recuperação da pena da cegueira é mais um exemplo de inspiração carolíngia em tradições passadas, para distinguir não apenas a autoridade do governante, mas também o título imperial.

Bernardo, rei da Itália e sobrinho de Luís, revoltou-se contra o imperador em 817. Luís previu, naquele ano, uma partilha do império (incluindo a Itália) entre seus filhos, após sua morte, de modo que os descendentes de Bernardo não teriam direito de governar. A revolta de Bernardo foi rapidamente suprimida e Luís optou pela punição da cegueira, em comutação da pena capital, e Bernardo morreu após sofrer a pena. Apesar de a dureza da punição ter sido objeto de crítica dos opositores do imperador, não há reclamação da parte de Nitardo. O autor apresenta a punição como uma consequência direta da revolta, e não menciona as motivações da rebelião. Ao mencionar a revolta do sobrinho logo depois de sua nomeação como rei da Itália,

53 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). *Nithardi Historiarum libri IV*. *Op. cit.*, p. 3. A tonsura dos irmãos e a imposição à imperatriz de “tomar o véu” foram, contudo, medidas revertidas por Luís em 831.

54 DE JONG, Mayke. Monastic prisoners or opting out? *Op. cit.*, p. 292-3.

55 BÜHRER-THIERRY, Geneviève. “Just anger” or “vengeful anger”? The punishment of blinding in the Early Medieval West. In: ROSENWEIN, Barbara (Ed.). *Anger's past. The social uses of an emotion*. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 75-91, p. 79.



Nitardo sugere que Bernardo teria traído a confiança de Luís: "(...) et Bernardo, nepoti suo, filio Pippini, regnum Italiae concessit. Qui quoniam ab eo paulo post defecit, capitur et a Bertmundo Lugdunensis provinciae praefecto luminibus et vita pariter privatur"⁵⁶.

Lotário, por sua vez, é indicado fazendo uso dessa punição em 830, quando adere à revolta contra Luís. Bernardo da Setimânia escapou da corte na época da rebelião, mas seu irmão, Eriberto, que estava em Compiègne, tornou-se um alvo. A família de Bernardo consistia em um importante grupo aristocrático do império, e Lotário provavelmente visava atacar indiretamente o duque da Setimânia. Aqui, o uso da punição pela cegueira não recebe aprovação do autor, e a pena é descrita em meio a um conjunto medidas rejeitadas por Nitardo (como retirar Luís do poder, forçar Judite a tomar o véu e tonsurar seus irmãos). "Eribertus frater eius captus ac luminibus privatus in Italia custodiendus traditur"⁵⁷.

Por fim, as *Histórias* apresentam mais um tipo de punição política própria aos reis: a privação/confisco de *honores*. Essa era uma ação de cunho coercitivo que trazia grandes danos políticos a seus alvos: pois podia desestabilizar posições de prestígio ocupadas por famílias aristocráticas em cargos da administração imperial há gerações, bem como podia minar a influência política e as redes de contato dessas famílias em regiões do império⁵⁸.

O confisco pode aparecer nas *Histórias* como uma punição na forma da vingança, como no episódio da retaliação divina contra Lotário, descrita pouco após Fontenoy. Mas a prática é mais citada no livro II, e seu principal autor é Lotário, em seguidos episódios de ameaças a aristocratas dos reinos dos irmãos. Nitardo sugere que o confisco de *honores* por Lotário era injustificado, porque consistiria em chantagens que atrapalhariam o governo de Carlos e Luís. Quando a medida é tomada por outros reis carolíngios, contudo, ela recebe a aprovação do autor, sendo exposta como uma punição ao mau comportamento aristocrático.

Um exemplo nesse sentido também envolve Bernardo da Setimânia. Nitardo não tinha simpatia pelo duque, e sua ausência na batalha de Fontenoy foi criticada pelo autor, que narra como Bernardo só veio até

56 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 2. É notável ainda a construção que Nitardo faz aqui: ele afirma que Luís, o Piedoso concedeu o reino da Itália a seu sobrinho, e justapõe essa informação à "deserção" de Bernardo da Itália "pouco depois". Foi, no entanto, Carlos Magno quem atribuiu a Itália a Bernardo.

57 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 3.

58 Vide: AIRLIE, Stuart. *Semper fideles? Loyauté envers les Carolingiens comme constituant de l'identité aristocratique*. In: LE JAN, Régine. **La royauté et les élites dans l'Europe carolingienne (du début du e aux environs de 920)**. Lille: Publications de l'Institut de recherches historiques du Septentrion, 1998, p. 129-143, p. 139.



Carlos após descobrir a sua vitória naquele confronto. Descreve-se que o duque encontrou Carlos e lhe entregou seu filho primogênito, Guilherme, para atuar na corte. Nitardo sugere criticamente, entretanto, que a entrega foi feita não como gesto sincero de fidelidade, mas apenas como uma barganha para que *honores* da família na Burgúndia fossem devolvidas. O confisco havia sido feito pelo imperador Luís (832), depois que Bernardo abandonou sua corte em meio à rebelião de 830. Nitardo conta que Carlos aceitou o acordo, mas ele implicitamente critica a postura do duque, sugerindo, assim que as *honores* não deveriam ser devolvidas: "(...) filium suum Willelmum ad illum direxit et, si honores, quos idem in Burgundia habuit, eidem donare vellet, ut se illi commendaret, praecepit"⁵⁹.

Do conjunto desses exemplos sobre o discurso a respeito da violência política na obra, é possível perceber que além de as práticas régias se destacarem em sua natureza e, por vezes, em seu vocabulário, elas também se destacam em sua finalidade. Na argumentação de Nitardo, a violência régia, quando empreendida por "bons" governantes, tem o objetivo de corrigir o comportamento aristocrático, repreendê-lo em sua "ganância" por ascensão política, além de defender a *res publica* carolíngia (i.e., o estado do governo). Quando punições são descritas por reis e pelo imperador Luís contra aristocratas poderosos (como Bernardo da Itália, Bernardo da Setimânia, e também Lotário), elas têm uma mensagem em comum na obra: de que visava-se conter as ambições dessas personagens e forçar o respeito à coroa. Tal noção de um uso da violência política por bons governantes como forma de defender a *res publica* e conter interesses individuais aparece também no início das *Histórias*, quando Nitardo descreve que o sucesso do reinado de Carlos Magno se deveu, entre outras razões, ao seu uso de um "terror moderado":

Nam super omne, quod ammirabile fateor fore, Francorum barbarorumque ferocia ac ferrea corda, quae nec Romana potentia domare valuit, hic solus moderato terrore ita repressit, ut nihil in imperio moliri, praeter quod publicae utilitati congruebat, manifeste auderent⁶⁰.

Em compensação, o uso da violência política por Lotário, na descrição de Nitardo, reflete sua pouca preocupação com a *res publica*. Apesar de ter acesso a práticas violentas similares às dos outros reis e mesmo de seu pai, o imperador, Lotário é exposto fazendo mau uso delas. Como avalia Airlie, o herdeiro primogênito é o símbolo maior, nas *Histórias*, do mau exercício do poder régio, e Nitardo reflete isso no uso da violência

59 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 29.

60 MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. *Op. cit.*, p. 1-2.



por Lotário: se Carlos Magno usava do terror para “criar ordem”, Lotário usava da mesma ferramenta para, por exemplo, seduzir os aliados de seus irmãos e desrespeitar os laços de parentesco⁶¹. Desse modo, nas *Histórias*, o campo da violência política contribui para construir a autoridade régia e diferenciá-la de outras, demarcando funções e uma forma de atuação próprias aos governantes. O campo também opera uma outra distinção: entre bons e maus reis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi de analisar o papel da violência política nas *Histórias*, e observar o que a exposição do autor sobre esse tema diz sobre a autoridade dos governantes carolíngios no período de 840-843, normalmente tomado como marco da decadência régia. As *Histórias* apresentam valores e interesses de um aristocrata apoiador e membro da família carolíngia. Ao mesmo tempo, Nitardo estava profundamente envolvido com o debate contemporâneo da condução política do império, visando comunicar-se com uma audiência cujos membros poderiam ter considerações próximas das dele. Sua obra está enraizada nas preocupações políticas de sua época e constitui um testemunho valioso sobre o papel dos governantes por um membro da aristocracia próximo dos reis, atuando ao lado de um deles.

Na descrição da violência política da obra, os reis não foram, mesmo nos anos de crise de 840, iguais aos demais aristocratas. Além de serem os únicos apresentados liderando batalhas, a sua autoridade se destacava pelo empreendimento de tipos específicos de punições, como o confisco de *honores*, a tonsura e exílio de oponentes e o comando de cegá-los. Destaque-se também a denominação particular dada pelo autor aos homicídios causados pelos reis. A justificação da violência política régia por parte do autor é outro aspecto que contribui para diferenciar os monarcas em relação aos demais aristocratas. No discurso de Nitardo, a violência régia tinha como finalidades promover a ordem e defender a *res publica*, e isso envolvia esforços para corrigir o comportamento aristocrático; controlar suas expectativas de ascensão política e forçar obediência à autoridade régia. É possível, inclusive, observar uma inspiração em concepções de autoridade passadas, seja dos imperadores romanos, do Ocidente ou Oriente, seja dos Visigodos, para fundamentar a distinção política dos reis carolíngios. Sendo assim, o que se vê, no âmbito das disputas políticas do império

61 AIRLIE, Stuart. *The World, the text and the Carolingian...* *Op. cit.*, p. 67.



descritas por Nitardo e através do tema da violência, é um esforço, dos reis e respaldado por esse autor, em distinguir a autoridade dos governantes das demais personagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fonte primária (e tradução moderna)

MÜLLER, E.; PERTZ, G. (Eds.). **Nithardi Historiarum libri IV**. MGH, *Scriptores rerum Germanicarum in usum scholarum*, 44. Hannover, 1907.

SCHOLZ, Bernhard. **Carolingian Chronicles**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1972.

Fontes secundárias

AIRLIE, Stuart. Aristocracy. In: MCKITTERICK, Rosamond. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History, vol. II, c. 700-900**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 431-451.

AIRLIE, Stuart. *Semper fideles?* Loyauté envers les Carolingiens comme constituant de l'identité aristocratique. In: LE JAN, Régine. **La royauté et les élites dans l'Europe carolingienne (du début du e aux environs de 920)**. Lille: Publications de l'Institut de recherches historiques du Septentrion, 1998, p. 129-143.

AIRLIE, Stuart. The world, the text and the Carolingian: royal, aristocratic and masculine identities in Nithard's Histories. In: WORMALD, Patrick; NELSON, Janet L. (Eds.). **Lay intellectuals in the Carolingian world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 51-77.

ALTHOFF, Gerd. Prolegomena to a History of Royal Anger. In: ROSENWEIN, Barbara. (Ed.). Anger's past. **The Social Uses of an Emotion in the Middle Ages**. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 59-74.

BARTHÉLEMY, Dominique. La vengeance, le jugement et le compromis. In: **Actes du congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public**. 31e, 2000, Angers. Le règlement des conflits au Moyen Âge. Paris : Publications de la Sorbonne, 2001. p. 11-20.

BÜHRER-THIERRY, Geneviève. "Just anger" or "vengeful anger"? The punishment of blinding in the Early Medieval West. In: ROSENWEIN, Barbara (Ed.). **Anger's past. The social uses of an emotion**. Ithaca: Cornell University Press, 1998, p. 75-91.

DE JONG, Mayke. Monastic prisoners or opting out? Political coercion and honour in the Frankish Kingdoms. In: DE JONG, Mayke; THEUWS, Frank; VAN RHIJN, Carine. (Eds.). **Topographies of power in the**



- Early Middle Ages.** Leiden, Boston, Köln: Brill, 2001, p. 291-328.
- DE JONG, Mayke. **The Penitential State: Authority and Atonement in the Age of Louis the Pious, 814-840.** New York: Cambridge University Press, 2009.
- DEPREUX, Philippe. Nithard et la "Res Publica": un regard critique sur le règne de Louis le Pieux. **Médiévales**, n. 22/23, p. 149-161. 1992.
- DEPREUX, Philippe. **Prosopographie de l'entourage de Louis le Pieux (781-840).** Sigmaringen: Thorbecke (Instrumenta, vol. 1), 1997.
- FOURACRE, Paul. Attitudes towards violence in seventh and eighth-century Francia. In: HALSALL, Guy. (Ed.). **Violence and Society in the Early Medieval West.** Woodbridge: Boydell Press, 1998, p. 60-75.
- GANSHOF, François. L. **The Carolingians and the Frankish Monarchy. Studies in Carolingian History.** Londres: Longman, 1971.
- GAUVARD, Claude. **Violence et ordre public au Moyen Âge.** Paris: Picard, 2005.
- HALPHEN, Louis; LOT, Ferdinand. **Le règne de Charles le Chauve (840-877). Première Partie.** I vol. Paris: Champion, 1909.
- HALPHEN, Louis. L'idée d'État sous les Carolingiens. **Revue Historique**, Paris, t. 185, fasc. 1, p. 59-70. 1939.
- HALSALL, Guy. (Ed.) **Violence and Society in the Early Medieval West.** Woodbridge: Boydell Press, 1998.
- HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900.** Londres: Routledge, 2003.
- LE JAN, Régine. Justice royale et pratiques sociales dans le royaume des Francs au IXe siècle. In: **Femmes, pouvoir et société dans le Haut Moyen Âge.** Paris: Picard, 2001, p. 149-170.
- NELSON, Janet. **Charles le Chauve.** Paris: Aubier, 1994.
- NELSON, Janet. Public "Histories" and Private History in the Work of Nithard. **Speculum: a Journal of Medieval Studies**, Chicago, v. 60, n. 2, p. 251-293. 1985.
- RIVIÈRE, Yann. Pouvoir impérial et vengeance. De Mars ultor à la Divina vindicta (Ier – Ixe siècle AP. J.-C.). In: BARTHÉLEMY, D.; BOUGARD, F.; LE JAN, R. (Eds.). **La Vengeance, 400-1200.** Roma: École Française de Rome, 2006, p. 7-42.
- SCHMITT, J. C.; LE GOFF, Jacques. Qu'est-ce que la violence? In: GAUVARD, Claude. **Violence et ordre public au Moyen Âge.** Paris: Picard, 2005, p. 11-16.



NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE PESQUISA:

ESTUDANDO AS REPRESENTAÇÕES DOS OCIDENTAIS NA
HISTORIOGRAFIA BIZANTINA DOS SÉCULOS XI E XII¹

Guilherme Welte Bernardo²

INTRODUÇÃO

Durante os séculos XI e XII, pessoas de todos os níveis sociais e de todas as partes da Europa Ocidental adentraram o Império Bizantino, seja para conhecer sua capital, Constantinopla, uma das principais e mais ricas cidades medievais, seja para seguir em peregrinação à Jerusalém. Mais visíveis no Império e desejados pelo imperador, muitos ocidentais foram contratados como mercenários, inaugurando uma “idade de ouro” do uso de forças auxiliares ocidentais. Também tiveram grande protagonismo os mercadores italianos, em especial os venezianos, que receberam diversos privilégios em suas atividades. Embora esse contato tenha trazido uma aproximação, ele trouxe gradualmente também um atrito, observável especialmente no século XII com o Massacre dos Latinos em 1182.

O presente texto tem como objetivo apresentar e discutir algumas questões relativas à nossa pesquisa atualmente em andamento, onde, a partir da análise de algumas obras historiográficas produzidas em Bizâncio nesse período, buscamos entender como os bizantinos viam a si mesmos nos séculos XI e XII e como isso influenciava a forma como eles olhavam para o estrangeiro ocidental que atravessava suas fronteiras.

Assim, apresentaremos nas duas primeiras partes do presente trabalho o contexto histórico das relações; em segundo lugar, delimitaremos os problemas levantados em nossa pesquisa; em terceiro lugar, apresentaremos nossas fontes e perspectiva teórico-metodológica; e, por último, traçaremos algumas possibilidades a partir dos nossos objetivos.

1 O presente capítulo visa discutir e apresentar a pesquisa de título provisório *Entre a integração e a barbarização: romanos e ocidentais na historiografia bizantina dos séculos XI e XII*, atualmente em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (PPGH/Unifesp).

2 Mestrando em História na Universidade Federal de São Paulo. Contato: g.welte@outlook.com.



NOVOS ROMANOS, NOVOS BÁRBAROS

Ao longo de sua história, os bizantinos guardaram um grande orgulho em relação a si mesmos e a seu império. Para eles, este não constituía um mero fenômeno temporal, como diversos outros reinos e principados ao longo da história, mas estava envolto de sacralidade e de um longo e importante passado histórico, devendo perdurar, numa escatologia apocalíptica, até a segunda vinda de Cristo³. Seu império, o qual nós modernos estamos acostumados a chamar de *Império Bizantino* e a geralmente entendê-lo como uma espécie de império grego medieval, foi, durante toda sua longa existência, o remanescente Império Romano em terras orientais. Em nenhum momento de sua história os bizantinos deixaram de acreditar que eram *os romanos*, ou melhor, *os únicos* verdadeiros romanos⁴. A autoidentificação dos bizantinos tem recebido renovadas interpretações pela historiografia nos últimos anos⁵, e antes de prosseguirmos devemos pontuar algumas questões que nos ajudarão a pensar nosso problema.

3 NICOL, D. M. The Byzantine view of Western Europe. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, Durham, NC, v. 8, n. 4, 1967, p. 315. Cf. também GURAN, P. Eschatology and Political Theology in the Last Centuries of Byzantium. **Revue des études sud-est européennes**, Bucarest, v. 45, p. 73-85, 2007.

4 NICOL. *Op. cit.*, p. 317-319. A negação de "Bizâncio" como o legítimo Império Romano possui uma longa história calcada em conflitos, regressando a finais do século VIII. O termo "Império Bizantino" foi cunhado pelos humanistas alemães no século XVI, e geralmente se atribui esse uso à figura de Hieronymus Wolf (1516-1580), compilador do *Corpus Historiae Byzantinae* de 1557; apesar disso, o termo parece ter ganhado força somente no século XIX. No meio tempo, os romanos orientais eram simplesmente chamados de "gregos". Uma apresentação a esse problema pode ser encontrada em KALDELLIS, A. **Romanland: Ethnicity and Empire in Byzantium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019, p. 3-37. Cf. também LAMERS, H. **Greece Reinvented: Transformations of Byzantine Hellenism in Renaissance Italy**. Leiden: Brill, 2015, p. 65; SARTI, L. From Romanus to Graecus. The identity and perceptions of the Byzantines in the Frankish West. **Journal of Medieval History**, [s.l.], v. 44, n. 2, p. 131-150, 2018.

5 Importante notar que o debate assume nuances distintas, causadas pelas perspectivas teóricas das quais os autores partem, oferecendo assim algumas conclusões variadas. Cf. KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; PAGE, G. **Being Byzantine: Greek Identity Before the Ottomans**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008; MALATRAS, C. The Making of an Ethnic Group: The Romaioi in 12th-13th Century. In: DIMADIS, K. A. (Ed.). **Ταυτότητα στον ελληνικό κόσμο (από το 1204 έως σήμερα. Δ' Ευρωπαϊκό Συνέδριο Νεοελληνικών Σπουδών, Γρανάδα, 9-12 Σεπτεμβρίου 2010. Πρακτικά**. 3. Athens: European Association of Modern Greek Studies, 2011, p. 419-430; KALDELLIS, A. From Rome to New Rome, from Empire to Nation-State: Reopening the Question of Byzantium's Roman Identity. In: GRIG, L.; KELLY, G. (Ed.). **Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012, p. 387-404; STOURAITIS, I. Roman Identity in Byzantium: A Critical Approach. **Byzantinische Zeitschrift**, [s.l.], v. 107, n. 1, p. 175-220, 2014; SMARNAKIS, I. Rethinking Roman Identity after the Fall (1453): Perceptions of 'Romanitas' by Doukas and Sphrantzes. **Byzantina Symmeikta**, [s.l.], v. 25, p. 211-234, 2015; STOURAITIS, I. Reinventing Roman Ethnicity in High and Late Medieval Byzantium. **Medieval Worlds**, Vienna, v. 5, p. 70-94, 2017; KALDELLIS, A. The Social Scope of Roman Identity in Byzantium: An Evidence-Based Approach. **Byzantina Symmeikta**, [s.l.], v. 27, p. 173-210, 2017; STOURAITIS, I. Byzantine Romanness: from Geopolitical to Ethnic Conceptions. In: POHL, W. et al (Ed.). **Transformations of Romanness in the Early Middle Ages: Early Medieval Regions and Identities**. Berlin: De Gruyter, 2018, p. 123-139; KALDELLIS, A. **Romanland: Ethnicity and Empire in Byzantium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019.



As reivindicações de romanidade dos bizantinos não eram infundadas. Independentemente do discurso fictício do *translatio imperii*⁶, Bizâncio é a única civilização que goza de uma continuidade histórica orgânica com a Roma Antiga, compartilhando de heranças políticas, sociais e culturais⁷. Para entendermos como foi possível que o Império Romano fosse transladado ao Oriente e mantivesse sua identificação primária, não podemos ignorar como Roma foi capaz de se expandir e integrar povos outrora conquistados. Esse processo, que poderíamos chamar simplesmente de integração ou assimilação, ou mais precisamente *romanização* ou *romanogênese*⁸, não foi único e linear, e não há ainda um estudo abrangente abarcando especificamente o Oriente grego, embora seja possível observar avanços graduais nessa direção⁹. De qualquer modo, precisamos superar a ideia de que o mundo grego não passou por esse processo, pois deixa escapar o fato dos “bizantinos” continuarem a se intitular romanos por quase um milênio após a queda da velha Roma¹⁰.

6 Isto é, a ideia de que o imperador Constantino transferiu o poder romano de Roma para Constantinopla, a Nova Roma. Uma criação da Antiguidade Tardia, tal ideia aparecerá repetidas vezes ao longo da Idade Média em resposta às querelas com o Ocidente. Cf. GRIG, L.; KELLY, G. Introduction: From Rome to Constantinople. In: GRIG, L.; KELLY, G. (Eds.). **Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012, p. 3; NICOL, D. M. The Byzantine view of Western Europe. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, Durham, NC, v. 8, n. 4, 1967, p. 323-324.

7 KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 43. Para uma síntese da questão sobre continuidade e descontinuidade, cf. BERNARDO, G. W. Identidade Romana no Império Bizantino: novas perspectivas de um problema de alteridade. **Epígrafe**, v. 6, n. 6, 2018, p. 71-73. Para Bizâncio como um clássico problema de periodização, cf. TOUGHER, S. Periodization. In: LOUGHRAN, T. **A practical guide to studying history: skills and approaches**. London: Bloomsbury Academic, 2017, p. 39-41.

8 O termo romanização invoca sem dúvidas alguns problemas (cf. FUNARI, P. P. A.; GRILLO, J. G. C. Os Conceitos de “Helenização” e de “Romanização” e a Construção de uma Antiguidade Clássica. In: NEMI, A. L. L.; ALMEIDA, B. de B. (Orgs.). **A Construção da Narrativa Histórica: Séculos XIX e XX**. Campinas: Editora UNICAMP, 2014, p. 205-2014). Quando usamos aqui, estamos falando não de uma homogeneização cultural, mas sim sobre “[...] o processo pelos quais os antigos conquistados vieram a se identificar com a ordem romana e a participar em suas instituições sociais e políticas, aceitando Roma como sua *patria* or *patris* principal e lhe subordinando todas as lealdades locais ou lhes permitindo entrar em colapso caso estivessem em conflito com ela. Apenas secundariamente, ou como concomitante a esse processo mais profundo, eles aceitaram mudanças em suas vidas materiais”. KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 46, (tradução nossa). Esse significado de romanização empregado por Kaldellis é influenciado por ANDO, C. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. Berkeley: University of California Press, 2000.

9 KALDELLIS, A. **Romanland: Empire and Ethnicity in Byzantium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019, p. 141. Cf. especialmente ANDO, C. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. Berkeley: University of California Press, 2000; MADSEN, J. M. **Eager to be Roman: Greek Response to Roman Rule in Pontus and Bithynia**. London: Bloomsbury, 2009.

10 KALDELLIS, A. From Rome to New Rome, from Empire to Nation-State: Reopening the Question of Byzantium's Roman Identity. In: GRIG, L.; KELLY, G. (Eds.). **Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity**. New York: Oxford University Press, 2012, p. 400.



Anthony Kaldellis tem trabalhado com essa questão de modo tangencial dentro dos Estudos Bizantinos e nos oferece um esboço desse problema. Segundo Kaldellis, podemos observar já no começo do século IV uma simbiose entre “Roma” (comunidade histórica e política) e “Grécia” (idioma e conhecimento). Assim, nesse processo, a língua e os costumes gregos, especialmente a *paideia*, não foram abandonados, mesmo porque isso não fora exigido¹¹: na prática, o grego era a língua administrativa do Oriente desde a República e era visto já nos tempos do imperador Cláudio (10 a.C.-54 d.C.) como uma língua romana ao lado do latim. Ao final da Antiguidade Tardia seria possível observar no Oriente grego um amplo consenso quanto aos direitos de Roma como uma comunidade política normativa¹². Notemos que a ideia de que algo desse tipo ocorrera no passado não passou despercebida: olhando retrospectivamente, Jorge Acropolita (séc. XIII) escrevia que os gregos do passado haviam abandonado seu nome e se tornado romanos¹³. O historiador e viajante árabe Al-Mas’udi (séc. X) escreve que, após a conquista dos gregos pelos romanos, esses primeiros foram absorvidos na sociedade dos últimos e passaram a se nomear romanos¹⁴.

O fenômeno de romanização ou romanogênese permitiu que fosse criada uma ampla comunidade política e cultural de indivíduos que também se consideravam romanos, o que aos poucos fez com que Roma (comunidade histórica e política) deixasse de ser em Roma (cidade)¹⁵. Na história do Império Romano, cada vez mais os rumos de Roma eram guiados pelos provinciais da Gália, das províncias danúbias e do Oriente Grego, e esse é o fator chave para entender como foi possível a sobrevivência de um Império Romano no Oriente afastado de seu povo e território central originais¹⁶. “Em muitos textos da Antiguidade Tardia – gregos

11 Esse processo limitou drasticamente o alcance do helenismo, que ficaria num limbo até ser revivido em diferentes contextos a partir do século XI, mas sem derrubar a identidade romana. Cf. KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

12 KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 49, 54-55, 66-67.

13 KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 382.

14 KALDELLIS, A. **Romanland: Empire and Ethnicity in Byzantium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019, p. 116 (cf. 113-120 para a discussão mais ampla).

15 “A ideia de Roma até deteve a percepção de que a própria Roma havia caído. Não pode haver outra explicação para que se afirme dentro do Digesto de Justiniano, mais de um século após o saque de Roma, a *sententia* de Modestino: “Roma é a *communis patria* de todos nós”. ANDO, C. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. Berkeley: University of California Press, 2000, p. 15, tradução nossa. Cf. também KRUSE, M. **The Politics of Roman Memory: From the Fall of the Western Empire to the Age of Justinian**. University of Pennsylvania Press, 2019.

16 Cf. WIJNENDAELE, J. W. P. *Apocalypse, Transformation or Much ado about nothing? Western scholarship and the Fall of Rome (1776-2008)*. **Iris**, Victoria, v. 24, p. 42-52. 2011.



e latinos, cristãos e pagãos – Roma é aclamada a *patria* comum de todos os povos. Roma foi A Cidade, uma cidade tornada um mundo¹⁷. Com a comunidade romana expandida, novas *Romas* surgiram nas províncias, eventualmente levando a sedimentação de Constantinopla como a *Nova Roma* no Bósforo¹⁸. Kaldellis argumenta que essa nova identidade cívica, eventualmente tornada uma identidade étnica, foi capaz de dar origem vernaculamente a um nome territorial, *Romanía* (România ou Terra dos Romanos) e modificar o nome da língua grega para *romaika* (romaica/romana). Era dessa forma, aliás, como a língua grega falada era referenciada até pelo menos o início do século XIX¹⁹.

Uma gama de textos do período intermediário comprova que os bizantinos continuavam traçando as origens do Império a partir de Júlio César e viam a *politeia* (como eles traduziam *res publica*) dos romanos se alongando do tempo dos reis de Roma aos imperadores bizantinos de seu tempo²⁰. Além disso, o elemento romano estava presente mesmo nas mais engenhosas ficções: famílias traçavam no período intermediário ancestralidades a partir de Enéias, dos Fábios e dos Cipiões, para irmos além de alternativas mais esperadas como da família de Constantino, o Grande²¹.

Era a partir dessa visão de mundo e dessa autoimagem que esses romanos helenófonos medievais enxergavam o mundo a seu redor e os diversos *outros* que os cercavam e adentravam suas fronteiras. Os bizantinos continuaram alimentando a dicotomia romano-bárbaro da Antiguidade, embora por vezes também tivessem a sensibilidade de reconhecer em outros povos, num discurso moralizante, virtudes que julgavam faltantes entre seus compatriotas²². Para eles, o bárbaro não era meramente o não cristão: seus vizinhos cristãos (inclusive os de mesma fé ortodoxa) eram igualmente considerados bárbaros²³.

17 KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 48, tradução nossa.

18 KALDELLIS, A. **Romanland: Ethnicity and Empire in Byzantium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019, p. 88.

19 KALDELLIS, A. **Romanland: Ethnicity and Empire in Byzantium**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2019, p. 83-94, 97-106.

20 KALDELLIS, A. **The Byzantine Republic: People and Power in the New Rome**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015, p. 29-30 (para a "colonização" por Roma da palavra *politeia*, que detinha anteriormente um rico significado no mundo helênico, cf. 19-31; 36).

21 KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 89.

22 KALDELLIS, A. **Ethnography after Antiquity: Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 52-53.

23 KALDELLIS, A. **Ethnography after Antiquity: Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 126-136.



Consequentemente, aqueles que eventualmente adotavam costumes romanos orientais medievais eram chamados de *mixobarbaroi*, isto é, semibárbaros²⁴. Antes de ser não cristão, o bárbaro era essencialmente não romano.

Até o século IX, as terras ocidentais, isto é, as antigas províncias romanas ocidentais, são vistas pelos bizantinos como uma parte desraigada do império, supostamente mantida em sua órbita por meio de acordos e concessões de títulos²⁵. De fato, durante um longo tempo, os novos governantes se mostraram relativamente subservientes aos imperadores em Constantinopla, ao menos do ponto de vista da retórica diplomática, fazendo com que aquele Ocidente pós-romano permanecesse, em tese, como parte do mundo romano²⁶. A partir do século VIII, as relações com o imperador em Constantinopla foram se esfurelando à medida em que este falhara em proteger o papado, que recorre então a Pepino, o Breve, recém-eleito rei dos Francos. Esse evento não é insignificante: quando Estevão II legitima religiosamente Pepino como rei e concede o título imperial de *Patrício dos Romanos*, o papado começa a assumir algo que até então se presumia que somente os imperadores bizantinos tinham o direito de fazê-lo²⁷.

No ano de 800, num avanço das prerrogativas papais, Carlos Magno, filho de Pepino, é coroado *Imperador dos Romanos* pelo papa Leão III. Esta coroação foi vista como uma afronta pelos bizantinos, porquanto adotar tal título era afirmar, em algum sentido, algum direito de soberania sobre eles, *os romanos*. Embora vazio de identidade, o título servia como adorno político e forma de legitimação do poder em ascensão²⁸. O restabelecimento de uma unidade política no Ocidente sob os carolíngios, por mais frágil que fosse, forçou gradualmente os bizantinos a reconhecerem a existência de um novo mundo à margem do

24 KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 75, 91-92.

25 LOUTH, A. The eastern empire in the sixth century. In: FOURACRE, P. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1, p. 93; NICOL, D. M. The Byzantine view of Western Europe. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, Durham, NC, v. 8, n. 4, p. 315-339. 1967, p. 319-320.

26 MOORHEAD, J. The Byzantines in the West in the sixth century. In: FOURACRE, P. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1, p. 119.

27 BALARD, M. Bizâncio visto do Ocidente. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. Vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 131; FAVIER, J. **Carlos Magno**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 36-42; 60-62.

28 KALDELLIS, A. **Streams of Gold, Rivers of Blood: The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade**. New York: Oxford University Press, 2017, p. 57-59. Cf. SARTI, L. Frankish Romanness and Charlemagne's Empire. **Speculum**, [s.l.], v. 91, n. 4, p. 1040-1058, 2016.



“único império” e de seu *basileus* em Constantinopla. Cooperação e competição marcarão o cenário das futuras interações entre Bizâncio e o Ocidente²⁹.

É a partir desse panorama de divisão e transformações que as relações serão moldadas entre os lados nos séculos seguintes. Em finais do século VIII, os ocidentais deixam de considerar os bizantinos como romanos e passam a chamá-los de gregos numa tentativa de minar as reivindicações bizantinas e defender o *translatio imperii* dos “gregos” aos francos³⁰. Conseqüentemente, os bizantinos passam a tratar os ocidentais de modo geral como bárbaros e a acentuar as diferenças. Em 865, o imperador Miguel III envia uma carta (infelizmente perdida) ao papa Nicolau I chamando a língua latina de bárbara e cita³¹. De modo irônico, o papa insinua em sua resposta que é melhor que o imperador comece então a se intitular Imperador dos Bárbaros³². Em 871, Luís II, em correspondência a Basílio I, reacende a discussão sobre a origem do poder imperial afirmando que este se origina legitimamente da Igreja de Roma e não “do senado e do povo”, colocando o papado como o verdadeiro guardião da dignidade imperial³³. Avançando para o século X, em 968, Liuprando de Cremona relata, enquanto numa missão diplomática em Constantinopla, a chegada de uma carta do papa João XIII se referindo a Nicéforo II como *Imperador dos Gregos* e a Oto I como *Augusto Imperador dos Romanos*. Segundo nos conta o mesmo em tons calamitosos, a ira parece ter sido tanta que os mensageiros papais foram lançados na prisão³⁴.

29 NICOL, D. M. The Byzantine view of Western Europe. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, Durham, NC, v. 8, n. 4, p. 315-339. 1967, p. 320; MCCORMICK, M. Byzantium and the west, 700-900. In: MCKITTERICK, R. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. v. II, p. 380.

30 Cf. nota 4. Sobre a ideia de *translatio*, cf. especialmente LAMERS, H. **Greece Reinvented: Transformations of Byzantine Hellenism in Renaissance Italy**. Leiden: Brill, 2015, p. 65.

31 Segundo Kaldellis, “[...] embora comumente os bizantinos consideravam o latim como sua ‘língua ancestral’, em tempos de tensão com a Velha Roma podiam mudar de direção e ridicularizá-la, revivendo as atitudes dos sofistas da Antiguidade Tardia em relação à linguagem empobrecida e bárbara do Ocidente”. KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 68, tradução nossa.

32 FÖGEN, M. T. Reanimation of the Roman Law in the Ninth Century: Remarks on Reasons and Results. In: BRUBAKER, L. (Ed.). **Byzantium in the Ninth Century: Dead or Alive?** Abingdon: Routledge, 2016, p. 19-22.

33 RICHÉ, P. **The Carolingians: A Family Who Forged Europe**. Philadelphia, TN: University of Pennsylvania Press, 1993, p. 182-184.

34 CREMONA, L. of. **The Complete Works of Liudprand of Cremona**. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2007, p. 267-269. Tradução de: Paolo Squatriti.



MAPEANDO O PROCESSO

Os séculos XI e XII testemunham um intenso contato dentro do Império entre bizantinos e ocidentais. Sabemos que viajantes de todas as partes da Europa Ocidental e de todos os níveis sociais adentraram Bizâncio, seja para visitar Constantinopla, a principal cidade medieval cristã, seja para seguir caminho em peregrinação à Jerusalém:

Entre os que viajavam a Bizâncio e ao mundo bizantino, pode-se distinguir várias categorias. Estas incluíam embaixadores e peregrinos (leigos e eclesiásticos), refugiados e fugitivos, mercenários e comerciantes, artistas (em particular escritores) e estudiosos e, finalmente, os muitos cruzados que viajaram de toda a Europa Ocidental para o Jerusalém e que frequentemente pararam em Constantinopla ou em outro lugar no território bizantino. Tais cruzados, leigos e crianças, viajaram nos anos de 1096, 1147, 1189 e 1203. Todos tinham seus próprios motivos para sair de casa, frequentemente com mais do que um objetivo em mente³⁵.

Como estavam mais visíveis graças às peregrinações, algo possibilitado pela concordata dos bizantinos com o Califado Fatímida, o século XI inaugurou uma "idade de ouro" para o uso de mercenários ocidentais. Além disso, a conjuntura política do período também facilitou essa disposição, uma vez que os imperadores estavam cada vez mais desconfiados de seus exércitos provinciais e passaram a enxergar na contratação de mercenários um meio de ter tropas mais leais que respondessem diretamente a eles³⁶.

A força mercenária foi explorada em uma escala significativa a partir da década de 1070 devido às baixas sofridas na Batalha de Manzikert contra os turcos seljúcidas e na guerra civil subsequente, que dizimou os exércitos nativos³⁷. Dentre esses mercenários, destacam-se os de origem normanda, frequentemente chamados de francos pelos bizantinos. Ao longo do século XI, Bizâncio se defrontou com a ascensão do poder militar normando, que conseguiu arrancar suas últimas reivindicações no sul da Itália. Se com esses feitos os normandos causavam preocupação, eles também provavam seu valor militar, e foram contratados como mercenários especialmente nas fronteiras orientais³⁸.

35 CIGGAAR, K. N. **Western Travellers to Constantinople: The West & Byzantium, 962-1204**. Leiden: Brill, 1996, p. 21, tradução nossa.

36 HARRIS, J. **Byzantium and the Crusades**. 2 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 44-45; cf. também KALDELLIS, A. **Streams of Gold, Rivers of Blood: The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade**. New York: Oxford University Press, 2017, p. 276.

37 KALDELLIS, A. **Streams of Gold, Rivers of Blood: The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade**. New York: Oxford University Press, 2017, p. 276.

38 OLSON, A. K. **"Part of our commonwealth": A study of the Normans in eleventh-century Byzantine historiography**. 2009. 108 f. Thesis (Master of Arts) - Department of History of The Faculty of Arts and Social Sciences, Simon Fraser University, Vancouver,



Em meados do século XI, o Império possuía entre seus principais comandantes militares um ocidental: Erveu *Frankopoulos* ("pequeno franco" ou "filho de um franco"). Diferente de muitos mercenários, Erveu viveu no império por muitos anos, conseguiu angariar uma considerável riqueza, comprar pedaços de terras e estabelecer residência no Armeniakon, um *thema* (província) no extremo leste da Anatólia, onde se concentrava em maior número os mercenários normandos. Mas viver afastado de Constantinopla não diminuiu sua ambição: após uma rebelião, angariou os altos títulos de *magistros*, *vestiarites* e *stratelates* que almejava³⁹. Embora não tenhamos evidências que comprovem isso, é possível que ele seja o fundador da família dos Frankopouloi que se tornaram proeminentes no século XI e XII, considerada a primeira importante família bizantina de origem ocidental. Outras famílias a seguiram e a superaram em influência, como os Petraliphai, Raoul e Rogerioi⁴⁰. Entre figuras individuais, dois outros nomes se destacam, ambos sucessores de Erveu na liderança normanda: Roberto Crispino e Roussel de Bailleul. Todos os três eventualmente levaram a cabo revoltas, mas somente o último foi possivelmente cogitado como uma figura digna do trono por parte da elite bizantina, que via nele, o mais "romanizado" dos três nos costumes, um líder guerreiro, algo que o Império precisava na turbulenta década de 1070⁴¹. Miguel Atalates fez analogias anacrônicas dos normandos com os antigos *latinos*, aliados dos romanos no mito de origem de Roma, e Miguel Pselo tornou o imperador Trajano (53-117 d.C.), um romano provincial do sul da Hispânia, um celta e bárbaro. A agenda era justificar historicamente a integração dos normandos e, possivelmente, a ascensão ao trono do "bárbaro" e "celta" Roussel de Bailleul, que se provara um extraordinário general⁴².

2011, p. 4; SHEPARD, J. The Uses of the Franks in Eleventh-Century Byzantium. **Anglo-norman Studies**, [s.l.], v. 15, p. 275-305. 1993, p. 287-288.

39 Embora o primeiro tenha origem no *magister officiorum*, neste período este título denotava meramente uma posição honorífica. Os outros equivalem a guarda costas imperial e general chefe de uma unidade militar, neste caso, a do Oriente (Anatólia). KAZHDAN, A. **Oxford Dictionary of Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 1991. 3 v., p. 1266, 1965, 2163.

40 WIERZBIŃSKI, S. Normans and Other Franks in 11th Century Byzantium: The Careers of the Adventurers before the Rule of Alexius I Comnenus. **Studia Ceranea**, Łódź, v. 4, p. 277-288. 2014, p. 284, 287.

41 OLSON, A. K. **"Part of our commonwealth": A study of the Normans in eleventh-century Byzantine historiography**. 2009. 108 f. Thesis (Master of Arts) - Department of History of The Faculty of Arts and Social Sciences, Simon Fraser University, Vancouver, 2011, p. 18, 47- 59-65. Cf. também KRALLIS, D. **Michael Attaleiates and the Politics of Imperial Decline in Eleventh-Century Byzantium**. Tempe, AZ: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2012, p. 157-169.

42 OLSON, A. K. **"Part of our commonwealth": A study of the Normans in eleventh-century Byzantine historiography**. 2009. 108 f. Thesis (Master of Arts) - Department of History of The Faculty of Arts and Social Sciences, Simon Fraser University, Vancouver, 2011, p. 68-97.



Os séculos XI e XII também foram palco do protagonismo de diversos mercadores italianos. Uma *crisobula* assinada em 1082 concedeu diversos privilégios aos venezianos, incluindo livre comércio sem taxaço, com o evidente fim de retornar estes à órbita bizantina. Nesse momento, “Eles não são mais de fato descritos como ‘forasteiros’, mas como ‘verdadeiros e fiéis servos’ [...]”⁴³. Tratados com menores concessões também foram firmados com os mercadores pisanos em 1111 e com os genoveses em 1155⁴⁴. Outros ocidentais também exerceram importantes papéis na política bizantina, como no Tratado de Devol (1108), onde a corte imperial de Aleixo I foi representada por [...] Sebastos Marinos; Rogério, filho de Dagoberto; Pedro Alifa; Guilherme de Gand; Ricardo do Principado; Geoffrey de Mailli; Humberto, filho de Raoul; e Paulo, o Romano; isto é, por homens do sul da Itália, Nápoles e Roma [...]”⁴⁵.

Notamos assim que a elite bizantina fez uso dos ocidentais segundo seus interesses e mesmo tolerou alguma integração deles em seu meio⁴⁶. No entanto, o contato também trouxe tensões culturais, religiosas, econômicas e militares que deterioraram gradualmente as relações entre os lados⁴⁷. As palavras de Nicetas Coniates (c. 1155-1216) são bastante simbólicas disso: “Entre nós e eles o maior abismo de desacordo foi fixado, e estamos separados em propósito e diametralmente opostos, embora estejamos intimamente associados e frequentemente compartilhemos a mesma morada”⁴⁸.

No âmbito cultural e religioso, ocorria, em 1054, a troca de excomunhões entre o patriarca Miguel Cerulário e o cardeal Humberto de Silva Candida. Embora esse tenha sido um evento de menor importância

43 NICOL, D. M. **Byzantium and Venice: A Study in Diplomatic and Cultural Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 62, tradução nossa.

44 LAIOU, A. E. Monopoly and Privileged Free Trade in the Eastern Mediterranean (8th-14th century). *In*: COULON, D. et al. **Chemins d'outre-mer: Études d'histoire sur la Méditerranée médiévale offertes à Michel Balard**. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2004, p. 511-526.

45 JEFFREYS, E. Western infiltration on the Byzantine aristocracy: Some suggestions. *In*: ANGOLD, M. (Ed.). **The Byzantine Aristocracy**. Oxford: Oxford University Press, 1984, p. 202, tradução nossa.

46 Cf. SIMPSON, A. The Perceptions of the Byzantine Aristocracy towards the Latins: 1081-1204. **Anistoriton**, [s.l.], v. 2, n. 983, 1998.

47 MITSIOU, E. The Byzantines and the “others”: Between “transculturality” and discrimination. *In*: GASTGEBER, C.; DAIM, F. (Eds.). **Byzantium as Bridge between West and East**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie Der Wissenschaften, 2015, p. 67.

48 CHONIATES, N. **O City of Byzantium: Annals of Niketas Choniates**. Detroit: Wayne State University Press, 1984, p. 167, tradução nossa.



do que se convencionou a crer, ele demonstra que ambos os lados da cristandade já não se entendiam⁴⁹. Listas contendo os “erros teológicos” dos ocidentais começaram a circular em meados do século XI, ajudando a definir fronteiras teológicas, mas também culturais. As reclamações dessas listas incluem diferenças teológicas e de práxis religiosa, mas também cobrem temas variados como a face barbeada dos sacerdotes latinos, o material do qual eram feitos os paramentos litúrgicos e alguns equívocos, como afirmar que os latinos não comungavam, mas sim eram beijados pelos seus sacerdotes, provavelmente uma má observação da inconstância da comunhão leiga somada à prática litúrgica do Ósculo Santo⁵⁰.

Com o agravamento da crise militar e política na década de 1070, cresceu o número de mercenários que auxiliavam militarmente o Império, iniciando um processo gradual de dependência desse último para com os primeiros. Em 1095, um pedido de auxílio militar em larga escala acabou por fomentar o movimento cruzadista. A chegada em massa das hordas da Primeira Cruzada a partir de 1096 causou grande espanto aos bizantinos, que trataram seus “aliados” com suspeita, como se lidassem com uma possível ameaça ao Império⁵¹. Esse quadro não se resume à elite constantinopolitana, mas parece ainda mais grave se olharmos para as evidências de como as camadas populares – não somente na capital, mas também nas províncias – lidaram com esse contato, especialmente após a segunda metade do século XII. Embora as tensões culturais e religiosas nesses âmbitos sejam significativas, o motivo por trás da “latinofobia” desse período talvez vá além da mera xenofobia e possa estar no medo real diante do encontro com esses potenciais conquistadores, que marchavam ao longo do território bizantino nem sempre de modo pacífico. Tenhamos em mente as quatro cruzadas e as recorrentes invasões normandas, somadas ao gradual colapso das estruturas governamentais⁵².

49 KAZHDAN, A. **Oxford Dictionary of Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 1991. 3 v., p. 1850-1851; KALDELLIS, A. **Streams of Gold, Rivers of Blood: The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade**. New York: Oxford University Press, 2017, p. 203-208.

50 MITSIOU, E. The Byzantines and the “others”: Between “transculturality” and discrimination. In: GASTGEBER, C.; DAIM, F. (Eds.). **Byzantium as Bridge between West and East**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie Der Wissenschaften, 2015, p. 67. Sobre as listas, cf. KOLBABA, T. M. **The Byzantine Lists: Errors of the Latins**. Chicago: University of Illinois Press, 2000, p. 33-89.

51 HARRIS, J. **Byzantium and the Crusades**. 2 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 55-58, 59-79. Cf. também MAGDALINO, P. **The Byzantine Background to the First Crusade**. Toronto: Canadian Institute of Balkan Studies, 1996.

52 HARRIS, J. **Byzantium and the Crusades**. 2 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 209-211; SIMPSON, A. J. Byzantine “latinophobia”: some explanations concerning the central aspect of Byzantine popular attitudes towards the Latins in the XII century. **Mésogeios**, n. 3, p. 64-82, 1999.



Talvez possamos citar o chamado “Massacre dos Latinos” ocorrido em Constantinopla em 1182 como o clímax desse descontentamento com a influência ocidental, em especial a italiana. Embora Manuel Comneno (1118-1180) tenha agido de forma bastante dúbia em relação aos ocidentais nos momentos iniciais de seu governo, após 1150 seus atos se inclinaram ao favorecimento dos mesmos, gerando conseqüentemente uma onda de insatisfação. Após sua morte, seu primo Andrônico levou a cabo uma vingança e um golpe que, no intermédio, atingiu profundamente os quarteirões latinos. Podemos também considerar aqui que a multidão descontente com a influência italiana tenha feito com que a situação saísse do controle. Andrônico tinha seus próprios motivos para dar um golpe, então provavelmente sua motivação não esteja em qualquer sentimento anti-latino. De qualquer modo, o massacre atingiu principalmente mercadores pisanos e genoveses em seus quarteirões no Chifre de Ouro. O cardeal João, legado papal em Constantinopla, foi decapitado e teve sua cabeça amarrada ao rabo de um cachorro⁵³. No entanto, essa não foi a última vez que ataques aos quarteirões latinos ocorreram em Constantinopla: acontecimentos similares podem ser observados entre 1185-1204⁵⁴.

Quando as notícias sobre o monstruoso ataque chegam ao Ocidente, ele é visto não como um ataque específico aos pisanos e genoveses, mas como um ataque a todos os latinos motivado por um profundo ódio e inveja dos “gregos” à força militar ocidental, degradando fortemente a imagem do Império. Em 1185, Guilherme II da Sicília lança uma expedição militar em território bizantino, capturando em 24 de agosto a cidade de Tessalônica, onde os conquistadores praticaram atos tão violentos quanto os de 1182⁵⁵.

Assim, o século XII é marcado por um agravamento nas relações entre os dois lados, causado especialmente pela presença e o favorecimento de mercadores ocidentais e pelos confrontos militares e

53 Sobre o massacre, cf. BRAND, C. M. **Byzantium Confronts the West: 1180-1024**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 41-43; NICOL, D. M. **Byzantium and Venice: A Study in Diplomatic and Cultural Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 104-108; ANGOLD, M. **The Byzantine Empire, 1025-1204: A Political History**. 2 ed. London: Longman, 1997, p. 296-297. Uma perspectiva que tira a ênfase supostos aspectos anti-latinos pode ser encontrada em HARRIS, J. **Byzantium and the Crusades**. 2 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 99-136. Harris pode estar correto em afirmar que Andrônico não agiu por meio de um anti-latinismo em sua ascensão ao poder; no entanto, a reação dos populares nesse acontecimento pode demonstrar camadas mais profundas desse sentimento. Cf. SIMPSON, A. J. Byzantine “latinophobia”: some explanations concerning the central aspect of Byzantine popular attitudes towards the Latins in the XII century. **Mésogeios**, n. 3, p. 64-82, 1999.

54 SIMPSON, A. J. Byzantine “latinophobia”: some explanations concerning the central aspect of Byzantine popular attitudes towards the Latins in the XII century. **Mésogeios**, n. 3, p. 64-82. 1999, p. 68-70; BRAND, C. M. **Byzantium Confronts the West: 1180-1024**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968, p. 80-84.

55 HARRIS, J. **Byzantium and the Crusades**. 2 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2014, p. 103-135.



ideológicos dentro do contexto das Cruzadas⁵⁶. Embora termos generalizantes não sejam exceção em Bizâncio, vemos nesse século o surgimento do etnônimo *latinos* para se referir de modo generalizado a todos os ocidentais. A concepção de um Ocidente latino “unificado” sem dúvidas dá margem a concepções essencialistas sobre as pessoas que lá estão ou que de lá vem⁵⁷.

Podemos, portanto, ver um processo de aproximação e estranhamento que se inicia no século XI e culmina na violenta pilhagem de Constantinopla em 1204 pela Quarta Cruzada. Com isso, Bizâncio recebe seu maior golpe, tendo seu poder militar, sua organização política e o que lhe restava de prestígio destruídos⁵⁸. “Era quase impensável que a rainha das cidades caísse. Foi, nas palavras dos contemporâneos bizantinos, um ‘cataclismo cósmico’”⁵⁹. A partir desse momento, o estudo sobre as relações entre bizantinos e ocidentais precisa de outro tratamento, fugindo do escopo de nossa proposta de pesquisa.

DELIMITANDO O PROBLEMA

Diante do exposto, é possível pensarmos a presença de ocidentais no Império Bizantino nos séculos XI e XII como uma etapa importante para as relações entre bizantinos e ocidentais, especialmente para a definição das percepções dos primeiros em relação aos últimos. Como observamos, diante de um tempo de crise no Império, muitos ocidentais foram integrados à elite bizantina, e podemos inclusive cogitar que a ascensão ao trono de um general normando foi desejada por alguns de seus membros no século XI. No entanto, esse período demarca o início de uma ruptura entre os lados que se acentuará nos séculos posteriores, causada especialmente pelos conflitos políticos, culturais, religiosos e militares. No século XII, notamos o aumento dessa hostilidade, como demonstra o massacre ocorrido em 1182 em Constantinopla.

Assim, acreditamos que algumas questões podem ser colocadas. De que maneira era construída a romanidade bizantina nos séculos XI e XII e qual influência ela exercia dentro do discurso político de integração e barbarização? Como os historiadores bizantinos desse período lidam com essa questão? De que

56 MITSIOU, E. The Byzantines and the “others”: Between “transculturality” and discrimination. In: GASTGEBER, C.; DAIM, F. (Eds.). **Byzantium as Bridge between West and East**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2015, p. 67.

57 Cf. KAZHDAN, A. Latins and Franks in Byzantium: Perception and Reality from the Eleventh to the Twelfth Century. In: LAIOU, A. E.; MOTTAHEDEH, R. P. (Eds.). **The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World**. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2001, p. 86-89.

58 JACOB, D. The Latin Empire of Constantinople and the Frankish States in Greece. In: ABULAFIA, D. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 525.

59 ANGOLD, M. Byzantium in Exile. In: ABULAFIA, D. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 543, tradução nossa.



forma os ocidentais são representados no discurso historiográfico desse período e como essas percepções se diferenciam de um século para o outro, quando notamos o aumento das animosidades?

A reconexão entre Roma e Bizâncio é um tema que tem sido sugerido nos últimos anos como sendo essencial para uma compreensão mais clara dessa sociedade, o que abre espaço mesmo para possíveis releituras e novas interpretações⁶⁰. Assim, acreditamos que uma proposta do tipo pode trazer importantes contribuições para esse panorama historiográfico. Acreditamos também que esse recorte temporal seja oportuno para um estudo sobre alteridade devido as particularidades já mencionadas. Além disso, acreditamos que essa temática é relevante socialmente por abarcar algo caro ao nosso tempo como a alteridade. O passado, com sua variada gama de experiências humanas, apresenta-se como um meio de expansão de nossa percepção e análise do mundo. Ao analisarmos como uma civilização do passado reagiu diante do contato com o outro, podemos estudar sua experiência histórica como um meio de praticarmos uma melhor autoconsciência de nossa experiência contemporânea.

ABORDANDO AS FONTES

Em nossa pesquisa em andamento, propomos que essa temática seja abordada por meio da análise de obras historiográficas bizantinas dos séculos XI e XII. A escolha dessa tipologia está calcada no argumento de Gill Page de que historiadores podem exercer um papel importante na formação de identidades de grupo, já que lidam com o passado, a fonte da tradição e da validação da natureza especial desses grupos; além disso, eles podem ser úteis em revelar essas identidades pelas maneiras como lidam com as histórias que têm para contar⁶¹. De modo similar, Leonora Neville propôs que a historiografia bizantina seja vista como “[...] uma das muitas formas de discurso que eram usados pelos romanos medievais em seu processo de autoexpressão e autoformação”⁶².

Antes de mais nada, precisamos delimitar uma distinção nessas fontes. É possível observar dois principais modelos historiográficos em Bizâncio. Em primeiro lugar, há aquelas obras que convencionamos a chamar de *histórias*, cujas características incluem uma forte influência da historiografia clássica (Heródoto, Tucídides, Xenofonte), marcadas, assim, por uma delimitação temporal curta, uma postura mais interpretativa

60 Cf. nota 5.

61 PAGE, G. **Being Byzantine: Greek Identity Before the Ottomans**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 24.

62 NEVILLE, L. Why did the Byzantines Write history? In: CONGRESS OF BYZANTINE STUDIES, 23., 2016, Belgrade. **Proceedings...** Belgrade: The Serbian National Committee of AIEB, 2016, p. 276.



diante dos acontecimentos passados e um registro aticizante da língua grega. Em contrapartida, aquelas obras classificadas como *crônicas* têm como características uma delimitação temporal extensa, geralmente partindo da criação do mundo até os dias do autor, arranjada numa narrativa concisa de fatos sucessórios e escritas num registro mais "simples" da língua. Todavia, embora essas sejam características comuns a várias obras, elas não devem ser absolutizadas: além dessa distinção terminológica ser inexistente em Bizâncio, há casos que não se encaixam perfeitamente em ambos os modelos; algumas obras até mesclam elementos de ambos⁶³.

Devido às limitações próprias de uma pesquisa de mestrado, buscamos nos concentrar nas *histórias* por possuírem potencialmente mais informações sobre nossos problemas, pois o autor empenha-se em comentar, analisar e propor explicações para os desdobramentos históricos. Isso não significa que crônicas não possam ser analisadas secundariamente, ou mesmo ser o foco de uma pesquisa similar. As crônicas dos séculos XI e XII são particularmente importantes para pensarmos a forma como esses romanos medievais pensavam seu império em termos de continuação histórica com a Roma Antiga, sendo potencialmente uma fonte complementar importante em nossa proposta de entender essa romanidade bizantina através da pena dos historiadores.

A *Historia Syntomos* de Miguel Pselo, por exemplo, é uma síntese da história romana esquematizada por pequenas biografias sucessórias de governantes, partindo de Rômulo, fundador mítico de Roma, até o imperador Basílio II⁶⁴. Outras seguem um esquema parecido, embora tenham suas particularidades. A *Chronicon Bruxellense* vai de Júlio César a Romano III Árgiro⁶⁵; João Xifilino rearranjou o texto dos livros 39-80 do historiador Dio Cássio no formato de biografias sucessórias de personagens do período republicano e imperial (68 a.C.-229 d.C.)⁶⁶; Jorge Quedreno escreveu partindo da Criação e culminando na fundação de Roma, a partir de onde a narrativa perdura até o governo de Nicéforo I, de modo "original", ou até o governo

⁶³ NEVILLE, L. **Guide to Byzantine Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 8-16.

⁶⁴ PSELLUS, M. **Michaelis Pselli Historia Syntomos**. Berlin: Walter de Gruyter, 1990. (Corpus Fontium Historiae Byzantinae, XXX). Edição e tradução de: W. J. Aerts.

⁶⁵ CUMONT, Franz (Ed.). **Chroniques byzantines du manuscrit 11376**. Grand: Librairie Clemen, 1894. (Anecdota Bruxellensia 1).

⁶⁶ XIPHILINOS, J. **The History of Dion Cassius**: Abridg'd by Xiphilin: Containing the Most Considerable Passages under the Roman Emperors, from the Time of Pompey the Great to the Reign of Alexander Severus. London: A. & J. Churchill, 1704. 2 v. Traduzido por Manning.



de Isaque I Comneno, onde repete integralmente o texto de João Escilitzes⁶⁷. Adentrando as narrativas universalizantes, o texto de João Zonaras (que não é exatamente uma crônica) parte da Criação, caminha para a fundação de Roma e termina com Aleixo I Comneno⁶⁸; o mesmo ocorre nas crônicas de Constantino Manasses, terminando com o mesmo imperador⁶⁹, e de Miguel Glicas, terminando com a fundação da dinastia dos Comnenos⁷⁰.

Para nossa pesquisa, escolhemos as seguintes fontes como centrais: escritas no século XI, temos a *Cronografia* de Miguel Pselo, a *História* de Miguel Ataliates e a *Sinopse de Histórias* de João Escilitzes. No século XII, temos os *Materiais para História* de Nicéforo Briêno, a *Alexiada* de Ana Comnena, os *Feitos de João e Manuel Comneno* de João Cinamo e o *Relato da Captura da Tessalônica* de Eustácio da Tessalônica. Avançando vagamente no recorte, temos a *História* de Nicetas Coniates, escrita no século XII e reformulada no século XIII, após o saque de Constantinopla de 1024⁷¹. O fato desta última ter sido revisada no início do século seguinte talvez lhe dê uma outra característica, visto que seu autor testemunhou o evento. No entanto, devido à proximidade e ter sido originalmente escrita no século XII, acreditamos ela possa ser inserida. Importante

67 Uma nova edição e uma tradução ao inglês estão sendo atualmente preparadas. Para uma introdução ao autor, sumarização da obra e outras informações, cf. NEVILLE, L. **Guide to Byzantine Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 162-168. Cf. também TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 339-342.

68 Uma edição moderna está atualmente em preparo. Tradução parcial em inglês: ZONARAS, J. **The History of Zonaras: From Alexander Severus to the Death of Theodosius the Great**. Routledge Classical Translations. London: Routledge, 2009. Tradução de: Thomas Banchich e Eugene Lane. Cf. NEVILLE, L. **Guide to Byzantine Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 191-199; TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 388-399.

69 MANASSES, Constantine. **Constantini Manassis Breviarium Chronicum**. Athens: Institutum Graecoromanae Antiquitatis auctoribus edendis destinatum Academiae Atheniensis, 1996. 2 v. (Corpus Fontium Historiae Byzantinae, XXXVI). Edição de: Odysseus Lampsidis. Cf. NEVILLE, L. **Guide to Byzantine Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 200-204; TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 399-403.

70 Uma edição está atualmente em preparo. Para uma introdução ao autor, descrição da obra e outras informações, cf. NEVILLE, L. **Guide to Byzantine Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018, p. 205-209. Cf. também TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 403-407.

71 SKYLITZES, J. **A Synopsis of Byzantine History, 811-1057: Translation and Notes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Tradução de: John Wortley; PSELLUS, M. **Fourteen Byzantine Rulers: The Chronographia of Michael Psellus**. London: Penguin Books, 1966. Tradução de: E.R.A Sewter; ATTALEIATES, M. **The History**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012. Tradução de: Anthony Kaldellis e Dimitris Krallis; BRIENIO, Nicéforo. **Materia de Historia**. Granada: Centro de Estudios Bizantinos, Neogriegos, y Chipriotas, 2012. Tradução de: María Salud Baldrich López; KOMNENE, A. **The Alexiad**. London: Penguin Books, 2009. Tradução de: E.R.A. Sewter; KINNAMOS, J. **Deed of John and Manuel Comnenus**. New York: Columbia University Press, 1976. Tradução de: Charles Brand; EUSTATHIOS OF THESSALONIKI. **The Capture of Thessaloniki: A Translation with Introduction and Commentary**. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 1988; CHONIATES, N. **O City of Byzantium: Annals of Niketas Choniates**. Detroit: Wayne State University Press, 1984. Tradução de: Harry J. Magoulias.



notar que embora o *Relato* não se encaixe “perfeitamente” na classificação de *história*, julgamos válido levar em conta esse texto pelo seu conteúdo e por ser autor ser igualmente uma testemunha ocular nesse evento⁷².

Todas essas obras podem ser classificadas como *histórias* que cobrem um relativo curto período de tempo e se focam em assuntos essencialmente seculares, como feitos políticos e militares, moldadas dentro de um reavivamento intelectual classicizante do período intermediário. Há, no entanto, algumas diferenças entre eles: Pselo, Ataliates e Coniates foram historiadores mais analíticos, enquanto Comnena e Cinamo foram historiadores mais panegíricos⁷³; Briênio escreve uma história de heróis militares⁷⁴, e Eustácio aplica diferentes estilos em sua escrita. Nesse contexto, Escilitzes pode ser considerado um historiador mais pobre por realizar uma espécie de sintetização de suas fontes⁷⁵.

Como abordar essas fontes? Antes de mais nada, acreditamos que elas podem nos ajudar a desvendar o *eu* (isto é, o *eu* “civilizado” da romanidade medieval do século XI e XII) e a partir dele como o *outro* (o “bárbaro” não romano ocidental) é percebido, pois, sendo esse *outro* barbarizado uma figura relacional, ele “[...] funciona como um espelho contra o qual o ‘homem civilizado’ observa o interior de sua própria natureza”⁷⁶. Quando grupos determinam as fronteiras do que são, determinam também o que não são e, assim, o *outro* é lido pela mediação do *eu*. Como Edith Hall descreveu no prefácio de sua obra seminal *Inventing the Barbarian*:

Este livro se limita ao exame da visão de um povo antigo sobre outros, mas foi escrito com a convicção de que os estereótipos étnicos antigos e modernos, embora revelem quase nada sobre os grupos que pretendem definir, dizem muito sobre a comunidade que os produz. Assim, o título poderia muito bem ter sido tanto *Inventando o Heleno* quanto *Inventando o Bárbaro*⁷⁷.

72 Esse é um texto bastante singular, pois mescla diferentes estilos literários e se apresenta não como uma história escrita por historiadores, mas como um relato de uma testemunha ocular. Embora algo similar possa ser visto em Tucídides, o relato de Estácio assume um modelo narrativo diferente, mesclando elementos de sermão, discurso cortesão, tratado didático e narrativa histórica. TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 416-421.

73 KALDELLIS, A. **Ethnography after Antiquity: Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 49-50.

74 NEVILLE, L. **Heroes and Romans in Twelfth-Century Byzantium: The Material for History of Nikephoros Bryennios**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 1-6.

75 TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 336-337.

76 BOLETSI, M. **Barbarism, Otherwise: Studies in Literature, Art, and Theory**. 357 f. Doctoral Thesis - Faculteit der Letteren, Leiden University, Leiden, 2010, p. 64, tradução nossa.

77 HALL, E. **Inventing the Barbarian: Greek Self-definition Through Tragedy**. Oxford: Clarendon Press, 1991, p. ix, tradução nossa.



Os conceitos de integração e barbarização serão centrais em nossa pesquisa. Para o primeiro, usaremos a definição de integração como o processo de incorporação de estrangeiros à estrutura social de uma sociedade. Para o segundo, usaremos a definição de barbarização como o processo de degradação do outro ao nível de não civilizado, inferior etc. Embora esse processo tenha como resultado a diferença radical, ele nem sempre parte dela: como nota Maria Boletsi, tanto a diferença quanto a semelhança podem ser ameaçadoras. Assim, comunalidades como um passado em comum podem fazer com que grupos desejem solidificar as fronteiras da maneira mais firme possível, algo importante e que merece atenção em nosso caso, considerando as ligações históricas entre Bizâncio e o Ocidente⁷⁸. Isso, entre outros motivos, pode ter impulsionado os autores bizantinos a solidificar ainda mais as fronteiras com os ocidentais em momentos de tensão, especialmente quando suas reivindicações eram questionadas, algo que já acontecia desde os séculos anteriores.

O período escolhido é particularmente difícil porque ele demarca uma “idade das trevas” da etnografia em língua grega. Embora os séculos XI e XII tenham conhecido um reavivamento de gêneros da Antiguidade, não há nenhuma incursão etnográfica aprofundada nesse período. Apesar disso, as fontes ainda assim apresentam referências a outros povos e, frequentemente, fazem uso de representações dos ocidentais para fins moralizantes. Anthony Kaldellis propôs que Pselo e Coniates fizeram um tipo de “etnografia interna” com a finalidade de demonstrar o que estava acontecendo de errado dentro do Império⁷⁹. Nessa “autoetnografia” crítica, os estrangeiros figuram como exemplos comparativos, o que nos possibilita extrair determinadas imagens que os bizantinos construíram para eles.

Nosso interesse nessas produções não envolve extrair a validade histórica das informações ali encontradas, mas sim as representações construídas por seus autores dentro de seus contextos históricos e de suas teias de significados. Representações são construções subjetivas que supostamente lidam com a “realidade” do outro⁸⁰. Em outras palavras, elas não são os objetos dos quais se fala, mas construções de

78 BOLETSI, M. **Barbarism, Otherwise:** Studies in Literature, Art, and Theory. 357 f. Doctoral Thesis - Faculteit der Letteren, Leiden University, Leiden, 2010, p. 271-272.

79 KALDELLIS, A. **Ethnography after Antiquity:** Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 52-53.

80 CRISTOFFANINI, P. R. The Representation of 'the Others' as Strategies of Symbolic Construction. In: BLASCO, M.; GUSTAFSSON, J. (Eds.). **Intercultural Alternatives:** Critical Perspectives on Intercultural Encounters in Theory and Practice. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2004, p. 79-80.



imagens sobre o que se fala. Na interação do eu com o outro, as representações se tornam um elemento constitutivo da realidade, sendo tomadas como o objeto em si por quem as acolhe.

Essas construções sobre o mundo social não são neutras ou fundamentadas na razão: elas são sempre determinadas por interesses dos grupos que as forjam⁸¹. Além disso, num contexto de barbarização, como diante de alguns cenários sociopsicológicos causados por circunstâncias sociais e políticas, representações de “cunho negativo” podem surgir de modo mais nítido entre as demais⁸². Ter isso em mente nos ajuda a contextualizar e entender as representações de acordo com o contexto de seu surgimento e a relacionar o discurso com a posição de quem fala. “Nossas crenças e atitudes diante dos outros, as imagens que nós enfatizamos e as palavras que usamos quando nos referimos a eles possuem consequências e são um importante fator em nossa comunicação”⁸³. Além disso, não podemos ignorar a questão semântica da construção dos discursos, onde abundam, para utilizarmos o conceito empregado por François Hartog, os “desvios sistemáticos” criados pelos autores quando desenvolvem descrições inteligíveis a seus mundos e aos destinatários finais das obras⁸⁴.

Embora nossas fontes não sejam etnografias no sentido estrito do termo, há espaço para nos utilizarmos dos métodos e conceitos trabalhados por autores que realizaram análises de alteridade, pois estamos de mesmo modo lidando com descrições de outros povos. Acreditamos que a metodologia empregada pelo bizantinista Anthony Kaldellis em *Ethnography After Antiquity* se mostra compatível com nossa proposta:

[...] minha abordagem será literária e comparativa, ou seja, ela analisará a política de cada representação em relação ao seu contexto, considerando os objetivos específicos do texto em questão e comparando diferentes representações dos mesmos estrangeiros através dos contextos. Nos estudos sobre os textos clássicos, a etnografia tem sido estudada há muito tempo como um sistema de representação que dialoga com as categorias analíticas e os objetivos políticos do autor,

81 CHARTIER, R. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

82 CRISTOFFANINI, P. R. The Representation of 'the Others' as Strategies of Symbolic Construction. In: BLASCO, M.; GUSTAFSSON, J. (Eds.). **Intercultural Alternatives**: Critical Perspectives on Intercultural Encounters in Theory and Practice. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2004, p. 79-80.

83 CRISTOFFANINI, P. R. The Representation of 'the Others' as Strategies of Symbolic Construction. In: BLASCO, M.; GUSTAFSSON, J. (Eds.). **Intercultural Alternatives**: Critical Perspectives on Intercultural Encounters in Theory and Practice. Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2004, p. 79-80, tradução nossa.

84 HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto**: Ensaio Sobre a Representação do Outro. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 49-50.



e não à “realia” do assunto. É meu propósito estender esse tipo de análise para o material bizantino⁸⁵.

Portanto, estudaremos cada representação considerando cada contexto de produção, isto é, o espaço ocupado por certos escritos na sociedade bizantina dos séculos XI e XII, dando ênfase aos possíveis interesses de cada historiador, sujeitos ativos na construção e difusão dessas representações. Além disso, realizaremos uma comparação entre as percepções considerando os dois séculos e suas particularidades, buscando responder de forma mais geral como essas percepções foram sendo modificadas de acordo com o contexto histórico.

CONCLUSÃO

Nos séculos XI e XII, bizantinos e ocidentais estiveram em contato de modo bastante peculiar. Os historiadores que escreveram nesse contexto tiveram ciência direta ou indiretamente do aumento dos contingentes mercenários ocidentais, das incursões das cruzadas, das invasões normandas e dos conflitos na capital e nas províncias. A maioria deles frequentaram o Palácio num momento em que ocidentais também marcavam presença. Quando Nicetas Coniates fala de um “abismo” e de uma “associação íntima”, podemos ver aqui, por baixo de toda a retórica do autor, um elemento importante: muitos desses historiadores conviviam com esses ocidentais e possuíam algum tipo de ligação. Afinal, quando do dramático acontecimento de 1204, Coniates recebe por algum tempo auxílio de um amigo veneziano chamado Domenico, que, curiosamente, ele mesmo havia salvo anteriormente de ser atacado por algum grupo de bizantinos anti-latinos⁸⁶.

Buscamos apresentar neste trabalho nossa pesquisa atualmente em desenvolvimento, incorporando desde já alguns elementos que foram revisados e modificados desde quando a iniciamos no início de 2019. Devemos agora pensar em algumas projeções possíveis por meio dos objetivos que buscamos alcançar.

Primeiramente, nossa pesquisa busca contribuir para os estudos sobre romanidade bizantina ao se propor a analisar o papel dos historiadores como formuladores de uma memória coletiva e de uma identidade de grupo. Entender Bizâncio considerando a autoidentificação dos bizantinos, ou melhor, dos romanos orientais, é um importante passo que tem sido dado no campo nos últimos anos. Isso significa considerar

85 KALDELLIS, A. **Ethnography after Antiquity**: Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013, p. viii, tradução nossa.

86 TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p. 430.



“Bizâncio” como o Império Romano medieval e buscar compreender qual significado essa romanidade tinha para aquelas pessoas. Além disso, ao partirmos dessa questão, podemos analisar as relações entre bizantinos e ocidentais a partir de uma problemática de alteridade. Isso envolve entender também de que forma esse contato pode ter causado transformações na forma como os bizantinos enxergavam a si e seu lugar no mundo.

Em segundo lugar, buscamos explorar as percepções dos bizantinos com relação aos ocidentais nesses dois séculos a partir de uma análise comparada. Embora notemos que os ocidentais gozaram de uma grande integração nesse período, percebemos atritos importantes no século XII, sendo os principais deles o Massacre dos Latinos em Constantinopla em 1182, o Saque da Tessalônica em 1185 e, por fim, avançando um pouco, o Saque de Constantinopla em 1204. Assim, queremos analisar as nuances desses momentos políticos nas percepções sobre os ocidentais em nossas fontes.

Por último, buscamos analisar o papel dos historiadores bizantinos enquanto importantes sujeitos políticos, identificando seus interesses especialmente pela forma como buscavam representar tanto os bizantinos quanto os ocidentais. Como sabemos, as produções historiográficas eram escritas por e para a elite letrada do Império, sendo algo cuja influência não pode ser subestimada. Os historiadores bizantinos escreviam suas histórias tendo em mente os acontecimentos contemporâneos e se tornavam participantes ativos dos debates políticos de seu tempo por meio delas⁸⁷.

Embora seja uma mera nota de pesquisa estendida, acreditamos que o presente trabalho possa ajudar a suscitar o interesse dos leitores nas relações entre bizantinos e ocidentais na Idade Média, um tema ainda pouco estudado na historiografia brasileira. Considerando a escassez de material que temos em língua portuguesa, acreditamos que ele possa vir a incentivar outros pesquisadores interessados no assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

87 Cf. KRALLIS, D. *Historiography as Political Debate*. In: KALDELLIS, A.; SINIOSSOGLU, N. (Eds.). **The Cambridge Intellectual History of Byzantium**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 599-614.



Fontes Primárias

- ATTALEIATES, M. **The History**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012. Tradução de: Anthony Kaldellis e Dimitris Krallis.
- BRIENIO, Nicéforo. **Materia de Historia**. Granada: Centro de Estudios Bizantinos, Neogriegos, y Chipriotas, 2012. Tradução de: María Salud Baldrich López.
- CHONIATES, N. **O City of Byzantium: Annals of Niketas Choniates**. Detroit: Wayne State University Press, 1984. Tradução de: Harry J. Magoulias.
- CUMONT, Franz (Ed.). **Chroniques byzantines du manuscrit 11376**. Grand: Librairie Clemen, 1894. (Anecdota Bruxellensia 1).
- EUSTATHIOS OF THESSALONIKI. **The Capture of Thessaloniki: A Translation with Introduction and Commentary**. Canberra: Australian Association for Byzantine Studies, 1988.
- KINNAMOS, J. **Deed of John and Manuel Comnenus**. New York: Columbia University Press, 1976. Tradução de: Charles Brand.
- KOMNENE, A. **The Alexiad**. London: Penguin Books, 2009. Tradução de: E.R.A. Sewter.
- MANASSES, Constantine. **Constantini Manassis Breviarium Chronicum**. Athens: Institutum Graecoromanae Antiquitatis auctoribus edendis destinatum Academiae Atheniensis, 1996. 2 v. (Corpus Fontium Historiae Byzantinae, XXXVI). Edição de: Odysseus Lampsidis.
- PSELLUS, M. **Fourteen Byzantine Rulers: The Chronographia of Michael Psellus**. London: Penguin Books, 1966. Tradução de: E.R.A. Sewter.
- PSELLUS, M. **Michaelis Pselli Historia Syntomos**. Berlin: Walter de Gruyter, 1990. (Corpus Fontium Historiae Byzantinae, XXX). Edição e tradução de: W. J. Aerts.
- SKYLITZES, J. **A Synopsis of Byzantine History, 811-1057: Translation and Notes**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. Tradução de: John Wortley.
- XIPHILINOS, J. **The History of Dion Cassius: Abridg'd by Xiphilin: Containing the Most Considerable Passages under the Roman Emperors, from the Time of Pompey the Great to the Reign of Alexander Severus**. London: A. & J. Churchill, 1704. 2 v. Traduzido por Manning.



ZONARAS, J. **The History of Zonaras: From Alexander Severus to the Death of Theodosius the Great.** Routledge Classical Translations. London: Routledge, 2009. Tradução de: Thomas Banchich e Eugene Lane.

Fontes secundárias

ANDO, C. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire.** Berkeley: University of California Press, 2000.

ANGOLD, M. **The Byzantine Empire, 1025-1204: A Political History.** 2 ed. London: Longman, 1997.

BALARD, M. Bizâncio visto do Ocidente. *In*: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** Vol. I. Bauru: EDUSC, 2006, p. 129-138.

BERNARDO, G. W. Identidade Romana no Império Bizantino: Novas Perspectivas de um Problema de Alteridade. **Epígrafe**, v. 6, n. 6, p. 67-104. 2018.

BOLETSI, M. **Barbarism, Otherwise: Studies in Literature, Art, and Theory.** 357 f. Doctoral Thesis - Faculteit der Letteren, Leiden University, Leiden, 2010. Disponível em: <<https://openaccess.leidenuniv.nl/handle/1887/15925>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRAND, C. M. **Byzantium Confronts the West: 1180-1024.** Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIGGAAR, K. N. **Western Travellers to Constantinople: The West & Byzantium, 962-1204.** Leiden: Brill, 1996.

CREMONA, L. of. **The Complete Works of Liudprand of Cremona.** Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2007. Tradução de: Paolo Squatriti.

CRISTOFFANINI, P. R. The Representation of 'the Others' as Strategies of Symbolic Construction. *In*: BLASCO, M.; GUSTAFSSON, J. (Eds.). **Intercultural Alternatives: Critical Perspectives on Intercultural Encounters in Theory and Practice.** Copenhagen: Copenhagen Business School Press, 2004, p. 79-102.

FAVIER, J. **Carlos Magno.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.



- FÖGEN, M. T. Reanimation of the Roman Law in the Ninth Century: Remarks on Reasons and Results. *In*: BRUBAKER, L. (Ed.). **Byzantium in the Ninth Century: Dead or Alive?** Abingdon: Routledge, 2016, p. 11-22.
- FUNARI, P. P. A.; GRILLO, J. G. C. Os Conceitos de "Helenização" e de "Romanização" e a Construção de *uma* Antiguidade Clássica. *In*: NEMI, A. L. L.; ALMEIDA, B. de B. (Orgs.). **A Construção da Narrativa Histórica: Séculos XIX e XX.** Campinas: Editora UNICAMP, 2014, p. 205-214.
- GRIG, L.; KELLY, G. Introduction: From Rome to Constantinople. *In*: GRIG, L.; KELLY, G. (Eds.). **Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity.** New York: Oxford University Press, 2012, p. 3-30.
- GURAN, P. Eschatology and Political Theology in the Last Centuries of Byzantium. **Revue des études sud-est européennes**, Bucarest, v. 45, p. 73-85. 2007.
- HALL, E. **Inventing the Barbarian: Greek Self-definition Through Tragedy.** Oxford: Clarendon Press, 1991.
- HARRIS, J. **Byzantium and the Crusades.** 2 ed. London: Bloomsbury Publishing, 2014.
- HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto: Ensaio Sobre a Representação do Outro.** 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- KALDELLIS, A. **Ethnography after Antiquity: Foreign Lands and Peoples in Byzantine Literature.** Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2013.
- KALDELLIS, A. From Rome to New Rome, from Empire to Nation-State: Reopening the Question of Byzantium's Roman Identity. *In*: GRIG, L.; KELLY, G. (Eds.). **Two Romes: Rome and Constantinople in late Antiquity.** New York: Oxford University Press, 2012, p. 387-404.
- KALDELLIS, A. **Hellenism in Byzantium: The Transformations of Greek Identity and the Reception of the Classical Tradition.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- KALDELLIS, A. **Streams of Gold, Rivers of Blood: The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade.** New York: Oxford University Press, 2017.
- KALDELLIS, A. **The Byzantine Republic: People and Power in the New Rome.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.
- KALDELLIS, A. The Social Scope of Roman Identity in Byzantium: An Evidence-Based Approach. **Byzantina Symmeikta**, [s.l.], v. 27, p. 173-210. 2017.



- KAZHDAN, A. Latins and Franks in Byzantium: Perception and Reality from the Eleventh to the Twelfth Century. *In*: LAIOU, A. E.; MOTTAHEDEH, R. P. (Eds.). **The Crusades from the Perspective of Byzantium and the Muslim World**. Washington, D.C.: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, 2001, p. 83-100.
- KAZHDAN, A. **Oxford Dictionary of Byzantium**. Oxford: Oxford University Press, 1991. 3 v. Paginação continuada.
- KOLBABA, T. M. **The Byzantine Lists: Errors of the Latins**. Chicago: University of Illinois Press, 2000.
- KRALLIS, D. Historiography as Political Debate. *In*: KALDELLIS, A.; SINIOSSOGLOU, N. (Eds.). **The Cambridge Intellectual History of Byzantium**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 599-614.
- KRALLIS, D. **Michael Attaleiates and the Politics of Imperial Decline in Eleventh-Century Byzantium**. Tempe, AZ: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2012.
- KRUSE, M. **The Politics of Roman Memory: From the Fall of the Western Empire to the Age of Justinian**. University of Pennsylvania Press, 2019.
- LAIOU, A. E. Monopoly and Privileged Free Trade in the Eastern Mediterranean (8th-14th century). *In*: COULON, D. et al. **Chemins d'outre-mer: Études d'histoire sur la Méditerranée médiévale offertes à Michel Balard**. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2004.
- LAMERS, H. **Greece Reinvented: Transformations of Byzantine Hellenism in Renaissance Italy**. Leiden: Brill, 2015.
- LOUTH, A. The eastern empire in the sixth century. *In*: FOURACRE, P. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1, p. 93-117.
- MADSEN, J. M. **Eager to be Roman: Greek Response to Roman Rule in Pontus and Bithynia**. London: Bloomsbury, 2009.
- MAGDALINO, P. **The Byzantine Background to the First Crusade**. Toronto: Canadian Institute of Balkan Studies, 1996.
- MALATRAS, C. The Making of an Ethnic Group: The Romaioi in 12th-13th Century. *In*: DIMADIS, K. A. (Ed.). **Ταυτότητες στον ελληνικό κόσμο (από το 1204 έως σήμερα. Δ' Ευρωπαϊκό Συνέδριο Νεοελληνικών Σπουδών, Γρανάδα, 9-12 Σεπτεμβρίου 2010. Πρακτικά. 3**. Athens: European Association of Modern Greek Studies, 2011, p. 419-430.



- MCCORMICK, M. Byzantium and the west, 700-900. *In*: MCKITTERICK, R. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. v. II, p. 349-380.
- MITSIU, E. The Byzantines and the "others": Between "transculturality" and discrimination. *In*: GASTGEBER, C.; DAIM, F. (Eds.). **Byzantium as Bridge between West and East**. Wien: Verlag der Österreichischen Akademie Der Wissenschaften, 2015, p. 65-73.
- MOORHEAD, J. The Byzantines in the West in the sixth century. *In*: FOURACRE, P. (Ed.). **The New Cambridge Medieval History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1, p. 118-139.
- NEVILLE, L. **Guide to Byzantine Historical Writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- NEVILLE, L. **Heroes and Romans in Twelfth-Century Byzantium: The Material for History of Nikephoros Bryennios**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- NEVILLE, L. Why did the Byzantines Write history? *In*: CONGRESS OF BYZANTINE STUDIES, 23., 2016, Belgrade. **Proceedings...** Belgrade: The Serbian National Committee of AIEB, 2016. p. 255-276. Disponível em: <<http://www.byzinst-sasa.rs/eng/uploaded/Plenary%20papers.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.
- NICOL, D. M. **Byzantium and Venice: A Study in Diplomatic and Cultural Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- NICOL, D. M. The Byzantine View of Western Europe. **Greek, Roman and Byzantine Studies**, Durham, NC, v. 8, n. 4, p. 315-339. 1967. Disponível em: <<http://grbs.library.duke.edu/article/view/11101>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.
- OLSON, A. K. **"Part of our commonwealth": A study of the Normans in eleventh-century Byzantine historiography**. 2009. 108 f. Thesis (Master of Arts) - Department of History of The Faculty of Arts and Social Sciences, Simon Fraser University, Vancouver, 2011. Disponível em: <<http://summit.sfu.ca/item/11610>>. Acesso em: 13 de junho de 2018.
- PAGE, G. **Being Byzantine: Greek Identity Before the Ottomans**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- RICHÉ, P. **The Carolingians: A Family Who Forged Europe**. Philadelphia, TN: University of Pennsylvania Press, 1993.
- SARTI, L. Frankish Romanness and Charlemagne's Empire. **Speculum**, [s.l.], v. 91, n. 4, p. 1040-1058. 2016.



- SARTI, L. From Romanus to Graecus. The identity and perceptions of the Byzantines in the Frankish West. **Journal of Medieval History**, [s.l.], v. 44, n. 2, p. 131-150. 2018.
- SHEPARD, J. The Uses of the Franks in Eleventh-Century Byzantium. **Anglo-norman Studies**, [s.l.], v. 15, p. 275-305. 1993.
- SIMPSON, A. Byzantine "latinophobia": some explanations concerning the central aspect of Byzantine popular attitudes towards the Latins in the XII century. **Mésogeios**, n. 3, p. 64-82. 1999.
- SIMPSON, A. The Perceptions of the Byzantine Aristocracy towards the Latins: 1081-1204. **Anistoriton**, [s.l.], v. 2, n. 983, abr. 1998. Revista eletrônica sem paginação. Disponível em: <<http://www.anistor.gr/english/enback/e983.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.
- SMARNAKIS, I. Rethinking Roman Identity after the Fall (1453): Perceptions of 'Romanitas' by Doukas and Sphrantzes. **Byzantina Symmeikta**, [s.l.], v. 25, p. 211-234. 2015.
- STOURAITIS, I. Byzantine Romanness: from Geopolitical to Ethnic Conceptions. In: POHL, W. et al (Eds.). **Transformations of Romanness in the Early Middle Ages: Early Medieval Regions and Identities**. Berlin: De Gruyter, 2018, p. 123-139.
- STOURAITIS, I. Reinventing Roman Ethnicity in High and Late Medieval Byzantium. **Medieval Worlds**, Vienna, v. 5, p. 70-94. 2017.
- STOURAITIS, I. Roman identity in Byzantium: a critical approach. **Byzantinische Zeitschrift**, [s.l.], v. 107, n. 1, p. 175-220. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1515/bz-2014-0009>>. Acesso em 05 de janeiro de 2017.
- TREADGOLD, W. **The Middle Byzantine Historians**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- WIERZBIŃSKI, S. Normans and Other Franks in 11th Century Byzantium: The Careers of the Adventurers before the Rule of Alexius I Comnenus. **Studia Ceranea**, Łódź, v. 4, p. 277-288. 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11089/1009389/10093>>. Acesso em: 01 de junho de 2018.
- WIJNENDAELE, J. W. P. Apocalypse, Transformation or Much ado about nothing? Western scholarship and the Fall of Rome (1776-2008). **Iris**, Victoria, v. 24, p. 42-52. 2011. Disponível em: <<https://classicsvic.wordpress.com/iris/volume24/>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.
- WILSSON, N. G. **Scholars of Byzantium**. Rev. ed. London: Duckworth, 1996, p. 196-204.



AS PRÁTICAS FUNERÁRIAS DAS ELITES MEROVÍNGIAS NO NORTE DA GÁLIA: OSTENTAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE RIQUEZAS¹

Marina Duarte Sanchez²

Nesse artigo, pretendo discutir a relação das elites merovíngias do norte da Gália com suas riquezas, especificamente quando empregadas nas cerimônias funerárias. Esse texto é fruto de reflexões iniciais da pesquisa de Mestrado "Memória familiar e o estatuto social feminino em túmulos aristocráticos femininos (séculos V – VI)"; contudo, no presente artigo, iremos tratar das práticas funerárias de maneira geral, não nos focando nos sepultamentos femininos.

Os túmulos merovíngios em questão são muito conhecidos pela prática de deposição de bens de prestígio junto aos inumados. Havia uma diferença nos tipos de objetos selecionados: espadas, escudos, lanças e outros tipos de armas eram reservados para os homens, enquanto que toda variedade de joias e adornos luxuosos eram característicos dos túmulos femininos. Com ambos os gêneros, depositavam recipientes e utensílios de banquete (como bandejas, garrafas, facas, vasilhas, baldes etc.), e, em certos casos,

¹ No texto em inglês "Familial memory and the assembly of elite female tombs in the Merovingian Kingdom", utilizo alguns dos argumentos aqui expostos, mas relacionando-os especificamente com os túmulos femininos da região Norte do Reino dos Francos. Cf. SANCHEZ, Marina Duarte. Familial memory and the assembly of elite female tombs in the Merovingian Kingdom. In: CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo; FONSECA, José Francisco Sanches; SANCHEZ, Marina Duarte (Orgs.). II Cadernos do LEME. (No prelo).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e membro do núcleo USP do Laboratório de Estudos Medievais (LEME). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), nº do processo: 2019/08471-9.

marina.sanchez@usp.br



moedas de ouro e prata³. A deposição de bens em sepulturas já era praticada na região em séculos anteriores⁴, porém é notável sua intensificação (tanto em número de sepulturas mobiliadas quanto em nível de gasto funerário) a partir do final do século V. Como veremos a seguir, as interpretações desse fenômeno variam segundo as concepções dos autores sobre a queda (ou não) de Roma, sobre a composição dos reinos bárbaros e sobre o local dos objetos e dos rituais na manifestação e/ou construção de identidades.

No final do século XIX e início do século XX, dois quadros interpretativos ganharam maior destaque entre os estudiosos. O primeiro, de cunho religioso, ligava a prática de deposição com uma concepção religiosa de vida após a morte – onde o inumado necessitaria de seus objetos e das oferendas em um novo plano espiritual. A prática seria, pois, um símbolo de sobrevivência pagã na sociedade merovíngia, onde a conversão ao cristianismo seria apenas superficial⁵. O segundo quadro, por sua vez, enfatizava a ligação entre objetos e grupos étnicos que, dependendo do pesquisador, era mais ou menos definidos e fechados⁶.

Inspirados na teoria histórico-culturalista⁷ de Gustaf Kossina, arqueólogos defendiam que a função dos depósitos seria a de manifestar a identidade étnica do inumado. Logo, grupos bárbaros se utilizariam do ritual funerário e se enterrariam com seus objetos supostamente característicos para reafirmar seu lugar no grupo étnico e se opor às práticas romanas⁸. Os broches, recorrentes em túmulos femininos, foram os objetos

³ Cf. EFFROS, Bonnie. **Merovingian Mortuary Archaeology and the Making of the Early Middle Ages**, Los Angeles: University of California Press, 2003; HALSALL, Guy. **Cemeteries and Society in Merovingian Gaul: Selected Studies in History and Archaeology, 1992-2009**, Leiden: Brill, 2010; LEGOUX, René; PÉRIN, Patrick; VALLET, Françoise. **Topochronologie normalisée du mobilier funéraire mérovingien entre Manche et Lorraine**, Saint-Germain-en-Laye: Association française d'archéologie mérovingienne, 2004.

⁴ BONNABEL, Lola (Dir.). **Archéologie de la mort en France**. Paris: La Découverte, 2012, p. 54.

⁵ EFFROS, Bonnie. **Merovingian Mortuary Archaeology...** *Op. cit.*, p. 65.

⁶ Reinhard Wenskus e seus seguidores (mais tarde conhecidos como a Escola de Viena) defendiam que a adesão a uma etnia podia ser muito mais política do que biológica, como defendiam os seguidores do Histórico-Culturalismo. Conforme os grupos expandiam seus territórios e sua influência, outros indivíduos, de origens culturais diferentes, passariam a adotar os costumes desses grupos dominantes, inclusive seus modos de falar e de se vestir. Nesse sentido, existiria um "núcleo" original, provavelmente composto pelos chefes do grupo, que perpetuaria suas tradições (incluindo sua cultura material) e a adesão ao seu "modo de vida" não seria algo exclusivo àqueles já nascidos dentro dele. Essa teoria, mesmo que mais inclusiva e menos enfática no que diz respeito ao caráter biológico dos indivíduos, sofre as mesmas críticas que seus antecedentes histórico-culturalistas em relação a defesa de uma ligação estreita entre cultura material e marcadores étnicos de grupos distintos. Para outros argumentos que contrapõem as evidências colocadas por Wenskus, cf. DUMÉZIL, Bruno. *L'identité franque au VIe siècle; Une culture franque ancienne: des marqueurs ambigus*. In: VARÉON, Cécile (Dir.). **Nos Âncêtres les Barbares**. Voyage autour de trois tombes de chefs francs. Paris: Somogy éditions d'art; Saint-Dizier: Musée de Saint-Dizier, 2008, p. 24-31.

⁷ Teoria linguístico-arqueológica, o Histórico-Culturalismo foi pensado por Gustaf Kossinna para descobrir, através da Arqueologia, a pátria originária dos falantes de línguas indo-europeias e, conseqüentemente, dos alemães contemporâneos a sua época. TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus, 2004, p. 160.

⁸ HALSALL, Guy. **Cemeteries and Society in Merovingian Gaul...** *Op. cit.*, p. 23.



mais utilizados na defesa desse tipo de interpretação. Para o histórico-culturalismo, sua função seria a de simbolizar determinada etnia, onde as mulheres que as portavam serviriam de ícones passivos da identidade étnica do grupo⁹. A partir dessa noção de correspondência entre depósitos funerários e etnia, pesquisadores buscaram rastrear, através da Arqueologia, os deslocamentos de grupos supostamente específicos (como os Francos, Lombardos, Alamanos etc.), corroborando para a teoria das “Invasões Bárbaras”¹⁰.

Podemos ver que, por mais que as interpretações finais divergissem entre si, os autores partiam do pressuposto comum de que os objetos seriam reflexos passivos das identidades dos inumados e da sociedade que produziu seus funerais. Ademais, também mostravam como as próprias cerimônias funerárias não teriam grandes impactos no cotidiano ou na organização social do grupo e não seriam usadas como parte de estratégias para aspirações futuras.

É importante assinalar que, mesmo que algumas práticas funerárias digam respeito a concepções religiosas da vida após a morte, elas também são um discurso feito pelos organizadores da cerimônia sobre o inumado, sobre si próprios e sobre a sociedade em que vivem¹¹. Um funeral nunca é uma representação de uma identidade única e estática (nem dos inumados, nem dos enlutados), mas sim um esforço na reconfiguração de identidades, a fim de lidar com as demandas físicas, emocionais, sociais e ideológicas da morte¹². Portanto, nosso papel como pesquisadores é tentar entender como os objetos não só materializaram, mas mediaram os relacionamentos entre grupos e pessoas, e como eles eram usados para moldar suas identidades¹³.

Esse novo quadro interpretativo, altamente influenciado por pesquisas em Antropologia e Psicologia Sociais, coloca como a intensificação dos depósitos funerários estava ligada a uma situação de desestabilização política, causada pelo enfraquecimento da ordem romana na região. Graças ao vácuo de

⁹ EFFROS, Bonnie. Dressing Conservatively: women's brooches as markers of ethnic identity? In: BRUBAKER, Leslie; SMITH, Julia M. H. (Eds.). **Gender in the early medieval world**. East and West, 300-900. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 164-167.

¹⁰ DUMÉZIL, Bruno. L'identité franque au VI^e siècle. *Op. cit.*, p. 24-25.

¹¹ BONNABEL, Lola (Dir.). **Archéologie de la mort en France**. *Op. cit.*, p. 139.

¹² EKENGREN, Frederik. Contextualizing Grave Goods. In: STUTZ, Liv Nilsson; TARLOW, Sara (Orgs.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Death and Burial**. Oxford: Oxford University Press, p. 234.

¹³ VAN DOMMELEN, P.; KNAPP, A.B. Material Connections: Mobility, Materiality and Mediterranean Identities. In: VAN DOMMELEN, P.; KNAPP, A.B. (Eds.). **Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity**. Londres: Routledge, 2010, p. 1.



poder, os chefes bárbaros teriam ascendido a novas posições de autoridade e a novas fontes de riqueza, mas a falta de uma hierarquia estável e completamente legítima durante as primeiras gerações teria gerado uma forte rivalidade por essas posições. Consequentemente, a morte de um chefe seria um elemento extremamente desestabilizador, caso a sucessão dos herdeiros não estivesse bem afirmada no grupo, dado o cenário de competição entre as elites¹⁴. Isso poderia explicar a predominância de túmulos mais ricos para jovens indivíduos, que possivelmente deixaram herdeiros muito novos ou que, com seu falecimento, abalaram alianças matrimoniais recém estabelecidas¹⁵, que nesse período adquiriram um peso maior nas políticas locais e regionais¹⁶.

Como dito anteriormente, esse quadro analítico deve muito a trabalhos de antropólogos, principalmente os de Marcel Mauss e Alain Testart, sobre as cerimônias indígenas de *potlatch* no norte dos Estados Unidos e Canadá, onde grupos tiveram seu equilíbrio social quebrado pela presença dos europeus e pela emergência de uma nova elite que buscou se inserir nas velhas hierarquias de poder¹⁷. Confrontados com situações particularmente desestabilizadoras, grupos e indivíduos precisavam analisar o que tinham a ganhar ou a perder antes de tomar uma ação, através de operações materiais e simbólicas, com o objetivo de modificar a situação em seu benefício¹⁸.

Não é claro nos registros escritos que a legitimidade familiar dos primeiros reis francos baseava-se em uma continuidade hereditária, o que faria de Clóvis o único sucessor possível de Childerico à realeza¹⁹. Dessa maneira, Svante Fischer e Lennart Lind deduzem sua aspiração a herdeiro legítimo, através da organização de um funeral opulento para seu pai. Destarte, argumentam que o enterro de Childerico foi um importante evento transitório, que materializou de uma vez por todas as pretensões de seu sucessor, que teria

¹⁴ HALSALL, Guy. **Cemeteries and Society in Merovingian Gaul...** *Op. cit.*, p. 28.

¹⁵ HALSALL, Guy. **Cemeteries and Society in Merovingian Gaul...** *Op. cit.*, p. 311.

¹⁶ Idem. *Classical gender in deconstruction*. *Op. cit.*, p. 39.

¹⁷ Cf. MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu, 2003; TESTART, Alain. **Critique du don**: Études sur la circulation non marchande. Paris: Syllepse, 2006.

¹⁸ LE JAN, Régine. Prendre, accumuler, détruire les richesses dans les sociétés du haut Moyen Âge. In: DEVROEY, Jean-Pierre; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine (Eds.). **Les élites et la richesse au haut Moyen Âge**. Turnhout: Brepols Publishers, 2010, p. 368.

¹⁹ LE JAN, Régine. O historiador e suas fontes: construção, desconstrução, reconstrução, **Revista Signum**, 17, 1, 2016, p. 18.



adquirido legitimidade dinástica tanto aos olhos da aristocracia galo-romana e do Império Romano do Oriente quanto dos chefes germânicos²⁰.

Seu túmulo, encontrado em Tournai (Bélgica) no século XVII, é considerado um dos mais ricos sepultamentos da Alta Idade Média²¹. Escavações na região de seu enterramento revelaram a existência de um grande *tumulus*²² (de vinte a quarenta metros de diâmetro)²³ e o sepultamento de mais de quarenta cavalos próximos à região do túmulo real. Também foram depositadas 300 moedas²⁴, além de muitas peças de estilos bizantino e greco-sármata, notavelmente com decoração *cloisonné*²⁵, presente na maioria dos objetos encontrado em sepulturas contemporâneas e posteriores²⁶. O ritual grandioso de Childerico seria, então, a primeira manifestação real de poder no reinado do jovem Clóvis²⁷.

²⁰ FISCHER, Svante; LIND, Lennart. The Coins in the Grave of King Childeric, **Journal of Archaeology and Ancient History**, Uppsala, vol. 14, 2015, p. 6. Os reis merovíngios não expressavam sua autoridade como algo completamente dissociado das tradições e práticas romanas (um exemplo é o uso de títulos romanos). A trajetória política de Clóvis, como é relatada pelas fontes, não indica ruptura, mas adaptações do legado romano às condições particulares da Gália, no século VI. CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 43 – 75.

²¹ LE JAN, Régine. O historiador e suas fontes: construção, desconstrução, reconstrução, *Op. cit.*, p. 14-15.

²² *Tumulus* é um tipo de montículo artificial que marca na paisagem a presença de um ou mais enterramentos.

²³ A construção foi possivelmente uma influência húnica ou a retomada de uma prática presente na Germânia no século I. KASANSKI, Michel; PÉRIN, Patrick. La tombe de Childéric, le Danube et la Méditerranée. In: VERSLYPE, Laurent (Dir.). **Villes et campagnes en Neustrie: Sociétés - Économies - Territoires - Christianisation**. Actes des XXVe Journées internationales d'archéologie mérovingienne de l'AFAM. Mémoires publiés par l'Association française d'archéologie mérovingienne. Tome XVI. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl, 2007, p. 34.

²⁴ FISCHER, Svante; LIND, Lennart. The Coins in the Grave of King Childeric, *Op. cit.*, p. 16-17.

²⁵ O *cloisonné* se difundiu na Europa central a partir do século V, tanto em artigos masculinos como femininos. Trata-se de uma técnica de decoração em metal, onde pedras preciosas são dispostas em peças metálicas, como ouro, cobre ou ferro, formando um mosaico. A partir das relações com o Oriente Médio e Próximo, principalmente através do Império Romano do Oriente, o estilo progressivamente alcançou as partes mais setentrionais da Europa, sendo adaptado pelos artesãos locais e se difundindo pelas aristocracias bárbaras (pela Itália ostrogoda depois lombarda, Espanha visigoda, Gália merovíngia, assim como também nos reinos escandinavos e anglo-saxões). Em torno do século VII, o *cloisonné* progressivamente desapareceu. PÉRIN, Patrick. Cloisonné. In: DUMÉZIL, Bruno (Org.). **Les barbares**. Paris: PUF, 2016, p. 420-423.

²⁶ KASANSKI, Michel; PÉRIN, Patrick. La tombe de Childéric, le Danube et la Méditerranée, *Op. cit.*, p. 29-33.

²⁷ FISCHER, Svante; LIND, Lennart. The Coins in the Grave of King Childeric, *Op. cit.*, p. 7.



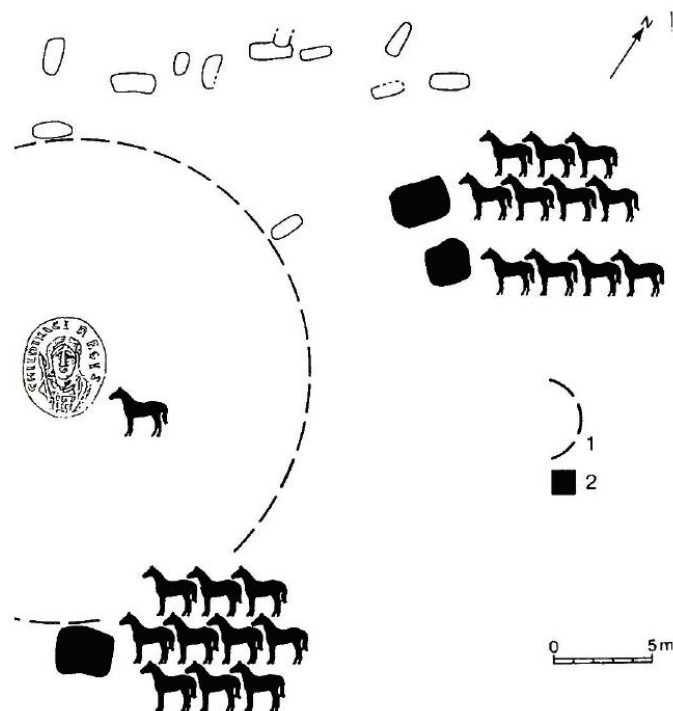


Figura 4: Esquema do túmulo de Childerico. 1: Reconstituição do tumulus. 2: Enterramento dos cavalos. FISCHER, Svante; LIND, Lennart. The Coins in the Grave of King Childeric, *Op. cit.*, p. 4.

Portanto, as cerimônias funerárias não podem ser analisadas como eventos isolados. Com suas especificidades, elas também fazem parte de estratégias de conquista e de dominação – especialmente quando falamos das camadas mais altas da sociedade. Contudo, é necessário tomar cuidado para não utilizarmos esquemas teóricos formulados para outras sociedades e para outras práticas culturais de maneira indiscriminada. A ideia de estresse e de desestabilização social pode explicar o aumento exacerbado dos depósitos funerários no início do século VI, mas é insuficiente para explicar a prática funerária em si, especialmente em situações onde rupturas dramáticas parecem não ter ocorrido.

Para buscar entendê-la, é necessário olhar para a relação que as elites estabeleciam com suas riquezas e os modos em que as consumiam e destruíam – afinal, a partir do momento em que os bens de prestígio eram colocados debaixo da terra, eles eram considerados como perdidos (destruídos), pelo menos até sua descoberta por saqueadores ou arqueólogos. Ademais, se questionar sobre as práticas de gestão de riquezas é extremamente importante quando se estuda as elites francas desse período, pois essas práticas são indispensáveis na própria definição desses grupos.



Diferente do estatuto de liberdade de um indivíduo, que era uma qualidade jurídica e individual, pertencer às elites significava ser membro de famílias socialmente reconhecidas como legítimas detentoras de direitos políticos. Não existia uma definição legal que separasse os indivíduos por classes ou estamentos²⁸. Contudo, isso não significou que as diferenças sociais não existiram ou que não eram bem marcadas, mas sim que os homens e mulheres desses grupos se utilizaram de outras formas para estabelecer e reafirmar seu status elevado.

Segundo Chris Wickham, a melhor definição para “elite” é “uma minoria que dirige”. Qualquer delimitação maior não abrangeria os diferentes grupos privilegiados, suas hierarquias próprias e seus modos distintos de representação. A partir dessa definição, é necessário explicar como funcionaram os processos de dominação específicos e como essas operações se transformaram no tempo.

Dessa maneira, ele elenca nove elementos de um tipo ideal de “elites” no período alto-medieval, considerando que nem todos eles precisavam estar presente ou mesmo tiveram igual peso em todas as sociedades do período. Ademais, muitos dos elementos que apresenta estão completamente conectados²⁹. São eles: riqueza, ancestralidade, cargo público ou título, *Königsnähe* ou *Adligersnähe*³⁰, definição legal de status, reconhecimento dos pares, prestígio (que também envolvia o reconhecimento dos menos poderosos e poderia estar pautado pela hospitalidade, generosidade, entre outros), exibição (onde podem estar incluídos a grosseria, a arrogância e os excessos sexuais), e, por fim, expertise (de coisas que só as elites podiam praticar ou mesmo de maneiras corretas de se comportar em contextos ritualísticos)³¹. Iremos nos ocupar de cinco dos elementos citados: “riqueza”, “ancestralidade”, “exposição”, “reconhecimento dos pares” e “cargo público e título”, que, na sociedade merovíngia, estavam fortemente relacionados.

Os registros escritos não nos permitem concluir se todos aqueles que eram ricos detinham o poder³²; inclusive, existem evidências de habitats camponeses com boas condições econômicas (se comparados com

²⁸ LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003, p. 28-29.

²⁹ WICKHAM, Chris. The changing composition of early elites. In: BOUGARD, François; GOETZ, Hans-Werner; LE JAN, Régine (Orgs.). **Théorie et pratiques des élites au haut Moyen Âge**. Conception, perception et réalisation sociale. **Theorie und Praxis frühmittelalterlicher Eliten**. Konzepte, Wahrnehmung und soziale Umsetzung. Turnhout: Brepols, 2011, p. 8-9.

³⁰ Respectivamente, proximidade do rei e proximidade do nobre.

³¹ WICKHAM, Chris. The changing composition of early elites. *Op. cit.*, p. 12.

³² DEVROEY, Jean-Pierre. Conclusion. La richesse, entre réalités matérielles, pratiques sociales et représentations. In: DEVROEY, Jean-Pierre; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine (Eds.). **Les élites et la richesse au Haut Moyen Âge**. *Op. cit.*, p. 511.



suas vilas vizinhas), assim como de mercadores e cidades costeiras que acumularam riquezas através do comércio marítimo e fluvial³³. Portanto, mesmo que a riqueza permitisse a compra de terras e de lealdade, e também estivesse fortemente ligada ao exercício do poder, ela sozinha não garantia acesso automático a ele.

Um grande número de atitudes das elites revela a necessidade de converter riquezas em direito legítimo de comandar e dominar. Essa “transformação” se refere à sua exibição ostensiva – e, eventualmente, no seu consumo e destruição – em práticas particulares reservadas às elites. Alguns exemplos são as práticas de dom, a construção de igrejas e monastérios e a organização de cerimônias públicas, como banquetes e funerais. Para mostrar seu pertencimento às elites é preciso não só agir de certa maneira, mas adquirir, gerir e consumir riqueza através de modos específicos que manifestassem não só o pertencer, mas também a vontade de se manter entre seus pares³⁴.

Como dito anteriormente, não se tratava de uma característica individual, mas familiar. A família não se formava apenas pelas relações de sangue; era composta tanto pela família “biológica” como pelos parentes da esposa ou esposo aliados, pelos seus escravos e dependentes, e também por seus ancestrais. Em seu interior, se estabeleciam relações de dominação, de reciprocidade e de proteção. O parentesco era, pois, baseado no reconhecimento social da relação³⁵. Dessa maneira, as riquezas também precisavam ser empregadas de modo a reforçar o pertencimento de uma família às elites, expondo-a como legítimas detentoras de direitos políticos. Essa exibição tem impactos materiais, legitimando a posse de terras e de tesouros, o direito de exercer *honores*, mas também afirmava a legitimidade de uma sucessão, tanto no que diz respeito ao poder local como em uma linhagem real³⁶.

Acreditamos, pois, que pensar em termos de construção e afirmação da memória familiar é extremamente necessário para se entender a prática de deposição de bens nos túmulos merovíngios do norte da Gália. Através da ostentação de riqueza em uma cerimônia pública característica de grupos de elites, os

³³ WICKHAM, Chris. **O Legado de Roma**. Iluminando a idade das trevas, 400-1000. Campinas: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019 (edição em inglês de 2009), p. 295-331; LOVELUCK, Christopher. Problems of the definition and conceptualization of early medieval elites, AD 450-900. In: BOUGARD, François; GOETZ, Hans-Werner; LE JAN, Régine (Orgs.). *Théorie et pratiques des élites au haut Moyen Âge*. Op. cit., p. 21-69.

³⁴ FELLER, Laurent. Introduction: Formes et fonctions de la richesse des élites au haut Moyen Âge. In: DEVROEY, Jean-Pierre; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine (Eds.). **Les élites et la richesse au Haut Moyen Âge**. Op. cit., p. 5-8.

³⁵ DEVROEY, Jean-Pierre. **Puissants et misérables**. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles). Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006, p. 88-91.

³⁶ LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)**. Op. cit., p. 31-34.



herdeiros se afirmavam dentro da comunidade, instrumentalizando os objetos e o espaço funerário para estabelecer sua relação com o inumado e seus antepassados ilustres. Logo, as cerimônias funerárias ligavam a autoridade dos ancestrais com os direitos dos descendentes.

A prática de deposição de bens mobiliários, portanto, não sendo exclusiva de períodos de desestabilização, diz respeito à noção merovíngia de status social, fortemente ligada com a dilapidação pública de riquezas. Mesmo em falecimentos que não pareceram causar desestabilização, o gesto permaneceu necessário, dado sua relação com uma identidade social prestigiosa, que, por sua vez, garantia o acesso a cargos, riquezas, propriedades e outros privilégios reservado para as elites.

A riqueza podia também ser manifestada através do uso de itens específicos, por exemplo os cintos (*cingulum*). A riqueza simbólica desse acessório é altamente conhecida: ele é mencionado em rituais de poder (a entrega de armas ao final da aprendizagem de guerreiro), ele participa das trocas conflituosas (confiscação na ruptura de alianças) e também foi objeto nas práticas de dom. Ligado à esfera guerreira e às antigas vestimentas marciais romanas, os cintos eram grandes marcas de autoridade. Ademais, também eram feitos de metais valiosos e decorados com pedras preciosas (notavelmente granadas). No entanto, seu uso não era exclusivo do universo masculino, sendo encontrado em sepultamentos de indivíduos femininos³⁷.

A hipótese de Isabelle Cartron, ao cruzar as evidências funerárias com as fontes escritas, é que, no caso feminino, além de marcadores de estatuto social elevado, os cintos também estariam ligados às etapas matrimoniais da vida de uma mulher. Aquela ainda casada no momento de sua morte seria enterrada com o cinto próximo de suas cabeças. Já no caso de uma mulher viúva, ela seria enterrada com o cinto em sua cintura. Essa prática pode ter marcado um desejo de reforçar o laço entre as famílias do casal, evocando seus vínculos familiares³⁸.

³⁷ CARTRON, Isabelle. Variations autour d'un objet: La ceinture des femmes du haut Moyen Âge. In: JÉGOU, Laurent; JOYE, Sylvie; LIENHARD, Thomas; SCHNEIDER, Jens (Eds.) **Splendor Reginae. Passions, genre et famille**, Turnhout: Brepols, 2015, p. 129.

³⁸ CARTRON, Isabelle. Variations autour d'un objet: La ceinture des femmes du haut Moyen Âge. In: JÉGOU, Laurent; JOYE, Sylvie; LIENHARD, Thomas; SCHNEIDER, Jens (Eds.) **Splendor Reginae. Passions, genre et famille**, Turnhout: Brepols, 2015, p. 129-138.





Figura 5: Fivela do cinto da rainha Aregunda (Catedral de Saint-Denis). PÉRIN, Patrick. WAMERS, Egon. *Königinnen der Merowinger. Adelsgräber aus den Kirchen von Köln, Saint-Denis, Chelles und Frankfurt am Main.* Regensburg: Schnell Steiner, 2013, p. 105.



Figura 6: Detalhe da fivela e das granadas incrustadas. PÉRIN, Patrick. WAMERS, Egon. *Königinnen der Merowinger. Adelsgräber aus den Kirchen von Köln, Saint-Denis, Chelles und Frankfurt am Main.* Regensburg: Schnell Steiner, 2013, p. 111.

Contudo, não podemos considerar apenas o valor intrínseco dos objetos (i.e., os materiais e as técnicas usadas em sua produção), sendo necessário expandir a discussão sobre riqueza para os possíveis valores simbólicos incrustados nos artefatos³⁹. A distinção social podia ser expressada de diferentes maneiras e, conseqüentemente, seguir diferentes classificações⁴⁰; em um período onde a tradição tem uma grande importância, objetos antigos e, por vezes, restaurados são frequentemente usados em cerimônias públicas, dado seu valor memorial (isso é, por terem pertencido a mesma família por gerações)⁴¹.

³⁹ FELLER, Laurent. Introduction: Formes et fonctions de la richesse des élites au haut Moyen Âge. *Op. cit.*, p. 9.

⁴⁰ BOURGEOIS, Luc. L'objet archéologique comme source d'histoire sociale (IXe-XIIIe siècle): quelques réflexions, **Demeurer défendeur et paraître : orientations récentes de l'archéologie des fortifications et des résidences aristocratiques médiévales en Loire et Pyrénées, Actes du colloque de Chauvigny 14-16 juin 2012**, Chauvigny, 2014, p. 664-665.

⁴¹ CARTRON, Isabelle; CASTEX, Dominique. La bague de la « dame de Jau » (Aquitaine, Médoc) : à propos de la mémoire familiale et du dépôt d'objets précieux dans les sépultures du haut Moyen Âge. In: WATTEAU, Fabienne (Dir.) **Profils d'objets. Approches d'anthropologues et d'archéologues.** Paris: Maison Archéo, 2011, p. 23-32.





Figuras 7 e 5: Parte de metal de balde encontrando na necrópole "La Tuilerie" (Saint-Dizier). TRUC, Marie-Cécile et al. *Sépultures aristocratiques et habitat du haut Moyen Âge. Volume 2 : les figures. Rapport de fouille archéologique préventive. Châlons-en-Champagne: Inrap, 2009, p. 94.*

Os utensílios de banquete depositados também são significativos para a análise, mesmo que menos chamativos do que espadas e broches. As práticas de banquetes funerários nas necrópoles desse período e nessa região são muito discutidas, tanto através dos vestígios materiais quanto pelos relatos escritos. As evidências, contudo, podem ser frequentemente contraditórias⁴².

A suposta associação entre a *Parentalia* e os banquetes funerários era repetidamente insinuada por clérigos no oeste cristão, possivelmente mais preocupados em estabelecer uma maior distância entre sua fé e o paganismo. Na primeira metade do século VI, os bispos que se referiam de maneira pejorativa às refeições funerárias eram os mesmos que denunciavam os cristãos que faziam conversões superficiais e que voltavam aos seus estilos de vida anteriores. Contudo, a necessidade de proibir esses costumes não é necessariamente indicativa de uma sobrevivência do paganismo como uma fé alternativa, mas sim de desafios contemporâneos encarados por líderes cristãos que exigiam um nível maior de obediência e de comprometimento de seus seguidores⁴³.

Segundo Bonnie Effros, muitos indivíduos poderiam ter resistido a abandonar esse costume funerário, que serviu por muito tempo para honrar suas famílias e inculcar um senso de estabilidade comunal

⁴² EFFROS, Bonnie. *Funerary Feasting in Early Medieval Gaul and Neighboring Regions*. In: EFFROS, Bonnie. **Creating community with food and drink in Merovingian Gaul**. Nova York: Palgrave Publishers, 2002, p. 69-91.

⁴³ EFFROS, Bonnie. *Funerary Feasting in Early Medieval Gaul and Neighboring Regions*. *Op. cit.*, p. 75.



depois da perda sofrida. Assim como em outras ocasiões de convívio, os banquetes providenciavam oportunidades para as famílias reforçarem suas conexões com seus contemporâneos e também de exibir seus recursos ao apresentar mais alimento do que poderia ser fisicamente consumido – inclusive, oferecendo uma porção simbólica ao morto⁴⁴. Contudo, as evidências materiais das práticas de banquetes funerários nas necrópoles são escassas e muitas vezes contestáveis; vestígios de conflagrações em pequena escala podem estar relacionados com outros rituais que envolvessem a incineração parcial do corpo ou vestígios de restos de animais espalhados pelo espaço podem se tratar de contaminações de outros períodos de ocupação⁴⁵.

Portanto, mesmo que as refeições funerárias e a deposição de utensílios relacionados possam ter feito parte do mesmo gesto ou tradição funerária, não é possível afirmar que os últimos são evidências inegáveis das primeiras, ou ainda que o cessar dos depósitos significaram o fim dos banquetes e vice-versa. Ainda assim, é preciso atentar-se para esses objetos que também são símbolos de status social ao evocarem práticas de socialização características das elites. Pelo o que as evidências indicam até o momento, não existiu uma grande diferença entre homens e mulheres no que diz respeito a esses artefatos. Possivelmente, no caso feminino, eles evocavam o papel da mulher de servir as bebidas aos convidados e ser a anfitriã do baquete. No masculino, o de organizador. Em ambos casos, a integração nesse universo reservado aos mais poderosos⁴⁶.



Figuras 6, 7 e 8: Respectivamente, bacia de cobre, garrafa de vidro e copo de vidro. Utensílios de banquete encontrados na necrópole "La

⁴⁴ EFFROS, Bonnie. Funerary Feasting in Early Medieval Gaul and Neighboring Regions. *Op. cit.*, p. 73-75.

⁴⁵ Segundo a autora, algumas evidências mais claras seriam os poços encontrados com vestígios de ossos, grãos e cerâmica em algumas necrópoles (como em Noiron-sous-Gevry, Thon-Samson, Hermes e Morley). EFFROS, Bonnie. Funerary Feasting in Early Medieval Gaul and Neighboring Regions. *Op. cit.*, p. 89.

⁴⁶ NISSEN JAUBERT, Anne. La femme riche. Quelques réflexions sur la signification des sépultures féminines privilégiées dans le Nord-Ouest européen. In: DEVROEY, Jean-Pierre; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine (Eds.). **Les élites et la richesse au Haut Moyen Âge**. *Op. cit.*, p. 316.



Tuilerie" (Saint-Dizier). TRUC, Marie-Cécile et al. Sépultures aristocratiques et habitat du haut Moyen Âge. Volume 2 : les figures. Rapport de fouille archéologique préventive. Châlons-en-Champagne: Inrap, 2009, p. 93; 99.

É necessário enfatizar que, mesmo que os banquetes funerários fossem desencorajados pelos clérigos do período, eles não eram vistos pela maioria como contrários às crenças cristãs, dado que os alimentos não eram identificados pelos contemporâneos como algo a ser transportado para a vida após a morte. Presumidamente, essas condenações clericais buscaram limitar o tipo de rituais usados pelos cristãos para comemorar seus mortos. Mesmo que os clérigos reconhecessem as oportunidades das celebrações funerárias para renovar os laços naturais e artificiais entre membros das comunidades cristãs, eles também as percebiam como fora de seu controle e então as viam como inteiramente inaceitáveis. Contudo, não havia um consenso entre as posições sobre o assunto, como podemos notar nos vários exemplos de deposições de vestígios alimentares e de utensílios de banquetes em túmulos sepultados em edifícios religiosos⁴⁷.

As cerimônias funerárias também eram uma maneira de reforçar a ligação de uma família com esses espaços consagrados, através do sepultamento de familiares no interior dessas construções. O espaço das igrejas, reservado apenas para membros das camadas mais altas da sociedade, era um lugar extremamente cobiçado, pois trazia visibilidade, prestígio e proteção divina para os inumados. Dessa maneira, os clérigos tinham o interesse de manter o ritual de deposição de bens (pelo menos entre os séculos VI e VII), maneira pela qual eles promoviam seus santos, seus pares e seus benfeitores⁴⁸.

É igualmente necessário considerar o espaço em que esses túmulos foram inseridos. A colocação de túmulos privilegiados próximos de antigas ruínas romanas pode nos indicar uma tentativa de conecta-los com antigos marcadores de autoridade, beneficiando-se de seu "capital cultural"⁴⁹. Um exemplo é a necrópole "Les Crassées", na cidade de Saint-Dizier, que se encontra próxima das ruínas de uma *villa* galo-romana abandonada⁵⁰. A construção de *tumuli*, como o de Childerico também é um marcador impressionante de

⁴⁷ Alguns exemplos podem ser encontrados na cidade de Colônia: dois túmulos do século V, na Igreja de São Severino, e dois do século VI, na Catedral de Colônia. EFFROS, Bonnie. Funerary Feasting in Early Medieval Gaul and Neighboring Regions. *Op. cit.*, p. 79-80.

⁴⁸ EFFROS, Bonnie. Beyond cemetery walls: early medieval funerary topography and Christian salvation, **Early Medieval Europe**, Blackwell Publishers, Oxford, 6, 1, 1997, p. 5-15.

⁴⁹ BAYARD, Adrien. Matrona, socrus et mater familias. Des femmes de pouvoir dans l'Auvergne des VIe et VIIe siècles. In: JOYE, Sylvie ; LE JAN, Régine (Eds.). **Genre et compétition dans les sociétés occidentales du haut Moyen Âge (IVe-XIe siècle)**. Turnhout : Brepols, 2018, p. 105.

⁵⁰ DESBROSSE-DEGOBERTIÈRE, Stéphanie. Occupation funéraire au lieu-dit 'Les Crassés', **Bulletin de la Société des Lettres, des**



distinção, tanto pela disponibilidade de recursos que os organizadores precisavam dispensar para sua construção, quanto pelo grande marco que viravam na paisagem do local por muitas décadas ou mesmo séculos⁵¹. Em um nível menor, as câmaras funerárias (tipo *Morken*) também indicam um grau maior de elaboração do que os caixões de madeira enterrados diretamente na terra. Elas também estão associadas a uma grande quantidade de objetos depositados e, na imensa maioria dos casos, são indivíduos masculinos colocados em seu interior⁵². Alguns exemplos foram encontrados nas necrópoles "La Tuilerie"⁵³, próxima da necrópole "Les Crassées", e na de Bossut-Gottechain, em Grez-Doiceau, Bélgica⁵⁴. Ambos os casos seguem esse padrão.

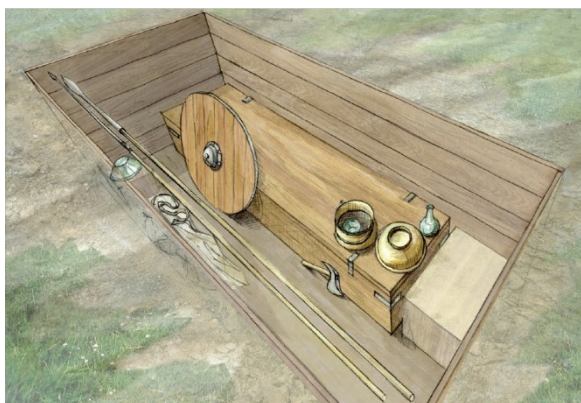


Figura 9 e 10: Respectivamente, ilustração da câmara funerária da sepultura 11 e fotografia da sepultura 13, ambas da necrópole de "La Tuilerie" (Saint-Dizier). TRUC, Marie-Cécile et al. *Sépultures aristocratiques et habitat du haut Moyen Âge*. Op. cit., p. 35 ; 42.

Os exemplos aqui citados mostram como os esplendores funerários, longe de refletir passivamente o status social dos inumados, se inscreveram na dinâmica social da sociedade merovíngia do século VI,

Sciences, des Arts, de l'Agriculture et de l'Industrie de Saint-Dizier, Saint-Dizier, 9, 2013, p. 23-31.

⁵¹ BONNABEL, Lola (Dir.). **Archéologie de la mort en France**. Op. cit., p. 84-85.

⁵² NISSEN JAUBERT, Anne. La femme riche. Op. cit., p. 322-323.

⁵³ Cf. TRUC, Marie-Cécile. Trois riches tombes du VIe siècle sur le site de La Tuilerie à Saint-Dizier (Haute-Marne). *L'Austrasie. Société, économies, territoires, christianisation, Actes des XXVIe Journées internationales d'archéologie mérovingienne*, Nancy, set. 2005, p. 313-331.

⁵⁴ VANMENCHELEN, Raphaël; VRIELYNCK, Olivier. Bossut-Gottechain et Haillot (Belgique): deux cimetières mérovingiens, deux expressions de la sépulture privilégiée. In: ALDUC-LE-BAGOUSSE, A. (Ed.). **Inhumations de prestige ou prestige de l'inhumation?** Publications du CRAHM. Turnhout: Brepols, p. 23-67, 2009.



especialmente nas regiões mais setentrionais do reino. O gradual desaparecimento dos depósitos no final do século VI e século VII pode indicar, por um lado, o surgimento de uma sociedade mais estreitamente hierarquizada e, por outro, a mudança nas modalidades de prestígio e memória familiar com as construções de grandes fundações monásticas familiares. As cerimônias funerárias se tornariam, pois, secundárias na maneira como as famílias ostentavam suas riquezas para afirmar seu estatuto social⁵⁵.

Desse modo, deixemos de considerar as elites merovíngias como consumidores parasitas e perdulários frenéticos. Eles foram agentes econômicos que geriam e instrumentalizavam seus bens (ostentando e destruindo-os) a fim de garantir suas posições sociais ou expandi-las⁵⁶. Dessa forma, além de se fazer mais presente em situações de estresse social, a dilapidação de riqueza (mesmo em situações onde não parece ter havido situações de ruptura) pode ser considerada como uma forma de investimento – quando empregada da maneira socialmente reconhecida como certa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Relatório de escavação

TRUC, Marie-Cécile *et al.* **Sépultures aristocratiques et habitat du haut Moyen Âge**. Volume 2: les figures. Rapport de fouille archéologique préventive. Châlons-en-Champagne: Inrap, 2009.

Artigos e livros

BAYARD, Adrien. Matrona, socrus et mater familias. Des femmes de pouvoir dans l'Auvergne des VIe et VIIe siècles. *In*: JOYE, Sylvie; LE JAN, Régine (Eds.). **Genre et compétition dans les sociétés occidentales du haut Moyen Âge (IVe-XIe siècle)**. Turnhout: Brepols, p. 93-117, 2018.

BONNABEL, Lola (Dir.). **Archéologie de la mort en France**. Paris: La Découverte, 2012.

⁵⁵ DUMÉZIL, Bruno. Tombes de chef. *In*: DUMÉZIL, Bruno. **Les barbares**. *Op. cit.*, p. 1296

⁵⁶ FELLER, Laurent. Introduction: Formes et fonctions de la richesse des élites au haut Moyen Âge. *Op. cit.*, p. 6.



BOUGARD, François; GOETZ, Hans-Werner; LE JAN, Régine (Orgs.). **Théorie et pratiques des élites au haut Moyen Âge**. Conception, perception et réalisation sociale. **Theorie und Praxis frühmittelalterlicher Eliten**. Konzepte, Wahrnehmung und soziale Umsetzung. Turnhout: Brepols, 2011.

BOURGEOIS, Luc. L'objet archéologique comme source d'histoire sociale (IXe-XIIIe siècle): quelques réflexions, **Demeurer défendre et paraître: orientations récentes de l'archéologie des fortifications et des résidences aristocratiques médiévales en Loire et Pyrénées, Actes du colloque de Chauvigny**, 14-16 de junho de 2012, Chauvigny, p. 661-671, 2014.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **A Realza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

CARTRON, Isabelle; CASTEX, Dominique. La bague de la « dame de Jau » (Aquitaine, Médoc): à propos de la mémoire familiale et du dépôt d'objets précieux dans les sépultures du haut Moyen Âge. In: WATTEAU, Fabienne (Dir.) **Profils d'objets**. Approches d'anthropologues et d'archéologues. Paris: Maison Archéo, p. 23-32, 2011.

CARTRON, Isabelle. Variations autour d'un objet: La ceinture des femmes du haut Moyen Âge. In: JÉGOU, Laurent; JOYE, Sylvie; LIENHARD, Thomas; SCHNEIDER, Jens (Eds.) **Splendor Reginae**. Passions, genre et famille, Turnhout: Brepols, p. 129 - 138, 2015.

DESBROSSE-DEGOBERTIÈRE, Stéphanie. Occupation funéraire au lieu-dit 'Les Crassés', **Bulletin de la Société des Lettres, des Sciences, des Arts, de l'Agriculture et de l'Industrie de Saint-Dizier**, Saint-Dizier, 9, p. 23 - 31, 2013.

DEVROEY, Jean-Pierre. **Puissants et misérables**. Système social et monde paysan dans l'Europe des Francs (VIe-IXe siècles). Bruxelles: Académie royale de Belgique, 2006.

DEVROEY, Jean-Pierre; FELLER, Laurent; LE JAN, Régine (Orgs.). **Les élites et la richesse au haut Moyen Âge**. Turnhout: Brepols Publishers, 2010.

DUMÉZIL, Bruno (Org.). **Les barbares**. Paris: PUF, 2016.



- EFFROS, Bonnie. Beyond cemetery walls: early medieval funerary topography and Christian salvation, **Early Medieval Europe**, Blackwell Publishers, Oxford, 6, 1, p. 1 – 23, 1997.
- EFFROS, Bonnie. Funerary Feasting in Early Medieval Gaul and Neighboring Regions. *In*: EFFROS, Bonnie. **Creating community with food and drink in Merovingian Gaul**. Nova York: Palgrave Publishers, p. 69-91, 2002.
- EFFROS, Bonnie. **Merovingian Mortuary Archaeology and the Making of the Early Middle Ages**. Los Angeles: University of California Press, 2003.
- EFFROS, Bonnie. Dressing Conservatively: women's brooches as markers of ethnic identity? *In*: BRUBAKER, Leslie; SMITH, Julia M. H. (Org.). **Gender in the early medieval world**. East and West, 300-900. Cambridge: Cambridge University Press, p. 165-184, 2004.
- EKENGREN, Frederik. Contextualizing Grave Goods. *In*: STUTZ, Liv Nilsson; TARLOW, Sara (Orgs.). **The Oxford Handbook of the Archaeology of Death and Burial**. Oxford: Oxford University Press, p. 173-193, 2013.
- FISCHER, Svante; LIND, Lennart. The Coins in the Grave of King Childeric, **Journal of Archaeology and Ancient History**, Uppsala, 14, p. 2 – 36, 2015.
- HALSALL, Guy. **Cemeteries and Society in Merovingian Gaul: Selected Studies in History and Archaeology, 1992–2009**, Leiden: Brill, 2010.
- KASANSKI, Michel; PÉRIN, Patrick. La tombe de Childéric, le Danube et la Méditerranée. *In*: VERSLYPE, Laurent (Dir.). **Villes et campagnes en Neustrie: Sociétés - Économies - Territoires - Christianisation**. Actes des XXVe Journées internationales d'archéologie mérovingienne de l'AFAM. Mémoires publiés par l'Association française d'archéologie mérovingienne. Tome XVI. Montagnac: Éditions Monique Mergoil, 2007.



LEGOUX, René; PÉRIN, Patrick; VALLET, Françoise. **Topochronologie normalisée du mobilier funéraire mérovingien entre Manche et Lorraine**. Saint-Germain-en-Laye: Association française d'archéologie mérovingienne, 2004.

LE JAN, Régine. **Famille et pouvoir dans le monde franc (VIIe-Xe siècle)**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2003.

LE JAN, Régine. O historiador e suas fontes: construção, desconstrução, reconstrução, **Revista Signum**, 17, 1, p. 5 - 26, 2016.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Ubu, 2003.

PÉRIN, Patrick. WAMERS, Egon. **Königinnen der Merowinger**. Adelsgräber aus den Kirchen von Köln, Saint-Denis, Chelles und Frankfurt am Main. Regensburg: Schnell Steiner, 2013.

TESTART, Alain. **Critique du don**: Études sur la circulation non marchande. Paris: Syllepse, 2006.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Editora Odysseus, 2004.

TRUC, Marie-Cécile. Trois riches tombes du VIe siècle sur le site de La Tuilerie à Saint-Dizier (Haute-Marne), **L'Austrasie. Société, économies, territoires, christianisation, Actes des XXVIe Journées internationales d'archéologie mérovingienne**, Nancy, set. 2005, p. 313-331.

VAN DOMMELEN, P.; KNAPP, A.B. (Eds.). **Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity**. Londres: Routledge, 2010.

VANMENCHELEN, Raphaël; VRIELYNCK, Olivier. Bossut-Gottechain et Haillet (Belgique): deux cimetières mérovingiens, deux expressions de la sépulture privilégiée. *In*: ALDUC-LE-BAGOUSSE, A. (Ed.). **Inhumations de prestige ou prestige de l'inhumation?** Publications du CRAHM. Turnhout: Brepols, p. 23-67, 2009.

VARÉON, Cécile (Dir.). **Nos Âncêtres les Barbares**. Voyage autour de trois tombes de chefs francs. Paris: Somogy éditions d'art; Saint-Dizier: Musée de Saint-Dizier, 2008.



WICKHAM, Chris. **O Legado de Roma.** Iluminando a idade das trevas, 400-1000. Campinas: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019 (edição em inglês de 2009).



